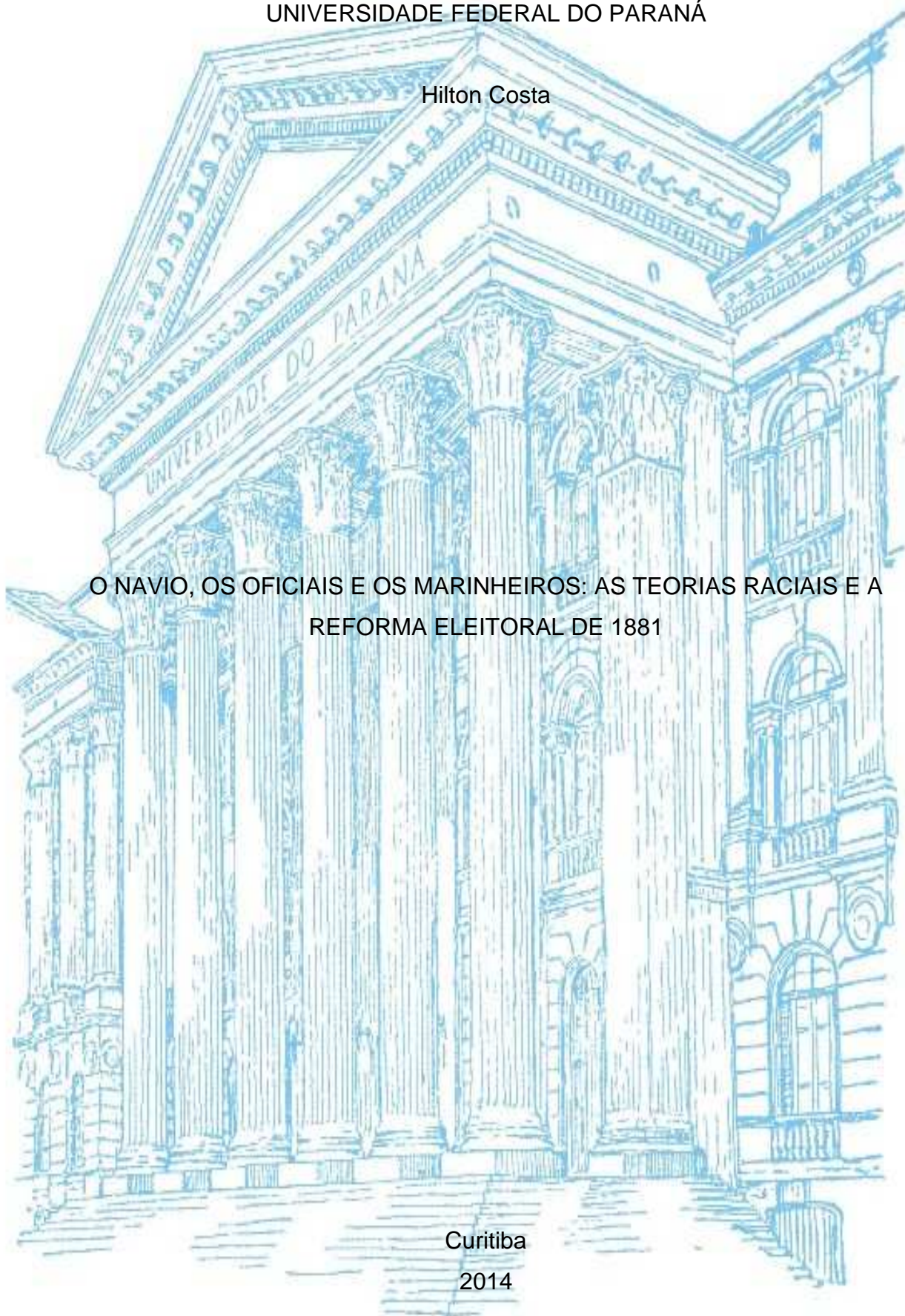


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Hilton Costa

O NAVIO, OS OFICIAIS E OS MARINHEIROS: AS TEORIAS RACIAIS E A
REFORMA ELEITORAL DE 1881

Curitiba
2014



HILTON COSTA

O NAVIO, OS OFICIAIS E OS MARINHEIROS: AS TEORIAS RACIAIS E A
REFORMA ELEITORAL DE 1881

Tese apresentada à Linha de Pesquisa Espaço e Sociabilidades, Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção de título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima.

Curitiba

2014

Catálogo na publicação
Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Costa, Hilton

O navio, os oficiais e os marinheiros : as teorias raciais e a reforma eleitoral de 1881 / Hilton Costa – Curitiba, 2014.
391 f.

Orientador: Profº. Drº. Carlos Alberto Medeiros Lima
Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

1. Eleições – História - Brasil. 2. Política e governo - História.
3. Brasil - Relações raciais – História. 4. Cidadania – Aspectos
políticos. I.Título.

CDD 324.981



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,

80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.

E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **HILTON COSTA** intitulada: **O navio, os oficiais e os marinheiros: as teorias raciais e a reforma eleitoral de 1881**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Doutor em História**.

Curitiba, vinte e um de março de dois mil e quatorze.

Prof. Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima (Orientador)
Presidente da Banca Examinadora

Profa Dra Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)
1º Examinador

Prof. Dr. Vitor Izecksohn (UFRJ)
2º Examinador

Prof. Dr. Alexandro Dantas Trindade (UFPR)
3º Examinador

Profa Dra Joseli Maria Nunes Mendonça (UFPR)
4º Examinador

De fato não recordei quando foi, nem que idade tinha à época, muito menos o contexto em que tive acesso à informação de que minha mãe gostaria de ser professora. Professora de Língua Portuguesa. Por motivos dignos de uma tese ela não conseguiu completar a sua formação escolar, desde muito cedo teve que conviver com o mundo do trabalho. Não arrisco afirmar que me tornei professor por ter ouvido-a dizer que gostaria de ser professora. Mas ousou dizer que em cada tarefa executada ou a se executar nesta profissão penso nela falando: “queria ser professora! Professora de Português!” Dona Saturnina Rodrigues dos Santos, obrigado, este trabalho é dedicado a você.

Agradecimentos

Para a realização de qualquer empreendimento, por mais capacitado que se esteja, é praticamente impossível concretizá-lo sozinho. A elaboração desta pesquisa não foi diferente. Ela só foi possível graças à ajuda - direta e indireta - de uma série de pessoas e instituições as quais gostaria recuperar aqui.

De início gostaria de agradecer ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná pela acolhida do projeto e pelas condições de convívio e trabalho, bem como ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, cedente de uma bolsa essencial à realização desta pesquisa. Meus agradecimentos ao Círculo de Estudos Bandeirantes, por disponibilizar acesso à sua biblioteca e a Biblioteca Pública do Paraná, especialmente a equipe de Josefina Palazzo Ayres na Divisão de Documentação Paranaense, onde se pesquisou durante os últimos quatro anos os exemplares do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro. O meu muito obrigado a Maria Cristina Parzowski, secretária do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, pelo seu auxílio sempre imediato para as questões institucionais.

Ao Grupo de Pensamento Social, Intelectuais e Circulação de Ideias da UFPR pelas importantes conversas acerca das possibilidades teóricas e metodológicas para se tratar o cruzamento do mundo intelectual com o político e vice-versa.

Ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Paraná, a Neli Gomes, William Barbosa, Sérgio Nascimento, José Antonio Marçal, Solange Rosa, Patrícia Oliveira, Paulo Vinicius Baptista da Silva, Marcos Silveira, Jorge Santana, Jules Ventura, Wellington Santos, Débora Araújo.

A toda a gente do Colégio Estadual Hildebrando de Araújo.

Gostaria de agradecer as colegas e os colegas de pós-graduação pela convivência (pelas sugestões, críticas profissionais e principalmente pela troca de angústias), Tatiana Marchette, Luiz Antonio Sabeh, Noemi Santos da Silva, Rachel dos Santos Marques, Luiz Adriano Gonçalves Borges, Bruna Marina Portela, Liz Andrea Dalfré, Luiz Carlos Sereza, Frederico Tavares de Mello Abdalla. É importante ainda agradecer a alguns amigos que vem de muito auxiliando nesta caminhada Jonas W. Pegoraro, Helder C. de Souza.

A construção de um trabalho acadêmico se dá também em espaços extra-acadêmicos. Nesta direção, a troca de informações, ideias com o pessoal do Conselho, das reuniões de segunda-feira, foram essenciais meu muito obrigado ao André Ribas, Ana Bellenzier, Fabricio Nunes, Fabiana Faversani Vieira, Aurélio Schust, Elisa Soncin, Lúcio Lowen, Ederson Maksemiv, Wilton Isquierdo, Almir Tovar, Albert, Poli e André Tomaz.

Não se poderia olvidar, nesse momento de agradecimentos, das professoras e dos professores com os quais tive a satisfação de trabalhar durante o curso de doutorado Prof. Dr. Sérgio Odilon Nadalin, Prof.^a Dr.^a Martha Daisson Hameister, Prof.^a Dr.^a Joseli Maria Nunes Mendonça, Prof. Dr. Alexandro Dantas Trindade. De modo especialíssimo gostaria de agradecer o professor que durante essa caminhada, demonstrou as possibilidades, as abordagens que melhor cabiam para o desenvolvimento desse trabalho ao longo de quatro anos. Ao professor doutor Carlos Alberto Medeiros Lima que sem dúvida teve uma participação mais do que decisiva para a realização desse momento, meu muito obrigado.

À banca examinadora por sua leitura atenta deste trabalho, a professora doutora Beatriz Gallotti Mamigonian, a professora doutora Joseli Maria Nunes Mendonça, ao professor doutor Vitor Izecksohn, ao professor doutor Alexandro Dantas Trindade.

Dizer muito obrigado é pouco, mas na ausência de expressão melhor, registro essa, à pessoa que acompanhou toda a trajetória desta pesquisa, da elaboração do projeto, passando pelo processo de seleção até a redação final do texto (que leu, sugeriu, releu várias vezes), que testemunhou os momentos de empolgação plena e de angústia profunda, Lennita Oliveira Ruggi muito obrigado.

À Família Oliveira Ruggi, meus agradecimentos.

É claro que para chegar ao doutorado é necessário ingressar na universidade e concluir um curso de graduação. E isso só foi possível devido ao apoio fundamental de algumas pessoas: José Maria e Gilda Cechelero, Maria Lúcia Pichetti Cechelero e José Maria Cechelero Júnior. Muito obrigado.

Viviani Costa e Paulo José Costa: obrigado.

Empenho, dedicação e trabalho incansável são algumas das qualidades de duas pessoas atuantes e marcantes em todas as etapas dessa jornada: aos meus pais, Saturnina Santos Costa e Sebastião Costa, muito obrigado.

Get up, stand up: stand up for your
rights!

Get up, stand up: don't give up the
fight!

Get up, stand up: stand up for your
rights!

Get up, stand up: don't give up the
fight!

(Robert Nesta Marley, Winston Hubert
McIntosh, *Get Up Stand Up*, álbum
Burnin', 1973)

São todos iguais
E tão desiguais
uns mais iguais que os outros

(Humberto Gessinger, *Ninguém = Ninguém*,
álbum, *Gessinger, Licks e Maltz*, 1992)

Resumo

A década de 1880 marcou o início do diálogo entre as elites intelectuais brasileiras e as teorias raciais e isso se deu no mesmo momento em que a Câmara dos Senhores Deputados discutia, aprovava e encaminhava para o Senado Imperial o projeto de *Reforma Eleitoral*. O projeto em questão foi o apresentado pelo Gabinete de 28 de Março de 1880, chefiado pelo Conselheiro José Antônio Saraiva, ele trazia, em termos formais, modificações substanciais no processo eleitoral imperial. A principal delas seria a substituição do sistema indireto em dois graus estabelecido na Constituição Imperial, donde figuravam o votante e o eleitor, pelo voto direto. O votante, primeiro grau, elegia o eleitor, segundo grau, este elegia os deputados e os senadores. Todavia, optou-se por abordar aqui outra modificação no sistema eleitoral que se fazia presente no projeto de *Reforma Eleitoral*, esta versava acerca da inclusão dos libertos como cidadãos políticos plenos. A Carta Constitucional de 1824 assegurava aos libertos que comprovassem a renda mínima, estabelecida pelo censo eleitoral, a possibilidade de se alistarem enquanto votantes, mas não como eleitores. Segundo, a proposta de lei eleitoral aprovada pela Câmara dos Deputados em junho de 1880 e enviada para o Senado no mesmo mês, eliminou a figura do votante, mediante a criação do voto direto, passando a existir assim somente eleitores. Portanto, os libertos teriam a possibilidade de se alistarem como eleitores, desde que cumprissem as demais exigências, por exemplo, a comprovação da renda mínima. A inclusão dos libertos como cidadãos políticos plenos em um ambiente em grande medida, marcado pelas teorias raciais permitiu a formulação da seguinte hipótese: que no debate acerca da *Reforma Eleitoral*, que ampliava aos libertos, ao menos em termos formais, a cidadania política, fosse possível encontrar argumentos fundamentados nas teorias raciais. Tal hipótese se sustentava ainda na discussão acerca da inexistência de um campo intelectual autônomo no Brasil oitocentista, portanto, ele se amalgamava, em muitos momentos, com o campo político. Assim, tomando como fontes principais os *Annaes do Parlamento* do período e o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro - bem como obras de intelectuais do período - procurou-se verificar empiricamente a mencionada hipótese. Para então, perceber se as teorias raciais teriam alguma implicação na discussão acerca da cidadania política no Brasil no episódio da *Reforma Eleitoral*. Desta feita, foi possível perceber que o contexto lingüístico e conceitual embasado nas teorias raciais muito presente nas discussões intelectuais foi tratado de maneira bastante distinta no mundo político. No universo político o contexto linguístico e conceitual fundamentado no racismo teria sido subordinado ao contexto social. E, mesmo existindo forte presença das teorias raciais, elas não implicaram na constituição de um agir político explicitamente colocado.

Palavras chaves: Cidadania; Cidadania Política; Teorias Raciais.

Abstract

The 1880s marked the beginning of a dialogue between the Brazilian intellectual elites and racial theories. During the same period, the House of Gentlemen discussed, approved and headed The Electoral Reform Project for the Imperial Senate. The project under discussion was submitted by the House of Gentlemen's Office on March 28th, led by the Councilor Jose Antonio Saraiva. It brought in formal terms substantial modifications to the imperial electoral process. The main change was the replacement of the indirect system of two degrees, established in the Imperial Constitution, which was composed by the voter and the elector, through direct vote. The voter chose the elector, in the first degree. After that, in the second degree, the elector voted for deputies and senators. However, we chose to address another modification in the electoral system that was present in the Electoral Reform Project: the inclusion of the ex-slaves as full political citizens. The Constitution of 1824 ensured freedmen that had the minimum income established by the electoral census the possibility of enlisting themselves as voters, though not as electors. According to the electoral legislation, that was passed by the House of Representatives in June 1880 and was sent to the Senate in the same month, the role of the voter was eliminated through the creation of the direct vote, that is, only the role of the elector remained. Therefore, the freedmen would be able to enlist themselves as electors, provided that they satisfied other requirements, for example, proof of minimum income. The inclusion of the freedmen as full political citizens in an environment largely marked by racial theories allowed the formulation of the following hypothesis: that in the debate on Electoral Reform, which extended political citizenship to the freedmen, at least in formal terms, it was possible to find arguments based on racial theories. Such hypothesis is further held on the basis of the discussion regarding the lack of an autonomous intellectual field in Brazil during the nineteenth-century, so that the intellectual field overlapped, in many moments, with the political field. Therefore, having the *Annaes do Parlamento* of the period and the *Journal of Commerce* of Rio de Janeiro as main resources, as well as the works of intellectuals of the period, we attempted to empirically verify the above mentioned hypothesis. We aimed at understanding whether racial theories reverberated in the discussion of political citizenship in Brazil during the episode of Electoral Reform. In this way, it was revealed that the linguistic and conceptual framework that was grounded in racial theories, very present in intellectual discussions, was treated quite differently in the political arena. In the political realm, the linguistic and conceptual framework based in racialism had been subordinated to the social framework, so that, even in the strong presence of racial theories, it did not result in the constitution of an explicit political attitude.

Keywords: Citizenship, Citizenship Policy, Racial Theories.

Lista de Tabelas

Tabela 1: A política eleitoral na seção Publicações a Pedidos do Jornal do Comercio do Rio de Janeiro, de abril de 1880 a janeiro de 1881.....265

Lista de Quadros

Quadro 1: A carreira política de José Antonio Saraiva, 1849-1893.....	188
Quadro 2: Da proposta a redação final dos artigos 1.º e 2º da <i>Reforma Eleitoral</i>	287

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Frequência do tema político-eleitoral na seção Publicações a Pedidos do
Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, de abril de 1880 a janeiro de
1881.....266

Sumário

Introdução.....	16
Capítulo I: E era janeiro de 1881... ..	27
1.1 Até 1881 um longo percurso: legislação eleitoral no Brasil anterior à Lei Saraiva.....	29
1.2 Os votantes.....	49
1.3 A <i>Falla do Throno</i> de três de maio de 1880: a condensação de uma demanda	62
1.3.1 Os Partidos partidos	64
1.4 A <i>Falla do Throno</i> a consonância com a sociedade.....	70
1.5 O sistema eleitoral na berlinda: a eleição em dois graus sob crítica.....	74
Capítulo II: O <i>agir intelectual</i> e as teorias raciais.....	78
2.1 Os esgrimistas intelectuais	78
2.2 O <i>agir intelectual</i>	85
2.3 A noção de raça como parte da linguagem e do <i>agir do intelectual</i>	88
2.3.1 A tapeçaria da raça.....	89
2.3.2 As teorias raciais e o pensamento brasileiro de fins do século XIX: <i>afinidades eletivas</i>	95
2.3.3 Teorias raciais no “paraíso da miscigenação”	110
2.3.4 A diferenciação nacional: o mestiço e a mestiçagem em Sílvia Romero.....	114
2.3.5 Com a raça, mas não só com ela: tendências do pensamento brasileiro em fins do século XIX, nem só de raça vivia a intelectualidade.....	120
2.4 A linguagem comum e normativa do espaço intelectual	143
Capítulo III: O <i>agir político</i> e as teorias raciais.....	146
3.1 Joaquim Nabuco: político e intelectual, intelectual e político	156
3.2 Joaquim Nabuco: político e intelectual.....	163
3.2.1 A imigração chinesa para o Brasil segundo Joaquim Nabuco	164
3.2.2 O elemento servil.....	174
3.3 Joaquim Nabuco: intelectual e político.....	180
Capítulo IV: “O navio é que faz o oficial”: José Antonio Saraiva, as teorias raciais e a política	186
4.1 A longa carreira política do Conselheiro Saraiva	186
4.2 Na Presidência de Províncias	192
4.3 De Conservador a Liberal	202
4.4 A procura da verdade eleitoral	205

4.4.1 Saraiva e a Lei dos Círculos	206
4.5 A busca da verdade eleitoral a partir do Novo Partido Liberal	208
4.6 José Antonio Saraiva e a imigração, a colonização o elemento servil nos tempos de Partido Conservador	211
4.7 José Antonio Saraiva e a imigração, a colonização e o elemento servil nos tempos de Partido Progressista e Partido Liberal	217
4.8 A sociedade brasileira na visão de José Antonio Saraiva	221
4.9 José Antonio Saraiva e os anos 1880	223
4.10 José Antonio Saraiva e o projeto de <i>Reforma de Eleitoral</i> na <i>Camara dos Senhores Deputados</i>	227
Capítulo V: O pensamento racial e a cidadania no Império do Brasil	236
5.1 A cidadania nos <i>Annaes do Parlamento Brasileiro Camara do Senhores Deputados</i>	237
5.2 Os representantes do povo e o povo	250
5.2.1 A imprensa na História e a história da Imprensa	252
5.2.2 O <i>Jornal do Commercio</i> do Rio de Janeiro	257
5.2.3 Água, carne e política: as <i>Publicações a pedido</i>	260
5.2.4 A política na seção <i>Publicações a Pedido</i>	263
5.2.5 As finanças do Império: a questão tributária	267
5.2.6 Quanto vale um vintém?	269
5.2.7 Como conter um déficit de 85.000\$000?	274
5.2.8 Os cidadãos e o povo	277
Capítulo VI: As teorias raciais e a <i>Reforma Eleitoral de 1881</i>	284
6.1 O processo eleitoral segundo a Constituição Imperial de 1824	288
6.2 Modelos para pensar a cidadania para o Brasil oitocentista	290
6.3 Os libertos e a <i>Reforma Eleitoral de 1881</i>	296
6.4 Cada qual com o seu qual	307
Considerações finais: O navio, o oficial, os marinheiros ou uma coisa uma coisa, outra coisa outra coisa	310
Referências	315
Anexos	339
Anexo I:	340
Projeto de Reforma Eleitoral apresentado à Camara dos Senhores Deputados em 29 de abril de 1880	340
Anexo II:	347

Projeto Substitutivo ao Projeto de Reforma Eleitoral oferecido pela Camara dos Senhores Deputados em 25 de maio de 1880	347
Anexo III:.....	357
Lei Eleitoral aprovada em 9 de janeiro de 1881	357

Introdução

O princípio deste trabalho pode ser alocado em um momento bastante anterior ao ingresso no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná no ano de 2010. O seu início deve estar localizado em algum lugar do ano de 1999, durante o curso de Graduação em História desta mesma universidade, no estudo realizado, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima, acerca da forma como Raymundo Nina Rodrigues (1862-1906) interpretou os Malês, população negra, de fé islâmica, presente, sobretudo, na Bahia e no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. Este estudou revelou que para Nina Rodrigues a raça era uma categoria de análise fundamental.

A pesquisa acerca deste autor foi o ponto de partida para outra investigação voltada a entender como a intelectualidade brasileira de fins do século XIX e início do século XX operava a noção de raça. A raça era elemento central para as análises de Nina Rodrigues, todavia ela também seria para os demais intelectuais do período? O resultado de tal investigação foi uma dissertação de mestrado, orientada pelo Prof. Dr. José Rivair Macedo, defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no ano de 2004, que demonstrou ser a raça um elemento central às análises realizadas pelos intelectuais brasileiros desde, ao menos, 1880. (COSTA, H. 2001, 2004). Indicando, também, que a utilização desta noção é extremamente fluída e maleável.

O trabalho realizado no mestrado suscitou novas indagações: toda a intelectualidade do período levava em conta a noção de raça? Havia quem divergisse? De fato, se encontrou quem discordasse das premissas racialistas, e, ainda durante o trabalho de mestrado foi possível observar tais divergências na obra de Alberto Torres (1865-1917) e Manoel Bomfim (1868-1932), este, porém, não pode ser trabalhado no mestrado. Uma análise da sua obra ocorreu posteriormente durante a Graduação em Ciências Sociais, entre 2005 e 2010, sob a orientação do Prof. Dr. Alexandro Dantas Trindade. (COSTA, H., 2009).

Neste processo percebeu-se que, mesmo quem discordava da noção de raça, apropriava-se do mesmo vocabulário. Foi desta forma que se chegou às propostas teórico-metodológicas de Quentin Skinner e, principalmente, John Pocock,

pois elas permitiram um melhor entendimento do porque mesmo quem não compartilhava das ideias racialistas fazia uso da sua linguagem. Era o vocabulário comum e, por vezes, normativo daquele espaço intelectual. (SKINNER, Q., 1996; 2002; POCKOCK, J. G. A., 2003).

Foi durante estes trabalhos que se consolidou a ideia da existência de um espaço intelectual no Brasil de fins do século XIX. Ademais, os trabalhos de Nicolau Sevcenko, Roberto Ventura (1957-2002), Angela Alonso, Alexandro Trindade fornecem sustentação a esta posição, pois eles permitem inferir a presença de uma prática intelectual com regras e linguagens próprias. (SEVCENKO, N., 1983; 2003; VENTURA, R., 1991; ALONSO, A., 2002, TRINDADE, A. D., 2004; 2011). Evidentemente, não é o *campo* no sentido proposto por Pierre Bourdieu (1930-2002), este teria definido *campo* como um espaço regido por regras internas decisivas para o funcionamento do mesmo. (BOURDIEU, P., 1996). No caso brasileiro as regras para atividade intelectual não se organizariam fundamentalmente por questões internas do mundo intelectual, no entanto, existiam regras como, por exemplo, a utilização de um vocabulário comum e normativo. Além disto, é possível localizar também um *agir* específico dentro deste espaço. Este *agir* é entendido dentro das premissas weberianas, do conceito de ação social. A ação social em Max Weber (1864-1920) contempla tanto a “vontade” individual quanto às “imposições” sociais, ela se constrói nesta relação. Assim, o *agir intelectual* que se procura observar é pensado nestes moldes, entendendo a forma como os intelectuais brasileiros do momento em questão propõem, discutem, discordam de teorias e doutrinas na relação entre as suas opiniões e posição individual com as de seus pares. A relação entre esses pares, para este *agir* articula-se segundo determinadas normas, regras compartilhadas, como por exemplo, a utilização de um mesmo vocabulário. (WEBER, M., 2004). Observando as obras produzidas no período (final do século XIX), e sua fortuna crítica depreende-se a presença das teorias raciais como parte relevante da linguagem dos intelectuais do período e o seu manuseio parte do *agir intelectual*.

Outra situação revelada ao se fazer o referido percurso foi o da existência de certo amálgama entre as elites intelectuais e as políticas. Fato que gerou a seguinte indagação: teriam as teorias raciais alguma implicação na discussão sobre a cidadania, especialmente a cidadania política? A possibilidade de testar a

pertinência ou não de tal indagação encontrou no ambiente da *Reforma Eleitoral de 1881* um espaço dos mais propícios à sua verificação.

Para tanto, forjou-se aqui uma discussão acerca deste *agir intelectual*, nos termos apresentados anteriormente, bem como se buscou caracterizar a existência e o funcionamento de um *agir político* para o período abordado. Neste processo, o material empírico, notadamente, os *Annaes do Parlamento Brasileiro, Camara dos Senhores Deputados*, conduziu a pesquisa à obra de José Honório Rodrigues (1913-1987). A ideia de Rodrigues da presença de um *agir conciliador* presente nas elites dominantes brasileiras desde muito cedo serviu como mote para pensar essa característica não como um elemento inato desses grupos, mas sim como um *ethos*, um *habitus*. Tomando as considerações de Pierre Bourdieu que “cada classe de posições corresponde um classe de *habitus*” e estes são “produzidos pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente”. (BOURDIEU, P., 2008a p 21). A tendência pela *Conciliação*, em termos políticos, seria, então, uma característica e, por vezes uma regra do *espaço político*. Assim, as pessoas dispostas e ou com possibilidades de adentrarem no jogo político teriam que manipular esta regra (conjuntamente a várias outras) não só para se movimentar no *espaço político* como para questioná-lo.

Michel Debrun, acerca da postura conciliatória do meio político imperial, argumentou que “a “Conciliação”, no Brasil, nunca foi um arranjo entre iguais, mas o reconhecimento, por parte de um pólo social ou político menor, da primazia de outro pólo, mediante algumas benesses e sobre o pano de fundo constituído pela exclusão da grande massa da população.” (DEBRUN, M., 1983 p 72). Assim, Debrun defendeu que a *conciliação* não era um “espírito de transigência”, mas “uma estratégia de cooptação de certos dominados” pelos dominantes. (DEBRUN, M., 1983 p 122). Apesar de ter entendido a *conciliação* de maneira um tanto quanto diversa à de Honório Rodrigues, Debrun a colocou como um dos arquétipos do fazer político do Brasil. (DEBRUN, M., 1983 p 121). Ou seja, como parte do *agir político*.

Neste processo de reconhecimento do *agir intelectual* e do *agir político* foi possível localizar que mesmo diante da ligação existente entre as elites intelectuais e políticas a postura diante das ideias, das teorias, era diferente quando da atuação intelectual, quando da atuação política. A atitude adotada em relação à noção de raça evidencia esta situação.

A raça era para o espaço intelectual uma referência importante e bastante válida no processo de avaliação, interpretação e projeção da sociedade brasileira, todavia não se pode dizer o mesmo com igual segurança ao se passar para o espaço político. O diálogo das elites políticas com as teorias raciais se deu - quando se deu - de maneira indireta.

No intuito de compreender este movimento das elites políticas as considerações de Michel Foucault (1926-1984), notadamente, aquelas presentes no curso do Collège de France (1975-1976) intitulado *Em defesa da sociedade* pareceram bastante úteis. Esta obra ofereceu uma possibilidade de entendimento da atitude das elites políticas do Império. A partir do argumento proposto por Michel Foucault pode ser estabelecida uma hipótese do motivo pelo qual as elites políticas imperiais foram bastante tímidas na utilização explícita da noção de raça. As teorias raciais, segundo Foucault, estabeleceriam a ideia de um conflito perpétuo entre as raças. (FOUCAULT, M., 2010 p 37-54). Ao contrário, por exemplo, do princípio da soberania, que busca dar unidade a elementos dispersos, o discurso do conflito das raças revelaria abertamente a existência de grupos vencedores e de grupos vencidos, de grupos dominadores e de grupos dominados. (FOUCAULT, M., 2010 p 37-54; 58-59). A sociedade pensada sob o viés das teorias raciais, segundo as sugestões de Foucault, tenderia à segregação, à separação. Pelo que foi possível observar era exatamente isso que as elites políticas imperiais procuravam evitar optando por pensar o país segundo modelos de inclusão, hierárquica é verdade, mas ainda assim de inclusão.

O projeto de alteração do sistema eleitoral do Império do Brasil aprovado em janeiro de 1881 foi o apresentado pelo Gabinete de 28 de Março de 1880, chefiado pelo Conselheiro José Antônio Saraiva (1823-1895). Ele trazia, em termos formais, modificações substanciais no processo eleitoral imperial. A principal delas seria a substituição do sistema indireto em dois graus estabelecido na Constituição Imperial, donde figuravam o votante e o eleitor, pelo voto direto. E o projeto, posteriormente convertido em lei, trazia outra modificação, e esta permitiu a verificação a pouco mencionada, a *Reforma Eleitoral* do Gabinete de 28 de Março incluía os libertos como cidadãos políticos plenos. A Carta de 1824 garantia aos libertos que comprovassem renda mínima, estabelecida pelo censo eleitoral, a possibilidade de se alistarem enquanto votantes, mas não como eleitores.

Miriam Dolhnikoff anotou o seguinte sobre a questão:

No Brasil, como se sabe, os libertos, pela Constituição de 1824, tinham direito de voto. Uma vez libertado, o ex-escravo adquiria cidadania civil e consequentemente a possibilidade de cidadania política. É bem verdade que o liberto poderia ser apenas votante, mesmo que preenchesse os requisitos para ser eleitor ou candidato, mas isto se justificava pelo fato de que era aceitável que houvesse limites para que o portador de cidadania civil gozasse também de direitos políticos. As mulheres livres, por exemplo, desfrutavam de cidadania civil, mas não política, uma vez que eram consideradas intelectualmente limitadas. O mesmo valia para o liberto com o seu passado de escravo. O interessante é que, neste ponto, o liberto era considerado mais apto do que qualquer mulher, mesmo branca e pertencente à elite, pois nem direito de ser votante ela tinha. A restrição ao liberto, além disso, restringia-se a uma geração, pois o filho do ex-escravo tinha plenos direitos políticos, desde que preenchesse os requisitos constitucionais. (DOLHNIKOFF, M., 2011 p 11).

Dolhnikoff, ao analisar a situação do liberto como cidadão político, focou sua análise para o período anterior a 1881, portanto, antes do ex-escravo ter acesso à cidadania política plena, todavia, em sua reflexão fica evidente que no Brasil oitocentista a limitação da cidadania política não era algo incomum, aliás, isto era o usual. A possibilidade de o liberto vir a ser um cidadão político pleno foi algo que incomodou as elites brasileiras, conforme determinadas análises. Richard Graham, *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*, e Paulo Moreira, *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano Porto Alegre 1858 -1888*, estão entre os autores que enfatizaram que os libertos alçando direitos políticos plenos era algo visto de forma temerária pelas elites brasileiras.

Graham anotou que “embora muitos fazendeiros encarassem a própria emancipação sem temor, tinham mau presságio em relação ao papel político do ex-escravo.” (GRAHAM, R., 1997 p 241). Na percepção de Graham a cidadania civil das pessoas egressas da escravidão não geraria incomodo às elites, todavia a cidadania política causaria temores. Paulo Moreira, por sua vez, endossou, este tipo leitura do liberto como cidadão político pleno. Moreira destacou que “as elites percebiam o aumento do número de libertos e se assustavam com o potencial eleitoral deste grupo e com as consequências que poderia trazer para a política partidária.” (MOREIRA, P. R. S., 2003 p 155). Considerações como estas permitem entrever que o temor ao liberto cidadão político pleno girava em torno da possibilidade da constituição de um “voto negro”. Este tipo de postura das elites brasileiras estaria abalizado no histórico das associações negras no país, aquelas já

tinham testemunhado por inúmeras vezes e de variadas formas a capacidade de ação e articulação das populações negras.

O estudo de Eduardo Silva sobre a trajetória de um negro livre no Brasil da segunda metade do século XIX, *Dom Obá II D'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*, coloca mais complexidade sobre a questão do liberto como cidadão político. A partir do trabalho de Eduardo Silva percebe-se que pela Constituição de 1824 os libertos eram cidadãos brasileiros, contudo, havia a pregorrativa da procedência. Portanto, os libertos nascidos em África eram considerados estrangeiros, assim quando estes alcançavam a liberdade adquiriam a cidadania civil, mas não a política. Diferentemente dos escravos nascidos no Brasil, estes quando alcançavam a liberdade conquistavam a cidadania civil e poderiam em cumprindo os demais requisitos constitucionais acessar a cidadania política. Evidentemente, fala-se aqui em termos teóricos-formais. Eduardo Silva ao acompanhar a trajetória de Dom Obá, assim pontuou estas questões, com relação ao ex-escravo de procedência africana:

Pela Constituição de 1824, o escravo “de nação” (isto é africano) que conseguisse obter sua alforria – como, por exemplo, o ioruba Benvindo, pai do alferes [Dom Obá] – teria acesso integral à cidadania civil, segundo a fórmula repetida nas cartas de alforria “como se de ventre livre tivesse nascido”. Em síntese, liberdade de ir e vir, direito de propriedade, de firmar contratos e, principalmente, como já vimos, o direito à Justiça. Sendo “de nação”, contudo não lhe era concedida a cidadania política, a não ser que requeresse, através de procedimentos próprios, talvez complicados, a sua naturalização. Caso não se naturalizasse – e, a julgar pela raridade de tais processos nos arquivos brasileiros poucos o fizeram –, continuaria, como Benvindo e grande maioria dos libertos, “de nação” e, como tal estrangeiro. (SILVA, E., 1997, p 143).

Por sua vez, a respeito dos libertos nascidos no Brasil afirma:

Quando um *crioulo* comprava a liberdade, obtinha muito mais por seu dinheiro. Aqui, em maiores burocracias o novo status incluía também os direitos políticos. Cidadania política preliminar, é certo, restrita às chamadas eleições primárias ou municipais. Tecnicamente, ser liberto (ex-escravos) não era o mesmo que ser livre, condição de nascimento e precondição necessária para a plena cidadania brasileira. [grifo no original]. (SILVA, E., 1997, p 143).

A *Reforma Eleitoral de 1881*, em teoria ampliou os direitos políticos desse tipo de liberto – o nascido no Brasil – “essa reforma , na verdade não apenas

estabeleceu eleições diretas, mas de passagem, garantiu integridade de direitos políticos aos libertos.” (SILVA, 1997, p 143). Para Silva:

A partir de 1881, portanto, libertos e homens livres de cor já não enfretam outras barreiras ao exercício da cidadania política, senão os requisitos gerais de independência pessoal: idade mínima de 25 anos, não ser soldado raso ou membro de ordem religiosa, estar integrado formalmente no mercado de trabalho (para as eleições primárias, por exemplo, exigia-se uma relativamente modesta renda líquida anual de cem mil réis) e, finalmente, ser alfabetizado ou, na prática, saber assinar o próprio nome. (SILVA, 1997, p 143).

A avaliação do autor parece um tanto quanto otimista quanto à possibilidade do liberto como cidadão político pleno, pois ele toma o arranjo formal/legal como aquele que se executava na prática cotidiana. Ademais, não foi considerado com mais vagar que o votante, espaço permitido ao liberto na vida política, necessitava de uma renda de 100 mil réis anuais, depois da *Reforma Eleitoral de 1881*, o censo passaria para 200 mil réis. Este valor era para o censo do eleitor, mas como a eleição passaria a ser direta, todos seriam eleitores, portanto, deveriam ter a renda do eleitor. A *Lei Saraiva* ainda trouxe como novidade um rígido controle da prova da renda situação passível de criar dificuldade ao alistamento do liberto. De modo a ser possível inferir que ao ascender à condição de eleitor, na letra lei, o liberto estaria de fato sendo impedido de participar politicamente, pois a prova da renda e o critério da alfabetização também inserido pela *Reforma Eleitoral de 1881*, em grande medida, poderiam vetar o acesso do liberto a cidadania política.

Com efeito, a proposta aprovada pela Câmara dos Deputados em junho de 1880 e enviada para o Senado no mesmo mês, convertida em lei em janeiro de 1881, eliminava a figura do votante pela criação do voto direto, passando a existir assim somente eleitores, de modo que os libertos teriam a possibilidade de se alistar como eleitores, desde que cumprissem as demais exigências, por exemplo, a comprovação da renda mínima. E os trabalhos mencionados buscaram cada qual a sua maneira localizar a posição dos libertos no jogo político imperial: Silva anotando, em grande medida, a *Reforma Eleitoral de 1881* como a quebra de uma das últimas barreiras à cidadania dos ex-escravos, Graham e Moreira apontando o temor das elites à presença política das pessoas egressas do cativeiro, Dolhnikoff indicando a limitação da cidadania política como elemento constitutivo do espaço político imperial.

De fato a *Reforma Eleitoral de 1881* incluiu os libertos na cidadania política plena em termos formais/legais e isso se deu em um ambiente fortemente marcado pelas teorias raciais. Esta situação permitiu a formulação da seguinte hipótese: que no debate acerca da *Reforma Eleitoral*, que ampliava aos libertos, ao menos em termos formais, a cidadania política, fosse possível encontrar argumentos fundamentados nas teorias raciais. A referida questão encontrou respaldo em três situações: 1 – trabalhos postos a informar acerca de certo desconforto das elites com a possibilidade do liberto enquanto cidadão político pleno; 2 – os estudos indicando a crescente importância das teorias raciais no Brasil a partir dos anos 1880, vindas com o “bando de idéias novas” mencionadas por Sílvia Romero (1851-1914); 3 – uma primeira observação dos *Annaes do Parlamento Brasileiro, Camara dos Senhores Deputados*.

Deste modo este trabalho buscou verificar se no ambiente em torno da discussão e da aprovação da *Reforma Eleitoral de 1881* estavam presentes argumentos fundamentados nas teorias raciais, uma vez que como mencionado à nova lei eleitoral estabelecia em termos formais/legais cidadania política plena aos libertos.

A documentação mobilizada para tal foram os *Annaes do Parlamento Brasileiro, Camara dos Senhores Deputado, Annaes do Senado* no intuito de perceber a forma como ocorreram os debates em torno da *Reforma Eleitoral* com o objetivo de notar a presença ou não das teorias raciais na argumentação dos deputados e senadores. Recorreu-se ainda à imprensa, mais precisamente ao *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, principal periódico da Corte, em sua seção de *Publicações a Pedidos*, para acompanhar a repercussão dos debates parlamentares em torno das alterações no sistema eleitoral com o objetivo de observar a mesma questão. O corpo principal da documentação visitada foi composto ainda de obras de intelectuais do período, sobretudo, as de Sílvia Romero e Joaquim Nabuco (1849-1910) dois dos mais destacados letrados dos anos 1880 e, evidentemente, da própria legislação eleitoral. As citações desta documentação respeitam a grafia encontrada na mesma, portanto, algumas passagens foram transcritas com o português da época.

A presente investigação foi organizada em seis capítulos. No *Capítulo I: E era janeiro de 1881...*, procurou-se descrever o percurso da legislação eleitoral no

Império do Brasil, e com isso abordando o direito à cidadania política, até a *Reforma Eleitoral de 1881*.

Os capítulos seguintes, dois, três e quatro, tiveram por objetivo apresentar o ambiente intelectual e político onde ocorreu a proposição, a tramitação e aprovação do *Decreto n.º 3.029 de 9 de janeiro de 1881* que alterou a legislação eleitoral do Império do Brasil. Desta forma o *Capítulo II: O agir intelectual e as teorias raciais* visou apresentar a hipótese da existência de uma postura intelectual própria para o Brasil de fins do século XIX, bem como a existência de um *espaço intelectual* com características particulares. Dentre estas características estaria a presença de uma linguagem comum e normativa do *espaço intelectual*, para a qual a noção de raça era importante. Assim, intentou-se notar como esta noção, a de raça, era entendida, em termos gerais no período, e como ela foi mobilizada pela intelectualidade brasileira nos anos 1880.

O terceiro capítulo intitulado *O agir político e as teorias raciais* buscou perceber, uma vez que existia para o período observado certo amálgama entre as elites intelectuais e políticas, se as teorias raciais, repercutiam de alguma forma na prática política, em sentido direto. Ou seja, se o racismo pontuava, determinava encaminhamentos legislativos. Para tanto se desenvolveu, de maneira análoga ao realizado para a vida intelectual, a hipótese da existência de um *espaço político* com um regimento e práticas próprias. A partir disto, pode se verificar que a noção de raça, as teorias raciais mui raramente se fizeram presentes à vida política, no início dos anos 1880, de modo direto.

No quarto capítulo denominado “*O navio é que faz o oficial*”: José Antonio Saraiva, as teorias raciais e a política o intuito foi de, a partir da atuação política, do presidente do Conselho de Ministro do Gabinete de 28 de Março, notar como alguém do *espaço político* se relacionava com as teorias raciais, seja pela adoção, seja pela rejeição. Ao se perscrutar a trajetória política do Conselheiro Saraiva ficou evidente uma característica relevante a atividade política no Brasil imperial: a crença nas instituições. Nesta direção, não parece despropositado assumir que, para os políticos imperiais, não seriam as pessoas que moldariam a sociedade, mas o inverso. A sociedade, por meio de suas instituições, daria molde às pessoas. Este tipo de posicionamento ajuda a compreender porque para os políticos do Império, ao contrário dos intelectuais, as teorias raciais ocuparam uma posição discreta, na maioria das vezes.

Uma vez visitado o ambiente onde a *Reforma Eleitoral* foi discutida e aprovada rumou-se para notar como os parlamentares da *Décima Sétima Legislatura* (1878-1881), responsáveis pela alteração da lei eleitoral pensavam cidadania e se esse pensamento dialogava de alguma maneira com as teorias raciais. Assim, o quinto capítulo, *O pensamento racial e a cidadania no Império do Brasil*, procurou, tomando como fonte os *Annaes do Parlamento Brasileiro, Camara dos Senhores Deputados*, compreender como os deputados da *Décima Sétima Legislatura* entendiam a cidadania. O sexto e último capítulo deste trabalho recebeu o nome de *As teorias raciais e a Reforma Eleitoral de 1881* nele a intenção foi de discutir, mais diretamente, como a questão dos libertos passando a condição de possíveis cidadãos políticos plenos apareceu nos debates sobre a *Reforma Eleitoral* almejando localizar a presença ou não das teorias raciais.

Com efeito, o que poderia um episódio, um evento específico, explicar da História de um país? Da perspectiva aqui esposada, um episódio pode servir para compreender relações sociais mais amplas, ou seja, o específico servindo de entrada para o entendimento de questões mais gerais. Nesta direção, as referências são os trabalhos de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi. (GINZBURG, C., 1987; LEVI, G., 2000). As ideias de tomar um processo do Tribunal do Santo Ofício contra um moleiro para discutir as relações entre a cultura popular e a erudita e a de abordar a trajetória de um padre exorcista, de uma vila do Piemonte, para discutir a transição do feudalismo para capitalismo foram referências relevantes. Apesar de Ginzburg e Levi estarem mais interessados em questões estruturais, de longo prazo, e no quanto elas podem se manifestar em acontecimentos específicos, as sugestões dos autores são bastante úteis.

Outras duas obras foram ainda mais relevantes para a presente pesquisa. O trabalho de Joseli Maria Nunes Mendonça, *Entre a mão e os anéis. A lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Nesta obra a autora mapeia o debate parlamentar em torno da referida lei, os argumentos mobilizados, as posições em confronto. (MENDONÇA, J. M. N., 1999). Esta possibilidade investigativa foi muito cara a este trabalho. No princípio desta introdução mencionou-se que as origens deste trabalho estariam localizadas por volta do ano de 1999. Uma vez que foi nesse momento, ainda no curso de Graduação em História, da Universidade Federal do Paraná, que teve início um estudo sobre a forma como Raymundo Nina Rodrigues interpretava os Malês. Esse início só foi possível porque

neste ano 1999 travou-se contato com a obra de João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês 1835*. (REIS, J. J., 1986). Nesta obra Reis partiu de um acontecimento, a insurreição de pessoas escravizadas de fé islâmica, os malês, em Salvador no ano de 1835, para “envolvê-lo”, por meio de uma contextualização, em toda uma história, a partir dos jogos de força mobilizados. A partir dessas referências tomou-se a *Reforma Eleitoral de 1881*, como ponto de partida para compreender um contexto mais amplo de utilização de formas de pensar por parte das elites políticas e intelectuais brasileiras e a estruturação das opções por umas e não por outras.

Capítulo I: E era janeiro de 1881...

O *Decreto n.º 3.029 de 9 de janeiro de 1881* estabeleceu uma nova legislação eleitoral para o Império do Brasil, ele ficou conhecido também como a *Reforma Eleitoral de 1881*, a *Lei Saraiva* por ter sido conduzida pelo Gabinete chefiado por José Antonio Saraiva, o Conselheiro Saraiva. O *Decreto n.º 3.029* pode ser considerado como uma das mais relevantes alterações na legislação eleitoral do Império do Brasil. Isto porque ela traz, ao menos em termos formais/legais, alterações substanciais, no que diz respeito, a quem poderia ter acesso à cidadania política.

A lei eleitoral de 1881 definiu:

Art. 2º E' eleitor todo cidadão brasileiro, nos termos dos arts. 6º, 91 e 92 da Constituição do Imperio, que tiver renda liquida annual não inferior a 200\$ por bens de raiz, industria, commercio ou emprego.
Nas exclusões do referido art. 92 comprehendem-se as praças de pret do exercito, da armada e dos corpos policiaes, e os serventes das repartições e estabelecimentos públicos.

O *Decreto n.º 3.029* criou a possibilidade de cidadania política a todos os cidadãos brasileiros com renda liquida anual, comprovada, igual e ou superior a 200 mil réis. A lei eleitoral, sancionada em 1881, mantinha excluídos da cidadania política aqueles que eram vetados pela Constituição Imperial, para tal ela remete aos artigos 91 e 92 da carta constitucional, tais artigos dizem o seguinte:

Art. 91. Têm voto nestas Eleições primarias
I. Os Cidadãos Brasileiros, que estão no gozo de seus direitos politicos.
II. Os Estrangeiros naturalizados.
Art. 92. São excluidos de votar nas Assembléas Parochiaes.
I. Os menores de vinte e cinco annos, nos quaes se não comprehendem os casados, e Officiaes Militares, que forem maiores de vinte e um annos, os Bachares Formados, e Clerigos de Ordens Sacras.
II. Os filhos familias, que estiverem na companhia de seus pais, salvo se servirem Officios publicos.
III. Os criados de servir, em cuja classe não entram os Guardalivros, e primeiros caixeiros das casas de commercio, os Criados da Casa Imperial, que não forem de galão branco, e os administradores das fazendas ruraes, e fabricas.
IV. Os Religiosos, e quaesquer, que vivam em Comunidade claustral.
V. Os que não tiverem de renda liquida annual cem mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou Empregos.

Nota-se, então, que entre a legislação eleitoral de 1881 e a Constituição de 1824 havia uma discrepância no que diz respeito ao valor do censo pecuniário. O texto constitucional asseverava que a renda mínima para o alistamento eleitoral era de cem mil réis, pois ele ocupava-se do votante. O *Decreto n.º 3.029* eliminou a eleição em dois graus subtraindo a figura do votante, todos os alistados passariam a condição de eleitores, portanto, deveriam ter a renda exigida para o eleitor. A *Lei Saraiva* acresceu ainda como critério para o alistamento eleitoral o censo literário – a alfabetização passou a ser exigida.

O critério da alfabetização apareceu de modo sutil e com alguma ambiguidade no artigo sexto da lei de 1881 encontra-se o parágrafo quarto que dizia:

§ 4º Nenhum cidadão será incluído no alistamento dos eleitores sem o ter requerido por escripto e com assignatura sua ou de especial procurador, provando o seu direito com os documentos exigidos nesta lei.

A possibilidade do estabelecimento de um “especial procurador” poderia abrir a viabilidade de analfabetos se alistarem como eleitores. E de fato as ambiguidades seguem nos parágrafos décimo quarto e décimo quinto:

§ 14. Os títulos de eleitor, extrahidos de livros de talões impressos, serão assignados pelos juizes de direito que tiverem feito o alistamento.

Estes títulos conterão, além da indicação da provincia, comarca, municipio, parochia, districto de paz e quarteirão, o nome, idade, filiação, estado, profissão, domicilio e renda do eleitor, salvas as excepções do art. 4º, a circumstancia de saber ou não ler e escrever, e o numero e data do alistamento.

§ 15. Os títulos serão entregues aos proprios eleitores, os quaes os assignarão á margem perante o juiz municipal ou juiz de direito; e em livro especial passarão recibo com sua assignatura, sendo admittido a assignar pelo eleitor, que não souber ou não puder escrever, outro por elle indicado.

Estes parágrafos aparentemente não impediriam, de modo definitivo, o alistamento eleitoral dos analfabetos. Contudo, entre os parágrafos quarto e décimo quarto, décimo quinto existiu o parágrafo oitavo que dizia o seguinte:

Art. 8º No primeiro dia util do mez de Setembro de 1882, e de então em diante todos os annos em igual dia, se procederá a revisão do alistamento geral dos eleitores, em todo o Imperio, sómente para os seguintes fins:

I. De serem eliminados os eleitores que tiverem fallecido ou mudado de domicilio para fóra da comarca, os fallidos não rehabilitados, os que estiverem interdictos da administração de seus bens, e os que, nos termos dos art. 7º e 8º da Constituição, houverem perdido os direitos de cidadão brasileiro ou não estiverem no gozo de seus direitos politicos.

II. De serem incluídos no dito alistamento os cidadãos que requererem e provarem ter adquirido as qualidades de eleitor de conformidade com esta lei, e souberem ler e escrever.

Ao se perscrutar por estes parágrafos do *Decreto n.º 3.029* acerca do critério da alfabetização, constitui-se a impressão de que os legisladores procuraram garantir aos analfabetos já alistados o direito de votar, no entanto, a revisão do alistamento prevista para setembro de 1882 permite pensar os eleitores alistados depois desta data deveriam ser alfabetizados.

Assim, o critério da alfabetização era outro ponto da *Reforma Eleitoral* que estava em discordância com a Constituição de 1824 que nada mencionava em termos de alfabetização para acessar a cidadania política. As alterações em questão seriam tão profundas que houve quem defendesse que elas só poderiam ser realizadas mediante uma reforma constitucional e não por lei ordinária, como acabou, de fato, ocorrendo.

Todas essas circunstâncias, bem como os possíveis sentidos e impactos da *Lei Saraiva*, podem ser mais bem compreendidas em se alocando a mesma dentro de uma determinada trajetória da legislação eleitoral imperial. Trajetória que contou com inúmeras alterações, no entanto, conforme argumento das próximas páginas, manteve certo eixo de coerência que culminou com a promulgação do *Decreto n.º 3.029 – 9 de janeiro de 1881*. Assim, entendeu-se, que para melhor compreender o “lugar” da *Lei Saraiva* seria produtivo retomar a trajetória da legislação eleitoral até janeiro de 1881.

1.1 Até 1881 um longo percurso: legislação eleitoral no Brasil anterior à Lei Saraiva

As primeiras eleições gerais no território brasileiro ocorreram antes do Brasil ser Brasil, ou seja, antes da emancipação política em relação a Portugal. No ano de 1820, o Rei Dom João VI, que ainda se encontrava no Brasil, pressionado por movimentos contestatórios que irromperam em Portugal, obrigou-se a convocar duas juntas. Uma encarregada do governar e outra de convocar as *Cortes*. “A Junta

Provisional Preparatória das Cortes, ficaria encarregada de providenciar a eleição dos deputados que iriam compor as ‘Cortes Gerais de Lisboa’.” (FERREIRA, M. R., 2001 p 99). De modo que em sete de março de 1821 assinou o decreto convocando o povo brasileiro a escolher os seus representantes. (FERREIRA, M. R., 2001, p 100). Assim, a primeira eleição geral em território “brasileiro” (lembrando que o Brasil, no sentido de uma unidade política independente não existia) se deu com o intuito de selecionar os deputados brasileiros para as *Cortes Gerais* de Lisboa. Tal eleição fora realizada sem uma legislação específica, própria para este fim. Manoel Rodrigues Ferreira (1915-2010), afirmou o seguinte sobre esse tema: “a junta portuguesa encarregada de convocar as eleições, devido à premência do tempo, viu-se em dificuldade para organizar uma lei eleitoral que servisse aos seus objetivos.” (FERREIRA, M. R., 2001 p 99-100). Perante tal dificuldade, a junta portuguesa “resolveu, por isso, adotar a lei eleitoral estabelecida pela Constituição espanhola de 1812.” (FERREIRA, M. R., 2001 p 100). Entretanto, isso não se deu sem que “pequenas modificações [fossem] introduzidas, unicamente com o objetivo de adaptá-la às particularidades do reino português.” (FERREIRA, M. R., 2001 p 100).

A Constituição Espanhola de Cádiz, 1812, se constituiu em um dos mais importantes textos jurídicos do Estado espanhol. Promulgada em 19 de março de 1812 ela é considerada o primeiro código político alinhado com as ideias constitucionalistas, de soberania nacional e divisão de poderes presentes na Europa em fins do século XVIII e início do século XIX. A Constituição Espanhola de Cádiz definia a eleição de deputados às cortes de modo indireto, diz ela em seu capítulo segundo artigo trigésimo quarto:

CAPÍTULO II

Del nombramiento de Diputados de Cortes.

Art. 34.

Para la elección de los Diputados de Cortes se celebrarán juntas electorales de parroquia, de partido y de provincia.

As eleições nos territórios americanos de Portugal teriam se guiado pelo modelo de Cádiz, portanto, o processo eleitoral se operacionalizou, segundo Rodrigues Ferreira, da seguinte forma:

As instruções de 7 de março de 1821 estabeleciam um sistema de eleições em quatro graus: o povo, em massa, escolhia os compromissários; estes, escolhiam os eleitores de paróquia, que, por sua vez, escolhiam os eleitores de comarca; finalmente, estes últimos procediam à eleição dos deputados. (FERREIRA, 2001 p 100-101).

Não existia qualificação prévia de eleitores, muito menos partidos políticos, Rodrigues Ferreira diz que: “O povo votava em massa, inclusive os analfabetos, não havendo qualquer restrição ao voto. Esse era o eleitorado de primeiro grau, que iria escolher certo número de concidadãos denominados de *compromissários*.” (FERREIRA, M. R., 2001 p 101). O autor afirma que “(...) todos os habitantes de uma freguesia seriam eleitores.” (FERREIRA, M. R., 2001 p 101). No entanto, cabe problematizar esse “povo”, “todos os habitantes” mencionados pelo autor, essas pessoas eram homens livres e, talvez, libertos. Destaca-se isso para evitar possíveis confusões com a ideia de povo – como todo o conjunto de pessoas residentes nas paróquias. A inspiração gaditana, neste sentido, é ainda mais nítida, veja-se o capítulo terceiro, artigo trigésimo quinto da carta espanhola:

CAPÍTULO III

De las juntas electorales de parroquia.

Art. 35.

Las juntas electorales de parroquia se compondrán de todos los ciudadanos avecindados y residentes en el territorio de la parroquia respectiva, entre los que se comprenden los eclesiásticos seculares.

De retorno à América portuguesa, ainda no ano de 1821, no dia primeiro de outubro, Dom João VI decreta, mesmo que de maneira transitória, a divisão da administração política e militar das províncias e do Reino do Brasil, elas seriam governadas por juntas provisórias, seus membros eleitos pelos eleitores de paróquia. (FERREIRA, M. R., 2001 p 109).

Rodrigues Ferreira informa que “esses eleitores seriam os mesmos da eleição de deputados às Cortes, realizada anteriormente.” (FERREIRA, M. R., 2001 p 109). Deste modo “esses eleitores de paróquia (3.º grau), deveriam, por esse decreto continuar no exercício de suas funções, ficando os eleitores de comarca sem função.” (FERREIRA, M. R., 2001 p 109). Em tais circunstâncias, ao que parece, os eleitores de paróquia compunham um colégio eleitoral permanente ao menos naquela situação excepcional “da nova organização político administrativa do Brasil”. (FERREIRA, M. R., 2001 p 109).

A segunda eleição geral organizada em território brasileiro teria operado com alterações na relação com as *Instruções de 7 de março de 1821*. A terceira eleição geral traria ainda mais mudanças, organizadas por Dom Pedro em 1822, ela, segundo Rodrigues Ferreira, criava o *Conselho de Procuradores-Gerais das Províncias do Brasil* embrião da Câmara dos Deputados. Convocadas por *Decreto em 16 de fevereiro de 1822*, a eleição se deu por meio de uma eleição em três graus,

(...) os eleitores de paróquia, em vez de elegerem os eleitores de comarca, já iriam eleger diretamente os procuradores-gerais, nas próprias cabeças de comarca. As atas seriam mandadas as capitais das províncias, onde seriam apurados os votos. Seriam eleitos também os que tivessem 'maior número de votos' isto é, 'pluralidade de votos' (maioria relativa), em vez de 'pluralidade absoluta', como exigia o Decreto de 7 de março de 1821, para eleição dos deputados às Cortes. (FERREIRA, M. R., 2001 p 110).

A composição dessas instruções eleitorais é bastante semelhante às aquelas presentes na Constituição Espanhola de Cádiz de 1812 inclusive nas ambiguidades. Algo evidente na regulação mais específica para o alistamento eleitoral, ambiguidades que não significam abertura para ampla participação política. Para Monica Quijada, tal situação criada pelo texto constitucional de Cádiz pode ser admitida como a fórmula disponível para acomodar demandas divergentes. O espaço aparentemente desregulado abriria caminho para os localismos – um ambiente de *vecindad* – de modo aos poderes locais terem capacidade de incluir e ou excluir, por exemplo, pessoas da vida eleitoral. (QUIJADA, M., 2008).

A possibilidade criada por Cádiz e destacada por Quijada, pode ser visualizada no Brasil oitocentista, sobretudo, após a Constituição de 1824, em se observando a capacidade de ação das mesas eleitorais. Partindo dos estudos de Maria Emilia Prado é viável notar que mesmo depois do estabelecimento do alistamento prévio de votantes e eleitores cabia, em última instância, às mesas a decisão de quem poderia ou não participar, especialmente da eleição em primeiro grau na qual só estavam inclusos os votantes. Donde se infere a seguinte relação: o controle das mesas fornecia a possibilidade de definir, de fato, a qualificação dos votantes. (PRADO, M. E, 2005). Esta circunstância ajuda a compreender porque, em grande medida, o liberto votante não causava maiores temores às elites políticas imperiais até 1881, bem como a inserção do ex-escravo à cidadania política plena, pós *Reforma*, também, como se verá adiante, não gerava maiores preocupações – a

mesa eleitoral funcionaria como um filtro do sistema, eliminando os indesejáveis. Portanto, em termos reais, a participação do liberto antes e ou depois estaria condicionada ao aceite dos poderes locais. (QUIJADA, M., 2008).

Em três de junho de 1822, Dom Pedro, convocou uma Assembleia Constituinte e Legislativa a ser composta por deputados das províncias, essa informação traz novamente a questão de quando o Brasil se estabeleceu como país independente, mas tal discussão escapa à intenção da presente pesquisa.¹ Manoel Rodrigues Ferreira considera a legislação construída para esta eleição a primeira legislação eleitoral brasileira, por ter sido elaborada especificamente para presidir eleições no Brasil. (FERREIRA, M. R., 2001 p 121).

O sistema era indireto, em dois graus: o povo escolhia os eleitores, os quais, por sua vez, iriam eleger os deputados. Não havia, em primeiro grau (povo), qualificação ou registro. Somente os seus delegados, os eleitores de paróquia possuíam o necessário diploma, uma cópia das atas das eleições. (FERREIRA, M. R., 2001 p 121).

As *Instruções* para eleição convocada por Dom Pedro I estão na *Decisão número 57 de 19 de junho de 1822*, afirma que:

7. Têm direito a votar nas Eleições Parochiaes todo o Cidadão casado e todo aquelle que tiver de 20 annos para cima sendo solteiro, e não for filho-família. Devem, porém, todos os votantes ter pelo menos um anno de residencia na Freguezia onde derem o seu voto.

E eram impedidos de votar:

8. São excluídos do voto todos aquelles que receberem salários ou soldadas por qualquer modo que seja. Não são comprehendidos nesta regra unicamente os Guarda-Livros e 1^{os} caixeiros de casas de commercio, os criados da Casa Real, que não forem de galão branco, e os Administradores de fazendas ruraes e fabricas.

9. São igualmente excluídos de voto os Religiosos Regulares, os Estrangeiros não naturalisados e os criminosos.

Os critérios censitários aparecem de modo destacado, eles seriam fundamentais para habilitar uma pessoa a votar. Os critérios de um modo geral eram maleáveis, por exemplo, ser alfabetizado não era considerado quesito para o

¹ Em se valendo da pesquisa realizada por Renato Lopes Leite, é possível inferir que o Brasil teria rompido com Portugal já no primeiro semestre de 1822 sendo o 7 de setembro uma construção posterior. Vide LEITE, Renato Lopes. (2000). *Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro, 1822*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

exercício do voto. Acerca da participação havia toda uma série de especificações sobre como se daria o voto destas pessoas. Diz a *Lei Eleitoral de 19 de junho de 1822* sobre a questão em seu capítulo segundo, artigo quinto:

5. Não havendo, porém, accusação, começará o recebimento das listas. Estas deverão conter tantos nomes quantos são os Eleitores que tem de dar aquella Freguezia: serão assignadas pelos votantes, e reconhecida a identidade pelo Parocho. Os que não souberem escrever chegar-se-hão à Mesa e, para evitar fraudes, dirão ao Secretario os nomes daquelles em quem votam: este formará a Lista competente, que depois de lida será assignada pelo votante com uma Cruz, declarando o Secretario ser aquelle o signal de que usa tal individuo.

Apesar da inclusão dos analfabetos, os critérios censitários colocados no artigo oitavo da *Decisão número 57 de 19 de junho de 1822* restringia em muito a participação no processo eleitoral. Sob essa legislação foi eleita a *Assemblea Constituinte* do recém-fundado Império do Brasil. A *Assemblea* foi inaugurada em 3 de maio de 1823, contudo ela foi dissolvida pelo Imperador em 13 de novembro do mesmo ano. De modo que em 25 de março de 1824 o Imperador D. Pedro I outorga ao Brasil sua Constituição, em seguida são convocadas eleições para a Assembleia Legislativa. Esse processo eleitoral deveria seguir, evidentemente, o texto constitucional e a regulamentação específica constituída para tal finalidade presente no *Decreto de 26 de março de 1824 – Manda proceder à eleição dos Deputados e Senadores da Assembleia Geral Legislativa e dos Membros dos Conselhos Geraes das Provinciais*. Este decreto é bastante incisivo no que diz respeito a quem pode ou não votar, no entanto, há relativo silêncio acerca dos libertos, pela Constituição Imperial eles, desde que nascidos no Brasil ou naturalizados poderiam ser votantes, participar em primeiro grau, mas não no segundo e serem eleitores. O *Decreto de 26 de março de 1824* reforçava as premissas constitucionais acerca das eleições primárias determinava, no *Capítulo I, Das eleições das assembléas parochiaes*,

§ 6.º Têm votos nas eleições primarias: 1.º Os cidadãos brasileiros, que estão no gozo de seus direitos políticos; 2.º Os estrangeiros naturalizados, com tanto que uns e outros sejam domiciliários da freguezia, ou tenham pelo menos alli a sua residencia desde a dominga da Septuagesima, que é quando os Parochos devem fazer os rôes de seus freguezes, tomar delles conhecimento. Os que depois deste dia mudaram de freguezia, devem ir votar na em que d'antes residiam.

No mesmo Capítulo determinavam-se quem eram excluídos:

§ 7.º São excluídos de votar nas assembleias parochiaes:

- 1.º Os menores de vinte e cinco annos, nos quaes se não comprehendem os casados, e officiaes militares, que forem maiores de vinte e um annos; os Bachareis formados, e o Clerigos de Ordens Sacras.
- 2.º Os filhos famílias, que estiverem em companhia de seus pais, salvo si servirem officios públicos.
- 3.º Os criados de servir, em cuja classe não entram os guarda livros, e primeiros caixeiros das casas de commercio; os criados da Casa Imperial, que não forem de galão branco; e os administradores das fazendas ruraes, e fabricas.
- 4.º Os Religiosos, e quaesquer que vivam em communidade claustral.
- 5.º Os que não tiverem de renda liquida annual cem mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou emprego. (Arts. 91 e 92 da Constituição).

A não presença dos libertos entre os impedidos de participar das eleições em primeiro grau permite o entendimento de que o *Decreto de 26 de março de 1824* confirmava também neste aspecto a Constituição Imperial, assim nesta fase seria possível a participação dos ex-escravos. A coerência do *Decreto de 26 de março de 1824* com o texto constitucional se mantêm no *Capítulo II, Modo de proceder á nomeação dos eleitores parochiaes, onde se versa sobre a votação para deputados e senadores*:

§ 6.º Podem ser eleitores, e votar na eleição dos Senadores e Deputados, todos os que podem votar nas assebléas pararchiaes.

Exceptuam-se os seguintes:

- 1.º Os que não tiverem de renda liquida annual duzentos mil réis por bens de raiz, commercio, industria ou emprego.
 - 2.º Os libertos.
 - 3.º Os criminosos pronunciados em querela, ou devassa.
- (Art. 94 da Constituição).

Com efeito, o *Decreto de 26 de março de 1824* veio, tão somente, para retificar aquilo já firmado pela Constituição, esta dizia no *Título Quarto, Do Poder Legislativo*, em seu *Capítulo VI*:

CAPITULO VI. Das Eleições.

Art. 90. As nomeações dos Deputados, e Senadores para a Assembléa Geral, e dos Membros dos Conselhos Geraes das Provincias, serão feitas por Eleições indirectas, elegendo a massa dos Cidadãos activos em Assembleas Parochiaes os Eleitores de Provincia, e estes os Representantes da Nação, e Provincia.

Art. 91. Têm voto nestas Eleições primarias

- I. Os Cidadãos Brasileiros, que estão no gozo de seus direitos politicos.
- II. Os Estrangeiros naturalisados.

Art. 92. São excluidos de votar nas Assembleas Parochiaes.

- I. Os menores de vinte e cinco annos, nos quaes se não comprehendem os casados, e Officiaes Militares, que forem maiores de vinte e um annos, os Bachares Formados, e Clerigos de Ordens Sacras.
- II. Os filhos familias, que estiverem na companhia de seus pais, salvo se servirem Officios publicos.
- III. Os criados de servir, em cuja classe não entram os Guardalivros, e primeiros caixeiros das casas de commercio, os Criados da Casa Imperial, que não forem de galão branco, e os administradores das fazendas ruraes, e fabricas.
- IV. Os Religiosos, e quaesquer, que vivam em Communidade claustral.
- V. Os que não tiverem de renda liquida annual cem mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou Empregos.
- Art. 93. Os que não podem votar nas Assembléas Primarias de Parochia, não podem ser Membros, nem votar na nomeação de alguma Autoridade electiva Nacional, ou local.
- Art. 94. Podem ser Eleitores, e votar na eleição dos Deputados, Senadores, e Membros dos Conselhos de Provincia todos, os que podem votar na Assembléa Parochial. Exceptuam-se
 - I. Os que não tiverem de renda liquida annual duzentos mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou emprego.
 - II. Os Libertos.
 - III. Os criminosos pronunciados em queréla, ou devassa.
- Art. 95. Todos os que podem ser Eleitores, abeis para serem nomeados Deputados. Exceptuam-se
 - I. Os que não tiverem quatrocentos mil réis de renda liquida, na fórma dos Arts. 92 e 94.
 - II. Os Estrangeiros naturalizados.
 - III. Os que não professarem a Religião do Estado.
- Art. 96. Os Cidadãos Brasileiros em qualquer parte, que existam, são elegiveis em cada Districto Eleitoral para Deputados, ou Senadores, ainda quando ahi não sejam nascidos, residentes ou domiciliados.
- Art. 97. Uma Lei regulamentar marcará o modo pratico das Eleições, e o numero dos Deputados relativamente á população do Imperio.

O sistema eleitoral inaugurado com a Constituição de 1824 foi discutido por vários autores e autoras. Poder-se-ia recorrer a Francisco Belisário Soares de Souza (1839-1889) para um depoimento de época, por exemplo, contudo preferiu-se observar uma bibliografia mais contemporânea como José Murilo de Carvalho, Jairo Nicolau e Maria Emilia Prado e obras relativamente clássicas acerca do tema que são as de Manoel Rodrigues Ferreira e Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982). (SOUZA, F. B. S. 1979; CARVALHO, J. M., 2008a; 2008b; NICOLAU, J. M., 2002; 2004a; 2004b; 2012; PRADO, M. E. 2005; FERREIRA, M. R., 1976; 2001; HOLANDA, S. B., 2008). Maria Emilia Prado fornece uma boa síntese do que era o sistema:

(...) as eleições se processavam no império através de um sistema indireto: os votantes (todos os que possuíam renda anual superior a 100 mil réis, entre outros requisitos) elegiam, na primeira fase do processo, aqueles que, por sua vez, seriam os eleitores, e a esses competia, na segunda fase do processo, a escolha dos 'representantes da nação' (os deputados). Até o dia da eleição, nenhum dispositivo legal a indicar os que estavam ou não

aptos ao exercício do direito de voto; tal procedimento era tarefa destinada à mesa eleitoral e realizada no dia da eleição. (PRADO, M. E., 2001 p 179).

Os eleitores deveriam ter uma renda anual de 200 mil réis. Somente os eleitores poderiam candidatar-se à deputação ou à senatoria, desde que apresentassem uma renda igual ou superior a 400 mil réis anuais para ser deputado e 800 mil réis para o senado. É pertinente lembrar que no período imperial a Câmara dos Deputados era temporária, ou seja, as pessoas eram eleitas para mandatos de tempo determinado. A Carta Constitucional do Império asseverava no *Título Quarto, Do Poder Legislativo* em seu *Capítulo II* o seguinte no que se referia à deputação.

CAPITULO II Da Camara dos Deputados.

Art. 35. A Camara dos Deputados é electiva, e temporaria.

Art. 36. E' privativa da Camara dos Deputados a Iniciativa.

I. Sobre Impostos.

II. Sobre Recrutamentos.

III. Sobre a escolha da nova Dynastia, no caso da extinctão da Imperante.

Art. 37. Tambem principiarão na Camara dos Deputados

I. O Exame da administração passada, e reforma dos abusos nella introduzidos.

A discussão das propostas, feitas polo Poder Executivo.

Art. 38. E' da privativa attribuição da mesma Camara decretar, que tem logar a accusação dos Ministros de Estado, e Conselheiros de Estado.

Art. 39. Os Deputados vencerão, durante as Sessões, um Subsidio, pecuniario, taxado no fim da ultima Sessão da Legislatura antecedente. Além disto se lhes arbitrará uma indemnisação para as despesas da vinda, e volta.

Ficou a cargo do *Decreto de 26 de março de 1824* o estabelecimento o número de deputados, uma vez que o texto constitucional não tratou da matéria. Segundo este decreto seriam 102 o número de deputados a compor a *Camara dos Senhores Deputados*. Este número de deputados vigorou da primeira até a sexta legislatura (1ª Legislatura 1826-1829; 2ª Legislatura 1830-1833; 3ª Legislatura 1834-1837; 4ª Legislatura 1838-1841; 5ª Legislatura 1842-1844; e 6ª Legislatura 1845-1847.).

A *Lei n.º 387, de Dezenove de Agosto de 1846, Regula a maneira de proceder ás Eleições de Senadores, Deputados, Membros das Assembléas Provinciaes, Juizes de Paz, e Camaras Municipaes* alterou a situação, no que diz respeito ao número de deputados, que passariam a ser cento e quatro, conforme se verifica no *Título III, Da eleição secundária, Capítulo I, Dos Collegios Eleitoraes, e Eleição dos Deputados*

Art. 74. A Província do Rio Grande do Sul dará tres Deputados; Santa Catharina hum; S. Paulo nove; Mato Grosso hum; Goyaz dois; Minas Geraes vinte; Rio de Janeiro dez; Espirito Santo hum; Bahia quatorze; Sergipe d'El Rei dois; Alagoas cinco; Pernambuco treze; Parahiba cinco; Rio Grande do Norte hum; Ceará oito; Piauhy dois; Maranhão quatro; Pará tres.

Esta determinação foi válida para a 7.^a Legislatura, 1848, e para a 8.^a Legislatura, 1849-1852. A 9.^a Legislatura, 1853-1856, contou com 108 deputados. O *Decreto n.º 842 de dezenove de setembro de 1855, Altera a Lei de dezenove de Agosto de 1846* recompôs o número deputados para cento e dezoito e foi válido para a 10.^a Legislatura, 1857-1860, ele aponta que três províncias teriam um acréscimo em sua representação parlamentar.

§ 14. As Províncias do Rio de Janeiro e Sergipe darão mais dous Deputados, e mais hum a de Piauhy.

O *Decreto n.º 1.082 de dezoito de agosto de 1860, Altera a Lei n.º 387 de dezenove de agosto de 1846, e o Decreto n.º 842 de 19 de setembro de 1855, sobre eleições* fixou em 122 o número de deputados para a 11.^a Legislatura, 1861-1863; 12.^a Legislatura, 1864-1866; 13.^a Legislatura, 1867-1868; 14.^a Legislatura, 1869-1872; e 15.^a Legislatura, 1872-1875. Por sua vez o *Decreto n.º 2.675 de vinte de outubro de 1875, Reforma a legislação eleitoral*, manteve o número de 122 deputados para a 16.^a Legislatura, 1876-1877 e para a 17.^a Legislatura, 1878-1881. A *Lei n.º 3.029 de nove de janeiro de 1881, a Lei Saraiva*, também optou pelo número de 122 deputados, quantidade válida para a 18.^a Legislatura, 1882-1884, a 19.^a Legislatura, 1885, foi composta por 125 deputados o mesmo ocorreu com 20.^a Legislatura, 1886-1889.

Por sua vez o Senado era vitalício, uma vez eleito o senador fica no cargo até o fim da vida. A Constituição do Império de 1824 postula da seguinte maneira sobre o Senado:

CAPITULO III

Do Senado.

Art. 40. O Senado é composto de Membros vitalícios, e será organizado por eleição Provincial.

Art. 41. Cada Província dará tantos Senadores, quantos forem metade de seus respectivos Deputados, com a diferença, que, quando o numero dos Deputados da Província fôr impar, o numero dos seus Senadores será

metade do numero immediatamente menor, de maneira que a Provincia, que houver de dar onze Deputados, dará cinco Senadores.

Art. 42. A Provincia, que tiver um só Deputado, elegerá todavia o seu Senador, não obstante a regra acima estabelecida.

Art. 43. As eleições serão feitas pela mesma maneira, que as dos Deputados, mas em listas triplices, sobre as quaes o Imperador escolherá o terço na totalidade da lista.

Art. 44. Os Logares de Senadores, que vagarem, serão preenchidos pela mesma fórma da primeira Eleição pela sua respectiva Provincia.

Art. 45. Para ser Senador requer-se

I. Que seja Cidadão Brasileiro, e que esteja no gozo dos seus Direitos Politicos.

II. Que tenha de idade quarenta annos para cima.

III. Que seja pessoa de saber, capacidade, e virtudes, com preferencia os que tiverem feito serviços á Patria.

IV. Que tenha de rendimento annual por bens, industria, commercio, ou Empregos, a somma de oitocentos mil réis.

Art. 46. Os Principes da Casa Imperial são Senadores por Direito, e terão assento no Senado, logo que chegarem á idade de vinte e cinco annos.

Art. 47. E' da attribuição exclusiva do Senado

I. Conhecer dos delictos individuaes, commettidos pelos Membros da Familia Imperial, Ministros de Estado, Conselheiros de Estado, e Senadores; e dos delictos dos Deputados, durante o periodo da Legislatura.

II. Conhecer da responsabilidade dos Secretarios, e Conselheiros de Estado.

III. Expedir Cartas de Convocação da Assembléa, caso o Imperador o não tenha feito dous mezes depois do tempo, que a Constituição determina; para o que se reunirá o Senado extraordinariamente.

IV. Convocar a Assembléa na morte do Imperador para a Eleição da Regencia, nos casos, em que ella tem logar, quando a Regencia Provisional o não faça.

Art. 48. No Juizo dos crimes, cuja accusação não pertence á Camara dos Deputados, accusará o Procurador da Corôa, e Soberania Nacional.

Art. 49. As Sessões do Senado começam, e acabam ao mesmo tempo, que as da Camara dos Deputados.

Art. 50. A' excepção dos casos ordenados pela Constituição, toda a reunião do Senado fóra do tempo das Sessões da Camara dos Deputados é illicita, e nulla.

Art. 51. O Subsidio dos Senadores será de tanto, e mais metade, do que tiverem os Deputados.

Outra diferença substancial entre a Câmara temporária e a vitalícia estava na possibilidade de dissolução a qual a primeira estava sujeita e que muito difficilmente ocorreria com a segunda. A dissolução era um mecanismo constitucional que permitia ao Poder Moderador dissolver a Câmara dos Deputados e convocar novas eleições mediante circunstâncias específicas. O artigo 101, inciso quinto, da Constituição de 1824 afirmava que era prerrogativa do Poder Moderador, exercido pelo Imperador, agir: “V. Prorrogando, ou adiando a Assembléa Geral, e dissolvendo a Camara dos Deputados, nos casos, em que o exigir a salvação do Estado; convocando immediatamente outra, que a substitua.”

Não existia prerrogativa semelhante em relação ao Senado, isso dava a instituição uma maior independência em sua relação com o governo. A indisposição da Câmara com o Governo, por exemplo, poderia terminar em dissolução da mesma. O Governo podia recorrer ao Poder Moderador solicitando a dissolução da Câmara. E quando o Imperador assim agia era acusado de exercer o Poder Pessoal, o famoso sorites imperial destacado por José Tomás Nabuco de Araújo Filho (1813-1878) e discutido por José Murilo de Carvalho. (CARVALHO, J. M., 2008a).

Daí o impasse do sistema que Nabuco de Araújo uma vez formulou em sorites que ficou famoso. Se o Poder Moderador não interferisse haveria ditadura de uma facção; se o fazia, provocava reações contra o que se chamava de imperialismo. [Poder Pessoal do Imperador] (CARVALHO, J. M., 2008a p 371-372).

O modelo criado pela Constituição de 1824 sofreu ao longo dos anos algumas modificações. Ainda na década de 1820 foram cinco, três decretos e duas leis, a saber: *Decreto de 9 de agosto de 1827; Lei de 15 de outubro de 1827; Decreto de 29 de julho de 1828; Lei de 1º de outubro de 1828; Decreto de 30 de junho de 1830*. O decreto de agosto de 1827 regulava os eleitores ele “Ordena que os eleitores, nomeados para a 1ª eleição de qualquer legislatura, sejam os competentes durante ela para proceder á eleição de Senadores e á de Deputados para substituir aos que forem nomeados Ministros de Estado.” A lei de outubro de 1827 criava os cargos de Juiz de Paz e suplente, bem como delimitava as funções do posto. Este era eletivo e só poderia pleitear a posição quem fosse eleitor.

No ano seguinte, 1828, duas novas normativas são colocadas: uma em julho outra em outubro. Em vinte e nove de julho de 1828 um decreto, segundo Rodrigues Ferreira, “determinou que as eleições para a legislatura seguinte fossem feitas pela Lei de 26 de março de 1824.” (FERREIRA, M. R., 2001 p 151). E também determinou que as eleições primárias ocorressem simultaneamente em todas as freguesias de uma mesma província, o mesmo seria válido e deveria ser observado para as eleições secundárias. (FERREIRA, M. R., 2001 p 151). Esta legislação ainda estabeleceu penalidades pecuniárias a quem se ausentasse sem justificativa da votação, de 30 mil até 60 mil réis, bem como as mesas que não exercessem com acuro suas obrigações de 300 mil até 600 mil réis.

A *Lei de 1.º de outubro de 1828* substituiu as *Ordenações do Reino*, para regular, especialmente o processo de eleição das câmaras municipais, definindo o tempo de mandato e quem poderia votar e ser votado. Segundo a referida lei “Art. 3º Têm voto na eleição dos Vereadores, os que têm voto na nomeação dos eleitores de parochia, na conformidade da Constituição, arts. 91, e 92.” E isto significou instalar pela primeira vez no Brasil a eleição direta. Deu-se por ela também a ratificação da possibilidade de voto ao analfabeto, veja-se:

Art. 7º Reunidos os cidadãos no dia decretado, e nos lugares, que se designarem, depois que se tiver formado a mesa, na conformidade das instrucções, que regulam as assembléas parochiaes para a eleição dos membros das Camaras Legislativas, cada um dos votantes entregará ao Presidente uma cedula, que contenha o numero de nomes de pessoas elegiveis, correspondente ao dos Vereadores, que se houverem de eleger, e que será assignada no verso, ou pelo mesmo votante ou por outro a seu rogo, e fechada com um rotulo, dizendo – Vereadores para a Camara da cidade de.... ou villa de –: immediata, e successivamente entregará outra cedula, que contenha os nomes de duas pessoas elegiveis, uma para Juiz de Paz, outra para Supplente do districto, onde estes houverem de servir, e será do mesmo modo assignada, e fechada com rotulo, dizendo – Juiz de Paz, e Supplente da parochia deou da capella de–.

E ainda é fixada inscrição prévia dos votantes que deveria ser divulgada 15 dias antes do pleito; era a primeira vez que se exigia alistamento prévio. Fecha à década de 1820 o *Decreto de 30 de junho de 1830*, este estabelece que a qualidade dos eleitores paróquias seja realizada pela consciência dos votantes.

A década seguinte conheceu mais quatro normativas sobre o processo eleitoral. A *Lei de 14 de junho de 1831* regula a eleição regencial, bem como atribuições e interdições do cargo de Regente. A escolha do(s) Regente(s) se dava em votação parlamentar, ou seja, os deputados e os senadores é que elegiam o(s) Regente(s). Como afirma o artigo terceiro:

Art. 3º No dia em que fôr accordado pelas Camaras, reunidas ellas, e servindo de Secretarios dous do Senado, e dous da Camara dos Deputados, far-se-ha a chamada, e verificado o numero de Deputados e Senadores presentes serão uns e outros successivamente chamados á mesa; e ahi lançarão na urna suas cedula contendo os nomes de tres pessoas para membros da Regencia.

A *Lei de 12 de outubro de 1832* é bastante específica, pois ela “Ordena que os Eleitores dos Deputados para a seguinte Legislatura, lhes confirmem nas procurações, faculdade para reformarem alguns artigos da Constituição.” No dia

seguinte um decreto determina que a província do Piauí eleja dois deputados para a Assembléa Geral Legislativa. A *Lei n.º 16 de 12 de agosto de 1834* modifica os critérios para eleição do(s) Regente(s) a incumbência de selecionar o(s) Regente(s), ao que parece passa do Parlamento – Câmara e Senado – para os eleitores. Ao menos assim se entende os artigos vigésimo sexto e sétimo da mencionada lei:

Art. 26. Se o Imperador não tiver Parente algum, que reuna as qualidades exigidas no art. 122 da Constituição, será o Imperio governado, durante a sua menoridade, por um Regente electivo e temporario, cujo cargo durará quatro annos, renovando-se para esse fim a eleição de quatro em quatro annos.

Art. 27. Esta eleição será feita pelos Eleitores da respectiva Legislatura, os quaes, reunidos nos seus Collegios, votaráõ por escrutinio secreto em dous Cidadãos Brasileiros, dos quaes um não será nascido na Provincia, a que pertencerem os Collegios, e nem um delles será Cidadão naturalisado.

Apurados os votos, lavrar-se-hão tres actas do mesmo theor, que continhão os nomes de todos os votados, e o numero exacto de votos que cada um obtiver. Assignadas estas actas pelos eleitores, e selladas, serão enviadas, uma á Camara Municipal, a que pertencer o Collegio, outra ao Governo Geral, por intermedio do Presidente da Provincia, e a terceira directamente ao Presidente do Senado.

Isso na comparação com a *Lei de 14 de junho de 1831*, e de fato, a própria lei se apresenta da seguinte forma: “Faz algumas alterações e addições á Constituição Política do Imperio, nos termos da Lei de 12 de Outubro de 1832.” A *Lei n.º 105 – de 12 de maio de 1840* buscava eliminar dúvidas referentes à *Reforma Constitucional de 1834*, notadamente no que diz respeito aos limites e possibilidades de atuação das *Assembleas Provinciais*.

A década de 1840 conheceu, coincidentemente, também quatro normativas acerca do processo eleitoral: *Decreto n.º 157 – de 4 de maio de 1842*; *Lei n.º 387 – de 19 de agosto de 1846*; *Decreto nº 484 – de 25 de novembro de 1846*; *Decreto n.º 565 – de 10 de julho de 1850*.

O *Decreto n.º 157 – de 4 de maio de 1842* foca, marcadamente, o alistamento dos votantes e eleitores e cadastro dos fogos. Ele estabelece a formação de uma junta encarregada do alistamento, do cadastro dos fogos e da organização das listas de votantes e eleitores. As juntas de alistamento já teriam nascido sob desconfiança, pois muitos viam nelas um mecanismo do governo para controlar as eleições. (FERREIRA, M. R., 2001 p 173). Contudo, o intuito declarado do decreto seria estabelecer maior rigor no registro dos votantes e eleitores. Cabe ainda informar que o voto, sob tal legislação, não era secreto e os analfabetos

podiam participar. O alistamento prévio dos votantes poderia ser tratado como a novidade instalada com o decreto de 4 de maio.

A *Lei n.º 387 – de 19 de agosto de 1846* ao ser aprovada revogava toda a legislação eleitoral anterior, excetuando-se, evidentemente os dispositivos constitucionais. Ela estabelece novas regras para todo o procedimento eleitoral, as eleições continuariam indiretas, em dois graus, sendo que os eleitores de primeiro grau elegeriam os de segundo, e estes elegeriam os deputados provinciais, deputados gerais e senadores. (FERREIRA, M. R., 2001 p 181-182). A *Lei n.º 387 – de 19 de agosto de 1846* ainda fornecia instruções para o procedimento a ser utilizado na eleição de outros cargos eletivos, assim “a eleição das autoridades municipais, isto é, juizes de paz e câmaras municipais” passaram a ser geridas pela referida lei. (FERREIRA, M. R., 2001 p 182).

Esta lei regulou qualificação dos votantes, eleitores de primeiro grau, que deveria ser realizada por uma junta de qualificação constituída em cada paróquia. A junta seria organizada por meio de uma eleição entre os eleitores de segundo grau assim qualificados para o último pleito realizado. Poderiam ser qualificados como votantes pela *Lei de 19 de agosto de 1846*:

Art. 17. Serão compreendidos na lista geral dos votantes (Art. 91 da Constituição): 1º os Cidadãos Brasileiros, que estiverem no gozo de seus Direitos Politicos: 2º os Estrangeiros naturalizados, com tanto que huns, e outros tenham pelo menos hum mez de residencia na Parochia antes do dia da formação da Junta: os que ahi residirem menos tempo serão qualificados na Parochia, em que d’antes residião. Os Cidadãos, que de novo chegarem á Parochia vindos de fóra do Imperio, ou de outra Provincia, qualquer que seja o tempo que tenham de residencia na epocha da formação da Junta, serão incluídos na lista, se mostrarem animo de ahi permanecer.

E seriam excluídos:

Art. 18. Não serão incluídos na lista geral (Artigo 92 da Constituição):

1º Os menores de 25 annos, nos quaes se não comprehendem os casados, e os Officiaes Militares, que forem maiores de 21 annos; os Bachareis formados, e os Clerigos de Ordens Sacras.

Os filhos familias, que estiverem em companhia de seus pais, salvo se servirem Officios Publicos.

3º Os criados de servir, em cuja classe não entrão os Guarda-livros, e primeiros Caixeiros das casas de commercio; os criados da Casa Imperial, que não forem de galão branco; e os Administradores das Fazendas ruraes, e Fabricas.

4º Os Religiosos, e quaesquer, que vivão em Comunidade claustral.

5º Os que não tiverem de renda liquida annual, avaliada em prata, a quantia de 100\$000 por bens de raiz, industria, commercio, ou Emprego.

6º As praças de pret do Exercito, e Armada, e da Força Policial paga, e os Marinheiros dos Navios de Guerra.

Com efeito, é importante destacar que os analfabetos mantinham a possibilidade de serem alistados como votantes “Art. 51. Os votantes não serão obrigados a assignar suas sedulas; e estas devem conter tantos nomes, e suas respectivas occupaões, quantos Eleitores tiver de dar a Parochia.” E os libertos nascidos no Brasil ou naturalizados também mantinham tal possibilidade. A situação do liberto muda no que diz respeito à eleição do segundo grau, a eleição do eleitor.

Art. 53. Podem ser Eleitores todos os que podem votar nas Assembléas Parochiaes. Exceptuão-se:

§ 1º Os que não tiverem de renda liquida annual, avaliada em prata, a quantia de duzentos mil réis por bens de raiz, commercio, industria, ou Emprego.

§ 2º Os Libertos.

§ 3º Os pronunciados em queixa, denuncia, ou summario, estando a pronuncia competentemente sustentada.

O caráter dúbio no trato aos libertos pode ser entendido nos mesmos termos, das primeiras instruções eleitorais para a América portuguesa, estabelecidas por Dom João VI no intuito da escolha dos representantes do ultramar nas *Cortes*, como visto há pouco. A forma como se colocou o texto constitucional permite por um lado, notar a coerência com uma postura liberal – todos os homens livres com determinada renda poderiam ser admitidos na condição de votante – mas, antagonicamente, mantém a possibilidade da definição no âmbito local da inclusão e ou exclusão.

A regra em relação aos libertos se mostrava lacunar e ambígua: aparentemente eles poderiam ser votantes se tivessem renda, mas nunca eleitores – nem se tivessem renda; entretanto outra interpretação é possível, pois o trecho parece permitir que juízes, mesas eleitorais e juntas de qualificação terminassem impedindo libertos com renda até mesmo de serem votantes. Logo, a ambiguidade do texto constitucional pode ser tomada como saída conciliatória entre os poderes locais e uma postura liberal; e ainda denota, mais uma vez, a marca recorrente da legislação eleitoral – a exclusão, como se verá a seguir.

Os critérios censitários são outro ponto importante da lei, indicados tanto no parágrafo quinto do artigo décimo oitavo quanto no parágrafo primeiro do artigo quinquagésimo terceiro. O primeiro aponta a renda de 100 mil réis anuais para o

votante e o segundo 200 mil réis para eleitor avaliados em prata, segundo as observações de Alfredo E. Taunay (1843-1899) isso na prática significava dobrar o valor instituído pela Constituição, ou seja, seriam necessários 200 mil réis anuais para o indivíduo ser votante e 400 mil réis para ser eleitor. (TAUNAY, 1950). Este ponto gerou polêmica à época da promulgação da lei, transformando o *Decreto nº 484 – de 25 de novembro de 1846* em uma tentativa de sanar as dúvidas acerca do cálculo da renda, bem como justificar o critério censitário, diz o documento:

Conformando-Me com o parecer da Secção do Conselho d'Estado dos Negocios do Imperio, exarado em Consulta de vinte e hum do corrente, sobre as duvidas, que se tem suscitado ácerca do modo, por que deve avaliar-se a renda liquida em prata, que na conformidade da Lei numero trezentos e oitenta e sete de dezenove de Agosto deste anno, devem ter tanto os cidadãos votantes, como os elegiveis: Hei por bem Declarar que, attentas as alterações, por que tem passado a moeda, se deve calcular a mencionada renda pelo valor de réis do tempo, em que a Constituição foi promulgada; e que consequentemente os cem mil réis da renda do votante, que a Lei prescreve se avalie em prata, equivalem a duzentos mil réis; devendo do mesmo modo computar-se no dobro da moeda actual a renda em prata, que exige a mesma Lei nos que houverem de ser votados, quer para Eleitor, quer para Deputado, ou Senador.

A década de 40 dos oitocentos testemunhou no seu término, em 1850, mais uma normativa acerca do processo eleitoral: o *Decreto n.º 565 – de 10 de julho de 1850*. Este dizia “(...) que os Eleitores de Parochia, huma vez eleitos na conformidade da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, são competentes para proceder a todas as eleições de Senadores durante a respectiva Legislatura.”

Nos anos 1850 pelo menos mais quatro normativas foram estabelecidas sobre a matéria eleitoral: *Decreto n.º 842, de 19 de setembro de 1855*; o *Decreto n.º 1.812 – de 23 de agosto de 1856*; o *Decreto n. 1.082 – de 18 de agosto de 1860*; *Decreto nº 2.621 - de 22 de agosto de 1860*. O *Decreto de 19 de setembro de 1855* é bastante importante, pois ele alterou a *Lei n.º 387 – de 19 de agosto de 1846*.

O *Decreto n.º 842, de 19 de setembro de 1855* estabeleceu a eleição de um só deputado por distrito, o processo continuaria em dois graus, com os valores censitários já citados. O decreto definia que:

§ 3º As Provincias do Imperio serão divididas em tantos Districtos Eleitoraes quantos forem os seus Deputados á Assembléa Geral.

Manoel Rodrigues Ferreira utiliza o seguinte exemplo da província de São Paulo, esta elegia nove deputados, portanto, seria dividida em nove distritos eleitorais.

Cada distrito era formado de diversas freguesias. A eleição continuava a ser pelo sistema indireto, exatamente da maneira determinada pela lei anterior. Isto é, em cada freguesia, os votantes (eleitores de 1.º grau) elegiam os eleitores de paróquia (eleitores de 2.º grau). Estes reuniam-se na cabeça do distrito eleitoral e procediam à eleição de um só deputado (como eram nove distritos na Província de São Paulo, cada distrito elegia um deputado). (FERREIRA, M. R., 2001 p 193-194).

Devido, então, às suas características o *Decreto n.º 842, de 19 de setembro de 1855* recebeu a denominação de *Lei dos Círculos*, o sistema de eleição de um deputado por distrito já era de muito utilizado nos Estados Unidos, França e Inglaterra. A lei brasileira foi inspirada na lei eleitoral francesa de 22 de dezembro de 1789, esta estabelecia três escrutínios, exigia-se maioria absoluta no primeiro e no segundo, caso nenhum candidato conseguisse, haveria um terceiro com os dois candidatos mais votados no segundo. (FERREIRA, M. R., 2001 p 195).

O processo de eleição para as *Assembleas Provinciais* segundo essa legislação foi realizado da seguinte forma: como o número de deputados às *Assembleas Provinciais* era maior que à *Assemblea Geral*, dividia-se o número de membros da primeira pela da segunda e o quociente seria o número de deputados a ser eleito por distrito. Rodrigues Ferreira toma, por exemplo, a província de São Paulo que “(...) elegia nove deputados à Assembleia Geral, e 36 à Assembleia Provincial. Como havia nove distritos, cada distrito deveria eleger quatro membros do Legislativo Provincial.” (FERREIRA, M. R., 2001 p 194).

A chamada *Lei dos Círculos* também especificou as incompatibilidades, ou seja, quem não poderia ser votado por ocupar esse ou aquele cargo. Segunda a referida lei:

§ 20. Os Presidentes de Provincia, e seus Secretarios, os Commandantes de Armas, e Generaes em Chefe, os Inspectores de Fazenda Geral e Provincial, os Chefes de Policia, os Delegados e Subdelegados, os Juizes de Direito e Municipaes, não poderão ser votados para Membros das Assembléas Provinciaes, Deputados ou Senadores nos Collegios Eleitoraes dos Districtos em que exercerem authoridade ou jurisdicção. Os votos que recahirem em taes Empregados serão reputados nullos.

A *Lei dos Círculos* também inseriu o voto secreto para a eleição no segundo grau. Para retirar dúvidas referentes à lei de 1855, bem como melhor instruir sua execução foi fixado o *Decreto n.º 1.812 – de 23 de agosto de 1856*, ele visou sanar dúvidas, sobremaneira, acerca da composição das juntas e mesas eleitorais.²

O *Decreto n. 1.082 – de 18 de agosto de 1860* estabeleceu os círculos de três deputados:

§ 2º As provincias do Imperio serão divididas em districtos eleitoraes de tres Deputados cada hum. Quando porém derem só dous Deputados, ou o numero destes não fôr multiplo de tres, haverá hum ou dous districtos de dous Deputados.

Inferia, também, que nenhuma província poderia dar menos que dois deputados à *Assemblea Geral*. No mês de agosto de 1860 veio a lume o *Decreto n.º 2.621 - de 22 de agosto de 1860*, posto a dar instruções de como deveria ser executada a lei de dezoito de agosto.

Em 1875 se deu outra reforma da legislação eleitoral por meio *Decreto n.º 2.675, de 20 de outubro de 1875*, seguiram-se a este, dois outros: *Decreto n.º 6.097, de 12 de janeiro de 1876* e o *Decreto n.º 6.241 – de 5 de julho de 1876*.

A lei de 1875 não se constituiu numa lei geral que substituísse a de 1846, ela incorporava modificações e inovações àquela. O objetivo seria melhorar o sistema criado em 1846. Assim, se estabeleceram novas regras para composição das juntas de alistamento e das mesas paroquiais, o número de eleitores seria estabelecido pelo Ministro do Império, foram definidos quais documentos seriam aceitos como comprobatórios de renda. A eleição indireta em dois graus permanece, bem como os critérios censitários determinados em 1846, a possibilidade de voto aos analfabetos permanece em ambos os graus. Esta legislação atribui pela primeira vez importantes tarefas ao judiciário, no que diz respeito a sanar dúvidas, fazer cumprir a lei eleitoral e julgar recursos, mas ainda não era a constituição de uma justiça eleitoral. E nesse momento surgiu o primeiro título de eleitor. (FERREIRA, M. R., 2001, p 225-243). A regulamentação desta lei veio no ano seguinte com o *Decreto n.º 6.097, de 12 de janeiro de 1876* e o *Decreto n.º 6.241 – de 5 de julho de 1876*. O primeiro combinava aquilo que havia sido estabelecido em 1846 com as

² Manoel Rodrigues Ferreira mencionou a existência de uma lei de setembro de 1856, não localizada, que disporia acerca do sigilo do voto em primeiro grau. (RODRIGUES, M. R., 2001 p 196).

determinações de 1875. O segundo regulava a questão do número de eleitores de paróquia dizendo que:

A Princesa Imperial Regente, em Nome do Imperador, Ha por bem, em execução do art. 2º do Decreto nº 2.675 de 20 de Outubro de 1875, fixar o numero de Eleitores das Parochias do Imperio, pelo modo que consta das relações que com este baixam, assignadas pelo Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido e faça executar.

A Lei de 1875 ficou conhecida como *Lei do Terço* seguindo a descrição de Rodrigues Ferreira, esta pode ser apreendida, como mais uma tentativa de contemplar as minorias, de impedir a formação de Câmaras Unânimes.

A Lei de 20 de outubro de 1875, regulamentada pelo Decreto de 12 de janeiro de 1876, estabelecia o seguinte sistema de eleições: cada eleitor somente podia votar em um número de nomes que fossem os dois terços a eleger. Assim, por exemplo, São Paulo tinha o direito de eleger nove deputados à Assembleia Geral e 36 à Assembleia Provincial. De acordo com a lei, os eleitores (de 2.º grau) deviam organizar suas chapas com seis nomes (dois terços de nove), e 24 nomes (dois terços de 36), respectivamente. O partido vitorioso (ou coligação) somente poderia preencher dois terços dos cargos eletivos. O resto, isto é, um terço que faltasse, será preenchido pela minoria, ou seja, o partido (ou coligação) que tivesse obtido menos votos. (FERREIRA, M. R., 2001 p 248).

Cabe lembrar que a *Lei do Terço* não era um sistema proporcional, apenas fazia uma divisão dos cargos entre a maioria e a minoria. (FERREIRA, M. R., 2001 p 248). Para Sérgio Buarque de Holanda esta legislação não seria do agrado do Imperador, este teria depositado mais esperanças na *Lei dos Círculos de 1855*, contudo a *Lei do Terço* contemporizou, em alguma medida, a tensão entre os defensores do voto direto com os advogados do sistema indireto. (HOLANDA, S. B., 2008 p 206-207). Outra situação colocada pela a *Lei do Terço* foi o estabelecimento do voto provincial, extinguindo o voto distrital que vigorava desde 1855. (NICOLAU, J. M., 2012 p 40). Como se pode observar o sistema indireto passou por inúmeras alterações nos seus 57 anos de vigência. Essa situação pode ser interpretada de algumas formas. Um caminho possível é o de notar as modificações enquanto tentativas de aprimorar o sistema conferindo-lhe longevidade e credibilidade. Outro versa sobre serem todas as transformações da legislação eleitoral anteriores a 1881 e posteriores a 1868 como iniciativas que procuravam dar uma “sobrevida” a um

sistema eleitoral moribundo e desacreditado. De fato, uma possibilidade interpretativa não necessariamente exclui a outra.

Contudo, ao se procurar compreender a *Reforma Eleitoral 1881* pode se perceber que desde pelo menos os anos 1860 se constituiu uma demanda bastante ampla pela instalação do voto direto. A seção que se segue visa explorar justamente esta conjuntura.

1.2 Os votantes

No artigo *A incapacidade e o mérito*, Alexandra do Nascimento Aguiar indicou que a elite política imperial a partir da década de 1870 tomou, praticamente, como regra criticar as eleições em dois graus, em função de alguns aspectos em específico: a interferência do governo e a presença do votante. Aguiar nota que estes dois pontos estariam interligados e seriam cruciais, na visão das elites políticas, para a corrupção do sistema eleitoral. Para a autora: “Na concepção dos grupos de poder no Brasil, a ignorância do povo tornava seu voto produto para venda e possibilitava a influência do governo nas eleições.” (AGUIAR, A. N., 2009 p 5). A participação do votante seria o mais próximo de uma presença popular no sistema, e este povo foi duramente criticado por favorecer a corrupção. Aguiar percebeu, por exemplo, que:

Os artigos de Rui Barbosa, no *Diário da Bahia*, defendiam a eleição direta como meio de trazer renovação política, através da remoção dos elementos que garantiam a influência do governo nas eleições e que sustentavam as instituições conservadoras. A ideia de uma camada urbana, letrada e independente em oposição à população rural, miserável ignorante está presente na fala de Rui Barbosa. A população rural, no papel de votante, era identificada por ele como a base que servia de sustentação aos vícios do sistema representativo. (AGUIAR, A. N. 2009 p 6)

Com efeito, ao analisar a defesa realizada por Ruy Barbosa de Oliveira (1849-1923) do voto direto (aliás, ele foi um dos deputados que aprovou, em 1881, a *Reforma Eleitoral* instalando o voto direto), Alexandra Aguiar indicou como ele associou o votante ao meio rural, bem como estas pessoas à miserabilidade e à ignorância. Apesar de separar a situação de miserabilidade da de ignorância,

segundo Aguiar, Ruy as posicionaria, de modo geral, conjuntamente num grupo de pessoas: a população rural. O que permite indagação: quem seria esta “população rural miserável e ignorante”? É viável inferir que ao menos na visão das elites políticas e intelectuais “população rural miserável e ignorante” seria predominantemente não branca e miscigenada, em sua maioria. Esta característica era relevante para a intelectualidade e para o pensamento da época.

E ao se olhar para a legislação que regulava os alistamentos eleitorais, a *Lei n.º 387 – De 19 de agosto de 1846: Regula a maneira de proceder ás Eleições de Senadores, Deputados, Membros das Assembléas Provinciaes, Juizes de Paz, e Camaras Municipaes* percebe-se serem passíveis de qualificação como votantes as seguintes pessoas:

Art. 17. Serão compreendidos na lista geral dos votantes (Art. 91 da Constituição): 1º os Cidadãos Brasileiros, que estiverem no gozo de seus Direitos Politicos: 2º os Estrangeiros naturalizados, com tanto que huns, e outros tenham pelo menos hum mez de residencia na Parochia antes do dia da formação da Junta: os que ahi residirem menos tempo serão qualificados na Parochia, em que d’antes residião. Os Cidadãos, que de novo chegarem á Parochia vindos de fóra do Imperio, ou de outra Provincia, qualquer que seja o tempo que tenham de residencia na epocha da formação da Junta, serão incluídos na lista, se mostrarem animo de ahi permanecer.

E seriam excluídos:

Art. 18. Não serão incluídos na lista geral (Artigo 92 da Constituição):

1º Os menores de 25 annos, nos quaes se não comprehendem os casados, e os Officiaes Militares, que forem maiores de 21 annos; os Bachareis formados, e os Clerigos de Ordens Sacras.

Os filhos familias, que estiverem em companhia de seus pais, salvo se servirem Officios Publicos.

3º Os criados de servir, em cuja classe não entrão os Guarda-livros, e primeiros Caixeiros das casas de commercio; os criados da Casa Imperial, que não forem de galão branco; e os Administradores das Fazendas ruraes, e Fabricas.

4º Os Religiosos, e quaesquer, que vivão em Comunidade claustral.

5º Os que não tiverem de renda liquida annual, avaliada em prata, a quantia de 100\$000 por bens de raiz, industria, commercio, ou Emprego.

6º As praças de pret do Exercito, e Armada, e da Força Policial paga, e os Marinheiros dos Navios de Guerra.

Com base em tal legislação torna-se viável admitir que o universo dos votantes fosse bastante diverso. Considerando pertinente esta circunstância – o universo dos votantes como muito variado – mostrou-se interessante colocar em diálogo os critérios para alistamento eleitoral com os dados do *Recenseamento*

Geral do Império do Brasil de 1872. Segundo o *Recenseamento* de 1872 o país contaria com uma população masculina de 4.318.699 de indivíduos, deste total 1.971.772 foram classificados como homens brancos. Entre os homens recenseados como brancos 929.728 foram listados como tendo idade superior a 26 anos em 1872. Em teoria este conjunto de pessoas seria aquele com maior probabilidade de acessar a cidadania política plena. A exceção do critério censitário (e posteriormente o ambíguo critério literário) estas pessoas não teriam impedimentos outros para o alistamento eleitoral, especialmente, na condição de eleitor.

A este conjunto de pessoas, poder-se-ia acrescentar a população masculina recenseada como branca e com idade entre 21 e 25 anos, isto porque ela poderia ser alocada dentro de algumas das exceções da legislação para o alistamento eleitoral. Os menores de 25 anos de idade, mas maiores de 21 podiam pleitear o alistamento eleitoral desde que pertencessem a alguma das seguintes categorias: casados, diplomados, clérigos de ordens sacras e oficiais militares. Fato que aumentaria o contingente de pessoas com maior possibilidade de acessar a cidadania política plena.

Jairo Nicolau afirma que “a estatística eleitoral do Império é bastante precária” e de que “não existem dados nacionais sobre os resultados das eleições anteriores a 1870.” (NICOLAU, J. M., 2002 p 19). Apesar destas constatações o autor elaborou uma tabela com o número de votantes do país em 1873 com “(...) dados derivados do primeiro censo eleitoral realizado em 1872 (...)”, bem como de um diálogo com a obra de Raimundo Faoro (1925-2003). (NICOLAU, J. M., 2002 p 19-20). A análise de Nicolau revela que em 1873 o Império teria 1.100.008 votantes e 20.020 eleitores, num total de 1.120.028 pessoas com acesso a cidadania política formal.

O número de votantes e de eleitores localizado por Nicolau é superior ao de homens brancos, maiores 26 anos de idade, recenseados em 1872 que seria de 929.728. Caso fosse acrescido a este conjunto a população masculina branca na faixa de 21 a 25 anos de idade ter-se-iam 1.123.806 indivíduos. Neste caso seria possível ter uma população masculina classificada como branca equivalente ao número de cidadãos políticos.

Entretanto, se partiria da premissa que todos os homens brancos maiores de 21 anos de idade estivessem alistados para o processo eleitoral. Pressupor-se-ia assim, que toda a população masculina branca, acima da referida idade, cumpriria

os critérios de alistamento eleitoral, o que é pouco plausível, isso impõe a questão: como pardos e pretos livres e libertos entravam ou não na expectativa eleitoral. Os dados presentes no *Recenseamento Geral do Império do Brasil* de 1872, bem como a análise de Nicolau não permitem maior especulação a este respeito.

E como, de fato, a participação política não era vetada a todas as pessoas não brancas. Assim, pardos, negros, mestiços, nascidos livres e detentores da nacionalidade brasileira poderiam vir a ser votantes ou eleitores, desde que cumprissem os demais critérios para o alistamento eleitoral, como por exemplo, comprovar a renda anual. Não havia, legalmente falando impedimentos abertamente raciais, para os nascidos livres e brasileiros natos, acessarem a cidadania política, os impedimentos eram de outra ordem.

Os dados presentes no *Recenseamento Geral do Império do Brasil* de 1872, a análise de Jairo Nicolau, as observações de Ruy Barbosa observadas por Alexandra Aguiar fornecem elementos para a hipótese da presença de não brancos entre os cidadãos políticos do Império. Alguns estudos realizados para localidades específicas colaboram sustentação da hipótese em questão, caso dos trabalhos de Neila Ferraz Moreira Nunes (NUNES, N. F. M., 2003), Thays Teixeira de Oliveira (2007) e Maicon Fernando Marcante (2008).

Neila Ferraz Moreira Nunes em *A experiência eleitoral em Campos dos Goytacazes (1870-1889): frequência eleitoral e perfil da população votante* (NUNES, N. F. M., 2003), desenvolveu considerações que permitem pensar a presença considerável de não brancos na cidadania política. Destaca-se aqui o expressivo número de pobres entre as pessoas aptas para a vida eleitoral que autora encontrou.

As considerações anteriores, salientando o peso dos mais pobres no grupo de votantes e a distribuição de renda neste grupo nas três paróquias, evidenciam uma participação não desprezível de pobres no *universo dos qualificados*. Vale lembrar que, uma vez que o corte de renda era um dos critérios utilizados para definir o universo de votantes, é de se esperar que os pobres estejam sub-representados ali, isto é, que sua participação neste conjunto seja menor que na população total. Contudo, isto não invalida a constatação de que a população mais pobre estava presente na composição do universo de votantes em uma medida relevante. Representava 61,8% dos votantes de São Salvador, 100,0% dos votantes de Natividade e 82,0% dos de São Gonçalo. (NUNES, N. F. M., 2003 p 326).

A participação desta população pobre na cidadania política pode ser entendida a partir da utilização da declaração de renda presumida e da ação das mesas eleitorais.

Na análise em questão, Neila Nunes focou três freguesias de Campos dos Goytacazes: São Salvador, São Gonçalo, Natividade. Nas quais se observou os seguintes dados populacionais: Freguesia de São Salvador 19.520; Freguesia de São Gonçalo 10.998; Freguesia de Natividade 5.635. (NUNES, N. F. M., 2003 p 318). Na Freguesia de São Salvador foram localizados por Nunes 1.194 votantes. (NUNES, N. F. M., 2003, p 320). Tomando como fonte o *Recenseamento do Império do Brasil* de 1872 se encontra uma população masculina branca para a Freguesia de São Salvador, em Campos, Província do Rio de Janeiro, de 3484 indivíduos. Assim, o número de votantes de 1.194 significava aproximadamente de 34% da população branca da freguesia em questão. Destaca-se esta população, por ser em teoria a com menos impedimentos de participar da cidadania política.

Analisando os dados do *Recenseamento do Império do Brasil* de 1872 para a Freguesia de São Salvador, atendo-se, predominantemente, aos homens casados e viúvos da freguesia, (pessoas que também teriam, em teoria, menos impedimentos para o exercício da cidadania política), têm-se os seguintes números: 1063 homens casados e 422 viúvos totalizando 1485 homens. Se todos os homens, casado e viúvos, fossem brancos isso representaria cerca 42,5% da população masculina total da freguesia. E ter-se-ia que presumir que cerca da metade da população masculina estivesse em condições legais (etárias, religiosas) para o matrimônio, portanto, é possível inferir que nestes números referentes a homens livres casados e viúvos se fizesse presente algum contingente de não brancos. Esta entrada também abre possibilidade de pensar que haveria não brancos participando da vida eleitoral, na condição de votante.

A constituição da possibilidade da presença expressiva de não brancos como cidadãos políticos – votantes ao menos – também encontra sustentação no trabalho de Thays Teixeira de Oliveira. (OLIVEIRA, T. T. 2007). A autora analisando o curato de Santa Cruz informa:

Observamos que no curato de Santa Cruz, a população total compreendia 10.280 pessoas e desta, os homens livres eram 4.990 e as mulheres livres, 4.669, sendo que apenas 6% da população era escrava. Entretanto, vemos que apenas temos apenas 220 votantes, do sexo masculino, de idade entre 22 e 82 anos. Não foram excluídas destes números as crianças, mas num

primeiro momento já é possível perceber quão gritante era a exclusão da população do processo eleitoral. (OLIVEIRA, T. T., 2007, p 13).

A preocupação da autora é deveras pertinente, o quadro de fato é de exclusão da cidadania política da maioria da população livre. Contudo, tem-se aqui uma leitura um tanto quanto diferente dos dados de 1872. Na observação realizada no Curato de Santa Cruz, segundo o *Recenseamento do Império do Brasil* de 1872, com relação à população masculina ter-se-iam 288 brancos, 457 pardos, 422 pretos e 1 caboclo totalizando 1168 homens livres. É possível que neste universo de homens livres alguns necessitassem comprovar a origem para acessar a cidadania política, caso dos pardos e dos pretos (880 dos 1168 homens livres). Uma vez que entre estas pessoas poderiam existir libertos e estas pessoas só teriam a possibilidade de pleitear a cidadania política se fossem nascidas no Brasil.

O número de votantes levantados por Thays Teixeira de Oliveira, de 220, ganha outra dimensão quando comparado à quantidade de homens recenseados como brancos, 288. Os homens recenseados como brancos, em tese, seriam as pessoas com menores impedimentos para reclamar a cidadania política, assim para haver coincidência entre homens brancos e votantes, praticamente, todos os homens brancos deveriam ser votantes. Esta situação é por si só questionável, ainda mais que deste contingente de 288 homens não se descartou os menores de 25 anos, idade estabelecida pela Constituição de 1824 para o alistamento eleitoral. E mesmo admitindo um aumento considerável de alistáveis a partir das exceções à idade mínima, garantidas pelo parágrafo primeiro do artigo 92 da Constituição de 1824:

I. Os menores de vinte e cinco annos, nos quaes se não comprehendem os casados, e Officiaes Militares, que forem maiores de vinte e um annos, os Bachares Formados, e Clerigos de Ordens Sacras.

Continua sendo pouco provável que o corpo de votantes fosse formado só por homens brancos. Assim, análise do trabalho de Oliveira e os dados do censo de 1872 fornecem subsídios para pensar que muitos não brancos estariam participando da cidadania política.

Por sua vez, a análise realizada por Maicon Fernando Marcante da região de Tibagi, no Paraná, reforça ainda mais a possibilidade da presença significativa de não brancos como cidadãos políticos. (MARCANTE, M. F., 2008). O autor identificou

cerca de um quarto da população masculina alistada como votante. Número expressivo para uma região, mesmo que militarizada, era afastada, interiorana, o que permite pensar na possibilidade de um número considerável de não brancos compondo esse público eleitoral.

O autor considerou a situação da seguinte maneira:

A lista geral de votantes do município de Tibagi, de janeiro de 1880, qualificou 567 votantes. Neste momento é interessante destacar alguns pontos relativos à abrangência de tal qualificação. No Recenseamento Geral de 1872, e então freguesia de Tibagi apresentou um total de 2127 homens livres e 611 fogos. Existe um intervalo de 08 anos entre o Recenseamento Geral e a lista aqui utilizada, entretanto, algumas comparações são possíveis e bastante úteis. Primeiramente, e pressupondo que o município não cresceu em demasia nestes 08 anos, mais de 25% da população livre, evidentemente masculina, era votante. Em segundo lugar, considerando que apenas um homem por fogo costumava ser qualificado como votante, cerca de 90% dos fogos estavam representados, em 1880, entre os votantes de Tibagi. (MARCANTE, M. F. 2008 p 31-32).

O *Recenseamento do Império do Brasil* de 1872 aponta 806 homens classificados como brancos para Tibagi, assim ao confrontar este número com a quantidade de votantes alistados é possível inferir que: ou todos os brancos de Tibagi eram cidadãos políticos, ao menos em primeiro grau, ou, havia número considerável de não brancos participando.

A análise de Marcante indicou Tibagi - com um alto nível de pessoas com possibilidade de participação política -, além de sugerir a possibilidade da presença de não brancos como cidadãos políticos, faz pensar no padrão de rendimentos da região. O autor atentou para esta questão em sua observação da Lista de Qualificação de Votantes de Tibagi, e informa que os rendimentos anuais dos lavradores, o mais baixo entre as pessoas qualificadas como votantes, seria de 227 mil réis ano. (MARCANTE, M. F., 2008 p 32). Em sendo o alistamento realizado conforme as regras emerge, novamente, a ideia que 200 mil réis anuais como fator censitário não se constituía como um valor demasiadamente excludente. Contudo, não parecer ser prudente tomar 200 mil réis como um montante irrisório.

A investigação de Marcante subsidia pensar acerca de como era comprovada a renda. Com efeito, até 1881 a comprovação da renda era relativamente flexível. A aferição da renda estava, basicamente, a cargo das mesas locais, fato que poderia permitir inúmeros arranjos, concomitantemente a isso havia

a possibilidade da utilização da declaração de renda presumida para comprovar os ganhos. (NUNES, N. F. M., 2003).

Com efeito, a população masculina não branca livre, segundo o *Recenseamento do Império do Brasil* de 1872, seria de 2.346.927 de habitantes, pouco mais da metade da população masculina. De modo a ser difícil admitir que todos esses indivíduos estivessem alijados da cidadania política, especialmente, da condição de votante. Estas informações foram arroladas com o intuito de indicar que mesmo antes de 1881 a participação de não brancos se fazia presente na vida eleitoral do país.

Estudos como os de Nunes, Oliveira e Marcante permitem pensar a presença não desprezível de não brancos alistados como votantes. E isso colabora para dimensionar, em parte, a questão proposta aqui, a partir da análise de Alexandra Aguiar dos argumentos de Ruy Barbosa para defender o voto direto: quem seria esta “população rural miserável e ignorante” passível de ser alistada como votante? Muito provavelmente, uma população de maioria não branca e predominantemente miscigenada, característica das mais relevantes para a intelectualidade daquele período. Uma vez que dentre as formas de pensar disponíveis à época circulavam as inspiradas nas premissas do racismo de Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882) que notavam as populações mestiças como pouco ou nada aptas à vida política. A vida política era considerada elevada, portanto, não combinariam com as populações mestiças, estas teriam uma tendência para democracia, entendida nestas formas de pensar, como uma forma política menor. (GAHYVA, H., 2006).

O pensamento fundamentado nas considerações de Gobineau não era uma excepcionalidade no Brasil nos anos 1880, no entanto, nem Ruy Barbosa, nem os demais deputados que tiveram suas falas registradas nos *Annaes* mobilizaram este tipo de argumento, diretamente, para criticar a “população rural miserável e ignorante”.

E, apesar do momento bastante propício para utilização das teorias raciais, elas não foram utilizadas para efetivar uma avaliação da cidadania política no Brasil.

Diferentemente da intelectualidade, o meio político preferiu mobilizar a miserabilidade e a ignorância para a discussão da cidadania política. As elites políticas estavam informadas de que a “população rural miserável e ignorante” era composta em sua maioria por pessoas não brancas, bem como tinham

conhecimento das teorias raciais, de modo a caber o questionamento do por que da não utilização dos argumentos raciais, mas sim os da pobreza e da ignorância. Seria uma forma de dissimular a questão racial? Esta indagação é de difícil resposta e o material documental visitado não permite ir além desta conjectura.

Com efeito, Helga Gahyva fornece, ainda, outra possibilidade para a reflexão acerca das críticas colocadas às eleições indiretas: elas criavam déspotas, porque significavam eleitorado ampliado, de modo a ser o voto direto a forma de restringir o eleitorado, tendo em vista os critérios de alistamento propostos. (GAHYVA, H., 2006). Portanto, apesar de inúmeros parlamentares falarem em seus discursos que o voto direto ampliaria o eleitorado, muito provavelmente a maioria dos deputados estivesse consciente do efeito restritivo da eleição direta.

O sistema indireto e a figura do votante se mostraram como os motivos mais recorrentes da insatisfação das elites políticas com o processo eleitoral no Império, mas não eram os únicos.

Manoel Rodrigues Ferreira, em *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*, utilizou-se do depoimento do bacharel recifense Antônio Herculano de Souza Bandeira (1818-1884), para demonstrar o pensamento dos agentes políticos no início da década de 1860. Rodrigues Ferreira cita então Souza Bandeira:

Ou o Brasil, tão novo ainda, tem tocado já o último grau de corrupção à vista da rapidez com que se têm sucedido tantas reformas improfícuas, ou o sistema de eleições, que temos até hoje seguido, é realmente absurdo, inconveniente e inexequível. Mas, não; não é na desmoralização do povo brasileiro que convém procurar a justificação dessa multiplicidade de tentativas; o absurdo sistema de eleições indiretas é que está concorrendo poderosamente para a corrupção do povo e o que o tem por tantas vezes arrastado aos horrores da anarquia. (BANDEIRA, A. H. S., apud. FERREIRA, M. R.. 2001p 199).

O argumento do bacharel recifense, utilizado por Rodrigues Ferreira, faz aparentemente uma defesa do povo e culpa o sistema de dois graus pelos desvios eleitorais. Contudo, não fica claro quem é o povo em questão, e se os votantes estariam inclusos neste povo, pois é factível notar a presença de um povo político e um povo generalizado e genérico. Toma-se a ideia de um povo genérico e de um povo político da análise de José Murilo de Carvalho, apesar de este estar a falar dos primórdios do período republicano, acredita-se que tal percepção das pessoas que habitavam o país já estivesse circulando antes da República.

Pode-se dizer que havia três povos, ou três caras do povo, na Primeira República. A primeira cara, a mais visível, era a do povo das estatísticas. Por isso entendo o povo revelado pelos números censitários, o povo civil, a população em todas as dimensões de sua existência. A segunda cara era a do povo que aparecia nos momentos legalmente determinados para a manifestação política, as eleições. A terceira era a do povo da rua, do povo ativo, que agia por conta própria, direta ou indiretamente motivado pela política. (CARVALHO, J. M., 2003, p 98).

Em se valendo destas considerações entendeu-se como povo genérico, o povo das estatísticas. E, por sua vez, o povo político, no caso destacado, seriam aquelas pessoas formal e legalmente habilitadas para a cidadania política, portanto, não seria em tese o povo da rua, este agiria politicamente, mas sem a “habilitação” formal/legal para tal.

Na *História Geral da Civilização Brasileira*, Sérgio Buarque de Holanda passa por esses temas para indicar as motivações das críticas ao sistema eleitoral imperial. Contudo, o destaque em sua análise reside na intervenção do Governo e da Coroa no processo eleitoral. Buarque de Holanda nota a Coroa e o Poder Moderador a ela vinculado como responsáveis pela artificialidade das eleições. Na segunda metade do século XIX era recorrente entre os envolvidos na política citarem o modelo parlamentar britânico, para os mais variados fins, tomando por base esta situação, expõe Buarque de Holanda:

Por onde mais se distanciava a ficção parlamentar brasileira do modelo britânico era pelo fato que a subida ou a queda de um Ministério depender só idealmente, entre nós, de uma eventual maioria na Câmara popular. De fato dependia só, em última análise de uma opção mais ou menos caprichosa da Coroa. Como as eleições só produziam, no Brasil, resultados que pudessem interessar aos elementos que Sua Majestade houvesse por bem conservar no Governo da nação tem-se que todos os recursos possíveis para a estabilidade ou a substituição dos grupos dirigentes ficavam enfiados nas mãos de um homem só. (HOLANDA, S. B., 2008 p 87).

O destaque à ação do Poder Moderador e do Governo é incisivo e continua nos seguintes termos

Pode-se, pois, dizer que ação do Imperador vinha a suprir neste ponto o papel dos órgãos mais normalmente autorizados a dar expressão à vontade popular e tinha função semelhante à de um corpo eleitoral, do corpo eleitoral que o Brasil não conhecia. Ou cujas manifestações eram sistematicamente distorcidas para aproveitar a algum agrupamento político. A vontade do povo ficava reduzida a vontade do Imperador. (HOLANDA, S. B., 2008 p 87).

Na análise de Buarque de Holanda o falseamento das eleições estaria muito mais na ação do Imperador e do Governo do que no sistema de dois graus, diferentemente do que deixa entender Rodrigues Ferreira e, em certa medida, Souza Bandeira. O político imperial Zacarias de Goes e Vasconcelos (1815-1877) dá substância à tese defendida por Buarque de Holanda, ele escreveu um livro, *Da Natureza e Limites do Poder Moderador* publicado em 1860, reeditado em 1862, contra o peso do Poder Moderador. Buarque de Holanda demonstrou considerar fato o discurso do sorites: “O Poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. Eis aí está o sistema representativo do nosso país!” (Citado em CARVALHO, J. M., 2008a p 404).

José Murilo de Carvalho em *A construção da ordem/Teatro de Sombras* apresenta uma posição diferente da de Buarque de Holanda acerca do peso do Poder Moderador. A obra de Murilo de Carvalho não nega a força do Poder Moderador, contudo a coloca, quase sempre, num plano de negociação política. O Imperador, na maioria dos casos só se utilizava das prerrogativas constitucionais que lhe cabiam dentro de um jogo político, ou seja, o Monarca não podia, ou melhor, não seria prudente reclamá-las a seu bel prazer. A intervenção da Coroa no jogo político, na visão de Murilo de Carvalho, mais do que uma anomalia era uma peça da vida política imperial, *sui generis*, mas uma peça. Assim, mostra-se oportuno o discurso do sorites, pois como as eleições eram amplamente manipuladas por quem estava no Governo se não houvesse a intervenção do Poder Moderador haveria a ditadura de uma facção. Entretanto, “se o fazia, provocava reações contra o que se chamava de imperialismo”. (Poder Pessoal do Imperador). (CARVALHO, J. M., 2008a p 372-373). Murilo de Carvalho ainda denota que os mesmos postos a criticar a ação do Poder Moderador, quando podiam dele faziam uso.

Com efeito, na análise de José Murilo de Carvalho, a imperfeição do sistema estava nas eleições:

A causa principal do círculo vicioso não estava, no entanto, no Poder Moderador, mas nas eleições. No sistema parlamentar, convocar eleições é convocar a nação, a opinião pública, para decidir impasses entre o gabinete e a Câmara, entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo. O imperador poderia até escolher presidente do Conselho de ministros em minoria na Câmara, mas se o partido majoritário tivesse apoio na opinião pública e se esta pudesse manifestar-se nas eleições, o gabinete continuaria em minoria na nova Câmara e teria que ser substituído. A perna politicamente quebrada

no tripé Executivo-Legislativo-Opinião Pública era a inautenticidade das eleições. A não ser assim, se o imperador persistisse em antagonizar a opinião pública caracterizar-se-ia caso claro de despotismo e o sistema entraria rapidamente em crise. Se havia tensão mas não crise é que se compreendia que o arbítrio do Poder Moderador, previsto na Constituição, tinha razões políticas que o justificavam. O próprio imperador, aliás, em seus conselhos à regente, queixava-se da dificuldade de aferir a opinião pública devido à natureza das eleições, o que o forçava a recorrer a outros indicadores, como a imprensa e as lideranças políticas, para definir sua ação. (CARVALHO, J. M., 2008a p 404).

Se Murilo de Carvalho discorda de Buarque de Holanda no que diz respeito à ação e mesmo ao peso do Poder Moderador no jogo político, ele não discorda na avaliação da visão que os contemporâneos do sistema tinham do processo. A interferência do Governo e a presença dos votantes seriam os calcanhares de Aquiles do sistema. Ao discutir tais questões toma as considerações do deputado conservador Francisco Belisário Soares de Souza, para este, em suma, a crítica ao sistema eleitoral residiria na ideia de que a Câmara dos Deputados não representaria os interesses do país, dos eleitores, mas sim os do Governo. Isto porque o processo eleitoral seria altamente sensível à intervenção do Governo. E isso seria possível graças ao sistema de dois graus, posto a garantir a presença do votante, este seria mais suscetível de ser corrompido e ou manipulado, cabe lembrar que eles eram, em grande medida, analfabetos, por isso, na visão de políticos como Belisário Soares de Souza, corruptíveis e manipuláveis.

Mircea Buescu dedicou sua análise, em grande medida, ao papel das mesas eleitorais. Retomando a discussão proposta por Raimundo Faoro, o autor localizou nas mesas o foco das fraudes, notadamente, nas eleições primárias. Esta questão foi retomada por Maria Emilia Prado, os argumentos da autora são análogos ao de Buescu, mas ela se deteve mais em explicar o funcionamento do processo. Com efeito, Buescu permite notar a interferência no resultado das eleições mediante ação fraudulenta das mesas eleitorais como a grande crítica de época ao sistema. (BUESCU, M., 1981a, 1981b; PRADO, M. E., 2005).

Em pelo menos três textos Jairo Marconi Nicolau analisou a trajetória da participação eleitoral no Brasil. Na *História do voto no Brasil*, Nicolau assinalou que

(...) entre 1824 e o fim do Império houve uma série de mudanças nos processos de qualificação dos votantes e de votação. A legislação ficou mais exigente e introduziu uma série de mecanismos para coibir as fraudes eleitorais e reduzir a influência do governo no pleito: a qualificação prévia, o

título eleitoral e as inelegibilidades e o maior sigilo na votação. (NICOLAU, J. M., 2004 p 16-17).

Assim, também para este autor a interferência do Governo nas eleições era um dos, senão o principal problema do processo eleitoral imperial. Tal intervenção produzia as unanimidades legislativas. Nicolau trouxe observações sobre esta situação

As críticas a este sistema eleitoral aumentaram de volume no começo dos anos 1850. A principal delas era a produção de 'câmaras unânimes', ou seja, um Legislativo no qual um partido detinha todas (ou quase todas) as cadeiras, sem espaço para a representação das minorias. (NICOLAU, J. M., 2004 p 18).

O que difere as análises de Nicolau das demais expostas até agora é ênfase nas críticas à representação das minorias. E como os contemporâneos do sistema viam no voto direto a forma de superar esta situação. (NICOLAU, J. M., 2004 p 10-26).

Maria Emilia Prado - de maneira análoga a Buarque de Holanda e Murilo de Carvalho - indicou que entre os contemporâneos do sistema eleitoral em dois graus "os debates apontavam para duas direções: a predominância do Poder Moderador e o sistema de eleições indiretas, como sendo os responsáveis pela ficção, cotidianamente representada, nas sessões do parlamento Imperial." (PRADO, M. E., 2005 p 48). A autora também se utilizou das considerações do deputado Belisário Soares de Souza para destacar que se percebia "a fraude eleitoral como prova da ineficiência do sistema e destacava ser a massa de votantes a razão para que as eleições fossem fraudadas." (PRADO, M. E., 2005 p 48).

Contudo, em sua análise ela pontuou onde poderiam ocorrer as fraudes na eleição em primeiro grau. Este elemento é trazido à discussão para o entendimento das fraudes e manipulações eleitorais ocorridas no Império – as mesas eleitorais. Como, aliás, já havia destacado Raimundo Faoro. (2001). Estas detinham inúmeras atribuições, pois mesmo depois do estabelecimento do alistamento prévio de votantes e eleitores cabia às mesas decidir quem podia participar, especialmente da eleição em primeiro grau da qual participavam os votantes.

Ao se seguir pelas considerações de Prado é possível inferir que o controle das mesas definia a qualificação dos votantes e como estes elegiam os eleitores, o domínio das mesas, então, significava, praticamente, controlar as eleições. A

situação salientada por Prado pode ser admitida como uma variação da intervenção do Governo nas eleições, pois a composição das mesas sofria intensa interferência dos presidentes de província, estes eram nomeados pelo Governo. Contudo, esta análise permite igualmente pensar a força dos potentados locais agindo em prol dos seus interesses, que poderiam, por vezes, contrapor os do Governo, colaborando, sobremaneira, para o clima de tensão e violência durante as eleições, fato destacado por Buarque de Holanda, Murilo de Carvalho. A descrença no sistema em função da interferência do Governo, manipulando as urnas, também foi ressaltada por Alexandre de Oliveira Bazilio de Souza, o autor destacou quatro situações ao redor das quais giravam as críticas acerca das eleições “elas giravam principalmente em torno de quatro pontos: violência, fraudes, interferência do governo e falsa representação (...)” (SOUZA, A. O. B., 2011 p 3). Em contraposição desenvolve-se a crença que a eleição direta seria a superação destas circunstâncias.

1.3 A *Falla do Throno* de três de maio de 1880: a condensação de uma demanda

A substituição do sistema eleitoral vigente pelo de eleição direta continua a ser uma medida instantaneamente reclamada. Para esse fim o Governo ofereceu à vossa consideração o projeto de reforma eleitoral. Confio de vossas luzes e patriotismo que dotareis o país com uma lei que possa contribuir eficazmente para a verdade do nosso sistema parlamentar. (Dom Pedro II, In: CALMON, P., 1977 p 461).

A passagem acima faz parte da *Falla do Throno* de três de maio de 1880. Este discurso foi proferido na abertura da *Assembléa Geral*, pelo Imperador, no início dos trabalhos legislativos e indicava algumas diretrizes para o trabalho parlamentar, nitidamente, temas de interesse da Coroa. Neste discurso Dom Pedro II dá destaque à *Reforma Eleitoral* e enfatiza a necessidade de se fazer um novo sistema eleitoral para o Império do Brasil.

No mês seguinte a *Falla*, ou seja, em junho de 1880 começaram os trâmites legislativos da *Reforma Eleitoral* no parlamento. A coluna *Jornal do Commercio*, espécie de editorial, do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro comentou o início da

tramitação da proposta de alteração da lei eleitoral afirmando que das modificações propostas à legislação vigente:

Sobreleva-se a todas o voto directo. O mecanismo de dous grãos eleitoraes desacreditou-se de tal fórma, que, por mais engenhoso que alguns o considerem para attenuar os perigos de uma precoce extensão da capacidade política, não poderia ser mantido com vantagem que compensasse os seus reconhecidos defeitos. De resto, o regimen directo constitui-se uma aspiração nacional, que já não fora prudente contrariar. (Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 01 de junho de 1880, p 1).

O editorial do *Jornal do Commercio* oferece a quem o lê contemporaneamente uma interpretação do porquê de um sistema eleitoral indireto: “attenuar os perigos de uma precoce extensão da capacidade política”. O sistema indireto era entendido, nesta perspectiva, como uma espécie de barragem que controlava a entrada das pessoas na cidadania política. A avaliação do sistema indireto presente no editorial oferece ainda pelo menos uma indagação fundamental, quem ou o que controlava os vertedouros da barragem? Uma resposta possível para a questão pode estar inscrita nas relações de dependência entre eleitores e votantes. Os primeiros abriam ou vedariam o acesso dos segundos conforme os interesses de momento. Maria Emilia Prado aponta para a importância das mesas eleitorais para o processo de aceitação ou não de eleitores e principalmente de votantes, portanto, as relações entre componentes das mesas e eleitores, normalmente pessoas de mais posses e prestígio, poderiam decidir a entrada ou não de mais ou menos votantes. (PRADO, M. E., 2005). De certo modo, o editorial do *Jornal do Commercio* reconhecia o princípio de *vencidad*, embora julgasse que ele não vinha sendo mais tão necessário. O editorial permite notar que o argumento do descontrole da vida política que poderia surgir do voto (da expansão do voto), era usualmente adotado para justificar a restrição ao voto. A restrição ao voto seria aparentemente mais eficaz no sistema direto no que no indireto. Tal argumento utilizado da forma como aparece no editorial pode ser admitido como um testemunho a respeito do reconhecimento, da importância das relações de dependência pessoal nas instituições e o ímpeto de romper com esta situação.

Se de fato era a demanda pelo voto direto uma “aspiração nacional”, em sentido amplo, é algo difícil de verificar. Sérgio Buarque de Holanda indicou que a procura pelo voto direto estava presente com força entre aqueles que procuravam restringir a participação política. Dentro do meio político, a participação era

entendida como abrangente demais em função da presença dos votantes. (HOLANDA, S. B., 2008 p 209-210). Assim, no que diz respeito ao ponto de vista das elites políticas, parece ser a observação do articulista pertinente. Entre essas pessoas havia um forte descontentamento com o sistema de eleições indiretas. O editorial destacava ainda que “Elevados representantes de ambas as escolas políticas puzerão fora de questão a superioridade do voto directo (...)” (J. C. 01/06/1880). Esta opinião publicada em junho de 1880 permite pensar que o sistema eleitoral de muito já vinha recebendo críticas. Essas partiam de vários lados, dos conservadores, dos liberais e dos republicanos.

1.3.1 Os Partidos partidos

A política partidária no Império do Brasil, segundo José Murilo de Carvalho, teria tido início em 1837. (CARVALHO, J. M. 2008a). No contexto da emancipação política do Brasil existiriam grupos políticos, mas não necessariamente partidos, apesar de receberem, por vezes, esta denominação, casos do “Partido Brasileiro” e do “Partido Português”. O primeiro defenderia os interesses brasileiros, entendidos como a emancipação, fim dos monopólios e exclusivismos lusos no Brasil, o segundo advogaria a causa da interação do Brasil com Portugal, de maneira a posicionar-se de modo hesitante e mesmo contrário à independência. Esses grupos se antagonizaram durante todo o Primeiro Reinado e, evidentemente, estiveram diretamente envolvidos na crise política do governo de Dom Pedro I.

De maneira análoga à maioria das crises políticas, a do Primeiro Reinado não possuiu uma única fonte. As tendências, supostamente, absolutistas e centralizadoras de Pedro I incomodavam a muitos no seio das elites, sua proximidade aos portugueses, aos quais ele tenderia a favorecer em detrimento dos brasileiros importunava a outros tantos. Somar-se-iam a estas circunstâncias a dispendiosa e fracassada campanha na Cisplatina e a circunstância do Imperador do Brasil ser o herdeiro direto do Trono Português, algo a gerar bastante desconforto nas elites brasileiras que viam neste fato a possibilidade de uma futura reunificação dos reinos, sob a égide lusitana.

Poder-se-ia, ainda, relacionar outros elementos que levaram Pedro I a abdicar em 1831, no entanto, mostra-se mais útil para a discussão presente que a saída do Imperador “resolveu” a crise política. Os grupos políticos que se organizaram após a abdicação ainda agiam sob a sombra da presença de Pedro I. Os Restauradores formaram-se, a partir do denominado “Partido Português” defendiam a restauração do Trono a Pedro I, por sua vez, os Monarquistas Liberais estruturaram-se em torno do “Partido Brasileiro”.

A disputa entre os partidários e adversários de Pedro I arrefece somente com a morte do ex-Imperador em 1834 e isto acrescido de algumas medidas descentralizadoras tomadas após a Abdicação seriam a chave para a formação de partidos de fato no Brasil imperial. Para Murilo de Carvalho:

Até 1837, não se pode falar em partidos políticos no Brasil. As organizações políticas ou parapolíticas que existiram antes da Independência eram do tipo sociedade secreta, a maioria sob influência maçônica. Logo após a Abdicação, formaram-se sociedades mais abertas, tais como a Sociedade Defensora, a Sociedade Conservadora e a Sociedade Militar. Mas todas elas foram organizações *ad hoc*, girando em torno do problema político criado pela Abdicação. Uma vez morto o ex-imperador e reformulado o arranjo constitucional pelo Ato Adicional, deixaram de existir. (CARVALHO, J. M., 2008a p 204).

O autor denota ainda que:

As conseqüências da descentralização produzida pelo Código de Processo Criminal de 1832 e pelo Ato Adicional de 1834 e as rebeliões provinciais da Regência é que iriam, no final da década, possibilitar a formação de dois grandes partidos que, com altos e baixos, dominaram a vida política do Império até o final. (CARVALHO, J. M., 2008a p 204).

Murilo de Carvalho construiu uma esquematização do desenvolvimento do sistema partidário imperial com início de 1831. (CARVALHO, J. M. 2008a p 204-205). Os grupos políticos surgidos da crise política decorrente da Abdicação de Dom Pedro I foram tomados por Murilo de Carvalho como ponto de partida daquilo dos futuros Partidos. Assim, tomando por base as considerações do referido autor chega-se ao seguinte panorama, em 1831 existiam dois grupos: os Restauradores e os Liberais Monarquistas. Por volta de 1840 conviviam duas agremiações partidárias o Partido Conservador, formado por antigos Restauradores e Liberais Monarquistas; e o Partido Liberal que se montou com base nos Liberais Monarquistas dos idos de 1831. Nos anos 1860 elementos dissidentes do Partido Conservador e do Partido

Liberal formaram o Partido Progressista. Na década de 1870 a composição partidária era tripla: o Partido Conservador, o Partido Liberal – reorganizado a partir das antigas hostes liberais e de elementos advindos do Partido Progressista – e o Partido Republicano, formado nas alas mais radicais do Partido Liberal e do Partido Progressista. (CARVALHO, J. M., 2008a p 205).

Acerca das origens do Partido Conservador e Liberal, Murilo de Carvalho, assevera que:

O Partido Conservador surgiu de uma coalizão de ex-moderados e ex-restauradores sob a liderança do ex-campeão liberal Bernardo Pereira de Vasconcelos e propunha a reforma das leis de descentralização, num movimento chamado pelo próprio Vasconcelos de Regresso. Os defensores das leis descentralizadoras se organizaram então no que passou a ser chamado de Partido Liberal. (CARVALHO, J. M., 2008a p 204).

A estrutura partidária imperial, segundo a esquematização observada, centrada em dois grandes partidos, teria suas origens no final da década de 1830 e manter-se-ia assim até os anos 1860. Neste período:

As únicas modificações importantes no sistema partidário, do ponto de vista formal, se deram com o surgimento dos partidos Progressista, de curta duração, e Republicano. O Partido Progressista surgiu da Liga Progressista, em torno de 1864, sendo ambos produto do movimento de conciliação iniciado em 1853 pelos conservadores. Compunha-se de conservadores dissidentes e liberais históricos. O Partido dissolveu-se em 1868 com a queda de Zacarias. Parte dos progressistas formou o novo Partido Liberal, parte ingressou no Partido Republicano fundado em 1870. Até o fim do Império o sistema partidário permaneceu tripartite, tendo, de um lado, os dois partidos monárquicos e, de outro, o Partido Republicano. (CARVALHO, J. M., 2008a p 205).

A estrutura partidária proposta por José Murilo de Carvalho diverge em alguma medida da construída por Manoel Rodrigues Ferreira, pois este afirma existir nos anos 1870 seis partidos. Segundo Ferreira, nos anos 1870, o cenário partidário era composto da seguinte forma:

O *Partido Liberal*, com origens no ano de 1831, defendia a monarquia federativa, fim do Poder Moderador, eleições bianuais para a câmara dos deputados.

O *Partido Conservador*, formado em 1837, sua preocupação maior era com a unidade do Império, defendia rigorosa observância da Constituição, bem como a ideia de que o imperador impera, governa e administra.

O *Partido Progressista*, este partido formou-se em 1862 da reunião de liberais e conservadores liberais apesar do nome esta associação era contrária ao voto direto, por exemplo.

O *Partido Liberal Radical*, a gestação deste estaria localizada em 1862, entretanto, sua estruturação se deu em 1868 fazendo jus ao nome este grupo avança nas demandas liberais, seu programa defendia o fim da escravidão e do Poder Moderador, para citar alguns exemplos.

O *Partido Liberal*, este é o antigo grupo liberal se reorganizando em 1869 e se associando aos progressistas, o programa do partido visava equalizar as demandas dos dois grupos que o formaram, de modo a aparecer, por exemplo, a defesa da reforma eleitoral com voto direto, apenas para algumas localidades.

O *Partido Republicano* nascido no ano de 1870, em termos formais, ele teria emergido das alas mais radicais presentes no Partido Liberal Radical. (FERREIRA, M. R., 2001 p 205-207).

A divergência entre Rodrigues Ferreira e Murilo de Carvalho é bastante nítida. O primeiro assume a existência simultânea de agremiações que para o segundo se fundem em um dado momento. A posição de Murilo de Carvalho encontra mais respaldo na bibliografia, no sentido de que, a partir, sobretudo, dos anos 1870 a estrutura partidária formal era tripartite. O cenário construído por Rodrigues Ferreira para os anos 1870 parece fazer mais sentido para a década de 1860, pois neste período a existência simultânea do Partido Liberal (o formado da década de 1830) com o Partido Progressista (constituído de dissidentes do Partido Liberal e do Partido Conservador) e com o Partido Conservador, pelo menos. E sendo ainda admissível pensar as diversas alas presentes dentro do Partido Liberal e do Progressista.

Da divergência entre Rodrigues Ferreira e Murilo de Carvalho é possível perceber a complexidade da estrutura política partidária no Império. Complexidade presente também na composição dos Partidos. Assim,

Os partidos imperiais, em sua liderança nacional, compunham-se de intricada combinação de grupos diversos em termos de ocupação e de origem social e provincial. Não cabem a seu respeito divisões e classificações simplificadas. A complexidade dos partidos se refletia naturalmente na ideologia e no comportamento político de seus membros, dando às vezes ao observador desatento a impressão de ausência de distinção entre eles. Um exame, embora sumário, de alguns problemas cruciais enfrentados pelos políticos do Império pode, no entanto, mostrar

tanto as divergências interpartidárias como intrapartidárias. (CARVALHO, J. M., 2008a p 219).

Estas considerações de Murilo de Carvalho foram voltadas, especialmente, para os Partidos Monárquicos – Conservador e Liberal – mas, podem muito bem ser aplicadas ao Partido Republicano, no que diz respeito à complexidade dos grupos que o formavam e o reflexo deste fato na ideologia e programa do Partido. (CARVALHO, J. M., 2008a p 213-216). Em sentido semelhante ao proposto por Murilo de Carvalho estão às considerações de Emilia Viotti da Costa acerca da composição dos Partidos monárquicos, a autora assinalou que:

Un análisis cuidadoso de la composición de los partidos revela que los grupos agrarios (*fazendeiros*) correspondían a la mitad, aproximadamente, de cada uno de los dos partidos, mientras que la otra mitad estaba formada por burócratas y profesionales, con un predominio de los burócratas en el Partido Conservador y de los profesionales en el Partido Liberal. (COSTA, E. V., 1992 p 400).

É a imbricada combinação dos grupos sociais algo também indicado por Murilo de Carvalho. No entanto, Viotti da Costa buscou localizar os grupos predominantes nos Partidos:

El predominio de los burócratas en el Partido Conservador no es sorprendente, dado que los conservadores habían estado en el poder más tiempo que los liberales y habían tenido más oportunidades de controlar los nombramientos burocráticos. Pero, tenida en cuenta la inestabilidad de la burocracia y su composición, la mayoría de ellos tuvieron el apoyo de los mismos grupos sociales. (COSTA, E. V., 1992 p 400).

José Murilo de Carvalho e Emilia Viotti da Costa divergem em um ponto importante, o primeiro insiste nas diferenças de fato entre o Partido Conservador e o Liberal, por sua vez a segunda defende que:

Las diferencias entre liberales y conservadores eran esencialmente retóricas. Tanto fue así que, una vez en el poder, los conservadores llevaron a cabo muchas de las reformas propuestas por los liberales, y cuando el poder estuvo en manos de los liberales, éstos no llegaron más allá de los límites aceptados por la mayoría de los conservadores. Además en ambos os partido hubo rivalidades internas entre moderados y radicales, como ya hemos visto. (COSTA, E. V., 1992 p 400).

A documentação visitada para a elaboração do presente trabalho faz com que a postura de José Murilo de Carvalho seja mais pertinente no que diz respeito às diferenças entre os dois partidos, elas não parecem ser somente retóricas.

Entretanto, a observação que em ambos os partidos as rivalidades internas eram fatores relevantes para entender a atuação dos mesmos é das mais importantes, notadamente, para a compreensão da dificuldade do trâmite de matérias como a *Reforma Eleitoral* em Câmaras unânimes.

Recentemente Jeffrey Needell problematizou a origem e estrutura dos partidos imperiais. (NEEDELL, J., 2006; 2009; 2010). Needell destacou que:

The two traditional national parties were the Conservatives and the Liberals, with roots in the 1830s; a Republican party, founded in 1870, existed but, given the constraints noted above, it was very much in a minority. Of the two major parties the Conservatives were traditionally more coherent ideologically and more disciplined as a party, although they had been divided into two wings, dissident and reformist, by the struggle over the Law of Free Womb in 1871. The Liberal party had originated as an alliance of various fractions opposed to the original, reactionary party from which the Conservatives had evolved. They had unified in that opposition, but had been divided into a more radical and a more moderate wing as early as the 1840s; they were consequently less disciplined. (NEEDELL, J., 2010 p 243).

Com efeito, a existência de Partidos “partidos”, ou seja, compreendendo várias cisões internas auxiliam no entendimento da presença de oposição em Câmaras unânimes. As divergências internas nos Partidos é o elemento que permite o entendimento do porque em legislaturas formadas por um único Partido não se pode excluir a possibilidade da existência de oposição. Esta situação, segundo Needell, era mais flagrante em legislaturas do Partido Liberal, que contaria com uma baixa coesão ideológica, o que aumentaria as divergências internas. As cisões internas do Partido Liberal refletiram na formação de vários grupos parlamentares quando da formação de Câmaras Liberais de modo a ser difícil alcançar uma ação parlamentar homogênea sem a necessidade de negociações e transações. (NEEDELL, J., 2010 p 243). Tais elementos colaboram numa melhor compreensão da *Décima Sétima Legislatura* que aprovou a *Reforma Eleitoral de 1881*, exclusivamente liberal, mas com grupos de oposição ao Governo do Conselheiro Saraiva.

1.4 A *Falla do Throno* a consonância com a sociedade

De retorno à questão eleitoral, inúmeros autores e autoras ao analisar o assunto no Brasil notam o período 1860-1870 como o momento de sistematização das críticas ao sistema eleitoral indireto – em dois graus. Manoel Rodrigues Ferreira afirmou em *A evolução do sistema eleitoral brasileiro* que a partir de 1860 formou-se um movimento em defesa do voto direto. Rodrigues Ferreira localizou em 1862 a publicação de um livro por parte do Bacharel recifense Antônio Herculano de Souza Bandeira que reunia diversos trabalhos em defesa da eleição direta. Desta feita, Rodrigues Ferreira evidencia ser na década 1860 o início da crítica sistemática ao processo eleitoral brasileiro. (FERREIRA, M. R., 2001, p 198).

José Murilo de Carvalho, em o *Teatro das Sombras*, indicou que desde a instalação o sistema de eleições em dois graus – onde o votante elegia o eleitor e este por sua vez votava no deputado – a insatisfação se fazia presente. Na análise de Murilo de Carvalho a presença de analfabetos no processo eleitoral – eles podiam ser votantes –, o alto grau de poder de intervenção do governo das eleições, no resultado delas, eram elementos criticados tanto por liberais quanto por conservadores e republicanos. E isso se dava em momento anterior a *Falla do Throno* mencionada há pouco. Para Murilo de Carvalho o marco da crítica ao sistema eleitoral imperial em dois graus se deu com aprovação da *Lei do Ventre Livre*, em 1871. Pois, logo após sua aprovação, o deputado conservador Francisco Belisário Soares de Souza lançou em 1872, *Systema Eleitoral no Brazil; Como funciona, como tem funcionado, como deve ser reformado*, tratado que, no entender de Murilo de Carvalho define o tom da crítica ao sistema eleitoral – a Câmara dos Deputados não representaria os interesses do país, mas os do Governo, pois os deputados dependiam dele. A *Lei do Ventre Livre* seria de interesse do Governo e não do país, ela teria sido aprovada em função da dependência dos deputados para com o Governo.

A dependência - apontada por Soares de Souza e discutida por Murilo de Carvalho - se dava tanto pela interferência do governo no processo eleitoral, garantindo a vitória dos candidatos a ele interessantes, quanto por serem muitos deputados funcionários do Governo. Tal situação seria a explicação de Soares de Souza para uma Câmara conservadora ter aprovado a *Lei do Ventre Livre*,

possivelmente contrariando interesses de muitos eleitores conservadores, especialmente, do Rio de Janeiro. José Murilo de Carvalho nota neste momento marco importante da crítica ao sistema eleitoral. (CARVALHO, J. M., 2008a p 391-417). José Murilo de Carvalho foca esses temas em outros momentos, por exemplo, em a *Cidadania no Brasil: o longo caminho* tais questões são retomadas, mas sem grande variação daquilo apresentado no *Teatro das Sombras*. (CARVALHO, J. M., 2008b).

A crítica generalizada ao sistema eleitoral em dois graus também fora percebida por Sérgio Buarque de Holanda e discutida na obra do *Império à República* da, já clássica, coleção *História Geral da Civilização Brasileira*, cuja primeira edição data de 1972, ou seja, três anos antes de José Murilo defender sua tese de doutoramento, de onde emerge anos mais tarde o livro *O teatro das sombras* (a primeira edição é de 1988). No referido texto de Buarque de Holanda é perceptível que a crítica ao sistema eleitoral imperial já se mostrava intensa na década de 1860.

A queda do Gabinete de Zacarias Góes de Vasconcelos, após o atrito com Caxias, em 1868 teria, na visão de Buarque de Holanda, motivado os liberais a estruturarem toda uma argumentação sobre o Poder Moderador. De modo a ser o Poder Moderador entendido, na visão dos liberais, sobretudo, como o Poder Pessoal do Imperador. A partir desta leitura do Poder Moderador, o Partido Liberal passou a defender a mudança do sistema eleitoral e tomou como bandeira fundamental o voto direto, admitido como uma forma de atenuar e ou impedir ação do Imperador e do Governo no processo eleitoral. Daquilo proposto por Buarque de Holanda ainda é viável notar que tanto os conservadores quanto liberais e republicanos viam o processo eleitoral indireto como marcado pela fraude e pela violência, sendo o constrangimento físico ao votante e ao eleitor praticamente uma regra do processo eleitoral, situação que passou a ser notada nas décadas de 1860-1870 como algo a retirar a legitimidade dos eleitos como representantes do país. (HOLANDA, S. B., 2008). Circunstância igualmente destacada por Murilo de Carvalho. (CARVALHO, J. M., 2008a). Buarque de Holanda e Murilo de Carvalho concordam, em grande medida, que as pessoas envolvidas com a política imperial, liberais e conservadores denunciavam a prática da coerção aos votantes, as fraudes no alistamento, na apuração dos votos. E os autores destacam também que tanto liberais quanto

conservadores, quando no Poder, no Governo lançavam mão de tais práticas para garantir resultados favoráveis nos pleitos.

Mircea Buescu segue também o caminho de perceber que a década 1870 é o marco na sistematização da crítica ao processo eleitoral do Império. (BUESCU, M. 1981a; 1981b). Em princípios da década 1980 em função do centenário da *Reforma Eleitoral de 1881*, a *Lei Saraiva*, Buescu dedica dois estudos a ela publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. As investigações realizadas por Jairo Nicolau em seus trabalhos acerca da participação eleitoral no Brasil também permite pensar que a crítica ao sistema de dois graus já estava a circular anteriormente à *Falla do Throno* de três de maio de 1880. (NICOLAU, J. M, 2001; 2004a; 2004b; 2012).

Nicolau destacou que:

De acordo com a legislação de 1824, 15 dias depois da eleição em primeiro grau, os eleitores escolhidos em diversas paróquias da província deviam se reunir em uma cidade, cada uma delas formando um colégio eleitoral, para escolher seus representantes. Por exemplo, a província do Rio de Janeiro tinha quatro colégios eleitorais: São Sebastião, São João Marcos, Santo Antonio de Sá e Macaé. Os eleitores votavam em tantos nomes quantos fossem os deputados da província na Câmara dos Deputados. Como o Rio de Janeiro elegia oito deputados, o eleitor listava oito nomes (acompanhado da ocupação e lugar de moradia de cada um). Para ser deputado, era necessário receber uma renda anual de 400 mil réis. Os votos de cada colégio eleitoral eram apurados e enviados para a Câmara Municipal da capital, onde era feita a contagem final. Os nomes mais votados em toda a província eram eleitos deputados. Este sistema foi utilizado para a eleição de nove legislaturas da Câmara dos Deputados: 1826-29; 1830-33; 1834-37; 1838-41; 1842-44; 1845-47; 1848; 1849-52; 1853-56.

As críticas a este sistema eleitoral aumentaram de volume no começo dos anos 1850. A principal delas era a produção de “câmaras unânimes”, ou seja, um Legislativo no qual um partido detinha todas (ou quase todas) as cadeiras, sem espaço para a representação das minorias. (NICOLAU, J. M., 2004 p 18).

A constituição das câmaras unânimes estaria diretamente vinculada ao sistema de fraudes que teria se estabelecido no processo eleitoral. Assim, nem mesmo,

As permanentes alterações dos sistemas eleitorais (em 20 anos, entre 1855 e 1875, foram introduzidas três mudanças) não atingiram os resultados esperados, sobretudo o de fazer com que as minorias estivessem representadas no legislativo. Aos poucos, o voto direto passou a ser visto como a única forma de estabelecer a verdade das urnas. (NICOLAU, J. M., 2004 p 22).

Das análises produzidas por Jairo Nicolau evidencia-se que desde pelo menos a década de 1850 constituiu-se uma crítica sistematizada ao processo eleitoral imperial, preocupada, de início, com a minimização das fraudes, o que facilitaria a representação das minorias e que lentamente transita para o questionamento ao sistema indireto chegando à defesa da eleição direta. (NICOLAU, J. M., 2004 p 10-26; 2012 p 13-45).

Maria Emilia Prado também destacou que a sistematização das críticas ao processo eleitoral em dois graus, já era mais do que pauta política no início da década de 1870. Seu marco para a generalização das críticas ao sistema eleitoral imperial é semelhante ao de Murilo de Carvalho. (PRADO, M. E, 2001; 2005). A autora indicou que:

Os debates realizados ao longo dos anos 1870 centram-se em duas direções: a predominância do Poder Moderador e o sistema de eleições indiretas, como responsáveis pela ficção cotidianamente representada nas sessões do parlamento imperial. (PRADO, M. E., 2001 p 180).

Os anos 1870 como marco da crítica sistemática ao processo eleitoral imperial são igualmente assumidos por Alexandra do Nascimento Aguiar. (AGUIAR, A. N., 2009). Ela também destacou como o voto direto tornou-se uma bandeira suprapartidária e como o votante foi constituído como o grande culpado das possíveis falhas do sistema eleitoral.

Na concepção dos grupos de poder no Brasil, a ignorância do povo tornava seu voto produto para venda e possibilitava a influência do governo nas eleições. (...) Durante a década de 1870, houve manifestações de liberais e conservadores pelas eleições diretas com o intuito de restringir o direito de voto. Francisco Belisário e Tavares Bastos, respectivamente, conservador e liberal, em artigos publicados para defender a reforma eleitoral, possuíam visões comuns sobre os grupos pobres como responsáveis pela degeneração das eleições. (AGUIAR, A. N., 2009 p 5-6).

O voto direto naquele contexto, ao contrário do que poderia se pensar em um primeiro momento, não significa expansão do direito de voto, como destaca a autora. Alexandre de Oliveira Bazilio de Souza, no texto, *Reformas eleitorais no final do Império: a reinvenção do cidadão brasileiro (1871-1889)*, também dá destaque à crítica generalizada que o sistema eleitoral imperial passa a receber já na década de 1860, recuando dez anos o marco de Maria Emilia Prado, e alinhando-se àquele colocado por Sérgio Buarque de Holanda. (SOUZA, A. O. B., 2011). No tocante a

quais seriam as reclamações acerca do sistema eleitoral o autor pontua igualmente a fraude, a violência, a percepção dos atores do falseamento da representação que se dava no parlamento. Diz o autor:

A falsa representação estava ligada à ideia de que aqueles que eram eleitos não eram legítimos representantes dos interesses de todo eleitorado. Poderia ser discutida em âmbito da verdade eleitoral, no sentido de que o voto não correspondia à vontade daquele que participava do pleito. Uma de suas causas eram as fraudes, mas poderiam ser também o desinteresse, a dependência ou a ignorância do votante. Nesse aspecto, a participação eleitoral do analfabeto era o grande alvo das críticas. Por outro lado, a representação da minoria era outro assunto englobado nessa discussão. Nesse caso, o debate girava em torno da escolha do melhor sistema de apuração dos votos. (SOUZA, A. O. B., 2011 p 4).

Desta feita, a literatura acerca da temática permite inferir que o pronunciamento de Dom Pedro II em três de maio de 1880, mais que uma tentativa da Coroa impor sua vontade sobre o Parlamento, revela a equalização do Imperador com algo que já era ponto de pauta recorrente do debate político. Com efeito, a intenção desta seção foi indicar que na década de 1870 a mudança do sistema eleitoral, com a instalação do voto direto, vai se consolidando numa demanda comum a liberais e conservadores, ademais foi possível notar a *Falla do Throno* de três de maio de 1880 mais na condição de uma condensação de uma demanda do que de uma imposição da Coroa.

1.5 O sistema eleitoral na berlinda: a eleição em dois graus sob crítica

(...) Senhor a camara comprehende a importância da reforma eleitoral, tendente a dar ao Brazil, pela eleição directa, e outras medidas complementares desta grande Idea, a verdade do voto popular, ampla base do livre systema que nos rege. (...). (projeto de resposta à *Falla do Throno* de 3 de maio por Martim Francisco, Franco de Sá e Prado Pimentel. ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo I, p 62).

Anteriormente salientou-se que antes do início dos trabalhos legislativos - que dariam ao Império do Brasil uma nova lei eleitoral, a *Lei Saraiva* -, já havia um acúmulo de críticas ao sistema eleitoral vigente. O aspecto mais questionado era a eleição em dois graus, o processo indireto. Nos trabalhos de elaboração da resposta

à *Falla do Throno* de 3 de maio de 1880 naquilo que foi registrado nos *Annaes do Parlamento Brasileiro, Camara dos Senhores Deputados* fica nítido o descontentamento de uma maioria significativa dos deputados com relação ao sistema indireto.

A ideia de que o processo eleitoral no Império estava marcado pelo falseamento é bastante nítida da fala dos parlamentares. O deputado Souza Carvalho afirmava no dia três de junho de 1880 na *Camara dos Senhores Deputados*:

Faço votos ardentes para que se estabeleça entre nós, de modo sério e efficaz, a eleição directa, porque desejo que neste paiz continue a vigorar o systema monarchico e hereditário, constitucional e representativo; e para isto reputo indispensável haja um meio de eleição regular, em vez do artifício grosseiro, ridículo e odioso que temos tido até hoje. (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo II, p 14).

O deputado Souza Carvalho via no voto direto uma forma de eliminar o falseamento da “verdade do voto popular”, o parlamentar assumia que até aquele momento todas as eleições haviam sido, de alguma forma, manipuladas. O seu colega de deputação Frederico Rego proferiu no mesmo mês de junho um discurso onde eram destacados alguns dos mecanismos utilizados para falsear a “verdade do voto popular”.

Esta capital tem presenciado de longa data as mais audazes correrias durante o período eleitoral, e os attentados mais deprimentes de nossa civilização política. Capangas percorrem livre e impunemente as ruas da cidade, entram em massa dentro das parochias, formam cordões em torno da mesa e impedem os cidadãos legítimos de exercerem sua soberania; e quando o resultado da Victoria ainda fica indeciso, fazem desaparecer as urnas para que do processo eleitoral nada mais reste. (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo II, p 162).

No mesmo dia três de junho em que o deputado Souza Carvalho expressou sua crítica ao sistema eleitoral em dois graus, testemunhou a fala do deputado Candido de Oliveira,

Quem se animará a, com sinceridade, afirmar que o status quo eleitoral deve continuar, que mais uma eleição, pelo regimen indirecto, pode ser experimentada?

O que vemos? O descrédito total da actual legislação eleitoral.

Liberaes e conservadores, representantes da camara vitalícia, como da camara temporária, todos os ministérios, a imprensa, a grande consciência do paiz proclamam sem reserva que com a eleição actual o parlamento não

exprime a vontade nacional. (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo II, p 16).

O deputado Candido de Oliveira buscou em sua fala demonstrar ser a modificação do sistema eleitoral uma “aspiração nacional”, o que é verificável no meio político. As vozes destes deputados representavam certo “espírito de época”, posto a notar no sistema eleitoral indireto a fonte dos “males” do sistema representativo imperial, cuja cura estaria, em grande medida, no voto direto. Os motivos da insatisfação eram bastante amplos como é possível entrever nas falas dos parlamentares, entretanto, alguns pontos se mostravam comuns às diferentes falas dos defensores do fim do processo eleitoral em dois graus. Dos pontos de concordância entre os críticos ao sistema indireto apresentavam-se a crença que este falseava a “verdade do voto popular” e que a figura do votante distorcia o processo eleitoral.

Estes dois pontos destacados são, em grande medida, interdependentes. Dos trabalhos visitados que se dedicaram a análise do processo eleitoral imperial, cada qual, revelou que ao final dos anos 1870 e início dos anos 1880, a crítica ao sistema eleitoral em dois graus estava arraigada no meio político imperial. E ainda, segundo estes estudos, os agentes envolvidos com a política no Império atribuíam, em grande medida, à figura do votante a fonte de todos os males do sistema. O votante era percebido como passível de ser coagido física e economicamente, assim ele não possuía independência suficiente para votar, portanto, seu voto era notado na condição de manipulável. Desta feita, era imputada a presença do votante a falsificações das listas, pois em sendo o seu voto manipulável o Governo agia de modo a inserir na lista de votantes elementos com os quais ele sabia poder contar, bem como excluir quem pudesse vir a se posicionar contra seus interesses. Ademais, as elites políticas entendiam que a maioria dos votantes era analfabeta, e ao se tomar os dados acerca da alfabetização no Brasil no período é muito provável que essas elites estivessem corretas. Alceu Ravanello Ferraro e Daniel Kreidlow no artigo *Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais* (2004), fazendo uso dos dados dos censos, definiram a seguinte situação:

O primeiro passo é saber qual era a situação no começo, entendendo-se aqui por começo o ano da realização do primeiro Censo brasileiro, em 1872, já em meio à onda que iria derrubar a instituição monárquica no Brasil, como observa Sérgio Buarque de Holanda (1977, p. 7). Nesse ano, a taxa

de analfabetismo para o conjunto do País é de 82,3% para as pessoas de 5 anos ou mais [...], situação esta que se mantém inalterada pelo menos até o segundo Censo, realizado em 1890 (82,6%), já no início da República. Tais taxas valeram ao Brasil, na época, a pecha de campeão mundial do analfabetismo. (FERRARO, A. R.; KREIDLOW, D., 2004 p 182).

Com efeito, o que interessa aqui é que a partir das décadas 1870-80 esta condição de analfabeto passou a ser notada enquanto um fator posto a diminuir a capacidade política das pessoas, algo não tão evidente nos anos anteriores. Esta alteração na percepção dos analfabetos fez com que a situação de não saber ler e escrever passasse a ser mobilizada como elemento para justificar a retirada de pessoas da vida política eleitoral. A condição de analfabeto era, geralmente, atribuída aos votantes, a parte mais popular do eleitorado.

Percorrido este caminho ficou nítido que as alterações promovidas na legislação eleitoral até a promulgação do *Decreto n.º 3.029 – 9 de janeiro de 1881* não detinham por objetivo final a ampliação do voto, de modo geral, mas sim sua maior veracidade e legitimidade. Desta feita, a alvo das inúmeras modificações na legislação eleitoral até o ano de 1881 era o de alcançar a “verdadeira representação” criando um corpo eleitoral independente e isso não necessariamente passaria pela ampliação do direito ao voto.

Com efeito, em sendo o objetivo qualificar o voto, acreditou-se que as teorias raciais poderiam ser acionadas para desqualificar a participação dos libertos, tendo em vista a circulação das teorias raciais entre as elites intelectuais e políticas brasileiras. Com esta premissa no horizonte procurou-se entender o ambiente intelectual e político onde ocorreu a proposição, a tramitação e aprovação do *Decreto n.º 3.029 de 9 de janeiro de 1881*.

Capítulo II: O *agir intelectual* e as teorias raciais

O *Decreto 3.029* que inaugurou uma nova legislação eleitoral para o Brasil imperial foi gestado, discutido e aprovado num contexto marcado pelo amálgama entre as elites intelectuais e políticas, pela existência de uma atividade intelectual relevante, que seria organizada no período com base num “bando de ideias novas”. Estas novas formas de pensar teriam adentrado no Brasil nos últimos anos do século XIX e no seu bojo estavam às teorias raciais. Desta feita, a lei que criou a possibilidade de inserção, ao menos em termos formais e legais, dos libertos à cidadania política se realizou num período onde as teorias raciais faziam parte do pensar brasileiro. Estas circunstâncias viabilizaram formular o questionamento: as teorias raciais impactaram de alguma forma a discussão acerca da *Reforma Eleitoral de 1881*? Isto em função, justamente, da possibilidade de inclusão dos libertos como cidadãos políticos plenos. A investigação em torno da indagação proposta levou à busca de um entendimento de funcionamento tanto da atividade intelectual no período quanto da atividade política. A seção que segue agora almeja discutir a atividade intelectual.

2.1 Os esgrimistas intelectuais

Escrever sem paixão é repetir, em todos os tons possíveis, as velhas frases louvaminheiras, que povoaram este país de gênios e de prodígios, de sábios e de brilhantes; gênios e sábios em alguns medíocres, que nos têm dado uns folhetins... prodígios e brilhantes – alcatifando os nossos rios *gigantescos* e as nossas selvas *seculares*...
(ROMERO, S., 2002a, p 40).

Das acepções possíveis à palavra *paixão* existem aquelas que remetem à paixão como um sentimento de intensidade, de entusiasmo exacerbado por algo. Sob esta designação a *paixão* seria capaz de modificar as pessoas e o pensamento. E nesta direção as condições vinculadas à paixão são condições de envolvimento. De modo que “escrever sem paixão” seria de alguma forma escrever sem estar

envolvido, sem estar participando de fato das questões sobre as quais se escrevia. Sílvia Romero ao reclamar da escrita sem paixão, acusando-a de repetir velhas posturas, de nada acrescentar à produção intelectual, apontava o seu inverso como algo mais apropriado à prática intelectual. À sua maneira ele cobrava o envolvimento, o engajamento. E envolver-se, em grande medida, significa tomar partido, fazer a escolha deste ou daquele lado. Este movimento gera divergências, conflitos, embates. Não foi possível perceber o quanto Romero fez ressoar esta questão, a de escrever com paixão. Contudo, mostrou-se viável perceber que em fins do século XIX ao espaço letrado não faltava envolvimento, engajamento em questões políticas, sociais e intelectuais, a ponto de parte desta intelectualidade se autodenominar de *mosqueteiros intelectuais*. A arte dos mosqueteiros residia no manejo da espada, no esgrimir.

A esgrima pode ser definida como a arte de manejar o *florete*, a *espada*, o *sabre*, ou ainda enquanto ao ato de combater ofensiva ou defensivamente. O esgrimir podia ser usado tanto militarmente quanto desportivamente, neste segundo sentido ele se dava num espaço denominado *pista*. Certamente, figuram entre os esgrimistas mais conhecidos, ao menos no mundo ocidental, as personagens criadas por Alexandre Dumas (1802-1870) na obra *Os três mosqueteiros*, 1844. Esgrimir também pode significar discutir, argumentar com perícia e sutileza. A analogia entre o esgrimir com arma branca com o confronto de ideias, posturas teóricas e metodológicas, engajamentos em contendas intelectuais, foi adotada pela intelectualidade brasileira oitocentista – o esgrimir com a pena.

O esgrimir da intelectualidade brasileira foi trabalhado na tese de doutoramento de Nicolau Sevcenko, defendida no ano de 1981, *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, versada em livro no ano de 1983. Este texto tornou-se, desde então, referência das mais importantes para o estudo da intelectualidade brasileira na virada do século XIX para o século XX. Sevcenko assevera que os escritores do e no Rio de Janeiro da *Belle Époque* se autodenominavam de “mosqueteiros intelectuais”. O autor toma por referência ao trabalho de João Alexandre Barbosa (1937-2006), *A tradição do impasse* (1974), que destacou a posição dos intelectuais, sobretudo, literatos na contestação da ordem vigente. (BARBOSA, J. A., 1974 p 77-111). Ele também recorreu a Ciro Vieira da Cunha (1897-1976), *No tempo de Paula Nei* (1949), este descrevia o grupo dos “mosqueteiros”.

Com o ano de 1884, apareceu o “Meio-Dia”. Jornal bem feito, bem escrito, de movimentada paginação. De propriedade de Gustavo Lacerda, tinha escritório, tipografia e redação na rua Sete de Setembro, 65 e era, em número avulso, vendido a 40 réis...Folha independente (...) tinha, como redatores efetivos, Silvestre de Lima, Filinto de Almeida e Antônio Figueira e, como auxiliares, figuras da velha guarda e da ala nova: Saldanha Marinho, Ubaldino do Amaral, Artur e Aluizio de Azevedo, Valentim Magalhães, Raimundo Correia, Luiz Murat, Raul Pompéia, Fontoura Xavier...E, com eles Paula Nei. Eram os “mosqueteiros literários” [...]. (CUNHA, C. V., 1950 p 40).

Cunha ainda indicou os locais de reunião freqüente dos “mosqueteiros”, além da redação dos periódicos:

Mas na Rua do Ouvidor onde Paula Nei “escrevia seus folhetins” não foi bem aquela em que Macedo colheu tipos para os seus romances e notas para as suas memórias. Foi outra mais perto de nós. Foi a em que, tôdas as tardes, se reuniam os “mosqueteiros literários”, de que nos fala João do Rio [...] (CUNHA, C. V., 1950 p 76).

Contudo, auto-identificação por parte dos agentes não impediu a construção de questionamentos acerca da existência dos denominados intelectuais no Brasil do período. O conceito de intelectual tem como ponto de partida a atuação de Émile Zola (1840-1902) e outros letrados franceses do Caso Dreyfus. Assim, “inicialmente, ser um intelectual era a emblematização de posicionar-se publicamente, valendo-se da isonomia e da isegoria¹.” (MENEZES, J. P. P., 2010 p 2). De modo a existir posturas interpretativas que defendem não ser possível adotar a categoria intelectual para momentos anteriores aos últimos anos do século XIX, período que se desenvolveram as peijas do Caso Dreyfus.²

Todavia, essa conceituação inicial ganhou maior amplitude notadamente a partir de dois autores: Antonio Gramsci (1891-1937) e Karl Mannheim (1893-1947). De modo a ser pertinente apresentar aqui a forma como estes autores problematizaram a ideia de intelectual.

¹ Isegoria: consiste no princípio de igualdade de direito de manifestação na Eclésia (Assembléia), a todas as pessoas com direito de cidadania, onde se discutia os temas referentes à Pólis, antiga cidade-estado grega. Por este princípio todas as pessoas que participassem da Eclésia deveriam ter o mesmo tempo para expor suas opiniões sem que houvesse interrupções.

² Alfred Dreyfus (1859-1935) oficial do exército francês, de origem judaica, que foi acusado, julgado e condenado a prisão perpétua por alta traição no início da década de 1890. No entanto, o processo montado contra ele era todo constituído de provas falsas, de modo que houve um segundo julgamento em 1898 com base em outras evidências, entretanto, se manteve a sentença. Este fato fez com Émile Zola lançasse no *Jornal Aurora* o manifesto *Eu acuso*. Este opúsculo foi o mote para que inúmeros escritores, artistas e estudantes se posicionassem ou favor ou contra Dreyfus adentrando na cena pública e política, como agentes. Neste movimento estaria a “origem” do intelectual.

Jean Paulo Pereira de Menezes considerou o seguinte acerca do conceito de intelectual em Antonio Gramsci (MENEZES, J. P. P. 2010):

O conceito de intelectual em Gramsci é muito mais amplo. O intelectual no sentido gramsciano não é necessariamente apenas o palestrante, o literato, os homens das letras diante de seus posicionamentos. Para Gramsci, intelectual é todo sujeito que exerce uma intelecção. Assim, todos os sujeitos são intelectuais. Certamente nem todo sujeito histórico exerce uma função de intelectual na sociedade do trabalho, da mesma forma que nem todo mundo exerce a função de alfaiate ou pedreiro na mesma sociedade do trabalho, porém, nem por isso deixam de saberem costurar ou assentarem tijolos eventualmente. (MENEZES, J. P. P., 2010 p 2).

Com efeito, se valendo da análise de Menezes é possível notar que dentro da perspectiva gramsciniana, apesar de todas as pessoas serem intelectuais, pois não há a separação da atividade mecânica da atividade intelectual, nem todas exercem a função de intelectual. Nas palavras de Antonio Gramsci:

Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais. Quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais, faz-se referência, na realidade, tão-somente á imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. Isto significa que, se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não-intelectuais, porque não existem não-intelectuais. Mas a própria relação entre o esforço de elaboração intelectual-cerebral e o esforço muscular-nervoso não é sempre igual; por isso, existem graus diversos de atividade específica intelectual. Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homofaber* do *homosapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um "filósofo", um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar. (GRAMSCI, A., 1882 p 7-8)

Ademais, “todos os grupos sociais que têm origem em funções estratégicas para a economia geram paralelamente um ou mais grupos de intelectuais, dando consistência e consciência de sua função para diferentes campos de atuação, como o social e o político, além do econômico.” (MALINA, A.; OLIVEIRA, V. M.; AZEVEDO, A. C. B., 2007 p 74). Destas premissas o pensamento gramsciniano formulou uma tipologia para a função intelectual, o intelectual orgânico e o intelectual tradicional.

Sobre o primeiro tipo:

Pode ser denominado intelectual orgânico o grupo social que, dentro de suas próprias fileiras, produz intelectuais organizadores e dirigentes da sociedade, fundamentais na busca por uma nova ordem vigente para a sociedade a partir de uma classe social. Nesta perspectiva, são chamados intelectuais atuantes os que desempenham uma função de destaque ou crucial numa sociedade, e de intelectuais não atuantes os que não desempenham. (MALINA, A.; OLIVEIRA, V. M.; AZEVEDO, A. C. B., 2007 p 74).

Gramsci escreveu sobre o tema nos seguintes termos:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc.. (GRAMSCI, A., 1982 p 3-4).

Por sua vez os intelectuais tradicionais seriam aqueles preocupados com a manutenção de ideias, de visões de mundo mais antigas vinculadas à determinada tradição histórica. (MALINA, A.; OLIVEIRA, V. M.; AZEVEDO, A. C. B., 2007 p 75).
Para Gramsci:

Cada grupo social "essencial", contudo, surgindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou --pelo menos na história que se desenrolou até aos nossos dias categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas. (GRAMSCI, A., 1982 p 5).

Este tipo de intelectual considerar-se-ia um grupo à parte da sociedade. Gramsci afirmou:

Dado que estas várias categorias de intelectuais tradicionais sentem com "espírito de grupo" sua ininterrupta continuidade histórica e sua "qualificação", eles consideram a si mesmos como sendo autônomos e independentes do grupo social dominante. (GRAMSCI, 1982 p 6).

Podem ser arrolados, a título de exemplo de grupos tradicionais, que gerariam este tipo de intelectual: a aristocracia fundiária, certa elite eclesiástica. (MALINA, A.; OLIVEIRA, V. M.; AZEVEDO, A. C. B., 2007 p 75). Dentro da discussão gramsciana de intelectual ainda foi possível notar que para esta perspectiva:

Os intelectuais são responsáveis pela organização da rede de crenças e relações tanto institucionais quanto sociais. Os que dominam essas relações são hegemônicos (classe dominante) e esta hegemonia, quando é coercitiva às outras classes, utiliza-se dos intelectuais para obtenção do consentimento das ações da classe dominante frente às outras. (MALINA, A.; OLIVEIRA, V. M.; AZEVEDO, A. C. B., 2007 p 74).

As acepções gramsciniana de intelectual ampliam sobremaneira aquilo que se pode definir como intelectual e atividade intelectual, aumentando assim a capacidade de utilização do conceito.

Karl Mannheim é outro autor fundamental para se pensar o conceito de intelectual. As discussões estruturadas a partir das considerações de Mannheim localizam a questão do intelectual vinculada diretamente ao problema da *intelligentsia*. Para Mannheim “a *intelligentsia* é uma camada intersticial”, portanto, ela não deveria ser tomada como uma classe e ou partido. Isto porque a *intelligentsia* teria como obrigação deter a capacidade de transitar entre as posições das diferentes classes e grupos sociais. (MANNHEIM, K., 2004 p 80-81). Logo, na perspectiva de Mannheim:

Pode-se resumir as características essenciais desse grupo do seguinte modo: é um agregado situado entre e não acima das classes. O membro individual da *intelligentsia* pode ter como freqüentemente ocorre, uma orientação particular de classe, e em conflitos reais ele pode alinhar-se com um ou com outro partido político. Mais ainda, suas posições podem revelar uma clara posição de classe. Mas além e acima dessas filiações, ele é motivado pelo fato de que seu treinamento o equipou para encarar os problemas do momento a partir de várias perspectivas e não apenas de uma, como faz a maioria dos participantes de controvérsias. (MANNHEIM, K., 2004 p 81).

O treinamento voltado ao desenvolvimento da capacidade de pensar os problemas empíricos das sociedades por diferentes perspectivas seria aspecto decisivo da *intelligentsia*. A *intelligentsia* seria treinada, justamente, para deter a competência de manusear diferentes arcabouços teóricos conforme as demandas postas. Outro aspecto relevante do conceito mannheiminiano de intelectual versa sobre a autoconsciência da *intelligentsia*, as pessoas vinculadas ao grupo se reconhecem e agem conforme algumas premissas do grupo.

Estas considerações longe de esgotarem a discussão acerca do conceito de intelectual foram trazidas à tona, porque existem questionamentos acerca da existência dos denominados intelectuais no Brasil de fins do século XIX e mesmo do início do século XX. Entretanto, ao se tomar tanto a perspectiva gramsciniana

quanto a mannheiminiana, cada qual permite perceber os literatos, artistas, profissionais liberais do Brasil dos últimos anos do século XIX tendo a autoconsciência da sua posição, bem como da função que eles deveriam cumprir. Ademais é bastante factível notá-los altamente envolvidos nas questões públicas, seja escrevendo (livros, opúsculos, artigos, manifestos e imprensa), seja ocupando cargos públicos ou fazendo ambas as coisas. Este argumento encontra respaldo nos trabalhos de Nicolau Sevcenko, Roberto Ventura, Alexandro Trindade. (SEVCENKO, N., 1983; 2003; VENTURA, R., 1991; TRINDADE, A. D., 2004; 2011).

Assim, conforme indicou Sevcenko estes literatos, artistas, profissionais liberais:

Arrojados num processo de transformação social de grandes proporções, do qual eles próprios eram fruto na maior parte das vezes, os intelectuais brasileiros voltaram-se para o fluxo cultural europeu como a verdadeira, única e definitiva tábua de salvação, capaz de selar de uma vez a sorte de um passado obscuro e vazio de possibilidades, e de abrir um mundo novo, liberal, democrático, progressista e de perspectivas ilimitadas, como ele se prometia. A palavra de ordem da “geração modernista de 1870” era condenar a sociedade “fossilizada” do Império e pregar as grandes reformas redentoras: “a abolição”, “a república”, “a democracia” O engajamento se torna a condição ética do homem de letras. Não por acaso, o principal núcleo de escritores cariocas se vangloriava fazendo-se conhecer por “mosqueteiros intelectuais”. (SEVCENKO, N., 1983. pp. 78-79).

O engajamento dos “mosqueteiros intelectuais”, segundo Sevcenko, se dava tanto pelo próprio teor das obras quanto pela atuação política direta autores, ocupando cargos públicos e ou atuando nos debates e polêmicas. Neste contexto como anotou Sílvio Romero em *A literatura brasileira e a crítica moderna* (1880), escrever era algo que deveria ser entendido como “desafinar no meio geral do concerto”, ou seja, uma atividade engajada na interpretação, na avaliação e na determinação dos rumos futuros do Brasil o que exigiria “sacrifício” nem sempre reconhecido. Restaria “porém, sempre a consolação de haver contribuído com alguma coisa para derrocar o podre edifício de velhos erros, e limpar a atmosfera que nos sufoca.” (ROMERO, S., 2002a p 40).

Em se partindo das considerações de Nicolau Sevcenko, bem como as postuladas por Roberto Ventura e Alexandro Trindade, assumir a existência de uma atividade intelectual no Brasil em fins do século XIX e esta possuiria um determinado *agir*, uma forma de proceder, um *agir intelectual*. Este *agir* é marcado por certo regramento, ou seja, o estabelecimento de práticas necessárias para o exercício da

atividade intelectual, dentre eles destaca-se “o exercício intelectual como atitude política”, ou seja, o engajamento em questões de ordem pública era algo essencial neste *agir intelectual*, como visto há pouco. (SEVCENKO, N., 1983; 2003; VENTURA, R., 1991; TRINDADE, A. D., 2004; 2011).

2.2 O *agir intelectual*

Desta feita, assume-se aqui a existência de um *espaço intelectual* e de um *agir intelectual* para o Brasil de fins do século XIX. Entretanto, antes de adentrar mais diretamente no funcionamento deste *agir intelectual* cabe detalhar como se está entendendo o mesmo. O *agir intelectual* aqui proposto se constrói a partir das considerações weberianas sobre a *ação* e *ação social*. Max Weber (1864-1920) definiu que:

Por ‘ação’ entende-se, neste caso, um comportamento humano (tanto faz tratar-se de um agente externo ou interno, de omitir ou permitir) sempre que e na medida em que o agente ou os agentes o relacionem com um *sentido* subjetivo. A ação social, por sua vez, significa uma ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de *outros*, orientando-se por este em seu curso. (WEBER, M., 2004 p 3). [grifo no original].

A *ação* e a *ação social* em Weber implicam, então, em um ato com um *sentido visado* na relação com os demais agentes. De modo que a ação social weberiana só tem razão de ser em relação ao conceito de sentido, que Weber define da seguinte maneira:

‘Sentido’ é o sentido subjetivamente visado: a) numa realidade α , num caso historicamente dado, por um agente, ou β , em média e aproximadamente, numa quantidade dada de casos, pelos agentes, ou b) num tipo puro conceitualmente, construído pelo agente ou pelos agentes concebidos como típicos. Não se trata, de modo algum, de um sentido objetivamente ‘correto’ ou de um sentido ‘verdadeiro’ obtido por indagação metafísica. Nisso reside a diferença entre as ciências empíricas da ação, a Sociologia e a História, e todas as ciências dogmáticas, a Jurisprudência, a Lógica, a Ética e a Estética, que pretendem investigar em seus objetos o sentido ‘correto’ e ‘válido’. (WEBER, M., 2004 p 4).

Ao fazer uso desses conceitos Weber distinguiu a ação puramente reativa daquela com sentido. Assim, a *ação social* weberiana contempla tanto a “vontade” individual quanto as “imposições” sociais, ela se constrói nesta relação. Ora, o *agir intelectual* que se procura observar é pensado nestes moldes, pois a forma como os intelectuais brasileiros do momento em questão propõem, discutem, discordam de teorias e doutrinas ocorrem na relação entre as suas opiniões e posições individuais com as de seus pares. A relação entre esses pares, para este *agir* articula-se segundo determinadas normas, regras compartilhadas, como por exemplo, a utilização de um mesmo vocabulário.

Acerca do entendimento destas regras e normas para o *agir intelectual* é possível recorrer às considerações de Pierre Bourdieu (1930-2002) referentes à teoria dos campos e do conceito de *habitus*. Assim, assume-se que o *agir intelectual* ao qual se faz menção aqui poderia ser pensado dentro de um determinado *habitus*. Uma vez que:

A cada classe de posições corresponde uma classe de *habitus* (ou de gostos) produzidos pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente e, pela intermediação desses *habitus* e de suas capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e propriedades vinculadas entre si por uma afinidade de estilo. (BOURDIEU, P., 2008a p 21). [grifos no original].

Todavia, não se trata de uma aplicação direta dos pressupostos bourdieusianos, pois se concorda com as observações de Angela Alonso (2000; 2002) sobre a inexistência de um campo intelectual autônomo no Brasil do período, assim o *habitus* intelectual não seria exclusivamente pautado pelas regras internas do campo. Contudo, defende-se aqui, tomando por base as argumentações de Nicolau Sevcenko e Roberto Ventura, sobretudo, a ideia da existência de um *espaço intelectual* com características próprias, porém essas não emergiriam tão somente do campo intelectual.

O envolvimento nas polêmicas em si era algo deveras importante a este *agir intelectual*. De modo a ser possível inferir que o relevante, por vezes, era a participação nas polêmicas, mais até do que “vencê-las”. O embate se dava por meio de artigos, contra-artigos, réplicas, tréplicas publicadas em revistas, livros, libretos e na imprensa. Todo este jogo era algo importante para a legitimação no mundo letrado, como bem demonstrou Roberto Ventura. (VENTURA, R., 1991).

Logo, os espaços letrados no Brasil do período podem muito bem ser tratados como locais de embates. As *pistas* do esgrimir intelectual.

Neste ponto cabe destacar que no Brasil do final do século XIX e início do século XX o mundo das pessoas inseridas, de fato, no domínio das letras poderia ser muito bem caracterizado como um arquipélago de letrados em um oceano de iletrados e semiletrados. As ilhas letradas se espalhavam pelas províncias, com uma ilha central, e maior, localizada na cidade do Rio de Janeiro. Este tipo de homologia com a geografia para caracterizar a forte presença do analfabetismo no Brasil, e enfatizar caráter diminuto das elites intelectuais não é inédito. A ausência de um letramento em grande escala e a existência de pequenos grupos letrados não era uma exclusividade brasileira. Inúmeros outros países viviam situação análoga, incluso países da Europa ocidental.

Não parece ser descabido propor que ter acesso à alfabetização é uma coisa, ter domínio das letras, outra. E possuir o domínio das letras não significa acesso à elite letrada. Ademais, o efetivo domínio das letras é algo passível de ser admitido com um dos mais importantes bem simbólicos, portanto, de grande função distintiva e por isso de distribuição restrita. (BOURDIEU, P., 2008a; 2008b). Com isso, chega-se a uma constatação um tanto quanto óbvia: o peso “social” e “político” da elite letrada não estão necessariamente vinculados ao seu o tamanho.

A utilização de um vocabulário comum seria outra “regra” fundamental. Esta “norma”, evidentemente, vincula-se intimamente às anteriores. O envolvimento em questões públicas gerava debates e polêmicas que se davam dentro de determinada linguagem. A formação ou a conformação de uma linguagem comum pode ser atribuída à existência de algo semelhante a um campo no sentido das formulações de Bourdieu. (BOURDIEU, P., 1996). A presença de “regras” de inserção e de legitimação obrigava os postulantes a intelectual para se validarem neste meio estabelecer algum tipo de diálogo com as normas vigentes. Uma destas normas seria a utilização de determinados referenciais teóricos – a linguagem comum. Esta linguagem comum se configuraria em “regra” porque se tornaria normativa.

Com efeito, as considerações bourdieusianas permitem pensar os “condicionamentos sociais” enquanto maneiras de regramento as quais determinam estilos (no sentido de formas de comportamento) e que, portanto regulariam o *agir*. Em havendo, como se acredita aqui, um *agir intelectual* para o Brasil do período, tal *agir* seria organizado segundo determinadas “regras”, algumas delas podem ser

entendidas como fundamentais: o envolvimento em questões de ordem pública como mencionado de início, a participação em polêmicas e o compartilhamento de um vocabulário comum.

Em se tendo o foco na *ação social* como definida por Max Weber, pensada em conjunto com a ideia de *habitus* de Bordieu, permitiu-se tomar a utilização deste vocabulário comum como uma ação. Desta feita, esta linguagem enquanto ação tem um dos sentidos expressos em princípios de classificação. Assim, a utilização da noção de raça, central à argumentação deste trabalho, seria para as elites intelectuais e políticas do Brasil de fins do século XIX não só tomada de posição como também era princípio de classificação. Portanto, a adoção ou não da noção de raça apresentava implicações políticas das mais diferentes ordens.

Pensar desta maneira remete, em alguma medida, à teoria dos atos de fala. Nesta perspectiva teórica:

A linguagem é entendida essencialmente como forma de ação e não de representação da realidade. As condições de uso determinam a concepção de linguagem como um complexo que envolve elementos do contexto, convenções de uso e intenções dos falantes. (RODRIGUES, D. S., 2010 p 3)

Assim, a teoria dos atos de fala propõe a compreensão de como uma dada linguagem foi ou é utilizada dentro de um determinado contexto. (RODRIGUES, D. S. 2010 p 3).³ As perspectivas teórico-metodológicas de Quentin Skinner e John Pocock, em grande medida, organizaram-se em torno destas premissas, ou seja, visam o entendimento de uma linguagem dentro de um dado contexto, bem como certa compreensão de como determinados contextos produzem certas linguagens.

2.3 A noção de raça como parte da linguagem e do *agir do intelectual*

O *espaço intelectual* brasileiro em fins do século XIX possuía sua linguagem e esta era marcada pela noção de raça, ela compunha o vocabulário da elite

³ Segundo Deise Simões Rodrigues: “A teoria dos atos de fala situa-se dentro da chamada ‘virada lingüística’ do século XX, sua gênese insere-se na tradição britânica da filosofia analítica inaugurada por G.E. Moore, B. Russell e L. Wittgenstein nas primeiras décadas do século XX, reação contra o empirismo e o idealismo absoluto.” (RODRIGUES, D. S., 2010 p 1).

intelectual. De fato, a presença de um pensamento com alguma vinculação com as teorias raciais pode ser notado desde meados do século XIX tanto para explicar quanto para justificar o Brasil. A observação, por exemplo, da literatura do romantismo indianista, em especial das obras de José Martiniano de Alencar (1829-1877) são indicativas da circulação da noção de raça. O argumento presente nos textos indianistas e, em alguma medida, nos regionalistas versa ou sobre o encontro de raças distintas ou acerca da formação de uma raça nova. Antes ainda da publicação dos textos de José de Alencar a ideia do Brasil, da população do Brasil, como resultado da confluência de diferentes raças já circulava.⁴

E, provavelmente, foi o bávaro Karl Friedrich Phillip Von Martius (1794-1868) aquele que mais deu visibilidade e, de certa forma, consagrou, a fórmula que explica a formação do Brasil pelo encontro das três raças. (MARTIUS, K. F. P., 1844). Diferentemente de Alencar, o naturalista bávaro considerava a população negra enquanto constitutiva da população do país, na fórmula do romancista cearense apenas se faziam presentes a população indígena e a europeia. A elaboração de Martius, ou consagrada por ele, perpassará o Pensamento Brasileiro do século XIX até o presente momento contando, evidentemente, com várias versões.

Com efeito, a ampla aceitação dessa fórmula criou outra demanda: explicar e/ou compreender como procederam, e procedem, as relações entre esses diferentes grupos raciais. Nesta direção os últimos anos do século XIX são da maior importância. Pois neste momento essas relações passam a ser pensadas em “termos científicos” com base no racismo científico, nas teorias raciais. A elite letrada brasileira busca explicar e/ou compreender a sociedade brasileira segundo a fórmula da tríade formadora, porém submetendo-a as teorias raciais.

2.3.1 A tapeçaria da raça

Em célebre passagem Sílvia Romero mencionou que nos anos 1870 havia chegado ao Brasil “um bando de ideias novas”. Dentre estas estavam às teorias

⁴ As obras de José Alencar passíveis de serem alocadas neste contexto seriam as denominadas indianistas: *O Guarani*, 1857, *Iracema*, 1865, *Ubirajara*, 1874, e em certa medida as de cunho regionalista *O Gaúcho*, 1870, *O tronco do ipê*, 1871, *O sertanejo*, 1875.

raciais. No que consistiria a noção de raça no século XIX? Michael Banton procurou, em obra publicada nos anos 1970 e que ainda figura como um dos melhores trabalhos em termos de uma genealogia da noção de raça, responder a esta indagação.

Em *A ideia de raça*, Banton procurou, antes de tentar atribuir algum significado para a raça no século XIX, destacar que ideia de raça, na sua perspectiva a moderna, não deveria ser pensada “separada de duas outras ideias que renasceram nos primeiros anos do século XIX.” (BANTON, M., 1979 p 13). Para o autor “as ideias modernas de raça, classe e nação surgiram no mesmo meio europeu e têm muitas similaridades.” (BANTON, M., 1979 p 13). E “todas três foram exportadas para os pontos mais longínquos do Globo e floresceram em muitos solos estrangeiros.” (BANTON, M., 1979 p 13).

Para Banton a raça, a classe e a nação foram categorias elaboradas na Europa ocidental para a Europa ocidental.

Às vezes pensa-se que as concepções ocidentais contemporâneas sobre a raça emergiram dos contratos entre brancos e negros que acompanharam as viagens de exploração dos europeus à América, África e Ásia, nos séculos XV e XVI. Esta perspectiva é excessivamente limitada e subestima o significado das mudanças sociais na Europa. A raça, como classe e nação, foi um conceito desenvolvido primeiramente na Europa para ajudar a interpretação de novas relações sociais. Todas três devem ser olhadas como modos de categorização que foram sendo cada vez mais utilizadas à medida que um maior número de europeus se apercebeu da existência de um crescente número de pessoas ultramarinas diferentes deles. (BANTON, M., 1979 p 24).

A posição de que a noção de raça foi, num primeiro momento, desenvolvida na Europa e para a Europa, defendida por Michael Banton, é algo semelhante ao argumento defendido anos mais tarde por Arno J. Mayer.

Mayer ao analisar a persistência dos elementos do *Antigo Regime* na Europa da segunda metade do século XIX, destacou que o darwinismo social e o elitismo, apesar de suas inúmeras implicações com a expansão europeia pelo

mundo, foram formas de análise elaboradas em última instância na Europa e para a Europa.

O darwinismo social e elitismo brotaram de um único e mesmo solo. Ambos desafiavam o iluminismo do século XIX, e mais particularmente as pressões por democratização social e política. O termo “elite”, carregado de valores, só se definiu como tal forma plena no final do século XIX, e recebeu sua mais ampla e corrente aceitação em sociedades ainda dominadas pelo elemento feudal. Mas, por toda a Europa, as teorias das elites espelhavam e racionalizavam práticas predominantes correntes, ao mesmo tempo em que serviam como arma de batalha contra o nivelamento político e social e cultural. (MAYER, A. J., 1987 p 276).

Mayer evidencia em sua exposição que o darwinismo social, forma de pensar muito vinculada à ideia de raça, foi, sobretudo, construída para conter os movimentos sociais dos diferentes países europeus, postos a exigir mais direitos civis, políticos e sociais. Todavia, ambos os autores não descartam, pelo contrário, destacam que o contato dos europeus com populações outras favoreceu o desenvolvimento das categorias raciais. Banton afirmou ser “óbvio que o contacto entre os aventureiros e colonizadores europeus e os povos da África, América e Ásia foi importante para o desenvolvimento das categorias raciais.” (BANTON, M., 1979 p 24).

Apesar da constante presença da raça nas discussões oitocentistas para Banton “não [havia] no século XIX qualquer ideia clara e definida de raça. Havia muitas classificações e teorias, e bastantes controvérsias.” (BANTON, M., 1979 p 15). E mesmo assim:

No século XIX, o termo “raça” veio a significar uma qualidade física inerente. Os outros povos passavam a ser vistos como biologicamente diferentes. Embora, a definição continuasse incerta, as pessoas começaram a pensar que a humanidade estava dividida em raças. (BANTON, M., 1979 p 30).

Antes disso, segundo o mesmo autor, raça tinha um sentido mais restrito:

No século XVIII, a palavra “raça” era primeiramente usada para a descendência comum de um conjunto de pessoas; as suas características distintivas eram dadas por assentes e a categoria “raça” usava-se para explicar como as conseguiram. (BANTON, M., 1979 p 39).

Desta feita, teria sido “no século XIX, [que a] ‘raça’ tornou-se um meio de classificar as pessoas por essas características [...]”. (BANTON, M., 1979 p 39). As

considerações de Banton permitem perceber que foi no século XIX que a raça passou, de um modo geral e generalizante, a ser entendida tendo em conta as particularidades físicas e biológicas dos distintos grupos de indivíduos e tornou-se comum a ideia de que a humanidade estaria dividida em raças (BANTON, M., 1979 p 30).

Conjuntamente à obra de Michael Banton, outros dois textos se mostram fundamentais na busca de uma genealogia da noção de raça oitocentista: *O Mito Ariano* de Leon Poliakov e *Nós e os outros* de Tzvetan Todorov. (POLIAKOV, L., 1974; TODOROV, T., 1993). Estes autores denotam que o autor chave para o entendimento do significado de raça no século XIX seria Joseph Arthur de Gobineau, o Conde Gobineau (1816-1882). Poliakov e Todorov indicaram que o Conde Gobineau apresentou elementos que permitem visualizar uma definição mais nítida do que deveria ser entendido por raça. (POLIAKOV, L., 1974; TODOROV, T., 1993).

Gobineau, no entender de Poliakov e Todorov, mais que um inovador fora um sistematizador, ele teria sistematizado o pensamento acerca da raça na Europa dos oitocentos, esta seria a grande marca do *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1853-1855). Não obstante, para Gobineau, o comportamento individual relacionava-se diretamente com a raça e seria transmitido pelo sangue. Todorov sugere que para Gobineau as sociedades, produto direto das raças, definiriam o comportamento dos indivíduos impedindo qualquer possibilidade de ação individual. (TODOROV, T., 1993 p 137). Para Gobineau, a sociedade, produto intrínseco da raça,

(...) impõe às populações seus modos de existência. Elas circunscrevem entre os limites dos quais esses escravos cegos não têm nem mesmo a veleidade de sair, e não teriam poder para tal. Ditam-lhes os elementos de suas leis, inspiram suas vontades, designam seus amores, atizam seus ódios, conduzem seu desprezo. (GOBINEAU, J. A. *Essai sur l'inégalité des races humaines*. p.1151; Gallimard-Pléiade, 1983 – Apud TODOROV, T., 1993 p 137.).

Em direção semelhante à do Conde Gobineau no estabelecimento do que deveria ser entendido por raça, estão às considerações de Hippolyte Adolphe Taine (1828-1893). Na obra *História da literatura inglesa* (1864), disse ele:

Ce qu'on appelle *la race*, ce sont ces dispositions innées et héréditaires que l'homme apporte avec lui à la lumière, et qui ordinairement sont jointes à des différences marquées dans le tempérament et dans la structure du

corps. Elles varient selon les peuples. Il y a naturellement des variétés d'hommes, comme des variétés de taureaux et de chevaux, les uns braves et intelligents, les autres timides et bornées, les uns capables de conceptions et de créations supérieures, les autres réduites aux idées et aux inventions rudimentaires,... (TAINE, H., 1866, p xxiii).⁵

Mesmo em se admitindo a impossibilidade do estabelecimento de uma definição unívoca de raça entre os intelectuais do século XIX, as posições de Gobineau e Taine podem ser tomadas como uma medida, de um modo geral e generalizante, da forma como as pessoas entendiam a noção de raça nos oitocentos. Para Tzvetan Todorov a noção de raça com um e outro adendo ou supressão trazia consigo a ideia buffoniana da continuação entre físico e moral.⁶

⁵ O que se chama de raça são essas disposições inatas e hereditárias que o homem traz consigo, e que vão unidas em comum marcando as diferenças de temperamento e estrutura corporal. Variam segundo os povos. Há naturalmente variedades de homens como de touros e cavalos: umas valorosas e inteligentes e outras tímidas e de capacidade reduzida; umas capazes de concepções e de criações superiores, e outras reduzidas as ideias e invenções rudimentares.

⁶ No trabalho de mapear a moderna ideia de raça e, sobretudo, o racismo francês a obra *Nós e Outros* de Tzvetan Todorov figura como uma das mais relevantes. A perspectiva deste autor para esquadrihar a formação da origem da ideia moderna de raça parte da obra *Histoire Naturelle*, publicada entre 1749-1789, por Georges-Marie Leclerc, o Conde Buffon (1707-1788). Para Todorov esta obra cumpriu papel central à constituição da ideia moderna de raça, assim ele parte dela para compreender formulação da ideia de raça no século XIX, bem como o racismo e mesmo o racismo. Para Todorov, Buffon defendia a unidade do gênero humano, este princípio estaria na base do pensamento buffoniano. A esta unidade defendida pelo pensamento buffoniano, na interpretação de Todorov, seria acompanhada por uma forte noção de hierarquia: “Já que os homens pertencem a uma única espécie, pode-se julgá-los, a todos com a ajuda dos mesmos critérios, e com isso, descobri-los diferentes, uns superiores aos outros: para Buffon há solidariedade entre unidade da espécie e absolutismo dos julgamentos de valor.” (TODOROV, 1993 p 114). Ainda se tomaria a racionalidade e a sociabilidade como elementos centrais à realização da comparação, ou seja, a proporção destes elementos em um determinado grupamento humano concederia ao mesmo um posicionamento dentro de uma suposta “escala” universal. Isso levaria Buffon a reconhecer a diferença para poder postular em prol da hierarquização, uns superiores aos outros. Para Buffon existiria uma continuidade entre o físico e o moral, assim aspectos físicos e como cor da pele influenciaria na forma e grau de civilidade de determinada sociedade. (TODOROV, 1993 p 115-119). “Pode-se constatar agora que o conjunto da teoria racista se encontra contido nos escritos de Buffon: considera a existência das raças como uma evidência, afirma a solidariedade do físico e da moral, subentende a determinação do indivíduo pelo grupo, proclama bem alto um sistema único de valores, [...]. (TODOROV, 1993 p 119).” A interpretação de Tzvetan Todorov a respeito de Buffon pode ser questionada, pois o Buffon descrito se assemelharia mais a um tomista do que a um racista moderno. Apesar disto, Todorov localizou posições passíveis de serem tratadas como deterministas como constitutivas do pensamento buffoniano. Tais posições seriam o determinismo climático, social e racial. Indicativo desta crença no determinismo, em especial, o geográfico, pode ser observado na análise realizada por Buffon do continente americano. Para ele na América a natureza dominara o homem americano (nativo) por isso ele não teria alcançado o desenvolvimento dos europeus, por exemplo. A forma como Buffon percebeu a América foi bastante bem analisada por Antonello Gerbi na obra *O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750-1900)*. E ao fazer este estudo Gerbi visitou o pensamento buffoniano de maneira mais ampla. Da obra de Gerbi foi possível notar que outra marca importante do pensamento buffoniano seria a crença em determinado progresso às avessas, no seguinte sentido: a humanidade caminharia em processo evolutivo rumo à degeneração. “Buffon percorre as teorias da variabilidade das espécies – não as teorias sobre o progresso do imperfeito ao perfeito, do inferior ao superior, mas as que tratam de uma degeneração

Esta ideia seria a base da noção de raça, fundamento das teorias raciais, bem como do racismo. É possível inferir a partir da análise de Todorov que as teorias raciais compunham o racismo, ou seja, a base teórico-metodológica do racismo científico sendo, então, o racismo a expressão, a ação social organizada por tais premissas. O racismo para Tzvetan Todorov é constituído de algumas proposições básicas, tais como as destacados a seguir.

Primeiro: a crença na existência das raças. Os grupamentos humanos apresentariam características físicas comuns, e as diferenças entre esses evidenciariam a existência da noção de raças, aqui assimiladas às espécies animais. Haveria entre duas raças a mesma distância que entre o cavalo e o jumento: não é o bastante para impedir a fecundação natural, mas suficiente para estabelecer uma fronteira que salta aos olhos de todos. Os racialistas normalmente não se contentam em narrar esse estado de coisas, mas desejam, ademais, que se mantenham. São, portanto, contra os cruzamentos entre as raças. (TODOROV, T., 1993. p.108).

Segundo: a continuidade entre o físico e o moral. As características físicas determinariam as culturais. As diferenças culturais seriam explicadas pelas variações raciais.

Terceiro: a ação do grupo sobre o indivíduo. Aqui o racismo apresenta suas características de doutrina coletiva. As ações e comportamentos do indivíduo seriam determinados e regidos pelo grupo racial ao qual pertence.

Quarto: a hierarquia universal dos valores. O racialista, além de apontar para as diferenças raciais, que também seriam culturais, aponta para a superioridade de umas sobre as outras. Tal hierarquia quase que invariavelmente é montada em cima de uma base etnocêntrica, no caso abordado aqui, o eurocentrismo. Os valores que serviriam de ponto de partida à mencionada hierarquia seriam os da Europa ocidental.

Quinto: a política baseada no saber. O saber acumulado pela cultura superior geraria uma proposição sobre uma política de harmonização do mundo, segundo as considerações anteriores. “Assim, a submissão das raças inferiores, ou mesmo sua eliminação, pode ser justificada pelo saber acumulado a respeito das

das espécies de seu possível debilitamento em circunstâncias ambientais diversas.” (GERBI, 1996 p 42). Em Buffon, como em tantos outros pensadores europeus, o etnocentrismo era uma marca central das suas reflexões, dado que apesar de evidente, torna-se pertinente mencionar, na medida, em que suas postulações com relação à unidade e hierarquização colocavam como padrão comparativo, o mundo europeu ocidental, conforme indicam Antonello Gerbi e Tzvetan Todorov. (GERBI, 1996; TODOROV, 1993).

raças” (TODOROV, T., 1993. pp. 110-111). Então, a política baseada no saber também pode ser lida como uma forma de legitimar a dominação de outros povos, por eles não compartilharem do mesmo código de valores do dominador. (COSTA, H. 2004, pp. 39-40; TODOROV, 1993. pp. 107-110).

Com efeito, no século XIX a composição da noção de raça deu-se dentro das seguintes premissas: uma verdade biológica, investida de significados políticos e sociais. Com este viés a noção de raça passou a ser decisiva na compreensão dos indivíduos, ou seja, definindo-o em todos os sentidos, não só das pessoas individualmente, mas das sociedades das quais elas faziam parte. Assim, sob estas características a raça passou a se constituir como um fator essencial à constituição dos países, das nações, pois ela ditaria, imporia as capacidades das pessoas de formarem ou não as sociedades. Logo, o desenvolvimento político, social, econômico, material, artístico estaria vinculado à raça. E esses fatores eram tomados no século XIX como centrais para o estabelecimento do “grau de civilização” dos povos. Quão maiores fossem os avanços nessas áreas, maior “seria o grau de civilização”. Nesta equação a civilização dependeria da raça. Não é demasiado destacar que os parâmetros para mensurar os “avanços” da “civilização” foram construídos de acordo com as categorias europeias. Assim, durante o século XIX, sobretudo em sua segunda metade, a raça era uma das mais relevantes categorias de análise tanto nas ciências biológicas quanto nas sociais.

Ainda é possível dizer que no cenário oitocentista a utilização do termo raça tornou-se tão recorrente que o termo era utilizado em muitos textos sem a necessidade de se explicar o que se estava entendendo por raça. A raça surgia assim, em muitos casos, como algo dado, termo valorado de forma a ser encarado como autoexplicativo.

2.3.2 As teorias raciais e o pensamento brasileiro de fins do século XIX: *afinidades eletivas*

Afinidades eletivas ou *Wahlverwandtschaft* é um termo com longa trajetória, contudo possivelmente foi Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832) quem o tornou amplamente conhecido ao nomear com ele uma das suas obras mais importantes de

Die Wahlverwandtschaften – As afinidades eletivas – 1809. (LÖWY, M., 2011 p 129).⁷ Se a literatura romântica deu popularidade ao termo foi o sociólogo Max Weber que o trouxe como conceito analítico para as Ciências Humanas. (LÖWY, M., 2011 p 131). Michel Löwy ao analisar o conceito de afinidade eletiva na proposta weberiana, afirmou que o sociólogo alemão não definiu “o conceito de ‘afinidade eletiva’.” (LÖWY, M., 2011 p 137). Segundo Löwy, Weber teria adotado tal postura aparentemente por:

(...) considerar tal expressão como algo dado, suficientemente familiar ao cultivado público alemão, o qual conhece de cor os escritos de Goethe. No entanto, ele faz, em alguns momentos, algumas preciosas indicações sobre seu “funcionamento”: quando dois elementos – por exemplo, um sistema social e um “espírito” cultural – estão ligados por “um ‘grau de adequação’ particularmente elevado” e entram em relação de afinidade eletiva, eles se adaptam ou se assimilam reciprocamente (aneinander anzugleichen

⁷ “É na alquimia medieval que se começa a utilizar o termo afinidade para explicar a atração e a fusão dos corpos. Segundo Alberto Magno, se o enxofre se une aos metais, é em decorrência da afinidade que ele possui com esses corpos: propter affinitatem naturae metalla adurit. É possível encontrar essa temática nos alquimistas, no decurso dos séculos seguintes. Por exemplo, em seu livro *Elementa Chimiae* (1724), Hermanus Boerhave explica que particulae solventes et salutae se affinitate sue naturae colligunt in corpora homogênea. A afinidade, assim, é a força em virtude da qual duas substâncias diversas “se procuram, unem-se e se encontram” em um tipo de casamento, de noce chimique, procedendo muito mais por amor do que por ódio, magis ex amoré quam ex odio. O termo attractionis electivae aparece pela primeira vez na obra do químico sueco Torbern Olof Bergman. Seu livro, *De attractionibus electivis* (Uppsala, 1775), foi traduzido para o francês com o título *Traité des affinités chimiques ou attractions électives* (1788). Na tradução alemã – Frankfurt, Verlag Tabor, 1782- 1790 –, a fórmula “atração eletiva” se torna, enfim, Wahlverwandtschaft, ou seja, afinidade eletiva. É provavelmente dessa versão alemã de Bergman que Goethe extraiu o título de seu romance *Die Wahlverwandtschaften* (1809), em que ele trata da questão de uma obra de química estudada por um dos personagens “há cerca de uma dezena de anos”. O termo, aqui, torna-se uma metáfora para designar o movimento passional pelo qual um homem e uma mulher são atraídos um pelo outro – ainda que isso signifique a separação de seus companheiros anteriores –, a partir da afinidade íntima entre suas almas. Tal transposição, feita por Goethe, do conceito químico para o terreno social da espiritualidade e do amor foi, em si mesma, ainda mais fácil, especialmente porque em diversos alquimistas, como Boerhave, o termo já estava densamente carregado de metáforas sentimentais e eróticas. Para Goethe, há uma afinidade quando dois seres ou elementos “procuram um ao outro, atraem-se, apoderam-se um do outro e, em seguida, em meio a essa união íntima, ressurgem de forma renovada e imprevista”.³ A semelhança com a fórmula de Boerhave – dois elementos que “se procuram, unem-se e se encontram” – é impressionante, o que sugere o fato de Goethe também ter conhecido a obra do alquimista holandês e até mesmo se inspirado nela. Com o romance de Goethe, o termo ganha o direito de citação na cultura alemã, como a designação de um tipo de ligação particular entre as almas. E é na Alemanha mesmo que essa expressão sofrerá sua terceira metamorfose: a transmutação em conceito sociológico, por intermédio da obra de um grande alquimista da ciência social, chamado Max Weber. Weber mantém da antiga acepção as conotações de escolha recíproca, atração e combinação, mas a dimensão da novidade parece desaparecer.” (LÖWY, 2011, p 130-131).

trachten), até que, “finalmente, o desenvolvimento de uma íntima e sólida unidade se instaura”. (LÖWY, M., 2011 p 137).

Um sistema social e um espírito cultural, ligados por um grau de adequação, este é ponto que interessa ao presente trabalho. O Brasil oitocentista detinha um sistema social passível de ser pensado em termos estamentais, que testemunhava na década de 1880 a entrada de mais pessoas ao mundo dos iguais, notadamente, de pessoas egressas da escravidão. Este sistema social encontrou no cientificismo do século XIX, e dentro deste cientificismo estavam às teorias raciais, algumas respostas úteis às suas demandas. Dentre estas demandas estaria como inserir estas novas pessoas no mundo dos iguais e, simultaneamente, manter determinadas hierarquias sociais.

As afinidades são eletivas porque elas são adequáveis, adaptáveis e assimiláveis de modo recíproco, assim é viável afirmar que as elites brasileiras detinham interesses em elementos das teorias raciais e estas se mostravam plásticas o suficiente para atenderem e se moldarem às demandas suscitadas. Pois, como indica Löwy em sua análise do conceito de *afinidade eletiva* de Weber: “o grau de Wahlverwandtschaft” entre as partes envolvidas “depende do tipo de conexão ativa que se estabelece”. (LÖWY, M., 2011 p 137). Löwy assinalou da seguinte forma a questão:

(...) o grau de Wahlverwandtschaft entre uma ação comunitária e uma forma econômica depende do tipo de conexão ativa que se estabelece entre os dois elementos: “se, e com qual intensidade, eles favorecem reciprocamente sua existência, ou, ao contrário, eles a impedem ou a excluem; são reciprocamente ‘adequadas’ ou ‘inadequadas’.” (LÖWY, M., 2011 p 137).

Acredita-se aqui que a elite letrada brasileira era bem atenta àquilo que se discutia na Europa, no entanto, sua adesão às teorias raciais não ocorreu de imediato. Ela se deu em fins do século XIX, quando na Europa elas já circulavam com força desde pelo menos meados do século. Assim, não se partilha aqui da postura posta a estabelecer que elite intelectual brasileira estivesse defasada em relação à Europa, assumindo que esta constituía um centro irradiador. Deste modo caminha-se na direção de outra possibilidade explicativa para essa ação dos intelectuais brasileiros do período. O caminho adotado admite que tão somente em

fins do século XIX se constituiu uma relação de *afinidade eletiva* entre “um sistema social” e “um espírito cultural”, a ordem senhorial desejosa de manter suas hierarquias frente à entrada de novas pessoas ao mundo dos iguais passaria a travar relações com teorias que poderiam oferecer, de alguma forma, possibilidades de manutenção do ordenamento social em questão, mesmo que em outros termos.

Ademais, pensar a adesão da elite intelectual brasileira às teorias raciais somente no momento em que estas pudessem oferecer respostas às demandas empíricas desta elite encontra respaldo nas sugestões presentes nas obras de Mariza Corrêa, Renato Ortiz, Lilia Moritz Schwarcz, Maria Clementina Pereira Cunha e Wlamyra Albuquerque, de onde é possível retirar a hipótese de que a adesão às teorias raciais por parte da elite letrada brasileira se deu somente em fins do século XIX por ser este o momento onde essa matriz teórica se fazia útil às demandas locais. (ORTIZ, R., 1985 (2003); SCHWARCZ, L. K. M., 1993; CORRÊA, M., 2001; CUNHA, M. C. P., 2009; ALBUQUERQUE, W., 2009).

Mariza Corrêa defendeu no início dos anos 1980, mais precisamente em 1982, sua tese de doutoramento intitulada *As ilusões da liberdade - a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Esta tese apareceu no formato de livro no ano de 1998 com igual título. O trabalho de Corrêa teve por objeto a constituição da antropologia no Brasil. Ao definir este objeto a autora conduziu a uma detalhada investigação da obra de Raymundo Nina Rodrigues. Este movimento se deu porque as pesquisas de campo realizadas pelo médico maranhense sobre as populações negras e mestiças da Bahia são considerados marcos fundadores da antropologia no Brasil. Nina Rodrigues foi o primeiro estudioso a dedicar-se ao estudo sistemático da presença negra no Brasil. As investigações de “cunho antropológico” do médico maranhense foram orientadas pelas teorias raciais.

Ao perscrutar a formação da antropologia brasileira, Mariza Corrêa, viu-se, praticamente, obrigada a discutir o meio médico. Meio onde estava inserido Nina Rodrigues. Nestas circunstâncias Corrêa localizou um pensamento médico, no Brasil das últimas décadas do século XIX, bastante marcado pelas teorias raciais. A abordagem adotada pela autora julgou necessário entender os médicos, para entender Nina Rodrigues. Assim, as análises sobre o espaço dos médicos podem ser utilizadas para períodos anteriores a década de 1890, momento onde se concentra a produção intelectual de Nina Rodrigues.

A proposta presente em *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil* caminhou na direção de compreender as vinculações entre o contexto nacional e a adesão às teorias estrangeiras, sobretudo, as teorias raciais no estudo da realidade brasileira. Ao seguir esta trilha Mariza Corrêa indicou ser o recurso a teorias como as raciais como parte de um processo de colonização interna promovido pelas elites políticas e intelectuais sobre a massa da população. (CORRÊA, M., 2001 p 15-16). O recurso a determinadas teorias estrangeiras como uma das estratégias para um processo de colonização interna foi algo destacado, antes de Corrêa, com bastante ênfase por Nelson Werneck Sodré (1911-1999). (SODRÉ, N. W., 1965).

Werneck Sodré realizou nos anos 1960 um estudo, hoje considerado clássico, sobre o pensamento brasileiro: *A ideologia do colonialismo e seus reflexos no pensamento brasileiro*, publicado em 1962. Neste trabalho o autor examinou a obra de cinco intelectuais, a saber: Azeredo Coutinho (José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, 1742-1821), José Martiniano de Alencar, Sílvio Romero, Euclides da Cunha (Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha 1866-1909) e Oliveira Vianna (Francisco José de Oliveira Vianna, 1883-1951).⁸

A análise de Sodré em *A ideologia do colonialismo* demonstra uma preocupação central localizar as condições sociais de produção do conhecimento. O lugar social dos produtores do conhecimento seria elemento decisivo, para Sodré, no tipo e no sentido de conhecimento a ser elaborado. A postura do autor estava, evidentemente, de acordo com o seu marco teórico – o marxismo. Todavia, a forma como Werneck Sodré problematizou o pensamento brasileiro pode ser interpretada dentro das premissas de um contextualismo social. Uma vez que o entorno social e a posição social do autor explicaria os textos e as ideias.

Na perspectiva de Werneck Sodré a busca de modelos intelectuais estrangeiros para a análise da situação nacional seria o ajuste das elites locais a um processo de colonização interna. Uma vez que a adoção destes modelos forneceria subsídios e justificativas para a manutenção de um ordenamento social, para o

⁸ Cabe informar que vinte anos antes de publicar *A ideologia do colonialismo*, Werneck Sodré o autor já havia dedicado um estudo   análise do pensamento social brasileiro: *Orientações do pensamento brasileiro*, 1942. Nesta obra, Sodré abordou a produção Antônio José de Azevedo Amaral (1881-1842), Gilberto Freyre (1900-1987), Oliveira Vianna, Fernando de Azevedo (1894-1974), Graciliano Ramos de Oliveira (1892-1953), José Lins do Rego Cavalcanti (1901-1957), Jorge Leal Amado de Faria (1912-2001), Joaquim Lúcio Cardoso Filho (1912-1968). Desta feita, o trabalho dos anos 1960 tem maior relevância para as preocupações do presente estudo.

autor, vigente desde o período colonial. E neste sentido é possível verificar o autor fornecendo, mesmo sem concordar, subsídios para a possibilidade de se notar a apropriação política das ideias – a transplantação de ideias defendida por Sodré se daria mediante um critério: manter um determinado ordenamento social, portanto, sob uma mediação local. Esse processo de colonização interna, proposto pelo autor, desloca o foco da análise para a ausência de rupturas na trajetória brasileira. Rupturas de fato, aquelas postas a romperem antigas estruturas.

E esse movimento executado pelo autor interessa, sobremaneira, ao presente estudo, pois se entende aqui que as teorias raciais em fins do século XIX colaborariam no processo de colonização interna e manutenção de um determinado ordenamento social. Pois, elas dariam uma justificativa científica e supostamente isenta de aspectos políticos para ordenamento social brasileiro. Além disso, as teorias raciais ainda contariam com a qualidade de poderem ser diluídas em outras formas pensar e serem mobilizadas de modo indireto e ou dissimulado. Nelson Werneck Sodré indicou ainda uma tendência das elites brasileiras em torno da posição de mudar sem alterar e de promover rupturas que não rompem de fato com as estruturas vigentes. Este argumento se mostrou útil não só para compreender o diálogo das elites políticas e intelectuais com as teorias raciais, mas também para entender a relação das elites políticas, sobretudo, no encaminhamento da *Reforma Eleitoral de 1881*. Pois, como se procura demonstrar adiante, pretendia-se mudar o sistema eleitoral, criar um sistema menos manipulável seja pelo Governo, seja pelos potentados locais, não obstante, não se almejava nenhuma ruptura estrutural mais profunda no sistema representativo imperial.

A ideologia do colonialismo foi assim definida por Werneck Sodré:

Por ideologia do colonialismo se entende, aqui, o conjunto de ideias e conceitos que, gerados e desenvolvidos com a expansão colonial das nações do ocidente europeu, pretendiam justificar a sua dominação sobre as áreas de que se haviam apossado em ultramar e que dominavam direta ou indiretamente, gerindo-lhe os destinos, pela posse territorial, ou orientado-os ao sabor de seus interesses, pela supremacia econômica sobre eles ou as suas metrópoles. (SODRÉ, N. W., 1965 p 130).

E esta ideologia para o autor:

Surgiu e cresceu com a fase mercantilista e consolidou-se com o acabamento do processo que colocou o capitalismo como modo de

produção predominante, desembocando na fase imperialista a que assistimos. (SODRÉ, N. W, 1965 p 130).

A ideologia do colonialismo em fins do século XIX seria composta de para Werneck Sodré de tudo aquilo que pudesse justificar a exploração colonial.

Sumariamente, nos fins do século XIX, tal ideologia reunia tudo o que justificava a exploração colonial: conceitos de clima, conceitos de raça, conceitos de civilização. Sob o clima tropical não seria possível forma adiantada de organização social, econômica ou política; a raça negra seria inferior e, como tal, destinada apenas ao trabalho, influenciando negativamente nos cruzamentos em que concorresse, como, de resto, seriam por mesmos negativos os cruzamentos; as técnicas avançadas de organização política, como de produção, não poderiam ser adaptáveis a povos coloniais, oneradas pelo clima e pela raça – tais foram, entre outras menos importantes, formas muito difundidas de uma ideologia que, no fundo, pretendia apenas coonestar e justificar a exploração colonial. (SODRÉ, N. W., 1965 p 130).

Esta ideologia teria se difundindo pelas áreas coloniais e teria sido absorvida pelas elites intelectuais destas localidades. De modo que estas elites agiriam como colonizadoras dos territórios aos quais elas pertenciam. Werneck Sodré pontuou da seguinte forma a situação exposta:

Pela difusão dessa ideologia nas áreas coloniais, tornando as suas elites intelectuais suportes de sua vigência, responde a estrutura social nelas dominante, quanto a classe senhorial tinha seus interesses profundamente associados, ainda que subsidiários, à classe que emergia vitoriosa no processo histórico que culminou com a Revolução Industrial. (SODRÉ, N. W., 1965 p 130).

Nelson Werneck Sodré buscou denotar com *A ideologia do colonialismo* que o pensamento brasileiro oitocentista, e mesmo do princípio do século XX seria constituído por uma transplantação de ideias. Uma compilação de ideias europeias. No entanto, ele mesmo, como indicado, diz que isso se dava mediante alguns critérios, portanto, mediante determinada crítica.

A hipótese das elites brasileiras promoverem uma colonização interna no Brasil também foi desenvolvida por Márcia Regina Capelari Naxara, em sua dissertação de mestrado, defendida em 1991, intitulada: *Estrangeiro em sua própria terra - representações do trabalhador nacional - 1870/1920*. Trabalho publicado em livro no ano de 1998 com o mesmo título. Para Naxara a raça foi um vetor central ao processo de colonização interna. Nas palavras do seu orientador de dissertação, Robert Slenes, “a época focalizada” no trabalho de 1870 a 1920, “é a do auge do

imperialismo, do ‘darwinismo social’ e do ‘racismo científico’.” (SLENES, R., 1998 p 11). A mobilização destes ideários pelas elites para a construção da imagem da população brasileira teria colocado a raça em um lugar de destaque na ação de pensar o povo brasileiro.

Esta postura das elites colaborou na construção de um tipo específico de distanciamento delas para com o povo. Tal distanciamento por vezes chegou, segundo a autora, ao ponto de não reconhecer a existência de povo no Brasil, de modo a ser missão das elites, literalmente “criar” este povo.

O século XIX brasileiro teve como tônica a(s) tentativa(s) de construção e visualização da nação. Construção que precisava ir além da questão material, ligada ao progresso da produção e ao crescimento econômico, mas que esbarrava na sua própria constituição, no conhecimento da história do país e de seu povo (impossível pensar uma nação com identidade própria sem pensar nas origens e no povo que a formam, enfim, na sua história, nos seus mitos e nas suas origens), seja para confirmá-la, seja para negá-la ou repensá-la dentro de novos pressupostos. Além do confronto inicial de uma elite que se via sem trabalhadores para proceder à substituição do escravo, essa mesma elite, ao pensar o seu país, via-o também sem povo. Um país cujo “povo” não se oferecia à visibilidade, ao menos na acepção de um conjunto de pessoas com um “espírito” comum, com características próprias, com algo que lhes desse o reconhecimento do ser brasileiro.

E a maior parte da população, ou seja, aqueles que pudessem portar esse ser brasileiro, não aparecia ao final do século XIX como quem pudesse conferir orgulho e identidade – procurou-se, portanto, um povo para o Brasil, um país cuja elite ao se distinguir e se distanciar do povo considerava-se sem povo. (NAXARA, M. R. C., 1998 p 38).

Naxara destacou ainda que “nos documentos do século XIX e início do século XX usou-se o termo nacional quando se pretendeu falar da população pobre, (mal) nascida no Brasil, em geral mestiça, pertencente ou egressa da escravidão.” (NAXARA, M. R. C., 1998 p 13). A imagem deste “nacional”, em muitos casos, sinônimo de povo, foi construída de maneira desabonadora.

O povo brasileiro, visto por suas elites, aproximava-se do atraso e da barbárie, enquanto que o que se tinha em vista era alcançar o progresso e a civilização. Tal questionamento acabou levando a uma identificação do brasileiro pela ausência do que se esperava ele pudesse ser, ou seja, por aquilo que lhe faltava. (NAXARA, M. R. C., 1998 p 18)

Dentre as ausências reclamadas e ou destacadas pelas elites estariam o pertencimento racial a grupos considerados superiores. Ao analisar o pensamento

de Euclides da Cunha, Márcia Naxara destacou uma posição euclidiana passível de ser ampliada para inúmeros de seus contemporâneos. A visão de que:

A maior parte da população brasileira carregava em si um estigma que não lhe permitia competir em condições de igualdade – a cor. Mesmo que as análises procurassem dar um peso ao meio (físico e social) na formação dos povos, o caráter racial permanecia como identificador indelével da inferioridade, profundamente arraigado, estabelecido de forma quase inabalável. (NAXARA, M. R. C., 1998 p 77-78).

O estudo de Naxara indica, então, que as teorias raciais haviam colaborado, sobremaneira, na criação e no estabelecimento entre as elites brasileiras da crença na inferioridade do povo. E esta inferioridade, intrínseca, por ser biológica, aproximava este povo “do atraso, da barbárie”. Portanto, este povo portaria “em sua natureza, uma indolência e um total despreparo para o exercício da cidadania”. (NAXARA, M. R. C., 1998 p 20). A posição da autora remete, em grande medida, para a ideia de um processo de colonização interna onde a raça ocupava um lugar de destaque.

Mariza Corrêa indicou em *A ilusão da liberdade* que a noção de raça detinha alguma centralidade na produção intelectual dos últimos anos do século XIX, portanto, nesta perspectiva a raça se colocava como uma peça fundamental no processo de colonização interna. A raça faria parte, efetivamente da linguagem desta ação. (CORRÊA, M., 2001 p 22-23). Esta interpretação de Corrêa remete, como mencionado, a argumentação realizada por Nelson Werneck Sodrê anos antes e foi retomada, em alguma medida, por Márcia Naxara posteriormente.

O trabalho de Corrêa evidencia toda a relevância da noção de raça para se refletir sobre o país. Para a autora, antes de ser pensada em outros termos qualquer, a nação foi pensada em termos raciais. Em sua análise a intelectualidade posta a atuar a partir dos anos 1870

(...) abriu perspectivas novas na vida intelectual de seu tempo ao se interessar pela questão da literatura, da política ou da religiosidade de membros da comunidade nacional que não eram considerados como parceiros do jogo político. Antes de ser pensada em termos de cultura, ou em termos econômicos, a nação foi pensada em termos de raça. Dominante, a noção de raça não excluía no entanto uma reflexão a respeito da economia, da política ou da cultura, mas se subordinava ao âmbito de sua discussão. Talvez justamente por ser dominante, esta é uma noção quase sempre implícita: é difícil encontrar uma definição do que estes autores entendiam por ‘raça’, a não ser indiretamente, ou através de suas

propostas políticas, indiscutivelmente ‘racistas’. (CORRÊA, M., 2001 p 40-41).

Mariza Corrêa além de ter sido incisiva na indicação da relevância da noção de raça no Brasil, indicou as possibilidades de um uso implícito da noção. O uso implícito e ou bastante fluído da noção de raça, bem como o seu uso como algo dado – sem a necessidade de maiores explicações – são elementos indicados pela autora e de relevância ao trabalho que aqui se apresenta.⁹ Corrêa, em *As ilusões da liberdade*, já havia atentado para as ambiguidades da elite intelectual brasileira na relação com arcabouço teórico europeu, sobretudo, o racista. (CORRÊA, M., 2001 p 150-159). Esta situação foi, contudo, focada mais diretamente por Renato Ortiz, em *Cultura brasileira e identidade nacional*, publicado pela primeira vez em 1985. (ORTIZ, R., 2003). Ortiz teve maior preocupação com as contradições e para o esforço de adequação de teorias e modelos estrangeiros à interpretação da realidade nacional realizado pela elite intelectual brasileira em fins do século XIX.

Desta forma, Ortiz contribuiu de forma bastante decisiva com o debate em torno da forma como a intelectualidade brasileira fez uso das posturas intelectuais disponíveis. Ortiz foi um dos primeiros autores a enfatizar a apropriação crítica das referências estrangeiras por parte dos intelectuais locais.

Para ele:

A elite intelectual brasileira, ao se orientar para a escolha de escritores como Gobineau, Agassiz, Broca, Quatrefages, na verdade não estava passivamente consumindo teorias estrangeiras. Essas teorias são demandadas a partir de necessidades internas brasileiras, a escolha se faz assim “naturalmente”. O dilema dos intelectuais do final do século [XIX] é o de construir uma identidade nacional. Para tanto é necessário se reportar as condições reais da existência do país. (ORTIZ, R., 2003 p 30).

A análise de Ortiz, desta feita, evidenciou de maneira bastante nítida a postura da intelectualidade brasileira de ir buscar nas posições teóricas disponíveis aquilo passível de atender a demandas específicas. Temática abordada posterior e respectivamente trabalhada por Roberto Ventura (1991), Lilia Schwarcz (1993) e

⁹ A autora não deixou de explorar o dilema da intelectualidade brasileira ao adotar as teorias raciais – o modo de aplicá-la, sobre uma sociedade predominantemente mestiça. Em Nina Rodrigues o dilema, se expressaria na sua crítica à miscigenação, o seu temor da africanização efetiva do Brasil (devido à miscigenação) e sua tentativa de hierarquizar os diferentes grupos mestiços também são aspectos que indicam a complexidade da aplicação das teorias estrangeiras no contexto brasileiro. (CORRÊA, 2001 p 150-159).

Angela Alonso (2002). A relação da intelectualidade brasileira com as teorias raciais teria sido uma das dimensões desta situação. O estudo de Ortiz indicou que:

A questão da raça é a linguagem através da qual se apreende a realidade social, ela reflete inclusive o impasse da construção de um Estado nacional que ainda não se consolidou. Nesse sentido as teorias “importadas” têm uma função legitimadora e cognoscível da realidade. Por um lado elas justificam as condições reais de uma República que se implanta como nova forma de organização político-econômica, por outro possibilitam o conhecimento nacional projetando para o futuro a construção de um Estado brasileiro. (ORTIZ, R., 2003 p 30-31).

As considerações de Ortiz permitem notar as teorias raciais por um lado justificando condições reais de uma República que não rompe, de fato, com as hierarquias oriundas da Monarquia, por outro permitem projetar um futuro, a construção de um país, melhor, em grande medida, por ser mais branco. Pois as teorias raciais estavam ligadas à política de imigração de europeus para o Brasil.

É interessante observar que a política imigratória, além de seu significado econômico possui uma dimensão ideológica que é o branqueamento da população brasileira. O fato de este branqueamento se dar em um futuro, próximo ou remoto, está em perfeita adequação com a concepção de um Estado brasileiro enquanto meta. (ORTIZ, R., 2003 p 31).

A perspectiva de Renato Ortiz indicou a falta de nitidez da noção de raça entre a intelectualidade brasileira para poder denotar que em função desta característica a raça poderia tanto ser utilizada ao lado como em sentido contrário ao Estado Nacional. A adoção da raça de modo ortodoxo poderia gerar conflitos desnecessários – uma guerra das raças – a um Estado em consolidação e ou em reorganização, caso do Estado Imperial nos anos 1880. Não obstante, o seu uso com menor rigidez poderia fornecer justificativas para determinadas hierarquias sociais. Ademais um uso mais flexível da raça permitiria, além de evitar possíveis conflitos, projetar um país com uma população diferente daquela da existente no final do século XIX. Assim, a falta de nitidez a respeito da noção de raça também pode ser interpretada como um recurso que ampliava sua possibilidade de uso.

Sob a perspectiva apresentada por Ortiz o uso fluído de noções como a de raça ou a associação de teorias, por vezes opostas, pela intelectualidade brasileira demonstraria a busca incessante por tentar adequar à interpretação do Brasil um conjunto de ideias, e as teorias raciais são exemplares nesta direção, que tendiam a

depreciar o país e o seu povo. Entretanto, estas mesmas ideias subsidiavam a posição social, política e econômica das elites. Ao seguir por tal caminho Renato Ortiz detectou a originalidade no pensamento social brasileiro, contrariando posições ainda fortes nos anos 1980 postas a indicar o pensamento brasileiro como desprovido de originalidade.

As implicações das teorias raciais sobre o pensamento brasileiro foram o objeto de estudo na tese de doutoramento de Lilia Moritz Schwarcz, intitulada de *Homens de ciencia e a raça dos homens: cientistas, instituições e teorias raciais no Brasil de finais do século XIX*, defendida em 1993. A tese ganhou, no mesmo ano, uma versão no formato livro com o título *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. Este trabalho se tornou referência fundamental para os estudos posteriores acerca da relação das elites brasileiras e o pensamento racista.

O Brasil oitocentista era percebido pelas suas elites e notadamente pelos viajantes estrangeiros que passaram pelo país como um enorme laboratório racial. O país era visto como composto de várias raças, o cruzamento dessas várias raças, os produtos desses cruzamentos entre si ou com elementos supostamente pertencentes a raças puras. Em outras palavras, a miscigenação generalizada fazia com que o país fosse notado como um espetáculo. Com efeito, a obra *O Espetáculo das Raças* foi dedicado a verificar como esse “espetáculo” foi apreendido e discutido pela intelectualidade brasileira das últimas décadas do século XIX e das primeiras do século XX. Neste contexto Schwarcz entendeu ser a noção de raça fundamental para pensar o Brasil e sua sociedade durante o período em questão. A raça, na perspectiva de Schwarcz, estaria na base de todas as análises produzidas naquele momento.

Schwarcz percebeu que letrados relevantes do período como Sílvio Romero tomavam a raça como o denominador comum para todo o conhecimento: “tudo passava pelo fator raça, e era a ele que se deveria retornar se o que se buscava explicar era justamente o futuro da nação”. (SCHWARCZ, L. K. M., 1993 p 153-154). Todavia, esta percepção não impediu a autora de destacar as especificidades da adoção, do ideário e conseqüentemente do vocabulário racista pela intelectualidade brasileira. Assim, para a autora:

O desafio de entender a vigência e absorção das teorias raciais no Brasil não está, portanto, em procurar o uso ingênuo do modelo de fora e enquanto tal desconsiderá-lo. Mais interessante é refletir sobre a originalidade do pensamento racial brasileiro que, em seu esforço de adaptação, atualizou o que combinava e descartou o que de certa forma era problemático para a construção de um argumento racial no país. (SCHWARCZ, L. K. M., 1993 p 19).

Lilia Schwarcz, de modo semelhante a Renato Ortiz, permite notar que o ideário racialista era utilizado ou não pelas elites brasileiras de acordo com suas necessidades empíricas. Logo as adaptações, combinações e rearranjos teóricos não eram simplesmente equívocos de interpretação, mas sim uma utilização não ingênua das teorias. Assim, para a autora “é possível dizer, (...) que os modelos deterministas raciais foram bastante populares, em especial no Brasil.” (SCHWARCZ, L. K. M., 1993). E esta “popularidade” teria ocorrido, justamente, pelo uso não ingênuo – adaptável – destas teorias, pois “aqui se fez em uso inusitado da teoria original, na medida em que a interpretação darwinista social se combinou com a perspectiva evolucionista e monogenista.” (SCHWARCZ, L. K. M., 1993 p 65). Deste modo, “o modelo racial servia para explicar as diferenças e as hierarquias, mas, feitos certos rearranjos teóricos, não impedia pensar na viabilidade de uma nação mestiça.” (SCHWARCZ, L. K. M., 1993 p 65).

O estudo de Schwarcz pontuou o desenvolvimento de um diálogo crítico entre as elites intelectuais brasileiras e as teorias raciais. E teria sido esta posição crítica frente às teorias raciais que possibilitou às mesmas, simultaneamente, subsidiarem determinadas hierarquias sociais, agora justificadas pelo critério racial, e um projeto de nação mestiça. Um projeto de nação mestiça formulada dentro das premissas racialistas.

Com efeito, *O Espetáculo das Raças* demonstrou a importância das teorias raciais no estabelecimento das reflexões acerca do Brasil. Schwarcz denotou que a raça teria sido em fins do século “a linguagem pela qual se torna possível apreender as desigualdades observadas, ou mesmo certa singularidade nacional”. (SCHWARCZ, L. K. M., 1993 p 239).

Portanto, na perspectiva da autora a intelectualidade brasileira utilizou as teorias raciais não como um mero reflexo, uma cópia de modelos estrangeiros, mas sim como uma atitude articulada a um determinado contexto social, econômico, político e intelectual do país. (SCHWARCZ, L. K. M., 1993 p 242).

A utilidade da noção de raça e das teorias raciais para as elites brasileiras fica ainda mais evidente ao se observarem as considerações de Maria Clementina Pereira Cunha e Wlamyra Albuquerque. Para estas, a inclusão de novas pessoas no mundo dos iguais em termos formais/legais era algo visto com ressalvas pelas elites brasileiras. As mudanças ocorridas nos anos 1880 que iam auferindo mais direitos à população negra e que iriam pôr termo a escravidão em 1888 seriam notadas como um movimento que podia vir a romper com antigos ordenamentos sociais. Neste sentido, adotar a noção de raça e as teorias raciais seria um esforço de naturalizar – biologizar – a ordem senhorial. Pois era pouco “desejável para uma assustada classe senhorial, mesmo a sua parcela mais ‘esclarecida’, perder o posto e mesmo a velha atitude diante daquela massa de libertos que iam adquirindo rapidamente o estatuto de cidadão” (CUNHA, M. C. P., 2009 p 15).

Entretanto, naqueles anos 1880 “não era prudente” “desenvolver um discurso abertamente ancorado na raça, calcado na supremacia branca e nas propostas segregacionistas”. (CUNHA, M. C. P., 2009 p 15). “Para os abolicionistas, jogar muito peso na questão racial seria, por via transversa, atirar mais lenha à fogueira dos últimos defensores do regime escravista.” (CUNHA, M. C. P., 2009 p 15).

Assim, segundo a interpretação de Cunha pesar no argumento racial explicitamente, em especial, no ambiente político, poderia causar problemas de todos os lados: deixar os defensores do escravismo mais renhidos e simultaneamente acirrar os ânimos da população de cor contra os brancos. Desta imbricada situação é que Wlamyra Albuquerque desenvolveu a ideia sobre a utilização da raça de modo dissimulado. Em outras palavras, a raça na arena política era mobilizada, segundo Albuquerque, de modo indireto, implícito, distintamente do que se dava, por exemplo, nos Estados Unidos da América onde a ordenação do mundo por critérios raciais era diretamente aplicada. (ALBUQUERQUE, W., 2009). Esta postura do meio político com relação à raça era bastante divergente daquela encontrada no espaço intelectual, neste a raça aparecia com frequência e nitidez.

Estas autoras e autores possibilitam pensar que a adesão das elites brasileiras às teorias raciais seja de modo direto, entre os intelectuais; seja de maneira indireta entre os políticos, se deu no momento onde elas seriam úteis a responder determinadas demandas da sociedade local. Notadamente, na busca por manter um determinado ordenamento social de base senhorial em um momento em

que, ao menos em termos formais, o mundo dos iguais ia se ampliando com a entrada da população oriunda da escravidão – por exemplo, os libertos que a partir de 1881 passaram a ter, legalmente falando, direitos políticos plenos.

Com efeito, a possibilidade interpretativa apresentada a pouco destoa daquela presente em um dos primeiros e principais livros a se dedicar diretamente sobre a questão da raça no pensamento social brasileiro: *Black Into White: Race and Nationality in Brazilian Thought* produzido pelo historiador estadunidense Thomas E. Skidmore. A obra foi publicada originalmente em inglês em 1974, dois anos depois a primeira edição brasileira se fez disponível, em 1976, com o título de *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. O recorte temporal de Skidmore vai de 1870 a 1930 e sua análise buscou vincular a produção intelectual às demais esferas da vida, mas sem recair naquilo proposto, por exemplo, por Nelson Werneck Sodré onde o contexto social determina o intelectual. (SODRÉ, N. W, 1965).

Skidmore destacou em *Preto no Branco* a existência de uma multiplicidade de tendências de pensamento presentes na intelectualidade brasileira de fins do século XIX e início do século XX e que neste universo o pensamento fundado nas teorias raciais era uma vertente bastante relevante. Em sua investigação, Skidmore, pontuou ainda a capacidade do racismo à brasileira de amalgamar-se, articular-se a outras tendências. Esta constatação do autor permite notar o caráter político da apropriação e da utilização das ideias pela elite intelectual, na direção da proposta analítica sugerida, por exemplo, por Angela Alonso. (ALONSO, A., 2002).

Entretanto, não foi essa a postura de Skidmore, para ele os arranjos teóricos realizados pela intelectualidade brasileira são explicados em termos do despreparo desta.

Caudatários, na sua cultura, imitativos, no pensamento – e cômicos disso – os brasileiros do meado do século XIX, como outros tantos latino-americanos, estavam mal preparados para discutir as últimas doutrinas sociais da Europa. (SKIDMORE, T. E, 1976 p 13).

A forma como o autor entende a intelectualidade brasileira, lembra em muito as discussões propostas, por exemplo, por Nelson Werneck Sodré. (SODRÉ, N. W, 1965). O pensamento brasileiro dos oitocentos enquanto uma réplica mal realizada de tendências europeias foi tema recorrente das análises realizadas nos anos 1960

e 1970, a obra de Skidmore não é diferente no que diz respeito a isso. Contudo, mesmo o autor partindo, em grande medida, deste tipo de premissa o seu trabalho permite entrever questões outras. Dentre estas, vale destacar sua observação sobre o determinismo racial e climático entre a intelectualidade brasileira oitocentista. Skidmore asseverou “que as teorias deterministas sobre raça e clima” não seriam “universalmente tidas como dogmas no Brasil”. (SKIDMORE, T. E, 1976 p 13). Para ele “seria mais exato dizer que muitos pensadores brasileiros aceitavam-nas [as teorias raciais] tacitamente, e que outros assumiam implicitamente sua possível validade.” (SKIDMORE, T. E., 1976 p 13). Esta observação acerca da aceitação implícita é das mais relevantes, pois o discurso racial das elites brasileiras nem sempre aparecia de modo direto. Na feliz expressão de Wlamyra Albuquerque, a questão racial fazia parte de um jogo de dissimulação. (ALBUQUERQUE, W., 2009). Skidmore, contudo, anotou que poucas pessoas “ousaram fazer face à tese básica da raça, antes de 1888.” (SKIDMORE, T. E, 1976 p 13).

A não necessidade de uma adesão explícita e a possibilidade de trabalhar o ideário racista de modo subjacente foi um elemento importante para compreender a posição das elites políticas no início da década de 1880 em relação às teorias raciais.

2.3.3 Teorias raciais no “paraíso da miscigenação”

As teorias raciais correntes no século XIX eram, em sua maioria, detratoras da miscigenação. E esta situação se configurava em uma questão bastante complicada para as elites intelectuais e políticas brasileiras dispostas a dialogar com o racismo, uma vez que boa parte da população do país podia ser entendida como mestiça. O “problema” da miscigenação era bastante importante para quem se dispusesse a pensar o Brasil tendo as teorias raciais como base de análise. Entretanto, no universo das teorias raciais existiam caminhos outros para pensar o processo de miscigenação. De modo a ser possível até mesmo construir caminhos menos condenatórios ao processo de miscigenação. E este foi o caminho adotado por alguns intelectuais oitocentistas, caso de Sílvia Romero nos anos 1880. Fazer uso dos elementos presentes nas teorias raciais de modo a que eles permitissem

tratar da miscigenação de forma mais positiva era algo intelectualmente e politicamente interessante porque criava uma alternativa para além da conclusão direta de que não haveria solução para um povo mestiço.

A atitude de Romero pode ser interpretada com base nas considerações de Skinner e, especialmente, de Pocock, que postulam ser tanto o conteúdo quanto a forma das ideias como uma linguagem. Linguagem esta que seria apropriada conforme sua capacidade de responder a questões práticas. (SKINNER, Q., 2002; POCKOCK, J. G. A., 2003). O caminho aberto por esta perspectiva teórica colabora na compreensão de movimentos como o promovido por Sílvia Romero, que utilizou as teorias raciais para valorar positivamente a miscigenação (nos anos 1880). A ação de Romero que poderia ser interpretada como um equívoco passa a poder ser entendida como o uso das teorias, das ideias disponíveis para responder aos seus problemas e demandas. Ou seja, o ajuste das ideias para explicar situações empíricas postas e não o inverso. Ademais, é pertinente ter no horizonte que teorias científicas também podem agir como projetos políticos, portanto maleáveis, plásticas o suficiente para moldarem-se às necessidades vigentes.

Tais necessidades seriam em parte aquelas apontadas por Mariza Corrêa, Wlamyra Albuquerque e Maria Clementina Cunha: dar vestes científicas às hierarquias sociais brasileiras num ambiente onde as mesmas não mais se poderiam sustentar-se pelo Direito. (CORRÊA, M., 2001; ALBUQUERQUE, W., 2009; CUNHA, M. C. P. 2009). Admitem-se, então, as teorias científicas e seus discursos podendo colaborar na composição daquilo denominado por Pierre Bourdieu de efeito de teoria. Para ele:

A descrição científica mais estritamente constativa corre sempre o risco de funcionar como prescrição capaz de contribuir para sua própria verificação, ao exercer um efeito de teoria tendente a favorecer o acontecimento daquilo que anuncia. (BOURDIEU, P., 2008c p 123- 124).

Assim, a intelectualidade brasileira ao pensar a miscigenação também a constrói, estabelecendo suas possibilidades e limites. Tal ação da intelectualidade colaboraria para dar uma leitura e sustentação científica (o racismo científico) à pirâmide social brasileira, pois

Tudo leva a supor que o efeito de teoria – podendo ser exercido na realidade por agentes e organizações capazes de impor um princípio de

divisão, ou melhor, de produzir ou reforçar simbolicamente a tendência sistemática para privilegiar certos aspectos do real e ignorar outros – será tanto mais poderoso e sobretudo duradouro quanto mais a explicitação e a objetivação estiverem fundadas na realidade, fazendo com que as divisões pensadas correspondam exatamente às divisões reais. (BOURDIEU, P., 2008c p 125).

Pensar o Brasil dos oitocentos e mesmo do início dos novecentos sem problematizar a miscigenação não fazia sentido por ser esta categoria central à organização social da sociedade, portanto, um tema político e científico simultaneamente.

Os temas do mestiço, da miscigenação, da mestiçagem perpassam o pensamento social brasileiro há muito tempo. E desde meados do século XIX é possível perceber estes tópicos sendo tratados dentro de certa retórica racial – das teorias raciais – tanto para explicar quanto para justificar o Brasil. O Romantismo Indianista de José Martiniano de Alencar, Antonio Gonçalves Dias (1823-1864), Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882) é significativo nesta direção, notadamente a obra de Alencar. A argumentação posta a indicar a formação do país em função do encontro, da junção, da confluência de diferentes raças perpassa os oitocentos brasileiros. E mui provavelmente foi o naturalista bávaro Karl Friedrich Phillip Von Martius quem melhor organizou o modelo, a fórmula que explica a formação do Brasil pelo encontro das três raças, escrevendo anos antes de Alencar, Magalhães e Dias. (MARTIUS, K. F. P., 1844).

De pronto, se põe uma questão: por que o modelo proposto por Martius foi tão bem aceito? Dentre os autores e autoras que se dedicaram ao texto do naturalista bávaro e buscaram discutir esta questão, optou-se por se utilizar aqui as posições de Rodrigo Turin presentes em *Narrar o passado projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. (TURIN, R., 2005).

A hoje ilustre dissertação de Martius, *Como se deve escrever a História do Brasil*, foi

(...) motivada por um concurso promovido pelo IHGB, proposto em 14 de novembro de 1840. Esse concurso reflete o esforço já mencionado da Instituição em estabelecer os parâmetros mais apropriados para uma escrita da história capaz não apenas de traçar um perfil para o Brasil, dando-lhe uma individualidade histórica, mas também de inseri-lo num espaço civilizacional mais amplo, referenciado pelas nações europeias. (TURIN, R., 2005 p 39).

O concurso do Instituto Histórico e Geográfico do Brasileiro, IHGB, teve por concorrentes, segundo Turin, duas pessoas, Karl Friedrich Phillip Von Martius e Henrique Julio de Wallenstein. A dissertação aceita pelos membros do IHGB foi à elaborada por Martius, sendo rejeitada a oferecida por Wallenstein. Segundo Rodrigo Turin a rejeição à dissertação de Wallenstein se deu porque a sua proposta não estava em sintonia com a prática historiográfica oitocentista. (TURIN, R., 2005 p 40). Turin observou que o modelo proposto por Wallenstein consistia em narrar os fatos acontecidos dentro do sistema de décadas, alocando os eventos dentro de períodos certos. Este modelo não responderia à demanda estabelecida pelos proponentes do concurso, não se desejava naquele momento a construção de uma cronologia. (TURIN, R., 2005 p 40). O intuito dos membros do IHGB era o da construção de um nexos, a ligação necessária a amarrar as diferentes partes daquele Brasil num todo. (TURIN, R., 2005 p 39-46). Assim,

A proposta de Martius, por sua vez, coloca-se sob a perspectiva filosófica como desejada pelo Instituto. Ela visava a totalidade, apresentando como nexos comum a questão da formação do povo brasileiro tendo em vista a presença de três raças diversas. (TURIN, R., 2005 p 42).

A inovação de Martius, não compactuada pelos indianistas que escreveram posteriormente a ele é que o bávaro contava com a população negra no modelo. O naturalista tinha conhecimento das possíveis repercussões da proposta. Pois, “a presença do elemento negro fere a sensibilidade do europeu, e por isso Martius já sabia que feriria também a sensibilidade do brasileiro.” (TURIN, R., 2005 p 45). Por isso ele se sustenta naquilo que o IHGB estava a procurar, por que

(...) no que diz respeito a uma história filosófica e científica, essa presença incômoda deveria ser tematizada. Afinal, inserir as raças inferiores significaria dotar o conhecimento histórico da possibilidade de ser útil. Nesse sentido, segundo a concepção do naturalista-historiador, integrar as alteridades indígena e negra a um campo universal de saber é uma forma de poder agir sobre ou em relação a elas. (TURIN, R., 2005 p 45).

Assim,

Essa percepção e mesmo insistência de Martius em destacar as diferentes raças, incluindo o negro, pode ser buscada na sua experiência de naturalista e de estrangeiro, cujo olhar se depara com uma realidade estranha. Munido de uma visão de mundo iluminista, a presença de uma

população negra é, para Martius, uma marca forte de alteridade, que chama sua atenção e seu olhar. (TURIN, R., 2005 p 44).

Com efeito, é possível inferir que a boa recepção da proposta de Martius está no nexos fornecido, bem como na postura aberta colocada, em grande medida, inclusiva, maleável e hierarquizante. Nos últimos anos do século XIX a elite intelectual brasileira buscou explicar e/ou compreender a sociedade brasileira segundo a fórmula da tríade formadora, porém submetendo-a as teorias raciais. Essas compunham uma possibilidade científica de pensar o país. Tais teorias foram utilizadas não só para legitimar a posição das elites, mas também para autorizar sua ação política. (política imigratória, ausência de investimentos na população nacional, etc.). E ao mesmo tempo mantendo certo diálogo com o modelo de Martius, e somado à flexibilidade imposta à noção de raça em terras brasílicas, criar um sistema particular de inclusão – inclusão hierárquica – intimamente ligado à figura do mestiço e da miscigenação.

Se por um lado como indica Rodrigo Turin, em diálogo com Angela Alonso, não é possível tratar uma figura como Sílvio Romero como representativo da sociedade brasileira, por outro se acredita aqui ser ele bastante representativo da intelectualidade do Brasil naquele momento. (ALONSO, A., 2002; TURIN, R., 2005). Portanto, mostra-se útil perceber como ele refletiu acerca da raça, da miscigenação. E fazendo uso de uma postura bem romeriana observou-se a produção intelectual e política que fez eco. (ROMERO, S., 2002a p 84). Este fazer eco é admitido como a produção que ressoou tanto em seu momento quanto na posterioridade.

2.3.4 A diferenciação nacional: o mestiço e a mestiçagem em Sílvio Romero

O mestiço é o produto fisiológico, étnico e histórico do Brasil; é a forma nova de nossa diferenciação nacional. (ROMERO, S., 2001a p 119).

Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero nasceu em Lagarto, Sergipe, aos 21 dias de abril de 1851, e faleceu no Rio de Janeiro, em 18 de julho de 1914.

Filho do comerciante português André Ramos Romero e de sua mulher Maria Joaquina Vasconcelos da Silveira iniciou seus estudos na sua cidade natal, transferindo-se para a corte em 1863, onde cursou os preparatórios no Ateneu Fluminense. De retorno ao Nordeste em 1868, ingressa na Faculdade de Direito do Recife, formando-se juntamente com Tobias Barreto. Ainda na faculdade, publica seus primeiros trabalhos na imprensa pernambucana. Para além da atividade intelectual Sílvio Romero foi promotor de justiça na cidade de Estância, deputado na Assembléia provincial de Sergipe em 1874, mandato ao qual ele acabou por renunciar. Foi também juiz municipal em Parati, Rio de Janeiro, em 1875. Em 1880 ingressa por concurso como professor no Colégio Dom Pedro II, e também foi professor da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Foi o fundador da cadeira 17 da Academia Brasileira de Letras, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e sócio correspondente da Academia de Ciências de Lisboa. (ROMERO, S., 2001e; MOTA, M. A. R., 2000).

Romero produziu uma extensa obra, de modo a não se pretender aqui analisar toda ela. Foca-se, então, algum dos seus principais textos, por serem os de maior repercussão, como ele mesmo dizia os “(...) livros que tiveram eco.” (ROMERO, S., 2002a p 84). Nesta direção, as discussões do autor acerca da literatura brasileira são fundamentais. Ademais, concorda-se com Turin quando este afirma existir:

(...) certa coesão nos textos ali inseridos, devidamente marcada por estudos que vão desde *A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna* (publicado em 1880, mas cujos textos foram escritos ainda na década de 1870), passando pela *Introdução à História da Literatura Brasileira* (1882) até a confecção final de sua *História* como uma obra de síntese, na qual agregou todas as suas reflexões anteriores. (TURIN, R., 2005 p 6). [grifo no original].

E de fato acredita-se ser possível inferir que dentre as suas obras uma das que atingiu maior “eco” foi *História da literatura brasileira* (1888). Crê-se, ainda, que esta obra é capaz de transmitir uma visão bastante significativa das ideias do intelectual com relação ao seu modo de pensar o Brasil, sua sociedade e gentes. Isso porque, sob a égide de “história da literatura”, ele pretendia desenvolver uma análise de toda uma produção cultural e intelectual brasileira. E realizar isso no seu momento histórico era também enfocar a questão da raça, pois para o pensamento vigente, a raça era elemento central para a definição de tais capacidades: culturais,

intelectuais e todas as demais. Em função de tais características, esta obra se mostrou enquanto fonte relevante para o desenvolvimento desta pesquisa. Ela é reveladora dos pressupostos, postulados e mesmo algumas ambições (em termos de projetos para o Brasil) deste intelectual. Em sua *História da literatura brasileira*, Romero afirmava que:

A história do Brasil, como deve hoje ser compreendida, não é, conforme se julgava antigamente e era repetida pelos os entusiastas lusos, a história exclusiva dos portugueses na América. Não é também, como quis de passagem supor o romanticismo, a história dos tupis, ou segundo o sonho de alguns representantes do africanismo entre nós, a dos negros no Novo Mundo.

É antes a história da formação de um tipo novo pela ação de cinco fatores, formação sextiária em que predomina a mestiçagem. Todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas ideias. Os operários deste fato inicial tem sido: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira. (ROMERO, S., 2001a p 57).

A emblemática e recorrentemente lembrada passagem de Sílvio Romero presente em *História da literatura brasileira*, pode ser tomada tanto na condição de um manifesto quanto como a síntese de um modelo analítico. Define-se nestas linhas um plano de ação, de como se deveria pensar o Brasil, sua sociedade. A presença de Martius na formulação romeriana é nítida, contudo o crítico sergipano inseriu o mestiço e o colocou em condição de centralidade no seu modelo. Diz Romero:

O espetáculo de nossa história, pois, é o da modificação de três povos para a formação de um povo novo; é um espetáculo da transformação de forças étnicas e de aptidões de três culturas diversas, de três almas que se fundem. (ROMERO, S., 2001a p 216).

O mestiço para Romero é a singularidade na formação do país de modo que ele anos mais tarde na *História da literatura* retoma a questão afirmando: “o mestiço é o produto fisiológico, étnico e histórico do Brasil; é a forma nova de nossa diferenciação nacional”. (ROMERO, S., 2001a p 119). Assim, em sua busca por “elucidar” o caráter nacional, o crítico sergipano afirmava que o “critério novo” que adotava partia “de uma definição de história do Brasil como a história da formação de um novo tipo racial, o mestiço”. (ARAÚJO, J. L. M., 1995 p 34). Com efeito, destaca-se no pensamento romeriano, notadamente o dos anos 1880, sua posição de não identificar o mestiço como necessariamente o motivo do “atraso” brasileiro.

Inclusive, segundo Turin, o mestiço, a mestiçagem e a miscigenação eram pontos-chaves à resolução da definição de Brasil.

Em uma narrativa revestida por uma retórica cientificista, onde estão presentes a concepção evolutiva do *struggle for life* e as noções tainianas de “raça”, “meio” e “momento”, o argumento do mestiçamento procura dar conta desse projeto de memória nacional que se esperava efetivar, ordenando valorativamente uma temporalidade democrática-republicana. É o conceito de mestiço que permite a ordenação da intriga. Lembrar a forma como se deram esses contatos entre povos na formação de uma unidade nacional, o mestiço e o mestiçamento, permite – como defende – que o Brasil reconheça sua identidade própria e, a partir daí, lance projetos para o futuro. (TURIN, R., 2005 p 114).

Sílvio Romero era, simultaneamente, um herdeiro do romantismo que buscava romper com este mesmo romantismo. (TURIN, R., 2005 p 67). Entretanto, é um romantismo bastante distinto daquele de Dias, Alencar e Magalhães, por exemplo, pois o romantismo romeriano emergiu da verve alemã, portanto, ainda mais voltado em buscar a distinção e originalidade na raiz da nação nas tradições populares. O crítico sergipano em *A literatura brasileira e a crítica moderna* (1880) denota que o romantismo brasileiro era distinto daquele presente

Nas grandes nações da Europa, como a Inglaterra e a Alemanha, o romantismo foi, em parte, uma volta aos sentimentos populares, uma ressurreição do passado no que ele tinha de mais aproveitável. Não é assim entre nós. (ROMERO, S., 2002a p 40).

Para Romero o romantismo no Brasil, entenda-se o romantismo indianista, teria criado um “caboclo” de pouco embasamento na realidade empírica e que pouco explicaria acerca da nacionalidade brasileira. Assim,

Desprezada a vida histórica, atiramo-nos aos desvarios do ultra-romantismo posterior à revolução de Julho, com todos os seus enganos e meticulosas fascinações. A crítica não nos ensinou a produzir; os elementos da nossa história e do nosso pensamento não foram elucidados. O papel dos três concorrentes da nossa população não foi indicado, e um falso sentimento de nacionalidade jogou-nos para o caboclo, e glorificamo-lo. (ROMERO, S., 2002a p 41).

Romero deu continuidade à crítica a este romantismo dizendo que “a romântica brasileira, porém, que não entendeu nem a Basílio, nem a Durão, apostou-se a desdenhar os outros elementos da vida nacional, concentrando-a exclusivamente no caboclo. Eis toda a falsidade.” (ROMERO, S., 2002a p 41). A

falsidade estaria, principalmente, na ausência de estudos, de fato, da cultura popular para elaborar o “caboclo”, pois:

Nossa poesia popular não foi estudada; nossas lendas, nossos costumes ficaram despercebidos; a ciência da crítica, que renovara o antigo terreno da filologia, das criações mitológicas e religiosas, o antigo terreno das primeiras manifestações humanas, nos ficou de todo fora do alcance. Dizem que um dos méritos do movimento romântico europeu é haver contribuído para tão fecunda renovação. No Brasil passaram-se as cousas diversamente. A romântica brasileira teve prestígio de falsificar e obscurecer o estudo de nossas origens, e acumular trevas sobre os três primeiros séculos de nossa existência. (ROMERO, S., 2002a p 41).

Na concepção romeriana ir à busca do popular, do povo no Brasil seria ir de encontro ao “papel dos três concorrentes da nossa população” e desta forma ir à miscigenação e a mestiçagem de fato e não aquela entendida como retórica dos indianistas. Nos textos do Romero dos anos 1880 fica evidenciado que o mestiço seria a raiz do Brasil com os bônus e ônus de tal condição diante das formas de pensar daquele momento. Como mencionado neste período Romero buscava uma forma de positivar a miscigenação e a mestiçagem, contudo para fazer isso o crítico sergipano desenvolveu um mestiço bastante específico. Pois, como indicou Roberto Ventura: “As ideias de Romero sobre a mestiçagem têm o objetivo de extinguir os grupos africanos e indígenas pela integração à raça branca e a uma cultura brasileira de base europeia”. (VENTURA, R., 1991 p 63-64). De qualquer modo Romero notava o mestiço como “o fator de adaptação das raças e culturas ao meio local”. (VENTURA, R., 1991 p 64). Ventura denotou que a “teoria do branqueamento se baseia no cruzamento entre os princípios racistas e as leis darwinistas e evolucionistas”. (VENTURA, 1991 p 64). O crítico sergipano dizia, na sua obra *A literatura brasileira e a crítica moderna* (1880), que em se

Aplicando as leis de Darwin à literatura e ao povo brasileiro, é fácil perceber que a raça que há de vir a triunfar na luta pela vida, neste país, é a raça *branca*. A família selvagem e a negra, uma espoliada pela conquista, outra embrutecida pela escravidão, pouco, bem pouco, conseguirão diretamente para si. Os seus recursos volver-se-ão em vantagem dos brancos. Prova-o o fato do cruzamento em que tendem a dominar o tipo e as tendências do europeu, ajudado pela mescla de sangue selvagem e negro, o que mais o habilita a suportar os rigores do nosso clima. (ROMERO, S., 2002a p 56). [grifo no original].

Assim, na perspectiva esposada pelo crítico sergipano,

A estatística mostra que o povo brasileiro compõe-se atualmente de brancos arianos, índios tupis-guaranis, negros quase todos do grupo banto e mestiços destas três raças, orçando os últimos certamente por mais de metade da população. O seu número tende a aumentar, ao passo que os índios e negros puros tendem a diminuir. Desaparecerão num futuro talvez não muito remoto, consumidos na luta que lhes movem os outros ou desfigurados pelo cruzamento. (ROMERO, S. R., 2001a p 101).

As palavras de Romero são bastante nítidas: os índios e os negros puros iriam desaparecer seja pela concorrência com os brancos seja pelos cruzamentos, restando o mestiço. Contudo, neste processo diz o autor:

Sabe-se que na mestiçagem a seleção natural, ao cabo de algumas gerações, faz prevalecer o tipo da raça mais numerosa, e entre nós das raças puras a mais numerosa, pela imigração europeia, tem sido, e tende ainda mais sê-lo, a branca. (ROMERO, S., 2001a p 101).

Assim, é possível notar no pensamento romeriano que os cruzamentos sucessivos formariam uma população fenotipicamente branca, por ser a “raça pura predominante”. É de se crer existir neste ponto a utilização do princípio da sobrevivência do mais apto nos cruzamentos. A ideia consistiria em acreditar que em se cruzando indivíduos de raças ditas superiores com de raças supostamente inferiores os caracteres das primeiras prevaleceriam. Favorece tal tipo de análise a genética não ser suficientemente desenvolvida à época. (SKIDMORE, T. E., 1976; MACIEL, M. E. S., 1999).

Com efeito, neste tipo de argumentação a imigração europeia seria aporte substancial para esse processo. De modo a Sílvia Romero construir um modelo para que a imigração fosse útil a tal projeto. Para ele

Os colonos nacionais deveriam sistematicamente, se isso fosse possível, acompanhar de perto as levas de colonos estrangeiros para dois fins principais: apreender com eles os novos métodos e as novas ideias de trabalho e mais facilmente cruzar com eles para assimilá-los. (ROMERO, S., 2001a p 49).

A interação entre imigrantes e nacionais funcionaria trazendo os imigrantes à vida nacional – assimilação – e simultaneamente conduziria a população nacional aos “novos métodos e as novas ideias de trabalho”. A imigração para Romero também seria o reforço à presença do elemento branco, elemento fecundo do processo de miscigenação, pois como se vem destacando o mestiço romeriano não

era um tipo mestiço aleatório, mas sim um tipo a se constituir o mais branco possível. Nesta direção Sílvia Romero destacou em *A literatura e a crítica moderna*

Se houvera necessidade de aplicar ao Brasil a teoria das raças, levada ao exagero por alguns autores, como Teófilo Braga em Portugal, melhor que esse país o nosso ofereceria ampla possibilidade para a empresa; porquanto não fora preciso levantar à altura de uma *raça* simples classe da população, como fez aquele escritor com os *moçárabes*. Entre nós o concurso de três raças inteiramente distintas, em todo o rigor da expressão, deu-nos uma raça, raça propriamente brasileira, – o mestiço. O elemento fecundador é o branco que vai assimilando o que de necessário à vida lhe podem fornecer os dois fatores. A história prova; ela nos mostra a inteligência e atividade no branco puro ou no mestiço quase branco; porém nunca no índio ou no negro, estreme de mistura. Mas como o branco puro, coisa que vai se tornando rara no país, quase nada se distingue do europeu, é força convir que o *tipo*, a encarnação perfeita do genuíno *brasileiro*, está, por enquanto, na vasta classe de mestiços, pardos, mulatos, cabras, mamelucos, que abundam no país com sua enorme variedades de cores. – Esta grande fusão ainda não está completa, e é por isso que não temos ainda um espírito, um caráter *original*. Este virá com o tempo. (ROMERO, S., 2002a p 57). [grifos no original].

A longa passagem de Romero revela sua posição: notar no mestiço a raça brasileira. Raça esta em formação, mediante um processo de cruzamentos sucessivos donde haveriam de predominar as características do elemento branco.

2.3.5 Com a raça, mas não só com ela: tendências do pensamento brasileiro em fins do século XIX, nem só de raça vivia a intelectualidade

Concorda-se aqui com o ponto de vista de que em fins do século XIX as teorias raciais e a noção de raça eram elementos importantes à atividade intelectual brasileira. No entanto, nem só de raça vivia o pensamento brasileiro do período. Coexistiam naquele momento inúmeras tendências pensamento. Várias formas de pensar circulavam concomitantemente, ocorriam associações e ou rearticulações conceituais das mais diferentes ordens. Esta situação foi investigada por inúmeros estudos. De maneira que esta seção ocupar-se-á de mapear alguns trabalhos centrais, para o entendimento da diversidade das formas de pensar existente no Brasil em fins dos oitocentos.

Angela Alonso indicou que um dos trabalhos pioneiros a se ocupar do mundo intelectual do final do século XIX, em conjunto, foi o realizado por João Cruz

Costa (1904-1978). (ALONSO, A., 2002, p 26). *Contribuição à história das ideias no Brasil* foi publicada em primeira edição em fins dos anos 1950, esta obra se encontra dividida em três partes, a primeira possui dois capítulos postos a versar sobre a herança lusitana e as vicissitudes do pensamento na América Portuguesa. A segunda parte é composta de quatro capítulos sendo três deles sobre as ideias na segunda metade do século XIX, por fim a terceira parte dedica-se ao pensamento brasileiro de princípios do século XX. Dado o recorte temporal aqui adotado centrou-se foco na segunda e terceira partes da obra.

Cruz Costa assumiu a construção romeriana ao admitir a década de 1870 como o ponto de entrada de “um bando de ideias novas” no Brasil. Diz o autor:

Em 1870, novos matizes de ideias começavam a se fazer sentir na vida intelectual brasileira. O positivismo, o naturalismo, o evolucionismo, enfim, todas as modalidades do pensamento europeu do século XIX – vão se exprimir agora no pensamento nacional e determinar um notável progresso de espírito crítico. (COSTA, J. C., 1967 p 115).

O advento dessas formas de pensar no Brasil, Cruz Costa vinculou ao processo de crescimento econômico iniciado na década anterior, os anos 1860. Ele também asseverou a importância da Guerra do Paraguai para reordenamento das formas de pensar no Brasil, decididamente, no que diz respeito, a questão da escravidão. (COSTA, J. C., 1967 p 117-119). O autor parece concordar, ainda, com a autoimagem construída por Sílvia Romero e Clóvis Bevilacqua acerca da proeminência de Recife e da Escola de Recife na divulgação deste “bando de ideias novas”, aliás, como também o fez Antonio Candido. (SOUZA, A. C. M., 2006). Entretanto, trabalhos mais recentes, como o de Angela Alonso, *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*, publicado em 2002 problematiza, notadamente, a ideia da existência de uma Escola de Recife, contudo não nega que estas novas formas de pensar tiveram ampla divulgação na cidade do Recife e em sua Faculdade de Direito, inúmeros estudantes que por lá passaram levaram consigo tais marcas intelectuais. (ALONSO, A., 2002).

O maior capítulo de *Contribuição à história das ideias no Brasil* é dedicado “Ao advento do positivismo”. Como aqui se trabalhou com a segunda edição da obra, Cruz Costa já diz que seu estudo é um tanto quanto incompleto na comparação ao de Ivan Monteiro de Barros Lins (1904-1975), *História do Positivismo no Brasil*, publicado em 1964, não obstante ser o capítulo dedicado a esta temática o

mais extenso. Angela Alonso ao analisar a obra de Cruz Costa apresentou aquilo que pode ser tomado enquanto explicação para essa situação. A autora defendeu que João Cruz Costa “se propõe a conectar correntes intelectuais europeias ao processo de formação da sociedade brasileira, jogando o foco sobre o modo pelo qual as ideias europeias se conformam à ‘experiência americana’.” (ALONSO, A., 2002, p 24). E a questão estruturante de *Contribuição à história das ideias no Brasil* seria o processo de adaptação dos cânones europeus ao Brasil, e quanto este os teria deformado ou reformado.

Assim, segundo a autora, Cruz Costa teria formulado em meio a este ponto central que “(...) o estudo da ‘história das ideias no Brasil’ deveria se concentrar nos anos 1870 e no positivismo, momento de origem de uma sociologia nacional.” (ALONSO, A., 2002, p 24). A perspectiva lançada por Alonso permite uma compreensão do papel dado por Cruz Costa para o Positivismo no Brasil, o que refletiria também na extensão do capítulo dedicado a ele. Ademais, o autor publicou praticamente de modo simultâneo à *Contribuição* um livro todo dedicado ao tema *O Positivismo na República: notas sobre a história do positivismo no Brasil* datado de 1956. E antes disso em 1951 havia publicado *Augusto Comte e as origens do positivismo*.

O Positivismo segundo João Ribeiro tem suas origens em uma espécie de resposta ao Liberalismo. Para o autor

O século XIX marca não só o triunfo do liberalismo europeu, ligado ao direito natural, que considera a natureza humana como base da própria lei natural, cuja única realidade é a liberdade do homem; marca também o triunfo do cientificismo, que reconhece uma só natureza material, que engloba e explica o mundo dos valores e o mundo dos fatos. O liberalismo afirmava que o desenvolvimento moral, cultural, econômico e político da sociedade só seria alcançado pelo livre desenvolvimento do espírito e das faculdades do indivíduo. (RIBEIRO, J., 2001 p 11).

Ribeiro afirmou ainda ser o Liberalismo uma doutrina posta a defender que “o valor da personalidade era considerado anterior a todas as condições históricas, políticas, sociais e culturais, impondo à priori o imperativo categórico do respeito à liberdade e à igualdade inata nos indivíduos.” (RIBEIRO, J., 2001 p 11). Entretanto, essa ideia de igualdade inata do Liberalismo não impediu o desenvolvimento de sistemas escravistas em países teoricamente organizados pelo viés Liberal, caso do Império do Brasil. O Liberalismo fundamentava-se então “na crença da

personalidade soberana e ilimitada do indivíduo, precedendo o Estado, era um credo revolucionário que não tolerava nenhum acordo quando um direito fundamental fosse transgredido. Sua teoria era institucional.” (RIBEIRO, J., 2001 p 12). É bastante provável que seu caráter institucionalista tenha atraído à elite política imperial, incluindo políticos importantes como José Antonio Saraiva e Joaquim Nabuco, por exemplo.

No transcorrer do século XIX a Teoria Liberal foi sofrendo alterações, para João Ribeiro:

(...) numa tentativa de conciliar sua estrutura racional apriorística com o empirismo, que ensinava que todo o conhecimento se reduz aos dados da experiência sensível, e com o materialismo, segundo o qual a matéria e suas leis são tudo o que existe ou a explicação de tudo, no encontro de fundamentos da filosofia científica que se esboçava. (RIBEIRO, J., 2001 p 12).

Sob tais circunstâncias a tendência da Ciência e do pensamento político-social passaria a se centrar no empirismo, o desenvolvimento do cientificismo teria por base o questionamento ao racionalismo abstrato. (RIBEIRO, J., 2001 p 12-13). Este cientificismo deu base ao Positivismo tanto como método quanto como doutrina. (RIBEIRO, J., 2001 p 13). O Positivismo:

Como método, embasado na certeza rigorosa dos fatos de experiência como fundamento da construção teórica; como doutrina, apresentando-se como revelação da própria ciência, ou seja, não apenas regra por meio da qual a ciência chega a descobrir e prever (isto é, saber para prever e agir), mas conteúdo natural de ordem geral que ela mostra junto com os fatos particulares, como caráter universal da realidade, como significado geral da mecânica e da dinâmica do universo. (RIBEIRO, J., 2001 p 13).

O Positivismo preconiza, então, que para reformar a sociedade faz-se necessário desvendar quais são as leis (fixas) que regem os fatos sociais, deixando de lado “as concepções abstratas especulações metafísicas”. (RIBEIRO, J., 2001 p 15). Para tal dever-se-ia empregar o exame científico das questões sociais em substituição às interpretações metafísicas visando o estabelecimento da autoridade da ordem pública. (RIBEIRO, J., 2001 p 14).

O positivismo é, portanto, uma filosofia determinista que professa, de um lado, o experimentalismo sistemático e, de outro, considera anticientífico todo estudo das causas finais. Assim, admite que o espírito humano é capaz de atingir verdades positivas ou da ordem experimental, mas não

resolve as questões metafísicas, não verificadas pela observação e pela experiência. (RIBEIRO, J., 2001 p 15).

Assim, “o Positivismo é um dogmatismo físico e um ceticismo metafísico. O Positivismo como doutrina filosófica, como método científico tem suas definições na obra de Auguste Comte. Este usava “o termo *filosofia* na acepção geral que lhe davam os antigos filósofos, particularmente Aristóteles, como definição geral do conhecimento”. (RIBEIRO, J., 2001 p 17). Comte ainda definia o termo Positivo como “o real frente quimérico”, o determinável frente ao indeterminável. O método comteano, segundo João Ribeiro, seria “o histórico genético indutivo” partiria da “observação dos fatos” e “por indução” chegar-se-ia “as leis da coexistência e da sucessão, e deduzindo dessas leis, por via da consequência e correlação, fatos novos que escaparam da observação direta, mas que a experiência verificou.” (RIBEIRO, J., 2001 p 17). Ribeiro anotou ainda que o método comteano fosse um “método geral de raciocínio proveniente do concurso de todos os métodos particulares (dedução, indução, observação, experiência, nomenclatura, comparação, analogia, filiação histórica) que constitui, segundo Comte, o método objetivo.” (RIBEIRO, J., 2001 p 18). Auguste Comte faria uso ainda daquilo por ele denominado de “método subjetivo, que resulta da combinação lógica dos sentimentos, das imagens e dos sinais.” (RIBEIRO, J., 2001 p 18).

Seguindo por esses caminhos Auguste Comte formulou uma trajetória do desenvolvimento humano: a *Lei dos Três Estados*. O primeiro seria o *estado teológico-fictício*, composto de diferentes momentos: fetichismo, politeísmo e o monoteísmo, em cada um destes estágios o espírito humano explicaria os fenômenos por meio de vontades e ou agentes transcendentais, sobrenaturais. O segundo estado seria o *estado metafísico-abstrato* “onde os fenômenos são explicados por meio de forças ou entidades ocultas e abstratas, como o princípio vital”. O terceiro estado deveria ser o *estado positivo-científico* “no qual se explicam os fenômenos, subordinando-os às leis experimentalmente demonstradas.” (RIBEIRO, J., 2001 p 18-19). Para Comte, na interpretação de Ribeiro, todas as formas de conhecimento teriam passado por todos estes estágios e só se constituíram em Ciência quando chegaram ao terceiro estado. (RIBEIRO, J., 2001 p 18-19). Nesta direção, “o Estado Positivo é, pois, o termo e definitivo em que o espírito humano descansa e encontra a ciência. As sociedades evoluem segundo

essa lei, e os indivíduos, em outro plano, também realizam a mesma evolução.” (RIBEIRO, J., 2001 p 19).

E em se

Partindo do princípio de que o objeto da ciência é só o positivo, isto é, o que pode estar sujeito ao método da observação e da experimentação, Augusto Comte só reconhece as ciências experimentais ou positivas, que tratam dos fatos e das suas leis. Distingue, assim, as ciências abstratas das concretas. (RIBEIRO, J., 2001 p 19).

O princípio classificatório é um das premissas fundamentais do Positivismo, assim como o desenvolvimento humano foi classificado, pela *Lei dos Três Estados*, as ciências também foram arranjadas de tal maneira, dividindo-as: Ciências Abstratas e Ciências Concretas. As Ciências Abstratas formariam seis grupos que dispostas de ordem hierárquica, da menos a mais complexa, figurariam da seguinte forma: Matemática, Astronomia, Física, Química, Biologia e Sociologia. As Ciências Concretas para Comte, segundo Ribeiro, ainda não se configurariam em disciplinas completamente constituídas à sua época, seriam elas a mineralogia, a botânica, a zoologia. (RIBEIRO, J., 2001 p 19-21).

O Positivismo possuía (e possui) uma percepção orgânica da sociedade, no sentido de entender a sociedade na condição de um organismo composto de partes heterogêneas, porém solidárias, colaborando para a conservação, para o conjunto. Esta percepção da vida social remete para uma especialização das funções, bem como pressupõe a “necessidade, da imanência e da subordinação de todas as suas partes a um poder central e superior.” (RIBEIRO, J., 2001 p 22-23). A percepção do Positivismo das sociedades humanas levou-o a definir que o desenvolvimento destas seria incompatível com mudanças bruscas – revolucionárias. No pensamento comteano, para João Ribeiro,

(...) a sociedade possui um ritmo evolutivo incompatível com a revolução violenta. Deste modo, concebe-a sempre em termos harmônicos. Para ele, a sociedade reflete os diversos estados da vida de um homem; dessa forma, uma vez que os organismos não podem mudar bruscamente, senão através de uma evolução paulatina, também a sociedade está sujeita a esta norma de evolução. (RIBEIRO, J., 2001 p 23).

O estudo da sociedade dentro das premissas do Positivismo organiza-se em dois campos principais: o estudo da ordem social e o estudo da evolução da sociedade. O primeiro foi denominado de estática social e o segundo de dinâmica

social. A estática social estudaria o consenso social, a solidariedade social, daí viria a Teoria da Ordem. A dinâmica social se ocuparia dos elementos responsáveis pelo progresso. O Progresso Social dentro das premissas comteanas seria “condicionado pelos concomitantes biológicos dos indivíduos, de tal forma que nenhuma estrutura social é possível sem que esteja previamente determinada nos fatores biológicos.” (RIBEIRO, J., 2001 p 23). “O progresso da sociedade é caracterizado, assim, pela incessante especialização das funções, como todo o desenvolvimento orgânico, para maior aperfeiçoamento na evolução dos órgãos particulares.” (RIBEIRO, J., 2001 p 24). A doutrina e o método Positivista se opunham “a sociedade individualista e liberal, através da ordem e do progresso” fonte de todo o sistema político que emergia das considerações comteanas. “A política positiva não reconhece nenhum direito além do de cumprir o dever, e, assim, nega categoricamente a existência do direito como tal.” (RIBEIRO, J., 2001 p 25).

Auguste Comte teria atribuído à Ciência Política o mesmo significado que Claude-Henri de Rouvroy (1760-1825), Conde de Saint-Simon, havia oferecido à Sociologia. Assim, “a sociologia é a ciência abstrata que estuda os fenômenos dos agrupamentos sociais.” E a Ciência Política seria “a aplicação prática da sociologia, estudando casos particulares, tendo, porém sempre em mira o ponto de vista moral.” Portanto, a política fica sendo entendida como “a arte de bem aplicar os conhecimentos abstratos da sociologia (saber para prever, a fim de prover).” (RIBEIRO, J., 2001 p 25).

Dentro das premissas do Positivismo o ser individual não existiria por si e em si, mas somente no interior, como partícipe de grupos – “do familiar, unidade básica por excelência – até o político.” (RIBEIRO, J., 2001 p 26). A doutrina comteana ao seguir por tal caminho desenvolveu uma espécie de Teoria da Moral, baseada num conceito estabelecido por Auguste Comte, denominado *altruísmo*. Este consistiria em um instinto das pessoas para dedicar-se a outrem. Concomitante ao *altruísmo*, o *egoísmo* seria outro instinto sempre presente nas pessoas, que versaria acerca da dedicação da pessoa a si mesma. Para uma sociedade progredir, dentro da visão Positivista, o *altruísmo* deveria preponderar sobre o *egoísmo*. A moral *altruísta* que deveria prevalecer viria como uma consequência do avanço da Educação e da Ciência. (RIBEIRO, J., 2001 p 26-27).

A maneira de pensar a formação da moral causou certa divisão entre os positivistas

Os positivistas Littré, Spencer e Stuart Mill aceitam essa moral, mas diferem quanto ao modo por que explicam a formação do altruísmo. A escola positivista francesa se baseia na fisiologia para descobrir, em nosso organismo, a origem e a lei da evolução do altruísmo; a inglesa funda-se na psicologia e no darwinismo, procurando demonstrar a evolução psicológica dos nossos sentimentos, de egoístas em altruístas, sob influência do meio social.

Para ambas, porém, a moral é relativa e variável, pois relativas e variáveis são as tendências e as evoluções do organismo. (RIBEIRO, J., 2001 p 27).¹⁰

O Positivismo possuiu desde seus princípios, cisões. Seja em torno da interpretação da obra de Auguste Comte, após a morte deste, ou mesmo antes do falecimento do filósofo com a questão da Religião da Humanidade – muitos adeptos não aderiram ao Positivismo como Religião da Humanidade. Com efeito, o Positivismo, para Ribeiro, já chegou cindido ao Brasil. Divido em dois grupos. Um deles seria “o de Pierre Laffitte, com sua ortodoxia dogmática da religião da humanidade, seguindo à risca os ensinamentos do mestre de Montpellier, em sua evangelização dos espíritos, na tentativa de mostrar o papel unificador da religião positiva”. (RIBEIRO, J., 2001 p 66). O outro grupo seria

(...) o de Paul-Émile Littré, que se afastava da evolução agnóstica para impor a emancipação do espírito, considerando o ateísmo a única religião que convinha a um autêntico positivismo. Esse grupo dissidente desprezava o movimento da religião da humanidade para seguir Augusto Comte apenas em sua metodologia científica de observação, experimentação e comparação, e em sua filosofia política. (RIBEIRO, J., 2001 p 66).

A divisão dos positivistas brasileiros também foi atestada por Miguel Lemos (1854-1917), segundo este autor:

Houve então no Brasil dois grupos positivistas, espontaneamente formados; um, ativo, ardente, que escrevia, falava e agia sobre a mocidade das escolas – era o grupo litreísta; o outro, que ficava de parte, isolado, limitando-se apenas a recomendar a filosofia científica de Augusto Comte, sem nenhuma preocupação política ou social – era o grupo dos que aceitavam ou diziam aceitar, sem discrepância essencial, a totalidade da obra do mestre. (LEMOS, M., 1981).

Miguel Lemos escreveu estas palavras no *Relatório anual enviado ao Diretor Supremo do Positivismo em Paris*, no ano 1881, ou seja, no interior das disputas entre os positivistas denominados ortodoxos, partícipes do Apostolado do Positivista,

¹⁰ Émile Maximilien Paul Littré (1801-1881); John Stuart Mill (1806-1873); Herbert Spencer (1820-1903).

do qual fazia parte Lemos, e os heterodoxos, aqueles que, em grande medida, rejeitam, sobretudo, a Religião da Humanidade. Todavia, independente da posição de Lemos na contenda suas palavras revelam a divisão dos positivistas, as vertentes do Positivismo em terras brasileiras.

Adalmir Leonidio assim anotou a situação do Positivismo no Brasil:

As idéias positivistas ganham impulso no Brasil no fim dos anos sessenta e início dos setenta. Começam a aparecer e se difundir com maior intensidade as primeiras obras daqueles que seriam mais tarde os líderes teóricos das duas alas principais do comtismo, a ortodoxa e a dissidente: Miguel Lemos, Teixeira Mendes e Luiz Pereira Barreto. (LEONIDIO, A., 2008 p 2).

Miguel Lemos e Raymundo Teixeira Mendes eram os representantes do Positivismo ortodoxo, Luiz Pereira Barreto, por sua vez, seria o representante dos heterodoxos. Este, segundo Angela Alonso, assim percebia o Brasil do Segundo Reinado:

Considerando a crise política e intelectual pela qual o Império passava, Barreto diagnosticava um estado de anarquia moral e mental, na qual o catolicismo e o romantismo embaçavam as consciências, ao mesmo tempo em que já se formava no país um espírito científico e industrial. Dada esta caracterização sumária, o Brasil encontrava-se em pleno estado metafísico. Ora, a filosofia da história de Comte permitia pensar que o atraso era na verdade defasagem. O problema brasileiro não era atávico - o que o diferenciava dos teóricos raciais e dos darwinistas; o que impedia o país de adentrar o estado positivo eram fatores históricos e, portanto, removíveis; tratava-se de identificá-los e de encontrar a melhor maneira de superá-los, isto é, buscar catalisadores que alterassem não a ordem do processo (já que todos estão submetidos à lei universal dos três estados), mas sua velocidade. (ALONSO, A., 1995 p 7).

Por sua vez os ortodoxos pensavam o Brasil, em grande medida, a partir da discussão de questões essenciais como a escravidão. Adalmir Leonidio, tomando por base as considerações de Miguel Lemos, afirmou que a primeira manifestação dos positivistas acerca do escravismo teria sido para tentar justificar o mesmo. Leonidio assim anotou a situação:

Segundo informa Miguel Lemos, a primeira manifestação explícita dos meios positivistas brasileiros sobre o problema da escravidão apareceu em 1865, com F. A. Brandão Junior, um estudante de ciências naturais na Universidade de Bruxelas. O livro, **A escravatura no Brasil**, embora escrito em português, foi publicado na capital belga. Trata-se, a bem da verdade, de uma tentativa de legitimar a propriedade escrava e nem ao de leve se

toca na idéia de abolição, que só passaria ao discurso positivista muito mais tarde. (LEONIDIO, A., 2008 p 4). [negrito no original].

Com efeito, seria na década de 1880, com Teixeira Mendes, que a posição dos Positivistas, sobretudo dos ortodoxos, acerca do escravismo mudaria de rumo.

A segunda manifestação, esta sim de cunho anti-escravista, teria aparecido então com Teixeira Mendes, em 1880, em sua obra Apontamentos para a solução do problema social no Brasil. É então a primeira vez que a chamada “questão social” aparece relacionada ao problema da escravidão. Com este livro, o positivismo brasileiro forneceu um dos mais importantes argumentos do projeto abolicionista que passou a circular por esta época, assim como as bases da idéia de “organização do trabalho” que viria a se desenvolver posteriormente. Assinado juntamente com o republicano Teixeira de Souza, ele foi publicado pela primeira vez na Gazeta da Tarde, em seu número de 8 de outubro. Nele já aparece claramente a idéia de que as reformas almejadas pelos positivistas, que tornariam possível a “organização do trabalho” no Brasil, tinham como “preâmbulo necessário” a abolição da escravidão. Isto porque a “grande massa produtora”, no seu entender, era composta de trabalhadores escravos. Só a abolição da escravidão tornaria possível o estabelecimento do “regime industrial” e a inserção do país nos trilhos do progresso, não apenas material, mas também social. (LEONIDIO, A., 2008 p 4-5).

A defesa do fim do escravismo por parte dos ortodoxos fez com eles desenvolvessem outra preocupação, segundo Leonídio, fundamental aos positivistas, pois

Uma vez abolida a escravidão, tornava-se necessário proceder à “incorporação do proletariado na sociedade moderna”. Para Mendes o “problema econômico das sociedades modernas” teria sido resumido por Comte em dois pontos principais. O primeiro deles estabelece que “cada homem é capaz de produzir mais do que consome”. O segundo que “os materiais podem ser conservados além do tempo necessário para sua renovação”. Destas duas “leis econômicas” resultava a “teoria positiva das acumulações”, isto é, cada geração seria capaz de reservar para a seguinte o excesso de sua produção. Este “capital humano” asseguraria então o desenvolvimento altruísta da atividade material dos homens, uma vez que cada indivíduo, não precisando trabalhar para se manter, poderia consagrar os seus esforços para produzir para outrem. (LEONIDIO, A., 2008 p 5).

Adalmir Leonídio indicou, ainda, que entre os principais positivistas ortodoxos existiam formas diferentes de se pensar esta integração:

Do ponto de vista prático, tal problema deveria ser encarado de acordo com a natureza do trabalho a ser desempenhado pela massa de ex-escravos. Para os trabalhadores rurais, Teixeira Mendes defendia a “adstrição ao solo do ex-trabalhador escravo, sob a direção dos seus respectivos chefes atuais”, isto é, defendia a transformação do escravo em “servo da gleba”, solução esta que era recusada por Miguel Lemos. Para os trabalhadores do

meio urbano, fosse nas oficinas do Estado fosse nas oficinas particulares, Teixeira Mendes defendia a criação de certas garantias “trabalhistas”, tais como a fixação do número de horas de trabalho diário – embora não estipulasse a quantidade de horas –, reservando-se o sétimo dia da semana para o descanso; a criação de escolas de instrução primária, não apenas para os operários mas também para os seus filhos; a dedução de uma parte dos lucros dos capitalistas para o estabelecimento de um “salário razoável” garantido mensalmente. (LEONIDIO, A., 2008 p 5-6).

O entendimento da sociedade brasileira por meio desta situação – o fim do escravismo e a incorporação dos ex-escravos – demonstra para além das diferenças entre os positivistas, o projeto simultaneamente integrador e hierárquico do projeto positivista para o Brasil.

As diferenças entre os positivistas foram também destacadas por João Cruz Costa. A análise de Cruz Costa demonstrou que, apesar de ser possível de localizar uma origem social semelhante dos adeptos isso não se refletia na interpretação dos pressupostos comteanos. Ou seja, o Positivismo no Brasil não seria, de modo algum, uno. Cruz Costa permite entrever que a doutrina comteana encontrou entre a intelectualidade brasileira capacidades notáveis de se acoplar a tantas outras, desenvolvendo características bastante próprias, neste sentido podendo ser tratadas enquanto originais. Frente à multiplicidade de interpretações do Positivismo o autor deixa transparecer um possível motivo do sucesso desta forma de pensar entre as elites brasileiras – o seu caráter simultaneamente integrador e hierárquico. (COSTA, J. C. 1967 p 139).

A análise realizada por Cruz Costa da obra de Luíz Pereira Barreto (1840-1923), em grande medida, revela este caráter integrador e hierárquico. O autor indicou que Pereira Barreto por um lado defendia a ideia de que uma pátria grande só se efetivaria de fato com a inclusão de “toda a massa nacional, unida e compacta”. (COSTA, J. C. 1967 p 139). De outro lado Pereira Barreto argumentaria em prol da constituição de uma aristocracia que cultivasse a “virtude cívica, a inteligência e o saber” a qual, mui provavelmente, deveria conduzir a “massa nacional”. (COSTA, J. C. 1967 p 140). O aspecto integrador e o hierárquico se configurariam como elementos interdependentes na constituição da sociedade na visão destes positivistas.

Estas características do Positivismo brasileiro também estariam presentes ao pensamento de Raimundo Teixeira Mendes (1855-1927). Este em seu projeto de abolição do trabalho escravo defenderia a extinção do cativo de modo gradual e a

inclusão dos ex-escravos ao mundo dos livres deveria se proceder por meio da fixação ao solo sob a direção dos antigos senhores. Cabe informar que o tema do fim do cativeiro teria gerado discordância entre Teixeira Mendes e Miguel Lemos (1854-1917). Notadamente, a extinção gradual seria o ponto de discordância. Cruz Costa afirma que Lemos não teria aprovado o projeto de abolição divulgado por Teixeira Mendes em 1880. (COSTA, J. C. 1967 p 162-163). A doutrina positivista ofereceria alternativas interessantes a vários segmentos das elites brasileiras, sobretudo, o progresso dentro da ordem.

O Positivismo também foi tratado na análise de Angela Alonso como uma das tendências mais relevantes do pensamento brasileiro de fins do século XIX e início do século XX. Alonso propõe que “ao contrário do que teimosamente se apregoa, o grupo de positivistas abolicionistas sob direção de Miguel Lemos participou ativamente do debate intelectual e político no Império.” (ALONSO, A., 2002 p 205-206). E assim teriam permanecido segundo estudo de José Murilo de Carvalho, no início da República. (CARVALHO, J. M., 1990). Em *Ideias em Movimento* é possível perceber que o Positivismo no Brasil não era monolítico, existiram várias tendências, como já indicara Cruz Costa. A autora se dedica, sobretudo, àqueles por ela denominados de positivistas abolicionistas. O grupo organizado em torno de Raimundo Teixeira Mendes e Miguel Lemos. A origem deste grupo estaria na Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Mendes e Lemos se socializaram na literatura positivista numa sociedade organizada por professores, Benjamin Constant à frente, para o estudo da obra matemática de Comte e para efetivar sua biblioteca da humanidade. Era 1878. Esse grupo misto de alunos e professores fundou respectivamente a Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, o Clube Abolicionista da Escola Politécnica e um Clube Republicano secreto. (ALONSO, A., 2002 p 129-130).

Acredita-se ser esta origem, o mote posto a inspirar a autora a nomear o grupo de positivistas abolicionistas. Além de evidentemente tal denominação marca a especificidade desta tendência diante das demais. Pois, segundo a análise da autora, existiram positivistas com outras afinidades políticas. Os positivistas abolicionistas defendiam o fim da escravidão por motivos bem marcados.

O abolicionismo dos positivistas é uma das conseqüências de sua interpretação do Brasil, que encontra fulcro em uma teoria da modernidade e numa descrição do processo colonizador. O entrecruzamento das duas

aponta para a necessidade de superação dos fundamentos coloniais da sociedade brasileira. (ALONSO, A., 2002 p 212).

Dentre os fundamentos coloniais que deveriam ser superados estariam o escravismo e a Monarquia. A primeira ocupa o papel central na interpretação do Brasil deste grupo de positivistas, ele é a permanência colonial que não permite a modernização do país, ela impediria “a transição contemporânea do estado metafísico ao positivo”. (ALONSO, A., 2002 p 214). A forma de governo Monárquica também deveria ser superada, pela República – a ditadura republicana. Os positivistas abolicionistas, segundo Alonso, não criticavam aquilo que não podiam construir, portanto, ao mesmo tempo em que criticavam a escravidão e a Monarquia propunham um modelo de nação fundado na ideia de incorporação. (ALONSO, A., 2002 p 206-207). De incorporação dentro da ordem ou, em outras palavras, inclusão hierárquica. Isto passaria primeiramente pela forma como eles entendiam e ou definiam o Brasil, para eles:

(...) a nação brasileira teria se configurado pela inclusão de *todos* os agentes colonizadores, isto é, também dos africanos. A ruptura importante com a tradição imperial está precisamente em serem três povos *socialmente* formadores. Os positivistas abolicionistas resgatavam o indianismo que os novos liberais e os federalistas científicos afastavam. E, sobretudo, construíam uma definição do Brasil como síntese de três “raças”. (ALONSO, A., 2002 p 218). [grifos no original].

Desta leitura da formação do Brasil dos positivistas abolicionistas formou-se uma teoria da miscigenação. Se a Monarquia e a Escravidão eram legados negativos da colonização que deveriam ser superados, a miscigenação seria um legado positivo. A miscigenação das três raças sob a direção moral dos Positivistas “permitiria que aspectos civilizadores de cada qual sobrevivessem enquanto os deletérios tenderiam a desaparecer através de casamentos interétnicos”. (ALONSO, A., 2002 p 219). Desta feita, os positivistas abolicionistas apresentavam por meio da miscigenação uma alternativa ao branqueamento via imigração europeia. (ALONSO, A., 2002 p 219). E é justamente nesta teoria da miscigenação que se revela a inclusão hierárquica mencionada há pouco. “A miscigenação racial era valorizada pelos positivistas abolicionistas como móvel de construção do povo brasileiro. Situavam africanos e indígenas como elementos subordinados, mas essenciais na construção da nação.” (ALONSO, A., 2002 p 219). A análise de Alonso sintetiza o ideal de inserção hierárquica presente aos positivistas abolicionistas.

De retorno a Cruz Costa, o último capítulo da segunda parte de *Contribuição à história das ideias no Brasil* intitulado *As ideias no Brasil na última fase do século XIX* foi dedicado ao avanço das tendências por ele denominadas de naturalistas – o Positivismo e o Evolucionismo. Todavia, nem neste capítulo, nem no capítulo único que compõe a terceira parte do livro intitulado *As ideias no século XX*, Cruz Costa aborda as teorias raciais e ou a perspectiva racial no pensamento brasileiro. A opção do autor em não tratar do tema é algo que salta aos olhos, notadamente porque anos antes o trabalho de Antonio Candido já havia chamado atenção para a importância das teorias raciais para o pensamento brasileiro, apesar de não entrar em detalhes. E é bastante plausível inferir que Cruz Costa conhecia tanto a obra de Antonio Candido quanto a relevância das teorias raciais para o pensamento brasileiro, de modo que a não abordagem da variante racial do pensamento brasileiro pode ser entendida na condição de uma opção do autor.

No que diz respeito às várias tendências do Positivismo no Brasil, o trabalho de José Murilo de Carvalho, *A formação das almas, o imaginário da República no Brasil*, publicado em 1990 é dos mais significativos. Murilo de Carvalho foca os Positivistas brasileiros a partir do estabelecimento de dois grandes grupos: os ortodoxos e os heterodoxos. No entanto, a interpretação de Murilo de Carvalho não descarta a presença de inúmeras vertentes e correntes distintas no interior destes dois grandes grupos. Assim, no interior da análise de Murilo de Carvalho a divisão dos positivistas em dois grandes grupos parece ser muito mais um recurso metodológico do autor do que uma defesa da ideia de que o Positivismo no Brasil pudesse ser resumido a apenas duas tendências. (CARVALHO, J. M., 1990 p 35-54). E tais divisões já existiam em período anterior ao da República. Em sendo o problema de pesquisa do trabalho de Murilo de Carvalho a construção de um imaginário republicano no Brasil, sua análise, em grande medida, recaiu no grupo denominado de ortodoxo por ser esse o que teria tido maior sucesso na criação da ideia de República no Brasil.

Os positivistas ortodoxos os mais articulados manipuladores de símbolos do novo regime, superando na organização e na perseverança os jacobinos, (...) Portadores de uma visão de mundo integrada, que incluía um código operacional e uma tática política bem definida, os ortodoxos foram os que melhor entenderam a manipulação simbólica na reconstrução do imaginário social. (CARVALHO, J. M., 1990 p 15).

A “visão de mundo integrada” somada à “ênfase no valor da tradição” são elementos que podem colaborar no entendimento do sucesso do Positivismo entre os intelectuais brasileiros de um modo geral. É certo que o Positivismo dos ortodoxos trabalhado por Murilo de Carvalho não é o mesmo daquele cotejado por Sílvio Romero, contudo as mais diferentes tendências apresentam cada qual à sua maneira a sugestão presente em João Cruz Costa: um arranjo sócio-político concomitantemente integrador e hierárquico. Pois, afinal os Positivistas, independentemente da tendência, poderiam ser notados como parte da “modernidade brasileira”, compreendida entre 1870 e 1914, e que segundo Murilo de Carvalho “era alérgica ao povo brasileiro”. (CARVALHO, J. M., 1998a p 120).

Desta feita, Antonio Candido e Cruz Costa acabaram enfatizando correntes de pensamento: o positivismo, o evolucionismo, o naturalismo e assim por diante. Murilo de Carvalho por sua vez destacou a política e as instituições sem sentir a necessidade de conceituar o social. Da perspectiva apresentada por Carvalho, surge a possibilidade de perceber grupos que não estariam necessariamente preocupados em reformar a sociedade para que desta reforma emergissem novas instituições melhoradas. De fato tais grupos propunham o inverso, dever-se-ia reformar as instituições e estas reformariam a sociedade. Esta maneira de pensar, este tipo de institucionalismo que separa drasticamente as instituições da sociedade tratando-as de maneira independente pode ser percebida em agentes importantes da política imperial como José Antonio Saraiva, como se procura destacar nas páginas seguintes. Essa postura pode ser entendida como um elemento que dificultou a entrada das teorias raciais de modo explícito no *agir político*, no entanto, as premissas racialistas adentravam sutilmente acopladas à visão elitista, na descrença generalizada no povo, na “alergia ao povo” que se mantinha. Dentre as formas liberais de pensar esta tendência institucionalista era mais visível.

José Murilo de Carvalho em *A formação das almas* indicou a complexidade e a multiplicidade do pensamento de cunho liberal no Brasil do final dos oitocentos. As “batalhas” pelo modelo de República a ser adotado no Brasil que explicitou as muitas vertentes Positivistas igualmente revelaram os vários Liberalismos. (CARVALHO, J. M., 1990 p 35-54). A tendência Liberal, de República Liberal, de maior impacto depois do 15 de novembro, teria sido a defendida pelos proprietários rurais de São Paulo, pois ela foi predominante na Constituição de 1891. “Para esses homens, a república ideal era sem dúvida a do modelo americano. Convinha-lhes a

definição individualista do pacto social. Ela evitava a participação popular tanto na implantação como no governo da República.” (CARVALHO, J. M., 1990 p 24). Assim, “a versão do final do século XIX da postura liberal era o darwinismo social, absorvido no Brasil por intermédio de Spencer, o inspirador do principal teórico paulista da República, Alberto Sales.” (CARVALHO, J. M., 1990 p 24).

Com efeito,

(...) o liberalismo adquiria um caráter de consagração da desigualdade, de sanção da lei do mais forte. Acoplado ao presidencialismo, o darwinismo republicano tinha em mãos os instrumentos ideológicos e políticos para estabelecer um regime profundamente autoritário. (CARVALHO, J. M., 1990 p 25).

A análise de Murilo de Carvalho revela o tipo de Liberalismo adotado pela República e mais: denota como formas de pensar, às vezes até opostas, eram associadas no Brasil, no intuito de dar resposta a questões empiricamente postas. O desenvolvimento de um Liberalismo concomitantemente integrador e hierárquico fundamentar-se-ia tanto no ideário Liberal europeu e estadunidense quanto na tradição brasileira. Pois, como destaca Angela Alonso o Liberalismo imperial era um “liberalismo estamental”. (ALONSO, A., 2000). Uma forma de pensar dedicada a manter as hierarquias e desigualdades, algo preocupado em preservar um *status quo*. Nesta direção Alonso vem em concordância com aquilo defendido anteriormente por Emilia Viotti da Costa. (COSTA, E. V. 2010 p 133-170).¹¹

A discussão de José Murilo de Carvalho sobre o imaginário da República no Brasil, presente em *A formação das almas, o imaginário da República no Brasil* se mostrou relevante para este estudo porque ela pode informar sobre as tendências intelectuais que já estavam presentes no Brasil antes da proclamação da mesma República, isto é, no final do Império. Assim, em *A formação das almas, o imaginário da República no Brasil*, a preocupação do autor é nítida – investigar a criação de símbolos para recém-inaugurada República brasileira. Ao seguir por esse intuito Murilo de Carvalho nota a perspectiva da integração hierárquica das tendências Positivistas, bem como o darwinismo social de várias correntes liberais, no entanto, não discute se houve atuação das teorias raciais na criação deste imaginário

¹¹ A obra *Da Monarquia a República* onde se encontra o capítulo *Liberalismo: teoria e pratica* teve sua primeira edição em 1998, entretanto segundo a autora em nota de fim de página o referido capítulo é uma: “Tradução revisada de *The Brazilian Empire, Myths and Histories*. Chigago: University Press, 1985.” (COSTA, E. V., 2010 p 133).

republicano. Ele destaca a descrença generalizada das elites em relação ao povo – o povo da rua, como diz o próprio autor em outro texto – entretanto, não realiza uma discussão das possíveis motivações para tal atitude. (CARVALHO, J. M., 2003). Isso aparece em *Brasil 1870-1914: A força da tradição*, neste texto Murilo de Carvalho afirma que: “Mais que indiferente, a modernidade era alérgica ao povo brasileiro. As teorias racistas, consideradas avanços da ciência, difundiam a descrença na capacidade da população negra e mestiça para a civilização.” (CARVALHO, J. M., 1998a p 120).

Esta “modernidade brasileira” pode ser posicionada entre o conservadorismo e o reformismo ou ainda no reformismo conservador. Ou seja, as elites envolvidas nesta “modernidade”, em grande medida, percebiam a necessidade de algumas alterações para dar conta das transformações pelas quais o país passava, mas defendiam as mesmas dentro da “ordem” – o progresso dentro da ordem. Muito possivelmente aqui se tenha mais uma chave de compreensão para o sucesso do Positivismo no Brasil oitocentista. As transformações econômicas como propulsores da vida intelectual, algo presente em Cruz Costa, também se fez presente na análise que Emilia Viotti da Costa realizou do período. Nas referências citadas por Viotti da Costa não se encontrou menção à *Contribuição à história da ideias no Brasil*, a autora fez referência a outra obra de Cruz Costa, *O Positivismo na República: notas sobre a história do positivismo no Brasil* datado, segundo a autora, de 1956. De qualquer modo, a premissa base de Viotti da Costa é semelhante à de Cruz Costa.

Assim, no capítulo confeccionado pela autora para coleção *História da América Latina* organizada por Leslie Bethell, intitulado, *Brasil: la era de la reforma 1870-1889*, ela parte da ideia de que as transformações no mundo intelectual estão intimamente vinculadas às alterações econômicas. (COSTA, E. V., 1992 p 370-413). Viotti da Costa diz então:

Sin embargo, el hecho de reconocer que el cambio económico y social condujo hacia demandas de cambio institucional no basta para explicar por qué las oligarquías tradicionales no fueron capaces de incorporar a los nuevos grupos o satisfacer sus demandas. Para explicar este fracaso y para entender tanto los objetivos como la retórica de los reformistas, la naturaleza de sus demandas y sus motivos para oponerse más a algunas instituciones que a otras, hay que mirar además del cambio económico hacia las instituciones políticas y culturales que ellos atacaban. (COSTA, E. V., 1992 p 372).

Na perspectiva analítica da autora a entrada do “bando de ideias novas” está vinculada a uma série de situações, de modo a ser necessário não perdê-las de vista, bem como as articulações entre elas. Neste entrecruzamento de situações a limitação de oportunidades políticas parece ser elemento dos mais relevantes, aliás, esta é uma das pistas seguidas, e bastante bem investigadas, por Angela Alonso em *As ideias em movimento*. Assim, “Para poder explicar por qué el sistema político creado en 1822 se convirtió en el blanco de las críticas durante las décadas de 1870 y 1880 es necesario conocer cómo funcionaba realmente el sistema.” (COSTA, E. V., 1992 p 372).

Para Viotti da Costa:

El sistema político creado en el momento de la independencia reflejaba las necesidades de una élite de terratenientes y comerciantes y su clientela, interesados en mantener las estructuras tradicionales de producción, basadas en la mano de obra esclava y en la exportación de los productos coloniales hacia el mercado internacional, y, sobre todo, en gobernar el país sin tener en cuenta a los sectores populares, a los que temían y despreciaban. El sistema era extremadamente centralista, oligárquico y nada representativo. Por eso no era lo suficientemente flexible para ajustarse a los cambios en la estructura económica y social que estaban ocurriendo en la segunda mitad del siglo xix. (COSTA, E. V., 1992 p 378).

Com efeito, um dinamismo econômico maior combinado a uma estrutura de possibilidades políticas limitadas, como indica Alonso, colaborou para incrementar as críticas ao Império. Críticas dentro da ordem imperial e contra ela. E isso se daria, em alguma medida, com o auxílio de outras formas de pensar, maneiras “novas”, mais científicas, modernas contrárias às “antigas” perspectivas consideradas anti-científicas, portanto, não modernas e identificadas como responsáveis pelo estado de coisas do país. Entretanto, essas elites postas a criticar o sistema imperial em fins do século XIX, pretendiam em muito resolver seus problemas que eram associados e ou apresentados enquanto problemas do país, assim:

Cuando el desarrollo de mercados urbanos, la proliferación de escuelas e instituciones culturales, y el creciente número de lectores, abrieron nuevas oportunidades —aunque todavía limitadas— a empresarios, profesionales, escritores, artistas y políticos que soñaban con emanciparse de las limitaciones del sistema de patronazgo, esos hombres encontraron en el liberalismo los argumentos que precisaban para luchar contra el sistema. Pero su compromiso con el liberalismo no estuvo exento de ambivalencia. Continuaban juzgando el sistema de patronazgo desde el punto de vista del liberalismo, y el liberalismo desde el punto de vista del patronazgo. (COSTA, E. V., 1992 p 388).

A “luta” dos setores descontentes com o sistema imperial fez um uso bastante utilitário e peculiar do Liberalismo. Este servia pra criticar e combater o sistema, contudo não para romper com a estrutura social como um todo. A leitura do Liberalismo do ponto de vista do clientelismo era a que melhor respondia às demandas postas para estas elites e assim se procedia para todo o rol de ideias a serem adotadas. Emilia Viotti da Costa assim destacou a situação:

Los reformistas importaban ideas, pero esta importación seguía siendo selectiva, como lo había sido siempre. Escogían lo que tenía sentido para ellos. Esto explica por qué el socialismo cristiano de Lammenais, el socialismo utópico de Saint-Simón, Proudhon o Fourier, y el socialismo científico de Marx y Engels, eran meramente temas de especulación para unos pocos individuos excéntricos. Hombres como Spencer y Comte, que habían intentado reconciliar orden y progreso, y querían regenerar la sociedad a través de una revolución moral, tenían más atractivo para los intelectuales y políticos brasileños, que otros escritores europeos que confiaban en la lucha de clases o en el proletariado.

Los reformistas de las décadas de 1870 y 1880, colocados entre una oligarquía, a la que querían combatir, y el pueblo, en el que no confiaban, encontraban inspiración en el positivismo. Abandonaron el eclecticismo de Cousin y Jouffroy —que había servido a las élites de la regencia en la década de 1830 y de la conciliación, durante las décadas de 1850 y 1860— para abrazar a Comte y Spencer. Estos autores les ofrecían una doctrina, un método de análisis, una teoría política y, sobre todo, la tranquilizadora convicción de que la humanidad caminaba inevitablemente hacia el progreso y que era posible cambiar la sociedad sin subvertir el orden social. (COSTA, E. V., 1992, p 390).

Viotti da Costa enfatiza o sentido político da utilização das ideias: Spencer e Comte eram muito mais pertinentes às demandas dessas elites que outros tantos. No entanto, neste caminho de buscar doutrinas, métodos de análises, uma teoria política posta em manter a essência da sociedade brasileira, Viotti da Costa não aborda as teorias raciais. Acredita-se aqui que as teorias raciais tiveram papel importante no processo descrito pela autora de “cambiar la sociedade sin subvertir el orden social.”

Na mesma coleção *História da América Latina* organizada por Leslie Bethell, onde figura o texto de Emilia Viotti da Costa, *Brasil: la era de la reforma, 1870-1889*, faz-se presente outro igualmente importante escrito por Charles A. Hale denominado *Ideas políticas y sociales en America Latina, 1870-1930*. Este texto, partindo das premissas da presente pesquisa, mostra-se bastante relevante por colocar o Brasil dentro de um contexto maior – o latino-americano. De modo a se notar que as ideias adotadas pelas elites brasileiras também povoavam as de outros países do continente. Hale inicia o texto discutindo a trajetória do Liberalismo na América

Latina denotando as transformações deste ideário no continente. Tal forma de pensar foi largamente utilizada pelos movimentos de independência como base intelectual e política para o rompimento com o Absolutismo Metropolitano. E também deu base a formação dos novos governos nacionais. Diz Hale:

Así pues, empezaremos el presente capítulo hablando del liberalismo, que en las naciones que acababan de independizarse formaba la base de programas y teorías para la instauración y consolidación de gobiernos y para la reorganización de las sociedades. (HALE, C. A., 1991 p 2).

Na análise de Hale consta ainda que o Liberalismo na América Latina desde o início adquiriu especificidades próprias, porque o tal ideário fora aplicado sobre países que eram altamente estratificados, social e racialmente, além de serem utilizadas em economias agrárias (agro-exportadoras) com forte tradição de uma autoridade estatal centralizada. (HALE, C. A., 1991 p 2). O Liberalismo colocado sob tais especificações teria perpassado o oitocentos latino-americano.

A partir da segunda metade do século XIX o Liberalismo passaria a sofrer a concorrência do Positivismo. De modo análogo ao Liberalismo, o Positivismo teve o seu adentrar na América Latinas marcado pelas especificidades locais. Para Hale “La doctrina positivista podía interpretarse de varias maneras para que encajara en las condiciones locales.” (HALE, C. A., 1991 p 17). Assim, o Positivismo, que segundo Hale não seria em si uma teoria política acaba por se converter nisso na América Latina.

Aunque el positivismo no era explícitamente una teoría de la política, sus preceptos proporcionaron postulados importantes a la élite gobernante de América Latina. El concepto de *política científica* se expresó formalmente en México y Chile, y menos formalmente en Argentina y Brasil. El concepto entrañaba la convicción de que los métodos de la ciencia podían aplicarse a los problemas nacionales. Se consideraba la política como una «ciencia experimental», basada en hechos. Los estadistas ya no debían guiarse por teorías abstractas y fórmulas jurídicas, que no habían hecho más que provocar revoluciones y desorden. Ahora, había que guiarse por la observación, la investigación paciente y la experiencia. Había que conceder un valor nuevo a lo económico, lo concreto y lo práctico. (HALE, C. A., 1991p 18).

Com efeito, em fins do século XIX:

Después de madurar durante varios decenios, a principios de siglo el positivismo como serie de ideas sociales florecía plenamente en América Latina. Pocos miembros de las élites disientían de la convicción de que la

sociedad era un organismo análogo a la naturaleza, sujeto a cambios a medida que pasaba el tiempo. Entre los numerosos teóricos de la evolución social, Herbert Spencer era el que los latinoamericanos citaban con más frecuencia. Spencer se convirtió en el símbolo de la época, aunque su influencia real fue quizá menor que la de Auguste Comte, la otra «columna» del positivismo. (HALE, C. A., 1991 p 26).

A adoção, mesmo que retórica dos princípios spencerianos é bastante indicativa de como as elites locais estavam notando suas respectivas realidades sociais. A ideia de evolução social com a “sobrevivência dos mais aptos” fornecia substrato científico para justificar as desigualdades e hierarquias sociais do continente, notadamente as raciais. Indica Hale que “Uno de los elementos del sistema evolucionista de Spencer, aunque no el principal, era la raza, que llegaría a ser una preocupación central del pensamiento social latinoamericano.” (HALE, C. A., 1991 p 26-27). Entretanto, o autor afirma que a ideia de raça mais influente na América Latina fora a de Taine. “Un exponente más, cuya influencia fue mayor, del sentido histórico de la raza fue Hippolyte Taine, cuya famosa introducción a su *Historia de la literatura inglesa* (1864) fue muy leída en América Latina.” (HALE, C. A., 1991, p 27).

O impacto da raça sobre a política como se pode inferir a partir de Hale é que:

El determinismo racial y ambiental inherente al pensamiento social de 1890 a 1914 agudizó y solidificó un diagnóstico de la política latinoamericana que venía formulándose desde, como mínimo, el decenio de 1840. La fe del principio en la eficacia de los sistemas constitucionales se había marchitado al considerarse que el derecho era fruto de la historia en vez de emanar de la razón. Con la llegada del positivismo de Comte, las doctrinas liberales y las fórmulas constitucionales fueron calificadas de «metafísicas». Después de 1870, las élites partidarias del consenso buscaron un remedio para el desorden en la política científica, un programa que respondiera a realidades sociales, reforzase el gobierno (a menudo por medio de la reforma constitucional) y asegurase el progreso económico. La política científica programática y el pensamiento social diagnóstico no se contradecían. No eran más que variantes dentro del positivismo decimonónico; la primera, derivada principalmente de Comte; el segundo, derivado más bien de Darwin y Spencer. (HALE, C. A., 1991 p 37).

A análise realizada por Hale indica o critério político como dos mais relevantes para a formulação do pensamento latinoamericano, nisto incluso o brasileiro. Um pensamento que se construiu buscando responder questões empíricas das elites, o que colabora no entendimento das variações, especificidades de algumas correntes de pensamento na América Latina. De modo semelhante ao

de Viotti da Costa, Hale aponta para a tendência de alterar o pensamento – modernizá-lo – para manter as estruturas sociais vigentes, no que diz respeito à essência das mesmas. Porém, diferentemente de Viotti da Costa, Hale assevera a importância da raça na constituição do pensamento latino americano, notadamente, em fins do século XIX.

Com efeito, Charles Hale inventaria a utilização da raça na constituição de argumentos pró e contra os mestiços. Destacam-se aqui as observações realizadas por ele acerca do México, dada a proximidade do argumento mobilizado com aquele utilizado por Sílvio Romero, exposto anteriormente,

Los dos grandes movimientos nacionales, la revolución por la independencia y la Reforma, llevaron aparejados la participación de las masas y los conflictos sociales, y muchos héroes patrióticos, Morelos y Juárez incluidos, eran mestizos o indios. Antes de la Reforma, la élite intelectual había tratado de hacer caso omiso del indio y abrazado un sentido criollo de la nacionalidad. En un insólito ensayo de mediados de siglo, el estudioso Francisco Pimentel (1832-1893) había hecho una descripción deprimente de la degradación de los indios, pero los remedios que ofrecía seguían siendo los propios de los liberales criollos: la inmigración, el blanqueo de la población y la eliminación de la palabra *raza*, «no sólo de derecho sino de hecho». Después de 1870, el pensamiento evolucionista trajo una nueva conciencia de la raza, pero las conclusiones eran generalmente optimistas. Por ejemplo, el tema de las historias de Justo Sierra era el crecimiento de la nación mexicana como «personalidad autónoma», uno de cuyos elementos era la mezcla racial. Afirmó que los mexicanos eran vastagos de dos razas, nacidos de la conquista, frutos de España y de la tierra de los aborígenes. «Este hecho domina toda nuestra historia; a él debemos nuestra alma.» Refutando de forma específica las teorías de Le Bon acerca del efecto debilitador de la mezcla de razas, Sierra demostró que la población mestiza se había triplicado en el siglo xix y era el «factor dinámico [político] de nuestra historia». Aunque a veces abogaba por la inmigración junto con la educación como remedio social, su ideal no era el blanqueo de la raza. Para él, la identidad nacional residía en el mestizo. (HALE, C. A., 1991 p 32).

As observações de Hale permitem compreender o discurso da miscigenação e da mestiçagem na condição de fornecer elementos para amarrar uma sociedade em formação. Foi o que fez Sílvio Romero, nos anos 1880, e Euclides da Cunha, alguns anos mais tarde, exatamente na virada do século XIX para o XX. Cada qual ao seu modo fez uso de um discurso da miscigenação e da mestiçagem para atar um projeto de nação. A utilização das teorias raciais por tal viés buscava evitar o desenvolvimento de um ambiente de enfrentamento entre as raças. O conflito explícito entre as raças faria parte de um horizonte de possibilidades caso se adotasse o racismo em sua versão mais ortodoxa.

A intelectualidade brasileira de fins do século XIX também foi investigada, como já mencionado aqui, por Angela Alonso. O foco desta autora era a Geração de 1870, bem como problematizar (ou mesmo criticar) o denominado cânone imperial. A obra *Ideias em movimento: a Geração de 1870 na crise do Brasil-Império*, publicada em 2002, teve origem na tese de doutoramento da autora defendida em 2000. Desde sua conclusão, enquanto tese, e, sobretudo, após sua publicação no formato livro, o trabalho se tornou central às investigações do mundo intelectual oitocentista brasileiro. A proposta de Alonso para o entendimento da denominada Geração de 1870 consiste em deslocar o eixo analítico do aspecto estritamente intelectual. O fator político seria tão importante quanto. A movimentação intelectual do final do século XIX brasileiro operaria, segundo a autora, por meio de um eixo duplo – intelectual e político. Ao seguir por esta chave explicativa, Alonso não concorda com a busca por “escolas” ou por linhas de filiação teórica, aliás, esta é a crítica da autora ao trabalho de João Cruz Costa. Para ela mais que as tendências intelectuais eram os posicionamentos políticos que aproximavam e distanciavam os diferentes grupos. Assim, “o conjunto de manifestações aparentemente aleatórias ganha sentido quando se atenta para as conexões políticas entre os grupos “intelectuais”. (ALONSO, A., 2002 p 263).

O *agir intelectual* e o *agir político* enquanto faces da mesma moeda proposto por Angela Alonso permite apreender o porquê das aparentes contradições teóricas de intelectuais e ou de grupos daquele momento. A responsabilidade, tanto de uns quanto de outros, não seria com a teoria e ou teorias, mas sim com demandas políticas específicas. Ao seguir por este caminho, Alonso constrói grupos de afinidade intelectual-política, político-intelectual: seriam eles os liberais republicanos, os novos liberais, os positivistas abolicionistas, os federalistas científicos de São Paulo, os federalistas positivistas do Rio Grande do Sul. Esses grupos possuíam e faziam uso de uma pauta comum de autores e teorias, mas segundo a autora as afinidades políticas criavam utilizações diferenciadas do mesmo vocabulário. O que em outras palavras significa um universo intelectual marcado pela multiplicidade de tendências.

2.4 A linguagem comum e normativa do espaço intelectual

A identificação uma linguagem comum e normativa ao “mundo” dos intelectuais, pode ser pensada dentro daquilo teorizado por Quentin Skinner e John Pocock como contextualismo lingüístico. (SKINNER, Q., 1996, 2002; POCKOCK, J. G. A., 2003).

O contextualismo lingüístico, especialmente na vertente de Pocock, é passível de ser tratado como um vocabulário comum a uma determinada época e lugar, vocabulário que envolve tanto palavras como conceitos e matrizes teóricas, bem como sentidos compartilhados entre essas palavras, conceitos e matrizes teóricas. (POCKOCK, J. G. A., 2003). Skinner, especialmente em *As fundações do pensamento político moderno* apresenta seu programa metodológico, reconhecido como contextualismo lingüístico. (SKINNER, Q., 1996). A proposta skinneriana parte da crítica tanto ao textualismo quanto ao contextualismo, metodologias muito utilizadas na investigação do pensamento. A metodologia textualista é criticada por Skinner, basicamente, por descartar a autoria, como propõe nomes e posições importantes da filosofia e da crítica literária. Ricardo Silva, João Feres Júnior, Sebastião Souza posicionam a metodologia skinneriana nesta relação com o textualismo, de modo a ser possível inferir que, para Skinner, texto e autoria seriam “parte de um mesmo ser”. (SILVA, R., 2010; SOUZA, S. V., 2008; FERES JÚNIOR, J., 2005).

A defesa da autoria, a posição contrária à “morte do autor” por parte de Skinner se combina a uma crítica ao contextualismo. Este teria dedicado espaço e peso excessivo ao entorno social, pois o contexto social definira, praticamente, a forma e o conteúdo das idéias. A posição skinneriana pensará o contexto em outros termos, nela as circunstâncias de produção de um texto são tratadas em termos da intenção (do autor, da autora) e das ferramentas disponíveis ao momento da escrita. Nesta perspectiva, um texto deve ser interpretado à luz da intenção de seu autor/autora e dentro do universo de recepção do momento da produção. Isto tudo, em grande medida, é o contexto para Skinner. Essa proposta é acusada, não sem propósito, de historicismo, especialmente por recomendar a busca da intenção original do autor/da autora quando da composição de um texto. Todavia, seguida de

maneira não ortodoxa essa abordagem pode se mostrar bastante útil à compreensão da produção intelectual de um momento histórico.

A utilização não ortodoxa ou uma revisão da proposta skinneriana é encontrada na obra de Pocock. Este autor coloca em segundo plano a questão das intenções do autor/da autora e enfatiza os pontos referentes à forma como um discurso é recebido em diferentes setores de uma mesma sociedade num mesmo período. Sem descartar a importância da autoria, Pocock reposiciona o ponto chave enfatizando a interpretação de um texto nos códigos interpretativos disponíveis no momento de sua produção – este é o contexto essencial na visão do autor. Com isso, Pocock viabiliza de maneira mais clara a “busca pela intenção” skinneriana, pois os debates em torno dos textos podem servir de fonte para a observação da forma como eles foram entendidos no momento em que se tornaram públicos. No jogo de artigos, contra-artigos, réplicas, tréplicas seria possível aproximar-se da intenção “original”, e mais: isso permitiria notar como os textos estavam sendo apreendidos e quais ferramentas teórico-metodológicas eram utilizadas no processo. Essas ferramentas teórico-metodológicas para interpretação de um texto são entendidas como os códigos interpretativos disponíveis. Na proposta pocockiana o sentido de um texto se constrói numa via de mão dupla e de constante interação entre a intenção autoral e a interpretação oferecida.

Com efeito, a partir das proposições skinnerianas e pocockianas o contextualismo lingüístico pode ser tratado como um vocabulário comum a uma determinada época e lugar, vocabulário que envolve tanto palavras como conceitos e matrizes teóricas, bem como sentidos compartilhados entre essas palavras, conceitos, matrizes teóricas e formas interpretativas disponíveis. O contextualismo lingüístico compreenderia ainda as divergências, todavia as discordâncias ocorriam dentro da mesma linguagem, por isso ela é normativa. Como denota Pocock:

De modo característico o historiador está interessado nas ações de outros agentes que não ele próprio, e não deseja ser o autor de seu próprio passado tanto quanto desejava desvelar as ações de outros autores na história e da história. Essa é provavelmente uma das razões por que suas políticas são intrinsecamente liberais, mais do que voltadas para a práxis. No tipo de investigação que aqui examinamos, o historiador está menos interessado no ‘estilo’ ou no modo da enunciação de um determinado autor do que na ‘linguagem’ ou modo de enunciação disponível a uma série de autores e com uma série de propósitos, e suas provas para sustentar que tal ou tal ‘linguagem’ existia como recurso cultural para determinados atores da história – e não como mero resultado da ação de seu olhar interpretativo – tendem a estar relacionadas ao número de atos que ele puder mostrar

que eles efetuaram. Quanto mais ele puder provar (a) que diversos autores empregaram o mesmo idioma e nele efetuaram enunciações diversas e até mesmo contrárias, (b) que o idioma é recorrente em texto e contextos para além daqueles em que foi detectado pela primeira vez, (c) que os autores expressaram em palavras sua consciência de que estavam empregando tal idioma e desenvolveram linguagens críticas e de segunda ordem para comentar ou regular o emprego desse idioma – tanto mais a confiança desse historiador em seu próprio método aumentará. (POCOCK, J. G. A., 2003 p 33-34).

Assim, segundo Pocock o “idioma”, a linguagem é normativa quando por meio dela se constroem argumentos diversos e mesmo contraditórios. De modo incidental o contextualismo social vem sendo abordado desde o início, todavia se crê na necessidade de retornar a ele de maneira mais direta. Para Skinner e Pocock o contextualismo lingüístico está vinculado e em processo de interação com um contexto social. Logo, a formação de um pensamento embasado nas teorias raciais, estaria atrelada às alterações sociais das mais diferentes naturezas, contudo com um resultado semelhante: alterações no ordenamento social se chocando com a visão de mundo em voga. Assim, o contexto social pode ser apreendido, em grande medida, enquanto articulador das demandas que o pensamento político social busca responder. (SKINNER, Q., 1996, 2002; POCOCK, J. G. A., 2003). Entretanto, cabe destacar que a relação entre o contexto lingüístico e social não é mecânico, nos termos de um formar e definir o outro, mas sim uma relação de interação e construção mútua.

E, mesmo tendo em conta ser um tanto quanto controverso trabalhar com a ideia de campo para o Brasil da virada do século XIX para o século XX, como propõe Pierre Bourdieu na teoria dos campos (BOURDIEU, P., 1996), o estudo do período permite visualizar um *espaço intelectual*, com suas “regras” para um *agir intelectual*. E mesmo quem afirma não ter havido um campo intelectual autônomo para o período, caso de Angela Alonso, ao que parece não descarta a existência de um *espaço intelectual* com características próprias. (ALONSO, A., 2000).

Capítulo III: O *agir político* e as teorias raciais

Afirma-se neste trabalho que no momento em que se discutia e posteriormente se aprovou a *Reforma Eleitoral de 1881* existia um *espaço intelectual* e quem nele atuava compartilhava com seus pares um determinado *agir intelectual*. Defende-se ainda a ideia de que havia para o período observado um relativo amálgama entre as elites intelectuais e as elites políticas, fator que poderia ter favorecido o trânsito de ideias entre o mundo intelectual e o político. Apesar de próximos acredita-se aqui que o mundo político e o mundo intelectual eram distintos, possuindo cada qual um *agir*. Com efeito, fazendo uso das mesmas premissas adotadas para a localização do *agir intelectual* as páginas seguintes buscam indicar a presença de um *agir político*.

A existência de *espaço político* no Brasil oitocentista parece ser algo menos controverso do que a presença de um *espaço intelectual*. Alguns estudos importantes permitem perceber este espaço, daqueles consultados para a presente argumentação atestam esta situação José Murilo de Carvalho, Sergio Buarque de Holanda, Raimundo Faoro, José Honório Rodrigues, Sérgio Adorno. (CARVALHO, J. M., 2008a, HOLANDA, S. B., 2008, FAORO, R., 2001; RODRIGUES, J. H. 1965; ADORNO, S. 1988). Em Raymundo Faoro encontra-se a seguinte reflexão acerca da cena política do Segundo Reinado:

Os partidos seriam, em teoria, a opinião pública militante, autenticamente colhida nas eleições, com o povo genuinamente representado. Esta seria a nota de legitimidade e, por via deles, da Câmara dos Deputados, em nome da nação, afastariam e indicariam os governos. O governo parlamentar, já estruturado na Regência, se expandiria, sob o reinado de dom Pedro II, durante cinquenta anos de concórdia e paz. Mas a realidade era outra. O sistema se apoiava sobre pés de barro frágil, todos sabiam que as eleições pouco tinham a ver com a vontade do povo. (FAORO, R., 2001, p 391).

Assim, na perspectiva esposada por Faoro as elites política imperiais desenvolveram uma forma de representar a vida política, apesar de simultaneamente saberem que a realidade era outra. Deste modo o autor destacou que

A verdade eleitoral não sairia da lei como queriam os estadistas: a verdade eleitoral, mesmo depurada com honestidade, traria à tona o próprio país,

com o eleitorado obediente ao governo, qualquer que fosse este, uma vez que fosse o poder que nomeia, que possui as armas e o pão. O deputado, dentro desse círculo de ferro, era nada mais que o resultado das combinações de cúpula, tramadas nos salões dos poderosos. (FAORO, R., 2001 p 391).

As considerações de Faoro permitem inferir que as pessoas envolvidas no jogo político ao mesmo tempo em que compartilhavam de uma dada representação do *espaço político* sabiam da realidade empírica e que, portanto, elas deveriam *agir* nestas dimensões. Às quais devem ser acrescentadas as relações com os poderes locais - municipais e provinciais - de onde poderia vir o apoio ou o veto a uma candidatura à deputação e, uma vez dentro do jogo político propriamente dito, o trato com o Poder Moderador. (FAORO, R., 2001 p 405-416). As análises de Faoro fornecem subsídios para notar a presença de um *espaço político* relativamente bem definido com regras próprias bastante nítidas.

Um sistema político fundado numa ficção parlamentarista, esta foi à definição dada por Sérgio Buarque de Holanda à política do Segundo Reinado. (HOLANDA, S. B., 2008). A ficção ficaria mais evidente em se comparando o sistema político do Império do Brasil ao da Monarquia Constitucional recorrentemente mencionado pelos políticos imperiais: a Monarquia Britânica. Nesta direção Buarque de Holanda afirmou,

Por onde mais se distanciava a ficção parlamentar brasileira do modelo britânico era pelo fato de a subida ou de a queda de um Ministério depender só idealmente, entre nós, de uma eventual maioria na Câmara popular. De fato dependia só, em última análise de uma opção mais ou menos caprichosa da Coroa. Como as eleições só, produziam, no Brasil resultados que pudessem interessar aos elementos que Sua Majestade houvesse por bem conservar no Governo da nação, tem-se que todos os recursos possíveis para estabilidade ou substituição dos grupos dirigentes ficavam enfiados nas mãos de um homem só. (HOLANDA, S. B., 2008 p 87).

O *espaço político* imperial apresentado por Buarque de Holanda guarda semelhanças ao definido por Faoro: as eleições e o sistema parlamentar seriam mais uma representação do que uma realidade, no entanto, uma representação que se precisava executar. Buarque de Holanda foi ainda mais enfático que Faoro no que diz respeito à submissão da vida política ao Poder Moderador. Com efeito, a atuação neste espaço teria que se dar dentro de tais premissas, ou seja, jogar o jogo eleitoral de cartas relativamente marcadas, e buscar boas relações com o Poder Moderador. O autor colocou tudo isso como algo bastante negativo da vida política

imperial, todavia, mesmo com uma avaliação negativa ele revela as estruturas do *espaço político* do Segundo Reinado.

Dentre as características da vida política do Império uma que se destacava e não escapou às análises de Faoro e Buarque de Holanda foi o empenho em retirar o povo da condição de uma personagem ativa. Pois o espaço concedido pelas elites imperiais era o do voto, contudo tendo em vista a forma como este se apresentava, a participação popular na visão dos autores em questão era bastante questionável. José Honório Rodrigues localizou neste cenário de exclusão da população em geral da vida política o desenho do mundo político imperial: a transação intra-elites. A expressão empírica disto seria a *Política da Conciliação*, “A conciliação foi uma arte finória da minoria dominante e visou sempre ao compromisso dos interesses divergentes dos seus próprios grupos.” (RODRIGUES, J. H., 1965 p 116). O *espaço político* seria, na visão de Honório Rodrigues, regrado pela capacidade de transação, de *conciliação* com os seus pares e, por vezes, com o povo.

As reformas, as concessões pontuais, normalmente dedicadas às populações urbanas foram elencadas como demonstrações da conciliação das elites com o povo. “As minorias dominantes no Brasil, para evitar as convulsões sangrentas, sempre prometeram reformas, especialmente nas crises, e quando o povo se continha e elas se tornavam senhoras da situação, descumpriam as promessas.” (RODRIGUES, J. H., 1965 p 66). De todo, nem todas as “promessas de reformas” eram negaceadas, elas podiam vir, mas não com toda a força que alguns setores esperavam e ou desejavam. Pois, as reformas realizadas, no período imperial, mais do que mudar ordenamento social, procuravam manter as coisas como estavam.

Acerca da postura conciliatória do meio político imperial Michel Debrun, apesar de concordar com as premissas básicas expressadas por José Honório Rodrigues entendeu que “a ‘Conciliação’, no Brasil, nunca foi um arranjo entre iguais, mas o reconhecimento, por parte de um pólo social ou político menor, da primazia de outro pólo, mediante algumas benesses e sobre o pano de fundo constituído pela exclusão da grande massa da população.” (DEBRUN, M., 1983 p 72). Debrun defendeu que a *conciliação* não era um “espírito de transigência”, mas “uma estratégia de cooptação de certos dominados” pelos dominantes. (DEBRUN, M., 1983 p 122). Apesar de ter entendido a *conciliação* de maneira um tanto quanto

diversa a de Honório Rodrigues, Debrun a colocou como um dos arquétipos do fazer político do Brasil. (DEBRUN, M., 1983 p 121).

A Construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: política imperial de José Murilo de Carvalho é reconhecidamente um dos mais profundos estudos sobre a política imperial. Para Murilo de Carvalho “a estrutura política do Império era suficientemente simples”, portanto, em sua perspectiva:

Havia uma razoável indiferenciação de esferas de influência e de focos de poder para permitir-nos utilizar, sem muito receio de errar além do tolerável, o critério das posições formais para definir a elite política real. É razoável supor que as decisões de política nacional eram tomadas pelas pessoas que ocupavam os cargos do Executivo e do Legislativo, isto é, além do imperador, os conselheiros de Estado, os ministros, os senadores e os deputados. (CARVALHO, J. M., 2008a p 51).

Com esta avaliação do meio político no horizonte, Murilo de Carvalho buscou observar quem eram as pessoas que ocupavam os cargos do Executivo, do Legislativo, de Conselheiro de Estado, de Ministro, Senador e de Deputado. Neste movimento o autor se interessou pelas formas e critérios de recrutamento das elites políticas, localizando, assim, a formação jurídica como elemento importante para o ingresso na carreira política.

A importância das Faculdades de Direito para a formação dos quadros políticos do Império foi tema de investigação de Sérgio Adorno. Em *Os Aprendizes do Poder*, o autor perscrutou o papel da Faculdade de Direito de São Paulo na formação da elite política. Para Adorno as Faculdades de Direito do Brasil oitocentista, Olinda depois Recife e São Paulo foram criadas com a finalidade de formar quadros administrativos e políticos para o Estado, nas suas mais variadas instâncias.

A academia de Direito de São Paulo, assim como a de Olinda, tem suas raízes atadas à independência política. Com a emergência do Estado Nacional, suscitou-se o delicado problema da autonomização cultural da sociedade brasileira, além da necessidade de formar quadros para o aparelho estatal. (ADORNO, S., 1988 p 81).

Adorno ainda destacou que nos primeiros debates sobre a instalação das Faculdades de Direito “já revelavam a preocupação que redundou na criação dos cursos jurídicos: o imperativo político de se constituir quadros para o aparelho governamental”. (ADORNO, S. 1988 p 88). E simultaneamente estes espaços

formavam a elite intelectual do país. (ADORNO, S., 1988 p 88). A Faculdade de Direito de São Paulo, na perspectiva de Adorno, mais que a do Recife, teria produzido quadros para elite da elite política imperial. Em São Paulo mais do que juriconsultos formavam-se operadores políticos e administrativos. (ADORNO, S., 1988 p 102).

De retorno a análise de Murilo de Carvalho, ele indicou que se a estrutura política imperial era relativamente simples o mesmo não valeria para a prática política. O sistema político escaparia em muito da “imagem simplificada de tranquilo domínio de senhores de terra e de donos de escravos ou de uma autocracia burocrática.” (CARVALHO, J. M. 2008a p 322). Nesta direção destacou o autor que:

A existência do Poder Moderador introduzia uma nítida diferença com relação à República Velha, ou a outros sistemas agrário-exportadores com ou sem base escravista. Resíduo absolutista, ele dava ao rei condições de interferência que iam muito além do modelo clássico inglês, para indignação dos liberais ortodoxos ao estilo de Zacarias. Essa interferência, que abrangia o Legislativo e o Executivo, o não só afetava a formação e composição da elite política como criava uma instância de poder que permitia competição entre facções dos grupos dominantes mediante alternância de partidos no governo, e chegava mesmo possibilitar a mobilização de elementos que escapavam ao controle desses grupos. (CARVALHO, J. M., 2008a p 322).

A seu modo José Murilo de Carvalho concorda com Faoro e Buarque de Holanda que as pessoas dispostas a fazer parte do jogo político no Segundo Reinado deveriam saber lidar com o Poder Moderador. Ainda em consonância com os demais autores, Carvalho indicou o problema da representação parlamentar por meio das eleições, uma vez que elas denotavam muito mais a vontade das elites políticas locais e nacionais do que a vontade popular. E com isto este autor também destacou que quem quisesse jogar o jogo político deveria saber lidar com tais questões. E diferentemente de Faoro e Buarque de Holanda, o estudo de Murilo de Carvalho permite notar o *espaço político* constituído, majoritariamente, por pessoas de formação semelhante, a formação jurídica. Esta característica pode ser interpretada como uma das regras para inserção no meio político, uma regra no sentido de um critério de preferência. Ou seja, não se excluía à priori quem não tivesse formação jurídica, mas quem detivesse tal formação possuía certa preferência no processo de recrutamento para a vida política institucional. Como indicado por Sérgio Adorno, as Faculdades de Direito foram criadas em grande medida para responder a demanda por quadros político-administrativos para o

Estado. Murilo de Carvalho, diferentemente de Faoro e Buarque de Holanda, deu maior ênfase à diferença entre os partidos, eles foram caracterizados como pontos fundamentais para o exercício da política. (CARVALHO, J. M., 2008a p 219).

Com efeito, de maneira análoga ao que se verificou para o *espaço intelectual*, e talvez de modo ainda mais intenso, o *espaço político* estava mais preocupado com o estabelecimento de respostas às situações empíricas dadas do que manifestar fidelidade irrestrita a teorias políticas. Todavia, isso não significa que não houvesse diálogo com as teorias, o que se quer dizer é que as elites políticas submetiam as teorias políticas às suas demandas e não o inverso. Esta característica denota uma maneira das elites políticas se postarem no *espaço político*, ou seja, um tipo de *agir político*.

Do muito que se discutiu, e se discute, acerca do liberalismo no Brasil imperial surgiram vários caminhos interpretativos. Um dos mais profícuos indica que ao invés de se procurar as possíveis “deturpações” da teoria ou das teorias liberais no Brasil oitocentista investigue-se a construção da versão local do liberalismo, no sentido de observar a que demandas empíricas ele teria que responder. Neste sentido, o *agir* que se desenvolve continua ainda bastante análogo àquele presente ao *espaço intelectual* – as teorias deveriam se submeter a realidades empíricas e não o contrário. Aliás, a prática de conciliar e harmonizar tendências filosóficas, jurídicas e políticas era uma lição aprendida desde cedo pelos agentes políticos egressos das Faculdades de Direito. (ADORNO, S., 1988 p 102-103).

A análise da documentação visitada (notadamente, os *Annaes* sejam da *Camara dos Senhores Deputados*, sejam os do Senado) permitiu perceber a presença de dois elementos aqui interpretados como centrais ao *agir político*: a prática da conciliação e o institucionalismo.

Esta possibilidade interpretativa oferecida pelo material empírico tornou relevante observar a obra de José Honório Rodrigues. Em *Conciliação e reforma no Brasil*, cuja primeira edição é de 1965, Rodrigues toma o termo *Conciliação* tendo em vistas a política de mesmo nome praticada no Império nos anos 1850, quando os dois Partidos, Conservador e Liberal, constituíram conjuntamente o Governo, bem como uma forma de fazer política fundamentada no transigir.

As origens da *Política da Conciliação* estariam para Lucas Roanhy, em *A Liga Progressista e a Construção do Estado Imperial*, intimamente relacionadas à denominada *Política do Regresso*. O *Regresso*, na avaliação Roanhy, seria a vitória

do projeto centralizador sobre a tentativa de descentralização que teria ocorrido nos anos 1830. O *Regresso* seria a consolidação do modelo político presente no *Ato Adicional de 1834*.

Com efeito, o regresso não foi senão uma readequação do ordenamento institucional-legal consagrado no Ato Adicional de 1834, cuja “perfectibilidade” teórica aparentava não mais se conformar a um contexto no qual a exigência de estabilidade sociopolítica mostrava-se incompatível com uma autonomia local vista agora como excessiva. (ROANHY, L., 2013 p 83).

A supressão do Movimento Praieiro em 1848 simbolizou no contexto do *Regresso* a pacificação do Império e estabilização da vida política. A estabilidade política oriunda do *Regresso* seria uma das bases da *Conciliação*, para Roanhy:

(...) o esgotamento do projeto regressista no início da década de 1850 e a emergência da política conciliatória de Paraná são, sociologicamente falando, o anverso e o reverso de um mesmo fenômeno: afinal, foi a consolidação do Estado imperial no ano-chave de 1850 que permitiu a construção de uma política consensual e contemporizadora, que tivesse em seu horizonte o apaziguamento dos conflitos intraelite e que fosse capaz de enterrar as antigas lutas entre saquaremas e luzias; nesse ponto, o ideal da representatividade das minorias como um primeiro passo à efetiva realização do regime parlamentar e à consequente unificação política da classe proprietária aparecera como o objetivo concreto a ser perseguido. (ROANHY, L., 2013, p 51-52).

A interpretação de Roanhy ainda trouxe como elemento relevante para pensar a *Conciliação* a disputa política dentro das hostes conservadoras. Em outras palavras a *Conciliação* teria sido uma forma encontrada pelos conservadores descontentes para enfrentar os Saquaremas.

Bruno Fabris Estafanes é outro autor que colabora, sobremaneira, para o entendimento da *Política da Conciliação*. O seu trabalho permite inferir que a composição da *Política da Conciliação* se deu a partir de um imbricado jogo político com ação de vários jogadores: proeminentes e respeitados Conservadores; Liberais de vários matizes; e do Imperador. (ESTEFANES, B. F., 2010). Estefanes indicou que no Gabinete de Honório Hermeto Carneiro Leão (1801-1856) responsável pela instalação da *Política da Conciliação*, esta possuía dois sentidos principais.

Os dois principais sentidos que a conciliação assumiu no programa do gabinete de Honório Hermeto Carneiro Leão, em 1853: a inauguração de uma nova maneira de relacionamento entre Pedro II e os ministros, o que significou uma maior intervenção do monarca na política; e uma forma de

acabar de vez com o absoluto controle que o partido governista tinha sobre as nomeações e as eleições. (ESTEFANES, B. F., 2010, p 165).

Em função do jogo político, da importância do período para a consolidação do Estado Imperial a *Conciliação* foi e é ponto de intenso debate historiográfico, o qual Estefanes mapeia. O autor esquadrinha a produção oitocentista acerca da *Conciliação*, notadamente, Joaquim Nabuco, *Um Estadista no Império* e Justiniano José da Rocha (1812-1862) *Ação, Reação, Transação* e a realizada no século XX até a mais recente, procurando destacar as vertentes explicativas. Assim, Estefanes discutiu os trabalhos de Francisco José de Oliveira Vianna (1925), Maria de Lourdes Monaco Janotti (1982), Isabel Marson (1987), Ilmar Mattos (2011)¹, José Murilo de Carvalho (2008a)², Sergio Buarque de Holanda (2008)³, Raymundo Faoro (2001)⁴, Jeffrey Needell (2006), Roderick Barman (2010)⁵, José Honório Rodrigues (1965), Paulo Mercadante (1965), Valéria Torres (1998) e Fábio Santa Cruz (2008).

Deste mapeamento Estefanes estabeleceu algumas linhas de análise para pensar a *Conciliação*. Isabel Marson e Maria de Lourdes Janotti teriam destacado a cisão entre os conservadores durante a *Conciliação* em função do avanço progressista. (ESTEFANES, B. F., 2010 p 171-172). A compreensão da relação dialética entre autoridade e liberdade, segundo Estefanes, seria o caminho proposto por Ilmar Mattos para o entendimento da *Conciliação*, bem como do peso dos diferentes grupos sociais. (ESTEFANES, B. F., 2010 p 172). Oliveira Vianna, Raymundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda cada qual à sua maneira apontaram a *Conciliação* como o momento da consolidação do Poder Monárquico, do monarca na política. (ESTEFANES, B. F., 2010 p 173-174).

Se Faoro, Buarque de Holanda e antes deles Oliveira Vianna destacaram a centralidade do Monarca na vida política do Império a partir da *Conciliação*, José Murilo de Carvalho e Ilmar Mattos propuseram a relevância dos diferentes grupos sociais dominantes na formação, consolidação do Estado Imperial. (ESTEFANES, B. F., 2010 p 174). Segundo Estefanes, Murilo de Carvalho e Mattos mesmo

¹ A tese que deu origem ao livro *O Tempo Saquarema* é de 1985.

² A tese que deu origem ao livro *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: política imperial* data de 1974.

³ A primeira edição de *História da Civilização Brasileira: O Brasil monárquico. Tomo II, volume 7: Do Império à República* é de 1972.

⁴ A primeira edição de *Os donos do Poder* data de 1958 e a segunda bastante aumentada é de 1973.

⁵ A primeira edição de *O imperador cidadão*, em inglês, é de 1999.

(...) partindo de matrizes teóricas distintas (...) acabaram por definir a Conciliação como resultado da vitória do partido conservador e dos grupos sociais que ele representava: grandes comerciantes e fazendeiros, principalmente, os cafeicultores fluminenses. (ESTEFANES, B. F., 2010 p 174).

A postura de Valéria Torres e Fábio Santa Cruz para Estefanes seria a de tomar a *Conciliação* como o fecho de um processo iniciado nos anos 1830 com intuito de solidificar um arranjo político e social – assumindo a *Conciliação* num mesmo sentido em diferentes contextos históricos. Na análise de Estefanes foram Roderick Barman e Jeffrey Needell que trouxeram elementos para uma melhor compreensão do funcionamento da *Conciliação*. Barman teria pela primeira vez, a partir de base documental, demonstrado a ação do Monarca tanto para o estabelecimento quanto para a manutenção da *Conciliação*. A partir de 1853, Dom Pedro II promoveu uma alteração fundamental na dinâmica política do Império. (ESTEFANES, B. F., 2010 p 175).

A partir desse ano [1853], Pedro II fez seguir aos ministros um texto intitulado *Ideias Gerais*, no qual definia uma nova relação entre ele e os gabinetes que nomeasse. Os principais pontos desse texto eram: as decisões dos ministros não seriam decretadas sem a presença do imperador; os cargos públicos deveriam ser preenchidos por mérito e com a aprovação de Sua Majestade, evitando assim a distribuição por simples conveniência partidária; os ministérios deveriam ser imparciais nas eleições para a Câmara; o monarca passaria a apresentar uma lista de proposta para serem seguidas como programa de governo; o ministro que discordasse das diretrizes deveria simplesmente pedir demissão e não poderia, em hipótese alguma, acusar o monarca de induzir qualquer reforma. (ESTEFANES, B. F., 2010 p 175).

Jeffrey Needell, na análise de Estefanes, teria destacado que mesmo apesar da mudança na dinâmica política do Império levada a cabo pelo Monarca no início dos anos 1850, a Coroa não podia tudo. Para Estefanes, Needell atentou para o desenvolvimento da oposição conservadora, bem como para a diferença entre Conservadores e Saquaremas, algo semelhante ao estabelecido por Barman. (ESTEFANES, B. F., 2010 p 176-178). Dos caminhos elencados para se pensar a *Conciliação* Bruno Fabris Estefanes foi mais crítico com aquele proposto por José Honório Rodrigues e Paulo Mercadante. Segundo o autor nas obras de Rodrigues e Mercadante

(...) a Conciliação é apresentada, de forma totalmente ahistórica, como um episódio de expressão da mentalidade conservadora, que parece ser uma

característica congênita das classes dominantes brasileiras, acompanhando-as desde o período colonial até o republicano. (ESTEFANES, B. F., 2010 p 174-175).

É justamente a linha mais criticada por Estefanes a que mais interessa aqui, notadamente, a sugerida por José Honório Rodrigues. A ideia de Rodrigues de um *agir conciliador* presente nas elites dominantes brasileiras desde muito cedo serviu como mote para pensar essa característica não como um elemento inato desses grupos, mas sim como um *ethos*, um *habitus*. Como exposto anteriormente, tomando as considerações de Pierre Bourdieu “cada classe de posições corresponde um classe de *habitus*” e estes são “produzidos pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente”. (BOURDIEU, P., 2008a p 21). A tendência pela *Conciliação*, em termos políticos, seria, então, uma característica e, por vezes uma regra do *espaço político*. Assim, as pessoas dispostas e ou com possibilidades de adentrarem no jogo político teriam que manipular esta regra (conjuntamente a várias outras) não só para se movimentar no *espaço político* como para questioná-lo. Por esse caminho a obra de Honório Rodrigues ganha outros contornos.

Assim, quando Rodrigues afirmou que “a política de conciliação – conciliação das divergências da minoria dominadora – segue um curso em ziguezague. Fala-se sempre em pacificação, confraternização, pois a ordem ainda é o objetivo principal da política [...]” em tom de crítica forte do elitismo, ele indicou aspectos fundamentais do *agir político*: transigir e manter a ordem. (RODRIGUES, J. H., 1965 p 80). O transigir intra-elites é a forma de conduzir reformas de modo a manter uma determinada ordem. Reformas que poderiam controlar demandas a fim de evitar mudanças bruscas no curso da história, esta postura se fez presente no pensamento político, no *agir político* de José Antonio Saraiva como se verá adiante. O responsável pelo projeto de *Reforma Eleitoral* defendeu em sua longa carreira política a ordem: para ele somente dentro da ordem poderia haver desenvolvimento político, social, econômico. A busca pela ordem seria premissa comum aos políticos imperiais, notadamente, após os anos 1850, tanto Liberais quanto Conservadores defendiam a ordem – a ordem Constitucional.

O *agir político* pautado pela prática da *Conciliação* criava algo muito criticado por Rodrigues, mas muito útil para compreender a postura dos políticos imperiais, especialmente, no momento, os anos 1880, onde se discutia a *Reforma Eleitoral*, a “questão servil”, pois eram eles, “(...) mais moderadores que criadores, exercendo

um papel sedativo, corrigindo o radicalismo, evitando reformas e inovações consideradas precipitadas e poupando o país das intolerâncias.” (RODRIGUES, J. H., 1965 p 102).

Com efeito, acredita-se aqui que a observação da obra e da postura política de Joaquim Nabuco seja bastante elucidativa do que se vê argumentando aqui, as posições de José Antônio Saraiva serão abordadas posteriormente.

3.1 Joaquim Nabuco: político e intelectual, intelectual e político

Se existe uma figura emblemática, no que diz respeito ao amálgama entre atividade intelectual e política no Brasil de fins do século XIX certamente ela responde pelo nome de Joaquim Nabuco. Ele foi deputado, diplomata, historiador, ensaísta, biógrafo, pensador, político. Seus primeiros escritos públicos datam dos anos 1860, ainda durante a época de estudante, aliás, mesmo antes de ingressar na Faculdade de Direito do Largo São Francisco em São Paulo em 1866, ele já havia publicado o opúsculo *O gigante da Polônia* em 1864. No ano de 1869 em que ele se transferiu da Faculdade de Direito de São Paulo para a de Recife ele publicou dois trabalhos: *O povo e o trono* e uma homenagem a Ernst Renan, autor importante em sua formação intelectual. O seu primeiro livro veio a lume em 1872, *Camões e os Lusíadas*, dois anos mais tarde publicou um livro de poesias, *L'Amour est Dieu* (1874). A sua eleição para a deputação em 1878 não implicou numa interrupção na atividade de escrita, seus escritos pululavam na imprensa, seja sob seu nome ou sob o pseudônimo de *Garrison*.

A atuação de Joaquim Nabuco como deputado na *Décima Sétima Legislatura*, 1878-1881, custou-lhe a eleição para a *Décima Oitava Legislatura*, 1882-1884, em muito porque ele insistiu em colocar no debate político a questão do fim da escravidão. No momento em que ficou sem mandato, entre 1881 e 1885, Nabuco escreveu uma de suas obras mais significativas: *O abolicionismo* em 1883. Em 1884 Joaquim Nabuco estava envolto novamente em campanha para a deputação, ele almejava uma cadeira na *Décima Nona Legislatura* (1885). A campanha realizada no Recife rendeu, além de um novo mandato, um livro que reuniu os seus discursos, intitulado *Campanha abolicionista no Recife: eleições de*

1884. A *Décima Nona Legislatura* teve, no entanto, vida curta, o que levou Nabuco a participar de uma nova disputa eleitoral em 1886 e desta vez sendo derrotado. O insucesso em voltar ao Parlamento foi o impulso para o surgimento de outra obra: *O erro do Imperador*.

Estas circunstâncias foram arroladas para destacar que a produção intelectual de Joaquim Nabuco nos anos 1880 esteve diretamente vinculada a sua atividade política. Aliás, não é despropositado tomar a produção do autor como política e não como propriamente intelectual. Aqui essa produção é entendida como algo na interseção entre os dois meios, o político e o intelectual, pois a produção parlamentar, os seus discursos foram compreendidos como propriamente políticos.

De modo análogo a Sílvio Romero, o pensamento de Nabuco não pode ser considerado como representativo da sociedade brasileira, entendida em sentido amplo, mas ele é significativo das posições de grupos importantes das elites brasileiras. E Joaquim Nabuco, até mais que Romero, fazia parte destas elites desde o nascimento.

Aos dezenove dias do mês de agosto de 1849 nasceu no Recife Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, filho do político baiano, que desenvolveu carreira em Pernambuco, José Thomaz Nabuco de Araújo (1813-1878) e de uma representante da aristocracia pernambucana, Ana Benigna de Sá Barreto Nabuco de Araújo (?-1902). Sobre a origem familiar de Joaquim Nabuco, Angela Alonso observou que o seu pai, “José Thomas Nabuco de Araújo, baiano, se fixara em Pernambuco, onde cursara a tradicional faculdade de direito. Era filho de senador, mas não rebento da aristocracia puro-sangue brasileira, a fundiária.” (ALONSO, A., 2007 p 19). Ainda segundo Alonso, Nabuco de Araújo faria parte daquele grupo que alcançou “poder e prestígio social por integrar a corte do imperador”. (ALONSO, A., 2007 p 19). Ele faria parte da “aristocracia burocrática, chamada então ‘do talento’: homens sem grande lastro econômico, que faziam carreira no Estado.” (ALONSO, A., 2007 p 19). Nabuco de Araújo teria conseguido acesso a tal posição pela via matrimonial, a família da esposa seria a responsável, por abrir as portas da burocracia estatal para o pai de Joaquim Nabuco. (ALONSO, A., 2007 p 19). De modo que Nabuco de Araújo “ascendeu a quase todos os postos políticos relevantes e foi assimilado à sociedade corte – mas sem acumular patrimônio. Joaquim Nabuco nasceu, pois, numa família que compunha a aristocracia de segunda divisão.” (ALONSO, A., 2007 p 19).

Alonso ao enfatizar a que tipo de aristocracia pertencia a Família Nabuco de Araújo procurou indicar a complexidade da sociedade brasileira do Segundo Reinado, no sentido de tornar nítida alguma heterogeneidade das elites. De certa forma, a autora utilizou premissas semelhantes às aquelas empregadas por Maria Silvia Carvalho Franco para entender “os homens livres na ordem escravocrata” para pensar a composição das elites. (FRANCO, M. S. C., 1997). Cada uma destas autoras à sua maneira indicou que a sociedade brasileira apresentava divisões para além daquele entre pessoas livres e escravizadas, mesmo sendo esta divisão a base da organização social como permitem pensar os trabalhos de Mariza Corrêa, Wlamyra Albuquerque e Maria Clementina Pereira Cunha. (CORRÊA, M., 2001; ALBUQUERQUE, W., 2009; CUNHA, M. C. P. 2009). De primeira ou de segunda linha o fato é que a Família Nabuco de Araújo era bem estabelecida no mundo social do Segundo Reinado, elemento este que favoreceu a entrada de Joaquim Nabuco na cena política, bem como na intelectual.

A fortuna crítica acerca da vida e da obra de Joaquim Nabuco é vasta. Trabalhos e estudos sobre o autor vêm sendo realizados desde pelo menos o início do século XX. Como não é objetivo aqui fazer um levantamento exaustivo de tudo o que se produziu sobre Nabuco, optou-se por observar os textos mais recentes. A mobilização destes estudos se dá no intuito de melhor localizar as obras e os discursos parlamentares de Nabuco nos anos 1880.

Henrique Antonio Ré em *Progresso e utopia no pensamento antiescravista de Joaquim Nabuco: influências da economia política francesa e das teorias racialistas*. (2009) realizou uma detalhada análise acerca da produção sobre Nabuco. Ré procurou estabelecer os caminhos mais usuais para interpretação da obra nabucoana e neste processo fez um levantamento analítico dos estudos sobre Joaquim Nabuco. (RÉ, H. A., 2009 p 31-88). Deste modo, o autor localizou três correntes, predominantes, para a interpretação da produção nabucoana: 1 *Interpretações Nabuco: o libertador da raça negra*; 2 *Interpretação de Nabuco: o radical*; 3 *Interpretações de Nabuco: o liberal conservador*. (RÉ, H. A., 2009, p 31-88).

A primeira corrente interpretativa, segundo Ré, se estabeleceu logo após o falecimento de Joaquim Nabuco. Esta corrente teria corroborado, em grande medida, a imagem construída por Nabuco de si mesmo presente em *Minha Formação*. Assim,

A primeira vertente historiográfica que se dedicou ao pensamento e às ações de Nabuco começou a se formar logo após a sua morte, por volta de 1910. Num primeiro momento, ela produziu inúmeros necrológios e perfis biográficos, cuja publicação acontecia em jornais, periódicos e opúsculos. Tais textos memorialísticos tinham como finalidade precípua exaltar suas contribuições para a emancipação dos escravos, destacar suas atuações nas demandas diplomáticas internacionais, e divulgar seus trabalhos literários e historiográficos – sempre com o sentido de construir uma imagem positiva do homem que teria sido um dos maiores responsáveis pelo fim da escravidão no Brasil. (RÉ, 2009, p 34).

Esta vertente teria ainda um segundo momento, pois ao lado destas publicações “foram organizadas coletâneas de cartas e publicadas novas edições de suas obras.” (RÉ, 2009 p 34-35). E

Também foram editados trabalhos que permaneceram inéditos até então, como *A escravidão*, texto que foi publicado pela primeira vez em 1924 na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A seguir vieram as biografias de maior fôlego, como a de sua filha, Carolina Nabuco, em 1928, e depois as de Luiz Viana Filho e Celso Vieira, por volta de 1950. (RÉ, H. A., 2009 p 35).

Por essa época também surgiram, na ótica de Ré, “compilações de seus discursos na Câmara dos Deputados” e duas bibliografias. (RÉ, H. A., 2009 p 35). Henrique Ré, então, afirmou que “até aproximadamente os anos 1950, grande parte dos trabalhos devotados à sua memória apresentou, em linhas gerais, uma enorme semelhança em seus resultados, demonstrando uma grande sintonia de objetivos da parte dos historiadores-memorialistas.” (RÉ, H. A., 2009 p 36). E assim esta produção, para Ré, estava preocupada com a consagração da imagem do libertador da “raça negra” e isso se deu sem nenhuma ingenuidade. (RÉ, H. A., 2009 p 35-36). Esta tradição foi assim sintetizada por Ré:

[Os] seus primeiros intérpretes, embora estivessem mais propensos a trabalhar para a consolidação de sua imagem de abolicionista e de grande estadista, soube apreender uma de suas maiores preocupações, qual seja, a de minimizar os ódios e oposições gerados pela abolição entre os envolvidos no processo. Enfim, foram os que melhor compreenderam a sua preocupação com o “Esquecimento” da luta abolicionista. (RÉ, H. A., 2009, p 87).

A segunda corrente interpretativa: *Interpretação de Nabuco: o radical*. Formou-se, na visão de Ré, “a partir do final dos anos 1950 e início dos anos 1960 e foi se constituindo através de um conjunto de trabalhos, em sua maior parte realizados por acadêmicos vinculados à Universidade de São Paulo.” (RÉ, H. A.,

2009 p 45). “Dentre os principais autores que se agrupam ao redor dessa análise, pode-se destacar Paula Beiguelman, Fernando Henrique Cardoso, Antonio Candido e Emilia Viotti da Costa.” (RÉ, H. A., 2009 p 47). Estes trabalhos num primeiro momento não focaram a obra de Nabuco em si, mas a tomaram dentro de um conjunto de outras preocupações. Os estudos vinculados a esta tradição interpretativa que focaram com exclusividade a obra de Nabuco, segundo Ré, foram realizados “mais recentemente [por] Luiz Felipe de Alencastro e Marco Aurélio Nogueira.” (RÉ, H. A., 2009 p 47).

Desta tradição interpretativa surgiu o destaque ao Nabuco que colocava a escravidão como elemento organizador da sociedade brasileira. Esta leitura do intelectual pernambucano oferecia uma interpretação do Brasil que não passava pela indolência ou pela degeneração racial, mas sim pelo resultado de uma organização produtiva. (RÉ, H. A., 2009 p 45-46).

Deste modo, esta vertente historiográfica viu em Nabuco o pensador que fez da escravidão o fator explicativo central da incompletude da nação, à medida que mostrou como ela havia dado forma a todo o sistema de produção e, conseqüentemente, à estrutura social, econômica e política brasileira, assim como sua herança se tornara uma das responsáveis por obstruir a adoção plena das formas de vida capitalistas. (RÉ, 2009 p 47).

Outras características desta corrente interpretativa da obra nabucoana, segundo Ré, foram por um lado não ter deixado de mencionar o limbo ao qual foi lançado o ex-escravo e, por outro lado não teria percebido a coerência conservadora de Nabuco. A não percepção da coerência conservadora seria o elemento que facilitou o desenvolvimento da ideia da dualidade do intelectual pernambucano: um radical liberal reformista nos anos 1870-1880 e outro liberal conservador a partir dos anos 1890. (RÉ, H. A., 2009 p 45-72).

A observação do material referente à atividade parlamentar do intelectual pernambucano fez a posição de Ré parecer bastante pertinente, ou seja, as reformas propostas por Nabuco estariam alinhadas dentro uma perspectiva liberal conservadora. Ele desconsiderava, por exemplo, a participação popular, a não ser pelo voto. O voto constituiria o espaço de onde emergiriam as reformas necessárias, e estas deviriam vir sem sobressaltos, de cima para baixo, numa perspectiva bastante institucionalista, no sentido de que as instituições constroem a sociedade e não o inverso. Esta perspectiva interpretativa da obra de Nabuco também não abriu

espaço para o possível diálogo do autor com as teorias raciais tão presentes no seu momento de atuação política e produção intelectual.

Esta tradição foi sintetizada da seguinte maneira por Ré, numa relação com os primeiros e as primeiras intérpretes da obra nabucoana:

(...) os estudiosos do período seguinte procuraram analisar seu pensamento tendo como pano de fundo a construção da nação – de fato, a maior preocupação de Nabuco. Nessa perspectiva, ele foi entendido como um dos principais responsáveis pelo delineamento de um programa de reformas com vistas à inserção do país nos moldes de uma sociedade moderna, tal qual o liberalismo e o capitalismo vinham construindo na Europa e nos Estados Unidos. Para esses intérpretes, o mais importante em Nabuco foi sua percepção de que a escravidão barrava o progresso do país. Eles, porém, entenderam que o abolicionista, embora não tivesse escapado de deslizes raciais, havia suplantado esses preconceitos através de suas propostas de reforma agrária e inserção do ex-escravo na nova sociedade. (RÉ, H. A., 2009 p 88).

Ré alocou nesta tradição de interpretação a obra de Marco Aurélio Nogueira, assim ela compartilharia das qualidades e defeitos da perspectiva. Nogueira, para Ré, teria deixado de perceber o sentido conservador da postura conciliatória das considerações nabucoanas. Entretanto, crê-se aqui que o destaque dado por Nogueira ao caráter conciliador das considerações nabucoanas é bastante relevante, pois o *agir político* era composto da postura conciliatória, portanto, animar a escravaria na campanha abolicionista poderia ser algo a acirrar os ânimos daí que a mesma fosse conduzida por outras pessoas. De modo análogo pode ser pensada sua ambigüidade no trato com as teorias raciais, que poderiam ter o mesmo efeito – ser anticonciliatórias. (NOGUEIRA, M. A., 2010).

A terceira vertente interpretativa elencada por Ré, *Interpretações de Nabuco: o liberal conservador* seria a

(...) mais recente e integra[ria] um conjunto de trabalhos cuja preocupação central parece consistir numa melhor definição do papel histórico desempenhado pelas classes subalternas nas lutas por seus próprios interesses. Além disso, essa corrente historiográfica efetua uma releitura do processo que culminou na abolição e procede a uma avaliação do papel desempenhado por alguns dos nomes mais ilustres que participaram deste certame. (RÉ, H. A., 2009 p 74).

Assim, sob esta perspectiva:

Nabuco não é mais visto tão somente como o grande intérprete da escravidão no Brasil ou como quem soube analisar os avanços do

liberalismo e percebeu os desafios que eram lançados ao país no que dizia respeito à necessidade de modernização das formas de produção e das relações sociais. Além de ser visto como um dos grandes responsáveis pela feição que a abolição assumiu no Brasil, ele surge como um abolicionista que, embora buscasse efetivamente a libertação dos escravos, procurava, em primeiro lugar, preservar o *status quo* dominante, não colocando verdadeiramente em questão a destruição da estrutura social hierarquizada e espoliadora, montada pelo regime escravista. (RÉ, H. A., 2009 p 74).

Com efeito, sob tais circunstâncias tornou-se inviável não abordar a relação de Nabuco com as teorias raciais, coisa que as outras duas tradições não fizeram. Os principais autores e autoras desta vertente seriam para Ré: Célia Maria Marinho Machado, Maria Alice Rezende de Carvalho, Maria Helena Machado, Izabel Andrade Marson e Antonio Penhalves Rocha. (RÉ, H. A., 2009, p 75). A perspectiva interpretativa lançada por estas autoras e autores foi assim sintetizada por Henrique Antonio Ré,

[este] grupo de estudiosos de Nabuco, embora reconhecendo seu comprometimento com a causa da libertação dos escravos, vê em sua militância uma preocupação muito maior com o futuro dos senhores que com o dos próprios escravos. Tal posição não decorreria simplesmente de uma afeição por sua classe social, mas envolveria uma concepção prévia a respeito da idéia de país que se queria ver implantada e de uma noção racial, formada a partir das teorias científicas em voga na época. Interessante apontar ainda que essa releitura de Nabuco teve de enfrentar primeiro o desafio de questionar toda a construção histórica que blindou o nome do antiescravista, para a partir daí investigar a efetividade de sua participação na luta contra a escravidão e avaliar o teor de suas propostas. Essa última perspectiva sugere, portanto, que se analisem as propostas Joaquim Nabuco para a abolição tal como elas foram apresentadas, ou seja, na relação que elas mantiveram com o ideário de progresso – visado com as medidas liberais –, na relação próxima que elas também estabeleceram com as teorias científicas e como uma tentativa de reordenamento social, que não abalasse as bases estruturais do país nem colocasse em xeque a divisão de poder, e que, concomitantemente, possibilitasse a adoção dos padrões e das formas de vida da sociedade liberal. (RÉ, H. A., 2009 p 88).

De fato a perspectiva aqui esposada encontrou mais ressonância nesta terceira tradição interpretativa da obra nabucoana. Isto porque nesta tradição Nabuco é colocado mais “dentro” do seu tempo, no sentido de alguém que concluiu o curso de Direito na Faculdade de Direito do Recife, que produziu seus textos com algum diálogo com o “bando de ideias novas” que haviam ingressado no Brasil a partir dos anos 1870. Ou seja, um intelectual e um político que fazia uso da linguagem, dos conceitos, das teorias de seu momento.

Ao se seguir por este caminho, o de admitir um Joaquim Nabuco intelectual e político, político e intelectual entendeu-se que ele operava no seio de duas formas de *agir* distintas. Pois, mesmo com o relativo amálgama entre as elites intelectuais e políticas, da proximidade dos comportamentos, a atividade política e a intelectual possuíam um *agir* diferente, portanto, considerações como as propostas por Marco Aurélio Nogueira foram utilíssimas. Nogueira permitiu localizar, com maior nitidez, Nabuco operando no interior do *agir político* por meio da postura conciliatória de sua ação.

Por sua vez a tese de doutoramento de Henrique Antonio Ré, *Progresso e utopia no pensamento antiescravista de Joaquim Nabuco: influências da economia política francesa e das teorias racialistas*, bastante visitada até agora, foi bastante útil por ser um dos poucos trabalhos a colocarem as teorias raciais como parte do pensamento nabucoano. Um Joaquim Nabuco compartilhando das teorias raciais não seria uma discrepância e ou uma excentricidade, já que elas faziam parte da linguagem do *espaço intelectual*, portanto, do *agir intelectual*.

3.2 Joaquim Nabuco: político e intelectual

A questão do elemento servil, como era denominada o tema da escravidão nos idos de 1880, vinha sendo levada, nos termos do ditado popular, em “banho Maria” desde a *Lei de 1871*, a *Lei do Ventre Livre*. A situação adquire novos contornos com ascensão ao Parlamento da *Décima Sétima Legislatura* em 1878. O tema da mão-de-obra escrava ganhou outro fôlego no Parlamento em muito graças à atuação de Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo. O deputado por Pernambuco trouxe novamente a questão da escravidão para a pauta parlamentar, apesar do mesmo creditar o feito ao deputado pela Bahia Jeronymo Sodré Pereira. Joaquim Nabuco fez o crédito a Jeronymo Sodré na resposta a interpelação do deputado Manoel Pedro em oito de outubro de 1879, conforme apresentado na sequência.

A pauta da emancipação dos cativos associava-se à situação da lavoura com o trabalho livre, quem seriam os “braços da lavoura” sem os escravos, e isto se vinculava com o tema da imigração para o Brasil.

3.2.1 A imigração chinesa para o Brasil segundo Joaquim Nabuco

O tema da imigração para o Brasil era uma pauta recorrente no Parlamento e na política imperial e sempre carregou consigo a discussão em torno de quem seriam os imigrantes bem vindos. O desejo desde os princípios do império foi o de atrair imigrantes europeus com características campesinas. No entanto, em meados do século XIX circulavam ideias para trazer pessoas doutras partes do mundo, bem como ideias sobre a viabilidade da atração de trabalhadores estrangeiros, não necessariamente europeus, sob contrato – os *coolies*. Este cenário se acirrou nos anos 1880 quando a ideia de buscar imigrantes chineses ganhou relativa força entre as elites, estas pessoas viriam para suprir a “falta de braços para a lavoura” e para substituir o “braço escravo”.

A imigração chinesa para o Brasil foi o que levou o deputado Joaquim Nabuco à tribuna do Parlamento por duas vezes no início do mês de setembro de 1879, mais precisamente nos dias primeiro e três de setembro. A intervenção inicial do deputado, em primeiro mandato, foi em resposta à interpelação realizada pelo colega de Parlamento representante da Província da Paraíba, Manoel Pedro. A interpelação em questão versava sobre a posição do deputado Nabuco com relação à concessão ou não de autorização para a imigração de mão-de-obra chinesa para a agricultura brasileira. O debate parlamentar em torno da imigração chinesa é um dos poucos momentos onde se pode verificar uma utilização política das teorias raciais e justamente nos discursos de Joaquim Nabuco. Anos mais tarde a forma como Nabuco se colocou diante das teorias raciais será bastante distinta, menos direta, mais ambígua e porque não dissimulada.

No discurso do dia primeiro setembro asseverou o deputado por Pernambuco,

O SR. JOAQUIM NABUCO – Mas, senhores, não se trata simplesmente de travar relações com a China, de aproximar dois dos maiores impérios do mundo; trata-se de uma verdadeira emigração asiática para o Brasil, e essas relações diplomáticas que se quer abrir não têm outro fim, não têm outro intuito senão mongolizar o nosso país. (NABUCO, J., 2010 p 215).

O que foi prontamente respondido nos seguintes termos pelo deputado mineiro: “O Sr. *Galdino das Neves* – Ele já não está pouco mongolizado.” (NABUCO,

2010 p 215). Nabuco, logo depois dessa interrupção continua o seu discurso descrevendo a forma como ele percebia a China:

O SR. JOAQUIM NABUCO – A China, eu suponho, é um país muito diverso daquilo que nos representam os seus emigrantes. Não se pode compreender que uma máquina política dessa ordem tenha sobrevivido por tantos anos aos grandes impérios ocidentais sem que haja nas suas bases, nos seus alicerces, qualidades dignas de manter, de sustentar uma grande nação. Não se pode supor que a China, cuja civilização perdesse na noite dos tempos, cuja agricultura, no dizer de Cobden, chegou à perfeição de tornar-se horticultura; que era governada por uma legislação territorial admirável antes que os Gracos pensassem em promover a Lei Agrária no fórum romano; que construiu a sua grande muralha antes que Adriano pensasse em defender com a dele o Império; que destruiu o feudalismo antes de este aparecer, na Idade Média, a tomar posse do ocidente da Europa com os seus feudos, os seus barões e os seus castelos; não se pode supor que um grande império, dessa força, dessa organização, dessa vida, cujas origens são imemoriais, não tenha realmente muita vitalidade própria e não seja alguma coisa muito diversa dessa nação decrépita e dessa raça que todos os dias se nos descreve como condenada a desaparecer. (NABUCO, J., 2010 p 215).

Nabuco buscou destacar a força da civilização chinesa, suas qualidades, para em alguma medida, invalidar os argumentos de que a China seria uma civilização, uma raça em decadência. Para o deputado por Pernambuco uma civilização que “chegou perfeição” “em horticultura”, “governada por uma legislação territorial admirável” e “que destruiu o feudalismo antes de este aparecer, na Idade Média, a tomar posse do ocidente da Europa com os seus feudos, os seus barões e os seus castelos” detinha muita vitalidade sendo “alguma coisa muito diversa dessa nação decrépita e dessa raça que todos os dias se nos descreve como condenada a desaparecer.” (NABUCO, J., 2010 p 215).

A argumentação de Nabuco neste momento estava em consonância com a linguagem e postura intelectual do momento. Raça e civilização foram tratadas dentro de premissas semelhantes àquelas utilizadas por Gobineau e Taine. A civilização e o estado de civilização eram admitidos como produtos da raça. No pensamento oitocentista, notadamente, na segunda metade do século, essa correlação raça e civilização, civilização e raça era usual.

Ao admitir a China nestes termos Nabuco afirmou que foi

(...) por isso que a China tem sobrevivido aos grandes impérios, ao Egito, à Assíria, à Pérsia, à Grécia, à Roma, e tem sobrevivido guardando a sua religião, os seus costumes, as suas tradições, as suas leis, há de haver alguma coisa de muito especial na natureza desse povo, que não deve

passar despercebida para nós que vamos entrar com ele em contato, que pode talvez ser-nos funesto. (NABUCO, J., 2010 p 215).

A forma como o deputado pernambucano percebia a China o conduziu a projetar que nas possíveis relações entre Brasil e China, o primeiro estaria em desvantagem. A civilização e a raça chinesa tenderiam a “engolir” a brasileira, nesta direção diz ele:

Senhores, eu não quisera neste momento fazer um paralelo entre a China e o Brasil; ambos esses países possuem imensos territórios; são dois dos maiores Impérios do mundo; ambos têm à sua frente um governo patriarcal; em ambos o imperador é, como se diz na linguagem oficial da China, o pai e a mãe do povo; ambos têm os seus mandarins, a sua organização especial e, todavia, eles se distinguem por duas qualidades opostas. A China leva ao extremo o respeito das suas tradições, dos seus antepassados, da sua história; nós procuramos tomar a tangente do passado; tudo aqui está em evolução, ao passo que lá tudo está, por assim dizer, petrificado. (NABUCO, J., 2010 p 215-216).

A tradição chinesa concomitantemente conferiria força a esta civilização e a petrificava. A força da tradição impedia, na visão de Nabuco, o diálogo com o progresso, com a evolução. Este movimento causava imenso temor no deputado por Pernambuco: ele temia que imigração chinesa viesse a “petrificar” o Brasil.

A China é uma nação velha, nós somos uma nação nova; ela tem um enorme passado, nós não temos senão um grande futuro.
Postas em contato duas nações tão diversas, aproximadas uma da outra, duas civilizações tão opostas, a Câmara não me levará a mal que pergunte o que vai sair dessa aproximação e me desculpará o tempo que me for preciso para estudar a nova imigração. (NABUCO, J., 2010 p 216).

A questão colocada por Nabuco passa, então, pelo temor de em uma concorrência entre o passado chinês, consolidado, forte, conhecido poderia vir a suplantado um futuro brasileiro a se fazer, desconhecido, em aberto. A imigração chinesa, na concepção de Nabuco, teria a capacidade de bloquear o futuro ao Brasil. Argumentação nabucoana estaria em consonância com o pensamento corrente no século XIX e que fora sintetizado, em alguma medida, pelo Conde Gobineau. Este havia organizado no *Essai sur l'inégalité des races humaines*, entre outras ideias, que no contato entre uma raça, uma civilização mais “avançada” e uma mais “atrasada” a tendência “normal” seria a primeira eliminar a segunda. Contudo, nestes processos sempre é possível ocorrer tanto à miscigenação quanto à mestiçagem e

em isto acontecendo ter-se-ia a raça, a civilização mais “atrasada” absorvendo a mais “adiantada”.

Com efeito, ao seguir por searas como estas, o deputado por Pernambuco indagou acerca da necessidade da imigração chinesa. E isto se fez nos seguintes termos:

Pergunto em primeiro lugar se o chim é preciso, se é reclamado pela nossa lavoura, se é conveniente, se é um elemento de progresso, se é a solução que o nobre presidente do Conselho queria achar para a sua pergunta: qual o meio de substituir ou de preencher a falta de braços? – e depois me reservarei para mostrar que o chim não pode vir para o Brasil sem que a população de origem europeia e a que essa tem assimilado a si desapareça; sem que dentro em pouco tempo aquelas porções do país despovoadas pela imigração chinesa se tornem verdadeiras povoações mongólicas. (NABUCO, J., 2010 p 216-217).

Não parece ser exagero notar seja na visão apresentada por Nabuco sobre o possível contato entre Brasil e China, seja em sua indagação sobre a necessidade da imigração chinesa certa utilização do conceito da sobrevivência do mais apto, numa acepção mais geral. Pois, o “o chim não” poderia “vir para o Brasil sem que a população de origem europeia e a que essa tem assimilado a si desapareça” isso para as áreas povoadas, para “aquelas porções do país despovoadas pela imigração chinesa” tornar-se-iam “verdadeiras povoações mongólicas.” Localizar este tipo de reflexão em Nabuco não significa necessariamente afirmar que ele era um evolucionista ou um gobineauriano, mas sim informar que o deputado pernambucano detinha conhecimento das ideias de sua época e que ele utilizava a linguagem comum e normativa do momento.

Joaquim Nabuco, no intuito de convencer o Parlamento do perigo da imigração chinesa flertou com argumentos bastante próximos àqueles defendidos pelas teorias raciais. A ideia de mongolização como mobilizada pelo deputado pernambucano é passível de ser entendida dentro de, pelo menos, duas dimensões: a mongolização pela miscigenação e ou pela sobrevivência do mais apto. E ambas podem ser relacionadas com os postulados racialistas.

O raciocínio nabucoano lembra ainda mais as considerações racialistas em outro momento do mesmo discurso proferido no dia primeiro de setembro de 1879.

Na luta da existência, colocado o chim ao lado do branco ou do negro, colocado ao lado de todos os mestiços que possa haver no país, o chim forçosamente, por leis naturais que vou expor, acabará por tornar-se, dentro

de um prazo de tempo que só nos restaria calcular, o senhor deste país, como ele espera ser o último habitante do mundo. (NABUCO, J., 2010 p 216).

A passagem não define, evidentemente, Nabuco como um racista, entretanto ela demonstra como a linguagem embasada nas teorias raciais era recorrente entre as elites brasileiras. Ademais, é plausível inferir que mesmo sem ser um racista Nabuco era conhecedor do significado dos argumentos utilizados. Assim, eles não teriam sido escolhidos aleatoriamente, ao contrário, a opção por eles se daria, justamente, por eles serem amplamente reconhecidos pela plateia.

Desta feita, o deputado pernambucano seguiu afirmando no discurso de primeiro de setembro de 1879:

Capaz de aumentar os recursos da alimentação do nosso país tanto ou, senão, quase tanto como as raças europeias que para ele emigrassem, e mais do que as raças que nela habitam, o *chim* tem, sobre todas, essas vantagens, de poder fazer uma economia onde elas forçosamente fazem um desperdício.

O Sr. Felício dos Santos – É exato. (NABUCO, J., 2010 p 234).

A semelhança dos argumentos desta passagem àqueles presentes nas teorias raciais é bastante grande: “o *chim*” a sua raça teria o “poder fazer uma economia” onde as outras raças presentes no Brasil faziam desperdícios. Da forma como o pensamento foi organizado no interior do discurso, a interpretação de que a capacidade de fazer economia de uns e a de desperdício de outros fosse algo da essência das pessoas, algo de fundo biológico, não parece ser despropositado.

Na sequência o raciocínio de Nabuco apresentou a seguinte reflexão:

O SR. JOAQUIM NABUCO – E se a lei de Malthus é lei verdadeira; se o homem em toda parte multiplica-se, como ele diz, na progressão geométrica, sempre mais depressa que os meios de subsistência, que vão na progressão aritmética, os chins, aplicando ao Brasil a argumentação do Sr. Dee, de todos os que podem vir para a concorrência da vida, são aqueles que mais mal nos podem fazer, porque, ao passo que hão de multiplicar a nossa produção, podem fazer uma economia de subsistência, uma economia de alimentação, que nenhuma outra raça pode fazer. (NABUCO, J., 2010 p 234).

Neste ponto do discurso de primeiro de setembro de 1879 o possível flerte com as teorias raciais é menos nítido. A capacidade de economia atribuída aos chineses é possível de ser interpretado tanto como uma característica sócio-cultural, independente da raça, quanto o inverso. Isto porque o deputado pernambucano

afirmou que os chineses poderiam “fazer uma economia de subsistência, uma economia de alimentação, que nenhuma outra raça pode fazer.” (NABUCO, J., 2010 p 234). Apesar da pouca nitidez do sentido do termo raça aqui, acredita-se que sua utilização não se deu ao acaso. A palavra teria um sentido compartilhado que eximiria o orador de explicá-la. O sentido em questão seria, possivelmente, aquele usual da segunda metade do século XIX, que pode ser caracterizado pelas palavras de Taine já mencionadas anteriormente e retomadas agora: “O que se chama de raça são essas disposições inatas e hereditárias que o homem traz consigo, e que vão unidas em comum marcando as diferenças de temperamento e estrutura corporal.” (TAINE, H., 1866 p xxiii; 1945 p 15-16).

Ao combater a proposta de imigração chinesa para o Brasil o deputado Joaquim Nabuco apresentou elementos passíveis de serem associados às teorias raciais, aliás, como fazia a maioria de seus contemporâneos. Fato este que mais do que revelar uma excepcionalidade de Nabuco denotou sua consonância com as formas de pensar de sua época. Essa consonância do pensamento nabucoano com o de seus contemporâneos ocorre, evidentemente, em outros momentos. Ainda no discurso de primeiro de setembro de 1879 é localizável um Nabuco bastante próximo de outro ex-aluno da Faculdade de Direito do Recife, Sílvio Romero.

Disse Nabuco:

É por isso que, por exemplo, quero ainda aproveitar-me de uma parte da demonstração do Sr. Dee, aplicando-a ao Brasil. O negro e o branco, vivendo misturados socialmente durante séculos, o sangue preto naturalmente tenderá a ser eliminado no sangue branco, ou a desaparecer, cedendo essa raça o campo a outra mais preparada para a luta da vida, porque, como muito bem diz o escritor a quem me refiro em toda esta parte do meu discurso, o negro tem a alimentação abundante do selvagem, tem a mesma despreocupação do dia seguinte, e não aprendeu a preparar-se para ele senão no regime de descuido pessoal, de abandono, de confiança nos outros, que se chama escravidão. (NABUCO, J., 2010 p 234-235).

A semelhança de raciocínio entre Nabuco e Romero acerca da preponderância dos caracteres brancos no processo de miscigenação é indicativa de como as teorias raciais eram correntes entre as elites políticas e intelectuais do Brasil em fins do século XIX. Contudo, a mobilização e utilização destas teorias eram oscilantes, movimentavam-se conforme o momento e lugar. Anos mais tarde, fora do Parlamento, e buscando dar o tom do movimento abolicionista em *O Abolicionismo* (1883), Joaquim Nabuco não falou em termos de desaparecimento

desta ou daquela raça nem a eliminação, mas em “união das raças na liberdade”. (NABUCO, J., 2001 p 38). Nesta mesma obra dizia Joaquim Nabuco que: “a raça negra não é, tampouco, para nós uma raça inferior”. E raça negra seria admitida ainda como “um elemento de considerável importância nacional, estritamente ligada por infinitas relações orgânicas à nossa constituição, parte integrante do povo brasileiro.” (NABUCO, J., 2001 p 39).

Os termos da “união das raças” e da “integração” da raça negra ao povo brasileiro são pouco nítidos. A inclusão poderia ser muito bem pela diluição da população negra pela miscigenação, por exemplo, no sentido mais biológico da assertiva que “o sangue preto naturalmente tenderá a ser eliminado no sangue branco” ou se trataria de uma inclusão hierárquica: todos inseridos, mas cada qual no seu lugar. Ou ainda ambas as situações. No entanto, é interessante destacar que diferentemente dos discursos sobre a imigração chinesa, *O Abolicionismo* possuiu um caráter conciliador bastante forte. A obra buscou indicar que o encontro de raças que se deu no Brasil até aquele momento estava relativamente estabilizado e não havia gerado uma “guerra entre as raças”. Assim, de forma geral, não existiria uma animosidade racial, argumento este provavelmente mobilizado para convencer as elites senhoriais da viabilidade do abolicionismo, pois o fim do escravismo não levaria o país a conflito aberto entre as raças.

Por sua vez, a função dos discursos sobre imigração chinesa era outra, praticamente o inverso do que se lê em *O Abolicionismo*. Os discursos procuravam criar uma situação de animosidade racial para impedir a “mongolização” do Império. A justificativa do deputado Nabuco para os argumentos utilizados na discussão sobre a imigração chinesa para o Brasil foi exposto da seguinte maneira:

Senhores, eu trouxe estas razões propriamente fisiológicas para mostrar que fatalmente, dada a coabitação por algum tempo, por exemplo, de 400.000 *chins*, que se importassem para o Rio de Janeiro ou para São Paulo, e de 1.000.000 de brancos e 2.000.000 de pretos, a seleção podia ser lenta, as lutas podiam ser horríveis, podiam formar-se ódios invencíveis, mas o tipo mongólico havia de predominar, e só nos restaria calcular o tempo em que a nossa civilização progressiva e ocidental teria que tornar-se uma civilização imóvel e asiática. (*Há um aparte.*)

Não receio isto por ora, mas quando falei aqui a primeira vez, eu disse que Salvador Correia de Sá, ao mandar vir os primeiros africanos, não julgava que ia lançar no caráter do nosso povo, no modo, por assim dizer, por que se está desenhando o futuro da nossa pátria, um elemento tão permanente, tão constante, tão funesto como foi a escravatura.

Realmente os primeiros *chins* serão poucos, mas se esses derem-se bem, hão de vir outros, e com eles há de vir a sua civilização, acabando por

constituir-se para eles na América do Sul uma nova pátria. No princípio podia não acontecer assim, mas hoje, onde eles vão, fundam uma pátria chinesa. (NABUCO, J., 2010, p 234-236).

Os argumentos em torno da capacidade de uma raça absorver outra e ou de resistência a isto foram mobilizados pelo deputado Nabuco contrário à imigração chinesa para Brasil. O pronunciamento do dia três de setembro de 1879 traz maior nitidez à questão:

O SR. JOAQUIM NABUCO – Por que é que estes países, de origem saxônica, que não temem a competência de raça alguma, qualquer que ela seja, quaisquer que sejam seus hábitos e costumes, por que é que a Austrália e os Estados Unidos põem um obstáculo tão enérgico à onda invasora do mongolismo? (*Apartes.*)

Iremos buscar exemplos em Cuba, onde, segundo as palavras do Marechal Serrano, o comércio dos chins tornou-se um verdadeiro tráfico de escravos, onde a locação de serviços do chin tornou-se uma escravidão asiática enxertada na escravidão africana? Iremos buscar exemplos no Peru?

Mas o Peru importava *coolies*, é exato, 80.000, sob o sistema do tráfico que S.Exa. condena, sob o sistema do tráfico contra o qual se levantaria o país todo, como se levantou contra o tráfico dos negros. (NABUCO, J., 2010 p 244).

Nabuco aqui atacava a importação dos trabalhadores chineses por entender que o mecanismo operava como outra forma de escravidão. Entretanto, conjuntamente a esta posição, o deputado pernambucano vincula as supostas capacidades de absorção e de resistência à absorção das diferentes raças. Não parece ser descabido interpretar o primeiro trecho da passagem citada nos seguintes moldes: se os países de origem saxônica que não temeriam a “competência de raça alguma”, como Estados Unidos e Austrália evitavam a imigração chinesa, mesmo sendo detentores de uma suposta capacidade elevada de resistência à “mongolização”, localidades como o Brasil também deveria fazê-lo ainda de maneira mais intensa, justamente por não terem uma origem “forte” e ainda estarem em formação.

Assim, no jogo parlamentar Nabuco trabalhou associando a imigração chinesa a conformação de outro tipo de escravidão. Concomitante a isso o deputado fez uso de posturas com alguma inspiração racista, sobretudo, aspectos relacionados à concorrência entre as raças.

O Peru importou *coolies*, operários contratados, mas quando deixou de fazer esses contratos que davam lugar a fraudes escandalosas, depois de ter renovado, todavia, com a China o seu tratado em 1874, como o nobre

ministro quer fazer, por que é que a imigração espontânea não deu resultado algum? Por que é que o Peru, quando fez com uma casa importante de Hong Kong, Olyphant & Comp., um contrato para a imigração chinesa, os vapores chegaram ao porto de Calhau, carregados, é verdade, de mercadorias chinesas, mas sem ter a bordo um só imigrante? É que a Inglaterra, Portugal, o mundo inteiro, a China, sobretudo, viram que os súditos chineses tinham ido ao Peru sujeitar-se a uma nova forma de escravidão. (NABUCO, J., 2010 p 244).

A possibilidade de outro tipo de escravidão disfarçada de imigração foi acionada para dissuadir o Parlamento da ideia de promover a imigração chinesa. Conjuntamente a isso se trabalhou a ideia da capacidade chinesa de se sobrepor às populações locais, notadamente, da América não saxônica, assim sendo ele seguiu afirmando no mesmo discurso:

S.Exa., porém, citou as palavras do Conde d'Ursel. Mas o que tem sido o chim no Peru?

É exato que o chim até agora viveu em um estado muito vizinho à escravidão, fazendo os trabalhos das plantações de cana, mas eles estão hoje habitando as cidades, enchendo as ruas de Lima. S.Exa. deve saber que a nova emigração chinesa no Peru não é composta somente de *coolies*, mas também de banqueiros, de industriais e comerciantes. Seria impossível supor que, vindo para o Rio de Janeiro 100.000 ou 200.000 chins, não se estabelecessem logo casas de comércio chinesas, relações entre a China e o Brasil, entre Xangai e o Rio de Janeiro, por exemplo, correspondentes às necessidades dessa imensa população. Convém notar que no Peru, se os emigrantes não vêm acompanhados de mulheres chinesas, misturam-se com a população índia, permanecem no país onde formam já famílias e, sendo no Peru muito conhecido o mestiço de *chim* e índia, ou chola, mostram a maior tendência para desenvolver-se como um elemento de população. (NABUCO, J., 2010 p 244-245).

A fala do deputado pernambucano buscava desenvolver o temor à “mongolização”. A utilização do exemplo do Peru parece ser algo para além de se trazer uma evidência empírica de “mongolização”. A forma como foi descrito o fenômeno miscigenação entre a população local com imigrantes da China no Peru assemelha-se ao processo de “africanização” do Brasil, tema trabalhado por Nabuco anos mais tarde em *O Abolicionismo*. As diferenças no argumento, todavia, indicam que no processo de africanização os caracteres brancos tenderiam a prevalecer, mas no caso da “mongolização” isto não seria garantido. No discurso de três de setembro figura ainda a seguinte passagem:

Mas, o nobre ministro disse que havia uma deplorável contradição no que eu dissera, pretendendo que uma raça inferior pudesse absorver raças superiores; que era preciso que voltássemos à escola, e que este Parlamento não desse o triste espetáculo de um colégio de meninos, onde

não se sabe que, pela lei da seleção natural, uma raça inferior não pode absorver raças aperfeiçoadas.

Pois, eu direi ao nobre ministro: a história do mundo é a prova de que raças mais inteligentes, mais brilhantes, postas em contato com raças inferiores, são muitas vezes vencidas e sucumbem. Não é o grau de civilização que perpetua a raça. A prova está na civilização ateniense, que desapareceu ao contato dos bárbaros; a prova está na civilização romana, que por sua vez cedeu diante da invasão; a prova está na conquista normanda da Inglaterra e na sua história. Senhores, o que dá o triunfo no combate pela vida não são as qualidades intelectuais, o caráter e o coração de uma raça, a sua arte, a sua literatura; não são os relances do gênio. O aumento da população no nosso planeta está sujeito a causas certas que é quase sempre possível reconhecer, e uma raça que puder subsistir e propagar-se facilmente em condições, em um meio em que outra lenta mas necessariamente só puder perecer, terá por fim a vantagem no combate da vida; é dessa que se pode dizer que tem mais vitalidade. (NABUCO, J., 2010, p 245).

Neste pronunciamento Nabuco fez uso da linguagem de época, aquela que era comum e normativa nos círculos intelectuais, foram adotadas premissas evolucionistas, a ideia de seleção natural e a percepção da miscigenação pelo viés gobineuariano. Tal situação não revela nada de excepcional, como se vem afirmando, apenas que Joaquim Nabuco estava sujeito às formas de pensar disponíveis à sua época. Em outra passagem da fala de três de setembro:

Perguntei em primeiro lugar se os chins eram reclamados pela lavoura e provei que não. A lavoura do Norte não os quer, a lavoura do Sul não os pediu. Mas, sendo os *chins* reclamados pela lavoura, serão eles convenientes? Não, por muitos motivos: etnologicamente, porque vêm criar um conflito de raças e degradar as existentes no país; economicamente, porque não resolvem o problema da falta de braços; moralmente, porque vêm introduzir na nossa sociedade essa lepra de vícios que infesta todas as cidades onde a imigração chinesa se estabelece; politicamente, afinal, porque, em vez de ser a libertação do trabalho, não é senão o prolongamento, como até disse o nobre ministro, do triste nível moral que a caracteriza e a continuação ao mesmo tempo da escravidão. (NABUCO, J., 2010, p 242).

A imigração chinesa traria ao Brasil um conflito de raças que não existia, segundo sua percepção da sociedade brasileira. Esta forma de entender a sociedade brasileira foi, como mencionado, desenvolvida com maior vagar anos mais tarde em *O Abolicionismo*.

3.2.2 O elemento servil

Como indicado no início da seção à discussão sobre a imigração pode ser compreendida como uma das faces do debate sobre o elemento servil. Outra face seria a alteração sobre o elemento servil em si, a sua emancipação ou não. E nesta matéria Joaquim Nabuco teve papel destacado no Parlamento. Para Joaquim Nabuco ele próprio não teria sido o precursor da retomada do tema do elemento servil na Câmara durante a *Décima Sétima Legislatura*. O deputado pernambucano, como mencionado, auferia este pioneirismo para o deputado Jeronymo Sodré. Na resposta à interpelação realizada pelo deputado Manuel Pedro em oito de outubro de 1879, Nabuco afirmou:

O nobre deputado pela Paraíba [Manoel Pedro] não teria feito a interpelação que se discute se lhe tivessem dado a palavra sobre o crédito votado. Houve um encerramento prematuro que não permitiu que esse projeto fosse melhor discutido pelos legisladores brasileiros, mas que esta questão precisa ser discutida, a prova está nos diversos modos por que o plano do governo, quanto à imigração chinesa, tem sido apresentado ao Parlamento. A princípio, o que se dizia? Que era preciso dar satisfação ao congresso agrícola; desempenhar o governo da promessa que tomou de que na administração liberal tudo seria feito para impedir a ruína da grande propriedade. Não seria arruiná-la permitir o desenvolvimento que está tendo, e a conquista que, como a gota d'água no granito, está fazendo no país a ideia da emancipação? É claro, senhores, que uma propriedade territorial fortemente constituída sobre a base da escravidão só pode ver o desempenho da palavra do governo em medidas que impeçam o movimento abolicionista.

O Sr. Jerônimo Sodré – Neste ponto divirjo de V.Exa.: o movimento não é para retardar a emancipação, e não sou suspeito.

O SR. JOAQUIM NABUCO – V.Exa. diz bem que não é suspeito, e se quer que lhe renda uma homenagem...

O Sr. Jerônimo Sodré – Não foi para isto que falei.

O SR. JOAQUIM NABUCO – ...dir-lhe-ei que, nos anais da presente sessão legislativa, o nome de nenhum deputado há de figurar com mais brilho, do que o seu, porque foi V.Exa. que primeiro levantou neste recinto corajosamente a bandeira da emancipação. (NABUCO, J., 2010, p 277).

É possível que Nabuco estivesse se referindo à manifestação de Jeronymo Sodré de vinte e um de março de 1879, quando o deputado pela Bahia proferiu:

O SR. JERONYMO SODRÉ: - Eu responderei ainda ao aparte do nobre deputado: isto prova apenas que a lavoura do sul está em plena decadência e acobertada, por ora, com o manto da aparência (*apoiados e não apoiados*); como eu já disse aqui, esta absorção constante dos braços escravos a custa da emissão dos bancos (*apoiado e não apoiados*) demonstram, a toda luz, a verdade da asserção.

Senhores, não nos enganemos: a grande propriedade que repousa sobre o elemento servil, é a estátua de bronze, que Nabucodonosor viu em sonho, estátua de bronze com pés de barro! A pedra já começou a rolar da montanha e, brevemente, tenho fé em Deus, há de tocar o pé do colosso e há de derribá-lo por terra! (*apoiados, não apoiados*). (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo III, 1879 p 118).

Mas foi Nabuco quem mais insistiu com o tema da escravidão na *Décima Sétima Legislatura*. De modo que em 1880 ele tentou apresentar um projeto para por fim à escravidão no Brasil. Segundo a análise de Jaci Maria Ferraz de Menezes, em *Abolição no Brasil: a construção da liberdade* Jaci Maria Ferraz de Menezes seriam:

(...) os seguintes os pontos principais do projeto: Cessação imediata da compra e venda de cativos e em consequência, fim do tráfico interprovincial; As associações organizadas para emancipar escravos receberiam terras, para o estabelecimento de colônias de libertos; Proibição da separação das mães de seus filhos, para serem alugadas como amas-de-leite, como criadas ou outro fim; Liberação imediata dos escravos mais velhos, doentes, cegos ou comprovadamente nascidos na África (veja-se que, mesmo que fossem recém-nascidos ao chegar aqui, as vítimas do tráfico ilegal, ingressados a partir de 31, já estariam, naquela data, com pelo menos 50); Os irmãos mais velhos dos “ingênuos” seriam libertados em dois anos; Proibia-se o uso de ferros, correntes, bem como qualquer forma de castigo corporal; O ensino primário seria estabelecido, para os escravos, em todas as vilas e cidades, com os proprietários sendo obrigados a enviar todos seus escravos e ingênuos para as escolas, a fim de que adquirissem um conhecimento de leitura, escrita e de “princípios de moralidade”. Nabuco faz um pedido de urgência para conseguir a discussão de seu projeto ainda no ano de 80 mas o mesmo é rejeitado e há uma intensa reação em contrário ao projeto. Tampouco conseguiu inserir alguns artigos antiescravistas na lei de orçamento. Derrotado, o movimento anti-escravista toma a via da propaganda. (MENEZES, J. M. F., 2009 p 91).

Esta tentativa de projeto repercutiu bastante nas *Publicações a Pedido* do *Jornal do Commercio*: foram inúmeros os artigos comentando as proposições do deputado Nabuco. Durante os meses de setembro, outubro e novembro de 1880, principalmente, foram muitos os artigos pró e contra. Dos adversários do projeto tiveram aqueles que produziram séries de artigos como O Roceiro, Um Fazendeiro, A Lavoura, O Vassourense para citar alguns entre os defensores apareceriam Garrison⁶, Proudhomme, O Anglo-brasileiro. De ambos de lados apareciam inúmeros textos anônimos. Porém, antes disso já se encontravam manifestações sobre o referido assunto como, por exemplo, aquelas existentes no mês de maio. Destacam-se, aqui, alguns aspectos levantados pelo Vassourense no primeiro dos

⁶ Garrison era, segundo Angela Alonso (2007), o pseudônimo utilizado por Joaquim Nabuco para a sua atuação imprensa em determinados casos. Assim, pode ser que o próprio deputado fizesse sua defesa nas páginas dos periódicos.

seus artigos, publicado em quatro de maio de 1880, contra o projeto do deputado Joaquim Nabuco de emancipação da escravatura:

Questão grave

O Sr. deputado Joaquim Nabuco prometeu á camara apresentar, no correr desta sessão, um projecto transformando em curto período de dez annos apenas, o regimen do nosso trabalho agrícola.

Ao programma do honrado presidente do conselho, isto é, a emancipação do voto nacional oppoz o jovem deputado pernambucano tambem o seu programma, a emancipação da raça escrava: assumpto sem duvida da maior ponderação e de admirável maleabilidade para aquelles que mais cogitão de engrandecer-se perante o juízo ephemero das multidões que os ouvem e applaudem, sem muitas vezes medir a extensão e responsabilidade que lhes advem de taes applausos. (J. C. 04/05/1880).

O articulista primeiramente visou desvincular o tema da *Reforma Eleitoral* da questão do trabalho escravo, pauta incandescente no Parlamento, como se procurará destacar adiante. O questionamento ao deputado pernambucano vem chamá-lo à responsabilidade política: falar da emancipação naquele momento seria irresponsabilidade política, na visão do Vassourense, e ao mesmo tempo podia significar a consagração junto às multidões. Todavia, as multidões não teriam responsabilidade política, portanto, não mediriam a extensão dos seus atos, algo que um deputado deveria fazer.

Trazer a questão do fim do trabalho escravo conjuntamente à discussão da *Reforma Eleitoral* foi, em alguma medida, atribuído ao noviciado de Nabuco na deputação:

O illustre deputado, que é moço, e naturalmente ambicioso, dessa ambição de que fallava Seneca, tem em parte razão na preferência dada a estes assumptos de natureza incandescentes. A celebridade rumoreja-lhe como suave ambiente, em torno de sua bella constituição physica: Ella o impelle ainda mais alentada por esse sopro animador de uma sociedade philantropica, á cuja hospitaleira mesa sentou-se como illustre conviva o Sr. conselheiro de estado Visconde do Rio-Branco. (J. C. 04/05/1880).

O remédio para frear a busca pela “celebridade” do jovem deputado pernambucano veio com certa ironia. O Vassourense, para chamar atenção do filho, remeteu-se as ações realizadas pelo pai de Joaquim Nabuco, o Senador José Thomaz Nabuco de Araújo Filho (1813-1878).

Em épocas não muito remotas o finado senador Nabuco, então ministro da justiça do ministério Paraná, ousou lançar o ridículo sobre o denominado –

movimento de Vassouras – contra o seu projecto de reforma judiciária. Entendia aquelle ministro que homens com Teixeiras Leites, Barões de Campo-Bello, Paty de Alferes, Capivary e outros chefes numerosos e respeitáveis famílias, podião bellamente servir de títeres nas mãos de S. Ex. que imprudentemente atacava pela base a mais popular das nossas instituições. As deputações do norte que não sabião o que queria dizer Vassouras, applaudirão o ministro, e o festejarão como sempre acontece entre nós aos depositários do poder executivo. (J. C. 04/05/1880).

A crítica a Joaquim Nabuco, tomando por base as ações do Senador Nabuco de Araújo continuou:

O Marquez de Paraná estava então no senado ficou furioso ao saber do facto, e no dia seguinte precepitou-se sobre a tribuna da camara temporária, cheio de energia, senão de indignação, para contestar tudo quanto havia dito seu collega, reconhecendo publicamente o valor político e pessoal dos diretores daquelle movimento.

Paraná tinha razão, e tinha-a porque nos paizes meridionaes é grande imprudência brincar-se com fogo... (J. C. 04/05/1880).

Agir com prudência, paulatinamente, conciliando interesses divergentes, respeitando grupos de pressão teria sido em suma, a postura adequada que deveria ter sido adotada por Nabuco de Araújo. Para o Vassourense a “lição dada” ao pai seria de utilidade o jovem deputado Joaquim Nabuco:

Devemos esperar que a lição dada hontem ao pai seja hoje proveitosa ao filho e que defendendo suas idéas e *religião política* faça-o em termos e medidas dignos de si, do público e do autor dessas linhas que por S. Ex. nenhum outro sentimento o impelle a não ser o da maior sympathia á sua pessoa e aos seus reconhecidos talentos. (J. C. 04/05/1880).

Os argumentos do Vassourense foram de crítica ao tipo de atuação de Nabuco no Parlamento, pois estaria, de fato, em busca “de engrandecer-se perante o juízo ephemero das multidões”, multidões que “applaudem, sem muitas vezes medir a extensão e responsabilidade que lhes advem de taes applausos.” A maneira como o articulista entende a multidão está em consonância com as premissas intelectuais vigentes à época. A multidão seria torpe, cega e irresponsável. De certo modo, percebe-se neste tipo de argumento o vocabulário normativo do período. Vocabulário este marcado pelas tendências evolucionistas, deterministas, racialista, que de alguma forma se fazem presentes na pena do Vassourense. Fato este que também pode ser notado em outra passagem do texto do articulista, disse ele que “nos paizes meridionaes é grande imprudência brincar-se com fogo...”. A proposição de mudanças profundas na sociedade, como a emancipação da escravatura

defendida por Nabuco, significava para o Vassourense brincar com fogo, portanto, perigoso. E isso assim seria por se estar em país meridional. A colocação traz consigo todo o jargão do determinismo geográfico.

O argumento apresenta contornos de evolucionismo também no momento onde o articulista buscava simultaneamente justificar a escravidão e construir uma “solução” para ela:

Todas as metrópoles permitirão a escravidão em suas colônias.
O trabalho naquella épocas era uma villania: a nobreza ostentava sua ignorância rabiscando mal o seu nome; só nos clautros refugiava-se a sciencia e as artes, porque só alli havia a paz do espírito e a verdadeira humildade.
Todas as nações da Europa, que caminham hoje na vanguarda da civilização, possuirão ainda neste século centenas de milhares de escravos. Os acontecimentos estrondosos da União Americana ahi guarda-os a memória publica. Não é, pois, uma horrível chaga a que aumentamos em nosso corpo social. Não é por meios violentos, nem com desrespeitosos applausos a oradores de uma assembléa, que tem sua lei orgânica para dirigir a conducta de seus membros que daremos remédio a um mal que todos nós desejamos ver extinto.
Como, porém, procedeu a Inglaterra e a França para levar avante a solução de tão complicado problema economico-social? Quaes as consequências que dahi provirão ás suas colônias? Quanto dispenderão ellas em indemnisação aos proprietários?
Longo já vai este tosco escripto; a resposta a taes interrogações tê-la-há o benévolo leitor nestes próximos dias. (J. C. 04/05/1880).

O Vassourense no intuito de defender os interesses da classe proprietária, dos lavradores, articulou o problema da emancipação à indenização dos proprietários e esta situação à crise das finanças imperiais. E este movimento se realizou dentro de um vocabulário relativamente embasado nas premissas evolucionistas. No entanto, o articulista deixou nítido ser o problema do fim do escravismo um tema político. Portanto, deveria ser discutido dentro das premissas políticas. E ele assim foi abordado nas páginas do *Jornal do Commercio*. Todavia, nem sempre a linguagem utilizada para desenvolver o tema era essencialmente política.

A linguagem política tendia para posturas como a de Joaquim Nabuco de *O Abolicionismo*, ou seja, o pensamento evolucionista e o racista, quando visitados, eram submetidos às demandas políticas. Assim, na contenda da imigração chinesa para o Brasil aparentemente se mostrou útil dialogar mais densamente com as teorias raciais, o mesmo não seria válido para a discussão acerca da emancipação dos cativos e das cativas. De maneira análoga agiu o Vassourense, pois quando

certo evolucionismo foi acionado, o foi para responder uma demanda política específica: travar a discussão acerca da emancipação. O que se quer dizer com isso é que a linguagem política tendia a submeter, por exemplo, o pensamento racialista, quando este era utilizado, às demandas empíricas.

O artigo do Vassourense recebeu um comentário anônimo no dia de seis de maio de 1880.

Questão grave

Com este título tivemos o prazer de ler um bem elaborado artigo que o *Jornal do Commercio* de a estampa com o pseudonymo – o Vassourense. Discute-se a questão palpitante da actualidade, a questão que joga com os interesses vitais da sociedade brasileira, a emancipação da escravatura e o modo de substituí-la pelo braço livre.

Foi, talvez, precipitação senão imprudência, de um dos talentos mais brilhantes que resumbra na orla do horizonte político do paiz, o Sr. Dr. Joaquim Nabuco, aventar a idéa de por termo á escravidão.

Vemos nisto grandes perigos e terrores que começam por nascer na classe mais respeitável em que se funda a riqueza e prosperidade deste Imperio.

Não é tempo de tocar já neste assumpto, que caminha natural e suavemente a produzir fructos que todos desejamos.

Sob influencia da ameaça do nosso tribuno, o *Vassourense* armado de cavalleiro vem ao seu encontro e promete dar-lhe combate. Em boa hora chega o paladino quando o parlamento trabalha, e serve de pharol ás aspirações nacionaes.

O *Vassourense* é por certo um destes grandes pensadores, que não quer erguer a viseira para dar ampla liberdade à refutação no terreno digno e honesto em que os cavalleiros se devem medir.

Chamamos e pedimos attenção das classes interessadas para os artigos que promete o *Vassourense*. Com isto dará prova de seu patriotismo e se collocará na altura dos beneméritos. (J. C. 06/05/1880).

O primeiro ponto a chamar a atenção no artigo é o tom irônico adotado para argumentação. Primeiro o “elogio” ao Vassourense para depois afirmar que ele “é por certo um destes grandes pensadores, que não quer erguer a viseira para dar ampla liberdade à refutação no terreno digno e honesto em que os cavalleiros se devem medir.” A ironia prossegue quando o articulista anônimo, supostamente, critica o deputado Nabuco por propor o fim da escravidão e assevera não ser tempo tocar no assunto, que simultaneamente foi taxado como “a questão palpitante do actualidade, a questão que joga com os interesses vitais da sociedade brasileira”.

Com efeito, este debate de imprensa presente às páginas do *Jornal do Commercio* é revelador tanto do trânsito de uma linguagem comum e normativa, que era composta de elementos oriundos das teorias raciais e demais variações do cientificismo oitocentista, quanto do como deveria *agir* um agente político naquele

contexto. O Vassourense demonstrou, em alguma medida, na sua crítica à Nabuco, a forma do *agir político*.

3.3 Joaquim Nabuco: intelectual e político

O Abolicionismo (1883) é um dos textos mais conhecidos e mais estudados de Joaquim Nabuco, passível de ser notado como sua obra de maior ressonância. *O Abolicionismo* é revelador das tensões e ambiguidades de um político-intelectual e de um intelectual-político no Brasil dos anos 1880. Nesta obra ficou nítido que o combate à escravidão promovido por Nabuco, não se deu tão somente por simpatias pela raça negra e ou pelas pessoas escravizadas em si como ele procurou evidenciar *Em Minha Formação* (1901), mas principalmente porque a escravidão envergonhava o Brasil perante as demais nações livres do mundo, imobilizava os capitais e colocara o país nas mãos dos comerciantes de pessoas escravizadas. (NABUCO, J., 2001 p 94; 110). A escravidão havia atrofiado no Brasil o “espírito de iniciativa, e a confiança nos contratos de trabalho” (NABUCO, J., 2001 p 51).

Nabuco percebeu ainda a escravidão como o fator que africanizou o Brasil. Situação que ele, e boa parte de seus contemporâneos, não notava como positiva para o país. “O principal efeito da escravidão sobre a nossa população foi, assim, africanizá-la, saturá-la de sangue preto”. (NABUCO, J., 2001 p 128). Além deste efeito negativo da escravidão sobre o Brasil, Nabuco defendia que “muitas das influências da escravidão podem ser atribuídas à raça negra, ao seu desenvolvimento mental atrasado, aos seus instintos bárbaros ainda, às suas superstições grosseiras.” (NABUCO, J., 2001 p 132). Tais argumentos, mais do que causar estranheza, são evidências bastante nítidas da articulação do intelectual pernambucano com as formas de pensar do seu momento, bem como da utilização que ele fazia de um vocabulário comum à sua época, de uma linguagem pela qual seus pares se expressavam e faziam valer suas ideias.

Joaquim Nabuco e André Rebouças (1838-1898) foram das poucas figuras da elite a militar no movimento abolicionista que pensaram o depois da escravidão. Ambos dedicaram reflexões acerca de um programa de ações a serem tomadas no

pós-escravismo. Nabuco externou parte deste programa em *O Abolicionismo*. Ao final do primeiro capítulo do livro encontra-se a seguinte passagem:

Quando mesmo a emancipação total fosse decretada amanhã, a liquidação desse regime daria lugar a uma série infinita de questões que só poderiam ser resolvidas de acordo com os interesses vitais do país e pelo mesmo espírito de justiça e humanidade que dá vida ao abolicionismo. Depois que os últimos escravos houverem sido arrancados ao poder sinistro que representa para a raça negra a maldição da cor, será ainda preciso desbastar, por meio de uma educação viril e séria, a lenta estratificação de trezentos anos de cativo, isto, é de despotismo, superstição e ignorância. (NABUCO, J., 2001 p 28).

Esta passagem já foi citada e discutida em inúmeros estudos e as interpretações dela são igualmente múltiplas. O porquê de tal trecho ser recorrentemente visitado também suscita variadas respostas. Acredita-se que a presença em um mesmo raciocínio da ideia que somente a “educação viril e séria” seria capaz de romper com “trezentos anos de cativo, isto, é de despotismo, superstição e ignorância” concomitante à de arrancar os últimos cativos do “poder sinistro que representa para a raça negra a maldição da cor”, seja em parte responsável pelas quase infinitas visitas a esta passagem do texto nabucoano. (NABUCO, J., 2001 p 28). Não fica nítido o sentido dado à raça aqui, como em outros vários momentos, de modo ser viável inferir que a utilização se deu no sentido mais geral do termo no ambiente oitocentista, sentido já exposto anteriormente. Pouco evidente também é o sentido da “maldição da cor”: a raça negra foi amaldiçoada porque foi escravizada ou a raça negra foi escravizada porque é amaldiçoada? Pelo que se pode depreender do texto nenhuma das interpretações parece completamente descabida.

No seio de uma obra intensamente estudada como *O Abolicionismo* existem passagens hipervisitadas como a citada anteriormente e alguns capítulos gozam da mesma situação, esse provavelmente é o caso do capítulo III intitulado o *Mandato da Raça Negra*.

Neste momento do texto nabucoano, o que se percebe é o desenvolvimento de um argumento visando afastar a raça negra da participação direta na campanha abolicionista tendo como justificativa o seu atraso.

O mandato abolicionista é uma dupla delegação, inconsciente da parte dos que fazem, mas, em ambos os casos, interpretada pelos que aceitam com um mandato a que não se pode renunciar. Nesse sentido, deve-se dizer que

o abolicionista é o advogado gratuito de duas classes sociais que, de outra forma, não teriam meios de reivindicar seus direitos, nem consciência deles. Essas classes são: os escravos e os ingênuos. (NABUCO, J., 2001 p 37).

Com efeito, além de uma possível descrença na capacidade de ação das pessoas egressas do cativeiro, bem como da população negra em geral, esta postura é reveladora do Nabuco político, um político imperial, que como boa parte de seus colegas de ofício, entendiam que a participação popular na política não devia passar das eleições, do voto. Uma vez eleitos os representantes do povo, as questões políticas e sociais das mais ordinárias às mais polêmicas e complexas deveriam ser resolvidas na esfera institucional, no Parlamento. De modo que Nabuco definiu da seguinte forma o movimento abolicionista:

No Brasil, porém, o abolicionismo é antes de tudo um movimento político, para o qual, sem dúvida concorre o interesse pelos escravos e a compaixão pela sua sorte, mas que nasce de um pensamento diverso: o de reconstruir o Brasil sobre o trabalho livre e a união das raças na liberdade. (NABUCO, J., 2001 p 38).

Nesta passagem o Nabuco político fica ainda mais nítido, pois simultaneamente ele quer manter o abolicionismo restrito à esfera dos políticos e busca apresentar a conciliação entre as partes. De forma parecida àquela desenvolvida pelo Conselheiro Saraiva, que será exposta adiante, Nabuco procurou separar a escravidão dos fazendeiros, colocando-a na conta dos comerciantes de pessoas escravizadas. (NABUCO, J., 2001 p 94). Eis a tentativa de conciliar fazendeiros e abolicionistas. Mas, a prática conciliatória também vigorava no intuito de buscar minimizar qualquer tipo de animosidade, generalizada, entre a população negra e branca.

A raça negra não é, tampouco, para nós uma raça inferior, alheia à comunhão ou isolada desta, e cujo bem-estar nos afete como o de qualquer tribo indígena maltratada pelos invasores europeus. Para nós a raça negra é um elemento de considerável importância nacional, estritamente ligada por infinitas relações orgânicas à nossa constituição, parte integrante do povo brasileiro. (NABUCO, J., 2001 p 39).

Em outra passagem de *O Abolicionismo*, recorrentemente visitada, Nabuco conseguiu ser ainda mais nítido em sua proposta conciliatória. Para ele

A escravidão, por felicidade nossa, não azedou nunca a alma do escravo contra o senhor – falando coletivamente – nem criou entre as duas raças o ódio recíproco que existe naturalmente entre opressores e oprimidos. (NABUCO, J., 2001 p 40).

Três anos após publicar *O Abolicionismo*, Joaquim Nabuco levou ao público o opúsculo *O erro do imperador*, onde discute o contexto político da aprovação da *Lei dos Sexagenários* do ponto de vista de um representante do Partido Liberal que fora destituído do Poder, em sua opinião, por um ato do Poder Moderador. Esta ação foi entendida como equivocada e como uma vitória do Partido Conservador, e principalmente, uma vitória da escravidão. A *Lei dos Sexagenários* foi tomada por abolicionistas como Joaquim Nabuco como uma vitória do escravismo por, supostamente, ter dado novo fôlego à escravidão. Em *O erro do imperador*, Nabuco colocou a questão do fim da escravidão como uma demanda liberal e os conservadores como defensores natos do escravismo, porém o mesmo Nabuco três anos antes em *O Abolicionismo* dizia ser o tema suprapartidário.

Não há dúvida de que já existe um núcleo de pessoas identificadas com o movimento abolicionista, que sentem dificuldade em continuar nos partidos existentes, por causa das suas ideias. Sob a bandeira da abolição combatem hoje liberais, conservadores, republicanos, sem outro compromisso – e este tácito e por assim dizer de honra política – senão o de subordinarem a sujeição partidária a outra maior, à consciência humana. (NABUCO, J., 2001 p 31).

Em *O erro do imperador* novamente fica nítido que a questão da escravidão deveria ser tratada politicamente, no espaço da política, ou seja, no Parlamento. Para Nabuco com a ascensão do Partido Conservador esta discussão estaria travada neste ambiente, e esta situação poderia abrir caminho para que a discussão da abolição tomasse as ruas. Dois anos antes, em 1884, Joaquim Nabuco estava em campanha para a deputação, para *Décima Nona Legislatura*, e deste processo emergiu a obra *Campanha abolicionista no Recife: eleições de 1884*, reunindo seus discursos. Nesta compilação o *agir político* de Nabuco fica, ainda mais nítido, a posição conciliatória, fazer a emancipação das pessoas escravizadas sem maiores rusgas com os proprietários, a definição do *espaço político* como o lugar apropriado para se discutir e mesmo encerrar a escravidão no Brasil. As obras *O Abolicionismo*, *Campanha abolicionista no Recife: eleições de 1884* e *O erro do imperador* tratadas em conjunto desvendam o Joaquim Nabuco, fusão de político com intelectual, de

intelectual com político e como tal mobilizando o vocabulário e a linguagem dos dois espaços que, aliás, por vezes se confundiam.

A intenção não foi alocar Joaquim Nabuco como um racista, nos moldes que anos mais tarde fora um Raymundo Nina Rodrigues ou mesmo como Sílvio Romero era já nos anos 1880. Mas sim destacar que o autor estava vinculado à linguagem comum e normativa de sua época e que ele a mobilizava conforme os problemas empíricos se colocavam. Ou seja, a análise destas obras de Joaquim Nabuco conjuntamente com seus discursos parlamentares referentes à *Décima Sétima Legislatura*, permitiu entrever um político intelectual e um intelectual político que dialogou com as teorias disponíveis à sua época. E fazendo uso das mesmas da forma e maneira que lhe pareceu necessário.

No caso específico das teorias raciais o diálogo se deu de um modo mais próximo “ortodoxia” racista no combate à proposta de imigração chinesa para o Brasil. Na campanha abolicionista, por sua vez, a presença das teorias raciais seria mais heterodoxa. Pois, ao mesmo tempo em que é perceptível certa presença do racismo para justificar a tutela da raça negra, procurando evitar sua participação direta na campanha abolicionista, também é visível o abandono das premissas de cunho racista no esforço de convencer o meio senhorial de que não haveria o que temer com a emancipação. Em sua interpretação não haveria no Brasil perigo de um conflito racial, pois a escravidão não teria criado ódio recíproco entre as raças. (NABUCO, J. 2001 p 40).

Assim, se por um lado a ação de Nabuco, na questão da imigração chinesa lembra os debates mais próprios do mundo intelectual, onde o diálogo com as teorias raciais fluía de maneira mais intensa, de outro seu posicionamento na questão da emancipação estaria dentro das regras do *agir político*. Neste ponto ele atuou de modo mais moderado, “exercendo um papel sedativo, corrigindo o radicalismo” e “poupando o país das intolerâncias.” (RODRIGUES, J. H., 1965 p 102). A adoção do racismo num tema como o da emancipação poderia quebrar esta postura “moderada”, incitar os “radicalismos” e por fim levar ao país às “intolerâncias”.

A prática conciliatória criou um ambiente mais de inclusão do que de exclusão formal das pessoas, uma inclusão altamente hierarquizada, mas inclusão. Esta postura conciliatória antes de ser política pode ser interpretada como sócio-cultural no sentido apresentado por Debrun, uma estrutura onde os pólos

dominantes desenvolvem mecanismos múltiplos de cooptação de elementos dos pólos dominados, no intuito de disfarçar a situação política desfavorável destes perante aqueles. (DEBRUN, M., 1983 p 52). A postura racialista poderia gerar o inverso, criar um ambiente abertamente excludente. E esta situação seria inconveniente por ser fértil para o crescimento dos “radicalismos” e “intolerâncias”. Desta feita, a utilização das teorias raciais no *espaço político* quando ocorreu primou pela discrição, pelo caráter indireto, contudo, evidentemente, existiram exceções, uma delas o debate sobre a imigração chinesa para o Brasil.

Capítulo IV: “O navio é que faz o oficial”: José Antonio Saraiva, as teorias raciais e a política

Nos pequenos navios, nos navios iguais a muitos que possuímos, o oficial de marinha não sente nem a grandeza de seu destino, nem a nobreza de sua profissão. Se hoje os capitães-de-mar-e-guerra e os capitães-de-fragata não solicitam e não estimam o comando de um navio, é porque não temos belas corvetas e fragatas que os encham de orgulho, e os habilitem para defender com galhardia a honra de seu pavilhão (*Muitos apoiados, muito bem*).

O navio é que faz o oficial, senhores, e isso não é uma verdade nova, porém muito cediça desde remotos tempos. (SARAIVA, J. A., 1978 p 301-302).

A *Reforma Eleitoral de 1881* foi conduzida pelo Gabinete chefiado por José Antônio Saraiva, de modo que se mostrou interessante buscar compreender como pensava o político baiano. Para tanto se visitou seus discursos parlamentares, bem como os relatórios por ele produzidos na condição de Presidente de Província. O intuito foi o de buscar a percepção do Conselheiro José Antonio Saraiva acerca da sociedade brasileira almejando, sobretudo, localizar as premissas que organizavam o seu pensamento e nesse movimento notar se as teorias raciais se faziam ou não presentes.

4.1 A longa carreira política do Conselheiro Saraiva

Sr. Presidente, o nobre Senador, apesar de ser meu parente, só me viu, só me conheceu, só honrou-me com a sua amizade depois que voltei formado da academia de São Paulo. Já vê o Senado que só depois dos 23 anos de idade que tive a honra de conhecer pessoalmente o nobre Senador. Foi isso em começo do ano 1847.

Nesse tempo S. Ex.^a pertencia à oposição. Subiu o partido conservador em 1848 e S. Ex.^a encontrou-me como a aspirante a um lugar na magistratura; era promotor público da comarca de Jacobina. Naquele tempo, Sr. Presidente, as minhas pretensões eram muito modestas. Eu não pretendia seguir a política; contentava-me com um lugar de magistrado.

O nobre Senador desviou-me dessa carreira modesta, indicando-me para presidente do Piauí em julho de 1850. (SARAIVA, J. A., 1978 p 420).

Nascido em Santo Amaro, Bahia, no dia dez de março de 1823 e falecido no dia vinte um de julho de 1895, José Antonio Saraiva, o Conselheiro Saraiva, dedicou praticamente quarenta e cinco, dos seus setenta e dois anos, de vida à política. Ele próprio indicou, em um discurso no Senado Imperial, em vinte sete de julho de 1869, como teria começado a sua carreira política: uma indicação para a Presidência da Província do Piauí no ano de 1850. Esta indicação, segundo o próprio Saraiva, foi fruto da ação de um parente. No entanto, para Álvaro Valle o ponto de saída da longa trajetória política de Saraiva teria ocorrido em 1848-9 quando eleito para a Assembléia Provincial da Bahia. (VALLE, A., 1978 p xiii). Do autorretrato da carreira política feito por Saraiva no Senado em 1869 e da avaliação de Álvaro Valle em 1978 é possível retirar uma mesma observação: que a presença do Conselheiro Saraiva na política do II Reinado foi constante.

Saraiva ficou como Presidente da Província do Piauí de 1850 a 1853, em agosto de 1853 foi nomeado Presidente da Província de Alagoas, porém não perdurou muito tempo no cargo, pois em junho do ano seguinte ele assumiu a presidência da Província de São Paulo. Cabe lembrar que

No Império, os cargos de presidentes de províncias eram essencialmente políticos. O Império unitário concedia aos presidentes uma delegação da Coroa e do Gabinete funções que às vezes até se exerciam à distância. Desde 1852, Saraiva já se elegera deputado pela Bahia. Em 1853, já iniciara a sua atividade parlamentar na Corte, tornando exímio defensor do governo e dos interesses do Piauí que não esquecera, além da Bahia que lhe concedera um mandato. (VALLE, A., 1978 p xvi).

A longa carreira política do Conselheiro José Antonio Saraiva pode ser representada da seguinte maneira:

Quadro 1: a carreira política de José Antonio Saraiva, 1849-1893

Ministro da Marinha	De 4 de maio de 1857 a 12 de dezembro de 1858
Ministro de Guerra	De 11 de julho de 1858 a 12 de setembro de 1858
Ministro do Império	De 21 de abril de 1861 a 10 de julho de 1861
Ministro da Marinha	De 12 de maio de 1865 a 27 de junho de 1865
Ministro dos Negócios Estrangeiros	De 12 de maio de 1865 a 3 de agosto de 1866
Ministro de Guerra - Interino	De 8 de julho de 1865 a 10 de novembro de 1865
Ministro da Marinha	De 27 de janeiro de 1866 a 17 de fevereiro de 1866
Ministro da Fazenda	De 28 de março de 1880 a 21 de janeiro de 1882
Ministro da Fazenda	De 6 de maio de 1885 a 20 de agosto de 1885
Presidente do Conselho de Ministros	De 28 de março de 1880 a 21 de janeiro de 1882
Presidente do Conselho de Ministros	De 6 de maio de 1885 a 20 de agosto de 1885
Fiscal da Fazenda	(informação não localizada)
Promotor em Jacobina	(informação não localizada)
Juiz Municipal	(informação não localizada)

Presidente de Províncias

Presidente da Província do Piauí	De 1850 a 1853
Presidente da Província de Alagoas	De 1853 a 1854
Presidente da Província de São Paulo	De 1854 a 1856
Presidente da Província de Pernambuco	De 1859 a 1859

Cargos Eletivos

Deputado na Assembleia Provincial da Bahia	1849 - ? (ou 1848-49)
Deputado	1857 a 1860
Deputado	1861 a 1863
Deputado	1865 a 1866
Senador	1869 a 1889 (o Cargo de Senador no Império era vitalício)
Senador (já na República)	1890 a 1891
Senador (já na República)	1891 a 1893

Elaboração própria ¹

À época de sua estreia na vida política, a eleição para Assembléia Provincial da Bahia, no período em que esteve na presidência das referidas províncias e dos primeiros mandatos na *Camara dos Senhores Deputados*, José Antonio Saraiva figurava nas fileiras do Partido Conservador. Em sendo testemunha das inúmeras sublevações do Período Regencial, Saraiva optou pelo caminho da “ordem”, não obstante ele não defendesse, ao menos abertamente, a perseguição aos derrotados nestes movimentos. Desta feita, ele foi nos anos 1850 um baluarte na defesa da denominada Política da Conciliação, de modo a proferir na *Camara dos Senhores Deputados* no dia vinte sete de junho de 1853 os seguintes dizeres:

¹ O quadro foi elaborado com base nos dados presentes em SARAIVA, José Antônio. *Perfis Parlamentares 4* e nas informações presentes no sítio do Senado Federal.

Eu disse, Sr. Presidente, que o governo tem sido conciliador o quanto é possível, porque eu entendo por conciliação, por política da conciliação, a política que respeita todos os direitos (*Muitos apoiados*), acata a todos os interesses legítimos, e que dá ao mérito daqueles que têm opiniões políticas diversas o apreço que deve sempre merecer. É por aí que se poderá tentar talvez a conciliação de princípios políticos que se separam mais pelas nossas brigas do que por sua natureza inconciliável. (SARAIVA, J. A., 1978 p 13).

Em outro momento, agora como Ministro da Marinha do Gabinete chefiado pelo Marquês de Olinda, Pedro de Araújo Lima (1793-1870), em discurso realizado no dia dezoito de junho de 1857, Saraiva fez as seguintes observações sobre o tema:

Concordo com o nobre deputado em que o governo não deve recear do país, adotando a política de concórdia e de tolerância que foi proclamada pelo gabinete de 7 de setembro e apoiada pelas duas Casas do parlamento. Ele terá seguramente a energia do sentido e da ação de que precisa já manter-se em uma posição superior a todas as paixões e a todos os interesses que pretendem desviá-lo da missão de que está compenetrado; porque só colocado nessa altura poderá extinguir os antigos ressentimentos e obter a concórdia dos espíritos (*Muitos apoiados*). (SARAIVA, J. A., 1978 p 72-73).

As paixões foram definidas nos discursos de Saraiva ao longo de sua carreira como exacerbação, perda do bom senso, revolução, de modo que o bom governo deveria estar acima das paixões, bem como dos interesses, de grupos específicos. Os interesses a serem defendidos deveriam ser os do país, estes por sua vez seriam os interesses dos grupos conciliados. Ou seja, o governo, na visão de Saraiva, deveria ter a capacidade de condensar as demandas dos diferentes grupos de interesse se possível em demandas comuns e, quando isso não fosse viável, atender-se-iam os diferentes reclamantes com igual préstimo. Ao seguir por tal caminho Saraiva ainda como Ministro da Marinha, denotou o papel dos partidos da seguinte forma em discurso do dia dezesseis de junho de 1858.

O governo não é um Sansão que possa com o seu braço vigoroso matar a expansão da inteligência, não é possível que o governo possa acabar de modo algum com os partidos. O que eu quero, o que todos nós queremos, não é a morte dos partidos; é a sua transformação; e que sejam eles mais partidos do que facções, mais ideias do que pessoas, mais calma que paixão, mais tolerante e mais forte pela opinião do que pelos recursos oficiais (*Numerosos apoiados*). É dos partidos de outrora que devemos temer. (SARAIVA, J. A., 1978 p 107).

Ao acompanhar este pronunciamento de Saraiva nota-se a possibilidade da elite política imperial não possuir um discurso cerrado sobre a sociedade brasileira. Na fala do então Ministro da Marinha o Governo era formalizado como incapaz de tudo fazer, ele “não é um Sansão” e tal condição existiria porque os Partidos também podiam muito. De modo a não se sair do âmbito do Estado, das instituições, para explicar os processos sociais. O período de instabilidade do país foi atribuído à atitude dos Partidos, tomados sob a definição de facções, expressão pejorativa no conjunto da argumentação, por sua atitude “passional”. Ou seja, a instabilidade não é remetida a alguma característica específica da sociedade. A instabilidade partiu do Estado e da política, e não da vida social. Desta feita, Saraiva, em grande medida, procurava entender a História do Império através da referência tão somente aos Liberais e Conservadores, ou seja, as instituições.

Ademais, a atitude “governo *versus* partidos” pode, ainda, ser pensada como mais que uma opção, como uma preferência; podendo, então, ser tratada como um esquema de percepção, ou seja: os agentes envolvidos na vida política tendiam a notá-la de modo menos sociológico e mais institucional, no sentido de tudo o que importa de fato estar nas características do governo e dos partidos.

Esta posição de José Antonio Saraiva se manteve praticamente inalterada no transcorrer da sua longa carreira política. Assim, no final do século XIX, à época das discussões acerca da *Reforma Eleitoral de 1881*, sua postura será bastante diversa da daqueles que começavam a estruturar seus raciocínios nas teorias raciais. Para estes a sociedade, sua composição, falava mais alto. A sociedade determinava os rumos do processo histórico. E de certo modo a forma como este pensamento embasado nas teorias raciais percebia o Brasil não cedia muito espaço para a ação dos Partidos, das facções, das instituições, do Estado na definição dos rumos do país. Por este caminho não haveria lugar para “projetos civilizadores” que não partissem da reconstrução da sociedade (das pessoas). Uma visão como a de Saraiva, por outro lado, era muito afim à ideia de “projeto civilizador”. Ao assumir, por exemplo, que os Partidos, organizados e agindo erroneamente, produziram inúmeros equívocos, causando prejuízos ao país, Saraiva permite pensar que se estas agremiações se portassem doutra forma, poderiam reformar toda a sociedade e o Brasil.

No interior desta maneira de perceber a trajetória política do país, o que se deveria temer seriam os Partidos de outrora, tanto o Liberal – que promoveu as

sendas revolucionárias, as desordens –, quanto o Conservador que fez uso da força para conter as desordens. Aliás, sobre isso Saraiva observou em sessão parlamentar do dia primeiro de junho de 1859:

Houve uma época no país em que existiu luta forte entre dois grandes partidos – o conservador e o liberal.

Ao partido conservador coube a tarefa de vencer quase todas as revoluções que ensangüentaram o país, porque era essa a sua grande missão nos tempos de organizações políticas, em quais são postos em dúvida certos princípios governamentais.

Essa época passou, e desde então o partido conservador moderou extremamente sua ação, e tratou de reconhecer até que ponto devia ceder a seus adversários, àqueles que tinham desconfiança no poder. (*Apoiados*). (SARAIVA, J. A., 1978 p 159).

Para Saraiva os Partidos no final dos anos 1850 estariam na condição de promover a reforma do Império, pois neste momento o Partido Liberal não estaria mais comprometido com as revoluções e com isso o Partido Conservador poderia moderar suas ações e transigir com os liberais. Desta forma, os Partidos estariam em condições de encaminhar um “projeto civilizador”.

4.2 Na Presidência de Províncias

José Antonio Saraiva foi presidente de quatro províncias do Império, em ordem cronológica: Piauí de 1850 a 1853, Alagoas de 1853 a 1854, São Paulo de 1854 a 1856 e Pernambuco em 1859. E em tal condição ele produziu e ou subscreveu os *Relatórios de Presidente de Província*, documentos técnicos construídos para o trato burocrático do Estado Imperial. Eles detinham um formato relativamente padrão, no que diz respeito a assuntos e seções que deveriam estar presentes. No entanto, mesmo sob a rigidez estrutural dos *Relatórios*, foi possível encontrar elementos passíveis de revelar a forma como ele pensava para além da prestação de contas formal característica deste tipo de documentação.

Quando à frente do governo das diferentes províncias alguns elementos caros ao depois deputado, senador, ministro, presidente do Conselho de Ministros já figuravam com destaque. E ao se afirmar isso não se pretende inferir uma coerência absoluta à vida política de José Antonio Saraiva, coerência que provavelmente não

existiu. A intenção é de informar como procedeu a articulação de Saraiva com certo *agir político*, orientado pela defesa da ordem constitucional e a busca pelo progresso – sem sobressaltos e radicalismos. Um *agir político* também marcado pelo credo nas instituições.

Ele defendia que boas instituições seriam capazes de moldar uma sociedade, de modo a ser a construção daquelas uma missão primordial aos homens públicos.

A questão da manutenção da ordem foi algo insistentemente enfatizado por José Antonio Saraiva no item *Tranquilidade Publica* dos *Relatórios* feitos para o Piauí, Alagoas e São Paulo. Quando na Presidência da Província do Piauí ele ponderou que

A tranqüillidade publica, tão necessária ao progresso industrial do Paiz, e ao desenvolvimento legitimo de suas Instituições livres, é hoje uma realidade em todo o Imperio; e creio, que essa situação é segura, porque parece ser o resultado da experiência dos partidos, e de marcha do Governo Imperial, que, enérgico contra todas as paixões, que se traduzem em factos funestos á ordem publica, não esquece respeito, que deve á todos os direitos. (Falla que o Presidente da Provincia do Piauhy, 1851 p 1).

A questão das paixões desviando os partidos e os levando às desordens estaria, como visto anteriormente, na visão de Saraiva, neutralizada e caindo em desuso nos anos 1850, tanto em função dos próprios partidos quanto pela ação do Governo Imperial. Fato destacado quando de sua participação na condição de Presidente da Província de Alagoas:

Tenho a satisfação de comunicar-vos o estado de perfeita tranqüillidade em que se acha a Provincia. O respeito ao principio da authoridade tem feito tão notavel progresso nestes últimos annos, que se póde com razão confiar na permanencia do socego publico e na extinção completa do espirito da desordem, entretido até bem pouco tempo pela animosidade dos odios políticos, hoje geralmente arrefecidos pela marcha ilustrada e tolerante do Governo Imperial. (Fallas dirigidas á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas, 1854 p).

José Antonio Saraiva destacava que o causou a intranquilidade foram os “ódios políticos” – as paixões. E o retorno da tranquilidade estaria vinculado ao respeito ao princípio da autoridade. Desta forma, a tranquilidade pública não emergiria da sociedade, mas das instituições. Saraiva procede de maneira semelhante ao fazer o Relatório como Presidente da Província de São Paulo:

O estado de tranquilidade publica continúa a ser o mais lisongeiro e animador.

Os hábitos de ordem, que tanto distinguem a população paulistana, e a tem elevado ao alto grau de illustração que folgo reconhecer neste documento official, explicão a convicção que tenho, de que nenhuma Provincia do Imperio se acha a ordem publica mais consolidada, do que n'aquella, que tendes a ventura de representar.

A animosidade dos partidos políticos, que em outros lugares tem abalado tão profundamente o respeito ao principio de autoridade, não há podido em S. Paulo gastar os elementos conservadores, nem acreditar as idéas extremas e perigosas. (Discurso com que o illustrissimo e excellentissimo senhor dr. José Antonio Saraiva, presidente da provincia de S. Paulo, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1855. S. Paulo, Typ. 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1855 p 3).

Apesar do caráter quase procedimental das manifestações de José Antonio Saraiva evidencia-se a defesa da ordem e do comprometimento dos Partidos como um novo momento do país. Após as crises revolucionárias, o país viveria outros tempos, o da Conciliação, do arranjo político para sedimentar a ordem imperial. A única presidência exercida por Saraiva depois de ascender à condição de deputado foi a da província de Pernambuco em 1859, mas a opinião acerca da *Tranquilidade Publica* não se modifica.

A tranquilidade publica continúa inalterável, e não exprime hoje sómete, como outrora, a victoria constante e successiva do principio da autoridade.

A política desapaixonada, e de extrema imparcialidade, que o governo imperial mantem, ha muitos annos, em relação aos partidos.

A sombrancería com que tem por mais de uma vez resistido aos interesses congregados, que o tempo não tem podido ainda reduzir a verdadeiras e legítimas proporções.

A segurança com que ha confiado no bom senso dos Brasileiros, e em nossa lealdade, que possuímos.

O cuidado com que tem procurado servir o progresso industrial do império, do qual se ha de forçosamente derivar o maximo desenvolvimento da ordem, da liberdade, explicam perfeitamente essa situação de calma e de socego, tão esperançosa, e que tão especialmente caracteriza a bella e importante provincia, que tendes a fortuna de representar.

Corre pois para mim, para vós, para todos, o dever aproveitar a profunda paz, de que gozamos, para desenvolver praticamente, e cada vez mais, os bons principios de governo, assim como a estima que deve sempre existir entre os representantes do povo e da autoridade. (Relatorio com que o excellentissimo senhor conselheiro José Antonio Saraiva, abriu a sessão ordinaria da Assembléa Legislativa desta provincia no primeiro de março de 1859. p 3).

José Antonio Saraiva optou por “elogiar” na sociedade brasileira, sobretudo, a sua “lealdade”, ou seja, a possibilidade apresentada por ela de fornecer apoio às iniciativas dos governantes. Os políticos imperiais desenvolveram uma visão política

acerca da sociedade, de modo que elementos externos ao Governo, aos Partidos, às instituições de maneira geral não são percebidos como relevantes.

A defesa e o credo nas instituições presentes nestas passagens preocupadas com a ordem e contenção das paixões políticas podem ser localizados em outros momentos. Na Presidência do Piauí ele destacava que “a acção administrativa” “esclarecida” e posta em prática com “moderação” teria a capacidade de muito bem conduzir a sociedade para um desenvolvimento seguro. (Falla que o Presidente da Provincia do Piauhy, 1851 p 8). A importância das instituições pode ser ainda verificada na digressão realizada por Saraiva acerca da relevância da instrução pública para o país, quando na Presidência da Província de São Paulo.

Eis a reciproca influencia entre a educação nacional e a Constituição do Estado. Instruída a geração nascente um governo liberal mais cedo ou mais tarde; installado esse governo a civilização do paiz em prazo maior ou menor, e a necessidade de acellerar seus progressos para abreviar-lhe os dias de provança do seu noviciado.

Quando a Constituição do Imperio assegurou a todos os Brasileiros a instrucção primaria sabia chamar o povo ás funcções da soberania e abandonal-o á cegueira ou desvarios de suas faculdades nativas é mantel-o escravo sob as apparencias da liberdade política, ou expor o Imperio ás subversões da anarchia. O Brasileiro, quazi ao simpler título de cidadão; é guarda cívico; funciona nos tribunaes da judicatura criminal, e gosa de preciosos direitos eleitoraes, e de elegibilidade em política e administração. As escolas pois o affeioem e o amoldem desd'a infância ao jogo de tão sublime mecanismo; é sua gloriosa missão. (Documentos com que o illustrissimo e excellentissimo senhor dr. José Antonio Saraiva, presidente da provincia de S. Paulo, instruiu o relatorio da abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1855. p 35).

A relação seria construída da seguinte forma: a instituição escolar constituiria pessoas melhores e estas formariam instituições aperfeiçoadas. Esse tipo de relação entre as instituições e a sociedade se mostra recorrente tanto nos Relatórios quanto nos discursos parlamentares. No Governo da Província de Alagoas:

A propagação das luzes por todas as classes de cidadãos é a condição da existência dos povos que tem acceitado de coração o regimen representativo, isto é, a discussão e a publicidade universal. A razão publica paga com usura tudo que se faz por ella, e pune com os seus desvios os Governos que a desprezão. (Fallas dirigidas á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas na abertura da sessão extraordinaria em 20 de fevereiro 1854, p 9).

Com efeito, na perspectiva de Saraiva o investimento na “razão pública” retornaria com juros ao país. Tal postura explicitada na Presidência da Província de São Paulo já tinha sido evidenciada antes em Alagoas como demonstra a passagem das *Fallas dirigida á Assembléa da provincia das Alagoas*.

As instituições poderiam, então, regenerar as pessoas e serem renovadas por elas. A lógica de Saraiva para a instrução foi aplicada para outras áreas como, para a composição da força policial em Alagoas, onde ele afirma ter “mandado inscrever na Companhia de Policia os indivíduos de boa conducta, que tem isso sollicitado; pelo que conta ella hoje mais praças do que as fixadas para circunstâncias ordinárias.” (Fallas dirigidas á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas na abertura da sessão extraordinaria em 20 de fevereiro 1854, p 14). A instituição deveria recrutar os melhores, ela teria a responsabilidade de procurar os mais habilitados.

Ao discutir a aplicação da justiça na Província de São Paulo chama atenção que Saraiva destaca ser mais alarmante não o índice de criminalidade, mas sim a pouca eficiência da Justiça em agir. Ao construir o mapa da ação da justiça, Saraiva informava que o Júri havia tomado conhecimento de 24 crimes de morte, 11 tentativas de morte, 2 mortes de senhores por escravos, 1 cumplicidade em crime de morte, 2 ferimentos, 16 armas defesas, 12 roubos, 2 furtos, 1 dano, 1 ameaça, 2 resistências, 1 tentativa de insurreição, 5 fugas de presos, além disso teria proferido 55 condenações e 44 absolvições. Assim, para o então Presidente da Província de São Paulo:

O mappa respectivo mostra todas as circumstancias, que poderíeis desejar conhecer para a apreciação de nossa situação em relação a segurança individual.

Elle indica ainda o numero das sessões judiciárias e os termo de em que deixou o Jury de funcionar.

A irregularidade d'essas sessões é um facto grave, e offensivo de direitos sagrados, e pois convem examinar se ella provem da má divizão de comarcas.

O numero das absolvições espanta, e depõe altamente contra a maneira porque os nossos concidadãos comprehendem, e exercem o precioso direito de julgar os seus pares. (Discurso com que o illustrissimo e excellentissimo senhor dr. José Antonio Saraiva, presidente da provincia de S. Paulo, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1855. S. Paulo, Typ. 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1855, p 5).

A ação da justiça, do aparato institucional, careceria de atenção e não necessariamente a criminalidade em si, pois esta só se manteria ou subsistiria pelo agir falho das instituições, incapacidade destas de controlarem e moldarem a sociedade.

As considerações de José Antonio Saraiva apenas em poucos momentos escapam a essa perspectiva no que diz respeito aos *Relatórios*. Entretanto, encontraram-se alguns momentos onde é possível localizar certa diminuição da importância das instituições na determinação da sociedade: ao discutir a imigração europeia para o Brasil; ao comentar as populações indígenas; ao observar a questão da morfêia.

Ao tratar a questão da imigração para a Província de São Paulo denota sua preferência pelos colonos alemães.

Reflecti n'isso, Srs., e não percaes de vista a conveniência de favorecer sobre tudo a emigração allemã.

A confederação germânica possui uma população, amiga do trabalho, distinta pela economia dos hábitos, e ainda mais pelo espírito monarchico, e por seu respeito ao principio da autoridade. (Discurso com que o illustrissimo e excellentissimo senhor dr. José Antonio Saraiva, presidente da provincia de S. Paulo, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1855. S. Paulo, Typ. 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1855, p 19).

Recomendava também a imigração europeia para Alagoas:

Já não é cedo, Senhores, para que cuideis do futuro de nossa producção agrícola. Conviria que tratásseis de estabelecer nas mattas de Jacuipe um nucleo de população, que seja, por assim dizer, uma das extremidades de corrente emigração livre, que mais tarde se ha de dirigir para o Brasil, quando formos obrigados pelo aguilhão da necessidade a cuidar seriamente de dar braços á agricultura. (Fallas dirigidas á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas na abertura da sessão extraordinaria em 20 de fevereiro 1854, e da ordinaria em 8 de março do dito anno, pelo excellentissimo presidente da mesma provincia, o dr. José Antonio Saraiva. Recife, Typ. de Santos & Companhia, 1854, p 28).

A procura por imigrantes fora primeiramente indicada como preparação para uma possível crise de mão-de-obra para a lavoura, bem como para incitar o início de um ambiente de trabalho livre. Destaca-se, ainda, outro ponto da recomendação pela busca de imigrantes europeus oferecida por José Antonio Saraiva à Assembleia Provincial de Alagoas:

A colonisação europeia nas mattas de Jacuípe não oferece somente vantagens industriaes. O economista podeira tecer-lhe o mais bello panegyrico, estudando o desenvolvimento que teria a nossa producção agricola, se alguma porção de população europeia viesse aproveitar os ricos terrenos que possui a Provincia para aquelle lado. Assim como, o economista, o político, estudando o caracter da população europeia, que emigrar, e que são de seu paiz para dar a seus filhos a propriedade que nunca possuirão, poderia achar tambem nesse caracter, nos habitos e preconceitos mesmo daquella população as maiores garantias de ordem e de paz, e dizer que nisso está a maior vantagem de desafiar-se a emigração europeia para as mattas de Jacuípe. (Fallas dirigidas á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas na abertura da sessão extraordinaria em 20 de fevereiro 1854, e da ordinaria em 8 de março do dito anno, pelo excellentissimo presidente da mesma provincia, o dr. José Antonio Saraiva. Recife, Typ. de Santos & Companhia, 1854, p 28).

As características atribuídas à população europeia lembram o vocabulário racialista em sua expressão mais geral, que já era de alguma forma corrente nos anos 1850. Atribui-se determinadas características aos possíveis imigrantes europeus passíveis de serem entendidas tanto como socialmente adquiridas quanto avindas da origem racial. Tendo em vista o enunciado adotado por Saraiva não parece absurdo interpretar que talvez as duas perspectivas caminhassem juntas. Ao encerrar a recomendação pela busca de imigrantes europeus Saraiva anotou:

Não sei, Senhores, se a respeito o politico pensaria melhor do que o economista; sei somente que uma população livre, ordeira e industriosa, convidada pela fertilidade daquelles terrenos, poderia modificar os habitos tão indomaveis daquelles de nossos concidadãos, que habitão as proximidades dos lugares outrora frequentados pelo facinoroso Vicente de Paula.² (Fallas dirigidas á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas

² Vicente de Paula foi uma das lideranças da Cabanada, rebelião ocorrida entre no período de 1832 e 1835, o início da revolta se deu logo após a abdicação de Dom Pedro I. O movimento ocorreu em Pernambuco e Alagoas. Os rebeldes exigiam o retorno de Dom Pedro I ao trono do Brasil. Acerca de Vicente de Paula, escreveu Marcus J. M de Carvalho: “As autoridades militares começaram a chamar os rebeldes de “cabanos”, uma referência às cabanas em que viviam. Quando começaram a levar vantagem contra as tropas oficiais, no final de 1832, tornou-se pública a figura de seu principal líder: Vicente de Paula. É desses personagens que deixam um rastro de mistério sobre sua vida pessoal. Do pouco que se sabe de suas origens, ele próprio afirmou certa vez que era filho de um padre de Goiana, importante vila perto da divisa com a Paraíba. As autoridades o acusavam de ser um “ladrão de escravos”. Mas se tivesse vendido alguns dos inúmeros escravos que diziam ter “roubado”, ou mesmo os colocado para trabalhar em seu proveito, teria se tornado um homem rico. A acusação era, na verdade, um eufemismo para encobrir a escolha feita espontaneamente pelos cativos, que optavam por deixar os engenhos e eram assimilados pelos cabanos. Ainda que obrigados a obedecer à hierarquia do grupo, sua situação passava a ser muito diferente da escravidão. Era, isto sim, o começo da liberdade. Em seus manifestos, os cabanos eram claros. Lutavam pela volta de Pedro I, pela Igreja e contra os “jacubinos” [sic], que, segundo diziam, haviam se apropriado do governo após derrubarem o legítimo imperador. O que eles buscavam era manter suas terras contra os proprietários rurais que passaram a invadir as florestas, cuja madeira era antes reservada à Marinha Imperial. Muitos habitantes das matas haviam sido recompensados por sua participação na repressão às revoltas contra o imperador, e agora temiam represálias. Era o caso dos índios de Jacuípe. Os escravos envolvidos, por sua vez, tinham outra demanda específica: lutavam pela nova condição adquirida após serem “roubados” por Vicente de Paula. Em fevereiro de 1833, o comandante das

na abertura da sessão extraordinária em 20 de fevereiro 1854, e da ordinária em 8 de março do dito anno, pelo excellentissimo presidente da mesma provincia, o dr. José Antonio Saraiva. Recife, Typ. de Santos & Companhia, 1854, p 28-29).

Armas de Pernambuco, José Joaquim da Silva Santiago, pensava em simplesmente exterminar os revoltosos, caso não se rendessem. Foi com esse objetivo que mandou afixar nas árvores uma proclamação endereçada aos cabanos, na qual eram tratados, logo no preâmbulo, por “brasileiros degenerados”. Mas a “gente das matas” não se deixou intimidar. Foram capazes de retomar a povoação de Jacuípe, onde antes viviam os índios e que se tornou o quartel-general das tropas do governo. Também lutaram para conquistar o porto natural de Barra Grande, à espera de uma esquadra que, acreditavam, traria de volta Pedro I. Naquele mesmo ponto havia aportado a esquadra imperial para reprimir a Insurreição Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador em 1824. Por isso ele era considerado estratégico pelos cabanos, que dali desferiram vários ataques. Tanto Barra Grande como Porto Calvo, centro das operações contra o Quilombo de Palmares, destruído em 1695, foram tomados e perdidos pelos cabanos em sucessivos combates. Vicente de Paula costumava assinar “General” ou “Comandante de Todas as Matas”. Às vezes, com mais pompa ainda, proclamava-se “Comandante Geral do Imperial Exército de Sua Majestade Imperial Dom Pedro I”. Em 1833, afirmou que comandava um exército de 3.550 homens. Um exagero, segundo os adversários, que estimavam que o batalhão sob seu comando direto tinha cerca de 600 homens, embora reconhecessem que estes estavam bem armados e eram treinados na arte da guerra. Vicente de Paula tinha outro trunfo: navegava, soberbo, pelos labirintos das matas. Suas tropas surgiam de onde eram menos esperadas, tomando posições importantes, espalhando o terror e matando inúmeros guardas nacionais e soldados de primeira linha. O batalhão mais temido era o dos “papa-méis”, totalmente formado por escravos “roubados” por ele. Sempre que podiam, os cabanos levavam consigo seus mortos, tal como antes faziam os povos nativos em luta contra os conquistadores do Brasil. Muitos usavam camisas “tintas”, ou seja, da cor de vinho tinto, como uma espécie de farda. Era imensa sua ousadia. Certa vez, um cabano foi capturado. Estava “amarelo” e famélico. Depois de alimentado, diante da promessa de anistia, pediu para ir buscar a família, que deixara escondida em uma caverna. Mas qual não foi a surpresa do comandante geral das tropas do governo quando, ao se distanciar do acampamento militar, o homem subiu em um outeiro e disparou os mais terríveis improperios contra o oficial, desaparecendo depois na floresta. A morte de Pedro I, em 1834, pôs fim à Cabanada. Mas não sem luta. Naquele ano, os presidentes de Pernambuco e de Alagoas, anos depois do fim da Cabanada, em 1842, frei José Plácido de Messina andou dias na mata fechada, em busca da povoação fundada por Vicente de Paula com os remanescentes dos cabanos, chamada Riachão do Mato. Ficou surpreso com a quantidade de gente que encontrou. Frei Messina batizou e casou centenas de pessoas que “viviam em pecado”, pois praticavam com frequência o “despique”, nome que davam à troca de parceiros. À frente da comunidade, Vicente de Paula foi descrito pelo frei como um “semi-branco” paupérrimo, apesar da imensa deferência que todos lhe devotavam. Mas o líder cabano não desapareceu da vida pública. Na década de 1840, voltou a se envolver na política de Pernambuco e de Alagoas. Não era incomum ser chamado de “caudilho” pelas autoridades provinciais. Principalmente depois de 1844, quando invadiu a capital de Alagoas com uma tropa de cavaleiros, em favor de um dos partidos em contenda. Depois se retirava para o interior, voltando a “roubar” escravos. Chegou a flertar com a legalidade, como quando escreveu às autoridades de Pernambuco tentando obter uma patente na Guarda Nacional. Demonstrava assim que aceitava ser assimilado à ordem, desde que com um status condizente com seu imenso poder pessoal. Durante a Insurreição Praieira, em 1848, tanto os líderes do Partido Liberal quanto os do Partido Conservador tentaram obter sua adesão, escrevendo-lhe cartas em tom respeitoso. Ambas as facções entendiam a influência que ele tinha sobre a “gente das matas”. Vicente de Paula aproveitou o momento para sair novamente das matas e... “roubar” mais escravos. Nomeado presidente de Pernambuco logo após aquela revolta, o marquês do Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão, resolveu prendê-lo a qualquer custo. Atraído para uma reunião, provavelmente com a promessa de que seria anistiado, Vicente de Paula finalmente acabou preso, ficando em Fernando de Noronha. Ali, ainda liderou uma rebelião em 1853. Ao ser solto em 1861, tinha 70 anos de idade.” (CARVALHO, M. J. M de, 2008, disponível em Sangue no mato - Revista de História <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/sangue-no-mato> 1 de 2 25/06/2013).

O efeito pedagógico da imigração europeia, ao possibilitar através do exemplo “modificar os habitos tão indomaveis daquelles de nossos concidadão” é uma postura possível de ser lida como informada na noção mais vulgar de raça, corrente nos oitocentos.³ Igualmente interessantes são as observações realizadas sobre a população indígena de Alagoas.

Esta Provincia não tem Indios a catechisar; conta porém as aldeias de Jacuipe, Cocal, Urucú, Limoeiro, Atalaia, Palmeira e Collegio com uma população que orça em 3.657 almas, e que já muito pouco se parece com a indígena, em consequencia do cruzamento dessa raça com as outras que habitão o nosso território. (Fallas dirigidas á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas na abertura da sessão extraordinaria em 20 de fevereiro 1854, e da ordinaria em 8 de março do dito anno, pelo excellentissimo presidente da mesma provincia, o dr. José Antonio Saraiva. Recife, Typ. de Santos & Companhia, 1854, p 18).

Ao fazer uso do termo raça para se referir aos indígenas, Saraiva, pelo que se pôde depreender, o utilizou dentro do sentido ordinário do período: ele designaria um grupo humano de características físicas semelhantes. Essa circunstância associada à ideia exposta de que a população das aldeias mencionadas já não se pareceria com a raça indígena em função dos cruzamentos desta com outras raças é um enunciado que permite entrever alguma presença das teorias raciais; na direção que estas compunham um vocabulário comum, constituíam uma linguagem comum.

No exercício da sua primeira presidência de província Saraiva apontou o seguinte acerca população indígena:

Entre essas difficuldades avulta a tendência desmedida dos Indios para uma vida nómada, e á sua reconhecida indolência. Os Indios, de que me occupo tinhão além dos defeitos de sua raça, o de conhecer alguma das vantagens e vícios de nossa civilização, sem haverem adquirido uma só das virtudes, que a enobrecem, e perdido sua selvageria. (Relatorio Assembleia Legislativa Provincial do Piahy pelo Ex. Senhor Presidente da Provincia José Antonio Saraiva na Sessão aberta em 1.º de julho de 1852. Caxias Typ. Independente de Filinto Elysio da Costa, Rua do Sol n.º 16, 1852, p 15).

Aqui Saraiva falou em termos de defeitos da raça e incapacidade de assumir as virtudes da civilização (europeia). O vocabulário e a linguagem denotam certa

³ Refere-se à noção de raça sistematizada por Taine e Gobineau, por exemplo, explicitadas anteriormente, e podem ser resumidas da seguinte forma: cada raça possui características particulares, as civilizações são frutos das raças, portanto, resultado das características particulares de cada raça.

presença do racismo. A menção à indolência da população indígena como parte dos defeitos da raça é algo possível de ser interpretado como uma utilização mais ordinária da noção de raça: habilidades, inabilidades, qualidades e defeitos próprios e particulares dos diferentes grupos humanos. Ademais, é localizável, ainda, certo sentido de ordenação hierárquica das habilidades e inabilidades, das qualidades e dos defeitos, por exemplo, a vida nômade seria inferior à vida civilizada.

Nos documentos acerca de sua administração na Província de São Paulo, José Antonio Saraiva destacou a diminuição dos casos de morfeia.⁴ Em sua opinião,

Se no Brasil começa a diminuir depois da cessação do trafico de Africanos, como observa o Sr. Dr. Silva, e outros Medicos, cumpre que os homens da sciencia envidem seus esforços contra um inimigo tão temível, e se forem auxiliados pelo Governo do paiz, talvez em pouco tempo consigão este feliz resultado e as bênçãos da posteridade, assim como são abençoados aquelles que ainda indirectamente conseguirão a extincção deste horrendo mal, de vários pontos da Europa. (Documentos com que o illustrissimo e excellentissimo senhor dr. José Antonio Saraiva, presidente da provincia de S. Paulo, instruiu o relatorio da abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1855. S. Paulo, Typ. 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1855, p 15).

Em tal reflexão se mostra perceptível a associação entre a entrada de pessoas oriundas de África no país e a doença. A diminuição na entrada de africanos combinada a uma ação efetiva dos “homens de sciencia” e do Estado seriam os elementos fundamentais ao declínio da morfeia em São Paulo. Em concordância com as considerações da ciência médica da época, Saraiva, aparentemente, aceita que a morfeia não seria uma doença contagiosa. No entanto, ele acreditava na hereditariedade da moléstia.

Concordão os Autores que a morphéa se transmite pela geração dos pais aos filhoes; mas nem toda a descendencia destes infelizes contrae a herança fatal, a predisposição póde se combatida pela educação; todavia cumpre obviar o meio de perpetuar a raça destes infelizes, nunca rompendo

⁴ José Antonio Saraiva utilizou o termo morfêia e não lepra. Contemporaneamente a morfêia é definida como um tipo de esclerodermia localizada. Esclerodermia significa “pele dura”. O termo esclerodermia localizada se refere ao fato de que o processo nosológico está “localizado” na pele. Por vezes o termo “morfêia” é utilizado como sinônimo de esclerodermia localizada, criando alguma confusão. A morfêia é, de fato, apenas uma variante da esclerodermia localizada. É importante compreender que a esclerodermia localizada é diferente da esclerodermia que afeta os órgãos internos, que é conhecida como esclerose sistêmica. A esclerodermia localizada está tipicamente confinada à pele, embora por vezes os músculos subjacentes possam estar envolvidos. A esclerodermia localizada não é uma doença fatal, mas a qualidade de vida do paciente é muitas vezes afetada por causa do aspecto da pele, das contraturas articulares e, raramente, por sérias deformidades da face e das extremidades. (Disponível em <http://www.reumatousp.med.br/para-pacientes.php?id=33786438&idSecao=18294311> acesso em 26/052013).

laços de família já formados, mas evitando que novos se formem. (Documentos com que o illustrissimo e excellentissimo senhor dr. José Antonio Saraiva, presidente da provincia de S. Paulo, instruiu o relatorio da abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1855. S. Paulo, Typ. 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1855, p 15-16).

Saraiva ao entender que a morfeia era hereditária, asseverou que uma forma efetiva de combatê-la seria “obviar o meio de perpetuar a raça destes infelizes, nunca rompendo laços de família já formados, mas evitando que novos se formem.” A afirmação oferece algumas possibilidades interpretativas. A raça neste momento pode ser entendida na sua acepção pré-oitocentista, como um grupo de pessoas de descendência comum.⁵ Outro caminho de análise poderia notar que as pessoas mais suscetíveis à morfeia seriam as de origem africana, daí a raça degenerada seria um grupo humano bem mais amplo, portanto, ter-se-ia por esta seara raça dentro do significado mais usual do mundo oitocentista.

Desta feita, os *Relatórios* permitem entrever um José Antonio Saraiva que fez uso do vocabulário e da linguagem comum e normativa do momento e ambos eram marcados pelas teorias raciais. Esta documentação também possibilita notar que a ausência de rigidez na utilização da noção de raça, bem como de um sentido unívoco para ela, seriam situações que colaborariam para a raça ora entrar no raciocínio, ora ser deixada de lado.

4.3 De Conservador a Liberal

Saraiva defendeu para si postura de conservador moderado nos anos 1850, bem como argumentou em prol da Política da Conciliação. No início dos anos 1860 a situação muda um pouco de figura, pois ele passou a militar com maior veemência na construção de novos partidos. De modo que em sessão parlamentar do dia vinte e sete de maio de 1862, Saraiva definiu sumariamente no que consistia a Política da Conciliação: extinguir o princípio revolucionário.

⁵ Faz-se uso aqui da análise de Michael Banton, já citada, posta a informar que “No século XVIII, a palavra ‘raça’ era primeiramente usada para a descendência comum de um conjunto de pessoas; as suas características distintivas eram dadas por assentes e a categoria ‘raça’ usava-se para explicar como as conseguiram.” (BANTON, 1979 p 39).

A política da conciliação foi o triunfo da opinião que acabei de descrever. Por ela vieram os liberais para a Câmara, e tivemos a fortuna de ver que eles queriam também, como nós, o progresso do país sem turbulência, sem agitação, e somente promovido no terreno constitucional. (*Muitos apoiados*). (SARAIVA, J. A., 1978 p 264).

Com efeito, Saraiva concluiu que a missão dos conservadores moderados estava encerrada nos seguintes termos: “Nossa grande missão está preenchida, porque está morto o princípio revolucionário.” (SARAIVA, J. A., 1978 p 264). Entretanto, uma nova missão se colocava no horizonte: alcançar o “progresso”. Assim, ao findar seu pronunciamento na sessão de vinte e sete de maio de 1862 ele afirma “Senhores, nós conservadores moderados e liberais, ou antes nós que formamos hoje o partido progressista do Império...” (SARAIVA, J. A., 1978 p 266). Desta coalizão surgirá o novo Partido Liberal do qual Saraiva será uma das figuras mais proeminentes. E como era se esperar a transição de um partido para outro foi alvo de recorrentes justificativas e explicações do Conselheiro na Tribuna do Parlamento. Durante o quarto Gabinete comandado pelo Marquês de Olinda, agora figurando nas hostes progressistas, Saraiva foi à *Camara dos Senhores Deputados*, na condição novamente de Ministro da Marinha, e disse na sessão parlamentar do dia vinte seis de maio de 1865:

Senhores, eu e meus amigos fomos conservadores quando a ordem estava seriamente ameaçada pela cegueira das paixões políticas, e era preciso não enfraquecer autoridade. A ilustração do país cresceu e hoje tudo indica que é preciso firmar a ordem pelo desenvolvimento da liberdade.

Conservador em relação à Constituição, sou liberal muito adiantado quando nutro o desejo de destruir ou antes substituir por instituições simples esse maniqueísmo complicado, de que um dos partidos se apresentou para fundar a ordem, e de ambos se serviram para falsear a liberdade do voto. (*Numerosos apoiados*).

Não sei que possa haver nesse procedimento motivo se para duvidar de minha sinceridade. Sou liberal, senhores, sem licença de ninguém, e somente porque o interesse do país me aconselha.

Não concebo mesmo Sr. Presidente, que no estado atual de nossa sociedade se possa deixar de ser liberal, como eu sou, e como são todos que desejam ver sinceramente executadas nossas instituições constitucionais. (SARAIVA, J. A., 1978, p 331-332).

A especificidade do Partido Progressista e do liberalismo defendido por esta agremiação foi destacada por Saraiva para justificar sua posição e de seus colegas ex-conservadores. O discurso em torno dos interesses do país estar em primeira ordem é algo recorrente na fala pública do Conselheiro, mesmo durante o período conservador, portanto, ao mobilizar este tipo de argumento fica nítida sua tentativa

de estabelecer coerência em seus atos. Assim, os interesses do país seriam suficientes para justificar a mudança de partido dele e de vários conservadores moderados, o país clamaria por reformas que o Partido Conservador não se propunha a fazer. Dentre as reformas reclamadas tornar-se-iam palpitantes nos anos 1860, sobretudo, duas: a eleitoral e a do “elemento servil”.

O tema da troca de partido tanto de Saraiva quanto de outros ex-conservadores apareceu, novamente, cerca de um mês depois da sessão parlamentar do dia vinte seis de maio de 1865. Neste momento, o tom adotado não era mais em torno de um Partido Progressista, mas de um novo Partido Liberal. Em nove de junho de 1865 o então Ministro da Marinha, assim se manifestou:

Mas, o nobre deputado [Martinho Campos⁶] não se deve esquecer de que temos uma Constituição escrita e muito liberal, que essa Constituição é aquela por que nos devemos guiar, e deve também recordar-se de que quando tive a honra de reunir-me ao nobre deputado e aos nossos distintos aliados, para formar o novo partido liberal com ideias e princípios acomodados às circunstâncias do país e capazes de ser realizadas, fiz questão do cumprimento e observância perfeita e integral da nossa Constituição. (SARAIVA, J. A., 1978 p 334).

As colocações de Saraiva poderiam ser interpretadas dentro das premissas de uma modernização conservadora, mudanças se faziam, em sua visão, necessárias, mas elas deviam ser conduzidas com prudência e moderação – observando a Constituição, a qual não se tinha a pretensão de alterar. As “circunstâncias” do país também teriam sido decisivas à mudança de Saraiva de lado no jogo político imperial.

Sr. Presidente, eu tenho sido muito franco sempre que me tenho resolvido falar de política. Quando tratamos de nos unir, quando votei-me ao serviço das ideias livres, quando dediquei-me ostensivamente a essa política, porque não receando revoluções e desordens no país, já não me era permitido ficar estacionário sem flagrante contradição dos meus sentimentos e das minhas convicções mais íntimas, sem violentar a minha razão, quando eu resolvi dar esse passo e separei-me dos meus correligionários, não receando desordens, não receando revoluções, foi porque, Sr. Presidente, tinha já grande confiança em todos aqueles que se diziam liberais e em todo o país. Foi assim que tornei-me liberal como o nobre deputado crê que sou; porque, repito, adquiri uma confiança extrema que o país não faz hoje desordens nem revoluções porque a experiência nos tem ensinado o seguinte: cada revolução que o país faz é um obstáculo que cria para o desenvolvimento das liberdades públicas. (SARAIVA, J. A., 1978 p 335).

⁶ Martinho Álvares da Silva Campos (1816-1887).

As “circunstâncias” permitiam pensar o progresso do país dentro da ordem, esta situação foi decisiva para a conversão tanto de Saraiva quanto para a de outros ex-conservadores em liberais. Dentre tais progressos estaria o “desenvolvimento das liberdades públicas”, sobretudo, a liberdade de opinião eleitoral – o voto livre –, bem como o direito à representação parlamentar das minorias.

4.4 A procura da verdade eleitoral

O tema das eleições já era uma preocupação para José Antonio Saraiva desde a época de Partido Conservador. Ao debutar na *Camara dos Senhores Deputados*, sob o governo do Gabinete de Joaquim José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí (1802-1872) em sessão realizada em vinte e sete de junho 1853, ele busca defender o governo de ter, por meio dos presidentes de província, interferido nas eleições para a deputação e para a senatoria. A acusação dos deputados da oposição é recuperada nos seguintes termos por Saraiva:

Sr. Presidente, V. Ex.^a aprecia bem a posição em que se acha colocada atualmente a maioria. Desde que se discutiu a resposta a fala do trono, a maioria achou-se alguma coisa ofendida pelos nobres deputados que se acham em oposição. [...]

Com mais motivos de queixa ficaram aqueles deputados que têm posições oficiais, que têm sido delegados do governo nas diferentes províncias do Império, porque a Casa ainda há de se lembrar de que o governo atual foi acusado fortemente, primeiramente pelo nobre deputado por Pernambuco, que neste momento está me olhando de luneta... [...]

De uma intervenção funesta e ilegítima nas eleições para esta Câmara, e ultimamente nas eleições para senadores a respeito das quais o nobre deputado muito falou, atribuindo aos presidentes das províncias a responsabilidade, pois que estes são os delegados do governo, os executores de seu pensamento; desta intervenção funesta e anticonstitucional, de que ainda agora se ocupou o nobre deputado que acabou de falar, os presidentes de têm, sido na opinião dos honrados membros, instrumentos cegos do governo. (*Vivas reclamações. Diferentes Srs. deputados pedem a palavra*). (SARAIVA, J. A., 1978 p 3).

Após situar a acusação feita, ele parte para a defesa do Governo, esta se construiu em torno de dois argumentos centrais: autonomia dos presidentes de província em relação ao Governo e os limites do Governo (de sua capacidade de intervenção). Acerca do primeiro argumento, fiou-se Saraiva na ideia de que os presidentes, assim como ele o fora, não se submeteriam cegamente aos intuitos do

governo, pois suas responsabilidades estariam para além de garantir a eleição deste ou daquele candidato. Para sustentar a posição fez uso da sua própria experiência de presidente de província. Sobre o segundo caminho de argumentação, o então jovem deputado postula “que o governo não é tudo no país”. Ele buscou relativizar o peso do Governo nas províncias dando a entender que elas teriam interesses próprios, estes cerceariam a ação governamental nas eleições. (SARAIVA, J. A., 1978 p 3-20).

Apesar de procurar defender o Governo da acusação de manipulação eleitoral, ele não descarta a fraude como procedimento usual, no entanto, busca isentar o Executivo de responsabilidade:

Ocupar-me-ei somente da parte política do seu discurso, porque, como disse, acho-me até de alguma sorte na obrigação de responder a todas as acusações feitas ao governo por intervenção ilegítima nas eleições, principalmente da província que tive a honra de administrar, porque tenho convicção de que se vícios, se irregularidades, houveram no último processo eleitoral, devem ser antes atribuídos aos defeitos e vícios de nossas instituições, do que a desejo que tivesse o governo de substituir pela sua vontade a opinião do país. (SARAIVA, J. A., 1978 p 5).

Independentemente da plausibilidade do argumento de Saraiva acerca da manipulação ou não dos resultados das eleições pelos presidentes de província, destaca-se o fato de ele admitir a possibilidade de fraude e arremeter contra as mesmas instituições; a ficar, então, nítido que para brecar as fraudes far-se-ia necessário mudar as instituições. Em seu pensamento, neste momento, se havia problemas de fraudes eleitorais quem deveria agir para coibi-las seria, justamente, o Parlamento criando as leis (e as instituições?) que concorressem para este fim e, sobretudo os Partidos deveriam estar empenhados em construir eleições isentas. (SARAIVA, J. A., 1978 p 8-9).

4.4.1 Saraiva e a Lei dos Círculos

O sistema eleitoral do Império sofreu, ao longo dos sessenta e sete anos de duração do regime monárquico, inúmeras alterações. As tentativas de melhor

compor o sistema eleitoral almejavam, nas palavras dos operadores do sistema, uma maior sinceridade nas eleições.

Nos anos 1850, momento em que Saraiva atuava na Corte, ora como ministro, ora como deputado, o legislativo imperial buscou a sinceridade eleitoral, por meio de pelo menos quatro decretos. Foram eles: o *Decreto n.º 842, de 19 de setembro de 1855*; o *Decreto n.º 1.812 – de 23 de agosto de 1856*; o *Decreto n.º 1.082 – de 18 de agosto de 1860*; *Decreto nº 2.621 - de 22 de agosto de 1860*. Cada qual à sua maneira almejava, em última instância, diminuir os “defeitos e vícios” das instituições para se atingir a verdade eleitoral. Dentre os quatro decretos promulgados na década de 1850 fazia-se presente o *Decreto de 19 de setembro de 1855*. Esta legislação estabeleceu a eleição de um deputado por distrito com três escrutínios e com exigência de maioria absoluta para a eleição.

A *Lei dos Círculos*, como ficou conhecido o *Decreto n.º 842 de 19 de setembro de 1855*, era percebido pelos parlamentares, em fins da década de 1850, como uma medida progressista e avançada na busca pela verdade eleitoral. José Antonio Saraiva, defensor do progresso do Império, notadamente, de suas instituições, havia votado contra o decreto. Este posicionamento contrário à *Lei dos Círculos* era recorrentemente cobrado ao deputado pela Bahia por seus colegas de Parlamento. Na sessão parlamentar do dia primeiro de junho de 1859 ocorreu um desses momentos de cobrança, no qual o deputado Saraiva foi questionado acerca do tema, tendo ele contra-argumentado:

Votei contra a lei dos círculos, Sr. Presidente, porque votaria contra essa lei em qualquer das hipóteses em que ela se manifestasse no parlamento. Votei contra a lei dos círculos com as eleições indiretas, porque considerava-a uma lei oligárquica; e votaria contra ela com as eleições diretas, porque achá-la-ia ainda uma lei anárquica (*Apoiados e reclamações*). Ninguém, portanto, admire-se do meu voto, porque o meu voto nesta matéria foi e será um só, porque entendo que a lei dos círculos foi e será um grande mal para o Império (*Apoiados e não apoiados*). (SARAIVA, J. A., 1978, p 163).

Assim, ao contrário de parte considerável dos parlamentares, José Antonio Saraiva via na *Lei dos Círculos* o reforço da localidade, dos poderes locais, ou seja, a fortificação da intervenção dos interesses pontuais em detrimento dos mais gerais. Em sua perspectiva esta lei, ao invés de minimizar os “defeitos e vícios” das instituições, os incrementavam, no sentido de deturpar a opinião eleitoral. Ele apreendia que os círculos com eleições indiretas levariam à oligarquia, e os círculos

com eleições diretas conduziriam o país à anarquia. Saraiva assinalava que a alternativa eleitoral com os círculos, seja com eleição direta, seja com eleição indireta, seria ruim. De tal discussão surge o que pode ser estabelecido como uma das colunas mestras do pensamento de Saraiva, pois mais relevante do que quem vota seria o sistema eleitoral, ou seja, mais importante que as características da sociedade seriam as qualidades das instituições. Estas poderiam, de fato, garantir a legitimidade do processo eleitoral, bem como impedir tanto a oligarquia quanto a anarquia. Logo interessaria ao Conselheiro menos a composição da sociedade e mais a “engenharia das instituições”. Esta postura, em grande medida, se manteve ao longo da carreira política de Saraiva.

4.5 A busca da verdade eleitoral a partir do Novo Partido Liberal

A forma como Saraiva analisava o processo eleitoral modificar-se-á após a queda do Gabinete de Zacarias de Góis e Vasconcelos, que durou de 3 de Agosto de 1866 até em julho de 1868. Em substituição ao Gabinete Liberal de Zacarias foi formado um Gabinete Conservador, chefiado por Joaquim José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí (1802-1872). Este ato foi entendido como um golpe de Estado por parte dos liberais. A partir deste momento as críticas de Saraiva ao sistema eleitoral passam a ser muito mais incisivas. Apesar de elas manterem certa coerência com posições defendidas anteriormente, surgiu algo diferente neste momento: a censura ao Poder Moderador.

Na sessão de seis de julho de 1869 do Senado Imperial, Saraiva fez as seguintes observações:

Eu não quero fazer recriminações; quero que a minha voz sirva para que todos nós marchemos a um fim que é a liberdade da eleição.
E Sr. Presidente, esta falta de liberdade da eleição é que complica todas as questões do país. Infiltraí em um corpo sangue vicioso, vós vereis o aparecimento de dezenas de moléstias, cada qual parecendo ter uma causa diversa, e tendo todas aliás a mesma origem, o sangue vicioso.
É assim, Sr. Presidente, que da falta de liberdade eleitoral vem essas excrescências do nosso sistema de governo; os pilotos que principiam a navegar julgam que as causas são diversas, entretanto que a causa é uma só, é a falta da liberdade de votar. Deixando assinalado esse vício do nosso sistema como causa principal de nossos males [...]. (SARAIVA, J. A., 1978 p 372).

Aqui se faz presente a mesma posição com respeito às instituições assinalada anteriormente: o problema da falta da liberdade eleitoral não deveria ser buscado em outro lugar senão na ação falha das instituições.

Em outro momento do mesmo discurso Saraiva asseverou:

Mas nós [liberais] argumentamos atualmente com a falta de liberdade eleitoral; v. Ex.^a concebe, Sr. Presidente que chegou o caso das preocupações inúteis. Não tendo liberdade eleitoral o que é o poder real, no meio de nós? Um poder enorme, e sem corretivo de espécie alguma. Um poder arbitrário que não pode ser limitado, e nem contido em suas apreciações erradas.

Em semelhante circunstância, são inúteis toas a precauções constitucionais. (SARAIVA, J. A., 1978 p 374).

A crítica ao Poder Moderador segue:

E notai, senhores, que de todos os espécimes de governos absolutos o nosso é o mais deplorável, o menos útil que pode haver no mundo; porque o Imperador, se tem o direito de mudar situações, de mudar por sua vez este ou aquele partido para governar, não tem infelizmente o direito que têm os monarcas absolutos da Europa, o de conter os desmandos de seus ministros; porque aí vem a doutrina da responsabilidade ministerial privá-lo de uma mais larga.

Mudada uma situação, ele fica inibido de tornar a mudá-la no seguinte, embora veja com dor as violências sucederem-se às violências, as fraudes sucederem-se às fraudes. (SARAIVA, J. A., 1978 p 374).

Em outra passagem:

O poder pessoal do Rei, que consiste em fazer e desfazer situações políticas, é um poder que lhe não aproveita e faz mal. O Rei aniquilando as liberdades públicas, por não ter o corretivo da liberdade eleitoral...

[...]

Expõe a dificuldade que um dia não poderá superar: o Rei, repito, dever ser o primeiro em abandonar esse poder, promovendo as reformas eleitorais, porque esse poder é uma anomalia, e um grane peso. (*Apoiados*).

O Rei tem o poder de criar e aniquilar situações políticas; realizada a mudança não pode conter os ministros, [...] (SARAIVA, J. A., 1978 p 384).

A Monarquia Constitucional foi veementemente defendida por Saraiva, em meio à forte discussão com o Ministro da Marinha, ainda na sessão de seis de julho. Até mesmo Henri-Benjamin Constant de Rebeque (1767-1830) fora mobilizado para defender o referido arranjo político-institucional.

Benjamin Constant, esse espírito superior que defendeu, há mais de meio século, ideias liberais que ainda hoje são contestadas, Benjamin Constant, o republicano de 1793, assim se exprimia: "A monarquia constitucional com

liberdade de voto não diverge das repúblicas senão na forma; um republicano pode ser amanhã um sincero monarquista constitucional, se a monarquia constitucional der liberdade ao país. Mas nunca vereis sinceramente um apóstolo da monarquia constitucional um representante do direito divino e da monarquia absoluta.” (SARAIVA, J. A., 1978 p 379).

Esta referência a Benjamin Constant, a mobilização do argumento, evidentemente, não é isenta: ela ocorre justamente para destacar a relevância da liberdade de voto. E esta qualidade garantiria a viabilidade da Monarquia Constitucional, aquela capaz de evitar os arroubos revolucionários.

Os discursos parlamentares de Saraiva tanto na *Camara dos Senhores Deputados* quanto no Senado permitem denotar de modo nítido que a crítica sistematizada pelo Partido Liberal, bem como a dele próprio ao sistema eleitoral ao Poder Moderador e às eleições indiretas deram-se nos anos 1860. O discurso de seis de julho de 1869 é emblemático nesta direção, nele evidencia-se a defesa (e crença) do voto direto como forma de brechar a ação do governo, dos presidentes de província no processo eleitoral.

Entre 1868 e 1878 o Partido Liberal ficou fora do governo e, praticamente fora da *Camara dos Senhores Deputados*. Neste período a agremiação consolidou sua proposta de *Reforma Eleitoral*, que tinha como pilar fundamental o voto direto, de modo que em 1878 um Gabinete liberal foi chamado pelo Imperador, justamente, para implantar a alteração do sistema eleitoral. A volta dos liberais ao poder depois de dez anos de ausência ocorreu com um Gabinete chefiado por João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu (1810-1906), o Gabinete de 5 de Janeiro de 1878. O Visconde de Sinimbu intentou fazer a *Reforma Eleitoral* mediante uma reforma constitucional, o que foi rechaçado pelo Senado. Ademais se deu uma crise entre o Gabinete e a *Camara dos Senhores Deputados*, o que resultou na queda do Gabinete. José Antonio Saraiva foi, então, convidado para assumir o governo – o Gabinete de 28 de Março 1880. Este fora formado com a missão específica de fazer a *Reforma Eleitoral*.

4.6 José Antonio Saraiva e a imigração, a colonização e o elemento servil nos tempos de Partido Conservador

No conjunto dos discursos políticos do Conselheiro José Antonio Saraiva é possível encontrar desde a época das fileiras conservadoras a preocupação fundamental com a ordem, a manutenção da mesma, e uma vez consolidada a ordem a busca pelo progresso surgia como objetivo. Este viria de uma combinação de fatores e investimentos dos “dinheiros públicos” em ações de médio e longo prazo como, por exemplo, os “caminhos de ferro” integrando as diferentes áreas do Império ou a reestruturação dos portos e da frota, a reorganização da iniciativa privada seja na atividade agrícola, seja na atividade comercial e industrial. E nesta avaliação do que viria a ser necessário ao progresso do Brasil a colonização ocuparia um papel decisivo, sendo colono sinônimo de imigrante europeu.

Na sessão parlamentar de dois de agosto de 1855, Saraiva manifestou-se em três ocasiões, a primeira delas dizia respeito à discussão do orçamento e nela se encontra a seguinte passagem:

Sr. Presidente, tinha necessidade de falar na 2.^a discussão do orçamento, e entretanto absteve-me de abusar da ciência da Casa; atualmente, porém, não posso deixar de fazer algumas considerações que de alguma sorte tendem a satisfazer compromissos que tomei para com alguns fazendeiros da província de São Paulo.

Na administração dessa província tive ocasião de conservar com alguns distintos fazendeiros a respeito da colonização, e eles mostram o maior desejo de substituírem por colonos engajados segundo o sistema de parceria os braços escravos que vão faltando aos estabelecimentos agrícolas. (SARAIVA, J. A., 1978 p 30).

Fica bastante nítida posição de Saraiva, ainda como membro do Partido Conservador, de defensor da imigração europeia como solução para suprir “os braços escravos que vão faltando” e mais: ele notava na vinda de mão-de-obra europeia uma forma dos proprietários se manterem nesta condição, pois sem quem trabalhasse as terras elas poderiam ficar abandonadas. Assim, Saraiva ainda em sua primeira participação na sessão de dois de agosto de 1855 disse:

Tenho, Sr. Presidente, tanto maior necessidade de fazer este pedido ao nobre ministro quanto da tribuna desta Câmara se tem lançado proposições que de alguma sorte assustam e amedrontam os interesses da província de São Paulo, que só na colonização promovida para a substituição dos braços

escravos que vão faltando encontra a segurança de sua propriedade agrícola [...] (SARAIVA, J. A., 1978 p 31).

O estabelecimento de uma efetiva corrente imigratória para o Brasil, na visão de Saraiva, estaria diretamente vinculado à questão escravista. De modo análogo àquilo que Joaquim Nabuco fará anos mais tarde, o então deputado pela Bahia, em sua segunda intervenção na Tribuna do Parlamento, no dia dois de agosto de 1855, na discussão acerca da fixação da força naval do Império observou:

A questão porém que discuto é a de saber se são necessários os sacrifícios enormes que pesam sobre nossa Marinha, para aquela repressão possa ser completa.

Dizendo que não são necessários tais sacrifícios, eu acredito demasiadamente em que a existência de magistrados e autoridades perfeitamente escolhidos e colocados em pontos acessíveis e desembarques, pode extinguir todas as esperanças que porventura ainda possam nascer no espírito dos aventureiros que se dão a semelhantes especulações. Se, porém, Sr. Presidente, essa repressão enérgica que já existe e que já tem produzido os resultados que havemos obtido e são maravilhosos, não puder abrigar-nos do tráfico de africanos, este deve cessar desde que o honrado ministro do Império houver conseguido criar no espírito de nossos agricultores a convicção de que poderão obter trabalho livre, porque aquela convicção matará em sua raiz as últimas esperanças que possam ser concebidas pelo sórdido interesse dos traficantes de escravos. (SARAIVA, J. A., 1978 p 37).

Saraiva, além de marcar com cores bastante fortes que sem cessar o trabalho escravo não se conseguiria estabelecer o trabalho livre com imigrantes, busca com igual ou até maior veemência descolar a escravidão da esfera de interesses da “lavoura” fazendo a defesa dos proprietários de terras e atribuindo aos comerciantes de cativos e de cativas a responsabilidade pelo desenvolvimento e manutenção do escravismo no Império. Como se os comerciantes de pessoas escravizadas não estivessem atendendo à demanda da “lavoura” por braços. Sua opção foi, seja porque ele de fato acreditava, seja pelo jogo político, distinguir os “nossos agricultores” dos “sórdidos traficantes”, como se os interesses de uns não estivessem ligados aos dos outros. Ele acaba realizando uma idealização do patriarcado rural que, em alguma medida, lembra aquela que será realizada por Gilberto Freyre (1900-1987) mais de setenta anos depois que o referido discurso foi proferido.

Assim, para o Conselheiro Saraiva mais útil que empenhar “os dinheiros públicos” na ampliação da força naval ou ainda atribuir mais funções à Marinha seria combater o tráfico de pessoas escravizadas em terra, impedindo o desembarque, e,

sobretudo, inculcando nos proprietários a possibilidade de encontrar mão-de-obra livre abundante. A imigração em larga escala poria fim à escravidão. O deputado Saraiva defendeu neste sentido um crédito extra para o governo de Honório Hermeto Carneiro Leão (1801-1856), o Marquês de Paraná, para promover a colonização. A imigração poderia e deveria “aumentar as forças produtivas do país”. (SARAIVA, J. A., 1978 p 42).

E para dinamizar este processo Saraiva propôs a criação de vários sistemas simultâneos para atrair imigrantes, ao invés de um único fixado pelo governo, pois a imigração seria “[...] a melhor providência possível para conhecer-se o que o futuro dirá a respeito da colonização num país onde existe o trabalho escravo em todos os pontos, e que tem de ser profundamente modificado, em consequência mesmo da colonização.” (SARAIVA, J. A., 1978 p 45-46). A imigração teria assim o caráter regenerador de um país marcado em tudo e em todas as pessoas pela escravidão, algo bastante semelhante àquilo que Joaquim Nabuco falou cerca de três décadas depois.

Nabuco falava em pôr termo à escravidão, o problema central do Brasil,

Porque a escravidão, assim como arruína economicamente o país, impossibilita o seu progresso material, corrompe-lhe o caráter, desmoraliza-lhe os elementos constitutivos, tira-lhe a energia e a resolução, rebaixa a política; habitua-o ao servilismo, impede a imigração, desonra o trabalho manual, retarda a aparição das indústrias, promove a bancarrota, desvia os capitais do seu curso natural, afasta as máquinas, excita o ódio entre classes, produz uma aparência ilusória de ordem, bem-estar e riqueza, a qual encobre os abismos de anarquia moral, de miséria e destituição que do Norte ao Sul margeiam todo o nosso futuro. (NABUCO, J., 2001 p 110).

A fala de Nabuco revela o quanto ele via a imigração, a colonização como algo importante para o desenvolvimento do país e o quanto a escravidão atrapalhava esse processo. Em pronunciamento na sessão parlamentar de quinze de novembro de 1888, Joaquim Nabuco afirmou que “levado a efeito o plano de imigração com certo limite, com certa discricção com certo discernimento, não há dúvida de que a imigração estrangeira é um grande elemento de progresso nacional [...]”. (NABUCO, J., 2010 p 529-530).

A crença que José Antonio Saraiva depositava na imigração como redentora do país nos anos 1850 relaciona-se diretamente com a descrença na população do Império.

O nobre deputado por Minas, depois de asseverar que a colonização era absolutamente improfícua, que não podia servir os interesses do país perguntou ao governo se não era mais conveniente proteger as classes pobres que atulhavam as nossas cidades do que mandar buscar estrangeiros para aumentar os sofrimentos e as desgraças dessas classes. O nobre deputado, continuando, lembrou um meio de que se deveria servir o governo para tornar melhor a condição das classes pobres em nossas cidades, e aconselhou a compra de terras, e sua distribuição pelas pessoas que nas cidades não podiam ser convenientemente empregadas. Lendo o discurso do nobre deputado, lembrei-me das agitações em Roma em consequencia da famosa lei agrária, e refletindo um pouco mais quase descobri no pensamento do nobre membro o desejo de que o comunismo tivesse entre nós um começo de aplicação. (*Reclamações*).

[...]

O comunismo se vê em qualquer pretensão de fazer viver uns a custa dos outros que tem adquirido honesta e legitimamente. Em Roma, o povo pedia terras, porque as terras tinham sido larga e liberalmente distribuídas pelo estado com os privilegiados. O nobre deputado porém quer que o governo compre terras e as dê àqueles que não têm ocupações em nossas cidades. Ora, para que o governo possa comprar as terras é necessário que peça dinheiro por meio de impostos àqueles que têm dinheiro. É isto fazer viver o pobre, o vadio talvez a custa do rico, ou em outros termos, é desejar um pouco da vitória para o comunismo, já condenado pelas mesmas classes que na Europa com ele pretendiam regenerar-se de suas misérias, misérias, Sr. Presidente, que só podem ser aliviadas pelo trabalho, tão lucrativo, e ainda tão fácil no país. (SARAIVA, J. A., 1978 p 47).

Ao se perscrutar esta argumentação de Saraiva nota-se com alguma nitidez a descrença na população pobre do Império. E com isso o investimento nestas pessoas era tomado como desperdício dos “dinheiros públicos”. A alocação de recursos públicos nos mais pobres foi entendida como um possível freio ao empenho pessoal, no sentido de uma busca por melhores condições de vida. Ela foi percebida ainda como um inibidor da procura por trabalho, como se houvesse um mercado capitalista competitivo presente à sociedade brasileira daquele momento.

Investir os “dinheiros públicos” na população pobre foi tomado como “fazer viver o pobre, o vadio talvez a custa do rico”, uma vez que o recurso a ser direcionado à população pobre viria dos impostos pagos pelos ricos. A possibilidade de cessão de terras aos pobres foi tratada nestes termos: o governo teria que comprar as áreas para a distribuição com o dinheiro dos impostos arrecadados junto aos ricos.

A posição de Saraiva era condizente com sua posição de fazendeiro, de membro do Partido Conservador. Contudo, é impossível não chamar a atenção para o fato de alguém que vinha reclamando da presença da escravidão em todos os setores da sociedade brasileira de queixar-se do “comunismo” que “se vê em

qualquer pretensão de fazer viver uns a custa dos outros que tem adquirido honesta e legitimamente.” (SARAIVA, J. A., 1978 p 47). O que seria a escravidão então?

Seria possível notar a crítica ao comunismo na condição de uma censura ao escravismo? É difícil afirmar tal relação. No entanto, é perceptível a crença no trabalho livre realizado preferencialmente por imigrantes – a “colonização”. A “colonização” era entendida como fundamental para o avanço da civilização no Brasil. Outra possibilidade interpretativa que a posição defendida por Saraiva suscita versa sobre não serem os vadios em si motivo de preocupação, mas sim a política que se pretendia adotar para com eles. Em outras palavras: como as instituições deveriam se portar diante deles. Assim, a crítica de Saraiva seria direcionada ao deputado que entendia ser mais útil investir na população pobre do Brasil. A política proposta do deputado seria comunista. No entanto, investir na colonização os “dinheiros públicos” para trazer imigrantes da Europa não era visto como uma política comunista. Muito pelo contrário.

As palavras proferidas na sessão parlamentar de dois de agosto de 1855 podem colaborar na compreensão da questão.

O nobre deputado, Sr. Presidente, em suas considerações, elevou-se às mais altas questões que a colonização suscita. O lado político e moral do assunto não foi esquecido por ele. Pois bem, o nobre deputado que assim procedeu esqueceu-se, como disse, de um fato que podia ter profundamente alterado a sua maneira de raciocinar. O nobre deputado não viu que a colonização tinha por consequência lógica, ainda que tardia, a morte gradual e lenta do trabalho escravo que faz mal a nossa civilização, que tira um caráter mais elevado, mais grandioso, desde o dia em que tudo for livre no país. Senhores sem a colonização o nobre deputado nunca poderia dispensar o trabalho do escravo, e conseqüentemente nunca teria o gosto de ver o país gozar de uma apurada civilização. (SARAIVA, J. A., 1978 p 48).

Se a imigração era entendida como a redenção do país, quem seriam os imigrantes ideais para essa missão? Na opinião de Saraiva caberia aos alemães tal tarefa, disse ele:

A colonização portuguesa tem uma tendência, pelo que não a prefiro à alemã e suíça, apesar da semelhança dos seus hábitos com os nossos: os portugueses só se estabelecem, só procuram a agricultura quando não acham emprego em nossas cidades; os alemães só ficam nas cidades quando não podem ir para o campo; aqueles gostam do comércio e estes da agricultura (*Apoiados*). É por isso que eu prefiro a colonização alemã, sem censurar aos portugueses a tendência que têm para o comércio, porque todo o homem deve aspirar ao que lhe parece melhor. (SARAIVA, J. A., 1978 p 56).

Cada pessoa deveria procurar o que lhe parece melhor, asseverou Saraiva, e seguindo pela mesma linha cada país tinha a obrigação de fazer o mesmo, e para ele o melhor para o Império do Brasil nos anos 1850 era buscar a imigração germânica. Porque estas pessoas iriam, em sua visão, para o campo. José Antonio Saraiva insiste em afirmar a procura dos imigrantes lusitanos pelo comércio era legítima, disse ele que:

Essa tendência para o comércio é acoroçada pelo grande número de estrangeiros residentes em nossas cidades dados a essa profissão, e assim o deve ser, porque nós gostamos de residir onde encontramos pessoas que tenham por nós interesse e estima. Cumpre ainda reconhecer que este fato, aliás legítimo e inocente; tem sido menos convenientemente explicado pelos nossos patrícios, que encontram obstáculos para entrar no comércio, e vai dando lugar às exigências políticas (*Apoiados. Não apoiados*). (SARAIVA, J. A., 1978 p 56).

Ao mesmo tempo em que considerava legítima a aspiração ao comércio por parte dos imigrantes lusos, ele alertava para o problema que isso gerava em termos de um monopólio português do comércio em detrimento dos nacionais. Todavia, Saraiva mobilizou esta postura em não condenar as aspirações dos imigrantes lusitanos à vida nas cidades, sua dedicação à atividade comercial para poder argumentar que tal qualidade destes imigrantes é que daria vantagem à imigração germânica. Nas palavras do Conselheiro José Antonio Saraiva a questão ficava colocada da seguinte forma:

Já disse que não condeno essas aspirações dos portugueses, mas digo que a tendência que eles têm para ficar nas cidades do Brasil dá a outros [germânicos] uma vantagem, porque a primeira necessidade do país é ter braços para a lavoura (*Apoiados*). Eu, senhores, descendente de portugueses, e ainda hoje aparentado com muitos a quem estimo, não posso ter para ele sentimentos hostis. Desejá-los-ia e com preferência, se visse que eles buscariam antes o campo do que as cidades. Não tenho porém essa esperança. Concordando com os nobres deputados em que a colonização portuguesa deve ser favorecida, também manifesto o desejo de ser favorecida a colonização alemã, porque esta vem rotear as nossas terras. (SARAIVA, J. A., 1978 p 56).

A estratégia adotada por Saraiva nesta contenda parlamentar foi, ao invés de ir diretamente contra as demandas por uma imigração lusitana, apresentar as características desta imigração, para daí argumentar em favor da imigração germânica, que ele entendia ser a ideal. O enunciado construído traz consigo de maneira subjacente certa associação entre características culturais e a natureza dos

grupos humanos. Aliás, algo recorrente para o período, sobretudo entre as elites. E isso é relevante, pois denota a linguagem comum e normativa adotada, bem como o procedimento no *espaço político* ao proferir ideias desta ordem: de modo bastante escorregadio. Com efeito, desta discussão é destacável a posição de Saraiva em não apostar na população do Império, notadamente a mais pobre para alavancar o desenvolvimento do país.

4.7 José Antonio Saraiva e a imigração, a colonização e o elemento servil nos tempos de Partido Progressista e Partido Liberal

A postura do Conselheiro Saraiva em relação à imigração, à colonização e acerca do elemento servil tomou novos contornos na sua transição do Partido Conservador, passando pelo Partido Progressista até seu estabelecimento no Novo Partido Liberal (que ele ajudou a fundar). Com efeito, em pronunciamento na sessão de dezenove de junho de 1860 da *Camara dos Senhores Deputados*, quando Saraiva se autodefinia como Conservador Moderado, num acalorado debate sobre a necessidade de alterações no sistema eleitoral, no momento em que discutia a abrangência do *Círculo*, a quantidade de eleitores por *Círculo* que deveria ser adotada no país, Saraiva argumentou:

É verdade; e a comissão procede assim por cômodo da população, e porque isso não impede que a eleição do distrito seja em última análise feita por um grande número de eleitores.
Portanto, Sr. Presidente, sobre esse terreno é que o nobre deputado devia combater, porque o parecer fundou-se no conhecimento que todos os homens fazem da natureza humana, que é uma e a mesma em toda a parte. (SARAIVA, J. A., 1978 p 228).

Cerca de seis anos após fazer a distinção entre lusos e alemães, porque uns não seriam interessantes como colonos e os outros seriam desejáveis, e de praticamente descartar a população local do seu projeto de redenção da civilização brasileira, Saraiva argumentou sobre a natureza humana igual em todas as partes. Seria uma mudança de opinião do, então, deputado? Ou ao falar da participação eleitoral era outro povo? Novamente uma questão difícil de responder com absoluta certeza, o que é possível afirmar é que ao final da década de 1850, no ano de 1860,

Saraiva desafiava seus adversários na *Camara dos Senhores Deputados* nos seguintes termos: “Desejava que nobre deputado mostrasse que a natureza humana no Brasil é formada de uma maneira diversa daquela por que todos a compreendem nos diferentes países do mundo.” (SARAIVA, J. A., 1978 p 227). Não foi possível, tendo em vista o tipo de material documental visitado ter um melhor entendimento de quem seria a humanidade para o Conselheiro Saraiva.

O momento em que Saraiva passou a se colocar como progressista e quando ele assumiu a condição liberal coincide, em alguma medida, com o período da Guerra do Paraguai (1865-1870) e neste contexto ele passou a ser muito mais contundente na crítica à escravidão:

Não desonreis o país dizendo que há no Brasil quem sustente a escravidão. O mundo, que nos aborrece por causa dela, e que já tomou na guerra do Paraguai a defesa de López contra nós, somente porque considerava o Brasil um país escravocrata, descrerá de nossa civilização, se souber que há entre nós uma grande parte de escravocrata.

[...]

O Brasil, senhores, nesta guerra foi julgado da maneira a mais deplorável e desgraçada por toda a Europa, porque tínhamos a escravidão (*Apoiados*), e López não a tinha.

[...]

Senhores, livrai o país desta desonra que o faz descer até o último lugar no catálogo das nações civilizadas.

Quereis saber o ódio que todos os liberais, todos os homens ilustrados votam ao Brasil? Nós temos a mais completa liberdade de imprensa; pois bem, quando na França se argumenta contra o regime napoleônico por falta da liberdade de imprensa, e se mencionam os países livres em que essa liberdade existe, todos esquecem o Brasil, ninguém o lembra porque todos têm receio de dizer que o Império escravocrata tem uma liberdade que as outras nações não possuem. Esse desprezo com que somos tratados, senhores, nos aconselha que demos alguma atenção a essa questão importante. (SARAIVA, J. A., 1978 p 376).

Saraiva entendia que a escravidão definia a forma como Brasil era visto pelas demais nações, e tal visão, como exposto, era ruim. Isso por si só impunha ao Império, na pior das hipóteses, ao menos discutir a questão da escravidão. Ao percorrer os discursos parlamentares de José Antonio Saraiva seja como deputado seja como Senador o tema da substituição da mão-de-obra cativa pela livre aparece de modo constante, mas isso não significou o estabelecimento de uma campanha antiescravista de sua parte. Ao mencionar a necessidade de extinguir a escravidão, Saraiva sempre mencionou que tal ação deveria ocorrer sem prejuízo aos proprietários, sem traumas e desordens. E é viável inferir que não havia em suas

considerações maiores preocupações com o destino das pessoas escravizadas no pós-escravismo.

Senhores, eu não escrevi-me no número daqueles pedem uma solução para a questão do elemento servil movido pelo espírito do partido. Não quero que essa questão do elemento servil movido pelo espírito do partido. Não quero que essa questão seja uma armadilha para fazer cair o ministério. Não; o que desejo é que se conciliem interesses industriais do país com as exigências da humanidade e da civilização. Não falo como político, que nada arrisca na salvação desta questão. Eu e quase todos os meus parentes próximos, e os meus mais íntimos amigos de infância, vivemos da lavoura da cana, servida quase que exclusivamente pelo trabalho escravo. Pois bem; nós declaramos ao Governo que, se nossos interesses estão em uma solução de [sic] questão do elemento servil tal que não promova a ruína de uma de nossas mais importantes indústrias, nosso patriotismo não tolerará que se não tomem providência eficazes, que, em tempo ou mais ou menos breve, façam o Brasil aparecer perante o mundo com um país civilizado, e onde não exista a escravidão. A lavoura, Sr. Presidente, tem direito de saber de que modo e até quando ela deve contar com o trabalho escravo; é direito seu; até quando ela deve contar com o trabalho escravo; é direito seu; é a primeira interessada nesta questão. (SARAIVA, J. A., 1978 p 486).

Na argumentação de José Antonio Saraiva acerca da questão do elemento servil é possível notar que o político baiano percebia a posição política da “lavoura” a partir da premissa de certas “lealdades”. Fato que remete, em alguma medida, para uma visão da política fundamentada em relações de dependência pessoal; o elogio feito à “lavoura” realizada na passagem citada permite tal interpretação. A íntima relação com a “lavoura”, contudo, não impediu que ele fizesse uso de um argumento, posteriormente, canonizado: a escravidão era a fonte de muitos dos problemas do Brasil, senão de todos,

Além do que, senhores, a escravidão influi diferentemente na solução de todas as nossas questões industriais. Ela é para as questões industriais o que a liberdade de eleição é para as questões políticas. Vós não tereis colonos enquanto o escravo concorrer com o homem livre; vós não tereis mesmo a verdadeira liberdade e igualdade política enquanto nós outros, proprietários de escravos, como bem observou o nobre senador pela Bahia, tivemos mamado desde o berço todos os defeitos que a escravidão gera nos senhores: um orgulho extraordinário, uma vaidade sem limite. (SARAIVA, J. A., 1978 p 376-377).

Esta forma de perceber a escravidão, manifestada em sessão do dia seis de julho de 1869, pode ser tomada como um artifício argumentativo que torna possível criticar o escravismo sem necessariamente criticar o escravocrata. Argumentos bastante semelhantes foram mobilizados nos anos 1880 por Joaquim Nabuco.

Cerca de um ano depois, em sessão do Senado de 22 de julho de 1870, Saraiva vem novamente criticar a estagnação da discussão acerca do “elemento servil”. Em sua avaliação, negativa, do Gabinete de 16 de Julho de 1868 chefiado pelo Visconde de Itaboraí, o senador Saraiva afirmou:

O que veio, pois, fazer o ministério de 16 de julho?

[...]

Veio resolver a questão do elemento servil; questão palpitante, e que atua sobre o Império com um peso que ele não pode suportar? Mas como podia resolver a questão do elemento servil um ministério que tinha sem seu seio os dois maiores escravocratas do Brasil?

[...]

Senhores, o que veio fazer o ministério de 16 de julho? Veio dar-nos a liberdade eleitoral que o nobre Ministro da Marinha pedia com tanto ardor quando era da oposição em 1867?

[...]

Também não, Sr. Presidente, porque alguns membros do ministério não querem a reforma da leis com as quais não é possível liberdade de voto [...]
(SARAIVA, J. A., 1978 p 479-480).

O retorno do Partido Liberal ao poder em 1878 poderia se constituir no momento para que este programa de reformas reclamado fosse instalado. No entanto, Sinimbu, ao assumir o governo tomou como pauta praticamente única a alteração do sistema eleitoral, via reforma constitucional. O fracasso deste intuito levou à queda do Gabinete de 5 de Janeiro de 1878. Ao assumir o governo em março de 1880, José Antonio Saraiva, que propunha um amplo programa de reformas cerca de dez anos antes optou por enfrentar a matéria da *Reforma Eleitoral*, mediante lei ordinária, e equilibrar o orçamento do Império. Ele evitou tocar na questão da imigração e do fim da escravidão durante o Gabinete de 28 de Março, ou melhor, ele abordou o tema da escravidão para informar que o Ministério entendia ser inoportuno tratar da questão do “elemento servil” naquele momento. Saraiva se viu ocupado da “questão servil” de maneira mais incisiva quando ele ocupou pela segunda vez o cargo de Presidente do Conselho de Ministros no período de seis de maio de 1885 a vinte de agosto de 1885. Neste momento em que a questão da abolição da escravatura “havia tomado as ruas” o Conselheiro Saraiva e vários outros membros da *Camara dos Senhores Deputados* e do Senado buscavam senão restringir o assunto ao espaço Parlamentar colocá-lo sob condução do mesmo.

4.8 A sociedade brasileira na visão de José Antonio Saraiva

De que forma o Conselheiro Saraiva percebia a sociedade brasileira de sua época? Os seus pronunciamentos parlamentares fornecem uma ideia. Na *Camara dos Senhores Deputados* ele afirmava em dezenove de junho de 1860:

Desconheci, Sr. Presidente, a lógica com que o nobre deputado⁷ esclarece sempre o debate em que se envolve; desconheci ainda o honrado membro, quando vi separar tão completamente, como o fez, o governo e as aspirações da alta administração, do regime eleitoral. Nos países livres, como o nosso, que é um dos mais livres do mundo, as Câmaras têm uma grande parte, uma grande influência nas deliberações, nas inspirações do poder executivo. (SARAIVA, J. A., 1978, p 223).

Ainda no mesmo discurso:

Disse o nobre deputado: - Vós, membros da comissão, se acreditais que todos os regimes eleitorais são maus, se entendeis que o governo pode tudo com todos os regimes eleitorais, porque propondes a reforma da lei que temos? Porque aconselhaiis à Câmara a aceitação da reforma proposta pelo Sr. Conselheiro Sérgio de Macedo? – Senhores, o exame desta proposição do nobre deputado não pode deixar de ser longo, e eu não posso agora entrar em todos os seus detalhes e aplicações; direi apenas ao nobre deputado que ele, que conhece tão perfeitamente o país, deve saber que no Brasil, por ser um país novo, por ser um país cuja a civilização é diversa em muitos pontos do seu interior, por ser um país em que desde os tempos coloniais a autoridade sempre influiu, e muito, na maior parte das populações do interior, o governo, qualquer que seja o regime eleitoral, há de ter grande preponderância nas eleições. (SARAIVA, J. A., 1978, p 234).

Neste momento Saraiva acabou de uma forma ou de outra detectando a vigência das relações de dependência pessoal. Ele fez isso ligando as “populações do interior” ao Governo (não haveria outro meio, além das relações de dependência, para realizar tal ligação). Saraiva não atribuiu, neste momento, ao menos, valor positivo ou negativo a essas relações de dependência, mas ele se referiu à importância deste tipo de relação social no Brasil, elas faziam parte da forma como o Conselheiro percebia a sociedade brasileira.

O Brasil seria um país livre e parlamentarista e, simultaneamente, conviveria com a manipulação eleitoral promovida pelo governo, principalmente, no interior onde existiriam diferentes “estágios” de civilização. E nestes momentos onde é

⁷ O deputado em questão seria Francisco Otaviano de Almeida Rosa (1825-1889).

possível encontrar uma caracterização mais geral da sociedade brasileira não há menção à escravidão. Aproximadamente um ano após as declarações há pouco mencionadas o Conselheiro Saraiva se mostrava mais esperançoso, num discurso de apoio ao Gabinete de 2 de Março de 1861, chefiado por Luís Alves de Lima e Silva, faz-se presente a seguinte observação:

Direi a política do gabinete é de paz, e somente de paz, porque a política de força não é mais compatível com o desenvolvimento da ilustração do país, e com o espírito de ordem e de legalidade, que, felizmente, inspira a todos os partidos e a todas as classes da sociedade. (*Numerosos apoiados, muito bem*). (SARAIVA, J. A., 1978 p 242).

Dada a natureza do material visitado, discursos parlamentares produzidos para o combate legislativo, tais oscilações de postura podem ser admitidas como normais. Entre notas de pesar com os rumos do país e de esperança numa melhor condução do Império, é perceptível perceber na argumentação de Saraiva a necessidade se instalar no país um projeto civilizatório. Seria necessário civilizar o país, por meio de partidos comprometidos com os interesses nacionais, com o estabelecimento da verdade eleitoral, substituindo a escravidão pelo trabalho livre – realizado por imigrantes.

A forma como Saraiva percebia o Brasil dava prioridade ao Governo e às demais instituições capazes de montar, moldar e coordenar o país. Ao se procurar nos seus discursos parlamentares a sociedade encontrou-se a Câmara, que não necessariamente é a sociedade, por mais que ele a entendesse como a representante da sociedade. De modo, a não ser evidente a presença de categorias para avaliar a sociedade. A linha de pensamento e de ação de políticos como José Antonio Saraiva via a civilização, o progresso como elementos que deviam ser conduzidos, ou mesmo impostos, pelas instituições – de alto a baixo, a sociedade deveria ser reformada pelo Estado. Sob tal ótica a sociedade, as pessoas que a compõem nas suas mais diferentes esferas figurariam com “tabulas rasas” a serem preenchidas e moldadas pela ação das instituições, notadamente, as massas. A sociedade na visão de políticos como Saraiva era superdeterminada pela ação das instituições. Esta característica de parte significativa dos políticos imperiais é relevante para compreender o pouco espaço que eles dedicavam às teorias raciais, pois a ideia de raça remetia à sobredeterminação da sociedade, ou seja, limitava, para não dizer que impedia, qualquer intervenção das instituições sobre a

sociedade. Neste caso não seriam as instituições a definir a sociedade, mas sim o inverso, tornando-se relevante inserir na análise “quem” compunha a sociedade.

4.9 José Antonio Saraiva e os anos 1880

Ao assumir o cargo de Presidente do Conselho de Ministro do Gabinete de 28 de março de 1880, José Antonio Saraiva, definiu dois objetivos para o seu governo: fazer a *Reforma Eleitoral* e equilibrar as finanças do Império. O Imperador recorreu ao político baiano para instalar a *Reforma Eleitoral* tendo em vista o insucesso do Visconde de Sinimbu no Gabinete anterior em fazê-la. O Visconde de Sinimbu intentou a alteração do sistema eleitoral mediante uma reforma constitucional, o que foi rechaçado no Senado. Fato este que colaborou fortemente para a crise do Gabinete de 5 de janeiro com a Câmara resultando na queda daquele, como já mencionado. A definição dos objetivos do Gabinete Saraiva foi exposta na sessão de 15 de abril de 1880. (SARAIVA, 1978 p 506-508). Contudo, esta mensagem inaugural da missão auto-atribuída do Gabinete de 28 de Março, em alguma medida, abriu margens para questionamentos outros. O *Projeto de Reforma Eleitoral* trazia em seu bojo a inclusão dos libertos como cidadãos políticos plenos, como se verá adiante esta circunstância foi interpretada por alguns deputados como a chance para propor a discussão acerca do “elemento servil” – a escravidão. Este foi o caso, por exemplo, de Joaquim Nabuco.

A tentativa de Nabuco de aproveitar o momento da *Reforma Eleitoral* e inserir a discussão do “elemento servil” levou o chefe do Gabinete à Câmara para explicitar a posição do Governo acerca da matéria. Saraiva assim se manifestou na sessão de dezoito de maio de 1880

Se o nobre deputado por Pernambuco tem o direito de aventar esta questão, de pedir que ele as abrevie, o governo tem a obrigação de não agitá-la, de não dizer que não a vai resolver hoje ou amanhã, porque o governo deve dizê-lo somente no momento em que tiver que fazê-lo (*Apoiados*), e esse momento chegará quando o governo estiver convencido de que a questão pode ser resolvida sem a desorganização do nosso trabalho (*Apoiados*), sem o empobrecimento do nosso tesouro, e sem que corramos o risco de perder nosso crédito nos países estrangeiros onde temos dívidas a pagar (*Apoiados*) e que pagamos com as rendas tiradas da lavoura (*Muitos apoiados*).

[...]

Nós lutamos entre duas graves dificuldades; entre o desejo de fazer com que não haja mais escravos no Brasil, e a necessidade de resolver a questão sem que os senhores dos escravos sejam ameaçados, sem que o Brasil se empobreça e deixe de continuar o progresso em que tem vivido (*Muito bem*).

Portanto a resposta do governo é: o ministério atual não cogita desta questão... (SARAIVA, J. A., 1978 p 514-515).

De certo ponto de vista Saraiva, ao assumir a Presidência do Conselho de Ministros, manteve a coerência no que diz respeito à “questão servil”. Ele continuava a defender o fim do trabalho escravo, mantinha a posição de isentar os fazendeiros de responsabilidade sobre a escravidão, esta para ele seria “culpa” dos comerciantes de pessoas escravizadas. Assim, o fim do trabalho escravo teria que ocorrer de forma a não prejudicar, de maneira alguma, os proprietários de cativos. Algo que ele entendia, na condição de Governo, não poder ser realizado naquele ano de 1880. No entanto, Saraiva não percebia como descabida a proposição de Joaquim Nabuco: na condição de deputado, esta seria a sua função e a Câmara o lugar apropriado para discutir a questão. Novamente a questão das instituições no pensamento do Conselheiro Saraiva a “questão servil” não só poderia como deveria ser encaminhada para um fim dentro dos parâmetros institucionais, portanto, Nabuco não estaria equivocado em aventar a “questão servil” dentro do Parlamento.

No dia vinte cinco de agosto de 1880 o tema do “elemento servil” já havia “escapado” ao ambiente institucional, tornando-se ponto de pauta recorrente na imprensa, segundo os parlamentares. A “agitação” na imprensa era vista como salutar pelo deputado César Zama (1837-1906). (SARAIVA, J. A., 1978 p 560). Por sua vez José Mariano Carneiro da Cunha (1850-1912) concordava com o Conselheiro Saraiva, dizendo acerca da questão do “elemento servil”: “agitem-a no parlamento. Este é que é o lugar competente para discuti-la e resolvê-la.” (SARAIVA, J. A., 1978 p 560).

Ainda sobre a questão do “elemento servil”, Saraiva, deixava entreaberta a possibilidade de ela ser deslocada para a esfera dos assuntos privados. O argumento poderia ser expresso nos seguintes termos: mais do que uma intervenção do Estado, o regime escravista poderia ser abolido pela ação dos senhores, que poderiam alforriar seus escravos e escravas independentemente da intromissão estatal. No mesmo dia vinte e cinco de agosto de 1880 aparecia à seguinte reflexão do Conselheiro Saraiva:

Quando um ministério declara que não cogita dessa questão é porque não julga oportuno inovar no que existe. (*Apoiados*). A imprensa que faça a sua propaganda, que excite os senhores de escravos a libertá-los, que estimulem a generosidade pública. (SARAIVA, J. A., 1978 p 560).

Esta situação pode ser ainda verificada, em alguma medida, na manifestação de José Antonio Saraiva como Presidente do Conselho de Ministros do Gabinete de 6 de Maio de 1885. Ao ser questionado acerca resolução do problema “elemento servil” e sua posição sobre o tema quando da sua primeira passagem pela Presidência do Conselho de Ministros, Saraiva argumentou ser inoportuno fazer a *Reforma Eleitoral* e tratar da “questão servil” simultaneamente e mesmo depois de realizada a primeira ele não encontrou apoio no Partido Liberal para discutir o tema da escravidão. Em discurso de onze de maio de 1885 ele disse:

Em 1880, estando no governo, eu tratava da reforma eleitoral. O líder do ministério na Câmara dos Srs. Deputados era o ilustrado Sr. Martinho Campos. Todos conhecem as ideias daquele nobre senador, o qual entende que sem grandes medidas a escravidão acabaria graças à generosidade dos senhores e aos efeitos da lei de 28 de setembro.

[...]

Tendo o ministério como líder na Câmara do Srs. Deputados um homem respeitável qual o Sr. Martinho Campos, que sustentava ideias opostas às minhas é claro que o governo não poderia tratar da reforma do elemento servil, mesmo depois da reforma eleitoral. (SARAIVA, J. A., 1978 p 596).

Saraiva não podia e ou não queria se colocar em sentido contrário à posição de Martinho Campos, assim limitou-se a afirmar ter opinião diversa. Cinco anos antes, em 1880, na condição de Presidente do Conselho de Ministro e de Ministro da Fazenda ele circunscreveu a sua opinião sobre o “elemento servil”:

Todo o Brasil conhece minha opinião a este respeito [o “elemento servil”], que por mais de uma vez me tenho enunciado; como agricultor procuro libertar meus escravos que se mostram capazes de continuar como livres nos trabalhos de meu engenho, e tenho já como meus trabalhadores uma boa parte, que tenho alforriado mais de 20 nestes últimos anos. E espero em Deus conseguir em poucos anos ver-me rodeado de homens livres, e meus amigos, em vez de escravos. Mas hei de fazer isso sem desorganizar o meu serviço e sem lançar na miséria os que não souberem ganhar a vida honestamente; como senador não me hei de dirigir senão pelas conveniências do país, e estas exigem imperiosamente que semelhante questão seja resolvida oportunamente sem a desorganização do trabalho, e sem a desgraça dos próprios libertos (*Muito bem*). (SARAIVA, J. A., 1978 p 559-560).

Por essa exposição, a opinião de Saraiva não parece ser assim tão distinta da de Martinho Campos, no que diz respeito a pensar a emancipação da escravidão

dentro de um âmbito de ação privada. A grande missão do Gabinete de 28 de Março chefiado por Saraiva era a *Reforma Eleitoral*, num segundo patamar, estaria à busca por equilibrar o orçamento, a vida financeira do Império, como já mencionado. De modo que para focar a alteração do sistema eleitoral o chefe do Gabinete não aceita sob hipótese alguma discutir o “elemento servil”, e caso a Câmara insistisse no tema o Ministério se retiraria.

O projeto de *Reforma Eleitoral* foi apresentado na *Camara dos Senhores Deputados* no dia 29 de abril de 1880. Nesta mesma sessão a Câmara constituiu uma comissão para avaliar o projeto apresentado pelo Governo. Os deputados encarregados de tal tarefa foram Martinho Campos, Eduardo de Andrade, Silveira de Souza, Martim Francisco, Saldanha Marinho, Tavares Belfort, Liberato Barroso, Franklin Doria, Franco de Sá, Theodereto Souto, Nabuco de Araújo, Antonio de Siqueira, Esperidião, Ruy Barboza, Almeida Couto, Marcolino Moura, Prado Pimentel, Baptista Pereira, Olegario, Carlos Affonso, Florencio de Abreu. (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo I, p 42).

Não se conseguiu levantar o tempo médio que as comissões da *Camara dos Senhores Deputados* levavam, à época, para dar um parecer. No entanto, pode-se perceber que no dia dezoito de maio de 1880 ainda não se tinha tal parecer, nesta direção se manifestou o deputado Fernando Luís Osório (1848-1896).

SR. Fernando Osório: - SR. presidente, desejava que V. Ex. me dissesse si já me pôde dar a agradável nova de ter sido apresentado o parecer sobre o projecto de reforma eleitoral, para entrar opportunamente em discussão.

O SR. PRESIDENTE: - A mesa ainda não foi apresentado.

O SR. Fernando Osório: - Então peço a V. Ex. que, entervenha com a nobre comissão para que, no prazo o mais breve possível, seja o paracer elaborado e submettido a discussão.

V. Ex. não ignora, Sr. presidente que a principal idéa do programma liberal é a reforma eleitoral.

Parece que esta camara, composta de liberaes em sua totalidade, está convenientemente preparada para encetar desde logo a discussão; portanto, entendo que tanta demora é prejudicial, porque faltar-nos-ha depois o tempo para discutirmos esse projecto tão vasto, tão importante de tanta magnitude, peço a V. Ex. que entervenha perante a comissão para que abrevie seu trabalho.

O meu requerimento, Sr presidente, é fundado em boato que correm, um tanto desagradaveis, e que talvez possamos dissuadir.

Consta que não há perfeita concordância na opinião dos membros da comissão que tem de dar o parecer, e eu peço a V. Ex. que me informe si isto é exacto.

O SR PRESIDENTE: - Não posso informar ao nobre deputado, porque não sei.

O SR. Fernando Osório: - Uma vez que V. Ex. não sabe do que há a este respeito, cumpro o meu dever como deputado, externando o meu modo de

pensar, e para não tomar mais tempo à camara peço ainda uma vez que o parecer sobre o projecto de reforma eleitoral seja apresentado no prazo o mais breve possível. (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo I, p 157).

O parecer acerca do projeto de *Reforma Eleitoral* foi apresentado na *Camara dos Senhores Deputados* no dia vinte e cinco de maio. Após a exposição tiveram início os debates parlamentares e a votação da matéria. Essa atividade atravessou o mês de junho. Neste período, o projeto é aprovado, basicamente, nos termos que o Governo desejava sendo então encaminhado para a apreciação do Senado.

4.10 José Antonio Saraiva e o projeto de *Reforma de Eleitoral* na *Camara dos Senhores Deputados*

José Antonio Saraiva foi algumas vezes à Câmara para sustentar o projeto de *Reforma Eleitoral*. Destaca-se agora à defesa do projeto de *Reforma Eleitoral* realizada em quatro de junho 1880.

Um dos pontos fundamentais do projeto de Reforma Eleitoral era a efetiva regulação da *Prova da Renda*. A proposta do Governo não aumentava e ou diminuía o censo pecuniário obrigatório para que uma pessoa pudesse pleitear o alistamento como eleitor, o que ocorria era uma regulamentação bastante rígida no sentido da comprovação da renda mínima, bem como alterações daquilo a ser admitido como renda. Esta situação gerou intensos debates na tramitação do projeto de *Reforma Eleitoral*. Para o chefe do Gabinete a flexibilização da *Prova da Renda* era marchar para o voto universal, assim ele indicava aos *Senhores Deputados* da *Décima Sétima Legislatura*:

Compreendo que a camara dos Srs. Deputados, por sua conta, façam emendas graves ao projecto; mas o ministério não pôde deixar de dizer ao publico o que sente a respeito dos pontos cardeas que foram impugnados. Praticando assim, creio que terei cumprido a minha tarefa de governo. Estudemos o projecto. O que quer e o que não quer elle? O projecto não quer decidida e absolutamente o voto universal. (*Apoiados.*) O partido liberl também não o quer. (*Apoiados.*) Qual era a aspiração maior dos liberaes chamados *ultra*, dos que a mais aspiravam? [sic] Era de fazer do votante da Constituição o eleitor.

Pois bem; foi isso que o projecto fez. O projecto tomou o votante da Constituição e fel-o eleitor. [sic] (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo II, p 84).

A ideia de fundo então era manter o carácter exclusivista do voto pelo controle rígido do censo pecuniário. Para Saraiva manter o censo pecuniário sem a “severidade” da *Prova da Renda* era um contrassenso, sendo melhor, neste caso, o voto universal:

O SR. SARAIVA (presidente do conselho): - Mas o que se diz para impugnar a these que o votante da Constituição torna-se hoje eleitor, não é o que deve ser; ataca-se a prova exigida.

Sr. presidente, é preciso que digamos a verdade tal qual ella é.

Os que atacam a severidade da prova são levados forçosa e invencivelmente ao voto universal. (*Apoiados*).

[...]

O SR. SARAIVA (presidente do conselho): - Peço licença á camara para provar isso.

Sr. presidente, si, atacando-se-me a severidade da prova, eu me visse na collisão de votar por uma prova deficiente ou pelo voto universal, eu votaria pelo voto universal. (*Apoiados e apartes*).

Acabem os nobres deputados com a severidade desta prova, e na collisão entre o Sr. Saldanha Marinho e os que querem o voto censitário, darei meu voto ao Sr. Saldanha Marinho. (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo II, p 34-35).

Entre a ausência de uma rigorosa comprovação da *Renda* para o alistamento eleitoral e o sufrágio universal, Saraiva preferiria à segunda. Assim, como Joaquim Saldanha Marinho (1816-1895) que era um dos poucos deputados da *Décima Sétima Legislatura* a se declarar publicamente republicano e abertamente defender o sufrágio universal masculino, algo rejeitado pela maioria. O valor do censo eleitoral continuaria em duzentos mil réis anuais de renda, a novidade, como se vem dizendo, estaria na maneira de comprovar esta mesma renda. O valor estabelecido para o censo eleitoral também foi ponto de discussão no sentido de quanto, de fato, representariam duzentos mil réis em 1880, uma vez que este era o valor para o alistamento como eleitor prescrito na Constituição de 1824. O deputado Jeronymo Sodré foi dos que questionou o valor do censo, inferindo que em 1880 duzentos mil réis de fato equivaleriam a quatrocentos mil, situação rebatida pelo Conselheiro Saraiva. (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo II, p 35). O chefe do Gabinete de 28 de Maio dizia então:

Eu resumo, Sr. presidente, todas as objeções feitas contra a prova de renda em uma só, porque todas as mais não têm por effeito senão incluir no

projecto indivíduos, grupos de indivíduos, e a camara não é capaz de apresentar-me um typo de projecto que não exclua alguém, desde que o projecto for censitário. (*Apoiados*). Portanto a objecção fundamental contra o projecto e a seguinte: vós exigis uma pequena renda, vós dais direito aos pobres, porque, não nos illudamos, quem tem 200\$ de renda é um pobre no Brazil... (*Apoiados*). (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo II, p 35).

O valor de duzentos mil réis também foi considerado baixo por alguns analistas como se verá a seguir. Independentemente de ter sido alto ou baixo o censo, o relevante foi à opção pela manutenção do critério censitário. E o critério foi mantido com a “severa” comprovação da renda, para impedir o voto universal. Esta medida foi entendida como um freio a uma excessiva “popularização” do voto. Aliás, algo presente, em alguma medida, no processo eleitoral então vigente na figura do votante. Esta figura foi praticamente desprezada pelo Conselheiro:

Os partidos serviam-se do votante para organizar o eleitorado; votante nada valia; o votante apenas servia de instrumento, não dos partidos, mas das minorias ousadas dos partidos, que se encarregavam do fabricar eleitorado. Senhores, o projecto assenta em tres grandes princípios. O projecto acaba com o intermediário entre o votante e o deputado; supprime uma roda inútil no nosso mecanismo eleitoral, uma roda julgada prejudicial em todos os paizes civilisados. É esta uma grande innovação que o projecto realiza. O outro grande principio do projecto é o da limitação das circumscripções eleitoraes. (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo II, p 36-37).

José Antonio Saraiva afirmava que “os partidos serviam-se do votante para organizar o eleitorado” e assim em sua percepção “o votante nada valia”. Sua utilidade estaria em servir de “instrumento, não dos partidos, mas das minorias ousadas dos partidos, que se encarregavam do fabricar eleitorado.” E com isso produzir eleitores podendo deturpar a escolha dos deputados. O projeto de *Reforma Eleitoral* proposto pelo Gabinete de 28 de Março eliminava o a figura do votante, da votação em primeiro grau, passando a existir somente o eleitor. Com efeito, quando Saraiva destacou que o projeto de *Reforma Eleitoral* acabava com o “intermediário entre o votante e o deputado” e suprimia “uma roda inútil do nosso mecanismo eleitoral”, não consistisse necessariamente dizer que o elemento inútil fosse o eleitor – lembrando que o votante elegia o eleitor e este o deputado –, pois se deve atentar que a eleição tornar-se-ia direta justamente porque o votante e o eleitor seriam fundidos numa única figura. Todavia, o votante para poder se tornar eleitor deveria cumprir os critérios, em grande medida, atribuídos ao eleitor de outrora. Ou seja, em

termos práticos e efetivos quem era eliminado do processo, e isto constava no projeto, era o votante.

Cabe destacar que a figura a ser excluída do processo eleitoral, segundo o projeto de *Reforma*, o votante, seria justamente a parte passível de ser identificada como a mais “popular” do eleitorado. A questão da circunscrição eleitoral foi outro ponto importante para o Conselheiro Saraiva. Assim, “os dous pontos cardeas sobre o quaes o governo não póde ceder são: a severidade na prova de renda e os círculos de um só deputado.” (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo II p 36). O chefe do Gabinete foi atacado por ter anteriormente se posicionado contra os círculos. Ele justificou a opção nos seguintes termos:

O SR. SARAIVA (presidente do conselho): - Mas, senhores, quando inscrevi no projecto os círculos de um deputado, em lugar de consignar os círculos de dous e de três, ou de estabelecer a eleição por provincia, foi porque eu queria acabar com um poder pessoal que existe no paiz, do qual nenhum de nós tem fallado: o poder pessoal mais desmoralizador que tem havido em todo o Brazil; o poder pessoal dos chefes de partido. (*Muitos apoiados*). (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo II, p 37).

A expectativa com os círculos de um deputado era criar um tipo de representação parlamentar que se fundasse na “verdade eleitoral”, ou seja, na vontade e desejo dos eleitores e não na do Governo e ou dos Partidos. A perspectiva, em não pouca medida, seria de reforma das instituições de dentro para fora, para que estas reformassem a sociedade. A ideia subjacente a *Reforma Eleitoral* seria de tal ordem:

Fazei um projecto cada vez mais liberal, a população talvez não tenha mais essas agitações; augmentais a confiança no parlamento, e o parlamento será respeitado, como deve ser em qualquer parte em que o parlamento se reunir.
Os nossos ouvintes olharão os deputados como representantes genuínos da população do Brazil. (*Apoiados*). (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo II, p 38).

Haveria necessidade de aumentar a confiança no Parlamento, este não poderia ser percebido, como expressão da vontade do Governo e dos Partidos, mas sim como da população. Tal condição possibilitaria ao Parlamento maior credibilidade, mais legitimidade à instituição, o que pode ser admitido como chave para a composição de uma maior capacidade de ação da mesma para reformar a sociedade.

Este divórcio entre o Parlamento e a população pode ser percebido recorrendo à crítica realizada pelo deputado do Partido Conservador Francisco Belisário Soares de Souza (1839-1889) ao sistema eleitoral. Soares de Souza publicou a obra *Systema Eleitoral no Brazil; Como funciona, como tem funcionado, como deve ser reformado* no ano de 1872. Segundo a análise de José Murilo de Carvalho, a grande motivação da análise do sistema eleitoral feita por Soares de Souza teria sido a promulgação da *Lei do Ventre Livre*, em 1871. Esta lei representaria, no entendimento de Soares de Souza, a expressão da vontade do Governo, do Gabinete e não do país, sua aprovação se devia, então, a dependência que os deputados detinham em relação ao Ministério.

Eles “deviam” seus cargos ao Governo, portanto, não poderiam ir contra os seus interesses e neste movimento os deputados se colocavam, por vezes, contra os interesses do país. (CARVALHO, J. M., 2008a, p 391-417). É bastante provável que seja este tipo de possibilidade que o Conselheiro Saraiva quisesse desmontar e, com isso, conferir a *Camara dos Senhores Deputados* uma maior confiabilidade. A situação de confiança da população na instituição seria uma condição relevante para que ela pudesse colocar em prática a reforma da sociedade.

A construção de confiança na Câmara teria como peça importante o estabelecimento do voto direto. Esta condição das eleições diretas pode ser percebida no discurso proferido em vinte seis de maio de 1880. O debate no Senado corria em torno das vantagens ou não da *Reforma Eleitoral*, ao tomar a palavra Saraiva proferiu:

Pois a eleição direta, no conceito de alguém que pense, pode ser reputada uma panacéia para curar todos os males do país? Eu que, sou apologista em extremo dessa reforma, não lhe atribuo a virtude de ser remédio para todos os males públicos. (SARAIVA, J. A., 1978 p 522).

Mesmo admitindo que a *Reforma Eleitoral* não pudesse ser tomada como a cura para todos os males do Império e ter inferido que “O que pode animar a lavoura, desenvolver o comércio, melhorar nossas finanças entra em outra ordem de ideias e medidas administrativas e legislativas.” (SARAIVA, J. A., 1978 p 522). Ela representaria o aspecto da reforma das instituições para que elas pudessem reformar a sociedade. Esta ideia mostrava-se recorrente, pois logo em seguida às considerações indicadas o chefe do Gabinete de 28 de Março argumentou:

Peço, entretanto, licença ao honrado senador para dizer-lhe que a eleição direta pode muito influir para melhorar as condições do país, sob outros pontos de vista que não sejam exclusivamente políticos.

Se, como todos, acreditamos, essa reforma há de melhorar o estado político do país, não se pode deixar de esperar que esse melhoramento reflita sobre outros interesses, sendo certo, como sabe o ilustrado senador, que é hoje uma máxima com caráter de axioma que – a boa política também faz as boas finanças; assim como também é verdade que as boas finanças concorrem para a prosperidade industrial, aumentando os recursos do Estado, de maneira a permitir que o governo promova e auxilie a construção de estradas, e empreenda outros melhoramentos destinados a acoroçoar o desenvolvimento, não somente da agricultura, como das outras indústrias. (SARAIVA, J. A., 1978 p 522).

A boa política seria capaz de fornecer ao país os melhoramentos reclamados, esta boa política passaria pela composição de uma boa Câmara e isto passaria por eleições independentes e isentas que o Conselheiro Saraiva acreditava emergir das eleições diretas. Ademais, o processo eleitoral com voto direto, na visão do chefe do Gabinete de 28 de Março, faria surgir um eleitorado posto a eleger deputados conforme sua avaliação própria e não seguindo as diretrizes do Governo.

A questão dos que dão grande peso à eleição direta é outra – é que no país se faça política melhor do que se tem feito; é que os partidos, como o nobre senador mesmo ponderou, não queiram dominar exclusivamente, sendo a um tempo criaturas e instrumentos do governo; é que a opinião, que não se encarna em nenhum desses partidos, e se esquiva de envolver-se diretamente nas questões públicas, se erga a assumir a posição de juiz de sua conduta, por seu turno dando a vitória a este ou àquele partido, conforme sob sua influência geriram-se melhor ou pior os negócios públicos. (SARAIVA, J. A., 1978 p 522).

A relação formulada operaria, aparentemente, da seguinte forma: a Câmara, os deputados e o Governo teriam seu trabalho avaliado pelo eleitorado que poderia então dar continuidade aos que vinham no Poder e ou destituí-los, conforme sua avaliação. Pela legislação vigente, segundo a postura de Saraiva, e de muitos de seus contemporâneos, o Governo elencava os votantes, estes coagidos e ou corrompidos dariam a esse mesmo Governo os eleitores que ele desejava para a eleição dos deputados previamente selecionados. Acreditava-se que o processo direto eliminasse tal situação.

O que quer dizer eleição direta? Quer dizer eleitorado independente, permanente, legalmente constituído antes da dissolução das Câmaras, eleitorado que pensa e reflete sobre os negócios públicos acompanha as questões que se agitam no parlamento e aquilata os erros e faltas do governo, para julgá-lo nas ocasiões solenes, em que tem que enunciar o

seu veredicto, votando a favor ou contra o mesmo governo. (*Apoiados*). (SARAIVA, J. A., 1978 p 523).

A esta posição esperada do eleitorado não haveria espaço para o votante. Este era considerado, ou melhor, era desconsiderado, não se acreditava na sua capacidade de exercer as funções mencionadas. Assim:

Nos países onde se mudou o sistema eleitoral do indireto para o direto efetuou-se a reforma logo que se julgou chegada a época de empreendê-la, sem esperar-se que o sistema, condenado, caísse de apodrecido. A ideia que vamos realizar é uma ideia amadurecida; é uma reforma entranhada nos espíritos; não é uma inovação, que não tenha por si a experiência de outros povos, sendo raríssimos e de pequena importância os países que ainda mantêm a eleição de dois graus, que é um sistema sem uma razão que o justifique, partindo da tácita confissão pelo votante de sua incapacidade para escolher seus representantes, e por isso incumbindo a outro de desempenhar esse dever. (SARAIVA, J. A., 1978 p 523-524).

Para além dos efeitos de retórica parlamentar é possível perceber neste momento da argumentação de Saraiva certo diálogo, mesmo que tênue, com as correntes de pensamento extra-políticas presentes no Brasil de sua época, como as tendências evolucionistas. Sem se descartar os efeitos retóricos, as ideias de um sistema eleitoral “condenado” que não se deveria esperar cair de “apodrecido”, que teria de ser substituído por outro que era uma “ideia amadurecida”, não deixam de lembrar as reflexões de base evolucionista sobre as sociedades.

Com efeito, para José Antonio Saraiva, a composição do eleitorado deveria pautar-se por certo critério de capacidade para a função, portanto, apesar de em inúmeros momentos ele falar no voto como direito, ele parece ser muito mais definido como um dever ou ainda como um privilégio a ser utilizado pelos mais bem habilitados. Sobre a formação do eleitorado para eleições diretas o Presidente do Conselho de Ministros observou:

Pode versar sobre a organização do eleitorado; se deve sair das classes ricas, como desejariam os ultraconservadores menos exagerados; se dos ricos e abastados, conjuntamente com os pobres que possam exercer o direito de voto com certo critério e independência, como propõe o projeto do governo; se finalmente, de todas as classes, sem distinção de fortuna e condição intelectual, sendo eleitor todo o indivíduo maior de idade, por um direito deduzido da natureza, realizando-se o sistema conhecido pelo nome de sufrágio universal. (SARAIVA, J. A., 1978 p 523-524).

Ao elencar essas possibilidades de composição do eleitorado, Saraiva destacou qual era a defendida pelo projeto do Governo: “dos ricos e abastados,

conjuntamente com os pobres que possam exercer o direito de voto com certo critério e independência, como propõe o projeto do governo”. O desejo do Governo era compor um eleitorado que não fosse exclusivamente com elementos das classes abastadas, mas também não se configurava em intenção do Gabinete de 28 de Março ampliar “demais” o direito de voto. A ampliação em larga escala do direito de voto era algo percebido pelo Governo como abrir brechas para discussões que pudessem de alguma forma alimentar a ideia do sufrágio universal – que na verdade era o sufrágio universal masculino. Deste modo, José Antonio Saraiva afirmava:

Compreendo essas diferenças; mas não se diga que é duvidosa a vantagem do sistema de eleição direta, sistema racional, que poderá deixar de dar todos os resultados desejáveis, mas que não é comparável ao outro, que deriva de um sofisma, investindo-se do direito de voto a quem não o pode exercer por si. (SARAIVA, J. A., 1978 p 524).

Nesta passagem destaca-se a crítica severa à ideia do sufrágio universal como um sofisma posto a fornecer direitos a incapazes. Aqui novamente apesar de falar do voto como direito, o mesmo não parece ser entendido como tal, em especial na acepção contemporânea.

Ainda sobre a composição do eleitorado, Saraiva defende a existência de uma “condição intelectual”. Tal menção possivelmente se deu em função de outro ponto bastante polêmico do projeto de *Reforma Eleitoral*: o impedimento dos analfabetos votarem. Este ponto rendeu intensos debates entre os deputados que entendiam ser importante a fixação do censo literário com aqueles que viam no estabelecimento desta normativa o “roubo” de um direito constitucionalmente garantido. A Constituição de 1824 não exigia a alfabetização para o alistamento eleitoral, somente a renda. Porém, se a Carta Magna do Império não exigia a alfabetização para uma pessoa poder votar ela também não possuía nenhum dispositivo que impedisse a exclusão dos analfabetos. De maneira análoga o projeto de *Reforma Eleitoral* não dizia com todas as letras em um artigo qualquer algo do tipo: são vetados e ou proibido de votar os analfabetos. A situação se expressa na exigência do preenchimento da solicitação de alistamento por escrito e assinado pelo requerente, por exemplo.

Das modificações propostas pelo projeto de *Reforma Eleitoral*, a que mais interessa aqui é aquela sobre a inserção dos libertos como cidadãos políticos plenos, mais precisamente as discussões em torno deste tópico e isto será

problematizado adiante. Nesta seção objetivou-se mapear como o pensamento político de José Antonio Saraiva se organizava no intuito de melhor compreender sua posição diante da questão dos libertos como cidadãos políticos. Desta feita, foi possível perceber sua predileção de trabalhar no viés das instituições constituindo a sociedade, no entanto, seus escritos permitem inferir que ele possuía informação de outras formas de pensar. E elas surgiam em suas ponderações sobre imigração, populações indígenas ou, ainda, na sua descrença na população brasileira para o trabalho livre. Nestes momentos suas reflexões parecem dialogar de alguma forma com as tendências deterministas, racialistas e evolucionistas que circulavam amplamente entre as elites políticas e intelectuais do Brasil oitocentista. Todavia, no conjunto, sua primeira opção de interpretação da realidade e de ação política seria aquela contemplada na citação que abre este capítulo e retomada aqui: “O navio é que faz o oficial, senhores, e isso não é uma verdade nova, porém muito cediça desde remotos tempos.” (SARAIVA, J. A., 1978 p 301-302) [discurso de 14 de março de 1864].

Capítulo V: O pensamento racial e a cidadania no Império do Brasil

O argumento arrolado neste trabalho dialoga com as posturas presentes à historiografia postas a assumirem que a partir dos anos 1870, novas formas de pensar foram incorporadas pelas elites brasileiras. Dentre estas, estavam às teorias raciais. Como afirmado anteriormente, o racismo já circulava na Europa desde princípios do século XIX, no entanto, a intelectualidade brasileira, sempre atenta àquilo que circulava no mundo europeu, não se interessou por estas ideias até os últimos anos do século XIX. A hipótese esposada aqui é a de que o interesse pelas teorias raciais se deu no momento onde o escravismo brasileiro, bem como o ordenamento social nele assentado, demonstrava sinais de esgotamento. A ordem escravista posicionava as pessoas no espaço social, de modo que as pessoas não brancas, notadamente as negras, fossem conduzidas, geralmente, a ocuparem - mesmo quando livres - posições subalternas. A possibilidade do fim da escravidão pode ter favorecido na circulação das ideias racialistas no Brasil, pois elas poderiam colaborar na manutenção das premissas básicas do arranjo social escravista, mesmo se a escravidão viesse a se encerrar. (ORTIZ, R., 1985 (2003); SCHWARCZ, L. K. M., 1993; CORRÊA, M., 2001; CUNHA, M. C. P., 2009; ALBUQUERQUE, W., 2009).

A esta posição, apresentada anteriormente, foi acrescentada a hipótese de existir em fins do século XIX certo amálgama entre as elites intelectuais e as elites políticas o que possibilitou formular a indagação que deu mote do presente trabalho: em sendo possível verificar na década de 1880 a circulação do racismo entre as elites intelectuais brasileiras e por estas serem relativamente amalgamadas às elites políticas haveriam as teorias raciais repercutido de alguma forma nas discussões sobre a cidadania no Império? Nesta direção, o episódio da *Reforma Eleitoral de 1881* mostrou-se bastante profícuo para testar a pertinência ou não da indagação proposta, uma vez que a lei eleitoral sancionada em janeiro 1881 concedia cidadania política plena aos libertos.

Assim, a discussão acerca da *Reforma Eleitoral* poderia trazer à tona a forma como os parlamentares da *Décima Sétima Legislatura* entendiam a cidadania e o povo. Uma vez que o estabelecimento dos direitos políticos relaciona-se com os

direitos de cidadania, bem como com quem poderia e ou deveria ter acesso a eles. Deste modo procurou-se observar como no período em que o projeto de lei eleitoral foi discutido, os *Senhores Deputados* compreendiam a cidadania e o povo.

5.1 A cidadania nos *Annaes do Parlamento Brasileiro Camara dos Senhores Deputados*

O termo cidadão foi utilizado com regularidade pelos deputados da *Décima Sétima Legislatura*. Cidadão foi o termo consagrado pela Constituição de 1824 para definir os integrantes da sociedade brasileira, ao invés de súditos ou membros, por exemplo. A Legislação Imperial apresentava as mesmas ambiguidades de uma sociedade que se queria e, em alguma medida, se percebia liberal e ao mesmo tempo era escravista e possuidora de fortes tendências estamentais. A Carta Magna do Império nasceu sob tais circunstâncias.

A Assembleia Constituinte formada em 1823 para estabelecer a lei fundamental do país teve como uma de suas primeiras discussões o debate acerca de quem seriam os partícipes da nova sociedade, agora emancipada de Portugal. (SLEMIAN, A., 2005 p 829).

Em sessão de 23 de setembro de 1823 da Assembleia-Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, instalada no Rio de Janeiro com a finalidade primeira de definir a “Lei Fundamental” da nova unidade política que se pretendia formar após a separação de Portugal, iniciou-se a discussão sobre quem seriam os ditos “membros da sociedade”. O deputado paulista Nicolau Vergueiro saiu à frente com a emenda para que o termo *membros* fosse substituído pelo de *cidadãos* (....). (SLEMIAN, A., 2005 p 829).

O deputado paulista Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (1778-1859) assim justificou sua emenda:

Esta questão vem a ser de nome, e é, se todos os Membros do Estado se hão de chamar Cidadãos, ou uns Cidadãos, e outros não Cidadãos; eu não vejo razão por que sejam privados deste honroso título, talvez o maior dos Membros da Sociedade, nem a razão por que nos havemos de aparar do sentido literal da palavra Cidadão, olhando a sua etimologia, Cidade. Pouco importa, que nem todos gozem dos mesmos direitos, e que alguns não exercitem os direitos políticos, por não terem os requisitos, que a Lei exige:

todos eles são hábeis para exercício de todos os direitos uma vez que consigam as qualificações da Lei. (VERGUEIRO, N. P. C., 1973 p 92 apud SLEMIAN, A., 2005 p 829).

A proposta do deputado Vergueiro, segundo Andréa Slemian, não continha nenhuma pretensão em estabelecer a igualdade de direitos entre as pessoas.

A proposta pôs em debate o seguinte problema: por que não elevar todos os “membros da sociedade” à categoria de “cidadãos”? De acordo com a solução esboçada por Vergueiro, nivelar ambos os termos em condições de igualdade, além de preservar o “honroso título”, tanto estaria de acordo com o sentido antigo de “cidadão” quanto com o novo caráter de sociedade concebida pelo ideário liberal em ascensão. Na tradição da legislação portuguesa todos os homens livres eram entendidos como cidadãos (como moradores da “cidade”) desde que respeitadas as diversas categorias que os diferenciava segundo a concepção de desigualdade entre as ordens anteriormente existentes. Apesar de partir deste significado Vergueiro vai além: todos os membros também poderiam ser considerados cidadãos pois que, além de isso não ser sinônimo da partilha dos mesmos direitos, os requisitos para exercício dos “direitos políticos” poderiam vir a ser adquiridos por qualquer membro a depender de sua capacidade e atuação social. Dessa forma, a novidade da sua proposta não estava apenas no nivelamento civil entre os envolvidos com o rompimento da ideia de estamento, mas no enunciado da mobilidade social típica do substrato político e econômico liberal que posteriormente criaria novas formas de legitimação da desigualdade social. (SLEMIAN, A., 2005 p 830).

Ao se seguir pela análise de Slemian a posição do deputado paulista conciliava a tradição legislativa lusitana com as tendências liberais do período, de modo a estabelecer diferentes níveis de cidadania.

É revelador que o deputado não demonstrasse nenhuma preocupação em relação à escravidão, pois que os membros da sociedade civil só poderiam ser os que quisessem compor, por sua própria vontade, o novo pacto político que se instituiria, ou seja, os homens livres. Apesar de a circunscrição da cidadania a esse universo parecer contraditória aos olhos de hoje, nossos primeiros constituintes estiveram muito mais preocupados com a delimitação dos cidadãos no âmbito dos direitos civis e políticos do que com cativos e indígenas. O que estava longe de beirar a contradição em inícios do século XIX quando, mesmo com revolução operada no tocante à inviolabilidade dos direitos individuais garantida pelas novas Constituições modernas, a noção de igualdade político-social entre os homens não se colocava como ponto de partida ideológico para a formação das sociedades, e só viria a ser construída posteriormente, a duras penas. (SLEMIAN, A., 2005 p 830).

Assim, a análise da proposta de Vergueiro realizada por Slemian apontou que para o deputado paulista todos podiam “ser considerados cidadãos” desde que livres, evidentemente, e que isso não implicaria em distribuição igualitária de direitos. Por exemplo, os requisitos para o “exercício dos direitos políticos poderiam vir a ser

adquiridos por qualquer membro a depender de sua capacidade e atuação social.” (SLEMIAN, A., 2005 p 830).

A investigação de Slemian permite entrever que no ambiente da Assembleia Constituinte de 1823 havia uma preocupação nítida em separar os direitos civis dos políticos. Os primeiros seriam pré-requisitos para se alcançar os segundos, contudo, ter os direitos civis não garantiria a obtenção dos direitos políticos. (SLEMIAN, A., 2005 p 830-831). Nos debates acerca da cidadania no ambiente da Assembleia Constituinte de 1823, segundo a avaliação de Slemian “uma questão era unânime: a da existência de distinção entre o exercício dos direitos.” (SLEMIAN, A., 2005, p 837). Deste modo mesmo para aqueles que propunham que a cidadania fosse igual à condição de nacionalidade brasileira os cidadãos deveriam ser divididos entre ativos e passivos. (SLEMIAN, A., 2005, p 837). Aqueles que entendiam ser a condição cidadão diferente da de brasileiro, por sua vez, defendiam o seguinte ponto de vista: os cidadãos seriam os portadores dos direitos civis e políticos, já os brasileiros teriam somente direitos civis. (SLEMIAN, A., 2005 p 837). A construção deste consenso em torno da distribuição desigual da possibilidade de exercício dos direitos, para Slemian, não se configuraria como retrocesso ou algo do gênero, para ela “mesmo os defensores de um liberalismo mais radical aceitavam essa distinção”, essa diferenciação entre as pessoas no exercício dos direitos. (SLEMIAN, A., 2005 p 837).

Assembleia Constituinte instalada em fevereiro de 1823 foi dissolvida em novembro do mesmo ano pelo Imperador Pedro I. No início de 1824 o Monarca outorgou uma Constituição para o Império do Brasil. Esse movimento todo não modificou muito o panorama, no que diz respeito à definição de quem seriam as pessoas indicadas a compor a sociedade que se formava. A Constituição de 1824 não falou em súditos ou membros da sociedade, adotou o termo cidadão. Com efeito, o adotou-se um

(...) modelo de cidadania liberal que, num contexto de transformação dos paradigmas políticos vigentes, adaptou sem traumas a ideia da sociedade como naturalmente desigual, com a real possibilidade de mobilidade política a depender das capacidades de cada qual. (SLEMIAN, A., 2005 p 840).

Andréa Slemian destacou ainda que tanto as discussões da Assembleia Constituinte de 1823 quanto a Carta outorgada em 1824 não viram como problema

pensar uma cidadania de cunho liberal em uma sociedade escravista. Florestan Fernandes denota que o liberalismo ocupou papel relevante no processo de constituição do Império do Brasil por ter sido o ideário adotado pelas elites locais no processo da sua emancipação em relação à metrópole portuguesa. (FERNANDES, F., 2005 p 52). Para Fernandes a independência do Brasil foi a emancipação das camadas senhoriais, não da sociedade como um todo. Desta forma, Florestan Fernandes observou o seguinte:

À luz de tais considerações, é patente que o liberalismo forneceu, não obstante todas as limitações ou deformações que pairaram sobre sua reelaboração sociocultural no meio brasileiro, as concepções gerais e a filosofia política que deram substância aos processos de modernização decorrentes, primeiro, da extinção do estatuto colonial e, depois, da desagregação lenta e heterogênea, mas progressiva, da própria ordem colonial. Ele não afetou (nem poderia afetar) os aspectos da vida social, econômica e política que continuariam a gravitar em torno da escravidão e das formas tradicionais da dominação patrimonialista. No conjunto, o impacto inicial foi pouco profundo e sua importância decisiva aparece somente nos níveis da adaptação dos agentes econômicos internos aos mecanismos diretos do mercado internacional e da criação de um Estado nacional. (FERNANDES, F., 2005 p 55).

A perspectiva de Florestan Fernandes revela a importância do liberalismo para o rompimento do estatuto colonial e como o ideário liberal não afetou os demais “aspectos da vida social, econômica e política que continuariam a gravitar em torno da escravidão e das formas tradicionais da dominação patrimonialista.” (FERNANDES, F., 2005 p 55). Todavia, para Fernandes uma verificação mais rigorosa deste liberalismo revelaria a produção de dividendos positivos. (FERNANDES, F., 2005 p 55). Afirma ainda:

De um lado, malgrado a contenção de sua amplitude revolucionária (calibrada por “interesses senhoriais” e nos limites da supressão do “esbulho colonial” em termos desses interesses), ele concorreu para revolucionar o horizonte cultural das elites nativas. Primeiro, propiciando-lhes categorias de pensamento e de ação que conduziram ao desmascaramento do “esbulho colonial”. Segundo, alterando suas perspectivas de percepção do uso, da importância e da organização do poder em termos da sociedade global. Terceiro, preparando-as intelectualmente tanto para os conflitos que as uniam contra o estatuto colonial, quanto para a defesa da Independência, da Monarquia constitucional e da democratização do poder político no âmbito de sua camada social. (FERNANDES, F., 2005 p 55).

A democracia da Monarquia Constitucional e a correlata liberdade seriam destinadas a uma camada social específica. Portanto, não haveria problema em si

de uma sociedade ser liberal e escravista concomitantemente. E essa postura das elites brasileiras diante do ideário liberal não seria completamente excêntrica e ou despropositada, uma vez que o liberalismo pensado, por exemplo, a partir de John Locke (1632-1704) não teria maiores problemas em se conciliar com o escravismo, pois a liberdade em questão valeria para os titulares da propriedade.¹ (VASCONCELOS, D. P., 2008, p 14).

Todavia, se por um lado seria relativamente simples excluir as pessoas escravizadas do arranjo – elas não teriam cidadania – o mesmo não era válido para os libertos. Havia necessidade de construir um lugar para essas pessoas. E para Slemian, foi “nesse ponto que se pode observar a solução liberal inovadora, no plano constitucional, que iria vigorar no caso brasileiro com a decisão final da inclusão de todos os libertos à condição de cidadãos”. (SLEMIAN, A., 2005 p 843).

A decisão de incorporar os libertos à cidadania numa sociedade escravista, até poderia parecer num primeiro momento algo despropositado, no entanto, os deputados presentes à Assembleia Constituinte de 1823, bem como os responsáveis pela outorga da Carta de 1824 entenderam que era “melhor integrar o liberto na condição de cidadão, e não afastá-lo, como a melhor forma de garantia da ordem.” (SLEMIAN, A., 2005 p 846).

Assim,

(...) integrar os libertos imediatamente à condição de cidadãos, mais do que simplesmente de homens livres, não foi visto como grande problema, deve-se atentar para o caráter dessa solução para o caso brasileiro. A decisão, que era atualíssima do ponto de vista liberal e constitucional, reforçava, em seu contexto, a distinção entre o mundo dos homens livres e o dos escravos e visava, na concepção normativa da maioria dos que compuseram a Assembleia, a manutenção da estabilidade desse sistema. Isso porque a existência de uma sociedade escravista no Brasil, onde mesmo os mais pobres possuíam – ou almejavam possuir – escravos, mesclada à não desprezível possibilidade de obtenção de alforrias, sobretudo no século XIX, faria que fosse vislumbrada como atraente a alternativa da liberdade individual pelos escravos que, num novo contexto constitucional, passariam a ser considerados cidadãos. (SLEMIAN, A., 2005 p 846-847).

A disposição de incluir os libertos à cidadania foi assinalada da seguinte maneira pelo texto constitucional de 1824:

¹ A construção desta vertente liberal se deu por meio de determinadas interpretações da obra *Dois Tratados sobre o Governo* de 1689, notadamente, do *Segundo Tratado*. (VASCONCELOS, 2008; SOUSA, 2011).

TÍTULO 2º

Dos Cidadãos Brasileiros.

Art. 6. São Cidadãos Brasileiros

I. Os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam **ingenuos**, ou **libertos**, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação. [sem negrito no original].

O artigo sexto da Constituição de 1824 indicava de modo relativamente nítido quem seriam as pessoas habilitadas a portarem a cidadania no Império do Brasil. A redação adotada, em se valendo das análises de Slemian, conciliava o desejo de incluir o liberto à cidadania com a vontade de manter as pessoas egressas da escravidão fora da mesma cidadania, via o critério de nascimento. Os libertos nascidos fora das fronteiras do Império não teriam direito à cidadania. Este artigo da Carta de 1824 é um dos poucos momentos donde é possível perceber a presença do regime escravista no Brasil, dadas às menções a libertos e a ingênuos.

A Constituição de 1824 oferecia acesso à cidadania às pessoas egressas da escravidão. Sobretudo os direitos civis e em alguma medida direitos políticos, uma vez que os libertos podiam se alistar como votantes. Contudo, existiu a explicitação que as pessoas egressas da escravidão que poderiam gozar dos direitos civis, e de alguns direitos políticos, deveriam ser brasileiras. A Carta de 1824 permite notar que os africanos e as africanas enquanto ocupassem a condição de cativos e cativas estariam fora da órbita da cidadania. E esta condição não mudaria com a liberdade, pois essas pessoas seriam consideradas estrangeiras. A cidadania só chegaria até elas por um processo de naturalização pouco acessível. (SILVA, E., 1997).

Entretanto, esta interpretação da Constituição Imperial não foi a única possível. E esta situação foi apreendida por Beatriz Gallotti Mamigonian. Em *Razões de direito e considerações políticas: os direitos dos africanos no Brasil oitocentista em contexto atlântico*, a autora localizou quem entendesse que as pessoas que alcançassem a liberdade no Brasil teriam direito à cidadania civil e política. (MAMIGONIAN, B. G., 2011). Nesta direção, Mamigonian encontrou uma leitura bastante específica do artigo sexto da Constituição Imperial.

A localização de uma interpretação do artigo sexto da Constituição de 1824 que permitisse integrar à cidadania civil e política os libertos de originários de África foi possível a partir da análise do caso de José Thomaz de Sousa, nascido em

Moçambique, escravizado e libertado no Brasil e que, vivendo no Uruguai, reclamou cidadania brasileira, nos anos 1850.²

Para a autora:

Apesar de não dar margem para a interpretação de um protagonismo propriamente “africano”, o caso de José Thomaz de Sousa é um caso precioso e raro – não conheço outra consulta acerca da nacionalidade de africanos entre as muitas desse tipo que foram formuladas ao Conselho de Estado – por ser revelador de diferentes concepções de estadistas brasileiros acerca dos direitos dos indivíduos nascidos no continente africano no século XIX. (MAMIGONIAN, B. G., 2011 p 3-4).

A demanda de José Thomaz de Sousa por cidadania brasileira - à qual ele acreditava ter direito - foi convertida pelo representante do governo brasileiro em Montevideú, em consulta ao Conselho de Estado. (MAMIGONIAN, B. G., 2011 p 2-4). Isto porque, Joaquim Thomaz do Amaral, o representante brasileiro no Uruguai, se mostrou propenso a defendê-lo. Amaral percebeu pertinência na demanda de José Thomaz de Sousa.

Mamigonian expôs da seguinte forma porque Amaral havia decidido defender os interesses do africano:

À vista da declaração, que ele mesmo me faz, de ter nascido em Moçambique, não me é possível reclamá-lo como brasileiro nato. Creio porém que a circunstância de ter servido como escravo no Brasil e de haver obtido aí a sua liberdade me autoriza a considerá-lo como brasileiro e a protegê-lo como tal. Parece-me isso (além de outras razões e recedentes

² O caso foi assim relatado por Mamigonian: “Chegou à seção de Justiça e Estrangeiros do Conselho de Estado em 1859 uma consulta que se referia à cidadania dos libertos nascidos fora do Brasil. Tratava-se de um caso que ocupava a legação do Império brasileiro em Montevideú em meio a vários outros envolvendo súditos do Império que reclamavam proteção diante de supostos abusos cometidos por autoridades uruguaias. Nesse caso, o encarregado da legação brasileira em Montevideú, Joaquim Thomaz do Amaral procurava defender José Thomaz de Sousa, que vinha sendo forçado a servir no corpo da Guarda Nacional da vila da União. Amaral vinha fazendo gestões junto ao ministério das Relações Exteriores e ao ministério da Guerra do Uruguai desde outubro de 1858 para apurar a situação de Sousa e exigir sua baixa, pois acreditava que seu recrutamento forçado contrariava acordos a respeito do engajamento militar e de certificados de nacionalidade celebrados entre os dois países. Amaral chegou a dar asilo em sua casa a José Thomaz de Sousa para protegê-lo do recrutamento. Foi quando surgiu a dúvida acerca da sua nacionalidade. Amaral apurou que Sousa havia nascido em Moçambique e sido escravo no Brasil. Alforriado no Rio Grande do Sul, lá foi recrutado durante a Farroupilha, depois teria lutado nas guerras platinas no exército de Oribe, depois no de Caseros e por fim teve baixa no Uruguai. Sousa ostentava uma ‘papeleta’ emitida pelo Consulado Brasileiro em Montevideú que o declarava natural do Rio de Janeiro; com base nela, reclamava direito de súdito do Império brasileiro. Joaquim Thomaz do Amaral, em correspondência ao Visconde de Maranguape, que se ocupava da pasta de Estrangeiros, pediu instruções ‘a respeito da concessão da nacionalidade brasileira aos africanos libertos’ pois pretendia se preparar para defender Sousa contra o que lhe pareciam ser abusos das autoridades uruguaias.” (MAMIGONIAN, 2013 p 2-3).

de vários países) consequência das disposições da nossa legislação civil. Os modos estabelecidos pela Constituição do Império não são, como bem diz o Sr. Conselheiro Pimenta Bueno em sua obra sobre o direito público, os únicos pelos quais se pode adquirir a nossa nacionalidade. Demais, o próprio Governo Oriental sustenta que os escravos que obtiveram a sua liberdade no território da República são cidadãos Orientais. (AHI, Amaral para Maranguape, 12/11/1858 apud MAMIGONIAN, B. G., 2011 p 4).

O representante brasileiro em Montevideu interpretava que os cativos alforriados no Brasil teriam direito à cidadania brasileira. Mamigonian argumentou que

Amaral se mostrava atualizado nas questões de direito civil, pois citava *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império*, publicado por José Antônio Pimenta Bueno (mais tarde Visconde e depois Marquês de São Vicente) no ano anterior, 1857. Entretanto, citava aquele que se tornou “o livro de cabeceira do Imperador” para justificar uma reinterpretação da Constituição de 1824 para conceder cidadania aos libertos africanos. Mostrava-se também conhecedor do estatuto dos libertos em outros países, e deixava claro que defendia o mesmo procedimento adotado no Uruguai, de reconhecer o ato da alforria como o de naturalização, e assim estender a cidadania a todos os alforriados no Brasil, independente de local de nascimento. (MAMIGONIAN, B. G., 2011 p 4).

A posição de Amaral “era certamente uma interpretação bem distinta do direito exposto na Constituição de 1824”. Nesta, na avaliação de Mamigonian, “todos os escravos” seriam por “definição não-cidadãos, a Constituição admitia concessão de cidadania aos libertos nascidos no Brasil”, excluindo os demais, ou seja, os africanos. (MAMIGONIAN, B. G., 2011 p 4).

O próprio José Antônio Pimenta Bueno (1803-1878) foi convidado a dar um parecer sobre o caso.

Chamado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros a dar um parecer para a questão, Pimenta Bueno expôs interpretação bastante semelhante à do encarregado de negócios em Montevideu. Partiu do princípio que os escravos não eram considerados pessoas no gozo de seus direitos, nem reconhecidos membros da sociedade civil e que sua naturalidade era por isso indiferente. Argumentou que o Artigo 6º da Constituição de 1824 considerava a libertação no Brasil como momento de aquisição de cidadania brasileira, ato que servia para os escravos como de nascimento para a sociedade civil e a vida política. (MAMIGONIAN, B. G., 2011 p 5).

Com efeito, o interesse de José Thomaz do Amaral e o parecer de Pimenta Bueno não se mostraram suficientes para convencer Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara (1812-1868), responsável último pelo caso, de ser José Thomaz de Sousa portador da cidadania brasileira. Para este africano liberto como para

tantos outros africanos livres e libertos o único caminho aceito para acessar a cidadania brasileira seria a naturalização, procedimento inviável para eles, seja pelo trâmite complicado e custoso, seja pela má vontade de várias instâncias da burocracia imperial em conceder a cidadania para estas pessoas. (MAMIGONIAN, B. G., 2011). Esta posição dos africanos livres e ou libertos perante o ordenamento jurídico do Império já havia sido indicada por Eduardo Silva ao analisar a situação de Dom Obá. Mamigonian trouxe mais elementos empíricos de como funcionava a exclusão das pessoas trazidas de África da cidadania no Brasil. (SILVA, E., 1997).

A interpretação do artigo sexto da Constituição Imperial proposta por Joaquim Thomaz do Amaral, e a sugerida por Pimenta Bueno, não encontraram ressonância no seio das ações do Estado Imperial. Porém, a existência de interpretações como as de Amaral e Pimenta Bueno são interessantes. Elas evidenciam diferentes formas de se pensar a cidadania circulando concomitantemente entre as elites imperiais.

Junto ao artigo sexto, o artigo nonagésimo quarto da Constituição Imperial, presente no *Capítulo VI, Das Eleições*, é outro raro momento onde é possível notar a presença da escravidão no país, devido à menção aos libertos.

Art. 94. Podem ser Eleitores, e votar na eleição dos Deputados, Senadores, e Membros dos Conselhos de Provincia todos, os que podem votar na Assembléa Parochial. Exceptuam-se
I. Os que não tiverem de renda liquida annual duzentos mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou emprego.
II. Os Libertos.

O artigo sexto e o artigo nonagésimo abordam dois temas bastante elucidativos, no que diz respeito às ambiguidades e contradições, das tendências distintas conciliadas no ordenamento jurídico do país. Ao liberto nascido no Brasil era permitido alistar-se como votante, mas não como eleitor, portanto, inelegível até *Reforma Eleitoral de 1881*.

Com efeito, a discussão acerca dos direitos de cidadania presentes no ambiente de formulação da Constituição de 1824, nos anos 1850, figurava ainda nos anos 1880. Durante os debates acerca do projeto de *Reforma Eleitoral* foi possível localizar dois sentidos básicos atribuídos à cidadania pelos *Senhores Deputados*.

O primeiro deles versa sobre a utilização do termo cidadão como sinônimo de habitante do Império. E como tal, pode ser entendido na direção da posse de

direitos civis, recordando sempre que o habitante do Império diz respeito à população livre. Os momentos onde cidadão aparece como equivalente a habitante do Império são inúmeros nos *Annaes* de modo que se optou aqui por recortar alguns.

Na sessão parlamentar de vinte nove de abril de 1880 o deputado Baptista Pereira sobe à tribuna para justificar o seu projeto de abolição do imposto do vintém, que em função dos distúrbios do início de janeiro de 1880, que a seguir serão abordados, praticamente não chegou a ser cobrado, entretanto a lei que o instalou ainda não tinha sido revogada. Assim sendo, o deputado Baptista Pereira tomando a palavra:

Começo agradecendo á camara a benevolência com que deferiu o meu pedido, concedendo-me a urgência que solicitei para justificar o projecto propondo a abolição do imposto denominado de transporte, pela lei de sua criação, mas que ficará conhecido na legislação financeira do paiz pelo – imposto do vintém. (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo I, p 42).

Após expor e mesmo defender os motivos do Governo, o Gabinete de 5 de Janeiro, em propor o imposto, que foi aprovado na Câmara, o deputado Baptista Pereira explica porque o mesmo deve ser abolido. Contudo, ele entendeu ser a reclamação acerca do imposto exagerada, uma vez que sobre o imposto do transporte se havia projetado todas as mazelas:

A leva foi geral; tudo, Sr. presidente, contribuiu para o imposto; pediu-se recursos ao trabalho, ao capital, á terra, á subsistencia, á locomoção, a tudo, de modo que eu poderia, parodiando um phrase conhecida de Emilio Girardin, dizer sem exageração que as pessoas, a propriedade, os actos, os gozos, a subsistencia, emfim a vida inteira dos **cidadãos**, tudo ficou envolvido na teia tecida pelos organizadores do orçamento. (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo I, p 43). [sem grifo em negrito no original].

Independentemente da forma como o deputado entendeu a reclamação, o questionamento ao imposto do transporte, ao discutir a questão fez uso do termo cidadão. Contudo, é perceptível uma utilização destituída de uma maior atribuição de sentido. Não se percebe neste tipo de enunciado cidadão como o portador de direitos e ou deveres específicos.

Esse tipo de significação dada ao termo cidadão é como mencionado há pouco apreensível em outros momentos dos *Annaes*. Disse o deputado Martinho Álvares da Silva Campos (1816-1887) ao expor à Câmara sua atuação na comissão

que acompanhou os funerais de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias (1803-1880), na sessão parlamentar de onze de maio de 1880:

Sr. presidente, como órgão da comissão nomeada pela camara dos deputados para assistir ao funeral do finado Sr. Duque de Caxias, venho, dizer a S. Ex. e á camara que eu e os meus companheiros desempenhamos esta missão honrosissima.

S. Ex. me permittirá acrescentar que acompanhamos o sentimento geral da nação pela perda de um **cidadão** tão illustre. (*Apoiados.*). (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo I, p 84-85). [sem grifo no original].

Nestes casos citados o sentido de cidadão é, em grande medida, aquele do artigo sexto da Constituição de 1824, herdeiro da tradição legislativa lusitana. Seguindo a análise de Andréa Slemian, o cidadão é a pessoa livre partícipe da sociedade, o portador dos direitos civis. Poder-se-ia elencar mais situações, contudo acredita-se que estas são suficientes para indicar uma das significações mais usuais para o termo cidadão nos *Annaes do Parlamento Brasileiro, Camara dos Senhores Deputados*.

O segundo significado mais frequente encontrado para cidadão nos *Annaes* trata a cidadania para além da posse dos direitos civis, agregando a estes os direitos políticos. Esta forma de tratar a ideia de cidadania é perceptível a partir, sobretudo, do mês de junho de 1880, justamente no momento em que foi discutido e votado o projeto de *Reforma Eleitoral*. Projeto este que ampliava o acesso, ao menos em termos formais, aos direitos políticos.

No primeiro dia do mês de junho de 1880 tiveram início os debates acerca do projeto de *Reforma Eleitoral*. O primeiro inscrito para ocupar a tribuna foi o deputado Joaquim Saldanha Marinho (1816-1895).

Tomo a palavra antes de outros neste interessante debate, aceitando assim a nimia bondade com que V. EX. se dignou inscrever o meu nome em primeiro lugar, o que muito agradeço.

Membro da comissão, á qual foi sujeita a proposta do poder executivo, que contem o projecto da lei eleitoral, que ora é discutido, assignei com restricções. (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo I, p 325).

O deputado pela Província do Amazonas participou da comissão parlamentar que deu parecer favorável ao projeto de *Reforma Eleitoral* elaborado pelo Gabinete de 28 de Março. No entanto, ele destaca que assinou com restrições o parecer. Este dado, pelo que se pode depreender, foi mobilizado para que

Saldanha Marinho pudesse falar entre os primeiros, uma vez que pelo regimento da Câmara a oposição – ou seja, quem fosse contrário ao projeto – tinha primazia no uso da tribuna para contestar a matéria em tramitação.

Saldanha Marinho via inúmeras vantagens no projeto de alteração da lei eleitoral, a maior delas seria a instalação do voto direto, outras seriam a inclusão à cidadania política dos estrangeiros naturalizados, dos acatólicos e dos libertos.

O projecto nos offerece: *eleição directa, districtos de um só deputado, admissão dos acatholicos, dos ingenuos e libertos e dos naturalizados á elegibilidade*. Além disto, franquea o voto, e alarga o exercicio da soberania, habilitando para o gozo dos direitos politicos aos maiores de 21 annos, quando a lei actual exige para isso a idade de 25 annos. (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo I, p 326).

O deputado Saldanha Marinho asseverou ainda no mesmo discurso o seguinte:

Amplia o numero de elegíveis, mas sem prejuizo dos que se acham no gozo desse direito.
Com a admissão dos ingennuos e libertos, com a admissão dos acatholicos, com a admissão dos naturalizados, não fazemos mais do que alargar o circulo dos que podem representar a nação.
Não se prejudica a ninguém; e todos os cidadãos brasileiros continuam a gozar os mesmos direitos que por essa Constituição lhes foram outogardos. (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo I, p 330).

Sua restrição ao projeto estaria, sobretudo, na questão da *Prova da Renda* e do interdito aos analfabetos. Acerca da *Prova da Renda* entre outros argumentos Saldanha Marinho apresentou os seguintes:

Estas são as principaes idéas do nosso programma eleitoral. (*Apoiados*).
E para mantel-as, e vel-as realizadas é que eu assignei o parecer com restricções. É isto o que vou justificar.
Senhores cumpre não sacrificar o principal ao acessorio.
A planta interior do edificio, que constituirá o nosso systema eleitoral, por este projecto, não corresponde á fachada.
Adoptado o processo da prova de renda, como estabelece o projecto, o numero dos eleitores que deve ser o mesmo pelo menos dos actuas votantes, visto que vamos estabelecer em directa a eleição de dous grãos, ficara limitadíssimo, e nem exprimirá a maioria da nação.
Manter o censo de 200\$ como é da Constituição, é dar ao actual votante o direito do eleitorado. Si se procura illudir esse censo, com um jogo de provas dificeis especiaes, e não genéricas, nullifica-se a grande idéa do governo do povo pelo povo, fim principal da eleição directa.
Desde que não puder provar a renda senão pelo conhecimento de pagamento do imposto certidões de tribunaes, e do notoriado, títulos de propriedade e de arrendamento lançados em notas do tabellião do districto;

desde que nem o proprio empregado publico, que não tenha direito á aposentadoria póde votar, a que fica reduzido o eleitorado directo?
 A maioria, e avultadissima, de cidadão hoje no gozo do direito de concorrer á eleição fica excluida. Será isto uma perfeita espoliação.
 O operario, senhores, o artista, o agricultor em muito escala... (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo I, p 330-331).

Sobre o interdito a participação dos analfabetos ele disse:

A pratica depende das boas leis que se promulguem, e da serie de medidas indispensaveis para fazel-as effectivas.
 Sr. presidente, o projecto no seu detalhe, e no plano de diminuir o numero dos eleitores foi mais longe ainda.
 Si não diz claramente que o analphabeto não tem voto, implicitamente o estabelece, quando determina que o eleitor (antigo votante ou actual votante) escreva e assigne um recibo, e escreva elle mesmo a sua cedula.
 Mas senhores, uma tal providencia, decretada assim de chofre, é até iniqua e eu a combato. (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo I, p 332).

Ao se posicionar contra o impedimento da cidadania política ao analfabeto, Saldanha Marinho revelou o distanciamento de vários de seus colegas de deputação. Por exemplo, o deputado baiano Cezar Zama, discutindo com o Saldanha Marinho defendia a exclusão dos analfabetos. Dizia o deputado Zama: “para mim a exclusão do analphabeto significa a exclusão do navalhista”. (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo I, p 334). E de maneira concomitante a este afastamento encontra-se a proximidade do parlamentar aos seus pares no que diz respeito à crença no institucionalismo. “A pratica depende das boas leis que se promulguem, e da serie de medidas indispensaveis para fazel-as effectivas”, ou seja, as instituições, as leis moldam a sociedade e não o contrário. Novamente é o navio fazendo o oficial e não o inverso.

Assim, em meio à defesa da sua assinatura com restrições do parecer sobre o projeto de *Reforma Eleitoral*, o deputado Saldanha Marinho apresentou a sua concepção de cidadão e cidadania.

Quanto aos direitos dos cidadãos brasileiros o projecto, nas idéas geraes que encerra, não altera um só dos direitos definidos do art. 179 da mesma lei. Nenhum dos mencionados nos paragraphos de que se compõe esse artigo é nem se quer levemente offendido ou alterado. Ampliar o uso desses direitos a outras classe de cidadão que delles estavam privados não importa offensa aos que já os possuiam, os quaes continuam a ser mantidos nas prerogativas de que gozavam. (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo I, p 330).

Na fala de Saldanha Marinho a cidadania aparece não somente como sinônimo de habitante do Império, mas como o indivíduo portador de direitos. É relativamente nítida a ideia de que algumas pessoas possuíam mais direitos que outras. E é igualmente visível que seria, na visão do deputado pela Província do Amazonas, necessário ampliar o acesso aos direitos de cidadanias a mais pessoas sem detrimento daquelas que já os possuíam.

O projeto de lei eleitoral em pauta, formalmente, ampliava direitos políticos a pessoas portadoras somente de direitos civis e também aumentava a capacidade de participação política de um grupo detentor de uma cidadania política limitada. A reflexão de Saldanha Marinho permite notar uma interpretação da cidadania para além dos direitos civis.

Senhores, queremos representação nacional, queremos o systema representativo como elle deve ser considerado, como todos os desejamos? Estabelecemos para isso o indispensável mecanismo: firmemos a garantia dos direitos civis e políticos de todos os cidadãos. (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo I, p 338).

O enunciado adotado neste trecho por Saldanha Marinho deixa bastante evidente o entendimento da cidadania como posse de direitos civis e políticos, por um lado, por outro lado o termo cidadão aparece na condição de habitante do Império. Mas mesmo assim a fórmula narrativa adotada é reveladora do outro sentido mais comum atribuído ao termo cidadão nos discursos parlamentares: o indivíduo portador de direitos.

5.2 Os representantes do povo e o povo

Os *Senhores Deputados* se percebiam representantes do povo, ao menos nestes termos eles se expressavam, mas como eles pensavam e definiam este povo? Ao se perscrutar os *Annaes do Parlamento Brasileiro, Camara dos Senhores Deputados*, no período 1880-1881, não se conseguem respostas simples a esta indagação. O fato se destaca por ser este o período de trâmite da nova lei eleitoral, que aparentemente ampliava os direitos políticos do “povo”. Situação análoga ocorre

com os artigos de imprensa: não se encontram definições nítidas sobre quem seria o “povo”.

A *Décima Sétima Legislatura* assumiu em 1878 com um propósito principal – fazer a *Reforma Eleitoral* – demanda programática do Partido Liberal desde os anos 1860. De modo a ser esta a principal matéria para os parlamentares da referida legislatura. Esta centralidade refletia nos artigos presentes nas *Publicações a Pedido*, do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, no entanto, outros temas de ordem política se faziam notar. Nesta direção foi possível perceber que dois outros assuntos estavam na pauta política no ano de 1880 e início de 1881, segundo os articulistas das *Publicações a Pedido*: a questão orçamentária, que abrangia a questão tributária; e a questão servil, forma pela qual as elites políticas daquele momento se referiam à escravidão. Ao comparar este cenário ao presente nos *Annaes do Parlamento* existe certa correspondência: estas matérias também ocupavam espaço significativo na atividade parlamentar. Assim, em se tomando a seção *Publicações a Pedido* como termômetro da pauta política imperial optou-se por abordar estas duas matérias: a questão servil e orçamentária. A primeira foi observada anteriormente na discussão acerca de atuação política de Joaquim Nabuco, a segunda será tratada neste momento.

A questão orçamentária foi analisada a partir da repercussão da instalação de um novo tributo sobre o transporte na Côrte. O tributo foi o estopim da Revolta do Vintém. Movimento que contou com a participação de parcela do povo da Côrte, ou seja, de parte do povo do Império, em alguma medida, como protagonista. A avaliação da atuação popular, por parte das elites, neste evento, podia trazer à discussão elementos argumentativos oriundos das teorias raciais. Portanto, mostrou-se interessante observá-lo. Esperava-se que em um ambiente permeado pelas teorias raciais esta rebelião levasse a algum tipo de reflexão acerca do povo.

A rebelião do vintém teve um grande impacto político, sendo fator importante na queda do Gabinete de 5 de Janeiro. Antes, porém, de adentrar nesta busca por ponderações sobre o povo presente nos *Annaes* e na imprensa, mostrou-se pertinente apresentar algumas informações acerca do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro e da seção *Publicações a Pedido*.

5.2.1 A imprensa na História e a história da Imprensa

O material produzido pela imprensa foi e continua sendo recorrentemente visitado por inúmeros pesquisadores e pesquisadoras. De maneira a ser o conteúdo dos periódicos objetos de investigação constante. Contudo, os trabalhos sobre a imprensa propriamente dita, no sentido de uma história geral da imprensa surgem em menor número, bem como os estudos acerca do que seria tal atividade no Brasil oitocentista, suas possibilidades, limitações e características. Acerca desta situação o historiador Marco Morel informa no prefácio à obra de Marialva Barbosa, *História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900*, que o “uso da imprensa como detentora das ‘verdadeiras informações’” foi elemento decisivo “para seu relativo abandono, que sucederia no bojo de transformações historiográficas.” (MOREL, M., 2010 p 7). De modo que “seria exaustivo citar as ausências da imprensa nos estudos históricos de tipo socioestrutural que tomaram corpo a partir da metade do século XX, com seu apogeu nos anos 1970.” (MOREL, M., 2010 p 8). A posição passível de ser retirada das considerações de Morel é de que houve alguma confusão entre o estudo do conteúdo da imprensa com a investigação da imprensa em si.

Para Morel dentre os possíveis motivos para o não estudo da imprensa estariam os seguintes

Apontavam-se questões de (falta de) veracidade e fidedignidade nos usos da imprensa como documento histórico, que seria apenas ‘veículo’ de ideias ou ‘reflexo’ de condicionantes sociais e econômicos predeterminados. Em outras palavras: ao invés de espelho fiel da realidade, a imprensa passou a ser vista como falsificadora do real. (MOREL, M., 2010 p 8).

E mesmo sob este cenário Morel destacou a ocorrência de “expressivas exceções, como os estudos de Carlos Rizzini, Hélio Vianna, Marcello e Cybelle Ipanema, Nelson Werneck Sodré e José Marques Melo”. (MOREL, M., 2010 p 8). Sobre a obra de Werneck Sodré, Marco Morel diz que:

Durante muito tempo e ainda hoje considerada a principal “história geral” sobre o tema, tem indiscutível importância, ao lado de limitações. Contém classificações e abordagens questionáveis, ao mesmo tempo que abriu caminhos, inovou e tornou-se obra clássica. (MOREL, M., 2010 p 8 nota 2).

Partindo disso, abordar-se-á o livro de Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*, publicado em 1966. A obra conta até o momento, pelo que se pôde levantar, com quatro edições, sendo a última, de 1999, dotada de revisões e adendos. Tal edição foi lançada no ano de falecimento do autor e traz a assertiva "a mais completa obra sobre a história da imprensa no Brasil". Evidentemente, essa afirmação carrega consigo forte apelo comercial, todavia esta obra, apesar da "idade" ainda pode ser considerada como uma das mais importantes sobre a imprensa do e no Brasil, conforme indica Morel. A *História da Imprensa no Brasil* cobre desde o período denominado pelo autor de colonial até meados do século XX. Focar-se-ão aqui as considerações acerca de fins do século XIX e início do século XX.

Na argumentação proposta por Nelson Werneck Sodré a imprensa no Brasil oitocentista teria tido uma guinada importante no fim da década de 1860. Para Sodré "em 1869, terminou a *Conciliação*; separam-se liberais e conservadores". (SODRÉ, N. W., 1999 p 188). Na visão do autor com o término da *Conciliação* as disputas políticas voltam à cena de modo aberto, trazendo à tona demandas por reformas, tema que passaria a ocupar lugar importante na pauta política. Este contexto teria sido fundamental à multiplicação dos periódicos, um novo impulso para a atividade jornalística. Pois esta, para Werneck Sodré, havia vivido um período de retração entre a *Maioridade* e o ano 1869, ou enquanto durou a *Conciliação*. Com o fim da *Conciliação* e da Guerra do Paraguai o país teria ingressado em outros tempos; tempos de mudança.

No fim da segunda década da última metade do século XIX, as alterações na fisionomia do país começam a avultar e manifestaram-se em acontecimentos políticos. Da *Maioridade* à *Conciliação* tudo fora sem tropeços para o latifúndio escravista, superada a grave crise da Regência; a esquerda liberal fora esmaga; as rebeliões provinciais reprimidas com inaudita violência. Os anos cinquenta anunciam o auge do poder imperial, que removeu todos os obstáculos e não receia que reapareçam: a imprensa reflete a estagnação dominante. Mas os anos sessenta começam a denunciar mudanças: a crise de 1857 repete-se em 1864, em circunstâncias mais profundas; surge o conflito militar platino, de sérias consequências na vida política do país; a suspensão do tráfico negreiro, dez anos antes, mostra claramente seus efeitos; a quietude é ameaçada, as tormentas vão se acumulando. Ao fim da década de sessenta, com a guerra terminada, tudo indica o início de fase nova, com reformas que se impõe e não podem ser proteladas; a luta política se acirra; a imprensa retoma o fio de sua história, interrompida com a *Maioridade*. (SODRÉ, N. W., 1999 p 200-201).

A despeito das questões teóricas do autor, que o leva a perceber a presença de uma esquerda liberal – algo bastante questionável – ele aponta que a partir dos anos 1870 a “imprensa retomou seu caminho”, como local para o embate político (e também intelectual). De modo a Sodré poder ter catalogado um número bastante grande de periódicos não só na Corte, mas também nas províncias. (SODRÉ, N. W., 1999 p 181-250). E

[...] o interesse pelas reformas, que começaram a ser propostas e discutidas, cada vez com mais veemência, pontilhadas pelas questões que iam surgindo, conduzidas ou resolvidas em clima de crescente turbulência: a questão servil, com as lutas em torno de algumas reformas de que dependia seu andamento, a da liberdade do ventre, a da liberdade dos sexagenários, a Abolição finalmente; a questão religiosa, a questão eleitoral, a questão federativa, a questão militar, a questão do próprio regime, como coroamento do processo de mudança institucional. Questões e reformas refletiam-se na imprensa, naturalmente, e esta ampliava sua influência, ganhava nova fisionomia, progredia tecnicamente, generalizava seus efeitos – espelhava o quadro o que o país apresentava. (SODRÉ, N. W., 1999 p 223).

Assim, a demanda por reformas alimentava o debate e a disputa política, o que por sua vez nutria as páginas dos periódicos. Esta combinação, na visão de Sodré, teria colaborado com o avanço da importância da imprensa. Assim,

[...] o que mais se fazia, naquela fase, era precisamente discutir, por em dúvida analisar, combater. Combater a pretensa sacralidade das instituições: da escravidão, da monarquia, do latifúndio. E a imprensa tinha, realmente, em suas fileiras, grandes combatentes, figuras exemplares, como homens de jornal e como homens de inteligência ou de cultura. (SODRÉ, N. W., 1999 p 233).

Este era, em grande medida, o sentido e o papel da imprensa na ótica de Nelson Werneck Sodré. Os responsáveis por esta imprensa, pela produção destes periódicos, no que diz respeito ao seu conteúdo seriam homens de letras. Sodré observa que “os homens de letras faziam imprensa e faziam teatro” (SODRÉ, N. W., 1999 p 192). Esta ressalva, para ser bastante preciso, é feita para meados do século XIX, mas pode ser ampliada para o restante do período com o acréscimo de que essas pessoas também faziam política.

Na direção de observar trabalhos postos a tratar da imprensa enquanto problema de pesquisa, mais do que o conteúdo vinculado por ela, destaca-se os dois volumes publicados por Marialva Barbosa, *História Cultural da Imprensa: Brasil 1900-2000* (2007) e *História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900* (2010). A

preocupação da autora, especialmente na segunda obra, é enfatizar os muitos caminhos da imprensa do Brasil oitocentista, as várias tendências e caminhos da atividade jornalística posta a conviver, no mais das vezes de modo simultâneo. A postura com relação à obra de Barbosa será análoga à adotada para o texto de Nelson Werneck Sodré, o foco se voltará aos últimos anos do século XIX e os primeiros do século XX.

Marialva Barbosa denota, em *História Cultural da Imprensa no Brasil: Brasil 1800-1900*, que quando se analisa:

[...] os múltiplos processos por que passou a imprensa brasileira a partir de 1880, é preciso destacar a forma como se diversificou e ampliou o seu público leitor, construindo o início de uma trilha que seguirá até a instauração da imprensa de massa no país já em meados do século XX. (BARBOSA, M., 2010 p 14).

A ampliação de público é passível de ser pensada dentro da própria diversificação da imprensa, ou seja: a coexistência de várias propostas editoriais que atingiriam públicos distintos. Seria a convivência de folhas mais opinativas com as dedicadas a informar, com aquelas mais literárias. Outro caminho, que não exclui o anterior, estaria na expansão de um mercado consumidor urbano. Ou ainda entender este aumento do público dos periódicos em termos das alterações por que vinha passando a sociedade brasileira de fins do século XIX. Essas modificações estariam relacionadas com a fratura na camada senhorial e as conseqüentes disputas políticas provenientes das rusgas no interior do grupo. Conjuntamente a isso “os diferentes grupos intermediários da sociedade que busca[va]m se fazer representar como personagens políticos.” (BARBOSA, M., 2010 p 55). Desta forma, mesmo a autora fazendo referência ao trabalho de Ivana Stolze Lima (2008), sua argumentação lembra em muito a de Nelson Werneck Sodré. Este, como já mencionado, defendia que durante as Regências e no II Reinado, depois da *Conciliação*, as disputas políticas teriam nutrido as páginas dos periódicos. A forma como Barbosa caracteriza a atividade jornalística também faz lembrar Sodré: afirma ela que “a imprensa, sobretudo, durante o Período Regencial e o II Reinado, é repetidas vezes caracterizada como violenta e por não poupar críticas aos governantes.” (BARBOSA, M., 2010 p 55). É a questão das disputas políticas nutrindo as páginas das folhas, como já havia dito Sodré com outras palavras.

A relação da política com a imprensa é postulada por Barbosa nos seguintes termos

O fato de a política assumir a cena pública motiva o aparecimento dos jornais, lugar privilegiado para a discussão das ideias que circulam pelas ruas. Há nitidamente o espraiamento de uma cultura política para além dos grupos dominantes e incluindo nos debates aqueles que são quase naturalmente o público dos periódicos: militares, profissionais diversos, membros do clero. (BARBOSA, M., 2010 p 56).

O aumento do público, bem como da importância dos jornais no Brasil oitocentista coloca-se, ainda, nos seguintes termos na reflexão de Marialva Barbosa:

A partir do final dos anos 1880, os jornais, sobretudo do Rio de Janeiro, então capital de uma República que começa a dar os primeiros passos, assumem nova configuração. As letras impressas que se esparramavam há décadas pelas mais importantes cidades do país, criam, gradativamente, um público letrado. (BARBOSA, M., 2010 p 117).

A leitura na virada do século XIX para o século XX teria se tornado uma prática cidadina. Para Barbosa

nos vestígios deixados pelos múltiplos documentos, pelos textos literários e pelas descrições contidas nos próprios periódicos, a leitura passa a ser hábito nas cidades. Nas soleiras ou apoiados nos umbrais das portas, debaixo dos postes iluminados, nos bondes, nas praças, ruas e avenidas há, em múltiplas descrições, referências aos leitores. As leituras estão também nos cafés, nos espaços do trabalho, nas salas de visitas das casas. (BARBOSA, M., 2010 p 117-118).

Ainda sobre a leitura a autora diz:

Cria-se o hábito de fixar os exemplares nas portas das redações. Em torno das publicações, o público comenta, em voz alta, as últimas notícias. No carnaval, os cortejos das sociedades e dos ranchos dirigem-se às redações, dando vivas aos jornalistas. Nas datas importantes e nos momentos de crise, observa-se o mesmo movimento. (BARBOSA, M., 2010 p 117-118).

Em se valendo das considerações de Barbosa é viável pensar que as informações e debates postos nos periódicos atingiam um número considerável de pessoas, chegando mesmo aos não alfabetizados.

[...] o jornal é geralmente lido em voz alta nas rodas noturnas familiares e pelo menos quatro pessoas tomam conhecimento do conteúdo de um único número, podemos perceber a ampla circulação desses impressos na

sociedade. O fato de haver alto índice de analfabetismo não quer dizer que, também, nesse momento, não houvesse leituras plurais e leitores múltiplos [...] (BARBOSA, M., 2010 p 125).

A demanda por jornais também se revela pelo aumento considerável de publicações a partir de 1881, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, mas não só nela. (BARBOSA, M., 2010 p 118). Da análise de Marialva Barbosa ainda é importante destacar as considerações acerca dos responsáveis por estes periódicos. Ela localiza que os jornalistas eram, em grande medida, oriundos das faculdades de Direito, assim como seus redatores. A relação entre o jornalismo e vida intelectual é íntima. Para a autora “a imprensa cria condições necessárias ao desenvolvimento de um campo intelectual, cujos integrantes vão participar diretamente das instituições e dos grupos que irão exercer a própria dominação.” (BARBOSA, M., 2010 p 141). Ainda segundo sua análise “a vida intelectual passa a ser dominada pela grande imprensa, que se constitui na principal instância de produção cultural, fornecendo a maioria das posições intelectuais.” (BARBOSA, M., 2010 p 141). Barbosa se aproxima das considerações de Sodré ao perceber a imprensa como obra de intelectuais. E diferentemente de Sodré, Barbosa destaca que a imprensa também fomentaria a atividade intelectual.

Neste cenário, onde os periódicos tornaram-se cada vez mais parte indissociável da atividade intelectual e da política, alguns detinham maior prestígio. Certamente, este era o caso do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro.

5.2.2 O *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro

A opção por se observar os debates sobre cidadania política nas páginas do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro se deu nos seguintes termos: entendeu-se, concordando, então, com a posição defendida por Marialva Barbosa que “no final dos anos 1870, o *Jornal do Commercio* passa a ser, na cidade [do Rio de Janeiro] sinônimo de jornal”. De modo a “ninguém precisa[r] falar o nome inteiro do periódico para saber que se trata de uma alusão ao velho órgão. Ao dizer, simplesmente, jornal, todos sabem que a referência é o periódico fundado no final dos anos 1820.” (BARBOSA, M., 2010 p 77). Assim, se depreende da análise de Barbosa que o

Jornal do Commercio do Rio de Janeiro era um dos principais e mais tradicionais periódicos do Brasil oitocentista.

“No dia 1.º de outubro de 2007 o *Jornal do Commercio* completou 180 anos de circulação ininterrupta, fato raro na história da imprensa mundial.” (SANDRONI, C., 2007 p XI). É desta maneira que Cícero Sandroni abre seu livro *180 anos do Jornal Commercio – 1827-2007: de Dom Pedro I a Luiz Inácio Lula da Silva*, publicado em 2007 para comemorar centésimo octogésimo aniversário do periódico. O trabalho de Sandroni, pelo que se pode verificar, é um dos poucos, senão o único, realizado, contemporaneamente, tomando o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro enquanto objeto de estudo.

Trata-se de uma obra bastante descritiva da qual é possível depreender a busca por destacar o papel do *Jornal do Commercio* na vida do país. Mas, justamente por ser descritiva localiza o periódico nos diferentes contextos com os quais ele se relacionou simultânea e sequencialmente. Organizado cronologicamente, o livro de Sandroni procura localizar no papel do jornal nos acontecimentos do país num formato bastante próximo ao de década a década. Desta feita, seus capítulos iniciais dedicados à origem do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, o contexto de onde emerge a publicação é bastante importante, uma vez que ali se tem um mapa da atividade jornalística do Brasil na primeira metade do século XIX. Nesta direção, os capítulos que contemplam o período da presente pesquisa estão compreendidos entre o sétimo e o décimo segundo, neles o autor busca articular o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro às inúmeras transformações da sociedade brasileira de fins do século XIX, bem como o papel do *Jornal* nelas.

A importância do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, também foi destacada por Nelson Werneck Sodré. Este coloca o referido periódico, ao lado da Gazeta de Notícias, como um dos maiores do Brasil para o período em questão. (SODRÉ, N. W., 1999 p 253). E seria ele ainda um dos mais vendidos. (SODRÉ, N. W., 1999 p 266). A circulação do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro era intensa para os padrões da época.

A caracterização do *Jornal* elaborada por Sodré, por outro lado, não é nada simpática: “Triunfava, realmente, no início da segunda metade do século XIX, o jornalismo conservador, de que o *Jornal do Commercio* foi expressão singular.” (SODRÉ, N. W., 1999 p 190). A postura, moderada para os radicais e ousada para

os conservadores, pode ser tomada como a marca registrada deste periódico. Fazendo uso de um depoimento de Alcindo Guanabara (1865-1918), Sodré informa que evocar a história do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro era evocar os “vultos da que brilham na nossa política, nas nossas letras, nas nossas artes” (SODRÉ, N. W., 1999 p 189). Em suas páginas desfilavam os nomes mais relevantes das artes e da política brasileira do Segundo Reinado. (SODRÉ, N. W., 1999 p 189-190). Isso de certo modo reforça o argumento aqui defendido acerca da relevância do *Jornal do Commercio* no final do século XIX, no que diz respeito a ser ele um locus importante para perceber os debates políticos e intelectuais do período.

Nelson Werneck Sodré fez uso de algumas considerações de Alcindo Guanabara para compor a imagem no *Jornal do Commercio*. As referidas observações acerca do periódico foram realizadas, por Guanabara, em um discurso em honra da publicação, na festa oferecida pela redação ao seu Diretor, José Carlos Rodrigues (1844-1923), em 17 de outubro de 1908. Apesar do caráter praticamente hagiográfico do texto ele colabora no entendimento da posição do periódico na sociedade brasileira do período

[...] a história destes dias de nossa vida não a escreveram, nem os jornaes radicaes, nem os moderados, que a ha tanta paixão nas suas paginas, que é impossível não esteja nellas contundida a verdade: ha de ser nas colleções do *Jornal do Commercio*, que os não comentava, mas serena a imperturbavelmente registrava todos os factos, que o historiador ha de procurar aquella luz menos crua e mais igual, que faz o encanto e o prestigio do passado. O decennio da minoridade adianta-se, para nós, ululante e temeroso. O *Jornal* percorreu-o todo, mantendo uma serenidade, que seria, talvez, singular em tão agitada época: heis de encontrar, em suas paginas, todos os factos, mas não perceberéis, nellas, nenhum eco do muito que se dizia e que se tramava, nessa memoravel, sob a influencia da qual vacillou o Imperio. Esse alheamento das paixões em convulsão, essa inalterável tranquillidade, num meio tão agitado, valeram ao *Jornal do Commercio* a força e o prestigio com que, no principio do segundo reinado, elle agia e reagia sobre a sociedade, prestigio que cresceu e accentou-se de tal arte, que a expressão quarto poder lhe era applicavel com absoluta justiça. Nesse trecho da vida é com a do reinado. Evocal-a é evocar a serie de vultos que brilham na nossa política nas nossas letras, nas nossas artes, todos os quaes, ou de lá sahiram, ou lhe deveram a consagração do triumpho. (GUANABARA, A., 1911 p 126).

E acrescenta:

A acção do *Jornal* affirma-se então intensa e efficaz, no terreno político, como no litterario e artístico. Como sempre, o *Jornal* não é partidário; mas pesa deliberadamente na concha das instituições. É conservador, nesse sentido; é moderado, em todos os sentidos. Como sempre, não

encontrareis, em suas paginas, o eco dos clamores partidários; mas acompanhareis, com mais detalhes, recebendo, talvez, impressões mais nítidas, os factos que nos constituem a vida. (GUANABARA, A., 1911 p 126-127).

E estas posturas do jornal geram as críticas por parte de Sodré são justamente os aspectos que o fazem importante para a presente pesquisa. A presença de vários grupos diferentes na mesma folha cria a possibilidade da existência de debates, sendo possível encontrar artigos e contra-artigos no mesmo periódico. Retirando os prováveis exageros de Guanabara a verificação do periódico permite de fato acompanhar debates entre posições divergentes tanto dentro de determinados grupos quanto entre rivais assumidos.

Ainda hoje em atividade, O *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro foi fundado pelo francês Pierre Plancher em 1º de outubro de 1827, cinco anos, após a oficialização da emancipação política do Brasil em relação a Portugal. O seu primeiro objetivo seria publicar “balanços comerciais, resumo das variações cambiais, atividades portuárias, oscilações de preços dos principais gêneros comercializados na época, informações, inicialmente ao último mês” (BARBOSA, M., 2010 p 76). Na década de 1830 “passa a acompanhar essas sínteses de análises de caráter econômico” e se pôs a atentar para as notícias políticas das principais nações. (BARBOSA, M., 2010 p 76). Nos anos 1840 as retrospectivas políticas passam a ser regularmente editadas. Na segunda metade do século XIX as informações mais gerais vão ganhando terreno, bem como a divulgação das pautas e dos discursos parlamentares reproduzidas por vezes de modo integral. Nos últimos anos do século XIX já estão incorporados ao *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro: o folhetim, as notícias de cotidiano, os anúncios publicitários, a agenda cultural e seções específicas sobre questões sociais, jurídicas. Uma destas seções interessa, sobretudo, a esta pesquisa a denominada: *Publicações a Pedido*.

5.2.3 Água, carne e política: as *Publicações a pedido*

O abastecimento de água da Corte, o fornecimento de carnes verdes e o questionamento de obras públicas figuravam entre os assuntos preferidos de quem enviava seus textos para a seção *Publicações a Pedido* do *Jornal do Commercio* do

Rio de Janeiro, ao menos no biênio 1880-1881, mais precisamente entre abril de 1880 e janeiro de 1881. Ainda havia os debates acerca de decisões e ou encaminhamentos jurídicos, anúncios de procedimentos médicos, de formicidas, discussões sobre o provimento de formicida. E existiam também os artigos postos a comentar assuntos de ordem política – e foram estes os privilegiados para a presente investigação.

Em essência as *Publicações a Pedido* constituíam-se num local de opinião. Escreviam nele com ou sem a proteção de pseudônimos proprietários rurais, políticos, intelectuais. E este espaço era pago, diferentemente de uma seção de cartas de leitores e leitoras de publicações contemporâneas, por exemplo, onde é possível ser publicado gratuitamente. Ser um espaço pago leva a se pensar quem poderia acessar com frequência o mesmo: basicamente as pessoas e grupos recursos financeiros disponíveis para serem mobilizados numa empresa de ataque, defesa e ou convencimento acerca de posições políticas, ideológicas e teóricas.

A condição de local pago remete à questão de que cada espaço de um periódico tem um valor comercial. Em assim sendo, alguns detalhes necessitam ser mencionados, por exemplo, o local dentro do periódico que recebia a seção. As *Publicações a Pedido* não tinham um lugar fixo – uma página fixa. No biênio 1880-1881 ela aparece com maior frequência na página 2, nos anos 1890, por exemplo, a oscilação é maior. A relação entre o tamanho do espaço e a localização para o estabelecimento do valor do mesmo é relevante. Assim, capa e contracapa tornam-se lugares privilegiados, portanto, mais valorizados por serem de visualização praticamente imediata. (LUCAS, T. C., 2005). Seguindo este raciocínio torna-se viável inferir que as páginas ímpares se configurariam em espaços mais valorizados que as páginas pares, pois aquelas seriam as primeiras a serem visualizadas. (LUCAS, T. C., 2005).

Com efeito, Taís Campelo Lucas, ao analisar a produção cultural do início do século XX, percebeu a situação mencionada, no que diz respeito ao valor comercial dos espaços na imprensa. A análise realizada pela autora permite notar que esta lógica de comercialização dos espaços poderia figurar em fins do século XIX. Assim, ao caminhar pela sugestão de Lucas e assumindo que as páginas ímpares fossem mais valorizadas, faz sentido a *Publicações a Pedidos* aparecer frequentemente na página dois: esta seria menos custosa, portanto, viabilizaria os debates e polêmicas, ou seja, a lógica de artigos e contra-artigos, réplicas, tréplicas que podiam se

alongar por meses. No entanto, as *Publicações a Pedido* no biênio 1880-1881 raramente ocupavam apenas uma página, mas como mencionado era comum seu início estar à página dois.³

Ainda com relação aos possíveis custos financeiros da atuação nas *Publicações a Pedido*, no ano de 1880, por exemplo, se deu ao longo nos primeiros meses uma polêmica sobre uma tradução realizada por Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle Taunay (1843-1899) do alemão para o português. Entre artigos assinados e apresentados sob pseudônimos, os envolvidos acusaram Sílvio Romero de estar participando – com o epíteto de Euryantha. Essa polêmica é relevante por deixar entender que publicar na seção *Publicações a Pedido* era um expediente que poderia ser dispendioso, apesar de não se ter tido acesso a valores precisos do quanto custaria cada linha. De qualquer modo no dia doze de março de 1880, sexta-feira, dizia Psio:

Ao amigo Silvio Euryantha

Não achas preferível empregar em boas canjuadas o dinheiro que, com tanta simplicidade, despendes na publicação de artiguinhos? Pernêas em vão, a gargalhada popular tomou-te á sua conta e estás irremediavelmente condenado ao desfructe perpetuo.

Para abalar o que é grande é mister não receber só de Deus a promessa formal do reino dos céos. Portanto... bebe cajuadas ou toma duchas. O segundo alvitre ser-te-há ainda mais proveitoso. (J. C. 12/03/1880).

O artigo de Psio permite entrever que o debate na e pela imprensa pedia certo respaldo, suporte financeiro. De modo ao articulista ironizar a condição financeira de Romero. Este estaria empregando mal o dinheiro que não lhe seria abundante. Não obstante, Romero publicou sua resposta a Psio no dia seguinte, treze de março de 1880, situação que indica a circulação diária do periódico entre a intelectualidade. Disse, então, Romero:

Ao publico

Declaro que na questão litteraria movida entre os srs. Dr. A. Escragnolle Taunay e Tobias B. de Menezes, eu só escrevi o artigo que na *Gazeta de Noticias* foi publicado com minha assignatura.

Nada tenho que vêr com as publicações *anonymas* que tem apparecido sobre tal assumpto, e declaro mais justamente a intervenção *anonyma* foi que obrigou-me a desistir do debate. (J. C. 13/03/1880).

³ Nos anos 1890 houve uma maior oscilação no que diz respeito ao espaço ocupado pelas *Publicações a Pedido*, contudo, é possível afirmar que no biênio 1890-1891 houve uma redução, se não no número de artigos, certamente no tamanho e densidade deles.

A contenda entre Psio e Romero fornece elementos para se visualizar a necessidade de certo suporte financeiro para ação via imprensa. Se possivelmente a publicação de um artigo de maneira esporádica fosse relativamente acessível em termos financeiros, é igualmente viável admitir que manter-se numa polêmica não o era. As polêmicas podiam perdurar por largos períodos. Assim, o embate de Psio e Romero substantia esta hipótese. Outro dado importante visível na disputa entre os articulistas é a circulação do *Jornal do Commercio* entre as elites. A pronta resposta de Romero a Psio colabora neste tipo de interpretação.

Para o presente trabalho observou-se ainda dois outros espaços do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro: a coluna *Jornal do Commercio* e a seção *Questoes Sociaes*. A coluna *Jornal do Commercio*, espécie de editorial, onde se acredita, era registrada a opinião, a posição do periódico diante das mais diferentes questões políticas, sociais, econômicas. Esta seção não era publicada diariamente, quando se fazia presente vinha na página um. No biênio 1880-1881 ela aparecia com bastante frequência.⁴ A seção *Questoes Sociaes* era um espaço, pelo que se pode compreender previsto no organograma do periódico, mas sem uma constância, não tinha publicação diária, semanal ou mesmo mensal nem possuía uma página específica. Acredita-se ainda que também se tratasse de um espaço pago. Contudo, o foco principal ficou de fato na seção *Publicações a Pedido*. Nela procurou-se notar os assuntos políticos eleitorais, bem como perceber qual seria a pauta política, para além da questão eleitoral, do Império no biênio 1880-81 segundo as pessoas que escreviam para as *Publicações a Pedido*.

5.2.4 A política na seção *Publicações a Pedido*

A política ocupava espaço de destaque na seção *Publicações a Pedido* do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro. E em se admitindo o termo política com alcance maior, capaz de abarcar observações acerca da administração, finanças e obras públicas no seu interior, poder-se-ia dizer que os assuntos de ordem política teriam caráter preponderante na referida seção no biênio 1880-81. Apesar disso, a

⁴ A frequência da coluna passou a oscilar muito com avançar da década de 1880 de modo que no início dos anos 1890, por exemplo, ela se tornou bastante rarefeita.

seção apresentava outros temas. Anúncios de medicamentos, formicidas, serviços vários, convocatórias de clubes, por exemplo, se faziam presentes. O tamanho e o número dos artigos de cada edição variavam bastante, eles oscilavam entre, por exemplo, notas de duas linhas a textos de mais de uma coluna. Cabe ainda informar que não foram catalogadas aqui as notas publicadas numa subseção das *Publicações a Pedidos*, denominada *bisbilhotices*, espécie de coluna social, e de fofocas, composta de textos curtos, geralmente, de duas a quatro linhas.

Para os fins desta pesquisa foi-se em busca dos artigos que versassem acerca de política eleitoral, textos que abordassem o tema eleitoral. Tendo no horizonte tal especificidade e a colocando dentro do ano legislativo que discutiu e aprovou a *Reforma Eleitoral de 1881*, compreendido entre abril de 1880 e janeiro de 1881, pode-se verificar o seguinte panorama:

Tabela 1

**A política eleitoral na seção Publicações a Pedidos do Jornal do Commercio
do Rio de Janeiro, de abril de 1880 a janeiro de 1881**

	Política Eleitoral	Outros assuntos	Total
Abril	160	573	733
Maio	181	646	827
Junho	348	876	1224
Julho	339	796	1135
Agosto	217	1021	1238
Setembro	137	1000	1137
Outubro	188	1118	1118
Novembro	184	966	1150
Dezembro	122	1104	1226
Janeiro	129	983	1112

Tabela construída com dados extraídos da seção *Publicações a Pedido* do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, período de abril de 1880 a janeiro de 1881, coleção microfilmada disponível na Divisão Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná.

Os números confirmam o destaque dos artigos de cunho político, mesmo sob o recorte adotado. Pois, num total de 10.900 artigos catalogados 2005 respondem à opção realizada, ou seja, cerca 18,4% do total. Os dados arrolados podem ser representados de outra maneira no seguinte gráfico:

Gráfico 1

Frequência do tema político-eleitoral na seção Publicações a Pedidos do Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, de abril de 1880 a janeiro de 1881

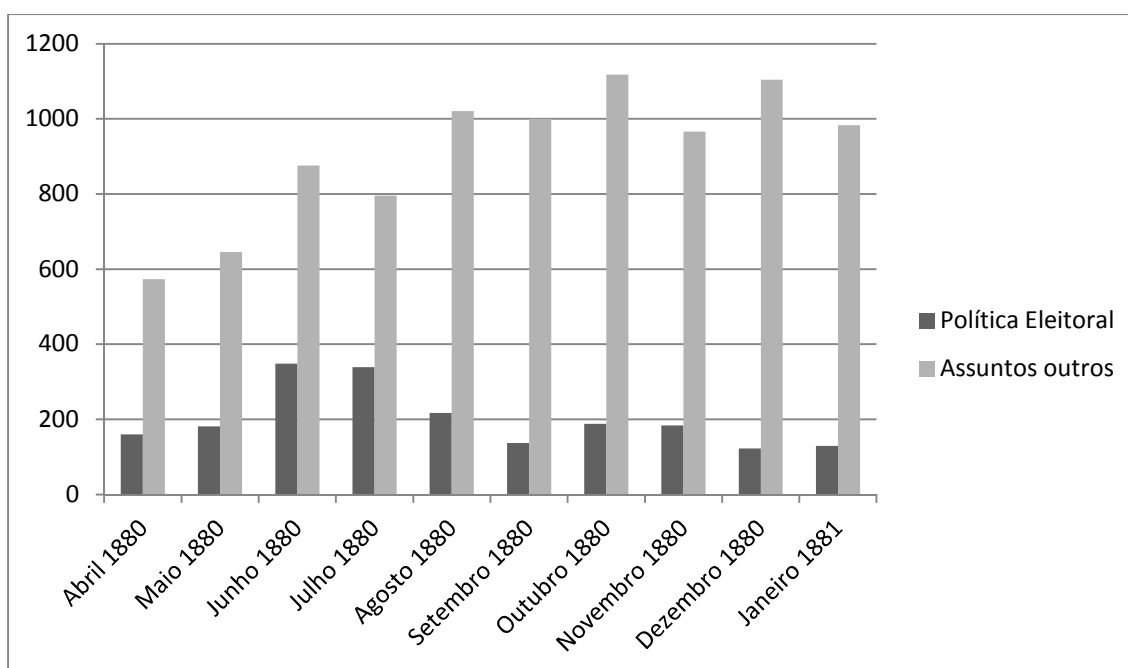


Tabela construída com dados extraídos da seção *Publicações a Pedido* do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, período de abril de 1880 a janeiro de 1881, coleção microfilmada disponível na Divisão Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná.

Os meses de maior presença da política nas *Publicações a Pedidos*, como se pode observar, foram os de junho e julho momento em que a *Camara dos Senhores Deputados* encerrou as discussões acerca da *Reforma Eleitoral* e remeteu o projeto para o Senado. As discussões do projeto no Senado que tiveram “seu auge” em outubro e novembro não tiveram igual repercussão nas páginas do jornal. A hipótese que se levanta acerca de tal fato acredita que a disputa pelo formato e pela *Reforma Eleitoral* em si estava na Câmara, cabia ao Senado aceitar, rejeitar e

ou propor emendas. Neste último caso a discussão voltaria à Câmara que depois remeteria novamente a matéria ao Senado. Com efeito, foi neste universo de artigos que versaram sobre política eleitoral que se procurou perceber se as teorias raciais apareciam na discussão acerca da cidadania políticas dos libertos.

5.2.5 As finanças do Império: a questão tributária

Aos dezesseis dias do mês de janeiro de 1880 veio a lume o primeiro de três artigos denominados *O partido liberal e os amotinadores* sendo os demais publicados nos dias dezoito e vinte do mesmo mês, todos assinados por alguém autodenominado Epaminondas. A escolha do pseudônimo é bastante interessante, pois Epaminondas muito provavelmente é uma referência ao militar e político da cidade-estado de Tebas do século IV a.C., a pessoa que teria sido o responsável pela condução de mudanças na cidade, de modo a transformá-la em potência hegemônica entre as cidades gregas assumindo o lugar anteriormente ocupado por Esparta.

O Epaminondas que escrevera no *Jornal do Commercio* também propunha e defendia mudanças, sobretudo, em relação à que vinha sendo realizadas, portanto, a posição é de defesa do encaminhamento das finanças do Estado, da política tributária do Gabinete de 5 de Janeiro. No artigo publicado em dezesseis de janeiro observa-se:

O partido liberal e os amotinadores

Os adversários da actual situação política não podem, sem injustiça, deixar de reconhecer os relevantes serviços prestados pelo gabinete de 5 de Janeiro, cujo o chefe é o iminente e illustrado estadista Sr. Conselheiro Sinimbú.

A ascensão do partido liberal, quando não erão pouco lisonjeiras as finanças do paiz, foi de máo prenuncio, attendendo as difficuldades com que desde o principio teria de lutar o ministério para fazer economias e cortar esbanjamentos.

O gabinete, em poucos dias, ganhou inimigos despeitados, porque todos os ministros, mirando unicamente a prosperidade do paiz, concorrerão para a suppressão de gratificações, para o não preenchimento de lugares para a diminuição do pessoal nas repartições publicas. Não consentirão accumulações de empregos e puzerão à margem o patronato.

Cresceu a grita desenfreada dos que se suppuzerão victimas. Dispensados dos empregos públicos e mal acostumados, não procurarão esses homens

trabalho particular, nem se dedicarão a qualquer industria aproveitável e de progresso.

Sem occupação, forão engrossar as fileiras dos descontentes que já existião, e agora procuram infamar calumniosamente os respeitáveis caracteres de que é composto o gabinete de 5 de Janeiro.

Esforços inglórios, porque os homens são conhecidos o despeito e o apreção sem má fé a verdade dos factos.

Quaes seriam os estadistas brasileiros, sem excepção que, tomando ao sério o cumprimento dos deveres das suas elevadas posições, a responsabilidade que lhes cabe e procedendo do mesmo que os actuaes ministros não se exporão a calumnia, á difamação dos vadios e prejudicados e á injustiça e grosserias dos mal-educados?!

Os adversários intolerantes da situação esquecem, ou fingindo esquecer o mal que causarão, especulão hoje para adquirir popularidade com os actos mais apreciáveis do actual gabinete. [...]

Nos paízes mais cultos da velha Europa, que são trazidos á discussão como typos, os impostos são augmentados e creados conforme as emergências. Alli reclama-se em termos, mas não se desprestigia o principio da autoridade, que é uma garantia para todos [...]

De que outro modo deveria ter procedido o ministério presidido pelo Sr. Sinimbú que verificou um déficit de cerca de 85.000:000\$000? (J. C. 16/01/1880).

Epaminondas se posicionava na defesa das medidas de “austeridade” apresentadas pelo governo do Gabinete 5 de Janeiro. O seu argumento posicionava as pessoas contrárias às medidas, basicamente, em dois pólos. Um composto de pessoas munidas do espírito do revanchismo, dos “dispensados dos empregos públicos”. Indivíduos, na opinião do articulista, “mal acostumados, não procurarão esses homens trabalho particular, nem se dedicarão a qualquer industria aproveitável e de progresso.” Outro pólo compreendia as pessoas detentoras do espírito de fingimento, aquelas que estiveram no Governo e não teriam colocado em prática medidas para sanar as finanças do Império. “Os adversários intolerantes da situação esquecem, ou fingindo esquecer o mal que causarão, especulão hoje para adquirir popularidade com os actos mais apreciáveis do actual gabinete.”

No entanto, para Epaminondas havia algo mais grave que a “grita desenfreada” dos descontentes com a política de “austeridade”, do estabelecimento de novos impostos para recuperar a saúde financeira do Império: o desprestígio do “principio da autoridade, que é uma garantia para todos”. O articulista admite ser concomitante ao aumento e ou à criação de tributos se organizarem vozes em contrário, contudo não se poderia desprestigiar a autoridade, as instituições. Neste ponto, Epaminondas parece fazer menção aos eventos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro no início de 1880, a Revolta do Vintém.

5.2.6 Quanto vale um vintém?

A questão orçamentária, tributária era algo espinhoso na vida política do Império no período observado. Tanto que a tentativa de instalar um novo imposto, na Côrte rendeu uma revolta, bastante marcante aos agentes políticos, a Revolta do Vintém. Este movimento proporcionou um fato, relativamente, raro nas páginas do *Jornal do Commercio*: o questionamento à ordem monárquica. Nas *Publicações a Pedidos* era comum se criticar o Governo, o Parlamento, os Partidos, no entanto, nos anos de 1880 e 1881 não era frequente associar tais críticas ao regime monárquico. Todavia, elas existiam como pode ser observado no artigo publicado no dia dezesseis de março de 1880, quando já era de conhecimento público que o Conselheiro José Antonio Saraiva constituiria o Governo em substituição a João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu.

Cidadãos

Bem depressa desapareção vossas esperanças...

Saraiva cheio de prestígio, no dia em que foi chamado, inutilizou-se antes assumir o poder, e nem era passível couser [...] mais força moral quem, com tanta semcerimonia despreza o povo.

E cidadãos, depois desse procedimento pretendereis ainda, por acaso, receber este personagem que antepõe os seus interesses ao do paiz? Permittireis vós que elle desembarque para vir governar-vos?

Não, cidadãos, é preciso pôr termo a tanto cynismo.

O povo, cidadãos, precisa decididamente reassumir a sua soberania para tratar de salvar a pátria das mãos daquelles que a assassina, a rouba, que a deshonra para locupletar-se com o suor do povo.

Esperais ainda porventura, cidadãos, alguma cousa dos partidos monárquicos? Não estareis fatigado de veres subir ministerios cheios de prestígio, de força moral, e cahirem coberto de cambises, de pelines, de bancarotas, de xingús e de fuzilamento do povo?

É tempo, cidadãos, de mostrar-vos enérgicos e reivindicar os vossos brios abatidos e a vossa soberania espoliada há tanto tempo; 1 de Janeiro já vos honra muito, cumpre, porém completar vossa gloriosa obra para salvação da Pátria. (J. C. 16/03/1880).

O artigo assinado sob o pseudônimo de Pátria, nitidamente republicano destaca a impossibilidade de alterar o país ou de melhor organizá-lo sob a liderança dos Partidos Monárquicos. O texto busca conclamar o povo e os cidadãos compreendidos, pelo que se pôde depreender, como categorias distintas para tomarem o controle do país, assim apesar do artigo não citar literalmente, o governo do povo seria a República. Povo este que já teria demonstrado sua capacidade de

mobilização nos eventos de protesto contra o imposto do vintém na virada de 1879 para 1880.

O “imposto do vintém” foi instituído pelo ministro da Fazenda como medida de contenção do déficit orçamentário da coroa, anunciado em treze de dezembro de 1879 e marcado para vigorar em 1.º de janeiro de 1880. Consistia na cobrança da taxa de um vintém, ou vinte réis, sobre o valor das passagens dos bondes que circulavam na cidade do Rio de Janeiro. (JESUS, R. P., 2006 p 73).

Este tributo faria parte de um conjunto de medidas fiscais tomadas pelo Gabinete de 5 de Janeiro de 1878 com o intuito de “recuperar” as finanças do Império, nas palavras de Neusa Fernandes.

Em 1878, o partido liberal que estava no ostracismo há nove anos, subiu ao poder. Esquentaram os confrontos políticos. O debate na legislatura sobre orçamento e a oposição ao projeto da lei eleitoral, que o próprio gabinete liberal apresentara, reduziam o poder monárquico, mas não estendia o sufrágio a um número maior da população. Várias propostas de aumento de impostos foram encaminhadas ao legislativo. Tributos deveriam incidir sobre fumo, transporte ferroviário de volumes, imóveis desocupados, passagens de trens e outros serviços. A lei orçamentária votada em 31 de outubro de 1879 e anunciada em 13 de dezembro, mais uma que o Ministério Ouro Preto criava para fazer frente ao déficit orçamentário, incluiu o aumento de um vintém, para o transporte urbano. (FERNANDES, N., 2009 p 2-3).

A nova tributação gerou protestos logo na sua divulgação, segundo Ronaldo Pereira Jesus, “desde o anúncio do novo imposto, mobilizações de protesto foram encabeçadas por publicistas e políticos, especialmente republicanos, em geral membros dos setores médios urbanos nascentes da sociedade carioca.” (JESUS, R. P., 2006 p 74). Tais setores, segundo a análise de Pereira Jesus “tentavam capitalizar a favor de seus objetivos políticos e ideológicos o descontentamento generalizado da população mais humilde da corte”. (JESUS, R. P., 2006 p 74). Esta população, na visão do autor, estaria “assolada pela carestia, pelo desemprego, pelas precárias condições sanitárias e pela falta de moradia.” (JESUS, R. P., 2006 p 74).

Em assim sendo, Ronaldo Pereira Jesus destacou que:

Mesmo antes da data marcada para entrar em vigor o novo imposto, uma multidão se reuniu para expressar em praça pública seu descontentamento com a medida governamental alegando o baixo nível de vida da maioria dos habitantes da capital do império. (JESUS, 2006 p 74).

Essa ação da população foi contida e “dispersada pela força policial quando tentavam entregar ao imperador um manifesto por escrito, de repúdio à taxaço.” (JESUS, R. P., 2006 p 74). De modo que, “poucos dias depois, com início da cobrança do vintém, eclodiram focos de protestos violentos em vários pontos da cidade, principalmente nas ruas do centro, que duraram pelo menos quatro dias”. Tais manifestações foram marcadas “pela fúria da população que depredava os bondes e armava barricada para enfrentar a polícia.” (JESUS, R. P., 2006 p 74). “As manifestações públicas de protesto popular” ficaram “conhecidas como Revolta do Vintém” e estas manifestações se deram “entre 28 de dezembro de 1879 e 4 de janeiro de 1880.” (JESUS, R. P., 2006, p 74).

Na Côrte o meio de transporte mais usado pela população eram os Bondes, segundo Neusa Fernandes. (FERNANDES, N., 2009). A autora observou que:

O transporte mais comum era o bonde, cujo serviço fora inaugurado no dia 09 de outubro de 1868, com grande festa no Rio de Janeiro, com a presença do imperador D. Pedro II. O primeiro carro partira da Rua Gonçalves Dias, com destino ao Largo do Machado, ponto final da linha. (FERNANDES, N., 2009 p 3).

Para Fernandes, “o novo transporte tinha a ver com a venda de títulos de um empréstimo contraído pelo Ministério da Fazenda” e “o preço da passagem do bonde puxado a burro, fixado em 200 réis, era representado por ‘bonds’, bilhetes do citado empréstimo. Daí ter o povo carioca apelidado o novo veículo de bonde.” (FERNANDES, N., 2009 p 3). O imposto a ser cobrado sobre as passagens de bonde seria de um vintém e Neusa Fernandes, tomando por base a análise de Mircea Buescu para os cálculos de valores monetários (BUESCU, M., 1983 p 113-120), pôde observar que:

O vintém era de cobre e correspondia a 20 réis. Era a menor moeda do império. Com este valor se comprava 139 gr. de açúcar, 52 gr. e bacalháu, 29 gr. de banha, 125 gr. de batata, 45 de carne seca, 250 de farinha de mandioca, 13 de presunto, 9 de manteiga, 29 de toucinho. Com dois vinténs comprava-se um jornal, chá e se engraxavam os sapatos. (FERNANDES, N., 2009 p 3).

Com base nestas considerações Fernandes destacou que “o imposto votado aumentava em 10% o preço da passagem do bonde que era 200 réis.” (FERNANDES, N., 2009 p 3). Um “aumento pequeno para um transporte barato, na avaliação do deputado Martim Francisco, em 1879.” (FERNANDES, N., 2009 p 3).

No entanto, o que o deputado Martim Francisco não teria atentado era que “o tributo pesava, mais uma vez, sobre os habitantes urbanos que viviam um momento social difícil, num espaço geográfico deteriorado e doente.” (FERNANDES, N., 2009 p 3).

A autora chama atenção para o fato de que o imposto do vintém não seria em si um valor alto, todavia ele recaía sobre uma população depauperada, seu impacto “real” seria, então, maior. A revolta contra o imposto rendeu inúmeros artigos nas *Publicações a Pedidos do Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro. Na maioria dos casos, tais textos mostravam-se contrários aos “amotinadores” e seus aliados ou defensores. No dia quatro de janeiro de 1880 foi publicado anonimamente o artigo *Os últimos acontecimentos*, bastante revelador da postura mencionada:

Os últimos acontecimentos

Cumpra não deixar que a mentira ardida e adrede propagada pela má fé da imprensa demagógica corra sem protesto e rectificação, em busca de desvairar a opinião.

O responsável pelo sangue derramado nos distúrbios que devem cobrir de vergonha esta capital não é o governo, não é o ministério forçado a reestabelecer a ordem publica seriamente abalada pelos amotinadores.

Os responsáveis são os apóstolos da anarchia, que tomárão a si a tarefa de desmoralizar uma lei do paiz, pregando a systematicamente a resistência, e açulando a revolta. (J. C. 04/01/1880).

A pessoa que publicou o artigo *Os últimos acontecimentos* buscava defender o Governo das agitações e violências da revolta do vintém e simultaneamente visava culpar os revoltosos, notadamente, os “agitadores” da imprensa e os “animadores” de *meetings* pelos fatos ocorridos. Apesar de não os citar nominalmente, a crítica parece ser direcionada aos republicanos, pois aparecem no referido texto as seguintes considerações:

São esses improvisados procuradores do povo, que tomárão o imposto sobre o transporte como pretexto para a agitação, que necessariamente havia de terminar pelo motim nas ruas, dando lugar á acção repressiva da autoridade que não podia cruzar os braços diante dos amotinadores, deixando a cidade entregue a seus furores.

Esses falsos e perversos procuradores do povo têm consciência que não lhes daria ouvidos a parte são da população do Rio de Janeiro, a qual não se privaria de sua paz e socego que gosa para não pagar o módico imposto, que tem servido de pretexto aos desordeiros.

Elles estão certos de que, sendo impossível esperar uma revolução, de suas prédicas só poderia sahir algum motim, facilmente reprimido pela força publica. (J. C. 04/01/1880).

A percepção do articulista da Revolta do Vintém foi, em alguma medida, semelhante à que José Antonio Saraiva mantinha a respeito da sociedade brasileira. Na seguinte direção: se houve tumulto, só pode ter partido de membros das elites políticas: imprensa demagógica, procuradores do povo e coisa semelhante. A revolta, por mais temores que causasse, não foi vista, pelo menos não nesse artigo, como resultado de alguma característica mais turbulenta ou degenerada do povo.

A observação de José Murilo de Carvalho dos eventos fornece subsídios à ideia de que os “apóstolos da anarchia”, os “falsos e perversos procuradores do povo” mencionados seriam os republicanos. Murilo de Carvalho observou a situação da seguinte forma:

No dia 28 de dezembro de 1879, a capital do Império viu algo inédito desde 1863, quando o Brasil rompeu relações com a Inglaterra por conta da Questão Christie: a multidão protestando na rua. A manifestação aconteceu no campo de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, em frente ao palácio imperial. Cerca de cinco mil pessoas, lideradas por um militante republicano, o médico e jornalista Lopes Trovão, reuniram-se para entregar a d. Pedro II uma petição solicitando a revogação de uma taxa de 20 réis, um vintém, sobre o transporte urbano, ou seja, bondes puxados a burro. (CARVALHO, J. M., 2007b).

José Murilo de Carvalho também destacou que o vintém era a moeda de cobre de menor valor à época, e que a tentativa das pessoas que protestavam de entregar a petição contra o imposto ao Imperador foi reprimida pela força policial. No entanto, diferentemente de Ronaldo Pereira Jesus, Murilo de Carvalho indicou que o Imperador teria chegado a admitir conversar com uma comissão que representasse os manifestantes. (CARVALHO, J. M. 2007b). Todavia, essa informação não teria chegado às pessoas que reclamavam do imposto sobre os transportes de bondes da Corte. Nas palavras de José Murilo de Carvalho:

A polícia não permitiu que a multidão se aproximasse do palácio. Enquanto os manifestantes se retiravam, o imperador mandou dizer que receberia uma comissão para negociar. Mas Lopes Trovão e outros militantes republicanos, buscando tirar o máximo proveito político da ação da polícia, recusaram o encontro. Divulgaram um manifesto dirigido ao soberano, convocando-o a ir ao encontro do povo. A Gazeta da Noite de Lopes Trovão e panfletos distribuídos pela cidade passaram a pregar o boicote da taxa e a incitar a população a reagir com violência, arrancando os trilhos dos bondes. (CARVALHO, J. M., 2007b).

As observações de Murilo de Carvalho encontram ressonância nas considerações do articulista autor do artigo *Os últimos acontecimentos*: ambos

notam na Revolta do Vintém a atuação dos militantes republicanos nos tumultos. Neste contexto foi convocada uma manifestação para primeiro de janeiro de 1880, dia em que o imposto entrou em vigor, as pessoas se reuniram no “centro da cidade, no Largo do Paço, hoje Praça 15 de Novembro”. (CARVALHO, J. M. 2007b).

Nesse dia, a taxa estava sendo paga até que, ao meio dia, a multidão se reuniu no local previsto. Percebendo talvez a enrascada em que se metera, Lopes Trovão não incitou a multidão à ação. A massa moveu-se, então, pelas ruas do centro aplaudindo as redações dos jornais de oposição e se dirigiu ao Largo de São Francisco, ponto final de várias linhas de bonde. (CARVALHO, J. M., 2007b).

No momento dos protestos, segundo Murilo de Carvalho, os republicanos teriam “perdido” o controle da situação, assim:

Em frente ao prédio da Gazeta da Noite, o próprio Trovão fez um apelo aos manifestantes para que se dispersassem. Mas àquela altura ele já perdera o controle dos acontecimentos. A massa popular concentrou-se nos arredores da Rua Uruguaiana e do Largo de São Francisco. O delegado que comandava as tropas da polícia pediu reforços ao Exército, mas, antes que a ajuda chegasse, ordenou à polícia que dispersasse a multidão a cacetadas. (CARVALHO, J. M., 2007b).

A repercussão Revolta do Vintém tem um aspecto demasiado interessante num ambiente permeado pelas teorias raciais: elas não foram mobilizadas para tratar do motim. As análises foram de cunho institucionalista, ou seja, a rebelião se deu ou pela ação dos agitadores da imprensa ou pelos *meetingueiros*. A Revolta do Vintém não foi pensada em termos das características do povo, da sua biologia. E acreditou-se no princípio da pesquisa que esse poderia ter sido um momento para a utilização de critérios racialistas para avaliar o movimento que tomou conta das ruas da cidade do Rio de Janeiro nos primeiros dias de janeiro de 1880.

5.2.7 Como conter um déficit de 85.000\$000?

Um dos pontos chaves para a queda do Gabinete de 5 de Janeiro teria sido a crise do Vintém, não só pela revolta em si, as manifestações de rua, o quebra-quebra, os tumultos, que eram mais sintomas do que causa. Sintomas de um erário

público em dificuldades e que recorreu a uma das mais corriqueiras fórmulas para tentar remediar a situação: aumentar ou criar impostos. A crise do Vintém foi um dos elementos que propiciou a queda do Gabinete de 5 de Janeiro, por demonstrar certa incapacidade do Governo em tratar dos problemas orçamentários do Império.

Assim, ao dar fecho a sua defesa à política econômica que o Gabinete de 5 de Janeiro procurava instalar, Epaminondas, no artigo *O partido liberal e os amotinadores*, de dezesseis de janeiro de 1880, assinalou a seguinte indagação: “De que outro modo deveria ter procedido o ministério presidido pelo Sr. Sinimbú que verificou um *décifit* de cerca 85.000\$000?”. Ao contrário de Pátria que criticava a política tributária, orçamentária, bem como a ordem monárquica com um todo, Epaminondas buscava justificar e defender a ação do Governo, pois se tratava de uma situação de emergência. As *Publicações a Pedido* permitiram localizar, para além de posições como de Pátria e Epaminondas, situações de crítica ao Governo e a política econômica sem questionar a ordem monárquica. O *Jornal do Commercio do Rio de Janeiro* era, certamente, muito mais um espaço da ordem que do rompimento.

A quase ausência de artigos contestando a ordem monárquica não significa a inexistência de textos reclamando reformas, modificações de vários aspectos da sociedade. Contudo, as demandas se colocavam dentro do horizonte monárquico. Dentro destes limites a contestação às finanças imperiais aparecia com intensidade. Com efeito, foi comum encontrar críticas político-econômicas como a colocada por Caio Graccho em *Os impostos interpretados pela intelligencia do povo II*, publicada em dezessete de janeiro de 1880:

É sabido que, devido aos acontecimentos desastrosos da campanha do Paraguay (1865-1870) dirigida sem pericia por diversos motivos, que não cabem serem tratados [aqui], a fortuna nacional soffreu um abalo profundo, de que até hoje ainda não se reestabeleceu. (J. C. 17/01/1880).

O articulista primeiramente procurou justificar o problema das finanças imperiais. A Guerra do Paraguai (1865-1870) foi apontada como o cerne do problema financeiro do Império. O conflito em si não é criticado, mas sim a condução do mesmo e, sobretudo a política econômica adotada no tempo da Guerra e que fora mantida após o seu término.

Debalde diversos ministros eminentes têm tido a gerencia dos negócios da fazenda desde aquella época até os nossos dias: elles não tem conseguido resgatar um só título dos empréstimos contrahidos do estrangeiro para fazer frente as despesas com a guerra, pagar um só chulo dessa guerra. (J. C. 17/01/1880).

A prática de empréstimos em credores externos até seria justificável durante o conflito, mas depois dele encerrado, o empenho deveria ser em quitar a dívida. Não obstante,

Bem pelo contrário, tem esta avultado incessantemente; porque aquelles empréstimos têm se multiplicado de modo inexplicável, como se o orçamento geral do Império não consignasse nenhuma receita. Ao mesmo tempo sem parcimônia alguma tem-se emittido títulos da divida interna feito emissão de papel-moeda e lançado impostos. (J. C. 17/01/1880).

As críticas à política econômica seguiam nos seguintes termos

O ministério liberal de 5 de Janeiro de 1878, pouco depois de subir ao poder, fundamentou um decreto de emissão de 60 mil contos em papel-moeda com uma exposição de energia e detalhada do estado de pobreza das finanças e da atuação crítica dos negócios públicos do paiz. Para esta resenha econômica-politica remetemos o leitor benévolo dispensando-vos assim de fazer-lhe uma efandonha dissertação sobre as circunstâncias que motivarão as medidas adoptadas pelo ministro da fazenda do governo actual. (J. C. 17/01/1880).

Novamente apresenta-se uma espécie de justificativa para ação governamental, seguida pela crítica pontual à criação de um imposto de cinco por cento sobre os vencimentos dos funcionários públicos civis e militares. Esta fórmula de arrecadação colocada em prática pelo Governo desde primeiro de novembro de 1879 foi assim definida:

O imposto sobre os vencimentos dos empregados públicos não póde ser adoptado pela *intelligencia* desta parte do povo. Muitas razões se apresentam para fundamentar essa nossa asserção; mas pelo amor da simplificação reduziremo-las a uma: *character de extorsão que revela este imposto*. [grifos no original]. (J. C. 17/01/1880).

A crítica era pesada com a utilização de palavras fortes, mas diferentemente da de Pátria não aparece à incitação à quebra da ordem vigente. Este tipo de posição foi a mais frequentemente encontrada na seção *Publicações a Pedido* do *Jornal do Commercio*, ou seja, o questionamento à política econômica se dava sem, necessariamente, vir acompanhado de uma crítica à ordem monárquica.

5.2.8 Os cidadãos e o povo

De retorno ao texto publicado pelo articulista intitulado *Pátria*, ele conclama: “o povo, cidadãos, precisa decididamente reassumir a sua soberania para tratar de salvar a pátria das mãos daquelles que a assassina, a rouba, que a deshonra para locupletar-se com o suor do povo.” O enunciado como se apresenta permite interpretar, como já mencionado, o povo e os cidadãos como distintos, contudo, não há uma especificação do que se entenderia por um e outro. Evidentemente, existe a possibilidade das considerações de *Pátria* ser apenas um jogo de retórica. Entretanto, as falas do deputado Saldanha Marinho mobilizadas para este trabalho também permitem entrever o povo e os cidadãos como categorias não excludentes, mas diferentes. Como o termo cidadão também servia para designar os habitantes livres do Império existiram momentos onde o povo e os cidadãos se confundiam.

Contudo, pelo conteúdo dos *Annaes* não parece ser descabido anotar que o povo era, geralmente, entendido como o conjunto de pessoas portadoras dos direitos civis. Desta forma, o cidadão era compreendido, em sentido geral, como aquele que portava não só os direitos civis, mas também os políticos. Com efeito, de modo análogo ao caminho traçado para o termo cidadão perscrutou-se a ideia de povo nos *Annaes do Parlamento Brasileiro, Camara dos Senhores Deputados*, no intuito de perceber as formas mais usuais como o povo era caracterizado.

Ao se seguir por tal caminho uma das formas mais comuns encontradas para se pensar o povo foi àquela posta a entendê-lo como uma massa relativamente amorfa que necessitava ser moldada pelas instituições. A moldagem do povo pela ação de instituições como as de ensino, por exemplo, é perceptível na fala do deputado baiano Cezar Zama.

Em sessão parlamentar realizada em vinte e dois de abril de 1880, ao questionar a posição do Senado com relação a medidas para a educação do povo, proferiu:

O senado já demonstrou que não quer a educação do povo. Houve ministros conservadores, como os conselheiros Paulino de Souza e João Alfredo, que quizeram estabelecer a liberdade de ensino; mas recuaram diante da attitude do senado e os projectos ficaram na poeira dos archivos. (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo I, p 11).

O deputado Zama além de lançar a questão da liberdade de ensino, passível de ser entendida simultaneamente dentro de uma discussão de quem pode ofertar o ensino e de quem poderia acessá-lo, fala em educação do povo. A generalidade da expressão permite pensar que o deputado baiano se refere à massa de habitantes livres do Império, os portadores de cidadania civil. Seria para estas pessoas que Zama defenderia o acesso ao ensino, pois para ele o acesso à instrução formal era condição fundamental para o ingresso à cidadania política. O deputado Zama foi um dos defensores da exclusão dos analfabetos da cidadania política durante os debates do projeto de *Reforma Eleitoral*.

A forma como os representantes do povo viam o povo também revelam facetas interessantes quando da discussão entre o mesmo Cezar Zama e o deputado Baptista Pereira acerca da postura do povo diante do imposto do transporte, o imposto do vintém. Para Zama:

A população podia reclamar contra o imposto que lhe parecia violento e prejudicial aos seus interesses legítimos; mas o nobre deputado por S. Paulo, liberal como é, o nobre deputado que já foi ministro, não pôde por forma alguma pretender que o poder executivo se arrogue o direito de revogar uma lei decretada pelos dous ramos do poder legislativo e sancionada pela coroa. (*Apoiados*.) S. Ex. sabe que o poder executivo só tem o direito de cumprir a lei e só lhe competia fazer arrecadar o imposto decretado. (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo I, p 13)

“A população podia reclamar contra o imposto que lhe parecia violento e prejudicial aos seus interesses legítimos”, o enunciado de Cesar Zama denota sua defesa do direito de reivindicação. Todavia, por mais que o Governo entendesse a legitimidade da demanda, ele não poderia revogar uma lei aprovada na Câmara, no Senado e sancionada pelo Imperador. Aqui se apresenta novamente o institucionalismo do *agir político*. Nota-se o povo como portador do direito de reclamar da tributação, mas ele não seria o agente para revogar e ou mudar a legislação.

Em uma interrupção colocada logo após esta fala do deputado Cezar Zama, o deputado Baptista Pereira disse o seguinte: “O que prova é que o povo defendeu os seus direitos, porque os seus representantes não o fizeram. O argumento não prova nada.” (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo I, p 13). O povo só agiu porque as instituições não o fizeram. Porque os representantes do povo não anteviram a situação e se colocaram em ação, para evitar que a população o

fizesse. O povo neste tipo de enunciado surge como capaz de reagir a estímulos, o que poderia ser evitado se os representantes do povo exercessem bem o seu papel tutelar.

A concepção tutelar do povo pode ser notada também no discurso de Saldanha Marinho do dia primeiro de junho de 1880, já mencionado aqui, onde o deputado pela Província do Amazonas justifica sua assinatura com restrições ao parecer oferecido acerca do projeto de *Reforma Eleitoral*:

O povo é o mesmo, o bom senso e o criterio são os mesmos, hoje, como hontem, como será amanhã. Dizei-me porque é (não me dirijo pessoalmente a ninguém), porque é que as camaras sempre se compões de maioria do governo, e ultimamente são unanimes, ou quase unanimes?

UM SR. DEPUTADO: - Porque o governo faz a eleição.

O SR. SALDANHA MARINHO: - Sim, porque o primeiro prevaricador é o governo.

Quem suborna e desmoralisa o votante? O governo, pelos proprios ministro, muitas vezes pelo presidente da provincia, pelos chefes, delegado e subdelegado de policia, e que construe a armadilha em que com promessas, com ameaças, com extorsões e com todos os meios indecentes, colhe o povo para arrancar-lhe o voto. E, uma vez conseguido isso, é esse mesmo povo escurraçado a espada e patas de cavallho, corrido como cão damnado, contra o qual apenas é mister publicar a moléstia.

Tenham as summidades políticas consciência de si, e constrictas confessarão que os immoraes e corrompidos são ellas. Não tenho receio do voto do povo, tenho receio do corruptor. (*Apoiados.*)

É da corrupção que nos tem vindo o mal; mal que é congênito com este systema, que não se mantem senão pela corrupção. (*Apoiados.*). (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo I, p 336).

A defesa do povo perante os corruptores da elite política realizada por Saldanha Marinho não deixa de colocar o mesmo em condição passiva. Ou seja, na peleja parlamentar não houve espaço para ponderar que o povo pudesse agir sobre essa situação, na direção de negociar o seu voto de modo a conseguir algum tipo de vantagem pontual e imediata, para além da questão de eleger o seu eleitor. E novamente fica a ideia das instituições saindo em defesa do povo, moldando-o, para um caminho melhor com a mudança da lei.

Assim, mesmo numa fala de defesa do povo das acusações de corrupto fazem-se presentes ideias de base tutelar: o povo não age por si, age-se sobre o povo. Logo, mesmo se isentando o povo de culpa pela corrupção eleitoral, ele surge como incapaz de agir por si. Aliás, situação igualmente perceptível no tratamento dado à Revolta do Vintém, o povo não tendia à rebelião, ele foi induzido à manifestação.

A maneira tutelar de se pensar o povo convivia com ideia de notá-lo como de boa índole, de caráter pacífico e cordato. Assim, tem-se uma visão contraditória do povo. Por um lado, ele era visto como amoldável o que era considerado um aspecto positivo dentro dessa visão do povo. Mas, por outro lado, nem ele, nem suas elites eram vistas como capazes de civilizar si mesmos. A visão do povo, portanto, também era refém do projeto civilizador imperial. O deputado Gavião Peixoto ocupou a tribuna da Câmara em sessão parlamentar do dia vinte e nove de abril para argumentar acerca do projeto de resposta à *Falla do Throno* de Trinta de Outubro de 1879 ⁵. Esta continha a seguinte ideia acerca da composição tributária:

É para mim motivo de agradecimento a solicitude com que vos ocupastes de diversos assuntos de interesse geral, merecendo especial menção a lei do orçamento, por meio da qual conseguistes, inspirando-vos nos sentimentos do puro patriotismo, prover ao equilíbrio da receita e despesa pública e à amortização do papel-moeda.

Aos nobres sentimentos que vos animaram corresponderá dignamente o povo brasileiro, aceitando de boa vontade os encargos que lhe impusestes em nome da causa pública, e que procurareis aliviar logo que desapareçam

⁵ Falla do Throno na Abertura da Assembléia Geral em 30 de Outubro de 1879

Augustus e Digníssimos Srs. Representante da Nação

Praz-me comunicar-vos que a tranquilidade publica tem-se mantido em todo o Império.

Continuam inalteráveis as relações de benévola reciprocidade, que cultivamos com as potências estrangeiras. Lamento que perdure a guerra, que infelizmente travou-se entre algumas repúblicas do Pacífico. Neutros como devemos ser, nessa luta de nações amigas, faço sinceros votos para que seja a paz entre elas quanto antes restabelecida, segundo o exigem os sentimentos de humanidade e os interesses da civilização.

Se bem que minorados, não cessaram completamente os efeitos da seca que tem assolado várias províncias do Norte. O Governo, cumprindo um preceito constitucional humanitário, não se tem descuidado de enviar-lhes os socorros precisos, providenciando ao tempo no intuito de bem fiscalizar o emprego dos dinheiros públicos. Em algumas dessas províncias têm caído ultimamente chuvas abundantes, o que faz esperar o próximo termo de tão prolongada calamidade.

Apesar da irregularidade das estações e considerável diminuição dos mananciais que abastecem de água esta capital, seu estado sanitário é satisfatório, e muito contribuirá para melhorá-lo a conclusão dos trabalhos de canalização, que se estão executando.

É para mim motivo de agradecimento a solicitude com que vos ocupastes de diversos assuntos de interesse geral, merecendo especial menção a lei do orçamento, por meio da qual conseguistes, inspirando-vos nos sentimentos do puro patriotismo, prover ao equilíbrio da receita e despesa pública e à amortização do papel-moeda.

Aos nobres sentimentos que vos animaram corresponderá dignamente o povo brasileiro, aceitando de boa vontade os encargos que lhe impusestes em nome da causa pública, e que procurareis aliviar logo que desapareçam os motivos imperiosos que os justificaram.

Augustos e digníssimos Srs. representantes da Nação.

Entre as medidas mais importantes por vós iniciadas sobreleva o projeto de reforma constitucional para o regime da eleição direta, instantemente reclamada.

A convocação extraordinária da Assembleia Geral Legislativa foi aconselhada pela necessidade de resolver definitivamente esta questão, e confio que dela vos ocupareis com vosso reconhecido zelo.

Está encerrada a sessão legislativa ordinária e aberta a extraordinária.

D. Pedro II, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil. (Dom Pedro II. In: CALMON, 1977 p 457-458).

os motivos imperiosos que os justificaram. (Dom Pedro II. In: CALMON, P., 1977 p 457-458).

Sobre a *Falla do Throno* Gavião Peixoto pronunciou:

O sr. Gavião Peixoto diz que a *falla do throno* é uma peça de natureza ministerial e duplamente importante, já porque encerra a congratulação de um monarca constitucional aos representantes do povo, já porque proclama ao paiz a política do governo na ocasião solemne em que o parlamento se reúne para exercer a altíssima attribuição de legislar, attendendo ás necessidades publicas.

A resposta a *falla do throno* é, portanto, um documento de natureza política, que exprime nos paizes livres a sancção ou reprovação geral das maiorias á marcha dos gabinetes. (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo I, p 46).

Após esta explanação inicial o deputado seguiu questionando ponto a ponto as questões colocadas pela *Falla do Throno* até chegar à questão do orçamento quando disse:

Assim, a *falla do throno* declara merecer especial menção a lei do orçamento, por meio da qual conseguiu a camara, inspirando-se nos dictames do puro patriotismo, prover no equilibrio da receita e despesa publica e á amortização do papel-moeda.

Assim, encarecia os sentimentos que animaram a camara, aos quaes devia corresponder a voa vontade do povo brasileiro, aceitando os encargos que lhe eram impostos em nome da causa publica. (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo I, p 47).

Mais adiante Gavião Peixoto disse não poder a *Camara* subscrever tal fala acerca do orçamento sem ter as informações técnicas necessárias. No entanto, não se deu nenhum questionamento à “boa vontade do povo”. Mesmo o deputado tendo em conta que a discussão em torno da resposta da *Falla do Throno* de Trinta de Outubro de 1879 havia ganhado outra dimensão com a recusa da reforma constitucional pelo Senado, a queda do Gabinete de 5 de Janeiro e com a Revolta do Vintém.

A presente discussão cresce de importância, porque estamos no período de uma sessão extraordinária, convocada para fim especial, e adiada depois das significativas explicações do Sr. ex-presidente do conselho.

Tal a situação, em face dos acontecimentos que deram, no intervallo do descanso parlamentar (...). (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo I, p 46).

Na sessão parlamentar do dia cinco de julho de 1880, entrou em discussão o artigo segundo do Projeto de *Reforma Eleitoral* que na redação do Poder Executivo ficou da seguinte forma:

Dos eleitores

Art. 2.º

É eleitor todo o cidadão brasileiro, nato ou naturalizado, catholico ou acotholico, ingênuo ou liberto, comprehendido nos §§ 1.º, 2.º, 3.º, 4º e 5.º do art. 6.º da Constituição do Império, estando no gozo de seus direitos políticos, dadas as seguintes condições:

§1.º Ser maior de 21 annos com exercicio effectivo dos direitos civis;

§ 2.º Perceber por bens immoveis, commercio, industria, emprego, títulos de divida publica, acções de bancos e companhias legalmente autorizadas, renda annual não inferior a 200\$; ou achar-se comprehendido nos §§ 1.º, 2.º, 3.º e 4.º do art. 4.º desta lei. (ANNAES DO PARLAMENTO, Tomo I, 1880 p 30).

O deputado Felício dos Santos fez uma longa argumentação para defender a constitucionalidade das alterações propostas pelo projeto por meio de lei ordinária e não por reforma constitucional. Em meio a esta empresa ele apresenta uma visão evolucionista.

O SR. FELICIO DOS SANTOS: - Não pude fazer essa concessão ao meu illustrado amigo ex-ministro da fazenda. Não assignei, votei porém pelo projecto depois de terem cahido todas as minhas emendas, porque não sou dos que querem *tudo* ou *nada*.

O digno Sr. presidente do conselho pediu tréguas a todos os partidos enquanto se faz esta reforma.

De bom grado assigno o armistício, senhores. Sou republicano, mais professo a doutrina scientifica moderna, que, melhor do que os falganges dos tyranos, decapitou a *revolução* substituindo-a pela *evolução*.

Não posso deixar de assignar essas tréguas, porque preciso também de um systema eleitoral verdadeiro, para que o meu partido possa fazer-se representar no parlamento e legitimar-se nesta casa. A republica pelo naufrágio da pátria, pela perturbação da ordem publica, pelo pessimismo, como se diz ordinariamente, não póde ser aspiração de quem é antes de tudo brasileiro.

Julgo-me portanto obrigado a concorrer com a pouca luz de minha intelligencia para melhorar o que existe, enquanto o meu paiz não atingir, pela illustração e consciência da dignidade do povo, o ideal minhas tenções aspirativas. (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo II, p 68).

Felício dos Santos provavelmente percebia a República como sucessora “natural” da Monarquia, pois este seria o caminho da evolução. A República deveria vir sem a revolução, mas sim pela evolução. O novo regime se estabeleceria quando o país e o povo atingissem o grau de ilustração necessário. É plausível inferir a este

tipo de enunciado que o deputado Felício dos Santos notava o povo e o país como atrasados. Ou em outras palavras fora do nível desejado de evolução.

Não foi possível encontrar momentos mais descritivos na direção dos *Senhores Deputados* afirmarem quem era o povo brasileiro, no sentido das características das pessoas. Surgem nas páginas dos *Annaes* menções às regiões menos civilizadas do Império, como exposto no parecer da comissão da Câmara encarregada de avaliar o projeto de *Reforma Eleitoral* proposto pelo Governo:

A civilização pouco adiantada em alguns pontos do paiz explica a fraqueza do corpo eleitoral, e sua pouca energia na maior parte dos casos, diante da influencia abusiva da autoridade e das fraudes e ardis dos partidos, e das facções locais e individuaes, mas nocivas que os partidos políticos. (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo I, p 234).

A “ausência de civilização” neste tipo de argumento não se vincula a aspectos biológicos das pessoas, a uma possível incapacidade biologicamente localizada; o raciocínio remete mais a uma falta de “ilustração”, de educação no sentido, em alguma medida, pelo deputado Cezar Zama. É certo que os cativos e as cativas não faziam parte da civilização, mas e depois de libertos? Pela Constituição Imperial e pelas discussões que interessam sobremaneira aqui – as que versam sobre a alteração da lei eleitoral – uma vez egressas da escravidão as pessoas passavam a fazer parte do povo, desde que nascidas no Brasil. Ingressar no povo pelo que se pode depreender era o primeiro passo para ingressar na cidadania, pois se adquiriam os direitos civis. Uma segunda etapa rumo à cidadania seria o acesso aos direitos políticos, que eram mais restritos, mesmo para aquelas pessoas que nunca haviam passado pelo cativeiro, para quem detinha a “marca da escravidão” eles figuravam ainda mais distantes.

Ao se seguir pelas páginas do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro em suas *Publicações a Pedido* e pelos registros dos *Annaes do Parlamento* pode-se perceber, salvo os momentos elencados até o momento e aqueles que serão apresentados adiante, que o pensamento racial não compunha de modo efetivo o *agir o político*. O pensamento racial se fazia relevante, de fato, no *espaço intelectual*, no político, os anos 1880, ele não era tão central.

Capítulo VI: As teorias raciais e a *Reforma Eleitoral de 1881*

O projeto de alteração da lei eleitoral do Império do Brasil foi apresentado à *Camara dos Senhores Deputados* na sessão parlamentar do dia vinte e nove de abril de 1880 pelo Presidente do Conselho de Ministros, o Conselheiro José Antonio Saraiva. Interessam a esta pesquisa, sobretudo, os dois primeiros artigos da proposta, do projeto substitutivo oferecido pela Câmara e da lei aprovada em janeiro de 1881.

Os dois primeiros artigos da proposta do Governo diziam o seguinte:

PROPOSTA DO PODER EXECUTIVO

Art. 1.º

As nomeações dos senadores e deputados para a assembléa geral e dos membros das assembléas legislativas provinciaes, dos vereadores e juizes de paz e qualquer outra autoridade electiva nacional ou local serão feitas por eleições directas nas quaes tomarão parte todos os cidadãos, considerados eleitores em virtude da presente lei.

Dos eleitores

Art. 2.º

É eleitor todo o cidadão brasileiro, nato ou naturalizado, catholico ou acatholico, ingênuo ou liberto, comprehendido nos §§ 1.º, 2.º, 3.º, 4º e 5.º do art. 6.º da Constituição do Império, estando no gozo de seus direitos políticos, dadas as seguintes condições:

§1.º Ser maior de 21 annos com exercicio effectivo dos direitos civis;

§ 2.º Perceber por bens immoveis, commercio, industria, emprego, títulos de divida publica, acções de bancos e companhias legalmente autorizadas, renda annual não inferior a 200\$; ou achar-se comprehendido nos §§ 1.º, 2.º, 3.º e 4.º do art. 4.º desta lei. (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo I, p 30).

Ainda na sessão parlamentar do dia vinte e nove de abril de 1880, como informado anteriormente, formou-se uma comissão para redigir um parecer acerca do projeto de alteração da lei eleitoral proposto pelo Governo. Fizeram parte da comissão os deputados Martinho Campos, Eduardo de Andrade, Silveira de Souza, Martim Francisco, Saldanha Marinho, Tavares Belfort, Liberato Barroso, Franklin Doria, Franco de Sá, Theodereto Souto, Nabuco de Araújo, Antonio de Siqueira, Esperidião, Ruy Barboza, Almeida Couto, Marcolino Moura, Prado Pimentel, Baptista Pereira, Olegario, Carlos Affonso, Florencio de Abreu. (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo I, p 42). Esta comissão apresentou o seu parecer sobre o projeto de *Reforma Eleitoral* na sessão parlamentar do dia vinte e cinco de maio

de 1880. O parecer aponta a concordância da comissão com a eliminação da eleição em dois graus proposta pelo projeto. Na opinião da referida comissão:

Os dous grãos da eleição, pois, tem sido uma das causas mais poderosas do descrédito das nossas eleições e da indiferença com que uma parte da melhor população do Império evitava de tomar parte nellas, e, consequentemente, nos negócios públicos. (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo I, p 234).

E com referência ao artigo segundo da proposta do Poder Executivo para a alteração da lei eleitoral, a referida comissão emitiu as seguintes palavras:

No art. 2.º da proposta se consagra a maior e justa igualdade do direito eleitoral para todos os cidadãos brasileiros, sem distincção alguma. Tal foi sempre o espírito e a pratica da nossa Constituição, e é justo a lei consagre uma igualdade de direitos políticos que nossa índole, costumes e os interesses do paiz tornam indispensável. (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo I, p 234).

Mesmo concordando com a essência do projeto apresentado pelo Executivo, a comissão da Câmara elaborou um projeto substitutivo. E este no que diz respeito as dois primeiros artigos não alterou a proposta do Executivo.

REFORMA ELEITORAL Projecto substitutivo

Art. 1.º

As nomeações dos senadores e deputados para a assembléa geral e dos membros das assmebléas legislativas provinciaes, dos vereadores e juizes de paz e qualquer outra autoridade electiva nacional ou local serão feitas por eleições directas, nas quaes tomarão parte todos os cidadãos considerados eleitores, em virtude da presente lei.

Dos eleitores.

Art. 2.º

É eleitor todo o cidadão brasileiro, nato ou naturalizado, catholico ou acatholico, ingenuo ou liberto, comprehendido nos §§ 1.º, 2.º, 3º, 4.º, e 5.º do art. 6.º da Constituição do Império, estando no gozo de seus direitos políticos, dadas as seguintes condições:

§ 1.º Ser maior de 21 annos, com exercicio effectivo dos direitos civis.

§ 2.º Perceber por bens immoveis, commercio industria, emprego, titulo de dividia publica, acções de bancos e companhia legalmente autorizadas, deposito nas caixas econômicas do governo, renda annual não inferior a 200\$; ou achar-se comprehendido nos §§ 1.º, 2.º, 3º, 4.º do art. 3.º desta lei. (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo I, p 236).

O projeto substitutivo oferecido pela comissão à Câmara mantinha a diferença entre as cidadanias civil e política, pois ele deixa nítido que tomarão parte

nas eleições os cidadãos, no sentido de habitante livre do país, considerados eleitores, fato não tão nítido na proposta do Poder Executivo. As pessoas passíveis de serem eleitoras foram definidas no artigo segundo tanto de projeto do governo quanto do projeto substitutivo, bem como da lei aprovada. A redação destes dois artigos na versão final da lei ficou a seguinte:

DECRETO Nº 3.029, DE 9 DE JANEIRO DE 1881
Reforma a legislação eleitoral

Hei por bem Sancionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1º As nomeações dos Senadores e Deputados para a Assembléa geral, membros das Assembléas Legislativas Provinciaes, e quaesquer autoridades electivas, serão feitas por eleições directas, nas quaes tomarão parte todos os cidadãos alistados eleitores de conformidade com esta lei. A eleição do Regente do Imperio continúa a ser feita na fórma do Acto Additional á Constituição Política pelos eleitores de que trata a presente lei.

Dos eleitores

Art. 2º E' eleitor todo cidadão brasileiro, nos termos dos arts. 6º, 91 e 92 da Constituição do Imperio, que tiver renda liquida annual não inferior a 200\$ por bens de raiz, industria, commercio ou emprego. Nas esclusões do referido art. 92 comprehendem-se as praças de pret do exercito, da armada e dos corpos policiaes, e os serventes das repartições e estabelecimentos publicos.

A redação final da lei deixou nítida a diferença entre a cidadania civil e a política, uma vez que poderiam participar das eleições os cidadãos alistados segundo as regras estabelecidas pelo *Decreto n.º 3.029 de 9 de janeiro de 1881*.

Quadro 2: Da proposta a redação final dos artigos 1.º e 2º da *Reforma Eleitoral*

PROPOSTA DO PODER EXECUTIVO	REFORMA ELEITORAL - Projecto substitutivo	DECRETO Nº 3.029, DE 9 DE JANEIRO DE 1881 Reforma a legislação eleitoral
<p style="text-align: center;">Art. 1.º</p> <p>As nomeações dos senadores e deputados para a assembléa geral e dos membros das assembléas legislativas provinciaes, dos vereadores e juizes de paz e qualquer outra autoridade electiva nacional ou local serão feitas por eleições directas nas quaes tomarão parte todos os cidadãos, considerados eleitores em virtude da presente lei.</p>	<p style="text-align: center;">Art. 1.º</p> <p>As nomeações dos senadores e deputados para a assembléa geral e dos membros das assembléas legislativas provinciaes, dos vereadores e juizes de paz e qualquer outra autoridade electiva nacional ou local serão feitas por eleições directas, nas quaes tomarão parte todos os cidadãos considerados eleitores, em virtude da presente lei.</p>	<p style="text-align: center;">Art. 1º</p> <p>Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:</p> <p>As nomeações dos Senadores e Deputados para a Assembléa geral, membros das Assembléas Legislativas Provinciaes, e quaesquer autoridades electivas, serão feitas por eleições directas, nas quaes tomarão parte todos os cidadãos alistados eleitores de conformidade com esta lei. A eleição do Regente do Imperio continúa a ser feita na fórma do Acto Additional á Constituição Política pelos eleitores de que trata a presente lei.</p>
<p style="text-align: center;">Dos eleitores Art. 2.º</p> <p>É eleitor todo o cidadão brasileiro, nato ou naturalisado, catholico ou acatholico, ingênuo ou liberto, comprehendido nos §§ 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º do art. 6.º da Constituição do Império, estando no gozo de seus direitos políticos, dadas as seguintes condições: §1.º Ser maior de 21 annos com exercicio effectivo dos direitos civis; § 2.º Perceber por bens immoveis, commercio, industria, emprego, títulos de divida publica, acções de bancos e companhias legalmente autorizadas, renda annual não inferior a 200\$; ou achar-se comprehendido nos §§ 1.º, 2.º, 3.º e 4.º do art. 4.º desta lei. (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo I, p 30).</p>	<p style="text-align: center;">Dos eleitores. Art. 2.º</p> <p>É eleitor todo o cidadão brasileiro, nato ou naturalisado, catholico ou acatholico, ingenuo ou liberto, comprehendido nos §§ 1.º, 2.º, 3º, 4.º, e 5.º do art. 6.º da Constituição do Império, estando no gozo de seus direitos políticos, dadas as seguintes condições: § 1.º Ser maior de 21 annos, com exercicio effectivo dos direitos civis. § 2.º Perceber por bens immoveis, commercio industria, emprego, titulo de dividia publica, acções de bancos e companhia legalmente autorizadas, deposito nas caixas econômicas do governo, renda annual não inferior a 200\$; ou achar-se comprehendido nos §§ 1.º, 2.º, 3º, 4.º do art. 3.º desta lei. (ANNAES DO</p>	<p style="text-align: center;">Dos eleitores Art. 2º</p> <p>E' eleitor todo cidadão brasileiro, nos termos dos arts. 6º, 91 e 92 da Constituição do Imperio, que tiver renda liquida annual não inferior a 200\$ por bens de raiz, industria, commercio ou emprego. Nas esclusões do referido art. 92 comprehendem-se as praças de pret do exercito, da armada e dos corpos policiaes, e os serventes das repartições e estabelecimentos publicos.</p>

	PARLAMENTO, 1880, Tomo I, p 236	
--	------------------------------------	--

Observe-se que nas três possibilidades de redação do artigo segundo os libertos são admitidos como cidadãos políticos plenos, pois cumprindo os demais requisitos, as pessoas egressas do cativeiro teriam a possibilidade de acessar os direitos políticos. As regras para pleitear a cidadania política plena deveriam estar de acordo com a Constituição de 1824. De modo a ser necessário retornar ao que dizia a Carta Magna do Império sobre as eleições.

6.1 O processo eleitoral segundo a Constituição Imperial de 1824

Aos 25 dias de março do ano 1824 o Imperador Dom Pedro I outorgou ao Brasil sua primeira Constituição, após ter dissolvido em novembro de 1823 Assembléia eleita para esse fim. Retornar à Constituição Imperial mostrou-se relevante para poder melhor denotar as ambiguidades e sutilezas do texto constitucional no que diz respeito à cidadania política das pessoas egressas do cativeiro. A Carta Magna do recém-fundado Império do Brasil assim definia o processo eleitoral:

Art. 90. As nomeações dos Deputados, e Senadores para a Assembléa Geral, e dos Membros dos Conselhos Geraes das Provincias, serão feitas por Eleições indirectas, elegendo a massa dos Cidadãos activos em Assembléas Parochiaes os Eleitores de Provincia, e estes os Representantes da Nação, e Provincia.

Por este sistema, como indicado anteriormente, os eleitores deveriam ter uma renda anual mínima de 200 mil réis. Somente os eleitores poderiam se candidatar à deputação ou à senatoria, desde que apresentasse renda igual ou superior a 400 mil réis anuais para ser deputado e a 800 mil réis para o senado, lembrando que o cargo de deputado era temporário e o de senador vitalício. Para os efeitos da presente argumentação é fundamental o artigo 91, que incluiu o liberto como passível de participar das Eleições Primárias:

Art. 91. Têm voto nestas Eleições primarias
I. Os Cidadãos Brasileiros, que estão no gozo de seus direitos politicos.
II. Os Estrangeiros naturalisados.

Assim, o artigo 91 estaria de acordo com artigo 6 da Carta de 1824

Art. 6. São Cidadãos Brasileiros

I. Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.

II. Os filhos de pai Brasileiro, e Os illegitimos de mãe Brasileira, nascidos em paiz estrangeiro, que vierem estabelecer domicilio no Imperio.

III. Os filhos de pai Brasileiro, que estivesse em paiz estrangeiro em serviço do Imperio, embora elles não venham estabelecer domicilio no Brazil.

IV. Todos os nascidos em Portugal, e suas Possessões, que sendo já residentes no Brazil na época, em que se proclamou a Independencia nas Provincias, onde habitavam, adheriram á esta expressa, ou tacitamente pela continuação da sua residencia.

V. Os estrangeiros naturalisados, qualquer que seja a sua Religião. A Lei determinará as qualidades precisas, para se obter Carta de naturalisação.

Os libertos e os ingênuos foram tratados na condição de cidadãos do Império, portanto, com direito a pleitear à cidadania política. Com efeito, não parece ser despropositado inferir que o texto constitucional ao oferecer a cidadania aos libertos e aos ingênuos, detinha no horizonte mais a cidadania civil do que a política, pois a Constituição de 1824 contava com o enunciado do artigo 94:

Art. 94. Podem ser Eleitores, e votar na eleição dos Deputados, Senadores, e Membros dos Conselhos de Provincia todos, os que podem votar na Assembléa Parochial. Exceptuam-se

I. Os que não tiverem de renda liquida annual duzentos mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou emprego.

II. Os Libertos.

III. Os criminosos pronunciados em queréla, ou devassa.

O artigo 94 de modo simultaneamente sutil e direto indicava o veto à participação dos libertos nas eleições em seu segundo grau, portanto, eles não poderiam ser votados. Este dispositivo constitucional também coloca uma distinção bastante nítida no que diz respeito ao acesso aos direitos políticos (formalmente falando) entre libertos e ingênuos, criando-se categorias diferentes de cidadãos. Seguindo a síntese elaborada por Maria Emília Prado os libertos poderiam fazer parte somente do corpo de votantes – eleitores de primeiro grau – enquanto em termos formais/legais o ingênuo poderia ser eleitor, com direito a votar e ser votado. Todavia, Prado não destaca que o liberto-cidadão deveria ter nascido no Brasil, pois em outra situação ele seria considerado estrangeiro, portanto, sem direito de voto. O liberto nascido em África deveria, antes de pleitear a cidadania política, acessar a cidadania brasileira. A essência do sistema eleitoral permanecerá até janeiro de

1881, apesar das inúmeras leis, normativas e decretos que modificavam um ou outro aspecto, sua estrutura básica se manteve intacta no intervalo compreendido entre 1824 e 1881. (FERREIRA, M. R., 2001).

Com tal panorama no horizonte algumas autoras e autores construíram modelos para pensar a cidadania e a cidadania política no Brasil oitocentista. Dentre esses modelos optou-se por visitar aqui os elaborados por Hebe Mattos, Wlamyra Albuquerque, Décios Saes e José Murilo de Carvalho.

6.2 Modelos para pensar a cidadania para o Brasil oitocentista

Hebe Maria Mattos observou que a “primeira vez que se definiu uma ‘cidadania brasileira’ – na ocasião política do país, em 1822 –, o Brasil comportava não apenas uma das maiores populações escravas das Américas”, como “também a maior população de descendentes livres de africanos do continente.” (MATTOS, H. M., 2004 p 13). Esta definição se deu com as cores do liberalismo. E para Mattos é importante:

(...) deixar claro que o conhecido dilema entre a assertiva de que os homens nasciam livres e iguais reconhecida pelo liberalismo e a manutenção da escravidão, sob a égide de Constituições liberais, não foi específico do Brasil de 1822, mas se desenrolou em toda a Afro-América, inclusive nas colônias escravistas inglesas e francesas, no contexto das chamadas Revoluções Atlânticas. (MATTOS, H. M., 2004 p 9-10).

A convivência entre o ideário liberal de cidadania e o escravismo nas Américas seria ainda permeada pelas ideias racialistas. Na perspectiva esposada por Hebe Mattos, com a qual se concorda aqui, “raça e cidadania são duas noções construídas de forma interligada no continente americano, ao longo do século XIX, em estreita relação com o dilema retórico entre liberalismo e escravidão.” (MATTOS, H. M., 2004 p 13). Nesta perspectiva a raça surge como uma noção intimamente ligada às nações americanas oitocentistas.

A noção de raça é assim uma construção social do século XIX, estreitamente ligada, no continente americano, às contradições entre os direitos civis e políticos inerentes à cidadania estabelecida pelos novos

estados liberais e o longo processo de abolição do cativeiro. (MATTOS, H. M., 2004 p 13).

Para Hebe Mattos:

A noção de raça e a da desigualdade entre elas são construções do pensamento científico europeu e norte-americano surgidas apenas no século XIX, mesmo que já aparecessem, de forma embrionária, em alguns escritos do século XVIII, como as considerações de Thomas Jefferson. É a partir da primeira metade do século XIX, especialmente nos Estados Unidos, que até mesmo a origem comum da espécie humana passa a ser questionada (poligenismo), num dilema que só seria superado com a adoção da perspectiva da seleção natural (a partir da teoria darwinista, capaz de conciliar a ideia de uma origem comum com uma extrema e seletiva diferenciação natural). Desde então, durante todo o século XIX, a partir de uma argumentação biologicizante, as teorias raciais permitiriam novamente naturalizar algumas das desigualdades sociais – aquelas que incidiam sobre grupos considerados racialmente inferiores –, justificando a restrição dos direitos civis inerentes às novas concepções de cidadania requeridas pelo liberalismo, bem como a nova expansão colonialista europeia sobre a África e a Ásia. (MATTOS, H. M., 2004 p 11-12).

Pelo viés da autora, o desenvolvimento de diferentes níveis de cidadania no Brasil imperial teria desde o início alguma influência do racismo. Mattos indicou que “a Constituição de 1824 naturalizou todos os nascidos em Portugal que aqui permaneceram após a independência e que tivessem aderido à ‘causa do Brasil’”, e esta ação fez com que “durante pelo menos a primeira década após a declaração de independência, brasileiros e portugueses foram identidades intercambiáveis e profundamente carregadas de conteúdos políticos” (MATTOS, H. M. 2004 p 19).

Contudo, “desde a chamada Conjuração dos Alfaiates, em 1798, a igualdade entre pardos e brancos, juntamente com o aumento do soldo das tropas, era apresentada como principal reivindicação de caráter popular no bojo das agitações políticas de cunho liberal do período.” (MATTOS, H. M., 2004 p 19). Ainda neste contexto, “a causa do Brasil apareceria nas ruas do Rio de Janeiro ou de Salvador fortemente marcada por uma linguagem racial, na qual a origem africana era esgrimida como marca de discriminação pelo ‘partido português e absolutista’ e como signo de identidade brasileira pelo povo nas ruas”. (MATTOS, H. M., 2004 p 19).

Com efeito, “Constituição Imperial de 1824, revogando finalmente o dispositivo colonial da ‘mancha de sangue’, reconheceu os direitos civis de todos os cidadãos brasileiros, diferenciando-os, apenas, do ponto de vista dos direitos políticos, em função de suas posses.” (MATTOS, H. M., 2004 p 20). De modo

diferente na forma, mas com sentido semelhante à análise de Andrea Slemian, Mattos permite notar o termo cidadão como equivalente à habitante livre do Império. (SLEMIAN, A., 2005). A condição de livre traria os direitos civis. Todavia, isso não valeria como já indicado, para os libertos nascidos em África. Sobre a cidadania política Mattos anotou:

A Constituição Imperial de 1824, revogando finalmente o dispositivo colonial da “mancha de sangue” reconheceu os direitos civis de todos os cidadãos brasileiros diferenciando-os, apenas, do ponto de vista dos direitos políticos, em função de suas posses. Para tanto, adotou o voto censitário em três diferentes gradações: o cidadão passivo (sem renda suficiente para ter direito a voto), o cidadão ativo votante (com renda suficiente para escolher, através do voto, o colégio de eleitores), e o cidadão ativo eleitor e elegível. Neste terceiro nível, uma importante distinção não propriamente censitária se fazia, pois, além das exigências de renda, impunha-se ao eleitor que tivesse nascido “ingênuo”, isto é, não tivesse nascido escravo. Em outras palavras, se os descendentes dos escravos libertos poderiam (se renda tivessem) exercer plenamente todos os direitos políticos da jovem da monarquia, os escravos nascidos no Brasil que fossem alforriados não entrariam em pleno gozo dos direitos reconhecidos aos cidadãos e súditos do Império do Brasil. (MATTOS, H. M., 2004 p 20-21).

A este cenário Hebe Mattos propôs a seguinte interpretação:

A manutenção da escravidão e a restrição legal do gozo pleno dos direitos civis e políticos aos libertos tornavam o que hoje identificamos como “discriminação racial” uma questão crucial na vida de amplas camadas das populações urbanas e rurais do período. Apesar da igualdade de direitos civis entre os cidadãos brasileiros reconhecida pela Constituição, os brasileiros não-brancos continuavam a ter até mesmo o seu direito de ir e vir dramaticamente dependente do reconhecimento costumeiro de sua condição de liberdade. Se confundidos com cativos ou libertos, estariam automaticamente sob suspeita de serem escravos fugidos – sujeitos, então, a todo tipo de arbitrariedade, se não pudessem apresentar sua carta de alforria. (MATTOS, H. M., 2004 p 21).

Hebe Mattos, desta feita, oferece um modelo para pensar a distribuição dos direitos de cidadania onde o critério racial é relevante. A raça seria um fator a agir sobre o regime de acesso aos direitos civis e políticos.

Em direção semelhante Wlamyra Albuquerque observou em *O jogo da dissimulação* que o critério racial esteve sempre presente nas discussões acerca da cidadania no Brasil. E ele foi ficando mais relevante com o enfraquecimento do escravismo. O momento imediatamente após o fim do escravismo seria o de maior influência do critério racial na discussão sobre a cidadania. (ALBUQUERQUE, W., 2009). A possibilidade interpretativa oferecida por Albuquerque defende que a

discriminação racial no acesso à cidadania no Brasil oitocentista primou pelo caráter implícito, *dissimulado*, evitando sempre que possível a exclusão direta por meio legal. Albuquerque argumentou, a partir de solicitações acerca de direitos de ingênuos, negros livres e libertos encaminhadas ao Conselho de Estado, que “os juristas do Conselho do Estado não pretendiam explicitar nenhum critério racial para justificar suas decisões.” (ALBUQUERQUE, W., 2009, p 73). A postura do Conselho de Estado pode ser estendida aos políticos imperiais. Ao perscrutar os *Annaes do Parlamento*, as *Publicações a Pedido do Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro e as discussões da *Reforma Eleitoral de 1881* em relação à inclusão dos libertos à cidadania política plena percebeu-se a mesma postura identificada pela autora no material produzido pelo Conselho de Estado.

Com efeito, o modelo interpretativo localizável em Albuquerque remete a pensar o critério racial na discussão acerca da cidadania como não sendo dotado de uma expressão pública nítida, mas sim colocado de modo subjacente a outros critérios ou ainda na forma como determinadas determinações legais eram executadas.

Dentre as autoras e autores que se dedicaram, e se dedicam, ao estudo da cidadania no Brasil no que tange aos aspectos teóricos, dois são fundamentais: Décio Saes e José Murilo Carvalho. Estes dois autores tornaram-se referências fundamentais para os estudos da cidadania no Brasil, especialmente a política, pois ambos dedicaram-se à construção de modelos analíticos de cidadania. Na perspectiva de Décio Saes, não se pode falar em cidadania no Brasil antes da Abolição e da República, para ele:

O ponto de partida para a instauração da cidadania, civil e política, no Brasil é a Revolução política burguesa, que, entre 1888 (Abolição da escravidão) e 1891 (proclamação da Constituição republicana), subverteu o sistema jurídico, instaurando a forma-sujeito de direito em sua versão elementar (o que significa o reconhecimento estatal de todos os agentes da produção, independentemente de sua posição na estrutura econômica — proprietário dos meios de produção, trabalhador — como sujeitos individuais de direitos). Seria inviável a concretização da cidadania, civil ou política, na sociedade escravista imperial, dada a total incompatibilidade da forma-sujeito de direito com qualquer modo de produção escravista, antigo ou moderno. Os escravos eram considerados como “coisas” pelo direito escravista: e, portanto estavam excluídos, por definição, da categoria dos sujeitos individuais de direitos. Conseqüentemente, a forma universalista e igualitária dos direitos individuais jamais poderia se impor numa sociedade escravista. Tinham razão, portanto os abolicionistas e os republicanos radicais, quando sustentavam que, no Brasil imperial, não havia *direitos*; apenas *privilégios* (vale dizer, prerrogativas enunciadas em termos

particularistas, pois formalmente reservadas aos integrantes da ordem dos homens livres). (SAES, D., 2001 p 391).

Para Saes o ponto de partida da cidadania no Brasil foram os anos de 1888-89. A abolição da escravidão e a Proclamação da República são identificadas como marcos do início da cidadania. Evidencia-se, então, que o autor tomou a construção da igualdade jurídica como elemento essencial à constituição da cidadania, não havendo possibilidade para a existência de cidadania num ambiente escravocrata. Saes construiu um modelo por ele mesmo denominado de alternativo (que escapasse, em grande medida, a hegemonia marshalliana)¹ inspirado nos pressupostos marxianos e marxistas. A partir deste modelo, ele formulou que a cidadania só se poderia configurar a partir do fim dos privilégios estamentais, ou seja, a partir da igualdade jurídica, do estabelecimento de uma figura-sujeito de Direito e no Direito. E isto, para o autor, se conformou a partir do questionamento imposto aos grupos dominantes pelos grupos dominados.

Em José Murilo de Carvalho, outro autor fundamental ao estudo da cidadania no Brasil, abordou o tema em várias obras, o que segue é uma síntese de sua argumentação. As obras apresentam grande grau de coerência no argumento sobre o desenvolvimento da cidadania no Brasil.(CARVALHO, J. M., 1987; 1990; 2007a; 2007b; 2008a; 2008a; 2009). Murilo de Carvalho tem por base para suas reflexões as posições defendidas por Thomas Humprey Marshall (1893-1981). Marshall pensou a cidadania no seguintes termos:

Estarei fazendo o papel de um sociólogo típico se começar dizendo que pretendo dividir o conceito de cidadania em três partes. Mas a análise é, neste caso, ditada mais pela história do que pela lógica. Chamarei estas três partes, ou elementos, de civil, política e social. O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. Este último difere dos outros porque é o direito de defender e afirmar todos os direitos em termos de igualdade com os outros e pelo devido encaminhamento processual. Isto nos mostra que as instituições mais intimamente associadas com os direitos civis são os tribunais de justiça. Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. As instituições correspondentes são o parlamento e conselhos do Governo local. O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um

¹ Referência a Thomas H. Marshall e ao modelo de cidadania presente em: MARSHALL, T. H.. (1967). *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro. Zahar Editores.

ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas com ele são o sistema educacional e os serviços sociais. (MARSHALL, T. H., 1967 p 63-64).

Marshall defendeu ainda, tomando por base a situação britânica, que a aquisição dos direitos civis permitiria a luta pelos direitos políticos. O acesso aos direitos políticos abriria caminho à peleja pelos direitos sociais. José Murilo de Carvalho parte destas premissas para pensar a cidadania no Brasil. O autor coloca as premissas marshallianas em diálogo com as especificidades locais, e constrói um modelo sobre o desenvolvimento da cidadania no Brasil. Tal modelo está colocado, especialmente, na obra *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. (CARVALHO, J. M., 2008). Nesta o autor expõe que no Brasil os direitos políticos teriam vindo antes dos civis, e mesmo assim limitado a alguns grupos.

A Constituição [de 1824] regulou os direitos políticos, definiu quem teria direito de votar e ser votado. Para os padrões da época, a legislação brasileira era muito liberal. Podiam votar todos os homens de 25 ou mais que tivessem renda mínima de 100 mil réis. Todos os cidadãos qualificados eram obrigados a votar. As mulheres não votavam, e os escravos, naturalmente não eram considerados cidadãos. (CARVALHO, J. M., 2008 p 29-30).

Os direitos políticos teriam então sido garantidos desde o surgimento do Império, mas o mesmo não teria ocorrido com os direitos civis. Diz o autor:

A herança colonial pesou mais na área dos direitos civis. O novo país herdou a escravidão, que negava a condição humana do escravo, herdou a grande propriedade rural, fechada à ação da lei, e herdou um Estado comprometido com o poder privado. Esses três empecilhos ao exercício da cidadania civil revelaram-se persistentes. A escravidão só foi abolida em 1888, a grande propriedade ainda exerce seu poder em algumas áreas do país e a desprivatização do poder público é tema da agenda atual de reformas. (CARVALHO, J. M., 2008 p 45).

Os momentos destacados visam indicar como Murilo de Carvalho colocou a teoria marshalliana em diálogo com as especificidades brasileiras. A aplicação da ideia do acúmulo de direitos de modo desigual seria um mecanismo importante para o autor compor seu modelo, pois o acúmulo desigual e não generalizado é que o permite, em grande medida, perceber a cidadania numa ordem escravocrata. Este contexto faz a expressão utilizada por José Murilo de Carvalho em *A formação das almas* ser muito pertinente. Afirma o autor que nem mesmo a República teria rompido com uma percepção hierarquizada da cidadania: “a igualdade jacobina do

cidadão foi aqui logo adaptada às hierarquias locais: havia o cidadão, o cidadão-doutor e até mesmo o cidadão-doutor-general”. (CARVALHO, J. M., 1990 p 26).

Ao se colocar as perspectivas de Saes e Murilo de Carvalho em diálogo com a evidência empírica – legislação, debates parlamentares e intelectuais – sobre cidadania no Brasil oitocentista, como pensar a cidadania política? A evidência empírica demonstra a existência no léxico das discussões políticas e intelectuais do Brasil da virada do século XIX para o século XX as categorias cidadania e cidadania política. No entanto, qual tipo de cidadania e qual tipo de cidadania política são questões que se impõem, mostrando a utilidade do diálogo entre Saes e Carvalho. Longe, muito longe de querer conciliar o inconciliável, o trabalho de investigação a partir da observação dos dois autores indica que nem a aplicação do modelo de acúmulo de direitos proposto por Carvalho, com inspiração marshalliana, nem a idéia da figura de Direito e no Direito proposta por Saes são suficientes para compreender o problema da cidadania política no Brasil de fins do século XIX e início do século XX. Ao se investigar os debates acerca da participação política no Brasil daquele momento, seja pela legislação, seja pelos trabalhos de intelectuais pode-se verificar a presença das categorias “cidadania” e “cidadania política”, que aparecem, em grande medida, como condições distintas. Elas poderiam até se acumular em uma mesma pessoa, mas não necessariamente. Evidentemente, a primeira é condição básica para a segunda, porém não a garante.

6.3 Os libertos e a *Reforma Eleitoral de 1881*

O mesmo ambiente marcado pela percepção hierarquizada da cidadania e onde o pensamento embasado nas teorias raciais, com sua visão de uma hierarquia biológica natural, vinha ganhando força testemunhou o fim da escravidão, o início da República e a *Reforma Eleitoral de 1881*. De modo a ser pertinente indagar se a perspectiva racista informava de alguma maneira a discussão acerca da cidadania no Brasil dos últimos anos do século XIX e início do século XX. O racismo, como se vem mencionando, era uma importante referência para as elites intelectuais do período, dentre os estudos sobre esta temática, poucos buscaram refletir se esta forma de pensar se apresentava nas discussões sobre a cidadania. Em sendo a

discussão sobre a cidadania tema demasiado amplo optou-se pelo recorte em torno do debate sobre cidadania política. Isso porque dentre as mudanças ocorridas no Brasil na década de 1880 estiveram à discussão e a aprovação de uma nova legislação eleitoral.

Assim, constituiu-se em objeto de investigação a *Reforma Eleitoral de 1881*, mais precisamente as discussões em torno dela realizadas no transcorrer do ano de 1880 e princípio de 1881. A lei eleitoral aprovada em janeiro de 1881 trazia algumas novidades em relação às legislações anteriores, uma delas seria a inclusão do liberto como cidadão político pleno, ou seja, podendo votar e ser votado, desde que ele cumprisse os demais requisitos.

A conversão do liberto em cidadão político pleno em tempos onde o pensamento racista começava a ganhar força no Brasil possibilitou hipotetizar que os debates acerca deste aspecto da *Reforma Eleitoral* pudessem apresentar elementos oriundos das teorias raciais.

A sustentação desta perspectiva de abordagem tomou por alicerce três situações: 1 – Trabalhos postos a informar acerca de certo desconforto das elites com a possibilidade do liberto enquanto cidadão político pleno; 2 – Os estudos indicando a crescente importância das teorias raciais no Brasil a partir dos anos 1880; 3 – Uma primeira observação dos *Annaes do Parlamento Brasileiro, Camara dos Senhores Deputados*. Dos trabalhos que colocam o liberto, cidadão político pleno, enquanto fonte de temor para as elites brasileiras destacam-se os realizados por Richard Graham, *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*, e Paulo Moreira, *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano Porto Alegre 1858 -1888*. (GRAHAM, R., 1997; MOREIRA, P. R. S., 2003). Graham observou que

Alguns fazendeiros, por sua vez, temiam o surgimento de um grande grupo de libertos com direitos políticos. Quando avaliaram o efeito da Lei do Ventre Livre, de 1871, duvidaram (ao menos momentaneamente) de sua própria capacidade de controlar os recém-libertos, assim como os agregados. Embora muitos fazendeiros encarassem a própria emancipação sem temor, tinham maus presságios em relação ao papel político do ex-escravo. (GRAHAM, R., 1997 p 241).

Moreira asseverou que o

(...) entrelaçamento dessas duas questões importantes – a abolição e as eleições – pode ser verificado desde, pelo menos, 1881. Após a reforma eleitoral ocorrida naquele ano, ao problema do fim do escravismo acrescentou-se o aspecto eleitoral. As elites percebiam o aumento do número de libertos e se assustavam com o potencial eleitoral deste grupo e com as conseqüências que poderia trazer para a política partidária. (MOREIRA, P. R. S., 2003 p 155).

Considerações como estas permitiram entrever que o temor ao liberto cidadão político pleno girava em torno da possibilidade da constituição de um “voto negro”. Este tipo de postura das elites brasileiras estaria abalizado no histórico das associações negras no país, aquelas já tinham testemunhado por inúmeras vezes e de variadas formas a capacidade de ação e articulação das populações negras. De modo a ser o ingresso no jogo político algo plausível de gerar temores. Com efeito, num ambiente intelectual marcado pelas teorias raciais, com elites temerosas com a mobilização da população negra acrescidas da observação dos *Annaes do Parlamento Brasileiro, Camara dos Senhores Deputados* forneciam substância à perspectiva de que tanto a possibilidade quanto a inserção do liberto como cidadão político pleno tinham gerado debate. Nos registros do material produzido pela Câmara foi possível encontrar discursos como o proferido pelo deputado Felício dos Santos em quinze de novembro de 1880, quando o projeto de *Reforma* estava em discussão no Senado.

A manifestação do parlamentar foi realizada em meio a discussões que versavam sobre se a inclusão do liberto como cidadão político pleno deveria ou não ser acompanhada de outras reformas como o fim da escravidão. O deputado se mostrava incomodado com as comparações entre a escravidão brasileira e a servidão no Império Russo. Ele entendia que diferentemente do servo russo, o escravo no Brasil seria como um “átomo não assimilado”, passível de ser incorporado à sociedade brasileira, desde que paulatinamente. Neste sentido organizava-se sua crítica à comparação entre o Brasil e a Rússia. Felício dos Santos discordava daqueles que confrontavam o processo de emancipação dos cativos no Brasil ao fim da servidão na Rússia, e fazendo uso da expressão “átomo não assimilado”, atribuída a Joaquim Nabuco, diz o deputado:

Foi uma comparação de momento de que serviu-se o orador, e que naturalmente ocorreu ao seu espírito pelos estudos a que com mais predilecção e por dever se entrega. Mas acha a comparação exacta, e por isso respondeu ao nobre deputado, que por ser o escravo o átomo não assimilado tem receio de uma invasão de átomos não assimilados no

organismo social. E por isso queria que se seguisse nesta questão o processo physiologico, que se imitasse a natureza a qual absorve lentamente humores malignos sem prejudicar o organismo. Eis a razão por que receia a invasão mongólica; eis a razão por que receia a introdução repentina neste organismo que representa a sociedade brasileira, deste milhão e tantos de átomos não assimilados. É por isto que, como homem político, estudando um problema social, e desviando com grande pezar, com grande dor de seu coração, é apologista da emancipação gradual. (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo VI, p 301).

O discurso deste parlamentar é deveras relevante. A ideia do gradualismo na incorporação do ex-cativo se mostrava chave para separar a discussão da inclusão do liberto à cidadania política plena do fim do escravismo enquanto questão parlamentar. Em outra passagem deste mesmo discurso o argumento gradualista do deputado fica mais nítido: “Quem eram os servos na Rússia? Eram homens tão adiantados e civilizados como os senhores. Eram raça conquistada, mas conquista tinha sido exercida sobre eles e o solo que ocupava. No Brazil o que é o escravo? É uma raça atrasada, selvagem, transplantada de outro paiz para o nosso”. (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo VI, p 302). Estas passagens das considerações de Felício dos Santos apresentam o temor à aquisição de direitos políticos pelos ex-escravos sendo sustentada em argumentos racialistas. Os cativos seriam oriundos de uma raça atrasada, portanto, pouco habilitados por natureza para a vida política na perspectiva do deputado. No entanto, seria possível a incorporação dos libertos gradualmente, passo a passo, pois assim haveria tempo da sociedade envolvente preparar-se para recebê-lo, bem como o inverso. A entrada em massa desses “átomos não assimilados”, por sua vez, causaria danos à sociedade, bem como as próprias pessoas, já que ambas estariam desprovidas das capacidades de assimilação e adaptação requeridas.

O esforço de Felício dos Santos era o de separar a questão da inclusão dos libertos à cidadania política plena do tema da abolição da escravidão. A primeira era vista como um passo dentro da lógica gradualista, já a segunda seria a precipitação: querer incorporar de uma só vez uma quantidade muito grande de “átomos não assimilados”. Apesar do esforço do deputado em separar a aquisição de direitos políticos por parte dos libertos da discussão acerca do fim do escravismo, no horizonte de perspectiva dos políticos imperiais a vinculação dos temas era forte. Ou seja, de um modo ou de outro a conquista dos direitos políticos por parte dos libertos seria um elemento de pressão para que outras “reformas” fossem colocadas em pautas e a principal delas seria a abolição do trabalho escravo. Felício dos Santos

proferiu seu discurso em novembro de 1880, portanto, depois de testemunhar e participar de todo o tramite parlamentar da *Reforma* na Câmara e observar seus desdobramentos para além deste espaço, por exemplo, na imprensa. O teor das considerações de Felício dos Santos pode ser indicativo de que o pronunciamento do Conselheiro Saraiva na sessão parlamentar de quatro de junho de 1880, cerca de cinco meses antes da fala de Felício dos Santos ainda mantinha-se pertinente. Em sua manifestação o Chefe do Gabinete afirmava que:

Alguns horrorisaram-se de no projecto estarem os libertos com todos os direitos; mas, senhores, si é pela educação, si é porque o liberto não tem a educação de um homem livre, então o principio não é novo, já está admittido na lei, que declarou com todos os direitos o ingênuo, o filho da escrava, que é creado com a escrava e no meio dos escravos. (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo II, p 43).

A posição de Felício dos Santos revela que mesmo depois destas palavras terem sido tornadas públicas o temor à cidadania política dos libertos se mantinha. Saraiva procurava em sua fala defender o projeto de *Reforma Eleitoral* e demonstrar que o acesso do liberto à cidadania política não era algo com que se preocupar. Entretanto, apesar do Chefe do Gabinete ter insistido na “normalidade” da integração dos libertos a cidadania política, ao se observar os pronunciamentos realizados posteriormente como os de Felício dos Santos é possível perceber que os “horrorizados” com “os libertos com todos os direitos” permaneciam firmes. As palavras proferidas pelo Visconde de Nitheroy – Francisco de Paula Negreiros de Sayão Lobato (1815-1884) – no Senado em 21 e outubro de 1880, cerca de um mês antes a manifestação de Felício dos Santos na Câmara e quatro meses depois do pronunciamento de Saraiva no Parlamento se mostra elucidativo do temor à cidadania política dos libertos.

Eu voto, Sr. Presidente, contra o artigo [o artigo primeiro] em discussão, por ser conter infracção constitucional; não é possível admitir esta reforma com a infracção a lei fundamental.

Vivemos em um tempo em que é preciso que o governo use de toda a força moral que a deve ter, não infringindo a Constituição do Estado, e achando pelo contrario na Constituição porto seguro e apoio infallivel.

As circunstâncias do tempo, em que a questão do elemento servil ameaça tanto a ordem publica, impoem ao governo a mais séria circumspecção, porque então será fácil ao governo achar-se forte com o apoio da classe que deve ser a mais influente como seja a da lavoura desde que o mesmo governo, sem prescindir da Constituição se mostre interessado na manutenção da ordem. (ANNAES DO SENADO, 1880, Livro VII, p 302).

A posição do Visconde de Nitheroy revela que para além da questão da constitucionalidade da *Reforma Eleitoral* preocupavam o senador “as circunstâncias do tempo”. Do seu ponto vista “a questão do elemento servil” ameaçava a ordem pública, o que pode ser traduzido nos seguintes termos: a questão da eliminação do trabalho servil punha em perigo a ordem estabelecida. Ou seja, para o Visconde de Nitheroy discutir o ingresso à cidadania política completa dos libertos em tempos onde o debate acerca do fim do trabalho escravo ganhava força era uma temeridade à “ordem pública”. O senador Visconde de Nitheroy e o deputado Felício dos Santos possuíam narrativas diferentes, mas discursos muito semelhantes: ambos viam a aquisição de direitos políticos pelos libertos de maneira praticamente indissociável da discussão da emancipação dos cativos. No entanto, cada qual enfrentou a situação de uma forma. O senador vota contra o artigo da *Reforma* que incluía o liberto com direitos políticos plenos. O deputado se empenha em separar as matérias, justamente por ter entendido serem os temas bastante próximos e associados.

A discussão acerca da *Reforma Eleitoral* era assunto recorrente nos periódicos, notadamente nos da Corte, neste universo uma das folhas de maior destaque e prestígio era o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro. Assim, este periódico foi observado no recorte temporal do ano legislativo da *Camara dos Senhores Deputados*, compreendido entre os meses de maio de 1880 e janeiro de 1881. E no *Jornal do Commercio* verificou-se, sobretudo, a seção *Publicações a Pedidos*, espaço pago, onde era possível publicar desde anúncios de formicida, a peças jurídicas, como artigos de opinião política: sendo estes os abordados.

No mês de outubro de 1880, período em que tramitava no Senado o projeto de *Reforma Eleitoral* e o momento do pronunciamento do Visconde de Nitheroy encontrou-se 1306 artigos na seção *Publicações a Pedidos* do *Jornal do Commercio*. Destes 188 versavam mais diretamente sobre temas políticos. Assim, aproximadamente de 14,39% do total dos textos publicados na referida seção tratavam de política. Neste conjunto de textos foi possível localizar a repercussão da fala do Visconde de Nitheroy no Senado:

A reforma eleitoral no senado

Vencendo por um esforço que faz honra á sinceridade de suas convicções, as difficuldades oppostas pelo seu mau estado de saúde, tomou hontem a palavra o Sr. Visconde de Nitheroy para impugnar o projecto de reforma,

que, na opinião de S. Ex., traz em si a mais fragrantíssima violação da constituição. Não fosse isso, o illustre negar-lhe-hia seu voto, por lhe parecer essa reforma perigosa, agora principalmente que se falla em emancipação de escravos, idéas entre as quaes S. Ex. descobre uma relação que difficilmente se poderá perceber. [...]. (J. C. 22/10/1880 p 2).

O articulista de forma mais radical do que a apresentada por Felício dos Santos entendia ser a *Reforma Eleitoral* assunto completamente distinto da discussão acerca da emancipação. “A relação que difficilmente se poderá perceber” defendida pelo articulista não era compartilhada pelos parlamentares aqui arrolados. Eles possuíam cada qual ao seu modo uma visão muito mais próxima à do deputado Joaquim Nabuco, com quem o Felício dos Santos polemizava em novembro de 1880, o então jovem representante de Pernambuco, defendia no Parlamento ser a *Reforma Eleitoral* um passo sequencial ao ocorrido em 1871 com a *Lei do Ventre Livre* e que deveria ser sucedido pela emancipação. No mesmo periódico e espaço antes do projeto de *Reforma* ser aprovado na Câmara, em 20 de abril de 1880, escrevia José M. N. Penido:

[...] o projecto, concendendo aos libertos, naturalisados e acatholicos direitos políticos que não têm, estabelecendo a maioridade política aos 21 annos, e tirando, pelo senso literário nelle implícito, o direito de voto a muitos que o tem, não tratará de materia constitucional definida no art. 178 da constituição? Se por essa disposição é constitucional o que diz respeito aos direitos políticos dos cidadãos, como será constitucional a reforma que dá a uns e tira a outros direitos políticos? (PENIDO, José M. N.. A reforma eleitoral. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 20 de abril, 1880, p 2).

Para Penido o projeto de *Reforma* em si era inconstitucional, pois desejava tratar de matéria constitucional por meio de lei ordinária. Segundo sua visão, tal proposta de *Reforma* deveria e/ou só poderia ser encaminhada por uma assembleia constituinte. Diz ele ao fim de seu artigo: “Por quanto o projecto não se trata de uma reforma constitucional, e sim de um conjunto de reformas constitucionaes. (...) a respeitarem-se as disposições do pacto fundamental, não se pode fazer de uma só vez a reforma de muitos artigos constitucionaes.” (PENIDO, José M. N.. A reforma eleitoral. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 20 de abril, 1880, p 2). A observação das páginas do *Jornal do Commercio* nos anos de 1880-1881 não revelou mais posições neste mesmo tom, no entanto, foi possível localizar inúmeros artigos acerca da *Reforma Eleitoral*.

Ao se mudar as lentes do ambiente da Corte para o da Província, mais precisamente o da Província do Paraná em sua Capital, Curitiba, para aquele que poderia ser considerado seu principal periódico – *O Dezenove de Dezembro* – a situação muda bastante. Este periódico não era diário como o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, ele circulava as quartas e sábados e também contava com uma seção de *A Pedidos*, contudo muito menor que a da folha da Corte. Normalmente aparecia de um a três artigos tão somente. Para o recorte temporal visitado, abril de 1880 a fevereiro de 1881, nenhum artigo versava sobre política.

Nas páginas de *O Dezenove de Dezembro* a *Reforma Eleitoral* foi mencionada nos espaços reservados ao informes do Governo Imperial e Provincial, bem como a na seção *Noticiário*. As menções à *Reforma Eleitoral* além de rarefeitas não permitem localizar “uma opinião” acerca da matéria. A não ser pela reprodução de um discurso do deputado Sérgio de Castro, um dos representantes da Província na *Camara dos Senhores Deputados*, que apresentava uma defesa do voto dos não católicos, nada mais é passível de ser localizado. (CASTRO, S. 1880a; 1880b).

A postura do periódico curitibano, não dando muita importância para a *Reforma Eleitoral*, muito menos para a questão dos libertos, pode parecer à antítese daquilo que se apresentou até o momento, todavia ao analisar o conjunto das peças de imprensa e o todo dos *Annaes do Parlamento Brasileiro*, *Camara dos Senhores Deputados* referente ao ano legislativo 1880-81, a imagem recuperada é muito mais próxima àquela percebida n’*O Dezenove de Dezembro*. Ou seja, a presença dos libertos enquanto cidadãos políticos plenos ou não incomoda ou é elogiada. A observação dos *Annaes do Parlamento* revelou pouca preocupação com o liberto como cidadão político pleno. No entanto, é sempre pertinente destacar que os *Annaes* são o registro público do debate parlamentar, são aquilo que os *Senhores Deputados* permitiram e ou gostariam que ficasse registrado, portanto, os *Annaes* não guardam consigo a completude das discussões de cada sessão. Assim, naquilo que ficou registrado, a posição dos parlamentares, à exceção dos momentos já destacados, não apresenta a figura dos libertos enquanto preocupação.

A situação exposta permite a formulação de algumas hipóteses. Far-se-á aqui uso de uma conjectura informada nas considerações de Mariza Corrêa e Wlamyra Albuquerque. Para essas autoras, cada qual a sua maneira, o Brasil encontrou sempre uma maneira de dissimular a exclusão, especialmente das “pessoas de cor”. (CORRÊA, M., 2001; ALBUQUERQUE, W., 2009). Ao seguir por

esta lógica, a inclusão da figura do liberto como cidadão político pleno na letra da legislação seria minimizada por um rígido controle da verificação da renda e ou pelo critério de alfabetização. Ademais, apesar de uma série de especificações legais definidas pelo *Decreto n.º 3.029 de 9 de janeiro de 1881 – a Reforma Eleitoral* – e o *Decreto n.º 7.981 de 29 de janeiro de 1881* para o alistamento eleitoral, a nova legislação ainda deixava muito poder decisório no que diz respeito ao alistamento eleitoral a localidade, portanto, a inclusão do liberto poderia ser “controlada” pelos interesses dos potentados locais, de modo, a não ser algo digno de preocupação. De modo a se encontrar com mais frequência à postura favorável à inserção do liberto enquanto cidadão político pleno.

Logo, nos *Annaes*, o deputado Joaquim Nabuco na sessão parlamentar de 22 de abril de 1880 dizia: “Acompanho, senhores, como soldado, ao nobre presidente do conselho quando supprime na sua lei as diferenças que existem entre os cidadãos brasileiros; quando quer que os libertos que não podiam ser eleitos pela Constituição, possam ser deputados [...]”. (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo I, p 18-19). Na sessão parlamentar de 19 de maio do mesmo ano o deputado Florencio de Abreu se posicionava da seguinte maneira:

Vejo no projecto apresentado, a eleição directa por circulo de um deputado; o direito de voto e elegibilidade reconhecido a todos, sem distincção de religião, sem distincção de origem, a ingênuos como a libertos, a brasileiros natos como naturalisados, a catholicos e como acatholicos. (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo I, p 203).

No mês do seguinte foi à vez do deputado Saldanha Marinho defender a ideia da presença do liberto como eleitor dizendo:

Sr. presidente, a admissão dos ingennuos e dos libertos, a elegibilidade e a faculdade que lhes concede de poderem tambem representar o paiz em que nasceram, é uma das ideas de mais moralidade e de mais perfeita justiça que o projecto contém. (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo I, p 329).

Nesse mesmo mês, no dia 5, o deputado Augusto França afirmava:

Não tenho, Sr. Presidente, a menor duvida em aceitar o projecto na parte referente ao liberto; porque entendo que, uma vez resgatada a liberdade natural de um individuo, não se póde, não se deve com justiça fazer perdurar a macula de que elle se resentia, macula não natural, mas imposta por uma sociedade imperfeita. Não podemos admittir que libertos perdurem maculados ao ponto de não poderem exercer direitos politicos, de não

poderem ser eleitos para as grandes corporações legislativas do Estado. (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo II, p 77).

Aos vinte e um dias do referido mês de junho o deputado Ruy Barbosa também fazia coro nessa direção asseverando

Acompanho Sr. Presidente, com a mesma entranhada convicção o projecto nas ampliações do eleitorado e da elegibilidade que estabelece em relação aos libertos, aos acatholicos, naturalizados. A elegibilidade dos libertos é um raio do futuro dourando o cimo da reforma. Todas as grande reformas hão de ter alguma cousa dessa aureola. (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo II, p 358).

Essas posições poderiam ser acrescidas de várias outras colocadas na mesma direção, ou seja, em termos de uma retórica parlamentar a inclusão do liberto como eleitor não parece preocupar. Se for possível e viável falar em preocupação parlamentar com o liberto eleitor isso só ocorreu quando alguns deputados, notadamente, Joaquim Nabuco e Jeronymo Sodré buscavam, de algum modo, vincular a inclusão à cidadania política do liberto à emancipação dos cativos – o fim da escravidão no Brasil. Este tema rendeu acaloradas discussões. Nabuco não entendia ser descolada a discussão do liberto como eleitor do fim da escravidão no Brasil. No mesmo caminho estava o deputado Jeronymo Sodré, que por sua vez, num debate com Martin Francisco travado em novembro de 1880 afirmava:

Qual onda? Por que razão então V. Ex. se levanta todos os dias nesta casa para fulminar os emancipadores? Si não vale a pena para que discute sempre que se toca , ou allude-se á questão da emancipação? V. Ex. bem comprehende que depois da reforma eleitoral o partido liberal não póde ficar sem caminhar e que no seu programma há de figura a emancipação para os escravos como complemento imprescindível da eleição directa, que há de libertar o cidadão. (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo, VI, p 221).

Em outro debate, agora com o deputado Saldanha Marinho, enquanto este dizia:

A admissão do liberto ás funções legislativa, Sr. Presidente, é um grande e muito efficaz incentivo á educação moral dos escravos que infelizmente ainda temos. Nem é só isso: a admissão do liberto no parlamento há de actuar poderosamente em favor da emancipação do elemento servil. (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo VI, p 478).

Jeronymo Sodré observava: “Devíamos começar pelo princípio, abolindo o elemento servil. Isto é que era lógico”. (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo VI, p 478). Além de Nabuco e Sodré, Joaquim Serra pode ser tratado como mais um deputado posto a entender que o acesso do liberto a cidadania política plena sem se tratar da questão da emancipação não fazia sentido. A estas posições havia cerrada oposição, inúmeros deputados, quando não defendiam abertamente a manutenção da escravidão se posicionavam em favor de seu desaparecimento gradual. No bloco de oposição às tentativas de associar a *Reforma Eleitoral* com o fim da escravidão – estava também o Governo, o Barão Homem de Mello, Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo (1837-1918) Ministro do Império.

O nobre deputado, [Jeronymo Sodré] alargando mais o debate e entrando em considerações de política geral, referiu-se ao elemento servil. A este respeito eu não tenho mais que declarar depois do que disse aqui solemnemente o honrado presidente do conselho. O governo não cogita dessa questão, porque não tem meios de resolver-a. Eu julgo que nem o governo, nem o parlamento podem todos os dias estar agitando uma questão, sem entretanto, poder resolver-a. Não haveria governo, não ahaveria parlamento que tomasse sobre si a responsabilidade de operar uma subversão social. Eu entendo que tanto o governo como parlamento, devem ter sempre diante de si este preceito: Não é licito agitar quando não se póde substituir. (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo II, p 300).

Assim, a exceção deste momento – a tentativa de associar o voto do liberto à emancipação dos cativos – a figura do liberto adentrando a cidadania política não causou grande comoção. A visão de Saraiva poderia ser compartilhada pela maioria dos deputados da *Décima Sétima Legislatura*:

Estamos em plena democracia no Brazil (*apoiados*); o ar que respiramos é democrático, a nossa lei de succeções é democrática, a nossa divisão de terras é democrática, tudo quando há no Brazil tende a estabelecer o regimen da mais larga democracia. (*apoiados; muito bem.*) Nós vivemos com todos, nós sentamos o liberto á nossa mesa (*apoiados*), e damos mais importância ao liberto de confiança do que a muitos cidadãos brasileiros (*apoiados*) até notáveis e ricos. Fazemos tudo isto, e quando se trata de dar a o liberto um direito que elle infelizmente talvez não venha a exercer senão daqui a 20 annos, diz-se: é uma doutrina de liberalismo atroz, não sabemos como o Sr. Saraiva escreveu isto no projecto.

Mas eu pergunto á camara: quando vier um liberto á esta camara, que de talentos e virtudes não terá este homem, para romper os prejuizos das velhas gerações, que nós ainda partilhamos? (*muitos apoiados; muito bem, muito bem.*)

Si um liberto se filiar aos dous partidos do paiz, e mostrar-se homem eminente por suas virtudes e talentos, sendo eleito membro do parlamento, vós tereis a coragem de excluil-o?

O que quero dizer e que a camara não poderia collocar-se ante a opinião publica, excluindo um liberto, si elle fosse mandado a este parlamento. (*apoiados*). (ANNAES DO PARLAMENTO, 1880, Tomo I, p 43).

A posição de Saraiva é elucidativa do motivo pelo qual o liberto como eleitor não devia ser uma preocupação, o direito de voto dado não teria efeito prático, pois “(...) se trata de dar a o liberto um direito que elle infelizmente talvez não venha a exercer senão daqui a 20 annos (...)”. A fala do chefe do Gabinete de 28 de março sintetiza a forma como a elite política, de modo geral, entendia a inclusão dos libertos como cidadãos políticos plenos. Eles não se preocupavam, ao menos formalmente. Nas falas registradas pelos *Annaes*: os libertos não configurariam um eleitorado, naquele momento, considerável. O rígido controle do alistamento, a verificação efetiva da renda somada ao critério alfabetização faria ser inócua a inclusão de imediato dos libertos, e quando se, por ventura, os libertos pudessem aparecer como figura política coletiva e ou individual com capacidade de chegar ao parlamento, a Câmara não deveria excluí-lo. A relativa tranquilidade de Saraiva em suas afirmações pode ser atribuída a sua certeza que de imediato nada mudaria substancialmente, talvez em 20 anos.

6.4 Cada qual com o seu qual

O ponto de partida adotado aqui era de que no debate acerca da *Reforma Eleitoral*, que ampliava aos libertos, em termos formais, a cidadania política, se fariam presentes argumentos fundamentados nas teorias raciais, tal fato não se verificou nos termos da hipótese inicial. Partia-se do princípio de que, por serem as teorias raciais parte do contexto intelectual na época da *Reforma*, elas seriam mobilizadas como argumentos contrários à inclusão dos libertos à cidadania plena. Isso não foi verificado de modo nítido e incisivo na pesquisa documental. Parece apropriado, portanto, deslocar a pergunta. Em sendo as teorias raciais um referencial teórico relevante no Brasil dos anos 1880, porque a noção de raça não foi enfatizada na discussão em torno da *Reforma Eleitoral de 1881*?

A hipótese que se levanta para alumiar esta questão passa por entender este período como de reconstrução e de sedimentação das instituições. Assim, do

ponto de vista das elites política seria mais útil assumir, politicamente, um discurso que pudesse propor a incorporação dos libertos, pois ele seria mais interessante à integração do país. Em tendo as elites políticas imperiais tal posição, como compreender sua relação com as teorias raciais? Uma possibilidade de entendimento da atitude das elites políticas do Império pode ser estabelecida a partir do argumento proposto por Michel Foucault. As teorias raciais, segundo Foucault, estabeleceriam a ideia de um conflito perpétuo entre as raças. (FOUCAULT, M., 2010 p 37-54). Ao contrário, por exemplo, do princípio da soberania, que busca dar unidade a elementos dispersos, o discurso do conflito das raças revelaria abertamente a existência de grupos vencedores e de grupos vencidos, de grupos dominadores e de grupos dominados. (FOUCAULT, M., 2010 p 37-54; 58-59). Na visão foucaultiana, as teorias raciais, ou melhor, a teoria do conflito perpétuo das raças teria proposto um discurso contra-histórico, pelo menos em seu momento inicial de formulação, uma vez que este discurso estaria em contraposição ao enunciado da soberania, então vigente. (FOUCAULT, M., 2010 p 58). Na proposta de Foucault tanto a teoria da soberania quanto a do conflito das raças são fundamentalmente estruturadas na ideia da guerra. No primeiro caso, após os enfrentamentos violentos tanto os grupos vencidos quanto os vencedores deveriam submeter-se à mesma soberania, dando fim ao conflito sob a égide, por exemplo, da soberania monárquica. No segundo caso, em contrapartida, o conflito é constante, portanto, não se consolidaria a diluição da imagem de grupos vencidos e de grupos vencedores. Com efeito, no discurso do conflito das raças:

(...) a grande forma da obrigação geral, cuja força a história intensificava ao cantar a glória do soberano, se desfaz, e vemos, ao contrário, a lei aparecer como uma realidade de dupla face: triunfo de uns, submissão de outros. Nisso a história que aparece então, a história da luta das raças, é uma contra-história. Mas eu creio que ela o é igualmente de uma outra forma, mais importante ainda. Não somente, de fato, essa contra-história dissocia a unidade da lei soberana que obriga, mas, ainda por cima, quebra a continuidade da glória. Ela deixa patente que a luz – o famoso deslumbramento do poder – não é algo que petrifica, solidifica, imobiliza o corpo social por inteiro, e, por conseguinte, o mantém na ordem, mas é, de fato, uma luz que divide, que aclara de um lado, mas deixa na sombra, ou lança para a noite, uma outra parte do corpo social. E precisamente a história, a contra-história que nasce da narrativa da luta das raças, vai falar do lado da sombra, a partir dessa sombra. (FOUCAULT, M., 2010 p 59).

Este discurso, esta narrativa da história, e mesmo da política, como a luta das raças, que Foucault toma inicialmente como elemento mobilizado pelos vencidos

para denunciar a dominação imposta, no transcorrer do século XIX seria reapropriado.

O argumento passaria a ser invertido, mobilizado pelos setores dominantes, para desqualificar e inferiorizar os grupos reclamantes. O discurso de fundo racial passaria tanto a justificar a posição dos setores dominante quanto a legitimar a “natural” inferioridade dos grupos dominados. (FOUCAULT, M., 2010 p 63-65). A sociedade pensada sob a égide das teorias raciais, segundo as sugestões de Michel Foucault, tenderia à segregação, à separação. Pelo que foi possível observar era isso que as elites políticas procuravam evitar optando por pensar o país segundo modelos de inclusão, hierárquica é verdade, mas ainda assim de inclusão. De modo, então, a ser possível inferir que pensar o Brasil segundo as teorias raciais no início dos anos 1880 era algo mais presente no espaço intelectual do que no político, apesar deles se confundirem em inúmeros momentos. No caso referente à utilização da noção de raça, pelo que se pôde depreender a discussão intelectual e a política tornavam-se coisas distintas, assim se formava um panorama de que cada qual ficava com o seu qual.

Considerações finais: O navio, o oficial, os marinheiros ou uma coisa uma coisa, outra coisa outra coisa

Apesar de muito próximas social e intelectualmente, as elites políticas e intelectuais do Império nos anos 1880 possuíam formas de *agir* diferentes, peculiares, diante de problemas empíricos idênticos. Se, para os intelectuais, a raça devia ser encarada como problema crucial para pensar o Brasil, para os políticos - mesmo sem descartar de todo a raça -, o mais relevante seriam as instituições. E o episódio da *Reforma Eleitoral de 1881* foi ímpar para revelar tal situação. Pela legislação aprovada em nove de janeiro de 1881 os libertos passariam a poder pleitear a cidadania política plena – eleger e ser eleito – e tendo em vista a fortuna crítica sobre os últimos anos do século XIX no Brasil esperava-se encontrar as teorias raciais repercutindo com força nos debates em torno da referida lei. E isso não ocorreu (ao menos da forma almejada): a raça, as teorias raciais não eram mobilizadas no *espaço político* de modo direto na maioria das vezes. A posição da elite política imperial se mostrou mais institucionalista. Ela comungava, em grande medida, com o raciocínio do Conselheiro Saraiva: o qual dizia que era o navio que fazia o oficial, e provavelmente também moldava os marinheiros. Assim, seriam as instituições que fariam a sociedade e não o inverso. Esta é a síntese deste trabalho.

O caminho percorrido para chegar a esta conclusão passou primeiramente por investigar a trajetória da legislação eleitoral no Império até 1881. Este momento da pesquisa revelou que as leis eleitorais imperiais não detinham por grande objetivo a ampliação do voto, mas sim sua maior veracidade e legitimidade. O objetivo final das várias alterações na legislação eleitoral até o ano de 1881 era o de alcançar a “verdadeira representação” criando um corpo eleitoral independente e isso não necessariamente passaria pela ampliação do direito ao voto. Desta feita, a *Reforma Eleitoral de 1881* que estabeleceu a eleição direta e forneceu a possibilidade do liberto ser eleitor e elegível, bem como aos acatólicos, simultaneamente manteve o censo pecuniário para o alistamento eleitoral, com regras mais rígidas para comprovação da renda que as legislações anteriores, e acrescentou o censo literário como critério para cidadania política, portanto, não ampliou o direito de voto. (CARVALHO, J. M. 2008b; NICOLAU, J. M., 2002; 2004a; 2004b; 2012). O objetivo

da *Reforma* não se mostrou ser necessariamente a ampliação do direito de voto, mas sim de sua qualificação.

Se objetivo era qualificar o voto, acreditou-se que as teorias raciais poderiam ser acionadas para desqualificar a participação dos libertos, considerando a circulação das teorias raciais entre as elites intelectuais e políticas brasileiras. Com esta premissa no horizonte procurou-se entender o ambiente intelectual e político onde ocorreu a proposição, a tramitação e a aprovação do *Decreto n.º 3.029 de 9 de janeiro de 1881*.

Neste momento foi possível desenvolver a hipótese da existência de uma postura intelectual própria para o Brasil de fins do século XIX, bem como a existência de um *espaço intelectual* com características particulares. Dentre estas características estaria a presença de uma linguagem comum e normativa. E para esta linguagem comum e normativa do *espaço intelectual* a noção de raça era fundamental.

De maneira análoga mostrou-se viável a hipótese da existência de um *espaço político* com um regramento e prática próprios. A partir disto pôde-se verificar que a noção de raça, as teorias raciais raramente se fizeram presentes à vida política, no início dos anos 1880, de modo direto.

Ao longo deste trabalho foi possível perceber que, apesar da proximidade social e espacial das elites políticas e intelectuais do Brasil, em fins do século XIX, e mesmo da relação intrínseca existente entre elas, cada uma detinha um *agir* particular. A noção de *agir* foi construída a partir dos postulados de Max Weber sobre a *ação* e *ação social*. Para este autor *ação* e *ação social* dizem respeito a um ato com um *sentido visado* na relação com os demais agentes. Assim, a *ação social* weberiana contempla tanto a “vontade” individual quanto as “imposições” sociais, ela se constrói nesta relação. Por este caminho, observou-se que a forma como os intelectuais brasileiros do momento em questão, propõem, discutem, discordam de teorias e doutrinas, ocorria na relação entre as suas opiniões e posições individuais com as de seus pares. Sendo o mesmo válido para os políticos imperiais. Esta relação entre pares resulta em um determinado *agir* composto de algumas regras compartilhadas, como por exemplo, a utilização de um vocabulário em comum.

O estabelecimento deste rumo conduziu às considerações de Pierre Bourdieu, à teoria dos campos e ao conceito de *habitus*. Para este autor “cada classe de posições corresponde uma classe de *habitus* (ou de gostos)” e estes

habitus seriam “produzidos pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente e, pela intermediação desses *habitus* e de suas capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e propriedades vinculadas entre si por uma afinidade de estilo.” (BOURDIEU, P., 2008a p 21).

Com tais ferramentas à mão foi viável estabelecer que para a intelectualidade a raça fosse uma categoria preponderante para análise e mesmo para a projeção do país, porque, em grande medida, ela partia da ideia de que as pessoas fazem a sociedade. Portanto, melhorar as pessoas seria fundamental para melhorar a sociedade. Se as pessoas que compõem a sociedade não eram as mais adequadas, que se fosse à busca delas! Por sua vez as elites políticas partiam da premissa inversa, ou seja, a sociedade, por meio das instituições, molda as pessoas, independentemente de quem elas fossem.

Ao se observar a produção intelectual de Sílvio Romero, por exemplo, notou-se a centralidade da noção de raça, para um dos mais representativos pensadores do Brasil dos anos 1880. O mesmo não seria de todo válido para outro ex-aluno da Faculdade de Direito do Recife, Joaquim Nabuco, que flertou com as teorias raciais e até fez uso das mesmas, contudo, a raça não parece ser para ele o fator determinante para a análise do Brasil e de sua sociedade. As instituições parecem ser mais importantes. E uma em especial era essencial para qualquer avaliação, análise e projeção do Brasil: a escravidão.

A relação do *agir político* com as teorias raciais ficou ainda mais nítida quando se observou a trajetória política de José Antonio Saraiva. Apesar de ser localizável no político baiano a mobilização do termo raça no sentido comum e usual do século XIX, a raça não seria para o presidente do Conselho de Ministro do Gabinete de 28 de Março uma categoria central. Situação semelhante à encontrada na atuação política do Conselheiro Saraiva fez-se presente nas falas dos deputados da *Décima Sétima Legislatura*. A discussão da cidadania não se vinculava às teorias raciais direta e explicitamente.

A relação das elites políticas com as teorias raciais era bem mais dissimulada do que a dos intelectuais, assim, mesmo quando da eclosão da Revolta do Vintém em janeiro de 1880, momento bastante favorável para a utilização das premissas racialistas para criticar a rebelião dos populares, o racismo não foi mobilizado.

Portando, a investigação dos debates na *Camara dos Senhores Deputados* sobre a inclusão do liberto, como possível cidadão político pleno, revelou que para as elites políticas, diferentemente da intelectual, a raça não se configurou como algo a ser utilizado diretamente. A não ser em momentos quando se procurou associar a possibilidade da cidadania política plena aos libertos ao fim da escravidão, o argumento racial abertamente acionado pouco apareceu. Este foi o caso do debate entre os deputados Felício dos Santos e Joaquim Nabuco. O primeiro não desejava associar a discussão da cidadania política plena dos libertos ao debate acerca do fim da escravidão; o segundo insitia na vinculação intrínseca das duas questões.

Felício dos Santos buscava justificar que não se podia conceder a cidadania política plena aos libertos e concomitantemente fazer a abolição, por serem as pessoas escravas de raça diferente. As pessoas egressas da escravidão deveriam ser absorvidas paulatinamente, pela sociedade brasileira. Esta posição de Felício dos Santos revelou que os parlamentares mesmo partilhando, topicamente, do ideário racialista, estava subordinado a outras premissas.

Novamente prevalece, em última instância, a crença nas instituições, pois a sociedade poderia moldar estas pessoas de raça diferente, desde que a incorporação se desse de maneira gradativa. Ou seja, sobrelevava entre os políticos a ideia de que as instituições fazem as pessoas, assim a raça não seria o elemento mais importante, apesar de não desprezível, para pensar o país.

Na busca de compreender este processo chegou-se a hipótese de que do ponto de vista das elites política seria mais útil assumir, pública e politicamente, um discurso que pudesse propor a incorporação dos libertos, pois ele seria mais interessante à integração do país.

Esta hipótese buscou fundamentação nas considerações de Michel Foucault. Para este autor as teorias raciais como pensadas em fins de século XIX estabeleceriam a ideia de um conflito perpétuo entre as raças. (FOUCAULT, M., 2010 p 37-54). A sociedade pensada sob o viés das teorias raciais tenderia à segregação, à separação. Pelo que foi possível depreender dos debates parlamentares era, justamente, isso que as elites políticas procuravam evitar. A opção era de pensar o país segundo modelos de inclusão hierárquica. Cada qual no seu devido lugar, mas todas as pessoas deveriam estar incluídas. A Constituição Imperial revela esta situação, ela incluía os libertos à cidadania civil e fornecia a possibilidade de uma cidadania política limitada aos libertos brasileiros. O texto

constitucional defendia ainda que os ingênuos pudessem ter acesso tanto à cidadania civil quanto à cidadania política plena. As diferenciações entre os libertos, bem como entre libertos e ingênuos criavam formas de inserção distintas para essas pessoas na sociedade imperial muito provavelmente em lugares sociais específicos, passíveis de alguma pré-determinação por parte das elites. A *Reforma Eleitoral de 1881* agiu de modo semelhante, pois se por um lado ela rompeu com distinções entre libertos e ingênuos no que tange a possibilidade de acesso à cidadania política, de outro ela manteve, de maneira dissimulada, a distinção entre os libertos.

Em termos formais/legais os libertos nascidos fora do Império não teriam direito nem à cidadania civil nem à cidadania política, por sua vez o cativo nascido no Brasil passaria, segundo a *Reforma Eleitoral de 1881*, a contar não só com a cidadania civil como também com a possibilidade de acessar a cidadania política plena. Acredita-se que procedimentos como estes, acompanhados de vários outros que escapam ao escopo deste trabalho, geravam formas de inclusão hierárquicas, se insiste, elas traziam todas as pessoas para dentro da sociedade, contudo, buscava-se delimitar ao máximo o lugar onde elas deveriam ficar.

Ademais, as teorias raciais nas cores mais usuais com as quais elas circulavam em fins do século XIX podem ser entendidas como teorias do pessimismo. Elas comporiam aquilo que Arthur Hermann denominou de ideia de decadência. (HERMAN, A., 2001). E os políticos imperiais buscavam a sua maneira o caminho da ascensão. (Cabe discussão acerca de quem seria contemplado neste projeto de ascensão).

Com efeito, ao se seguir pelo caminho descrito aqui foi possível inferir que pensar o Brasil segundo as teorias raciais no início dos anos 1880 era algo mais presente no espaço intelectual do que no político, apesar deles se confundirem em inúmeros momentos. Assim, no que diz respeito à utilização das teorias raciais, uma coisa era uma coisa, outra coisa era outra coisa.

Referências

Fontes – legislação:

ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO: Câmara do Srs. Deputados terceiro ano da décima-setima legislatura, sessão de 1879 Tomo III. Rio de Janeiro : Typographia Nacional, 1879.

ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO: Câmara do Srs. Deputados terceiro ano da décima-setima legislatura, sessão de 1880 Tomo I. Rio de Janeiro : Typographia Nacional, 1880.

ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO: Câmara do Srs. Deputados terceiro ano da décima-setima legislatura, sessão de 1880 Tomo II. Rio de Janeiro : Typographia Nacional, 1880.

ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO: Câmara do Srs. Deputados terceiro ano da décima-setima legislatura, sessão de 1880 Tomo III. Rio de Janeiro : Typographia Nacional, 1880.

ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO: Câmara do Srs. Deputados terceiro ano da décima-setima legislatura, sessão de 1880 Tomo IV. Rio de Janeiro : Typographia Nacional, 1880.

ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO: Câmara do Srs. Deputados terceiro ano da décima-setima legislatura, sessão de 1880 Tomo V. Rio de Janeiro : Typographia Nacional, 1880.

ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO: Câmara do Srs. Deputados terceiro ano da décima-setima legislatura, sessão de 1880 Tomo VI. Rio de Janeiro : Typographia Nacional, 1880.

ANNAES DO SENADO. Livro VII. Disponível em: http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1880/1880%20Livro%207.pdf, acesso em 23/02/2013.

CALMON, Pedro. (org.). (1977). *Falas Trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889*. Brasília : INL.

CONSTITUIÇÃO POLITICA DO IMPERIO DO BRAZIL (DE 25 DE MARÇO DE 1824). Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/pesquisa-a-legislacao-eleitoral>, acesso 25/08/2010.

CONSTITUCIÓN DE CADIZ – 1812. Disponível em <http://www.cadiz2012.es/constitucion.asp> acesso em 15/04/2012.

DECISÃO Nº 57 – REINO – EM 19 DE JUNHO DE 1822 - Instruções, a que se refere o Real Decreto de 3 de Junho do corrente anno que manda convocar uma Assembléa Geral Constituinte e Legislativa para o Reino do Brasil. Disponível em <http://www.tse.jus.br/legislacao/pesquisa-a-legislacao-eleitoral>, acesso 24/01/2012

DECRETO DE 26 DE MARÇO DE 1824 – Manda proceder à eleição dos Deputados e Senadores da Assembléa Geral Legislativa e dos Membros dos Conselhos Geraes das Provinciais. Disponível em http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-G_14.pdf, acesso 25/01/2012

DECRETO – DE 9 DE AGOSTO DE 1827 - Ordena que os eleitores, nomeados para a 1ª eleição de qualquer legislatura, sejam os competentes durante ella para proceder à eleição de Senadores e á de Deputados para substituir aos que forem nomeados Ministros de Estado. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/pesquisa-a-legislacao-eleitoral>, acesso 25/08/2010.

DECRETO – DE 29 DE JULHO DE 1828 – Manda fazer as eleições para a proxima legislatura pelas Instruções de 26 de Março de 1824, com certas declarações. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/pesquisa-a-legislacao-eleitoral>, acesso 25/08/2010.

DECRETO – DE 30 DE JUNHO DE 1830 – Determina que as qualidades exigidas nos eleitores parochiaes sejam avaliadas na consciencia dos votantes. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/pesquisa-a-legislacao-eleitoral>, acesso 25/08/2010.

DECRETO – DE 13 DE OUTUBRO DE 1832 – Determina que a Provincia do Piauhý dê dous Deputados á Assembléa Geral Legislativa. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/pesquisa-a-legislacao-eleitoral>, acesso 25/08/2010.

DECRETO Nº 157 – de 4 de Maio de 1842 – Dá Instruções sobre a maneira de se proceder ás Eleições Geraes, e Provinciaes. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/pesquisa-a-legislacao-eleitoral>, acesso 25/08/2010.

DECRETO Nº 484 – DE 25 DE NOVEMBRO DE 1846 – Declara como deve avaliar-se a renda liquida em prata, que, na conformidade da Lei Regulamentar das Eleições, deve ter o Cidadão para votar, e ser votado. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/pesquisa-a-legislacao-eleitoral>, acesso 25/08/2010.

DECRETO Nº 565 – DE 10 DE JULHO DE 1850 – Declara que os Eleitores de Parochia, huma vez eleitos na conformidade da Lei nº 387 de 19 de Agosto de 1846, são competentes para proceder a todas as eleições de Senadores durante a respectiva Legislatura. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/pesquisa-a-legislacao-eleitoral>, acesso 25/08/2010.

DECRETO Nº 842, DE 19 DE SETEMBRO DE 1855 – Altera a Lei de 19 de Agosto de 1846. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/pesquisa-a-legislacao-eleitoral>, acesso 25/08/2010.

DECRETO N. 1.812 – DE 23 DE AGOSTO DE 1856 – Contêm instrucções para execução do Decreto nº 842 de 19 de setembro de 1855. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/pesquisa-a-legislacao-eleitoral>, acesso 25/08/2010.

DECRETO N. 1.082 – DE 18 DE AGOSTO DE 1860 – Altera a Lei nº 387 de 19 de Agosto de 1846, e o Decreto nº 842 de 19 de Setembro de 1855, sobre eleições. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/pesquisa-a-legislacao-eleitoral>, acesso 25/08/2010.

DECRETO Nº 2.621 - DE 22 DE AGOSTO DE 1860 – Dá instrucções para execução do Decreto nº 1.082 de 18 do corrente mez, sobre eleições. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/pesquisa-a-legislacao-eleitoral>, acesso 25/08/2010.

DECRETO Nº 2.675, DE 20 DE OUTUBRO DE 1875 – Reforma a legislação eleitoral. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/pesquisa-a-legislacao-eleitoral>, acesso 25/08/2010.

DECRETO Nº 6.097, DE 12 DE JANEIRO DE 1876 – Manda observar as Instrucções regulamentares para execução do Decreto nº 2.675 de 20 de Outubro de 1875. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/pesquisa-a-legislacao-eleitoral>, acesso 25/08/2010.

DECRETO Nº 6.241 – DE 5 DE JULHO DE 1876 – Fixa o numero de Eleitores das Parochias do Imperio. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/pesquisa-a-legislacao-eleitoral>, acesso 25/08/2010.

DECRETO Nº 3.029, DE 9 DE JANEIRO DE 1881 – Reforma a legislação eleitoral. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/pesquisa-a-legislacao-eleitoral>, acesso 25/08/2010.

DECRETO N. 7.981 – DE 29 DE JANEIRO DE 1881 - Manda observar as instrucções para o primeiro alistamento dos eleitores a que se tem de proceder em virtude da Lei nº 3.029 de 9 de Janeiro do corrente anno. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/pesquisa-a-legislacao-eleitoral>, acesso 25/08/2010.

DISCURSO COM QUE O ILLUSTRISSIMO E EXCELLENTISSIMO SENHOR DR. JOSÉ ANTONIO SARAIVA, PRESIDENTE DA PROVINCIA DE S. PAULO, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1855. S. Paulo, Typ. 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1855. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/989/> acesso em 26/05/2013.

DOCUMENTOS COM QUE O ILLUSTRISSIMO E EXCELLENTISSIMO SENHOR DR. JOSÉ ANTONIO SARAIVA, PRESIDENTE DA PROVINCIA DE S. PAULO, instruiu o relatorio da abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1855. S. Paulo, Typ. 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1855. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/990/> acesso em 26/05/2013.

FALLA QUE O PRESIDENTE DA PROVINCIA DO PIAUHY, Dr. Joze Antonio Saraiva dirigio a Assembleia Legislativa Provincial no Acto da Abertura de sua Sessao Ordinaria, em 3 de julho de 1851, Oeiras na Typografia Saquarema. Disponivel em <http://dds.crl.edu/loadStream.asp?iid=57997> acesso em 08/05/2013.

FALLAS DIRIGIDAS Á ASSEMBLÉA LEGISLATIVA DA PROVINCIA DAS ALAGOAS na abertura da sessão extraordinária em 20 de fevereiro 1854, e da ordinária em 8 de março do dito anno, pelo excellentissimo presidente da mesma provincia, o dr. José Antonio Saraiva. Recife, Typ. de Santos & Companhia, 1854. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/20/> acesso em 24/05/2013.

FALLAS DIRIGIDAS Á ASSEMBLÉA LEGISLATIVA DA PROVINCIA DAS ALAGOAS na abertura da sessão extraordinária em 20 de fevereiro 1854, e da ordinária em 8 de março do dito anno, pelo excellentissimo presidente da mesma provincia, o dr. José Antonio Saraiva. Recife, Typ. de Santos & Companhia, 1854. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u022/> acesso em 24/05/2013.

LEI – DE 15 DE OUTUBRO DE 1827 – Crêa em cada uma das freguezias e das capellas curadas um Juiz de Paz e suplente. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/pesquisa-a-legislacao-eleitoral>, acesso 25/08/2010.

LEI DE 1º DE OUTUBRO DE 1828 – Dá nova fôrma ás Camaras Municipaes, marca suas attribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/pesquisa-a-legislacao-eleitoral>, acesso 25/08/2010.

LEI – DE 14 DE JUNHO DE 1831 - Sobre a fôrma da eleição da Regencia permanente, e suas attribuições. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/pesquisa-a-legislacao-eleitoral>, acesso 25/08/2010.

LEI – DE 12 DE OUTUBRO DE 1832 – Ordena que os Eleitores dos Deputados para a seguinte Legislatura, lhes confirmem nas procurações, faculdade para reformarem alguns artigos da Constituição. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/pesquisa-a-legislacao-eleitoral>, acesso 25/08/2010.

LEI N. 16 – DE 12 DE AGOSTO DE 1834 – Faz algumas alterações e addições á Constituição Política do Imperio, nos termos da Lei de 12 de Outubro de 1832. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/pesquisa-a-legislacao-eleitoral>, acesso 25/08/2010.

LEI Nº 105 – DE 12 DE MAIO DE 1840 – Interpreta alguns artigos da Reforma Constitucional. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/pesquisa-a-legislacao-eleitoral>, acesso 25/08/2010.

LEI Nº 387 – DE 19 DE AGOSTO DE 1846 – Regula a maneira de proceder ás Eleições de Senadores, Deputados, Membros das Assembléas Provinciaes, Juizes de Paz, e Camaras Municipaes. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/pesquisa-a-legislacao-eleitoral>, acesso 25/08/2010.

NABUCO, Joaquim. (2010). *Discursos Parlamentares*. Seleção e introdução Munhoz da Rocha Netto e Gilberto Freyre. 2.ed. ampliada. Brasília : Câmara dos Deputados.

RELATORIO ASSEMBLEA LEGISLATIVA PROVINCIAL DO PIAUHY pelo Ex. Senhor Presidente da Provincia José Antonio Saraiva na Sessão aberta em 1.º de julho de 1852. Caxias Typ. Independente de Filinto Elysio da Costa, Rua do Sol n.º 16, 1852. Disponível em <http://dds.crl.edu/loadStream.asp?iid=57998> acesso em 08/05/2013.

RELATORIO COM QUE O EXCELLENTISSIMO SENHOR CONSELHEIRO JOSÉ ANTONIO SARAIVA, ABRIU A SESSÃO ORDINARIA DA ASSEMBLÉA LEGISLATIVA DESTA PROVINCIA NO PRIMEIRO DE MARÇO DE 1859. PERNAMBUCO, Typ. de M.F. de Faria, 1859. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/675/> acesso em 25/05/2013.

SARAIVA, José Antonio. (1978). *Discursos Parlamentares*. Seleção e introdução de Álvaro Valle. Brasília : Câmara dos Deputados.

Fontes – produção intelectual

A TERRA ILLUSTRADA: GEOGRAPHIA UNIVERSAL PHYSICA, ETHOGRAPHICA, POLÍTICA E ECONOMICA DAS CINCO PARTES DO MUNDO. Augmentada e refundida na parte referente ao Brazil por: GABAGLIA, Eugenio de Barros Raja. Rio de Janeiro/Paris : H. Garnier, Livreiro Editor. [somente as iniciais do autor “F. I. C.” figuram na folha de rosto da obra].

COUTY, Louis. (1881). *L'esclavage au Brésil. Avec une lettre de M. Le Sénateur Schoelcher*. Paris : Libraire de Guillaumin editeurs. Disponível em <http://archive.org/details/lesclavageaubrs00coutgoog> acesso em 13/06/2012.

_____. (1988). *A escravidão no Brasil*. (Introdução e notas de Kátia M. Queirós Mattoso). Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa.

CUNHA, Euclides. (1997). *Os sertões: Campanha de Canudos*. 39.º ed. Rio de Janeiro : Livraria Francisco Alves Editora.

_____. (1999). *À margem da história*. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (1975). *Contrastes e Confrontos*. São Paulo: Cultrix/Brasília, INL.

_____. (2000). *Um paraíso perdido*. Reunião de ensaios amazônicos. Brasília : Senado Federal, Conselho Editoria.

DARWIN, Charles. (1981). *A origem das espécies*. São Paulo: Hemus-Livraria Editora Ltda.

_____. (1974). *A origem do homem e a seleção sexual*. São Paulo: Hemus-Livraria Editora Ltda.

GUANABARA, Alcindo. (1911). *Discurso fora da Camara*. Rio de Janeiro: Livraria Editora.

LEMOS, Miguel. (1981). *Resumo Histórico do Movimento Positivista no Brasil. Ano de 93 (1881)*; Relatório Anual enviado ao Diretor Supremo do Positivismo em Paris. Rio de Janeiro Sede da Sociedade Positivista.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. (1844). Como se deve escrever a história do Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, n.º 24. pp. 381-403.

NABUCO, Joaquim. (1886). *O erro do imperador*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leunziger & Filhos.

_____. (1998). *Minha formação*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial.

_____. (2001). *O abolicionismo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial.

_____. (2010). *Campanha abolicionista no Recife: eleições de 1884*. 2.ª Impressão. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial.

_____. (2010). *Intervenção estrangeira durante a revolta de 1893*. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial.

_____. (2010). *Balmaceda*. 2.ª Impressão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial.

_____. (2010). *Discursos Parlamentares*. Textos de Munhoz da Rocha Netto e Gilberto Freire e seleção de discursos de Gilberto Freire. – 2. ed., ampl. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 559 p. – (Série perfis parlamentares ; n. 58)

RODRIGUES, Raymundo Nina. (1988). *Os Africanos no Brasil*. 7.ª ed.. São Paulo: Editora Nacional ; [Brasília] : Ed. Universidade de Brasília.

_____. (1938). *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. 3.ª ed.. São Paulo: Cia. Editora Nacional.

_____. (1939). *As colecctividades Anormaes*. Prefácio, notas e organização de Artur Ramos. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A..

_____. (2006). *As coletividades anormais*. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial.

_____. (1935). *O animismo fetichista dos negros bahianos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A.

ROMERO, Silvio. (2001a). *História da Literatura*, tomo I. Org. de Luiz Antonio Barreto. Rio de Janeiro: Imago Ed.; Aracaju, SE; Universidade Federal de Sergipe. Edição Comemorativa do Sesquicentenário de nascimento de Silvio Romero.

_____. (2001b). *História da Literatura*, tomo II. Org. de Luiz Antonio Barreto. Rio de Janeiro: Imago Ed.; Aracaju, SE; Universidade Federal de Sergipe. Edição Comemorativa do Sesquicentenário de nascimento de Silvio Romero.

_____. (2001c). *Compêndio de história da literatura*. Org. de Luiz Antonio Barreto. Rio de Janeiro: Imago Ed.; Aracaju, SE; Universidade Federal de Sergipe. Edição Comemorativa do Sesquicentenário de nascimento de Silvio Romero.

_____. (2001d). *Parnaso sergipano*. Org. de Luiz Antonio Barreto. Rio de Janeiro: Imago Ed.; Aracaju, SE; Universidade Federal de Sergipe. Edição Comemorativa do Sesquicentenário de nascimento de Silvio Romero.

_____. (2001e). *O Brasil social e outros estudos sociológicos*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial.

_____. (2002a). *Literatura, história e crítica*. Org. de Luiz Antonio Barreto. Rio de Janeiro: Imago Ed.; Aracaju, SE ; Universidade Federal de Sergipe. Edição Comemorativa do Sesquicentenário de nascimento de Silvio Romero.

_____. (2002b). *Estudos de literatura contemporânea*. Org. de Luiz Antonio Barreto. Rio de Janeiro: Imago Ed.; Aracaju, SE; Universidade Federal de Sergipe. Edição Comemorativa do Sesquicentenário de nascimento de Silvio Romero.

_____. (2002c). *Autores brasileiros*. Org. de Luiz Antonio Barreto. Rio de Janeiro : Imago Ed.; Aracaju, SE ; Universidade Federal de Sergipe. Edição Comemorativa do Sesquicentenário de nascimento de Silvio Romero.

_____. (1969). *Obra filosófica*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

TAINE, Hippolyte Adolphe. (1945). *Historia de La Literatura Inglesa*. Buenos Aires: Editorial Americalee.

TAINE, Hippolyte Adolphe. (1886). *Histoire de la Littérature Anglaise*. Deuxième Édition Revue et Augmentée. Paris: Librairie de L. Hachette Et Cia.

TAUNAY, Alfredo de E. (1950). A camara dos deputados sob o império In: *Anais do Museu Paulista*. Tomo XIV. São Paulo: Imprensa Oficial.

TORRES, Alberto. (1982). *O Problema Nacional Brasileiro: A Introdução a um Programa de Organização Nacional*. 4ª ed. São Paulo. Ed. Nacional [Brasília]; Ed. Universidade de Brasília.

_____. (1978). *A Organização Nacional: Primeira Parte A Constituição*. 3.ª ed. São Paulo: Ed. Nacional.

Fontes – imprensa

CASTRO, Sergio de. (1880a). Discurso pronunciado na Sessão de 1 de julho. *O Dezenove de Dezembro*. Curitiba 4 de agosto de 1880.

_____. (1880b). Discurso pronunciado na Sessão de 1 de julho. *O Dezenove de Dezembro*. Curitiba 7 de agosto de 1880.

CAIO GRACCHO. (1880). Os impostos interpretados pela intelligencia do povo II. In: *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro. 17 de janeiro 1880.

EPAMINONDAS. (1880). O partido liberal e os amotinadores. In: *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro. 16 de janeiro de 1880.

PÁTRIA. (1880). Cidadãos. In: *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro. 16 de março de 1880.

PSIO. (1880). Ao amigo Silvio Euryantha. In: *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro. 12 de março de 1880.

OS ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS. In: *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro. 04 de janeiro de 1880.

QUESTÃO GRAVE. In: *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro. 06 de maio de 1880.

REFORMA ELEITORAL. In: *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro. 01 de junho de 1880.

ROMERO, Sílvio. (1880). Ao publico. In: *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro. 13 de março de 1880.

VASSOURENSE. (1880). Questão Grave. In: *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro 04 de maio de 1880.

Bibliografia:

ADORNO, Sérgio. (1988). *Os aprendizes do Poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

AGUIAR, Alexandra do Nascimento. (2009). A incapacidade e o mérito: considerações sobre o direito ao voto (1860 – 1880). In: *Revista História em Reflexão*. Vol. 3 n. 6 – UFGD - Dourados jul/dez 2009

AGUIAR, Ronaldo Conde. (2000). *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks/ANPOCS.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. (2009). *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras.

ALONSO, Angela. (1995). O positivismo de Luís Pereira Barreto e o Pensamento Brasileiro no Século XIX. *Coleção Documentos. Série Teoria Política*. IEA/USP, São Paulo, v. 09, p. 1-18, 1995.

_____. (2000). Crítica e contestação: o movimento reformista da geração de 1870. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15, n.º 44, outubro, pp. 35-55

_____. (2002). *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra.

_____. (2007). *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*. São Paulo: Cia. das Letras.

_____. (2009). Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. In: *NOVOS ESTUDOS CEBRAP*, n.º 85, novembro. pp. 131-148

ALTAMIRANO, Carlos. (2007). Idéias para um programa de história intelectual. In: *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, vol. 19, n.º 1, julho. p. 9-17.

ARAÚJO, Joana Luiza Muylaert de.. Silvio Romero: Limites da crítica naturalista. In: *Letras & Letras*. Departamento de Ciência da linguagem e Departamentos de Línguas Estrangeiras Modernas. Universidade Federal de Uberlândia. vol. XI, n.º 1, jan/jun. 1995. p. 23 – 47.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. (1987). *Onda negra, medo branco; o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (2003). *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada, século XIX*. São Paulo: Annablume.

_____. (2004). *Anti-racismo e seus paradoxos: reflexões sobre cota racial, raça e racismo*. São Paulo: Annablume.

BANTON, Michael. (1979). *A idéia de raça*. Lisboa: Edições 70/ São Paulo: Martins Fontes (distribuidor).

BARBOSA, José Alexandre. (1974). *A tradição do Impasse*. São Paulo: Ática.

BARBOSA, Marialva. (2010). *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X.

BARROS FILHO, José. (2005). Indo a Nina Rodrigues: as “premissas” de As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil. In: *Revista Caderno Pós Ciências Sociais* - São Luís, v. 2, n. 4, jul./dez. p 7-31.

BETHELL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de. (2008). *Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos: correspondência 1880-1905*. Rio de Janeiro: Topbooks

BEIGUELMAN, Paula. (1967). *Formação política do Brasil*. São Paulo: Pioneira.

_____. (1978). *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. 2. Ed. revista e ampliada. São Paulo: Pioneira

_____. (1987). *A crise do escravismo e a grande imigração*. 4. Ed.^a (1.^a Ed. 1981). São Paulo Brasiliense.

_____. (1999). Joaquim Nabuco: Teoria e práxis. In: *Joaquim Nabuco*. São Paulo: Editora Perspectiva.

BOURDIEU, Pierre. (1996). *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Cia. das Letras.

_____. (2008a). *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. 9.^a Ed. (1.^a Ed., 1996). Campinas, SP: Papirus.

_____. (2008b). *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre, RS: Zouk.

_____. (2008c). *A economia das trocas lingüísticas: o que falar o que dizer*. 2.^a Ed.. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

BRANDÃO, Gildo Marçal. (2005). Linhagens do pensamento político brasileiro. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 48, n.º 2, p. 231-269.

BUESCU, Mircea. (1981a). No Centenário da Lei Saraiva. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Brasília: Rio de Janeiro. Jan. a mar. n.º 330 p 181-18

_____. (1981b). Novas notas sobre a Lei Saraiva. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Brasília: Rio de Janeiro. Abr. a Jun. n.º 331 p 209-211.

_____. (1983). No Centenário do motim do vintém. In: *Revista do Instituto e Geográfico Brasileiro*. Brasília: Rio de Janeiro. Abr. a Jun. n.º 339 p 113-120.

CARDOSO, Jayme Antonio. (1974). *A população votante de Curitiba (1853-1881)*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, UFPR.

CARVALHO, José Murilo de. (1987). *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras.

_____. (1990). *A formação das almas: o imaginário da República do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras.

_____. (1998a). Brasil 1870-1914: a força da tradição. In: *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG. p. 107-129.

_____. (1998b). *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG.

_____. (2003). Os três povos da República In: *Revista da USP*, São Paulo, n.º 59 p 96-115, setembro/novembro.

_____. (2005). *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed.

_____. (org.). (2007) *Nação e cidadania no império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (2007b). A guerra do vintém. In: *Revista de História*. Edição nº 23 - Agosto de 2007, disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/a-guerra-do-vintem>, acesso em 08/04/2013.

_____. (2008a). *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: política imperial*. 4.ª ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (2008b). *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 10.ª ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CARVALHO, José Murilo; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (orgs.). (2009). *Repensando o Brasil do oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel. (2008). Sangue no mato: Em violentas batalhas, índios e escravos da floresta resistiram às investidas do governo sobre suas terras. A cabanada queria a volta de D. Pedro I. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, p. 80 - 83, 01 dez. 2008. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/sangue-no-mato>, acesso em 25/06/2013

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. (2000). Joaquim Nabuco e a política. In: *Tempo Brasileiro: Repensando o Brasil com Joaquim Nabuco*. Jan-mar, n.º 140 – 2000. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro Editora. p 55-96.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. (2008). *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República*. Salvador: Tese de doutorado em História, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J.. (2005). *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CORRÊA, Mariza. (2001). *As ilusões da liberdade: A escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. 2.^a. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco.

COSTA, Emilia Viotti da. (2010). *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9.^a Ed. São Paulo: Editora UNESP.

_____. (1992). Brasil: la era de la reforma, 1870-1889. In: BETHELL, Leslie. (Ed.). *Historia da America Latina 10: América do Sur, 1870-1930*. Barcelona. Editorial Crítica. p 370-413.

COSTA, Hilton. (2002). *Raymundo Nina Rodrigues e o ocidente: diálogo, apropriação e utilização de teorias estrangeiras em uma análise do Brasil*. Monografia de Conclusão de Curso em História defendida no Departamento de História, DEHIS, da Universidade Federal do Paraná, UFPR.

_____. (2004). *Horizontes Raciais: A idéia de raça no pensamento social brasileiro. 1880-1930*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS.

_____. (2007). A vida do senso comum: do racismo científico do pós-abolição ao dia-a-dia contemporâneo. In: COSTA, Hilton; SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. (orgs.). *Notas de História e Cultura Afro-brasileiras*. Ponta Grossa/PR: Editora da UEPG/UFPR.

_____. (2007). *Hierarquias brasileiras: a abolição da escravatura e as teorias do racismo científico*. Comunicação apresentada no III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional: Florianópolis.

_____. (2009). *O parasitismo como herança: o conceito de hereditariedade social em Manoel Bomfim*. Monografia de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Sociais defendida no Departamento de Ciências Sociais, DECISO, da Universidade Federal do Paraná, UFPR.

COSTA, João Cruz. (1967). *Contribuição à História das Ideias no Brasil*. 2.^a Ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

COSTA, Milton Carlos. (2003). *Joaquim Nabuco entre a política e a história*. São Paulo: Annablume.

COSTA, Wilma Peres. (2008). Anotações para uma reflexão sobre os relatos de viagem e a questão da identidade nacional no Brasil. In: *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro. Cd-Rom.

CUNHA, Ciro Vieira da. (1950). *No tempo de Paula Nei*. São Paulo: Saraiva Livreiros e Editores.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. (2009). “Cousas futuras”: a previsão da cabocla do morro do castelo sobre os gêmeos que começaram a brigar no ventre. In: ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras.

DEBRUN, Michel. (1983). *A “Conciliação” e outras estratégias: ensaios políticos*. São Paulo: Brasiliense.

DOLHNIKOFF, Miriam. (2009). Representação na monarquia brasileira. *Almanack Braziliense*, v. 9, p. 41-53, 2009. Disponível em http://www.almanack.usp.br/PDFS/9/AB-9_forum-03.pdf acesso em 03/07/2011.

DOLHNIKOFF, Miriam. (2008). Império e governo representativo: uma releitura. *Caderno CRH* (UFBA. Impresso), v. 21, p. 13-23, 2008. Disponível em <http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=543> acesso em 03/07/2011.

DOLHNIKOFF, Miriam. (2011). Representação política no Império In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011*. Disponível em http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300648001_ARQUIVO_OgovernorepresentativonoBrasildoseculoXIX.pdf acesso em 03/07/2011.

DUARTE, Evandro Charles Piza. (2002). *Racismo & Criminologia: Introdução à criminologia brasileira*. Curitiba: Juruá.

DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean Yves. (orgs.). (2006). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume.

ESTEFANES, Bruno Fabris. (2010). *Conciliar o Império: Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política da Conciliação no Brasil Monárquico, 1842-1856*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, USP.

FAORO, Raymundo Faoro. (2001). *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. rev. São Paulo: Globo.

FERNANDES, Florestan. (2005). *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo.

_____. (2010). *Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: Globo.

FERNANDES, Neusa. (2009). A Revolta de Vintém. In: *Anais do XXV Simpósio Nacional de História. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009*. Disponível em anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.1511.pdf, acesso em 08/04/2013.

FERRARO, Alceu Ravello, KREIDLOW, Daniel. (2004) Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. In: *Educação & Realidade*.

Porto Alegre, vol. 29, n.º 2 p 179-200. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25401/14733>, acesso em 13/04/2013.

FERRAZ, Sérgio Eduardo. (2012). *O Império Revisitado: Instabilidade Ministerial, Câmara dos Deputados e Poder Moderador*. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP.

FERES JUNIOR, João. (2005). De Cambridge para o mundo, historicamente: revendo a contribuição metodológica de Quentin Skinner. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 48, nº 3 p. 655-679.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. (1976). *História dos sistemas eleitorais brasileiros*. São Paulo: Livraria Nobel S. A. Editora e Distribuidora.

_____. (2001). *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial.

FONER, Eric. (1988). *Nada além da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPq.

FOUCAULT, Michel. (2010). *Em defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

GAHYVA, Helga. (2006). Tocqueville e Gobineau no Mundo dos Iguais. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Vol. 49, n.º 3, 2006, pp. 553 a 582.

GARDINER Patrick. (1969). *Teorias da história*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

GERBI, Antonello. (1996). *O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750-1900)*. Cia. das Letras.

GINZBURG, Carlo. (1987). *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Cia das Letras.

GOMES, Flávio dos Santos. (2005). *Negros e Política. (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

GRAHAM, Richard. (1997). *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. (1991). O motim do Vintém e a cultura política do Rio de Janeiro 1880. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo. Volume 10 n.º 20. Mar-Ago 1991 p 211-232.

GRAMSCI, Antonio. (1979). *Os intelectuais e a organização da cultura*. 3.ª ed.. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A.

GRIMBERG, Keila. (2002a). *Código Civil e cidadania*. 2.ª Ed.. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

_____. (2002b). *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

HALE, Charles A. (1991). Ideas políticas y sociales en América Latina, 1870-1930. In: BETHELL, Leslie (Ed.). *Historia de America Latina 8. America Latina: Cultura y sociedad, 1830-1930*. Barcelona: Editorial Crítica. p 1-64.

HERMAN, Arthur. (2001). *A ideia de decadência na História Ocidental*. 2.^a Ed.. Rio de Janeiro: Record.

HOBBSBAWM, Eric J.. (1990). *Nações e nacionalismo, desde 1780*. Rio de Janeiro : Paz e Terra.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (2008). *O Brasil monárquico. Tomo II, volume 7: Do Império à República*. 8.^a Ed.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

JESUS, Ronaldo Pereira de. (2006). A revolta do vintém e a crise na Monarquia. *HISTÓRIA SOCIAL*. Campinas - SP N.º 12, p 73-89. Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/197/189>, acesso em 08/04/2013.

LEAL, Hamilton. (1962). *História das instituições políticas do Brasil*. Rio de Janeiro: [s.n.].

LEÃO, Michele de. (2011). A construção do discurso da incapacidade eleitoral dos analfabetos In: *X Seminário de Estudos Históricos: Quando o passado já não existe: Desafios da História do Tempo Presente*. De 23 a 26 de maio de 2011, Universidade FEEVALE, Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul. Disponível em <http://www.feevale.br/site/files/documentos/pdf/46974.pdf>, acesso em 09/06/2013.

_____. (2012). A Lei Saraiva (1881): o analfabetismo é um problema nacional. In: *IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul (Anped Sul): A Pós-Graduação e suas Interlocuções com a Educação Básica*, de 29 de julho a 1.º de agosto de 2012, Universidade de Caxias do Sul. Disponível em <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/929/48>, acesso em 09/06/2013.

LEITE, Dante Moreira. (2002). *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 6^a ed. rev.. São Paulo: Editora da UNESP.

LEITE, Renato Lopes. (2000). *Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro, 1822*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LEONÍDIO, Adalmir. (2008). Carbonários, maçons, positivistas e a questão social no Brasil na virada do século XIX. *Revista Fênix* (Uberlândia), v. 5, p. 01-18, 2008. Disponível em http://www.revistafenix.pro.br/PDF16/ARTIGO_04_ADALMIR_LEONIDIO_FENIX_JUL_AGO_SET_2008.pdf acesso em 29/06/2013.

LIMA, Ivana Stolze. (2003). *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

_____. (2008). Pasquins e cidadania no período regencial. In: LUSTOSA, Isabel. (2008). *Imprensa, história e literatura*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa

LIMA, Luiz Costa. (2000). Joaquim Nabuco e a crítica literária. In: *Tempo Brasileiro: Repensando o Brasil com Joaquim Nabuco*. Jan-mar, n.º 140 – 2000. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro Editora. p 97-112.

LINS, Ivan Monteiro de Barros. (1967). *História do Positivismo no Brasil*. 2.ª Ed. (Revista e aumentada); São Paulo: Cia. Editora Nacional.

LÖWY, Michel. (2011). Sobre o conceito de “afinidade eletiva” em Max Weber In: *PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, v.17.2, 2011, p. 129-142. Disponível em http://www.fflch.usp.br/ds/plural/edicoes/17_2/v17n2_traducao.pdf acesso em 29/09/2013.

LUCAS, Taís Campelo. (2005). *Cinearte: o cinema brasileiro em revista (1926-1940)*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. (2010). *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. 2.ª Ed. rev.. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

MACIEL, Maria Eunice de S.. A Eugenia no Brasil. (1999). In: *Anos 90*. Rev. do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. Porto Alegre, n.º.11. jul. p.121-143.

MAGALHÃES, Bernardina Botelho de. (2009). *O diário de Bernardina: da Monarquia a República pela filha de Benjamin Constant*. Org. e notas, Celso Castro e Renato Luís do Couto Neto e Lemos – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

MAIA, João Marcelo E.. (2006). Idéias, intelectuais, textos e contextos: novamente a sociologia da cultura. In: *BIB*, São Paulo, n.º 62, 2.º semestre de 2006, p 53-71.

MAIO, Marcos Chor. (1997). *A História do Projeto UNESCO: Estudos Raciais e Ciências Sociais no Brasil*. Tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ. Rio de Janeiro.

MALINA, André; OLIVEIRA, Vitor Marinho de; AZEVEDO, Ângela Celeste Barreto de. (2007). Uma discussão sobre o conceito de intelectual em Karl Mannheim e Antonio Gramsci. In: *Trabalho & Educação*. vol. 16. N.º 2 jul-dez. 2007, p 69-80. Disponível em <http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/viewFile/876/768>, acesso em 12/06/2013.

MANNHEIM, Karl. (2004). *Sociologia da Cultura*. 2.ª Ed.. São Paulo: Perspectiva.

MAMIGONIAN, Beatriz G.. (2011). Razões de Direito e Considerações Políticas: Os Direitos dos Africanos no Brasil Oitocentista em Contexto Atlântico. In: *V Encontro*

Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2011, Porto Alegre, RS. Anais do V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2011.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. (1994). *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

MARSHALL, T. H.. (1967). *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro. Zahar Editores.

MARSON, Izabel A. (1987). *O império do progresso: a revolução praieira em Pernambuco (1842-1855)*. São Paulo: Brasiliense.

_____. (2008). *Política, história e método em Joaquim Nabuco: tessituras da revolução e da escravidão*. Uberlândia: EDUFU.

_____. (2009). Do Império das "Revoluções" ao Império da "Escravidão": temas, argumentos e interpretações da história do Império (1822-1950). *História. Questões e Debates*. Curitiba: Editora da UFPR v. 50, p. 125-173.

_____. (2010). "Antigo regime, feudalismo, latifúndio, servidão, escravidão": diálogos entre antigos e modernos na argumentação sobre a "inconclusão" da nação liberal no Brasil (séculos XIX e XX). *Revista de História (USP)*, v. 2010, p. 165-186.

MATTOS, Hebe Maria. (2004). *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. 2.^a Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

MAUSS, Marcel. (2003). Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas In: _____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify.

MAYER, Arno J.. (1987). *A força da tradição. A persistência do antigo regime 1848-1914*. São Paulo: Cia. das Letras.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. (2009). Abolição no Brasil: a construção da liberdade In: *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas, n.36, p. 83-104, dez.2009. Disponível em <http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/histedbr/article/view/3800>, acesso em 29/12/2013.

MENEZES, Jean Paulo Pereira de. (2010). O que é ser um intelectual pós-moderno?. *Revista Labor*, v. 1, n.º 4, p. 1-13, 2010. Disponível em http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume4/O_que_ser_um_intelectual.pdf, acesso em 12/06/2013.

MELLO, Evaldo Cabral de. (2000). Joaquim Nabuco. In: *Tempo Brasileiro: Repensando o Brasil com Joaquim Nabuco*. Jan-mar, n.º 140 – 2000. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro Editora. p 5-30

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. (1999). *Entre a mão e os anéis. A lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp.

_____. (2007). *Evaristo de Moraes, Tribuno da República*. Campinas: Editora da Unicamp.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. (2003). *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano Porto Alegre 1858 -1888*. Porto Alegre: EST Edições.

MOREL, Marco. (2010). Prefácio In: BARBOSA, Marialva. (2010). *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X.

MORICONI, Ítalo. (2000). Interfaces da formação. In: *Tempo Brasileiro: Repensando o Brasil com Joaquim Nabuco*. Jan-mar, n.º 140 – 2000. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro editora. p 113-134.

MOTA, André. (2003). *Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.

MOTA, Lourenço Dantas. (1974). *Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Editora Três, 1974. (Col. A vida dos grandes brasileiros).

MOTA, Maria Aparecida Rezende. (2000). *Silvio Romero: dilemas e combates no Brasil da virada do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV. (Coleção Os que fazem a história.)

MOURA, Clóvis. (2004). *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

NADALIN, Sérgio Odilon. (2009). Construindo alteridades: A trajetória de vida de um jovem imigrante no Brasil (Curitiba, segunda metade do século XIX) In: *História: Questões & Debates*. Curitiba: Editora UFPR, n.º 51, p. 181-208, jul./dez.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. (1998). *Estrangeiros em sua própria terra: representações do brasileiro, 1870-1920*. São Paulo: Annablume.

NEEDELL, Jeffrey D.. (2006). *The Party of Order: The Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford: Stanford University Press.

_____. (2009). Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857. In: *Almanack Braziliense*. São Paulo, n.º 10, p 5-22, nov. 2009.

_____. (2010). Brazilian Abolitionism, Its Historiography, and the Uses of Political History. In: *Journal of Latin America Studies*. Volume 42, Issue 2. Cambridge University Press, p 231-261.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C.. (orgs.) (2006). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: FAPERJ.

NEVES, das Márcia. (2008). A concepção de raça humana em Raimundo Nina Rodrigues. In: *Filosofia e História da Biologia*, v. 3, p. 241-261.

NICOLAU, Jairo Marconi. (2002). A participação eleitoral no Brasil. In: *University of Oxford Centre for Brazilian Studies Working Paper Series*. Working Paper CBS-26-2002. Disponível em <http://www.lac.ox.ac.uk/sites/sias/files/documents/Nicolau26.pdf> acesso 31/01/2012.

_____. (2004a). *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

_____. (2004b). *A participação eleitoral: evidências sobre o caso brasileiro*. Disponível em: <http://www.ces.fe.uc.pt/lab2004/pdfs/JairoNicolau.pdf>, acesso 31/01/2012.

_____. (2012). *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. (1987). *Joaquim Nabuco: um aristocrata entre os escravos*. São Paulo: Brasiliense.

_____. (2000). De tensões, dialéticas e antinomias: o encontro de Nabuco com a política. In: *Tempo Brasileiro: Repensando o Brasil com Joaquim Nabuco*. Jan-mar, n.º 140 – 2000. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro Editora. p 75-96.

_____. (2010). *O encontro de Joaquim Nabuco com a política: as desventuras do liberalismo*. 2.ª Ed. (revista e ampliada do original). São Paulo: Paz e Terra.

NUNES, Neila Ferraz Moreira. (2003). A experiência eleitoral em Campos dos Goytacazes (1870-1889): Frequência eleitoral e perfil da população votante. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro. Vol. 46, n.º2, p 311-343.

ORTIZ, Renato. (2003). *Cultura brasileira e identidade nacional*. 4ª reimpressão da 5ª ed. (1ª ed. 1985) São Paulo: Brasiliense.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (1990). *A questão nacional na Primeira República*. Brasiliense.

OLIVEIRA, Thays Teixeira de. (2007). *Entre as ovelhas, poucos (dos grandes) lobos: Um estudo comparativo entre áreas agrárias abastecedoras - Rio de Janeiro e Paraná, 1877-1878*. Monografia de conclusão do Curso de Bacharelado e Licenciatura em História, Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

POCOCK, John G. A.. (2003). *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp.

POLIAKOV, Léon. (1974). *O mito ariano: ensaio sobre as fontes do racismo e do nacionalismo*. São Paulo: Perspectiva/Editora da Universidade de São Paulo.

PRADO, Maria Emilia. (2001). Ordem liberal, escravidão e patriarcalismo: as abiguidades do Império do Brasil. In: PRADO, Maria Emilia; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal Guimarães. (orgs.) (2001). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan/UERJ. p 163-189.

PRADO, Maria Emilia. (2005). *Memorial das desigualdades: os impasses da cidadania no Brasil, 1870-1902*. Rio de Janeiro: REVAN.

RAEDERS, Georges. (1988). *O Conde de Gobineau no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

RÉ, Henrique Antonio. (2009). *Progresso e utopia no pensamento antiescravista de Joaquim Nabuco: influências da economia política francesa e das teorias racialistas*. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

REIS, João José. (1986). *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês 1835*. São Paulo: Brasiliense.

RIBEIRO, João. (2001). *O que é positivismo?* São Paulo: Brasiliense.

ROANHY, Lucas. (2013). *A Liga Progressista e a Construção do Estado Imperial*. Monografia de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Sociais defendida no Departamento de Ciências Sociais, DECISO, da Universidade Federal do Paraná, UFPR.

RODRIGUES, Deise Simões. (2010). A teoria dos atos de fala como um método para a interpretação de textos. In: *Revista Litteris*, n.º 4 março de 2010 p 1-15. Disponível em <http://revistaliter.dominiotemporario.com/doc/ateoriadosatosdefalacomo.pdf>, acesso em 12/06/2013.

RODRIGUES, José Honório. (1965). *Conciliação e Reforma no Brasil: um desafio histórico-político*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira

ROUQUIÉ, Alain. (Coord.). (1980). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record.

QUIJADA, Mónica. (2008). Sobre “nación”, “pueblo”, “soberanía” y otros ejes de la Modernidad en el mundo hispánico. In: RODRÍGUEZ, Jaime O. (coord.). (2008). *Las Nuevas Naciones: España y México, 1800-1850*. Madrid : Mapfre. Disponível em <http://digital.csic.es/bitstream/10261/9356/1/Quijada,%20M%C3%B3nica%20Sobre%20nacion...pdf>, acesso em 13/04/2011.

SAES, Decio Azevedo Marques. (2000). Cidadania e Capitalismo (Uma abordagem teórica). *Estudos Avançados Coleção Documentos* Nº 08 Série Especial, São Paulo - SP, v. 8, p. 3-36.

_____. (2001) A questão da evolução da cidadania política no Brasil. In: *Estudos Avançados*. vol.15 n.º.42 São Paulo May/Aug. 2001 p 379-410

_____. (2003). Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania. *Crítica Marxista*. São Paulo: SP n.º 16 p 9-38.

SALES, Fernando. Notas biobliográficas de Nina Rodrigues. (1988). In: RODRIGUES, Raymundo Nina. *Os africanos no Brasil*. 7.^a Ed.. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: Editora da Universidade de Brasília. p. 277-278.

SALLES, Ricardo. (2000). Joaquim Nabuco e frustração da nação abolicionista. In: *Tempo Brasileiro: Repensando o Brasil com Joaquim Nabuco*. Jan-mar, n.º 140 – 2000. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro Editora. P 31-54.

_____. (2002). *Joaquim Nabuco: um pensador do Império*. Rio de Janeiro : Topbooks.

SANDRONI, Cícero. (2007). *180 anos do Jornal do Commercio – 1827-2007: de D. Pedro I a Luiz Inácio Lula da Silva*. Rio de Janeiro: Quorum Editora.

SANTOS, Sales Augusto dos. (1997). Falta de mão-de-obra habilidades técnicas ou origem racial? Fatores que condicionam a imigração de europeus para o Estado de São Paulo. In: *Pós: Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais*. Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação dos Departamento de Sociologia, Departamento de Antropologia e Centro de Pesquisa Pós-Graduação sobre América Latina e Caribe da Universidade de Brasília. Vol.I, nº.1. p.37-73.

SCHULZ, Jonh. (1994). *O exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: EDUSP.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. (1993). *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Cia. das Letras.

_____. (1995). Complexo Zé Carioca sobre uma certa ordem das mestiçagens e da malandragem. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*: São Paulo. ANPOCS, n.º 29 out. 1995. p. 49 - 64.

_____. (1996) As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX. O contexto brasileiro In: SCHWARCZ, Lilia Moritz e QUEIROZ, Renato da Silva (orgs.). *Raça e diversidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência: Edusp

SEYFERTH, Giralda. (1996). Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: Maio, Marcos Chor e Ricardo Ventura Santos (orgs.). (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, p. 41-58.

_____. (1997). A assimilação dos imigrantes como questão nacional In: *Mana*. 3 (1), p. 95-131.

_____. (2004). A idéia de cultura teuto-brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade. *Horizontes Antropológicos*, v. 22, p. 149-197.

_____. (2005). A colonização e a questão racial nos primórdios da República. In: SALGUEIRO, M. A. A.. (Org.). *A República e a questão do negro no Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, p. 27-46.

SEVCENKO, Nicolau. (1983). *Literatura como missão: Tensões culturais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense.

_____. (2003). *Literatura como missão: Tensões culturais e criação cultural na Primeira República*. 2. Ed. revista e ampliada. São Paulo: Cia. das Letras.

SILVA, Eduardo. (1997). *Dom Obá II D'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Cia das Letras.

SILVA, Fernando Teixeira da; NAXARA, Márcia R. Capelari; CAMILOTTI, Virginia C.. (orgs.). (2003). *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba: Editora UNIMEP.

SILVA, Ricardo (2010). O contextualismo lingüístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 53, n.º 2, p. 299-335.

SILVEIRA, Renato da. (1999). Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. In: *Revista Afro-Ásia*, n.º 23 Salvador, UFBA. Centro de Estudos Afro-Orientais. p. 89-145.

SKIDMORE, Thomas E.. (1976). *Preto no Branco. Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SKINNER, Quentin. (1996). *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Cia. de Letras.

_____. (2002). *Visões da política. Questões metodológicas*. Algés: DIFEL.

SLEMIAN, Andréa. (2005). “Seriam todos cidadãos? Os impasses na construção da cidadania nos primórdios do constitucionalismo no Brasil, 1823-1824” In: JANCSÓ, István (org.) *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec. p. 829-847

SLENES, Robert W. (1998) Apresentação In: NAXARA, Márcia Regina Capelari. (1998). *Estrangeiros em sua própria terra: representações do brasileiro, 1870-1920*. São Paulo: Annablume.

SODRÉ, Nelson Werneck. (1965). *A ideologia do colonialismo. Seus reflexos no pensamento brasileiro*.

_____. (1999). *História da Imprensa no Brasil*. 4.^a Ed.. Rio de Janeiro: Mauad.

SOUSA, Rodrigo Ribeiro de. (2011). *A Liberdade no “Segundo tratado sobre o governo” de John Locke*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de São Paulo, USP.

SOUZA, Adriana Barreto. (1999). *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

SOUZA, Alexandre de Oliveira Bazilio de. (2011). Reformas eleitorais no final do Império: a reinvenção do cidadão brasileiro (1871-1889). In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

SOUZA, Antonio Candido de Mello e. (1964). *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 2.^a Ed. Revista. São Paulo: Martins Fontes

SOUZA, Felipe Azevedo e. (2011). A tônica de exclusão da reforma eleitoral de 1881 In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

_____. (2012). *Direitos políticos em depuração: A lei Saraiva e o eleitorado do Recife entre as décadas de 1870 e 1880*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, UFPE.

SOUZA, Vanderlei Sebastião. (2008). Autor, texto e contexto: A história intelectual e o “contextualismo lingüístico” na perspectiva de Quentin Skinner. In: *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*. vol. 5, n.º 4 out./nov./dez. p. 1-19. Disponível em www.revistafenix.pro.br/artigos17.php.

STEPAN, Nancy. (2005). *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

TELLES, Edward. (2003). *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford.

TERRA, Livia Maria. (2011). O “autor maldito”: o pensamento político de Nina Rodrigues nas Ciências Sociais. *Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia 26 a 29 de julho de 2011 – Curitiba (PR)* – Grupo de Trabalho 17: Pensamento Social no Brasil. Disponível em http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=189&Itemid=171 acesso em 18/06/2012

THENEN, R. (1968). Joseph Arthur de Gobineau. In: *International Encyclopedia of the Social Sciences*. The Macmillan Company & The Free Press, David L. Sills Editor: U. S. A., 1968. p. 193-194.

TIMASHEFF, Nicolas S. (1973). *Teoria sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.

TODOROV, Tzvetan. (1989). *Nous et les autres. La réflexion française sur la diversité humaine*. Paris: Éditions du Seuil.

_____. (1993). *Nós e os Outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor.

TRINDADE, Alexandro Dantas. (2004). *André Rebouças: da Engenharia Civil à Engenharia Social*. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

_____. (2011). *André Rebouças: um engenheiro do Império*. São Paulo: Hucitec/FAPESP.

TURIN, Rodrigo. (2005). *Narrar o passado projetar o futuro: Sílvia Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS.

VASCONCELOS, Diego de Paiva. (2008). *O liberalismo na Constituição de 1824*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade de Fortaleza, UNIFOR.

VENTURA, Roberto. (1991). *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

WEBER, Max. (1999). *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

Sítios da Internet

http://www.senado.gov.br/senadores/periodos/senadores_periodos_historicos.asp?li=21&lf=21&lcab=1890-1891 acesso em 05/05/2013;

http://www.senado.gov.br/senadores/periodos/senadores_periodos_historicos.asp?li=22&lf=22&lcab=1891-1893 acesso em 05/05/2013; e

http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1884&li=14&lcab=1869-1872&lf=14 acesso em 05/05/2013

<http://www.reumatousp.med.br/para-pacientes.php?id=33786438&idSecao=18294311> acesso em 26/05/2013).

<http://www2.camara.leg.br/>

<http://www.tse.jus.br/>

<http://www.ibge.gov.br/home/>

Anexos

Anexo I:

**Projeto de Reforma Eleitoral apresentado à Camara dos Senhores
Deputados em 29 de abril de 1880**

timamente ao monitor *Solimões* o rebocador *Ajudante* da casa Lage & Filhos.

O que me consta, é que essa casa se havia offerecido gratuitamente para aquelles serviços, e o *Jornal do Commercio*, sempre bem informado, isto o disse em sua gazetilha.

Posteriormente appareceu a noticia da *Gazeta*, sendo que a do *Jornal do Commercio* circulou por dias sem contrariedade alguma daquella casa.

Ha urgencia em saber-se qual das duas versões é a verdadeira, e o que houve sobre este assumpto.

Não pretende o requerimento outra cousa; porque então, assim munido de bases, poder-se-hia discurrir os serviços alludidos e suas consequências naturaes.

Sr. presidente, antes de obter as informações que peço não devo adiantar-me expondo meu juizo: posso e devo, porém, dizer antes de entrar na discussão que provocarei, — que si existe esse pedido de 200:000:5000 pela casa Lage & Filhos, elle é um acto sem qualificação moral, um attentado de maxima ousadia, que ha de ser repellido com o necessario desprezo!

A hombridade do caracter do honrado Sr. ministro da marinha fará o que até a honra do paiz exige, pondo em publico, bem conhecido, assumpto tão sério.

Envio pois á mesa mais este requerimento. (*Mostrando-o.*)

Vem á mesa, são lidos, apoiados e adiados, por ter pedido a palavra o Sr. deputado Martinho Campos, os seguintes

Requerimentos

OBSERVATORIO ASTRONOMICO

« Requeiro que pelo ministerio do imperio se peça ao governo cópia da correspondencia ultimamente havida entre o governo imperial e o Sr. Emmanuel Liais, director do observatorio astronomico. — Em 29 de Abril de 1880. — *Costa Azevedo.* »

MONITOR «SOLIMÕES»

« Requeiro que se solicite do governo, por intermedio do ministerio da marinha, cópia da consulta e parecer do conselho naval relativamente ao processo do ex-commandante do monitor *Solimões*, o capitão de mar e guerra João Gomes de Faria. — Em 29 de Abril de 1880. — *Costa Azevedo.* »

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

« Requeiro que se solicite do governo, por intermedio do ministerio da marinha, as seguintes informações:

1.ª Si a casa Lage & Filhos, proprietaria do rebocador *Ajudante*, requereu como paga do serviço desse rebocador, quando no mez ultimo foi em procura do monitor *Solimões*, a quantia de 200:000:5000.

2.ª Si não é certo, como communicára o *Jornal do Commercio*, haver essa casa offerecido gratuitamente para aquelle serviço o mesmo rebocador.

3.ª Por effeito desse serviço: que tempo achou-se o *Ajudante* fóra do porto desta capital, quantas horas teve suas machinas em trabalho; que consumo produziram, calculado no maximo.

4.ª Si houve no desempenho do mesmo serviço, a bordo do *Ajudante*, pessoal estranho a elle, pertencente á marinha do Estado, qual esse pessoal e sob que mando achou-se.

5.ª A quem foi confiada a commissão que desempenhou o *Ajudante*, onde encontrou elle o monitor *Solimões*, si fundado ou não.

6.ª Em que consistiu o serviço prestado ao monitor *Solimões* pelo *Ajudante*, desde que o encontraram até o ponto de onde a *Guanabara* o tomára a reboque. — Em 29 de Abril de 1880. — *Costa Azevedo.* »

PRIMEIRA PARTE DA ORDEM DO DIA

E' lido, posto em discussão e approved sem debate o seguinte

PROJECTO

1879—N. 298 A

A' commissão de justiça civil foi presente o projecto n. 298, deste anno, elevando a categoria de segunda entrancia a comarca de Oeiras, na provincia do Piahy. E porque considere que não pôde ser equiparada ás demais da provincia (a excepção de duas, que hoje tem já a classificação de segunda entrancia) aquella comarca, que por muito tempo foi a séde da provincia e que, por sua situação, não é das de mais difficil accesso, merecendo além disso grande apreço á commissão o juizo dos nobres signatários do projecto, deputados por aquella provincia, não duvida a commissão opinar pela adopção da resolução submettida a seu exame.

Camara dos deputados, 17 de Setembro de 1879. — *Costa Ribeiro.* — *Augusto França.*

A assemblea geral resolve:

Art. 1.º Fica elevada a segunda entrancia a comarca de Oeiras, antiga capital da provincia do Piahy.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das sessões, 11 de Setembro de 1879. — *José Basson.* — *J. M. de Freitas.* — *Franklin Doria.*

O Sr. Baptista Pereira. (Começava o orador o seu discurso, quando foi convidado pelo Sr. presidente para interrompê-lo, a fim de ser recebido o Sr. ministro do imperio, que vem apresentar á camara o projecto de reforma eleitoral.)

Accedendo o orador ao convite, senta-se e é introduzido o mesmo Sr. ministro com as formalidades do estylo e, tomando assento á direita do Sr. presidente, lê o seguinte:

De ordem de Sua Magestade o Imperador venho apresentar-vos a seguinte

PROPOSTA DO PODER EXECUTIVO.

Art. 1.º

As nomeações dos senadores e deputados para a assemblea geral e dos membros das assen-

bléas legislativas provinciaes, dos veredores e juizes de paz e qualquer outra autoridade electiva nacional ou local serão feitas por eleições directas nas quaes tomarão parte todos os cidadãos, considerados eleitores em virtude da presente lei.

Dos electores

Art. 2.º

E' elector todo o cidadão brasileiro, nato ou naturalizado, catholico ou seatholico, ingenuo ou liberto, comprehendido nos §§ 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º do art. 6.º da Constituição do Imperio, estando no gozo de seus direitos politicos, dadas as seguintes condições:

§ 1.º Ser maior de 21 annos com exercicio effectivo dos direitos civis;

§ 2.º Perceber por bens immoveis, commercio, industria, emprego, titulos de divida publica, acções de bancos e companhias legalmente autorizadas, renda annual não inferior a 200\$; ou achar-se comprehendido nos §§ 1.º, 2.º, 3.º e 4.º do art. 4.º desta lei.

Art. 3.º

A prova da renda, de que trata o artigo anterior, far-se-ha:

§ 1.º Quanto á renda proveniente de immoveis:

N. 1. Si o immovel se acha na demarcação da decima urbana—por certidão da repartição fiscal de estar o immovel averbado com o valor locativo não inferior a 200\$000;

N. 2. Si o immovel não se acha na demarcação da decima urbana:

Occupado pelo proprio dono—pela computação da renda á razão de 6 % sobre a importancia do capital que o immovel represente, verificada pelo titulo de aquisição, por compra, troca, doação ou herança, ou por sentença judicial reconhecendo a propriedade ou posse;

Não occupado pelo proprio dono — pela exhibição do contrato lançado em livro de notas, com a declaração do preço do aluguel ou arrendamento do immovel, conforme o n. 1.

§ 2.º Quanto á renda proveniente de industria ou profissão:

N. 1. Com certidão de se estar inscripto no registro do commercio, como negociante, corretor, agente de leilões, guarda-livros, primeiro caixeiro de casa commercial, capitão de navio, piloto de carta, administrador de fabrica;

N. 2. Com certidão, passada por uma repartição fiscal, de possuir-se fabrica, officina ou estabelecimento commercial ou industrial, pagando contribuição correspondente á renda legal;

N. 3. Com certidão ou talão de pagamento de imposto de industrias ou profissões por qualquer titulo na importancia não inferior a 24\$ no municipio da corte, a 12\$000 dentro das cidades e a 6\$ nos demais logares do Imperio.

Consideram-se tambem como imposto de profissão ou industria, as taxas tanto goraes, como provinciaes sobre os engenhos de assucar, de aguardente, de mineração, de serraria, e sobre

quaesquer productos ruraes ou industriaes, e as taxas de exportação de productos agricolas, quer sejam pagas pelo proprietario quer pelo arrendatario.

§ 3.º Quanto á renda proveniente de emprego: com certidão do thesouro e thesourarias de fazenda geraes e provinciaes ou das camaras municipaes em relação aos seus funcionarios, que demonstre perceber o cidadão como empregado civil ou como official do exercito vencimentos annuaes não inferiores a 200\$, com direito á aposentação ou reforma.

A mesma prova prevalece para os empregados aposentados ou officiaes reformados do exercito.

§ 4.º Quanto á renda proveniente de titulos de divida publica geral, provincial ou municipal: por certidão authentica de possuir o cidadão no proprio nome ou, si fôr casado, no da mulher, e seis mezes antes do alistamento, titulos do valor nominal superior a 3:400\$000.

§ 5.º Quanto á renda proveniente de acções de bancos e companhias, legalmente autorizadas: por certidão authentica de possuir o cidadão esses titulos no valor nominal de 3:400\$, seis mezes antes do alistamento, no proprio nome ou no da mulher, si fôr casado.

Art. 4.º

São considerados como tendo a renda legal, independente destas provas:

§ 1.º Os habilitados com diplomas scientificos ou litterarios de qualquer faculdade, academia, escola ou instituto nacional ou estrangeiro, legalmente authenticatedos.

O titulo comprobatorio será o proprio diploma ou documento que o suppra.

§ 2.º O clérigo de ordens sacras.

§ 3.º Os que exerçam o magisterio publico ou particular ou dirijam casas de educação e ensino.

Servirá de prova para este fim certidão passada pelo inspector ou director de instrução publica na corte ou nas provinciaes.

§ 4.º Os capitães de navios mercantes ou pilotos que tiverem carta de exame, os quaes deverão fazer prova, exhibindo os respectivos titulos.

• Alistamento

Art. 5.º

O processo da lei n. 2673 de 20 de Outubro de 1875 vigorará para o primeiro alistamento dos electores na execução desta lei, em tudo que não fôr expressamente revogado ou contrario ás suas disposições.

Art. 6.º

O alistamento preparado pelas juntas parochiaes constituidas, segundo a citada lei de 20 de Outubro de 1875, será apurado pelas juntas municipaes compostas do juiz municipal, como presidente, do vereador mais votado e do primeiro juiz de paz do districto da matriz.

Nos municipios onde não houver juiz municipal servirá o 1.º supplente e nas comarcas espeziaes o 1.º juiz substituto.

§ 1.º Apurado definitivamente o alistamento, as juntas municipaes farão extrahir immedia-

tamente tres cópias do mesmo, das quaes serão enviadas duas ao juiz de direito e a terceira ao ministro do imperio na corte, e aos presidentes das provincias.

Terão igual destino as cópias das listas supplementares, organizadas á vista dos recursos attendidos.

§ 2.º Além da lista geral, as juntas municipaes organizarão em cada parochia uma lista especial de cinquenta eleitores mais idosos, pela ordem das idades.

§ 3.º O juiz de direito, apenas receber as cópias do alistamento, depois de examinar a sua authenticidade e rubricar-as folha por folha, remetterá uma ao presidente da camara municipal e outra ao tabellião, na forma e para o fim que vai adiante declarado.

No caso de não estarem authenticadas as cópias, o juiz de direito as devolverá ás juntas afim de que voltem na devida forma.

§ 4.º Haverá dous registros dos eleitores: um na camara municipal e outro no cartorio de um tabellião designado, na corte pelo ministro do imperio e nas provincias pelos presidentes.

Nas cidades ou villas que tiverem um só tabellião será este o encarregado do registro.

§ 5.º O registro da camara municipal ficará a cargo do secretario em tantos livros quantos forem as parochias; e o do tabellião em um grande livro para os eleitores de todas as parochias do municipio.

Os livros do registro eleitoral serão abertos, numerados, rubricados e encerrados pelo juiz de direito.

§ 6.º O registro eleitoral ficará concluido dentro de vinte dias contados da data em que tiver sido entregue a cópia do alistamento, certificada pelo agente do correio ou pelo official da justiça.

§ 7.º Além dos livros a que se refere o § 5.º, haverá um de talões impressos, nos quaes o secretario da camara municipal lavrará as certidões do registro consignando nos claros o nome, idade, illação, estado, profissão ou renda de cada eleitor, sendo estas certidões authenticadas pelo tabellião encarregado do registro, ou em seu impremente reconhecido pelo juiz de direito, authenticadas pelo referido secretario.

E' titulo de eleitor a certidão extrahida do dito livro.

§ 8.º Concluido o registro, as cópias do alistamento serão arquivadas na camara municipal.

Os titulos de eleitor serão extrahidos no prazo improrogavel de quinze dias, contados daquelle em que se tiver constituído o registro; findo este prazo serão os ditos titulos entregues aos juizes de paz em exercicio, os quaes deverão distribuil-os depois de mandar affixar editaes, convidando os eleitores a receber-os em lugar annuciado; trinta dias depois do designado para a entrega dos titulos, os que não tiverem sido procurados serão recolhidos á camara municipal, afim de serem entregues á medida que forem exigidos.

§ 9.º Os titulos serão recebidos pelos proprios donos, os quaes deverão assignal-os, á margem, perante o juiz de paz ou secretario da camara, quando a entrega for feita por este funcionario;

devido o qual deixar em livro especial recebido lavrado e firmado de seu proprio punho.

Art. 7.º

A junta municipal se reunirá annualmente na primeira domingo de Novembro, afim de verificar as alterações do alistamento por morte ou mudança de domicilio. No caso de mudança de parochia basta a apresentação do titulo do eleitor mudado, para que a junta o inclua no alistamento, uma vez provada a mudança.

§ 1.º As alterações que se observarem serão publicadas pela imprensa, onde a houver, ou por editaes affixados em logares publicos.

§ 2.º Decorridos trinta dias contados da publicação, a junta municipal se reuni á novamente para ouvir as reclamações que appareçam, enviando afinal ao juiz de direito a lista das alterações verificadas.

§ 3.º Das declarações da junta municipal para a exclusão, em caso de morte ou mudança de domicilio, cabe recurso para o juiz de direito que o decidirá no prazo de dez dias, depois de ouvir o promotor publico.

§ 4.º As sentenças do juiz de direito julgando decisões da junta parochial ou da junta municipal serão definitivas: dellas não caberá recurso.

Dos elegiveis

Art. 8.º

E' elegivel para os cargos de senador, deputado geral, membro da assemblea legislativa provincial, vereador, juiz de paz e quaesquer outros creados por lei todo o cidadão comprehendido no art. 2.º, salvas as restricções adiante enumeradas.

§ 1.º E' condição especial de elegibilidade:

Para senador do Imperio—ser maior de 40 annos;

Para deputado geral ou membro da assemblea provincial—ser maior de vinte e cinco annos, salvo si o eleito tiver algum grão scientifico;

Para vereador e juiz de paz, a de residencia durante dous annos pelo menos dentro do municipio.

Art. 9.º

Não podem ser votados para senador, deputado á assemblea geral ou para membro da assemblea legislativa provincial:

A) Em todo o Imperio:

Os membros do supremo tribunal de justiça, os directores geraes do thesouro e os directores geraes das secretarias de estado.

B) Nas provincias em que exercerem autoridade ou jurisdicção:

Os presidentes de provincia.

Os bispos.

Os commandantes de armas.

Os generaes em chefe de terra ou mar.

Os chefes de estações navaes.

Os capitães de porto.

Os inspectores de arsonaes.

Os commandantes de corpos militares de policia.

Os secretarios de governo.
 Os inspectores de thesourarias geraes ou provinciaes e chefes de repartição de arrecadação.
 Os inspectores da instrucção publica, lentes e directores de faculdades.
 Os inspectores das alfandegas.
 Os desembargadores.
 Os juizes de direito.
 Os juizes substitutos municipaes ou de orphãos.
 Os chefes de policia.
 Os promotores publicos.
 Os curadores geraes de orphãos.
 Os desembargadores de relações ecclesiasticas.
 Os vigarios capitulares.
 Os governadores do bispado.
 Os vigarios geraes, provisores e vigarios foraneos.
 Os procuradores fiscaes ou dos feitos e seus ajudantes.

C) Nos districtos em que exercerem autoridade ou jurisdicção:

Os delegados o subdelegados de policia.

§ 1.º Tambem não poderão ser votados para senador, deputado á assemblea geral ou membro da assemblea legislativa provincial os empresarios, directores, contratadores e seus prepostos, arrematantes ou interessados na arrematação de taxas o rendimentos de qualquer natureza, obras ou fornecimentos publicos ou em companhias que recebam subvenção, garantia ou fiança de juros, ou qualquer auxilio da fazenda geral, provincial ou das municipalidades naquellas provincias em que os respectivos contratos e arrematação tenham execução, e durante o tempo delles.

A palavra « interessados » não comprehende os accionistas.

Art. 10

O funcionario publico, de ordem administrativa ou judicaria, que perceba vencimentos ou porcentagem, pagos pelos cofres geral, provinciaes ou municipaes, ou perceba custas por actos de officio de justiça, sendo eleito senador ou deputado á assemblea geral, ou membro das assembleas legislativas provinciaes, é obrigado á opção, perdendo o emprego no caso de aceitar o cargo electivo.

Exceptuam-se desta regra:

Os ministros e secretarios de estado;
 Os conselheiros de estado;
 Os enviados extraordinarios em missão especial;
 Os presidentes do provincia.

Art. 11

O ministro de estado não pôde ser votado para senador, enquanto exercer o seu cargo; salvo si a provincia por onde se der a vaga fór de sua residencia habitual ou por essa provincia já tiver sido eleito deputado ou por ella incluído em lista de senador.

Art. 12

Os senadores, e durante a legislatura, os deputados á assemblea geral e os membros das

assembleas legislativas provinciaes, não poderão aceitar do governo geral ou provincial empregos remunerados, excepto os de: — conselheiro de estado, presidente do provincia, enviado extraordinario em missão especial, bispo, commandante de forças de terra ou mar, em tempo de guerra.

Igualmente, lhes é vedada a concessão ou gozo de privilegios, contratos, arrematações de rendas, obras e fornecimentos publicos, embora á titulo de simples interessados.

Esta disposição não comprehende os privilegios de invenção.

§ 1.º Os senadores que actualmente exerçam cargos publicos, incompativeis, segunda esta lei, com as funcções de senador, não perderão os ditos cargos antes de completar-se o tempo legal para a aposentação ou jubilação, com os vencimentos que as leis em vigor conferem.

§ 2.º Verificado o preenchimento de tempo para a aposentação ou jubilação, ser-lhe-ha concedido o que fór do seu direito, independente de prova de molestia ou inhabilitação.

Art. 13

O prazo marcado no art. 3.º §§ 1.º, 2.º e 3.º da lei n. 2675, de 20 de Outubro de 1875, fica reduzido á metade para as incompatibilidades estabelecidas na presente lei.

Da eleição

Art. 14

Os eleitores se reunirão em assemblea, constituindo cada parochia um collegio eleitoral, na matriz ou em outro edificio previamente annunciado.

Poderá haver mais de um collegio nas parochias de população superior a cinco mil almas, tendo mais de um districto de paz, com tanto que haja edificio apropriado e assim o requeiram mais de quarenta eleitores.

§ 1.º As assembleas eleitoraes se constituirão sob a presidencia do 1.º juiz de paz do districto da matriz, para onde serão convocados os eleitores, na forma da legislação anterior.

§ 2.º No dia e hora designados, a assemblea eleitoral reunida tratará da organização da mesa incumbida de dirigir os trabalhos da eleição: esta mesa será composta de um presidente e quatro membros, eleitos pelos vinte e cinco eleitores mais idosos dos que se acharem presentes, os quaes serão chamados pela lista de que trata o § 2.º do art. 6.º

§ 3.º Votarão primeiramente em tres nomes, dos quaes será presidente da mesa o que obtiver maior numero de votos, sendo seus supplentes os dous immediatos.

Si a votação recahir em um só ou em dous cidadãos, proceder-se-ha á eleição especial para supplente.

Eleitos presidente e supplentes, seguir-se-ha a eleição dos outros quatro membros da mesa, votando os mesmos vinte e cinco eleitores mais idosos em dous nomes, sendo os dous mais votados para secretarios e os outros para escrutadores. Para substituir os secretarios e escrutadores em

suas faltas, quando estas se derem, os outros membros da mesa procederão á especial eleição, votando em eleitor cujo nome esteja incluído entre os vinte e cinco mais idosos.

§ 4.º Concluída a eleição da mesa, o escrivão de paz, que a ella deve estar presente, lavrará a acta de tudo que tiver occorrido, a qual será assignada pelo juiz de paz e pelos eleitores que quizerem assignal-a.

§ 5.º Constituída e installada a mesa, o presidente declarará que vai dar começo á eleição e mandará, por um dos secretarios, proceder á chamada dos eleitores pelas cópias authenticas dos livros do registro da camara municipal.

§ 6.º No recebimento das cédulas se observará o processo e formalidades estabelecidas na legislação anterior.

§ 7.º Além das notas, que irá tomando um dos secretarios, e das actas que lhe incumbem lavrar, o escrivão de paz, sob sua responsabilidade, irá lançando os nomes dos eleitores que votarem em um livro aberto, numerado, rubricado e encerrado pelo juiz de direito, escrevendo tambem os protestos e declarações de voto, lavrando diariamente um termo, que constará de tudo quanto occorrer na eleição.

§ 8.º Não poderá ser recusado o voto do eleitor que se apresentar com seu título, sempre que este confira com as indicações do registro.

§ 9.º O voto será escripto pelo proprio eleitor perante a assembleia parochial, em papel fornecido pela mesa e em logar separado, disposto para esse fim. Ao entregar sua cédula fechada, será o eleitor obrigado a assignar o seu nome em um livro especial aberto, numerado, rubricado e encerrado pelo juiz de direito.

§ 10. Concluída a eleição, a mesa fará extrahir, por um dos seus secretarios, tres cópias das actas, que serão por ella assignadas, conferidas e subscriptas pelo escrivão de paz, das quaes será uma enviada á camara municipal apuradora, outra ao ministro do imperio na corte e ao presidente nas provincias, e a terceira ao senado ou á camara dos deputados ou á assembleia legislativa provincial, conforme a eleição a que se proceder.

Por sua parte os escrivães de paz extrahirão certidões dos termos que tiverem lavrado e farão identica remessa por intermedio do juiz de direito.

§ 11. A camara municipal da cidade ou villa mais importante e mais central do districto, designada pelo governo, fará a apuração dos votos pelas actas das respectivas assembleias parochiaes, vinte dias depois da eleição, e expedirá o diploma ao deputado á assembleia geral ou aos membros das assembleias legislativas provinciaes.

§ 12. Ninguém poderá ser eleito deputado á assembleia geral ou membro das assembleias legislativas provinciaes sem que reuna pelo menos a quarta parte dos votos dos eleitores que concorrerem á eleição.

Não havendo cidadãos que reunam esse numero de votos, proceder-se-ha á nova eleição, devendo recahir os suffragios nos dous mais votados.

Tomol.—5.

Eleição de senador

Art. 15

A eleição de senador continúa a ser feita por provincia, mas em lista triplice, ainda no caso de duas ou mais vagas: nesta hypothese proceder-se-ha á segunda eleição, logo depois da escolha de senador pela primeira vaga, e assim por diante.

Cada eleitor votará em tres nomes, constituindo a lista triplice os tres cidadãos mais votados.

Eleição de deputado geral e provincial

Art. 16

As provincias serão divididas em tantos districtos eleitoraes quantos forem os seus deputados á assembleia geral, attendendo-se quanto possível á igualdade de população entre os districtos de cada provincia, respeitando-se a contiguidade do territorio e a integridade do municipio.

§ 1.º Essa divisão será feita de conformidade com as disposições do art. 1.º § 4.º do decreto n. 842 de 19 de Setembro de 1855 com as seguintes modificações:

I.—O municipio da corte será dividido em quatro districtos, dando dous senadores e quatro deputados.

O presidente do senado designará dos actuaes senadores da corte e provincia do Rio de Janeiro aquelles que ficarão representando o referido municipio.

II.—Os municipios das capitães da Bahia e Pernambuco, em tres districtos cada um.

III.—Os das capitães das outras provincias que tiverem mais de 40.000 almas constituirão por si só um districto eleitoral.

§ 2.º Cada districto elegerá um deputado á assembleia geral e tantos membros das assembleias legislativas provinciaes quantos lhe caiba dar, attendendo á representação da provincia.

Eleição de vereadores e juizes de paz

Art. 17

A eleição de vereadores e juizes de paz será feita nos collegios eleitoraes creados por virtude desta lei, observando-se a legislação anterior no que não fôr contrario ás suas disposições.

§ 1.º Os vereadores serão eleitos por parochias, elegendo cada uma tantos quantos lhe couber, á vista do numero de parochias do municipio e do numero de vereadores que lhe fôr designado.

§ 2.º O governo, tendo em attenção a população e importancia dos municipios, marcará o numero de vereadores que cada um deve dar, não podendo esse numero exceder de vinte e cinco.

§ 3.º As camaras municipaes terão um presidente e um vice-presidente, os quaes serão eleitos annualmente, e em sua primeira sessão, pelos vereadores d'entre si.

Parte penal**Art. 18**

Além das penas do código criminal, nos crimes contra o livre gozo e exercício dos direitos políticos e em outros que commetterem os indivíduos que intervierem no processo eleitoral, ficam estabelecidas as seguintes penas:

§ 1.º Aos membros das juntas parochiaes e municipaes que decidirem contra o allegado e provado as questões sujeitas á sua deliberação: pena—multa de 300\$ á 1:000\$ e inhabilitação para qualquer emprego ou função publica.

— Aos juizes de direito que julgarem contra o allegado e provado: pena—suspensão do emprego, no grão minimo; perda do mesmo emprego, no médio; e perda com inhabilitação para outro qualquer emprego, no maximo.

§ 2.º Aos escrevães, tabelliães e secretarios da camara municipal, por fraude ou omissão no desempenho das funções que lhes são incumbidas: pena—suspensão por um anno, no minimo; perda de emprego, no médio; e perda com inhabilitação para outro, no maximo.

§ 3.º Aos tabelliães e secretarios da camara municipal, por qualquer demora na extracção e expedição de titulos de eleitor: pena—suspensão por tres mezes e multa de 500\$000.

§ 4.º Aos individuos que se apresentarem com titulo eleitoral de outrem pretendendo votar: pena—prisão por seis mezes e multa de 200\$, no grão minimo; de prisão por 15 mezes e multa de 400\$, no médio; e de prisão por um anno e multa de 600\$, no maximo.

Art. 19

Entende-se que é julgar contra o allegado e provado:

§ 1.º Deixar de alistar o cidadão que tenha provado, nos termos desta lei, possuir os requisitos de eleitor.

§ 2.º Alistar o que não possuir esses requisitos.

Art. 20

No processo e julgamento dos delictos previstos nesta lei se observará o que está estabelecido para o processo e julgamento dos crimes de responsabilidade, sendo competente para formar culpa o julgar o juiz de direito; e quando for este o accusado, a relação do districto.

Nestes processos não se cobrarão custas de especie alguma, nem para os mesmos correrão férias.

As primeiras certidões serão passadas gratuitamente.

§ 1.º Tem direito de queixa ou denuncia o cidadão inscripto no registro como eleitor.

§ 2.º A usurpação do titulo de eleitor dá lugar á prisão em flagrante.

Art. 21

O regulamento que se expedir para a execução desta lei consolidará todas as disposições da legislação anterior não revogadas, constituindo assim um código eleitoral.

Art. 22

Ficam revogadas as disposições em contrario.

Pago, 29 de Abril de 1880. — *Barão Homem de Mello.*

Finda a leitura, o Sr. presidente declara que a proposta do poder executivo será tomada na devida consideração pela camara dos Srs. deputados.

Retira-se o Sr. ministro, com as mesmas formalidades com que entrou.

Achando-se na sala immediata o Sr. ministro dos negocios da agricultura, que vem apresentar uma proposta do poder executivo, é introduzido com as formalidades do estylo e, tomando assento á direita do Sr. presidente, lê as seguintes

PROPOSTAS

Augustos e dignissimos senhores representantes da nação.

A lei n. 2940 de 31 de Outubro do anno proximo passado consignou, no art. 7.º, n. 13.ª quantia de 5.370:000\$, para o custeio da estrada de ferro D. Pedro II em cada um dos exercicios de 1879—1880 e 1880—1881, e semelhante credito, calculado para as necessidades ordinarias do trafego, bastaria a satisfazer-as.

Circumstancias accidentaes, porém, tornam indispensavel o augmento da referida consignação.

Os estragos consideraveis que soffreu ha pouco a estrada, sobretudo na 2.ª secção e no ramal de Santa Cruz, exigem obras de consolidação, indispensaveis á segurança e á regularidade do trafego, que não foram nem podiam ser previstas.

No ramal de Santa Cruz as aguas sobrepujaram o leito da estrada, destruindo os aliterros em varios pontos, na extensão de mais de cinco kilometros. Restabelecido o transitio por meio de estivados e pontes provisórias, reconheceu-se a necessidade de levantar o leito do ramal em muitos logares e construir não pequeno numero de pontilhões. São obras estas tanto mais urgentes quanto convem que se concluam antes de começar o serviço do novo matadouro, afim de obstar que por defeito da estrada soffra interrupções o transporte de carnes verdes para esta corte.

Na 2.ª secção e logo abaixo do tunnel n. 3, acaba de dar-se o desmoronamento de mais de vinte mil metros cubicos de pedra e terra do talude de um grande corte, tendo sido necessario, para restabelecer provisoriamente a circulação, utilizar um antigo desvio que não ficara tão obstruido como a linha principal.

A causa do desmoronamento não foi somente a infiltração das aguas no morro. Após os necessarios exames opina o engenheiro director da repartição do trafego que além da decomposição das rochas pela exposição ao ar, concorreram principalmente para o facto as trepidações produzidas pelo rodar dos pesados trens de mercadorias, que hoje circulam na sobredita secção e cujos effeitos se fazem sentir a muitos metros de distancia dos trilhos. Taes trepidações e a decomposição superficial vão produzindo a desagregação lenta, mas progressiva, das rochas e terras, que, não encontrando base em que se apoiem, se precipitam sobre o leito da estrada. Afim de impedir que se produzam effeitos analogos nestes e em outros

Anexo II:

**Projeto Substitutivo ao Projeto de Reforma Eleitoral oferecido pela
Camara dos Senhores Deputados em 25 de maio de 1880**

EXPEDIENTE

Requerimentos :

Do conselheiro Francisco de Paula Baptista, lente da faculdade do Recife, pedindo a sua jubilação com os respectivos vencimentos.—A' comissão de pensões e ordenados.

Da Brands Kramer & Comp. na qualidade de agentes de Ohlendorff & Comp., pedindo isenção de direitos para o guano preparado do Perú, que pretendem importar.—A' comissão de fazenda.

De D. Antonia de Oliveira Pantoja Santos, viúva do 2º tenente da armada João Pereira dos Santos, pedindo uma pensão.—A' comissão de pensões e ordenados.

Da mesa da associação de caridade da Villa do Rozario de Sergipe, pedindo dispensa de prestar contas anualmente em juizo, visto viver essa associação apenas das mensalidades dos socios e algumas esmolas.—A' comissão de justiça civil.

De Abeilardo Rodrigues Pereira, pedindo prestar exame das materias do 1º anno da faculdade de medicina da corte, depois de aprovado em algebra e historia.—A' comissão de instrução publica.

De Benjamin Constant Pereira, pedindo prestar exame das materias do 1º anno da faculdade de medicina da corte, prestando antes exame dos preparatorios que lhe faltam.—A' comissão de instrução publica.

De Recenvinho Rodrigues Pereira, pedindo prestar exame das materias do 1º anno da escola polytechnica, depois de aprovado nos preparatorios que lhe faltam.—A' comissão de instrução publica.

Acham-se sobre a mesa, e vão remetidas á comissão de poderes, as actas dos collegios eleitoraes de Nazareth, Victoria, Palmares, Camamú, Panellas, Bezorros e Garanhuns da provincia de Pernambuco, na eleição de 9 do corrente mez para dous deputado geraes.

E' lido, julgado objecto de deliberação e mandado imprimir o seguinte :

1880. — N. 26.

A' comissão de pensões e ordenados foi presente o requerimento em que o Dr. Antonio José de Souza, lente de latim do imperial collegio de Pedro II, pede um anno de licença, com vencimentos, para tratar de sua saúde.

Prova o supplicante, com attestados medicos, soffrer de diabetes sacharina e precisar para seu restabelecimento fazer uma viagem á Europa, o lá demorar-se pelo menos um anno.

Assim, pois, á vista do exposto pelo supplicante, é a comissão de parecer que se adopte o seguinte

PROJECTO.

A assembléa geral resolve :

Art. 1º E' autorizado o governo a conceder ao Dr. Antonio José de Souza, professor do latim do imperial collegio de Pedro II, um anno de licença, com o respectivo ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

Tome I.—30.

Art. 2º São revogadas as disposições em contrario.

Sala das commissões, em 24 de Maio de 1880.
—Almeida Couto.—Galdino das Neves.—Joaquim Serra.

E' lido e mandado a imprimir o seguinte:

FAREJER

N. 14 — 1880

Provincia de S. Paulo

A comissão de constituição e poderes, depois de observadas as formalidades do art. 7º e §§ do regimento da camara, examinou as actas da eleição secundaria que teve lugar ultimamente na provincia de S. Paulo, para preenchimento das vagas que se deram na representação da mesma provincia, pela escolha de senadores José Bonifacio de Andrada e Silva e João da Silva Carrão, e por ter sido nomeado ministro do imperio o deputado Barão Homem de Mello, e :

Considerando que das actas dos 53 collegios eleitoraes que examinou verifica-se terem obtido maioria de votos o conselheiro Barão Homem de Mello e Dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada Junior, não influindo a votação do collegio de Silveiras, cujas actas não foram ainda presentes á comissão, mas que é já conhecida por ter sido publicada pela imprensa da provincia e da corte;

Considerando que, em qualquer das hypotheses que foram ou podem ser figuradas, seriam sempre os mais votados os dous eleitos supra mencionados;

Considerando, finalmente, que, á vista dos precedentes observados e seguidos em outras legislaturas, podem ser reconhecidos os dous mais votados, ficando para ulterior decisão, não só o reconhecimento do ultimo votado, como também a verificação dos poderes de electores ainda não approvados; é de parecer :

Que sejam reconhecidos e declarados deputados pela provincia de S. Paulo o conselheiro Barão Homem de Mello e Dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada Junior, e adiado o reconhecimento do terceiro deputado.

Sala das commissões em 25 de Maio de 1880.
—Franco de Sá.—Esperidião E. de Barros Pimentel.

E' lido e mandado imprimir, para entrar na ordem dos trabalhos, o parecer e projecto sobre a reforma eleitoral seguinte :

1880 — N. 2 A

A comissão especial encarregada de examinar a proposta do poder executivo que encerra o projecto de reforma eleitoral, vem, na forma do art. 53 da Constituição, dar seu parecer sobre a mesma proposta.

Objecto de numerosos e profundos estudos e brilhantes debates no nosso parlamento, desde os primeiros passos do paiz na vida constitucional representativa, a nossa organização eleitoral tem soffrido muitas reformas, sem que o resultado destas produzisse os melhoramentos que a nação almejava quanto á verdade e á moralidade da eleição.

A civilização pouco adiantada em alguns pontos do paiz explica a fraqueza do corpo eleitoral, e sua pouca energia na maior parte dos casos, diante da influencia abusiva da autoridade e das fraudes e ardis dos partidos, e das facções locais e individuaes, mais nocivas que os partidos politicos.

Mas o nosso systema de eleição indirecta de dous grãos, multiplicando as operações e actos electoraes, e chamando a tomar parte nestes actos uma massa de cidadãos mais fracos e menos civilizados, fez progressivamente baixar o nivel da capacidade do corpo eleitoral no primeiro grão da eleição: chegou-se á invenção do phosphoro, isto é, o votante ficticio. O votante primitivo da Constituição, com peiores regulamentos electoraes, salvo o regulamento autoritario e arbitrario de 1842, apczar da menor riqueza, menor civilização e absoluta falta de pratica e conhecimento das instituições parlamentares, deu a este paiz legislaturas que, por seu saber, patriotismo e independência, fundaram e consolidaram o governo representativo, deixando nos fastos da nossa historia as mais brilhantes paginas, que são hoje justo motivo de nosso desvanecimento, respeito e admiração.

Grande poder, porém, nesta forma de eleição, ficava a votantes sem independência e sem civilização; e com o seu suffragio se fazia a nomeação dos electores, isto é, uma verdadeira depuração do corpo eleitoral mais capaz e independente.

A fraude e os effeitos perniciosos de semelhante systema não tiveram mais paradeiro nem correctivo possivel, desde que a autoridade interveiu na eleição, armada da immensa força e arbitrio, que lhe conferia a nossa organização judiciaria e policial.

Nestas condições, a victoria, sempre difficil e onerosa, só por excepção podia coroar os esforços dos cidadãos nas lutas electoraes. Só o patriotismo e amor da liberdade pôde ter sustentado o zelo effcaz dos partidos legitimos, a cujos esforços se deve incontestavelmente alguma confiança que nossas instituições ainda podem merecer.

Os dous grãos da eleição, pois, têm sido uma das causas mais poderosas do descredito das nossas eleições e da indifferença com que uma parte da melhor população do Imperio evitava de tomar parte nellas, e, conseqüentemente, nos negocios publicos.

Assim, tem sido manifesta a opinião e voto da maioria da população a favor de uma reforma, que consagre a eleição directa. A mesma opinião partilha a comissão especial, adoptando o art. 1.º da proposta, cujo exame lhe foi incumbido.

A comissão folga de achar-se neste ponto de accordo com homens de Estado nossos, dos mais respeitaveis, vivos e mortos, que têm propugnado por esta forma de eleição desde 1824, e notavelmente em 1846, 1848, 1855, 1874 e 1875.

A comissão não se deterá no exame da constitucionalidade desta reforma, questão cabalmente debatida no parlamento nos annos que já recordou. Não comprehende a comissão como uma funcção, encargo ou comissão e

attribuição social e politica conferida a alguns cidadãos não pôde ser regulada por lei diversamente do que está ao presente, ainda quando o art. 97 da Constituição não desse á assembléa geral o poder amplo e absoluto que lhe deu para regular o modo pratico das eleições.

No art. 2.º da proposta se consagra a maior e justa igualdade do direito eleitoral para todos os cidadãos brasileiros, sem distincção alguma. Tal foi sempre o espirito e a pratica da nossa Constituição, e é justo que a lei consagre uma igualdade de direitos politicos que nossa indole, costumes e os interesses do paiz tornam indispensavel.

Em um paiz catholico, como o Brazil, a tolerancia religiosa não é mais do que uma consequencia do amor do proximo e da caridade, que é a mais bella e a mais santa das virtudes christãs e dos preceitos de Christo.

A tolerancia religiosa, porém, não é sómente uma virtude christã; é um preceito expresso da nossa Constituição, art. 5.º

Deste preceito resulta que não pôde prejudicar a nenhum cidadão em seus direitos o não seguir a religião do Estado. A liberdade de consciencia e o direito de livre exame, o mais bello attributo da razão humana, e fonte principal da perfectibilidade da nossa especie, a que ficam reduzidos, si os direitos sociais não são iguaes para as diversas crencas religiosas?

Neste mesmo art. 2.º a proposta fixa o censo eleitoral em 200.500. A comissão não encobre que julgaria acertado manter o censo eleitoral da legislação vigente, que é de 400.500 annuaes, até porque seria odioso ter de eleva-lo depois e restringir, em vez de alargar o suffragio; mas nenhuma emenda fez neste sentido pelos motivos que vai expôr.

Sobresale entre os pensamentos e idéas cardeaes da proposta não deixar arbitrio algum ás juntas e juizes encarregados do alistamento eleitoral, que ficam adstrictos a julgar por provas documentaes. Este rigor, em materia de provas, quiz a proposta compensar por algum abastamento do censo, de sorte que o direito eleitoral tocasse o maior numero de cidadãos.

A comissão reconhece que ha difficuldade de provas documentaes para o censo, que aproveitem a todos quantos devem ter o direito eleitoral, quando ainda não temos um systema de imposições directas, nem é licito pensar, siquer, em crear novas imposições quaesquer, sem alliviar a população do gravame enorme de impostos de que está sobrecarregada.

Assim, a comissão, aceitando estes artigos da proposta, aguarda os conselhos que a pratica e a execução da lei nos darão, para ampliarmos progressivamente o suffragio, sem expôr o processo eleitoral e as qualificações notavelmente aos muitos abusos que o arbitrio e a fraude tinham produzido nelles.

Os arts. 5.º, 6.º e 7.º, que contém na organização das juntas parochiaes e municipaes e sobre o alistamento dos electores, algumas modificações da legislação vigente, em consequencia dos preceitos dos artigos anteriores, parecem á comissão dignos de approvação, por melhorarem o processo eleitoral.

No art. 8.º se decretam as condições de elegibilidade, de accordo com a legislação vigente e o projecto da proposta. A comissão julga da maior vantagem a exigencia de residencia nas provincias para poder ser eleito membro das respectivas assembleas provinciais: — a natureza e attribuições destas assembleas e alguns abusos commettidos em prejuizo do serviço das assembleas e dos cofres provinciais justificam esta nova disposição. Os arts. 9.º, 10, 11. e 12 consagram e acrescentam as incompatibilidades eleitoraes e parlamentares, cuja doutrina salutar já é admittida desde 1855 em nossa legislação, e foi muito melhorada na lei eleitoral de 1875; a experiencia de todos os governos parlamentares, a começar pelo da Inglaterra, e a nossa propria, tem demonstrado a sua necessidade: a liberdade do voto nas eleições, a independencia do parlamento e o serviço publico a cargo dos diversos funcionarios são algumas das muitas razões que justificam a doutrina das incompatibilidades, e tão palpaveis e obvias são estas razões, que é excusado adduzir mais cousa alguma a seu favor.

Entretanto, disposição tão benéfica e importante, decretada ha 25 annos, apenas prohibia algumas candidaturas de caracter puramente official; muitos candidatos, cuja eleição era vedada pela lei, têm sido eleitos e reconhecidos deputados á assemblea geral e membros das assembleas provinciais, sem que um só conste á comissão ter visto a sua illegitima eleição condemnada na verificação dos respectivos poderes.

A comissão julga ser isto devido á disposição pouco justa da lei, que, annullando os votos que recaem em pessoa incompativel, declara eleito o immediato em votos, com manifesto prejuizo do direito da maioria, que os recusou a este mesmo candidato.

A comissão pensa que, nesta hypothese, deve-se proceder a nova eleição, na qual não poderá ser votado o candidato cuja eleição foi annullada, ainda que haja expirado o prazo da sua incapacidade eleitoral na occasião da segunda eleição.

O inconveniente da repetição de eleições não pôde prevalecer para declarar-se eleito quem o não foi. E demais, a eleição por districto torna muito menos onerosa a reunião dos collegios eleitoraes.

A comissão julga que seria vantajoso á administração publica, e consentaneo com a nossa forma de governo, pôr á frente de todos os grandes serviços membros do parlamento, adstrictos á sorte do ministerio, como na Inglaterra, o que daria a este mais acção e efficacia contra o espirito de rotina e indolencia, e á administração — força moral e vida pelo prestigio dos membros do parlamento, assim collocados á testa dos serviços publicos mais importantes, como correios, alfandegas, thesouros, instrucção publica, etc. Mas, entendendo isto mais directamente com a organização da administração, abstem-se de propor tal medida, do que aliás na Inglaterra se tiram os melhores resultados. A acção do parlamento seria maior e mais benéfica, sem quebra do principio das incompatibilidades.

As disposições do art. 13, relativas ao modo

pratico da eleição e escrutínio, estão justificadas no seu enunciação.

A comissão enumera como muito importantes — *começar e terminar a eleição no mesmo dia, e ser o voto por escrutínio secreto*. A importancia destas disposições não necessita ser encarecida, pois a 1.ª evitará a protelação calculada e as numerosas fraudes a que esta pôde dar lugar, e a 2.ª assegurará a liberdade de voto e a tranquillidade dos eleitores mais fracos ou tímidos.

Tambem a comissão julga desnecessario desenvolver quaesquer considerações ácerca da eleição de senadores; pois, muito claras são a tal respeito as disposições do art. 14.

No art. 15 se restabelece a representação por districto de um deputado, como havia consagrado a lei eleitoral de 1855. Não se pôde pôr em duvida a conveniencia de que os collegios eleitoraes sejam tão numerosos quanto comportem as necessidades do processo eleitoral: *nas pequenas reuniões eleitoraes falta á eleição não só o movimento e a energia, que mantêm na sociedade a vida politica e constituem depois, pelo menos em parte, a força do deputado mesmo, mas os interesses geraes, as grandes idéas e os sentimentos publicos podem deixar de ser o móvel e o regulador*.

A luta, ás vezes, trava-se entre facções pessoais e interesses mesquinhos; e, embora a eleição possa ser muito disputada, pôde tambem tornar-se muito menos nacional e menos inspirada nos sentimentos publicos. Semelhante inconveniente, porém, mal pôde ser suspeitado com a eleição directa, que, fazendo cessar este mal, assegura ao paiz todas as vantagens de uma representação mais verdadeira dos interesses e opiniões predominantes nos diversos districtos das provincias, deixa o eleitor desassombrado da pressão e influencia poderosa das chapas do governo ou dos directorios dos partidos, cujos efeitos nas duas ultimas eleições são patentes, depois do restabelecimento da eleição por provincias, decretado na lei de 1875.

O alvo principal do governo representativo, diz Guizot, é pôr publicamente em confronto os grandes interesses e as opiniões diversas que dividem a sociedade e disputam o seu imperio, na justa confiança que dos seus debates sahirão o conhecimento e adopção das leis e medidas que mais convêm ao paiz. Este proposito só se consegue pela victoria da verdadeira maioria, sendo a minoria constantemente presente e ouvida.

« Si a maioria é deslocada ou frustrada por artificio, ha mentira; si a minoria é tirada para fora do combate, ha oppressão. Em um e outro caso, o governo representativo está falseado ou corrompido.

« Todas as leis tendentes á pratica e organização deste governo, como uma lei eleitoral, devem, pois, satisfazer duas condições fundamentais: 1.ª procurar o reconhecimento e a victoria da verdadeira maioria; 2.ª garantir a intervenção e o livre esforço da minoria.

A eleição de dous grãos, e maiormente a eleição por provincias, tirava ao eleitor a influencia propria e decisiva, e, portanto, interesse e zelo na eleição, que de outros partia verdadeiramente, e ao corpo eleitoral só cabia homologar.

Si o fim da eleição é enviar ao centro do Estado os homens mais capazes e mais acreditados do paiz, cumpre que o eleitor possa livremente querer e escolher; para isso é indispensavel que os eleitores sejam entre si relacionados, possam entender-se antes da eleição e conheçam os candidatos em que depositem a sua confiança. Sem estas condições não se farão eleições que sejam verdadeiras escolhas e voto dos eleitores. A historia eleitoral da Inglaterra é o mais forte testemunho a favor da eleição directa, e por districtos que elegem poucos representantes: nunca houve outra forma de eleições naquella paiz, e seu exemplo nos sirva de guia; seguiremos o governo parlamentar.

O art. 16 do projecto trata da eleição de camaras municipais e juizes de paz, e a commissão entende que deve ser adoptado, e que urge attender a assumpto tão importante, como a administração municipal e parochial, nas quaes deve começar e basear-se o edificio das nossas liberdades.

No art. 17 se estabelecem algumas penalidades, exigidas para sancção de infracções da nova lei, si fôr, como entende a commissão que deve ser adoptada.

Por ultimo, a commissão tem o dever de declarar á camara que, havendo ouvido o ministerio, foram por elle aceitas as emendas que a commissão offerece á sua proposta, e nestes termos, para facilitar e simplificar a discussão, incorporou-as no projecto substitutivo que offerece, para ser discutido como emenda da proposta do poder executivo.

Sala das sessões em 24 de Maio de 1880. — *Martinho Campos*. — *Martim Francisco Ribeiro de Andrada*. — *Carlos Affonso de Assis Figueiredo*. — *Joaquim Saldanha Marinho*, com restricções. — *Prado Pimentel*, com restricções. — *Dr. Tavares Belfort*, com restricções. — *Jaquim Nabuco*, com restricções. — *Dr. José Luiz de Almeida Couto*. — *Theodureto Carlos de Faria Sauto*. — *Franklin Dória*. — *Baptista Pereira*, com restricções. — *Liberato Barroso*. — *Ruy Barboza*. — *Esperidião Eloy de Barros Pimentel*. — *O.H. de Aquino e Castro*, com restricções. — *Antonio de Siqueira Andrade Pinto*, com restricções. — *J. Silveira de Souza*. — *Franco de Sá*, com restricções.

REFORMA ELEITORAL

Projecto substitutivo.

Art. 1.º

As nomeações dos senadores e deputados para a assemblea geral e dos membros das assembleas legislativas provinciaes, dos vereadores e juizes de paz e qualquer outra autoridade electiva nacional ou local serão feitas por eleições directas, nas quaes tomarão parte todos os cidadãos considerados eleitores, em virtude da presente lei.

Dos eleitores.

Art. 2.º

É eleitor todo o cidadão brasileiro, nato ou naturalizado, catholico ou acatholico, ingenuo ou liberto, comprehendido nos §§ 1.º, 2.º, 3.º,

4.º, e 5.º do art. 6.º da Constituição do Imperio, estando no gozo de seus direitos politicos, dadas as seguintes condições:

§ 1.º Ser maior de 21 annos, com exercicio effectivo dos direitos civis.

§ 2.º Perceber por bens immoveis, commercio, industria, emprego, titulos de divida publica, acções de bancos e companhias legalmente autorizadas, deposito nas caixas economicas do governo, renda annual não inferior a 200\$; ou achar-se comprehendido nos §§ 1.º, 2.º, 3.º e 4.º do art. 3.º desta lei.

Art. 3.º

A prova da renda, de que trata o artigo anterior, far-se-ha:

§ 1.º Quanto á renda proveniente de immoveis:

I—Si o immovel se acha na demarcação da decima urbana, por certidão da repartição fiscal de estar o immovel averbado com o valor locativo não inferior a 200\$;

II—Si o immovel não se acha na demarcação da decima urbana:

Occupado pelo proprio dono—pela computação da renda á razão de 6 % sobre a importancia do capital que o immovel represente, verificada pelo titulo de aquisição, por compra, troca, doação ou herança, ou por sentença judicial reconhecendo a propriedade ou posse;

Não occupado pelo proprio dono—pela exhibição do contrato lançado em livro de notas, com a declaração do preço do aluguel ou arrendamento do immovel, conforme o n. 1.

§ 2.º Quanto á renda proveniente de industria ou profissão:

I—Com certidão de se estar inscripto no registro do commercio, como negociante, corretor, agente de leilões, guarda-livros, primeiro caixeiro de casa commercial, capitão de navio, piloto de carta, administrador de fabrica;

II—Com certidão, passada por uma Repartição Fiscal, de possuir-se fabrica, officina ou estabelecimento commercial ou industrial, pagando contribuição correspondente á renda legal;

III—Com certidão ou talão de pagamento de imposto de industria e profissão, ou de qualquer outro baseado no valor locativo de immovel urbano ou rural, na importancia não inferior a 24\$ no municipio da corte, a 12\$ dentro das cidades e a 6\$ nos demais lugares do Imperio.

Consideram-se tambem como imposto de industria e profissão as taxas, tanto geraes como provinciaes, sobre os engenhos de assucar, de aguardente, de mineração, de serraria, e sobre quaesquer productos rurais ou industriaes, e as taxas de exportação de productos agricolas, quer sejam pagas pelo proprietario quer pelo arrendatario.

§ 3.º Quanto á renda proveniente de titulos de divida publica geral ou provincial—por certidão autentica de possuir o cidadão no proprio nome ou, si fôr casado, no da mulher, seis mezes antes do alistamento, titulos que produzam annualmente quantia não inferior á renda exigida.

§ 4.º Quanto á renda proveniente de acções de bancos e companhias, legalmente autorizadas, e deposito em caixas economicas do governo—por certidão autentica de possuir o cidadão, seis mezes antes do alistamento, no proprio nome ou no da mulher, si fôr casado, titulos que produzam quantia não inferior á mencionada renda annual.

Art. 4.º

São considerados como tendo a renda legal, independentemente destas provas :

§ 1.º Os habilitados com diplomas scientificos ou litterarios de qualquer faculdade, academia, escola ou instituto nacional ou estrangeiro, legalmente verificados.

O titulo comprobatorio será o proprio diploma ou documento que o suppra.

§ 2.º Os clérigos de ordens sacras.

§ 3.º Os que exercerem o magisterio publico ou particular ou dirigirem casas de educação e ensino.

Servirá de prova para este fim certidão passada pelo inspector ou director de instrucção publica na côrte ou nas provincias.

§ 4.º Os senadores e os que forem ou em qualquer tempo tiverem sido deputados geraes ou provinciaes, vereadores e juizes de paz.

§ 5.º Os empregados do corpo diplomatico ou consular.

§ 6.º Os officiaes do exercito, da armada e dos corpos policiaes, comprehendidos os activos e da reserva, reformados e honorarios.

§ 7.º Os funcionarios publicos geraes, provinciaes ou municipaes que tiverem vencimentos superiores a 200\$, com direito á aposentação.

Alistamento.

Art. 5.º

O processo da Lei n. 2675 de 20 de Outubro de 1875 vigorará para o primeiro alistamento dos eleitores na execução desta lei, em tudo que não fôr expressamente revogado ou contrario ás suas disposições.

Art. 6.º

O alistamento preparado pelas juntas parochiaes constituidas, segundo a citada Lei de 20 de Outubro de 1875, será apurado pelas juntas municipaes compostas do juiz municipal, como presidente, do vereador mais votado e do primeiro juiz de paz do districto da matriz.

Nos municipios onde não houver juiz municipal servirá o 1.º supplente, e nas comarcas especiaes o 1.º juiz substituto.

§ 1.º Apurado definitivamente o alistamento, as juntas municipaes farão extrahir immediatamente tres cópias do mesmo, das quaes serão enviadas, duas ao juiz de direito, e a terceira ao ministro do imperio na côrte, e aos presidentes nas provincias.

Terão igual destino as cópias das listas supplementares, organizadas em virtude dos recursos attendidos.

§ 2.º O juiz de direito, apenas receber as cópias do alistamento, depois de examinar a sua authenticidade e rubricar-as folha por folha, re-

metterá uma ao presidente da camara municipal e outra ao tabellião, na fôrma e para o fim que vai adiante declarado.

No caso de não estarem authenticadas as cópias, o juiz de direito as devolverá ás juntas, assim de que voltem na devida fôrma.

§ 3.º Haverá dous registros dos eleitores: um na camara municipal e outro no cartorio de um tabellião designado na côrte pelo ministro do imperio, e nas provincias pelos presidentes.

Nas cidades ou villas que tiverem um só tabellião será este o encarregado do registro.

§ 4.º O registro da camara municipal ficará a cargo do secretario em tantos livros quantas forem as parochias; e o do tabellião em um grande livro para os eleitores de todas as parochias do municipio.

Os livros do registro eleitoral serão abertos, numerados, rubricados e encerrados pelo juiz de direito.

§ 5.º O registro eleitoral ficará concluido dentro de trinta dias, contados da data em que tiver sido entregue a cópia do alistamento, certificada pelo agente do correio ou pelo official de justiça.

§ 6.º Além dos livros a que se refere o § 4.º, haverá um de talões impressos, no qual o secretario da camara municipal lavrará as certidões de registro, consignando nos claros o nome, idade, filiação, estado, profissão ou renda de cada eleitor, sendo estas certidões authenticadas pelo tabellião encarregado do registro ou, em seu impedimento reconhecido pelo juiz de direito, authenticadas pelo referido secretario.

E' titulo de eleitor a certidão extrahida do dito livro.

§ 7.º Concluido o registro, as cópias do alistamento serão archivadas na camara municipal.

Os titulos de eleitor serão extrahidos no prazo improrogavel de trinta dias, contados daquelle em que se tiver concluido o registro; findo este prazo, serão os ditos titulos entregues aos juizes de paz em exercicio, os quaes deverão distribuil-os, depois de mandar affixar editaes convidando os eleitores a receber-os em lugar annunciado; trinta dias depois de designado para a entrega dos titulos, os que não tiverem sido procurados serão recolhidos á camara municipal, assim de serem entregues á medida que forem exigidos.

§ 8.º Os titulos serão recebidos pelos proprios donos, os quaes deverão assignal-os á margem, perante o juiz de paz ou secretario da camara, quando a entrega fôr feita por este funcionario, devendo outrossim deixar em livro especial recibo do seu proprio punho.

Art. 7.º

As juntas parochiaes se reunirão annualmente na primeira domingo de Setembro, assim de verificar as alterações do alistamento por morte ou mudança de domicilio, e incluirem no mesmo alistamento todos os que requererem e provarem ter adquirido as qualidades de eleitor pela presente lei. No caso de mudança de parochia basta a apresentação do titulo do eleitor mudado, para que a junta o inclua no alistamento, uma vez provada a mudança.

A junta municipal deverá reunir-se annualmente na primeira dominga de Novembro, a fim de apurar e organizar o alistamento dos eleitores, apreciando como de justiça as modificações feitas pelas respectivas juntas parochiaes.

§ 1.º As alterações que se derem serão publicadas pela imprensa, onde a houver, ou por editaes affixados em lugares publicos.

§ 2.º Decorridos trinta dias, contados da publicação, a junta municipal se reunirá novamente para ouvir as reclamações que appareçam, enviando afinal ao juiz de direito a lista das alterações verificadas.

§ 3.º O recurso contra exclusões individuaes cabe unicamente ao cidadão excluido, por si ou por seu especial procurador.

§ 4.º O recurso contra inclusões indevidas póde ser interposto por qualquer cidadão residente e já qualificado eleitor em sua parochia.

§ 5.º Das decisões da junta municipal para a exclusão, em caso de morte ou mudança de domicilio, cabe recurso para o juiz de direito, que o decidirá no prazo de dez dias, depois de ouvir o promotor publico.

§ 6.º As sentenças do juiz de direito julgando decisões da junta parochial ou da junta municipal serão definitivas: dellas não caberá recurso.

Dos elegiveis.

Art. 8.º

E' elegivel para os cargos de senador, deputado geral, membro da assemblea legislativa provincial, vereador, juiz de paz e quaesquer outros creados por lei todo o cidadão comprehendido no art. 2.º, salvas as restricções adiante enumeradas.

§ 1.º E' condição especial de elegibilidade:

Para senador do imperio—ser maior de quarenta annos;

Para deputado geral ou membro da assemblea provincial—ser maior de vinte e cinco annos, salvo si o eleito tiver algum grão scientifico.

Para membros das assembleas provinciales—a de residencia não interrompida de dous annos na provincia.

Para vereador—a de residencia não interrompida durante dous annos, pelo menos, dentro do municipio; e para juiz de paz—a mesma residencia de dous annos no respectivo districto.

Art. 9.º

Não podem ser votados para senador, deputado á assemblea geral ou para membro da assemblea provincial:

(A) Em todo o Imperio:

Os membros do supremo tribunal de justiça, os directores geraes do thesouro e os directores geraes das secretarias de estado.

(B) Nas provincias em que exercerem autoridade ou jurisdicção:

Presidentes de provincia.

Bispos.

Commandantes de armas.

Generaes em chefe de terra ou mar.

Chefes de estações navacs.

Capitães de porto.

Inspectores do arsenaes.

Commandantes de corpos militares e de policia.

Secretarios de governo.

Inspectores do Thesourarias gernas ou provinciales e chefes de repartição de arrecadação.

Inspectores da instrução publica e directores de faculdades.

Inspectores das alfandegas.

Desembargadores.

Juizes de direito.

Chefes de policia.

Promotores publicos.

Vigarios capitulares.

Governadores do bispado.

Vigarios geraes, provisores e vigarios foraneos.

Procuradores fiscaes ou dos feitos e seus ajudantes.

(C) Nos districtos em que exercerem autoridade ou jurisdicção:

Os delegados e subdelegados de policia.

§ 1.º A incompatibilidade eleitoral prevalece:

I.—Para os referidos funcionarios e seus substitutos legaes que tiverem estado no exercicio dos respectivos empregos dentro de seis mezes anteriores á eleição secundaria;

II.—Para os substitutos que exercerem os empregos dentro dos seis mezes e para os que precederem na ordem da substituição, e que deviam ou podiam assumir o exercicio;

III.—Para os funcionarios effectivos desde a data da aceitação do emprego ou função publica até seis mezes depois de o terem deixado, em virtude de remoção, accesso, renuncia ou demissão;

IV.—O prazo de seis mezes, a que se referem as disposições anteriores, é reduzido ao de tres mezes, no caso de dissolução da camara dos deputados.

§ 2.º Tambem não poderão ser votados para senador, deputado á assemblea geral ou membro da assemblea legislativa provincial, os

directores de estrada de ferro, emprezarios, contratadores e seus prepostos, arrematantes ou interessados na arrematação de taxas ou rendimentos de qualquer natureza, obras ou fornecimentos publicos, ou em companhias que recebam subvenção, garantia ou fiança de juros ou qualquer auxilio do qual possam auferir lucro pecuniario da fazenda geral, provincial ou das municipalidades, naquellas provincias em que os respectivos contratos e arrematação tenham execução e durante o tempo delles.

A palavra «interessados» não comprehende accionistas.

§ 3.º Não poderão votar nem ser votados:

I.—Os que perderem o direito de cidadão brasileiro. (art. 6.º da Const.)

II.—Os que tiverem suspenso o exercicio dos direitos politicos por incapacidade physica ou moral. (art. 8.º da Const.)

III.—Os criminosos pronunciados em querela ou devassa. (art. 94 n. III da Const.)

Art. 10.

O funcionario publico de qualquer classe que perceba vencimentos ou porcentagens, pagos pelos cofres geral, provinciaes ou municipaes, ou perceba custas por actos de officio de justiça, sendo eleito senador ou deputado á assemblea geral, ou membro das assembleas legislativas provinciaes, e obrigado á opção, perdendo o emprego no caso de aceitar o cargo electivo.

Exceptuam-se desta regra :

- Os ministros e secretarios de estado ;
- Os conselheiros de estado ;
- Os embaixadores e os enviados extraordinarios em missão especial ;
- Os presidentes de provincia.

Art. 11.

O ministro de estado não pôde ser votado para senador, enquanto exercer o seu cargo ; salvo si a provincia por onde se der a vaga for de seu nascimento ou domicilio.

Art. 12.

Os senadores, e durante a legislatura, os deputados á assemblea geral e os membros das assembleas legislativas provinciaes não poderão aceitar do governo geral ou provincial commissões ou empregos remunerados, excepto os de : — conselheiro de estado, presidente de provincia, enviado extraordinario em missão especial, bispo, commandante de forças de terra ou mar em tempo de guerra.

Outrosim, é vedado aos mesmos eleitos a concessão, aquisição ou gozo de privilegios, contratos, arrematações de rendas, obras e fornecimentos publicos, embora a titulo de simples interessados.

Esta disposição não comprehende os privilegios de invenção.

§ 1.º Os senadores que actualmente exercem cargos publicos incompativeis, segundo esta lei, com as funções de senador não perderão os ditos cargos antes de completarem o tempo legal para a aposentação ou jubilação, com os vencimentos que as leis em vigor conferem.

§ 2.º Verificado o preenchimento de tempo para a aposentação ou jubilação, será aposentado, independente de prova de molestia ou inhabilitação.

(O substitutivo deste artigo é o IV da letra C do art. 9.º)

Da eleição.

Art. 13.

A eleição começará e terminará no mesmo dia.

§ 1.º Em cada districto de paz será estabelecida uma junta destinada ao recebimento dos votos ; devendo entretanto o governo, para facilitar o mesmo recebimento, dividir o districto em secções, segundo o exigirem as circunstancias locais e o numero dos eleitores, tendo em vista a disposição da primeira parte deste artigo.

§ 2.º No dia anterior ao marcado para a eleição, as mesas das secções serão provisoriamente installadas, em lugar e edificio de antemão designados, presididas pelos juizes de paz, segundo a sua ordem ; sendo eleitas definitivamente pelos eleitores da respectiva circumscripção, guardando-se as formalidades da legislação vigente.

§ 3.º No dia marcado para a eleição, ás 9 horas da manhã, o presidente da mesa dará começo aos trabalhos, mandando por um dos secretarios proceder á chamada dos eleitores pelas cópias authenticas dos livros do registro da camara municipal.

§ 4.º No recebimento das cédulas se observarão o processo e formalidades estabelecidas na legislação vigente.

§ 5.º Além das notas, que irá tomando um dos secretarios, e das actas que lhe incumbem lavrar, o escrivão de paz, sob sua responsabilidade, irá lançando os nomes dos eleitores que votarem em um livro aberto, numerado, rubricado e encerrado pelo juiz de direito, escrevendo tambem os protestos e declarações de voto, lavrando diariamente um termo que constará de tudo quanto occorrer na eleição.

§ 6.º Não poderá ser recusado o voto do eleitor que se apresentar com seu titulo, sempre que este conferir com as indicações do registro.

§ 7.º O voto será escripto em papel fornecido pela mesa. Ao entregar sua cédula fechada, o eleitor assignará o seu nome em um livro especial aberto, numerado, rubricado e encerrado pelo juiz de direito.

§ 8.º Concluida a eleição, a mesa fará extrahir por um dos seus secretarios tres cópias das actas que serão por ella assignadas, conferidas e subscriptas pelo escrivão de paz, das quaes será uma enviada á camara municipal apuradora, outra ao ministro do imperio na corte, e ao presidente das provincias, e a terceira ao senado, ou á camara dos deputados, ou á assemblea legislativa provincial, conforme a eleição a que se proceder.

Por sua parte os escrivães de paz extrahirão certidões dos termos que tiverem lavrado e farão identica remessa por intermedio do juiz de direito ; igualmente darão ás partes as certidões que forem pedidas.

§ 9.º A camara municipal da cidade ou villa mais importante e mais central do districto, designada pelo governo, fará a apuração dos votos pelas actas das respectivas assembleas parochiaes, vinte dias depois da eleição, e expedirá o diploma ao deputado á assemblea geral ou aos membros das assembleas legislativas provinciaes.

§ 10. Ninguém poderá ser eleito deputado á assemblea geral ou membro das assembleas legislativas provinciaes sem que reuna, pelo menos, a quarta parte dos votos dos eleitores que concorrerem á eleição.

Não havendo cidadãos que reünam esse numero de votos, proceder-se-ha á nova eleição, devendo recahir os suffragios nos dous mais votados.

*Eleição de senadores***Art. 14.**

A eleição de senador continua a ser feita por provincia, em lista triplice, ainda no caso de duas ou mais vagas: nesta hypothese proceder-se-ha á segunda eleição, logo depois da escolha de senador pela primeira vaga, e assim por diante.

§ 1.º Cada eleitor votará em tres nomes, constituindo a lista triplice os tres cidadãos mais votados.

§ 2.º No caso de inclusão de cidadão incompativel, em lista triplice para senador, serão declarados nulos os votos que nelle recaírem, devendo ser incluído na lista o immediato em votos.

*Eleição de deputados geros e provinciaes.***Art. 15.**

As provincias serão divididas em tantos districtos eleitoraes quantos forem os seus deputados á assembléa geral, attendendo-se quanto possível á igualdade de população entre os districtos de cada provincia, respeitando-se a contiguidade do territorio e a integridade do municipio.

§ 1.º Essa divisão será feita de conformidade com as disposições do art. 1.º § 4.º do decreto n. 842 de 19 de Setembro de 1855, com as seguintes modificações:

I.—O municipio da corte será dividido em quatro districtos, dando dous senadores e quatro deputados.

O presidente do senado designará dos actuaes senadores da corte e provincia do Rio de Janeiro aquelles que ficarão representando o referido municipio.

II.—Os municipios das capitães da Bahia e Pernambuco, em tres districtos cada um.

III.—Os das capitães das outras provincias que tiverem mais de 40.000 almas constituirão por si só um districto eleitoral.

§ 2.º Cada districto elegerá um deputado á assembléa geral e tantos membros das assembléas legislativas provinciaes quantos lhe caibam, attendendo á representação da provincia.

§ 3.º No caso de recahir a maioria dos votos para deputado geral ou membro da assembléa provincial em cidadão incompativel, serão estes votos declarados nulos; e proceder-se-ha á nova eleição, na qual não poderá ser votado o candidato cuja eleição tiver sido assim rejeitada.

*Eleição de vereadores e juizes de paz***Art. 16.**

A eleição de vereadores e juizes de paz será feita nos collegios eleitoraes creados por virtude desta lei.

§ 1.º Os vereadores serão eleitos por parochias, elegendo cada uma tantos quantos lhe couber, á vista do numero de parochias do municipio e do numero de vereadores que lhe fôr designado.

§ 2.º O governo, tendo em attenção a população e importancia dos municipios, marcará o numero de vereadores que cada um deve dar, não podendo esse numero exceder de vinte e cinco nem ser menor de sete.

§ 3.º As camaras municipaes terão um presidente e um vice-presidente, os quaes serão eleitos annualmente, e em sua primeira sessão, pelos vereadores d'entre si.

§ 4.º Os vereadores só poderão ser reeleitos quatro annos depois de findo o seu encargo.

*Parte penal.***Art. 17.**

Além das penas doCodigo Criminal, nos crimes contra o livre gozo e exercicio dos direitos politicos e em outros que commetterem os individuos que intervierem no processo eleitoral, ficam estabelecidas as seguintes penas:

§ 1.º Aos membros das juntas parochiaes e municipaes que decidirem contra o allegado e provado as questões sujeitas á sua deliberação: pena—multa de 300\$ a 1.000\$ e inhabilitação para qualquer emprego ou função publica.

—Aos juizes de direito que julgarem contra o allegado e provado: pena—suspensão do emprego por um anno no gráo minimo, perda do mesmo emprego no médio, e perda com inhabilitação para outro qualquer emprego, no maximo.

§ 2.º Aos escrivães, tabelliães e secretarios da camara municipal, por fraude ou omissão no desempenho das funções que lhes são incumbidas: pena—suspensão por um anno no minimo, perda de emprego no médio, e perda com inhabilitação para outro, no maximo.

§ 3.º Aos tabelliães e secretarios da camara municipal, por qualquer demora na extracção e expedição de titulos de eleitor: pena—suspensão por tres mezes e multa de 500\$000.

§ 4.º Aos individuos que se apresentarem com titulo eleitoral de outrem, pretendendo votar: pena—prisão por seis mezes e multa de 200\$000 no gráo minimo; de prisão por nove mezes e multa de 400\$000 no médio, e de prisão por um anno e multa de 600\$000 no maximo.

Art. 18.

Entende-se que é julgar contra o allegado e provado:

§ 1.º Deixar de alistar o cidadão que tenha provado, nos termos desta lei, possuir os requisitos de eleitor.

§ 2.º Alistar o que não possuir esses requisitos.

Art. 19.

No processo e julgamento dos delictos previstos nesta lei se observará o que está estabelecido para o processo e julgamento dos crimes de responsabilidade, sendo competente para formar culpa e julgar o juiz de direito, e quando fôr este o accusado, a relação do districto.

Nestes processos não se cobrarão custas de especie alguma, nem para os mesmos correrão férias.

As primeiras certidões serão passadas gratuitamente.

§ 1.º Tem direito de queixa ou denuncia o cidadão inscripto no registro como eleitor.

§ 2.º A usurpação do título de eleitor dá lugar á prisão em flagrante.

Art. 20.

As instrucções que se expedirem para a execução desta lei consolidará todas as disposições da legislação anterior não revogadas, constituindo assim um código eleitoral.

Art. 21.

Ficam revogadas as disposições em contrario.

Postos a votos as seguintes redacções são approvadas:

REDACÇÕES

Redacção da emenda do Sr. Bezerra de Menezes ao projecto n. 12 de 1880.

A assembléa geral resolve:

Art. 1.º O governo fica autorizado a mandar matricular no 1.º anno da faculdade de medicina do Rio de Janeiro o estudante João Lobo Vianna, que antes do acto desse anno deverá prestar exame de algebra e geometria, unicos preparatorios que lhe faltam.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das commissões em 22 de Maio de 1880. — *Silveira de Souza.* — *Ruy Barboza.* — *Rodolpho E. de S. Dantas.*

Redacção da emenda do Sr. Monte ao projecto n. 12 de 1880.

A assembléa geral resolve:

Art. 1.º O governo é autorizado a mandar matricular no 1.º anno de qualquer das faculdades do Imperio, dispensado o requisito da idade legal, o estudante João Carneiro de Souza Bandeira, si mostrar-se habilitado nos necessarios preparatorios.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das commissões em 22 de Maio de 1880. — *Silveira de Souza.* — *Ruy Barboza.* — *Rodolpho E. de S. Dantas.*

Redacção do projecto n. 307 de 1879.

A assembléa geral resolve:

Art. 1.º Está no caso de ser sancionado o projecto da assembléa provincial do Rio de Janeiro, pelo qual foi autorizada a concessão do melhoramento de reforma do 1.º sargento do corpo policial Arnaldo Luiz Zigno.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das commissões em 24 de Maio de 1880. — *Silveira de Souza.* — *Ruy Barboza.* — *Rodolpho E. de S. Dantas.*

O Sr. **Martinho Campos**: — Tenho remettido á mesa o parecer da commissão especial sobre o projecto da reforma eleitoral.

Tomo I.—31.

Acha-se o parecer assignado por 19 membros da commissão, estando ausente o Sr. Dr. Marcolino Moura e doente o Sr. Florencio de Abreu. Requeiro a V. Ex. que mande imprimir com urgencia o mesmo parecer afim de que possa entrar quanto antes na ordem dos trabalhos.

O Sr. PRESIDENTE: — O illustre relator será attendido.

ORDEN DO DIA

O Sr. PRESIDENTE: — Tem a palavra o Sr. Candido de Oliveira.

O Sr. SERGIO DE CASTRO: — Peço a palavra pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE: — Tem a palavra.

O Sr. **Sergio de Castro**: — Sr. presidente par-ce-me que o regimento da camara dos Srs. deputados não autoriza a V. Ex. conceder urgencia a um membro da camara para fallar sobre um parecer que não foi dado para ordem do dia.

Eu terei summo prazer em discutir o parecer do qual fui relator e que redigi de conformidade com os preceitos do acto adicional e com os interesses do estado relativamente á companhia de mineração ingleza do Morro Velho, mas o que eu não desejo é que fique o precedente da infracção do regimento, pondo-se em discussão um parecer que não foi dado para ordem do dia.

O Sr. PRESIDENTE: — Não ha parecer em discussão; o nobre deputado vai fallar sobre um requerimento de urgencia.

O Sr. SERGIO DE CASTRO: — Permitta-me V. Ex. que lhe diga que o nobre deputado assignalou o objecto da materia do seu requerimento, que é justamente o objecto do parecer. Parace-me que V. Ex. não tinha autorização no regimento para conceder a urgencia...

ALGUNS SRS. DEPUTADOS: — Foi a camara quem votou.

O Sr. SERGIO DE CASTRO: — ... para submeter á votação da camara um requerimento de urgencia.

O Sr. PRESIDENTE: — Para o que eu não tenho autorização é para negar urgencia que a camara concedeu. (*Apoiados.*)

O Sr. SERGIO DE CASTRO: — Então V. Ex. entendendo que observou o regimento?

O Sr. PRESIDENTE: — Sim, senhor.

O Sr. SERGIO DE CASTRO: — Bem, louvo-me na opinião de V. Ex.

O Sr. MARTIM FRANCISCO: — Pedir a palavra pela ordem para solicitar da camara uma urgencia por um quarto de hora.

O Sr. PRESIDENTE: — Não pôde, já estamos na ordem do dia. Tem a palavra o Sr. Candido de Oliveira.

Anexo III:**Lei Eleitoral aprovada em 9 de janeiro de 1881**

DECRETO Nº 3.029, DE 9 DE JANEIRO DE 1881

Reforma a legislação eleitoral

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1º As nomeações dos Senadores e Deputados para a Assembléa geral, membros das Assembléas Legislativas Provinciaes, e quaesquer autoridades electivas, serão feitas por eleições directas, nas quaes tomarão parte todos os cidadãos alistados eleitores de conformidade com esta lei.

A eleição do Regente do Imperio continúa a ser feita na fórmula do Acto Additional á Constituição Política pelos eleitores de que trata a presente lei.

Dos eleitores

Art. 2º E' eleitor todo cidadão brasileiro, nos termos dos arts. 6º, 91 e 92 da Constituição do Imperio, que tiver renda liquida annual não inferior a 200\$ por bens de raiz, industria, commercio ou emprego.

Nas exclusões do referido art. 92 comprehendem-se as praças de pret do exercito, da armada e dos corpos policiaes, e os serventes das repartições e estabelecimentos publicos.

Art. 3º A prova da renda, de que trata o artigo antecedente, far-se-ha:

§ 1º Quanto á renda proveniente de immoveis:

I. Si o immovel se achar na demarcação do imposto predial ou decima urbana – com certidão de repartição fiscal de estar o immovel averbado com valor locativo não inferior a 200\$ ou com recibo daquelle imposto passado pela mesma repartição.

II. Si o immovel não se achar na demarcação do imposto predial ou decima urbana, ou não estiver sujeito a este imposto, ou si consistir em terrenos de lavoura ou de criação, ou em quaesquer outros estabelecimentos agricolas ou ruraes:

Quando occupar o proprio dono – pela computação da renda á razão de 6% sobre o valor do immovel, verificado por titulo legitimo de propriedade ou posse, ou por sentença judicial que as reconheça.

Quando não occupar o proprio dono – pela computação da renda feita do mesmo modo, ou pela exhibição de contrato do arrendamento ou aluguel do immovel, lançado em livro de notas com antecedencia de um anno, pelo menos, e expressa declaração do preço do arrendamento ou aluguel.

§ 2º Quanto á renda proveniente de industria ou profissão:

I. Com certidão que mostre estar o cidadão inscripto, desde um anno antes, no registro do commercio, como negociante, corretor, agente de leilões, administrador de trapiche, capitão de navio, piloto de carta, ou como guarda-livros ou 1º caixeiro de casa commercial, ou administrador de fábrica industrial, uma vez que a casa commercial ou a fabrica tenha o fundo capital de 6:800\$ pelo menos.

II. Com a certidão, passada pela respectiva repartição fiscal, de possuir o cidadão fabrica, officina ou outro estabelecimento industrial ou rural, cujo fundo capital seja, pelo menos, de 3:400\$, ou com certidão ou talão de pagamento de imposto de industria ou profissão ou de qualquer outro imposto baseado no valor locativo do immovel urbano ou rural, em importancia annual não inferior a 24\$ no municipio da Côrte, a 12\$ dentro das cidades e a 6\$ nos demais lógaes do Imperio.

III. Com certidão, passada pela respectiva repartição fiscal de possuir o cidadão estabelecimento commercial, cujo fundo capital seja 3:400\$, pelo menos, e pelo qual também pague o imposto declarado no numero antecedente.

IV. Os impostos a que se referem os dous ultimos numeros só conferem a capacidade eleitoral, havendo sido pagos pelo menos um anno antes do alistamento.

Não servirão para prova da renda quaesquer outros impostos não mencionados nesta lei.

§ 3º Quanto á renda proveniente de emprego publico:

I. Com certidão do Thesouro Nacional e das Thesourarias de Fazenda geraes e provinciaes, que mostre perceber annualmente o cidadão ordenado não inferior a 200\$, por emprego que dê direito á aposentação, não sendo, porém, esta ultima condição applicavel aos empregados do Senado, da Camara dos Deputados e das Assembléas Legislativas Provinciaes, comtanto que tenham nomeação effectiva.

II. Com igual certidão das Camaras Municipaes, quanto aos que nellas exercerem empregos que dê direito á aposentação.

III. A mesma prova servirá para os empregados aposentados ou jubilados e para os officiaes reformados do exercito, da armada e dos corpos policiaes, comprehendidos os officiaes honorarios que percebam soldo ou pensão.

IV. Os serventuarios providos vitaliciamente em officios de justiça, cuja locação não fôr inferior a 200\$ por anno, provarão a respectiva renda com certidão da lotação dos mesmos officios, passada pela repartição competente.

§ 4º Quanto á renda proveniente de titulos de divida publica geral ou provincial – com certidão authentica de possuir o cidadão no proprio nome ou, si fôr casado, no da mulher, desde um anno antes do alistamento, titulos que produzam annualmente quantia não inferior á renda exigida.

§ 5º Quanto á renda proveniente de acções de bancos e companhias, legalmente autorizados, e de depositos em caixas economicas do Governo – com certidão authentica de possuir o cidadão, desde um anno antes do alistamento, no proprio nome ou, si fôr casado, no da mulher, titulos que produzam quantia não inferior á mencionada renda.

Art. 4º São considerados como tendo a renda legal, independentemente de prova:

I. Os Ministros e os Conselheiros de Estado, os Bispos, e os Presidentes de provincia e seus secretarios.

II. Os Senadores, os Deputados á Assembléa Geral e os membros das Assembléas Legislativas Provinciaes.

III. Os magistrados perpetuos ou temporarios, o secretario do Supremo Tribunal de Justiça e os das Relações, os promotores publicos, os curadores geraes de orphãos, os Chefes de Policia e seus secretarios, os delegados e subdelegados de policia.

IV. Os crerigos de ordens sacras.

V. Os directores do Thesouro Nacional e das Thesourarias de Fazenda geraes e provinciaes, os procuradores fiscaes e os dos Feitos da Fazenda, os inspectores das Alfandegas e os Chefes de outras repartições de arrecadação.

VI. Os directores das Secretarias de Estado, o inspector das terras publicas e colonisação, o director geral e os administradores dos Correios, o director geral e vice-director dos Telegraphos, os inspectores ou directores das Obras Publicas geraes ou provinciaes, os directores das estradas de ferro pertencentes ao Estado, e os chefes de quaesquer outras repartições ou estabelecimentos públicos.

VII. Os empregados do Corpo Diplomatico ou Consular.

VIII. Os officiaes do exercito, da armada e dos corpos policiaes.

IX. Os directores, lentes e professores das faculdades, academias e escolas de instrucção superior, os inspectores geraes ou directores da instrucção pública na Côrte e provincias, os directores ou reitores de institutos, collegios ou outros estabelecimentos publicos de instrucção, e os respectivos professores, os professores publicos de instrucção primaria por titulo de nomeação effectiva ou vitalicia.

X. Os habilitados com diplomas scientificos ou litterarios de qualquer faculdade, academia, escola ou instituto nacional ou estrangeiro, legalmente reconhecidos.

Será titulo comprobatorio o proprio diploma ou documento authenticico que o suppra.

XI. Os que desde mais de um anno antes do alistamento dirigirem casas de educação ou ensino, frequentadas por 20 ou mais alumnos, ou leccionarem nas mesmas casas.

Servirá de prova – certidão passada pelo inspector ou director da instrucção publica na Côrte ou nas provincias.

XII. Os juizes de paz e os vereadores effectivos do quadriennio de 1877 – 1881 e do seguinte, e os cidadãos qualificados jurados na revisão feita no anno de 1879.

Art. 5º O cidadão que não puder provar a renda legal por algum dos meios determinados nos artigos precedentes será admittido a fazel-o:

I. Pelo valor locativo do predio em que houver residido desde um anno antes, pelo menos, com economia propria, sendo o valor locativo annual, por elle pago, de 400\$ na cidade do Rio de Janeiro, de 300\$ nas da Bahia, Recife, S. Luis do Maranhão, Belem do Pará, Nictheroy, S. Paulo e Porto Alegre, de 200\$ nas demais cidades, e de 100\$ nas villas e outras povoações.

II. Pelo valor locativo annual de 200\$, pelo menos, de terrenos de lavoura ou de criação, ou de quaesquer outros estabelecimentos agricolas ou ruraes, que o cidadão haja tomado por arrendamento desde um anno antes.

§ 1º A prova será dada em processo summario perante o juiz de direito da comarca; e, nas que tiverem mais de um juiz de direito, perante qualquer delles, e será a seguinte:

I. Quanto aos predios sujeitos ao imposto predial ou decima urbana – certidão de repartição fiscal, de que conste estarem averbados com o referido valor locativo annual.

II. Quanto aos predios não sujeitos ao dito imposto ou decima – contrato de arrendamento ou aluguel, celebrado por escriptura publica com a data de um anno antes, pelo menos, ou por escripto particular lançado com igual antecedencia em livro de notas, havendo expressa declaração do preço do arrendamento ou aluguel; e, em falta destes documentos – o titulo legitimo ou sentença passada em julgado, que prove ter o ultimo dono do predio adquirido a propriedade ou posse deste por valor sobre o qual, á razão de 6%, se compute a renda annual, na importancia declarada no n. I deste artigo.

III. Quanto aos terrenos de lavoura ou criação, ou outros estabelecimentos agricolas ou ruraes – contrato de arrendamento por escriptura publica com a data de um anno antes, pelo menos, havendo expressa declaração do preço.

IV. A's provas que ficam designadas se addicionará sempre o recibo do proprietario do predio, terreno ou estabelecimento, com data não anterior a um mez, provando estar pago até então do preço do arrendamento ou aluguel.

§ 2º O juiz de direito julgará, á vista das provas estabelecidas no paragrapho antecedente, por sentença proferida no prazo de 15 dias, ouvindo o promotor publico, que responderá dentro do de cinco dias.

Nenhum processo comprehenderá mais de um cidadão, e nelle não terá logar pagamento de sello, nem de custas, excepto as dos escrivães, que serão cobrados pela metade.

§ 3º A sentença do juiz de direito será fundamentada e della haverá recurso voluntario para a relação do districto, interposto dentro do prazo de 10 dias pelo proprio interessado ou por seu procurador especial, no caso de exclusão; e por qualquer eleitor da parochia ou districto, no caso de admissão.

§ 4º As certidões e outros documentos exigidos para o alistamento dos eleitores são isentos de sello e de quaesquer outros direitos.

§ 5º Em caso de falta ou impedimento, o juiz de direito será substituido:

Nas comarcas que tiverem um só juiz de direito: 1º pelo juiz municipal effectivo da séde de comarca; 2º pelos juizes municipaes effectivos dos outros termos da mesma comarca, que forem mais vizinhos.

Nas comarcas que tiverem mais de um juiz de direito: 1º pelos outros juizes de direito, conforme a regra geral de sua substituição; 2º pelos juizes substitutos formados, de conformidade com a mesma regra.

Si todos elles faltarem ou acharem-se impedidos, o processo será feito perante o juiz de direito da comarca mais vizinha.

Do alistamento eleitoral

Art. 6º O alistamento dos eleitores será preparado, em cada termo, pelo respectivo juiz municipal, definitivamente organizado por comarcas pelos juizes de direito destas.

§ 1º Na côrte o Ministro do Imperio, e nas provincias os Presidentes, marcarão dia para começo dos trabalhos do primeiro alistamento que se fizer em virtude desta lei.

§ 2º Nas comarcas que tiverem mais de um juiz de direito, tanto o preparo como a organização definitiva do alistamento serão feitos pelos juizes de direito, cada um no respectivo districto criminal, competindo ao do 1º o registro do alistamento geral dos eleitores de toda a comarca, pelo modo estabelecido nos §§ 8º a 11 deste artigo.

Para este fim ser-lhe-hão remettidos pelos outros juizes os alistamentos parciaes que tiverem organizado.

§ 3º Em caso de falta ou impedimento, o juiz de direito será substituído: 1º pelo juiz municipal effectivo da séde da comarca; 2º pelos juizes municipaes effectivos dos outros termos da mesma comarca, que forem mais vizinhos.

Nas comarcas que tiverem mais de um juiz de direito: 1º pelos outros juizes de direito, conforme a regra geral de sua substituição; 2º pelos juizes substitutos formados, de conformidade com a mesma regra.

Si todos elles faltarem ou acharem-se impedidos, o alistamento dos eleitores será organizado pelo juiz de direito da comarca mais vizinha.

§ 4º Nenhum cidadão será incluído no alistamento dos eleitores sem o ter requerido por escripto e com assignatura sua ou de especial procurador, provando o seu direito com os documentos exigidos nesta lei.

Em cada requerimento não poderá figurar mais que um cidadão.

O juiz de direito e os juizes municipaes serão, porém, incluídos ex-officio no alistamento da parochia de seu domicilio.

§ 5º Só no alistamento da parochia em que tiver domicilio poderá ser incluído o cidadão que fôr reconhecido eleitor.

§ 6º Os requerimentos de que trata o § 4º serão entregues aos juizes municipaes no prazo de 30 dias, contados da data do edital em que estes deverão convidar para tal fim os cidadãos dos seus municipios.

Desses requerimentos e dos documentos que os acompanharem, ou forem posteriormente apresentados, darão recibo os juizes municipaes.

§ 7º Estes mesmos juizes, no prazo de 10 dias, exigirão por despachos lançados naquelles requerimentos, e que serão publicados por edital, a apresentação dos documentos legais que não tiverem sido juntos, sendo concedido para essa apresentação o prazo de 20 dias.

§ 8º Findo este ultimo prazo, os juizes municipaes enviarão aos juizes de direito da comarca, dentro do de 20 dias, todos os requerimentos recebidos e respectivos documentos, acompanhados de duas relações, que organizarão por municipios, parochias e districtos de paz, sendo collocados os nomes por ordem alphabetica em cada quarteirão.

Em uma destas relações se conterão os nomes dos cidadãos que houverem exhibido todos os documentos legais, em devida fórma, e na outra se mencionarão os nomes daquelles cujos requerimentos não se acharem completamente instruídos ou forem acompanhados de documentos defeituosos, declarando-se as faltas ou defeitos. Em ambas as relações farão os juizes municipaes as observações que lhes parecerem convenientes para esclarecimento dos juizes de direito.

§ 9º Os juizes de direito, dentro do prazo de 45 dias, contados do em que tiverem recebido os requerimentos preparados pelos juizes municipaes e as respectivas relações, julgarão provado ou não o direito de cada cidadão de ser reconhecido eleitor, por despachos fundamentados, proferidos nos proprios requerimentos; e, de conformidade com estes despachos, organizarão o alistamento geral e definitivo dos eleitores por comarcas, municipios, parochias, districtos de paz e quarteirões, podendo para esse fim exigir de quaesquer autoridades ou empregados publicos as informações de que necessitarem.

Nos dez primeiros dias do dito prazo será permittido aos cidadãos apresentar aos juizes de direito, para serem juntos aos seus requerimentos, os

documentos exigidos pelos juizes municipaes, ou quaesquer outros que melhor provem o seu direito, quando não tenham podido fazel-o perante estes em tempo proprio, devendo ser informados pelos respectivos juizes municipaes os requerimentos que acompanharẽ esses documentos.

§ 10. No prazo de 20 dias em seguimento do estabelecido no paragrapho antecedente, os juizes de direito farão extrahir cópia do alistamento geral da comarca, das quaes remetterão – uma ao Ministro do Imperio na Côrte, ou nas provincias ao Presidente, e outra ou outras ao tabellião ou tabelliães a quem competir fazer o registro do mesmo alistamento. Além destas farão tambem extrahir cópias parciaes do alistamento, contendo cada uma o relativo a cada municipio da comarca, as quaes remetterão aos respectivos juizes municipaes, que as publicarão por edital logo que as receberem, e as farão registrar pelo tabelião ou tabeliães do municipio, quando este não fôr o da cabeça da comarca.

Em falta absoluta de tabelião será feito este serviço pelo escrivão ou escrivães de paz, que o juiz competente designar.

§ 11. Si houver mais de um tabelião na cabeça da comarca ou no municipio, o juiz de direito ou o juiz municipal poderá mandar fazer o registro por dous ou mais, quando julgar conveniente esta divisão do trabalho á vista do numero das parochias ou dos districtos de paz, designando quaes os municipios, parochias ou districtos de paz que ficarão a cargo de cada um.

§ 12. O registro será feito em livro fornecido pela respectiva Camara Municipal, aberto e encerrado pelo juiz de direito ou pelo juiz municipal, os quaes tambem numerarão e rubricarão as folhas do mesmo livro.

§ 13. O registro ficará concluido no prazo de 40 dias, contados do em que o respectivo tabellião houver recebido a cópia do alistamento. Esta cópia será devolvida ao juiz competente com declaração da data do registro.

O trabalho do registro terá preferencia a qualquer outro.

§ 14. Os titulos de eleitor, extrahidos de livros de talões impressos, serão assignados pelos juizes de direito que tiverem feito o alistamento.

Estes titulos conterão, além da indicação da provincia, comarca, municipio, parochia, districto de paz e quarteirão, o nome, idade, filiação, estado, profissão, domicilio e renda do eleitor, salvas as excepções do art. 4º, a circumstancia de saber ou não ler e escrever, e o numero e data do alistamento.

Os titulos serão extrahidos e remetidos aos juizes municipaes dentro do prazo de 30 dias, contados do em que se tiver concluido o alistamento geral.

Quarenta e oito horas depois de terem recebido os titulos, os juizes municipaes convidarão por edital os eleitores, comprehendidos nos alistamentos dos respectivos municipios, para os irem receber, dentro de 40 dias, nos logares que para este fim designarem, desde as 10 horas da manhã até ás 4 da tarde.

Nas comarcas especiaes a entrega dos titulos será feita pelos juizes de direito, que tiverem organizado o alistamento.

§ 15. Os titulos serão entregues aos proprios eleitores, os quaes os assignarão á margem perante o juiz municipal ou juiz de direito; e em livro especial passarão recibo com sua assignatura, sendo admittido a assignar pelo eleitor, que não souber ou não puder escrever, outro por elle indicado.

§ 16. Os titulos dos eleitores, que os não tiverem procurado dentro do prazo designado para sua entrega, serão remetidos pelo juiz competente ao tabellião que houver feito o registro do respectivo alistamento, o qual os conservará sob sua guarda, afim de entregal-os quando forem solicitados pelos proprios eleitores, satisfeita por estes a exigencia do paragrapho antecedente, sendo assignados o titulo e recibo deste perante o mesmo tabellião.

§ 17. Quando o juiz municipal ou juiz de direito recusar ou demorar por qualquer motivo a entrega do titulo, poderá o proprio eleitor, por simples requerimento, recorrer do juiz municipal para o juiz de direito, e deste para o Ministro do Imperio na Côrte, ou nas provincias para os Presidentes destas.

Nestes casos o juiz de direito, ou o Ministro do Imperio na Côrte e os Presidentes nas provincias, mandarão por despacho, dentro de 24 horas, que o juiz recorrido responda, o que este deverá fazer dentro de igual prazo, contado da hora em que houver recebido o requerimento, e que será certificada pelo agente do Correio ou pelo official de justiça encarregado da entrega.

O recurso será decidido dentro do prazo de 5 dias, contados do recebimento da resposta do juiz recorrido; ou da data em que deveria ter sido dada.

No caso de recusa ou demora na entrega do titulo pelo tabelião que tiver sob sua guarda, haverá recurso, pelo modo acima estabelecido, para o juiz de direito, na cabeça da comarca, e fóra desta, para o respectivo juiz municipal.

§ 18. No caso de perda de titulo poderá o eleitor requerer ao competente juiz de direito novo titulo, á vista de justificação daquella perda com citação do promotor publico, e de certidão do seu alistamento.

O despacho será proferido no prazo de 48 horas; e, si fôr negativo, haverá recurso para o Ministro do Imperio na Côrte, ou nas provincias para os Presidentes destas.

No novo titulo e no respectivo talão se fará declaração da circumstancia de ser segunda via e do motivo pelo qual foi passado.

Do mesmo modo se procederá quando se passar novo titulo, no caso de verificar-se erro no primeiro.

Art. 7º Para o primeiro alistamento que se fizer, em virtude desta lei, ficam reduzidos a 4 mezes os prazos de que se trata nos arts. 3º § 1º n. II, § 2º ns. I e IV, § 4º e § 5º; art. 4º n. XI; e art. 5º ns. I e II, e § 1º ns. II e III relativamente ás provas de renda.

Art. 8º No primeiro dia util do mez de Setembro de 1882, e de então em diante todos os annos em igual dia, se procederá a revisão do alistamento geral dos eleitores, em todo o Imperio, sómente para os seguintes fins:

I. De serem eliminados os eleitores que tiverem fallecido ou mudado de domicilio para fóra da comarca, os fallidos não rehabilitados, os que estiverem interdictos da administração de seus bens, e os que, nos termos dos art. 7º e 8º da Constituição, houverem perdido os direitos de cidadão brasileiro ou não estiverem no gozo de seus direitos politicos.

II. De serem incluidos no dito alistamento os cidadãos que requererem e provarem ter adquirido as qualidades de eleitor de conformidade com esta lei, e souberem ler e escrever.

§ 1º A prova de haver o cidadão attingido a idade legal será feita por meio da competente certidão; e a de saber ler e escrever pela lettra e assignatura do cidadão que requerer a sua inclusão no alistamento, uma vez que a lettra e firma estejam reconhecidos por tabellião no requerimento que para este fim dirigir.

§ 2º Para que si considere o cidadão domiciliado na parochia, exige-se que nella resida um anno antes da revisão do alistamento geral dos eleitores, salva a disposição do § 4º

§ 3º O eleitor eliminado do alistamento de uma comarca, por ter mudado para outra seu domicilio, será incluido no alistamento desta, bastando para este fim

que perante o juiz de direito da ultima comarca prove o novo domicilio e exhiba seu titulo de eleitor com a declaração da mudança, nelle posta pelo juiz de direito respectivo, ou, em falta deste titulo, certidão da sua eliminação, por aquelle motivo, do alistamento em que se achava seu nome.

§ 4º Si a mudança de domicilio fôr para a parochia, districto de paz ou secção comprehendidos na mesma comarca, o juiz de direito desta, requerendo o eleitor, fará no alistamento as necessarias declarações.

§ 5º A eliminação do eleitor terá logar sómente nos seguintes casos: – de morte, á vista da certidão de obito; – de mudança do domicilio para fóra da comarca, em virtude do requerimento do proprio eleitor ou de informações da competente autoridade, precedendo annuncio por edital affixado com antecedencia de 30 dias em logar publico da séde da comarca e na parochia, districto de paz ou secção de sua residencia, ou de certidão authentica de estar o eleitor alistado em outra parochia de comarca diversa, onde tenha estabelecido novo domicilio, sendo apresentada esta certidão por meio de requerimento assignado por pessoa competente nos termos do § 7º; – e no de perda dos direitos de cidadão brasileiro ou suspensão do exercicio dos direitos politicos, de fallencia ou interdicção da gerencia de seus bens, á vista das provas exigidas no § 22 do art. 1º do Decreto Legislativo nº 2.675 de 20 de Outubro de 1875.

§ 6º Nos trabalhos das revisões dos alistamentos serão observadas as disposições desta lei relativas ao processo estabelecido para o primeiro alistamento geral, reduzidos porém a 10 dias os prazos dos §§ 7º e 8º, a 30 o do § 9º, a 10 o do § 10, e a 30 os dos §§ 13 e 14, todos do art. 6º

§ 7º A eliminação do eleitor, em qualquer dos casos do n. I deste artigo, será requerida pelo promotor publico ou pelo seu adjunto, ou por tres eleitores da respectiva parochia, por meio de petição documentada nos termos do § 3º.

Os documentos serão fornecidos gratuitamente pela repartição ou pelo funcionario publico competente.

§ 8º As eliminações, inclusões e alterações que se fizerem nos alistamentos, quando se proceder a sua revisão, serão publicadas, com a declaração dos motivos, por editaes affixados nas portas das matrizes e capellas, ou em outro logares publicos.

§ 9º Concluidos os trabalhos das revisões e extrahidas as necessarias cópias, o juiz de direito passará os titulos de eleitor que competirem aos novos

alistados, seguindo-se para sua expedição e entrega as disposições dos §§ 14 a 16 do art. 6º desta lei.

§ 10. No caso de dissolução da Camara dos Deputados, servirá para a eleição o alistamento ultimamente revisto, não se procedendo á nova revisão entre a dissolução e a eleição que se fizer em consequencia della.

Art. 9º As decisões dos juizes de direito sobre a inclusão dos cidadãos no alistamento dos eleitores, ou a sua exclusão deste, serão definitivas.

Dellas, porém, terão recurso para a Relação do districto, sem effeito suspensivo: 1º os cidadãos não incluídos e os excluídos, requerendo cada um de per si; 2º qualquer eleitor da comarca, no caso de inclusão indevida de outro, referindo-se cada recurso a um só individuo.

Estes recursos serão interpostos no prazo de 30 dias, quanto ás inclusões ou não inclusão, e em todo tempo, quanto ás exclusões.

§ 1º Interpondo estes recursos, os recorrentes allegarão as razões e juntarão os documentos que entenderem ser a bem de seu direito.

No prazo de 10 dias, contados do recebimento dos recursos, os juizes de direito reformarão ou confirmarão as suas decisões; e, no ultimo caso, o recorrente fará seguir o processo para a Relação, sem acrescentar razões nem juntar novos documentos.

§ 2º Os recursos interpostos para a Relação de decisões proferidas sobre alistamento de eleitores serão julgados, no prazo de 30 dias, por todos os seus membros presentes.

§ 3º Não é admissivel suspeição de juizes no julgamento dos recursos, salvos sómente os casos do art. 61 do Código do Processo Criminal; nem se interromperão os prazos por motivo de férias judiciaes.

§ 4º Serão observadas as disposições do Decreto Legislativo nº 2.675 de 20 de Outubro de 1875 e das respectivas instrucções de 12 de Janeiro de 1876, sobre os recursos, na parte não alterada por esta lei.

Dos Elegiveis

Art. 10. E' elegivel para os cargos de Senador, Deputado á Assembléa Geral, membro de Assembléa Legislativa Provincial, vereador e Juiz de paz todo

cidadão que fôr eleitor nos termos do art. 2º desta lei, não se achando pronunciado em processo criminal, e salvas as disposições especiaes que se seguem:

§ 1º Requer-se:

Para Senador: – a idade de 40 annos para cima e a renda annual de 1:600\$ por bens de raiz, industria, commercio ou emprego;

Para Deputado á Assembléa Geral: – a renda annual de 800\$ por bens de raiz, industria, commercio ou emprego;

Para membro de Assembléa Legislativa Provincial: – o domicilio na provincia por mais de dous annos;

Para vereador e juiz de paz: – o domicilio no municipio e districto por mais de dous annos.

§ 2º Os cidadãos naturalizados não são, porém, elegiveis para o cargo de Deputado á Assembléa Geral sem terem seis annos de residencia no Imperio, depois da naturalização.

Das incompatibilidades

Art. 11. Não podem ser votados para Senador, Deputado á Assembléa Geral ou membro de Assembléa Legislativa Provincial:

I. Em todo o Imperio:

Os directores geraes do Thesouro Nacional e os directores das Secretarias de Estado.

II. Na Côrte e nas provincias em que exercerem autoridade ou jurisdicção:

Os Presidentes de Provincia;

Os Bispos em suas dioceses;

Os commandantes de armas;

Os generaes em chefe de terra e mar;

Os chefes de estações navaes;

Os capitaes de porto;

Os inspectores ou directores de Arsenaes;

Os inspectores de corpos do exercito;

Os commandantes de corpos militares e de policia;

Os secretarios de Governo Provincial e os Secretarios de Policia da Côrte e Provincias;

Os inspectores de Thesourarias de Fazenda geraes ou provinciaes, e os chefes de outras repartições de arrecadação;

O director geral e os administradores dos Correios;

Os inspectores ou directores de instrucção publica, e os lentes e directores de faculdade ou outros estabelecimentos de instrucção superior;

Os inspectores das Alfandegas;

Os desembargadores;

Os juizes de direito;

Os juizes municipaes, de orphãos e os juizes substitutos;

Os Chefes de Policia;

Os promotores publicos;

Os curadores geraes de ophãos;

Os desembargadores de relação ecclesiasticas;

Os vigarios capitulares;

Os governadores de bispado;

Os vigarios geraes, provisores e vigarios foraneos;

Os procuradores fiscaes, e os dos Feitos da Fazenda e seus ajudantes.

III. Nos districtos em que exercerem autoridade ou jurisdicção:

Os delegados e subdelegados de Policia.

§ 1º A incompatibilidade eleitoral prevalece:

I. Para os referidos funcionarios e seus substitutos legaes, que tiverem estado no exercicio dos respectivos empregos dentro de seis mezes anteriores á eleição.

II. Para os substitutos que exercerem os empregos dentro dos seis mezes, bem como para que os precederem na ordem da substituição e deviam ou podiam assumir o exercicio.

III. Para os funcionarios effectivos, para os substitutos dos juizes de direito, nas comarcas especiaes, e para os suplentes dos juizes municipaes, desde a data da aceitação do emprego ou funcção publica até seis mezes depois de o terem deixado, em virtude de remoção, accesso, renuncia ou demissão.

§ 2º Tambem não poderão ser votados para Senador, Deputado á Assembléa Geral ou membro de Assembléa Legislativa Provincial: – os directores de estradas de ferro pertencentes ao Estado, os directores e engenheiros chefes de obras publicas, emprezarios, contratadores e seus prepostos, arrematantes ou

interessados em arrematação de taxas ou rendimentos de qualquer natureza, obras ou fornecimentos publicos, ou em companhias que recebam subvenção, garantia ou fiança de juros ou qualquer auxilio, do qual possam auferir lucro pecuniario da Fazenda geral, provincial ou das Municipalidades, naquellas provincias onde exercerem os ditos cargos, ou os respectivos contratos e arrematações tenham execução e durante o tempo delles.

A palavra “interessados” não comprehende os accionistas.

Art. 12. O funcionario publico de qualquer classe que perceber pelos cofres geraes, provinciaes ou municipaes, vencimentos ou porcentagens ou tiver direito a custas por actos de officios de justiça, si aceitar o logar de Deputado á Assembléa Geral ou de membro de Assembléa Legislativa Provincial, não poderá, durante todo o periodo da legislatura, exercer o emprego ou cargo publico remunerado que tiver, nem perceber vencimentos ou outras vantagens, que delle provenham, nem contar antiguidade para aposentação ou jubilação, nem obter remoção ou acesso em sua carreira, salvo o que lhe competir por antiguidade.

§ 1º Os juizes de direito ficarão avulsos durante o periodo da legislatura, e finda esta voltarão para as comarcas em que se achavam, si estiverem vagas, ou irão servir em comarcas equivalentes, que o Governo lhes designará.

§ 2º A aceitação do logar de Deputado ou de membro de Assembléa Legislativa Provincial importará para os juizes substitutos nas comarcas especiaes, e para os juizes municipaes e de orphãos a renuncia destes cargos.

§ 3º O funcionario publico comprehendido na disposição deste artigo, que aceitar o logar de Senador, será aposentado ou jubilado com o vencimento correspondente ao tempo de exercicio que tiver, na fórma da lei.

§ 4º Das disposições deste artigo exceptuam-se:

I. Os Ministros e Secretarios de Estado;

II. Os Conselheiros de Estado;

III. Os Bispos;

IV. Os embaixadores e os enviados extraordinarios em missão especial;

V. Os Presidentes de provincia;

VI. Os officiaes militares de terra ou mar, quanto á antiguidade, e, nos intervallos das sessões, quanto ao soldo.

Art. 13. Os Ministros e Secretarios de Estados não poderão ser votados para Senador enquanto exercerem o cargo e até seis mezes depois, salvo na provincia de seu nascimento ou domicilio.

Art. 14. Não poderão os Senadores e, durante a legislatura e seis mezes depois, os Deputados á Assembléa Geral, salva a disposição do art. 34 da Constituição, nem os membros das Assembléas Legislativas Provinciaes, aceitar do Governo geral ou provincial commissões ou empregos remunerados, excepto os de Conselheiro de Estado, Presidente de provincia, embaixador ou enviado extraordinario em missão especial, Bispo e commandante de forças de terra ou mar.

Não se comprehendem nesta disposição as nomeações por accesso de antiguidade para emprego civil ou posto militar de terra ou mar.

Não poderão tambem os Senadores, os Deputados á Assembléa Geral e os membros das Assembléas Legislativas Provinciaes obter a concessão, aquisição ou gozo de privilegios, contratos, arrematações de rendas, obras e fornecimentos publicos, embora a titulo de simplices interessados.

Esta disposição não comprehende os privilegios de invenção.

Da eleição em geral

Art. 15. As eleições de Senadores, Deputados á Assembléa Geral, membros das Assembléas Legislativas Provinciaes, vereadores e juizes de paz continuarão a fazer-se nos dias e pelo modo determinados na legislação vigente, com as alterações seguintes:

§ 1º A eleição começará e terminará no mesmo dia.

§ 2º São dispensadas as ceremonias religiosas e a leitura das leis e regulamentos, que deviam preceder aos trabalhos eleitoraes.

§ 3º Fica prohibida a presença ou intervenção de força publica durante o processo eleitoral.

§ 4º O logar, onde dever funcckionar a mesa da assembléa eleitoral, será separado, por uma divisão, do recinto destinado á reunião da mesma assembléa, de modo que não se impossibilite aos eleitores a inspecção e fiscalisação dos trabalhos.

Dentro daquelle espaço só poderão entrar os eleitores á medida que forem chamados para votar.

§ 5º Compete ao presidente da mesa regular a policia da assembléa eleitoral, chamando á ordem os que della se desviarem, fazendo sahir os que não forem eleitores ou injuriarem os membros da mesa ou a qualquer eleitor, mandando lavrar neste caso auto de desobediencia e remetendo-o á autoridade competente.

No caso, porém, de offensa physica contra qualquer dos mesarios ou eleitores, o presidente poderá prender o offensor, remetendo-o ao juiz competente para ulterior procedimento.

§ 6º As eleições se farão por parochias, ou, nas que contiverem numero de eleitores superior a 250, por districtos de paz, ou, finalmente, por secções de parochia ou de districto, quando a parochia, formando um só districto de paz ou o districto, contiver numero de eleitores excedente ao designado. Cada secção deverá conter 100 eleitores, pelo menos.

O Governo, na Côrte, e os Presidentes, nas provincias, designarão com a precisa antecedencia os edificios em que deverão fazer-se as eleições. Só em falta absoluta de outros edificios poderão ser designados para esse fim os templos religiosos.

§ 7º Em cada parochia, districto de paz ou secção, se organizará uma mesa para o recebimento, apuração dos votos e mais trabalhos da eleição.

Esta mesa se comporá:

I. Nas parochias ou districtos de paz: do juiz de paz mais votado da séde da parochia ou do districto de paz, como presidente, nos termos dos art. 2º e 3º da lei nº 387 de 19 de Agosto de 1846, e de quatro membros, que serão: os dous juizes de paz que áquelle se seguirem em votos, e os dous cidadãos immediatos em votos ao 4º juiz de paz.

II. Em caso de ausencia, falta ou impossibilidade do juiz de paz mais votado, exercerá as funcções de presidente da mesa o que se lhe seguir em votos até ao 4º.

Quando por ausencia, falta ou impossibilidade não comparecer o 2º ou o 3º juiz de paz, que devem ser membros da mesa, será convidado o 4º; e si destes tres juizes de paz só comparecer um ou nenhum se apresentar, o presidente da mesa convidará, para supprir as faltas, um ou dous eleitores d'entre os presentes.

Si deixarem de comparecer os dous cidadãos immediatos em votos aos juizes de paz, que devem tambem compor a mesa, ou algum delles, serão convocados um ou dous que áquelles se seguirem em votos, até ao 4º, sendo a falta destes ultimos preenchida por eleitores d'entre os presentes, designado, no caso de

faltarem ambos, pelo presidente, e no caso de comparecer um, pelo immediato que tiver comparecido.

Esta mesa será constituída na vespera do dia designado para a eleição, dia em que tambem se reunirá a de que trata o numero seguinte, lavrando o escrivão de paz, em acto continuo, no livro que tiver de servir para a eleição, a acta especial de sua formação ou installação, a qual será assignada pelo presidente e demais membros da mesa constituída.

II. Nas secções da parochia que contiver um só districto de paz ou nas dos districtos de paz: – de um presidente e de quatro membros, os quais serão nomeados: o presidente e dous destes membros pelo juizes de paz da sede da parochia ou do districto; e os outros dous pelos immediatos dos mesmos juizes de paz.

Estas nomeações serão feitas d'entre os eleitores da secção respectiva tres dias antes do marcado para a eleição, no edificio designado para a da parochia ou districto, havendo convocação dos referidos juizes e de seus quatro immediatos com a antecedencia de 15 dias.

Basta o comparecimento de um dos juizes de paz e de um dos immediatos convocados para se proceder á mesma nomeação.

Concluido este acto, o escrivão de paz lavrará, no livro que tiver de servir para a eleição na respectiva secção, a acta especial da nomeação da mesa.

Esta acta será assignada pelos juizes de paz e seus immediatos que houverem comparecido.

§ 8º Quando, no caso do § 6º, se dividir em secções alguma parochia ou districto, a mesa da secção onde estiver a séde da parochia será organizada pelo modo estabelecido no § 7º nº I.

Quando o districto dividido não fôr o da séde da parochia, será tambem organizada do mesmo modo a mesa naquella das secções do districto que contiver maior número de eleitores.

Será applicavel sómente ás demais secções a regra estabelecida no nº II do § 7º.

§ 9º Os juizes de paz deverão concorrer para formar as mesas eleitoraes, quer estejam ou não em exercício, estejam embora suspensos por acto do Governo, ou por pronuncia em crime de responsabilidade. Esta disposição é estensiva aos quatro immediatos aos mesmos juizes, na parte que lhes for applicavel.

§ 10. Os presidentes e mais membros, que têm de compor as mesas eleitoraes, são obrigados a participar por escripto, até ás 2 horas da tarde da vespera do dia da eleição, o impedimento que tiverem, sob a pena do art. 29 § 14.

Só poderão ser substituidos depois de recebida esta participação, ou depois das 2 horas da tarde, no caso de não ser ella feita.

§ 11. O presidente ou membros das mesas eleitoraes, em caso de falta ou impedimento durante os trabalhos da eleição, serão substituidos pelo modo seguinte:

Nas mesas eleitoraes de parochia, districto ou secção organizadas pela fórma estabelecida no nº I do § 7º: – 1º o presidente, pelo juiz de paz que se lhe seguir em votos, ainda que seja membro da mesa e, no caso de não haver juiz de paz desimpedido, pelo eleitor que os membros presentes nomearem, decidindo a sorte em caso de empate; 2º os membros da mesa pelo modo determinado na 2ª e na 3ª parte do n. I citado.

Nas mesas das secções de que trata a parte final do § 8º:

– 1º o presidente, pelo eleitor que os membros presentes nomearem, decidindo a sorte em caso de empate; 2º qualquer dos dous membros que os juizes de paz houverem nomeado, pelo eleitor ou eleitores que o presidente convidar; 3º qualquer dos dous membros que os immediatos dos juizes de paz tiverem nomeado, pelo eleitor que o outro membro presente designar, e, faltando ambos os ditos membros, pelos eleitores que o presidente convidar.

§ 12. Não será válida qualquer eleição feita perante mesa que não fôr organizada pela fórma estabelecida nos paragraphos anteriores.

§ 13. Quando na vespera, ou, não sendo possivel, no dia da eleição até á hora marcada para o começo dos trabalhos, não se puder installar a mesa eleitoral, não haverá eleição na parochia, districto ou secção.

§ 14. Deixará também de haver eleição na parochia, districto ou secção onde por qualquer outro motivo não puder ser feita no dia proprio.

§ 15. No dia e no edificio designados para eleição começarão os trabalhos desta ás 9 horas da manhã.

Reunida a mesa, que deve ser installada na vespera, se procederá ao recebimento das cédulas dos eleitores pelo modo estabelecido para a eleição primaria na legislação vigente.

§ 16. Cada candidato á eleição de que se tratar, até ao numero de tres, poderá apresentar um eleitor para o fim de fiscalisar os trabalhos em cada uma das assembléas eleitoraes do districto. Na ausência do candidato, a apresentação poderá ser feita por qualquer eleitor.

Havendo, porém, mais de tres candidatos, terão preferênciã os fiscaes daquelles que apresentarem maior numero de assignaturas de eleitores, declarando que adoptam a sua candidatura.

A apresentação destes fiscaes será feita por escripto aos presidentes das mesas eleitoraes, quando estas se installarem.

Os fiscaes terão assento nas mesas eleitoraes e assignarão as actas com os respectivos membros, mas não terão voto deliberativo nas questões que se suscitarem acerca do processo da eleição.

O não comparecimento dos fiscaes ou a sua recusa de assignatura nas actas não trará interrupção dos trabalhos, nem os annullará.

§ 17. Haverá uma só chamada dos eleitores.

Si depois de findar esta chamada, mas antes da abertura da urna que contiver as cédulas, algum eleitor que, não tendo acudido á mesma chamada, requerer ser admittido a votar, será recebida a sua cédula.

§ 18. Nenhum eleitor será admittido a votar sem apresentar o seu titulo, nem poderá ser recusado o voto do que exhibir o dito titulo, não competindo á mesa entrar no conhecimento da identidade de pessoa do eleitor em qualquer destes casos.

Si, porém, a mesa reconhecer que é falso o titulo apresentado ou que pertence a eleitor, cuja ausência ou fallecimento seja notorio, ou si houver reclamação de outro eleitor que declare pertencer-lhe o titulo, apresentando certidão de seu alistamento passada pelo competente tabellião, a mesa tomará em separado o voto do portador do titulo, e assim também o do reclamante, si exhibir novo titulo expedido nos termos do art. 6º § 18 desta lei, afim de ser examinada a questão em Juizo competente, á vista do título impugnado ou sobre que haja duvida, titulo que ficará em poder da mesa para ser remettido ao mesmo Juizo para os devidos effeitos, com quaesquer outros documentos que forem apresentados.

§ 19. O voto será escripto em papel branco ou anilado, não devendo ser transparente, nem ter marca, signal ou numeração. A cédula será fechada de todos os lados, tendo rotulo conforme a eleição a que se proceder.

As cédulas que contiverem signaes exteriores ou interiores, ou forem escriptas em papel de outras côres ou transparente, serão apuradas em separado e remetidas ao poder verificados competente com as respectivas actas.

Depois de lançar na urna sua cédula, o eleitor assignará o seu nome em um livro para esse fim destinado e fornecido pela Camara Municipal, o qual será aberto e encerrado pelo respectivo presidente ou pelo vereador por elle designado, que tambem numerará e rubricará todas as folhas do mesmo livro.

Quando o eleitor não souber ou não puder assignar o seu nome, assignará em seu logar outro por elle indicado, e convidado para este fim pelo presidente da mesa.

Finda a votação, e em seguida á assignatura do último eleitor, a mesa lavrará e assignará um termo, no qual se declare o numero dos eleitores inscriptos no dito livro.

O mesmo livro será remetido á camara municipal com os demais livros concernentes á eleição.

§ 20. Concluida a apuração dos votos, que se fará pelo modo estabelecido na legislação vigente, será lavrada e assignada pela mesa, e pelos eleitores que quizerem, a acta da eleição, na qual serão mencionados os nomes dos eleitores que não tiverem comparecido, os quaes por essa falta não incorrerão na pena de multa.

A mesma acta será transcripta no livro de notas do tabellião ou do escrivão de paz, e assignada pela mesa e pelos eleitores que quizerem.

§ 21. E' permittido a qualquer eleitor da parochia, districto ou secção apresentar por escripto e com sua assignatura protesto relativo a actos do processo eleitoral, devendo este protesto, rubricado pela mesa e com o contra-protesto desta, si julgar convenientes fazel-o, ser appensado á cópia da acta que, segundo a disposição do paragrapho seguinte, fôr remetida ao Presidente do Senado, da Camara dos Deputados, da Assembléa Legislativa Provincial, ou á Camara Municipal. Na acta se mencionará simplesmente a apresentação do protesto.

§ 22. A mesa fará extrahir tres cópias da referida acta e das assignaturas dos eleitores no livro de que trata o § 19, sendo as ditas cópias assignadas por ella e concertadas por tabellião ou escrivão de paz.

Destas cópias serão enviadas – uma ao Ministro do Imperio na Côrte, ou ao Presidente nas provincias; outra ao Presidente do Senado, da Camara dos Deputados ou da Assembléa Legislativa Provincial, conforme a eleição a que se

proceder; e a terceira ao juiz de direito de que trata o art. 18, si a eleição fôr de Deputado á Assembléa Geral ou de membro de Assembléa Legislativa Provincial.

Na eleição de vereadores, a ultima das ditas cópias será enviada á Camara Municipal respectiva.

Quando a eleição fôr para Senador, será esta ultima cópia enviada á Camara Municipal da Côrte, si a eleição a ella pertencer e á Provincia do Rio de Janeiro, e ás Camaras das capitaes das outras provincias, si a eleição a estas pertencer.

Acompanharão as referidas cópias as das actas da formação das respectivas mesas eleitoraes.

Da eleição de Senadores

Art. 16. A eleição de Senador continúa a ser feita por provincia, mas sempre em lista triplice, ainda quando tenham de ser preenchidos dous ou mais logares: nesta hypothese proceder-se-ha á segunda eleição logo depois da escolha de Senador em virtude da primeira, e assim por diante.

I. O Governo, na Côrte e provincia do Rio de Janeiro, e os Presidentes nas outras provincias designarão dia para a eleição, devendo proceder-se a esta dentro do prazo de tres mezes.

Este prazo será contado:

No caso de morte do Senador, do dia em que a Côrte o Governo, e nas provincias o Presidente, tiverem conhecimento certo da vaga, ou em que receberem communicação desta, feita ao Governo pelo Presidente do Senado, ou ao Presidente da respectiva provincia pelo Governo ou pelo Presidente do Senado. Estas communicações serão dirigidas pelo Correio sob registro. No caso de augmento do numero de Senadores, do dia da publicação da respectiva lei na Côrte ou na provincia a que se referir.

II. Cada eleitor votará em tres nomes, constituindo a lista triplice os tres cidadãos que maior numero de votos obtiverem.

§ 1º A apuração geral das authenticas das assembléas eleitoraes e a formação da lista triplice serão feitas pela Camara Municipal da Côrte, quanto ás eleições desta e da Provincia do Rio de Janeiro, e pelas Camaras das capitaes das outras provincias, quanto ás eleições destas.

A estes actos se procederá dentro do prazo de 60 dias, contados do em que se houver feito a eleição.

I. Devem intervir nos referidos actos ainda os vereadores que se não acharem em exercicio ou estiverem suspensos por acto do Governo, ou por pronuncia em crime de responsabilidade.

II. Na apuração a Camara Municipal se limitará a sommar os votos mencionados nas diferentes authenticas, attendendo sómente ás das eleições feitas perante mesas organizadas pela forma determinada nos §§ 7º a 11 do art. 15.

III. Finda a dita apuração, se lavrará uma acta, na qual se mencionarão os nomes dos cidadãos e o numero de votos que obtiveram para Senador, desde o maximo até ao minimo; as occurrencias que se deram durante os trabalhos da apuração; e as representações que, por escripto e assignadas por qualquer cidadão elegível, sejam presentes á Camara Municipal, relativas á mesma apuração.

IV. Desta acta, depois de devidamente assignada, a Camara Municipal remetterá – uma cópia authentica ao Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, acompanhando a lista triplice, assignada pela mesma Camara, para ser presente ao Poder Moderador; – outra cópia da mesma acta ao Presidente do Senado; – e outra ao Presidente da respectiva provincia.

§ 2º Na verificação dos poderes a que proceder o Senado, nos termos do art. 21 da Constituição, si resultar a exclusão da lista triplice do Senador nomeado, far-se-ha nova eleição em toda a provincia: no caso da exclusão recahir em qualquer dos outros dous cidadãos contemplados na lista triplice, será organizado pelo Senado nova lista e sujeita ao Poder Moderador.

I. Si o Senado reconhecer que algum ou alguns dos tres cidadãos incluídos na lista triplice se acham comprehendidos em qualquer das incompatibilidades especificadas no art. 11, serão declarados nulos os votos que lhes tiverem sido dados: e o cidadão ou cidadãos que se seguirem completarão a lista triplice.

II. Proceder-se-ha tambem á nova eleição em toda a provincia, quando, antes da escolha do Senador, fallecer algum dos tres cidadãos que compuzerem a lista triplice.

O mesmo se observará no caso de morte do Senador nomeado, cujos poderes não tenham sido ainda verificados ou quando algum dos cidadãos incluídos na lista triplice careça de qualquer das condições de elegibilidade exigidas nos ns. I, II e IV do art. 45 da Constituição.

Da eleição de Deputados á Assembléa Geral e membros das Assembléas Legislativas Provinciaes

Art. 17. As provincias serão divididas em tantos districtos eleitoraes quantos forem os seus Deputados á Assembléa Geral, attendendo-se quanto possivel á igualdade de população entre os districtos de cada provincia e respeitando-se a contiguidade do territorio e a integridade do municipio.

§ 1º O Governo organizará e submeterá á approvação do Poder Legislativo a divisão dos ditos districtos sobre as seguintes bases:

I. O municipio da Côrte comprehenderá tres districtos eleitoraes e os das capitaes da Bahia e Pernambuco dous districtos, cada um.

II. Os districtos eleitoraes de cada provincia serão designados por numeros ordinaes, computada a população segundo a base do art. 2º do Decreto Legislativo nº 2.675 de 20 de Outubro de 1875.

III. Para cabeça de cada districto eleitoral será designado o logar mais central e importante delle.

IV. Na divisão dos districtos eleitoraes só serão contempladas as parochias e municipios creados até 31 de Dezembro de 1879.

Para todos os effeitos eleitoraes até ao novo arrolamento da população geral do Imperio subsistirão inalteraveis as circumscripções parochiaes e municipaes contempladas na divisão dos districtos eleitoraes feita em virtude desta lei, não obstante qualquer alteração resultante de criação, extincção ou subdivisão de parochias e municipios.

§ 2º A divisão dos districtos eleitoraes, feita de conformidade com o paragrapho precedente, será posta provisoriamente em execução até á definitiva approvação do Poder Legislativo, não podendo o Governo alteral-a depois de sua publicação.

§ 3º Cada districto elegerá um Deputado á Assembléa Geral e o numero de membros da Assembléa Legislativa Provincial marcado no art. 1º § 16 do Decreto Legislativo nº 842 de 19 de Setembro de 1855.

Quanto ás Provincias de Santa Catharina, Paraná, Espirito Santo e Amazonas, que têm de ser divididas em dous districtos, elegerá cada uma dellas 22 membros, cabendo 11 por districto.

Art. 18. O juiz de direito que exercer jurisdição na cidade ou villa designada pelo Governo para cabeça do districto eleitoral, ou, em caso de falta, o seu substituto formado em direito, ou finalmente, na falta deste ultimo, o juiz de direito da comarca mais vizinha comporá com os presidentes das mesas eleitoraes uma junta por elle presidida, a qual fará a apuração geral dos votos das diversas eleições do mesmo districto para Deputado á Assembléa Geral ou membros das Assembléas Legislativas Provinciaes.

A esta apuração se procederá pelas authenticas das actas daquellas eleições, dentro do prazo de 20 dias, contados do em que ellas se tiverem feito, precedendo annuncio por editaes e aviso aos ditos presidentes com declaração do dia, hora e logar da reunião.

Para que a junta apuradora possa funcconar é necessaria a presença, pelo menos, de quatro presidentes de assembléas eleitoraes. Na falta destes, serão chamados pela ordem de sua votação os juizes de paz da parochia ou do districto, onde funcconar a junta. Si ainda estes não comparecerem, recorrer-se-ha aos juizes de paz da parochia ou do districto mais vizinho.

Na apuração a junta se limitará a sommar os votos mencionados nas differentes authenticas, attendendo sómente ás das eleições feitas perante mesas organizadas pela fórma determinada nos §§ 7º a 11 do art. 15, procedendo no mais como dispõe a legislação vigente. Os eleitores presentes, que quizerem, assignarão a acta da apuração.

§ 1º Na cidade, onde houver mais de um juiz de direito, será presidente da junta apuradora o mais antigo, tendo preferencia o de mais idade quando fôr igual a antiguidade; e, segundo a mesma regra, serão substituidos uns pelos outros no caso de falta ou impedimento.

No municipio em que, nos termos do § 1º nº I do artigo antecedente, houver dous ou mais districtos eleitoraes, seguir-se-ha para a presidencia de cada junta apuradora a regra acima estabelecida, correspondendo a antiguidade do juiz de direito ao numero dos districtos eleitoraes, de modo que o mais antigo sirva no 1º, o immediato no 2º e assim por diante.

§ 2º Não se considerará eleito Deputado á Assembléa Geral o cidadão que não reunir a maioria dos votos dos eleitores, que concorrerem á eleição.

Neste caso o presidente da junta expedirá os necessarios avisos para se proceder á nova eleição vinte dias depois da apuração geral.

Na segunda eleição, para a qual servirão nas assembléas eleitoraes as mesmas mesas da primeira, só poderão ser votados os dous cidadãos que nesta tiverem obtido maior numero de votos, sendo sufficiente para eleger o Deputado a maioria dos votos, que forem apurados.

§ 3º Na eleição dos membros das Assembléas Legislativas Provinciaes cada eleitor votará em um só nome.

Serão considerados eleitos os cidadãos que reunirem votação igual, pelo menos, ao quociente eleitoral, calculado sobre o numero total dos eleitores que concorrerem á eleição.

Si algum ou alguns dos cidadãos não reunirem aquella votação, proceder-se-ha, quanto aos logares não preenchidos, á nova eleição pela fórma disposta no paragrapho antecedente, observando-se tambem, quanto ao numero dos nomes sobre os quaes deva recahir a nova votação, a regra estabelecida no mesmo paragrapho.

Art. 19. Concluida definitivamente a eleição e transcripta no livro de notas de um dos tabelliães do logar a acta da apuração geral dos votos, a junta apuradora expedirá diplomas aos eleitos – Deputado á Assembléa Geral ou membros da Assembléa Legislativa Provincial, remetendo as cópias authenticas da acta da apuração dos votos ao Ministro do Imperio, na Côrte, ao Presidente, nas provincias, e á Camara dos Deputados ou á Assembléa Legislativa Provincial, conforme fôr a eleição, ficando revogado o art. 90 da Lei nº 387 de 19 de Agosto de 1846.

Art. 20. No caso de reconhecer a Camara dos Deputados ou a Assembléa Legislativa Provincial que um ou mais dos eleitos estão comprehendidos em qualquer das incompatibilidades especificadas no art. 11, serão declarados nullos os votos que lhes tiverem sido dados, e proceder-se-ha á nova eleição, na qual não poderão ser votados o cidadão ou cidadãos, cuja eleição tiver sido por esse motivo annullada.

Proceder-se-ha tambem á nova eleição, si da annullação de votos pela Camara ou Assembléa resultar a exclusão de algum dos que tiverem obtido o respectivo diploma.

Art. 21. No caso de vaga de Deputado á Assembléa Geral ou de membro de Assembléa Legislativa Provincial, que occorrer durante a legislatura, proceder-se-ha á nova eleição para o preenchimento do logar, dentro do prazo de tres mezes, contados do dia em que, na Côrte o Governo e nas provincias o Presidente, tiverem

conhecimento certo da vaga, ou em que receberem comunicação desta, feita pelo Presidente da Camara dos Deputados, no primeiro caso, ou pelo Presidente da Assembléa Legislativa Provincial, no segundo. Estas communicações serão dirigidas pelo Correio sob registro.

Da eleição de vereadores e juizes de paz

Art. 22. Na eleição de vereadores cada eleitor votará em um só nome.

As Camaras Municipaes continuarão a fazer a apuração geral dos votos do municipio.

Serão declarados vereadores os cidadãos que, até ao numero dos que deverem compor a Camara do municipio, reunirem votação igual, pelo menos, ao quociente eleitoral, calculado sobre o numero total dos eleitores que concorrerem á eleição.

Si algum ou alguns dos cidadãos não reunirem aquella votação, proceder-se-ha á nova eleição pelo modo determinado no § 3º do art. 18.

No processo desta eleição e em todos os seus termos serão observadas as disposições da legislação vigente, com as alterações feitas nesta lei.

§ 1º Quando se tiver deixado de proceder á eleição em parochias, districtos de paz ou secções, cujo numero de eleitores exceder á metade dos de todo o municipio, ou quando nas eleições annulladas houver concorrido maior numero de eleitores do que nas julgadas válidas, ficarão sem effeito as das outras parochias, districtos de paz e secções, e se procederá á nova eleição geral no municipio.

Em nenhum outro caso se fará nova eleição geral.

§ 2º Na Côrte, nas capitaes das provincias e nas demais cidades os vereadores só poderão ser reeleitos quatro annos depois de findar o quatriennio em que servirem.

§ 3º No caso de morte, escusa ou mudança de domicilio de algum vereador proceder-se-ha á eleição para preenchimento da vaga.

§ 4º Quando, em razão de vagas ou de faltas de comparecimento, não puderem reunir-se vereadores em numero necessario para celebrarem-se as sessões, serão chamados para perfazerem a maioria dos membros da Camara os precisos immediatos em votos aos veredores. Si, no caso da ultima parte do § 3º do

art. 18, se houver procedido a duas eleições para vereadores, aquellos immediatos serão os da primeira eleição.

Só poderão ser chamados, em taes casos, os immediatos em votos aos vereadores, até numero igual ao dos vereadores de que a Camara se compuzer.

§ 5º As Camaras Municipaes continuarão a compor-se do mesmo numero de vereadores marcado na legislação vigente, com excepção das seguintes que terão: a do municipio da Côrte, 21 membros; as das capitaes das Provincias da Bahia e Pernambuco, 17; as das capitaes das do Pará, Maranhão, Ceará, Rio de Janeiro, Minas Geraes, S. Paulo e S. Pedro do Rio Grande do Sul 13; e as das capitaes das demais provincias 11.

Cada uma das mesmas Camaras terá um presidente e um vice-presidente, os quaes serão eleitos annualmente, na 1ª sessão, pelos vereadores d'entre si.

§ 6º As Camaras não poderão funcconar sem a presença da maioria de seus membros.

Ao vereador que faltar á sessão, sem motivo justificado, será imposta a multa de 10\$ nas cidades e de 5\$ nas villas.

Art. 23. A eleição dos juizes de paz continuará a fazer-se pelo modo determinado na legislação vigente, com as alterações feitas nesta lei.

A apuração dos votos será feita pela Camara Municipal respectiva, quando a parochia ou o districto de paz estiver dividido em secções.

Art. 24. As funcções de vereador e de juiz de paz são incompativeis com as de empregos publicos retribuidos; e não podem ser accumuladas com as de Senador, Deputado á Assembléa Geral e membro de Assembléa Legislativa Provincial, durante as respectivas sessões.

Art. 25. Feita a primeira eleição de Deputados á Assembléa Geral pelo modo estabelecido nesta lei, proceder-se-ha tambem á eleição das Camaras Municipaes e dos juizes de paz em todo o Imperio no primeiro dia util do mez de Julho, que se seguir, começando a correr o quatriennio no dia 7 de Janeiro subsequente.

Art. 26. Quando alguma villa fôr elevada á categoria de cidade, a respectiva Camara Municipal continuará a funcconar com o numero de vereadores, que tiver, até á posse dos que forem nomeados na eleição geral para o quatriennio seguinte.

Art. 27. A disposição da ultima parte do n. IV do § 1º do art. 17 não impede a eleição de Camaras e juizes de paz nos municipios, parochias e districtos de paz,

que forem novamente creados, comtanto que o sejam dentro dos limites marcados para os districtos eleitoraes.

Art. 28. O juiz de direito da comarca continúa a ser o funcionario competente para conhecer da validade ou nullidade, não só da eleição de vereadores e juizes de paz, mas tambem da apuração dos votos, decidindo todas as questões concernentes a estes assumptos, pela fórmula que dispõe a legislação vigente.

§ 1º Nas comarcas que tiverem mais de um juiz de direito competirão essas attribuições ao juiz de direito do 1º districto criminal, e, na sua falta, aos que deverem substituí-lo.

§ 2º Das decisões do juiz de direito sobre as eleições de vereadores e juizes de paz, em conformidade deste artigo, haverá recurso para a Relação do districto. O recurso será julgado, no prazo de 30 dias, por todos os seus membros presentes.

Parte Penal

Art. 29. Além dos crimes contra o livre gozo e exercicio dos direitos politicos do cidadão, mencionados nos arts. 100, 101 e 102 do Codigo Criminal, serão tambem considerados crimes os definidos nos paragraphos seguintes e punidos com as penas nelle estabelecidas:

§ 1º Apresentar-se algum individuo com titulo eleitoral de outrem, votando ou pretendendo votar:

Penas: prisão de um a nove mezes e multa de 100\$ a 300\$000.

Nas mesmas penas incorrerá o eleitor que concorrer para esta fraude, fornecendo o seu titulo.

§ 2º Votar o eleitor por mais de uma vez na mesma eleição, aproveitando-se de alistamento multiplo:

Penas: privação do direito do voto activo e passivo por quatro a oito annos e multa de 100\$ a 300\$000.

§ 3º Deixar a autoridade competente de incluir no alistamento dos eleitores cidadão que, nos termos desta lei, tenha provado estar nas condições de eleitor, incluir o que não estiver em taes condições ou excluir o que não se achar comprehendido em alguns dos casos do § 5º do art. 8º;

Demorar a extracção, expedição e entrega dos titulos ou documentos, de modo que o eleitor não possa votar ou instruir o recurso por elle interposto:

Penas: suspensão do emprego por seis a dezoito mezes e multa de 200\$ a 600\$000.

§ 4º Deixar a autoridade competente de preparar e enviar ao juiz de direito, nos termos do § 8º do art. 6º, os requerimentos dos cidadãos que pretenderem ser alistados e as relações que os devem acompanhar:

Penas: suspensão do emprego por um a tres annos e multa de 300\$ a 1:000\$000.

Nas mesmas penas incorrerá o empregado que occultar ou extraviar titulos de eleitor e documentos, que lhe forem entregues, relativos ao alistamento.

§ 5º Passar certidão, attestado ou documento falsos, que induza a inclusão no alistamento ou a exclusão:

Penas: as do art. 129 § 8º do Codigo Criminal.

Ao que se servir da certidão, attestado ou documentos falsos para se fazer alistar:

Penas: as do art. 167 do Codigo Criminal.

§ 6º Impedir ou obstar de qualquer maneira a reunião da mesa eleitoral ou da junta apuradora no logar designado:

Penas: prisão por um a tres annos e multa de 500\$ a 1:500\$000.

§ 7º Apresentar-se alguém munido de armas de qualquer natureza:

Penas: prisão por seis mezes a um anno e multa de 100\$ a 300\$000.

Si as armas estiverem occultas:

Penas dobradas.

§ 8º Violar de qualquer maneira o escrutinio, rasgar ou inutilizar livros e papeis relativos ao processo da eleição:

Penas: prisão com trabalho por um a tres annos e multa de 1:000\$ a 3:000\$, além das penas em que incorrer por outros crimes.

§ 9º Occultar, extraviar ou subtrahir alguém o titulo do eleitor:

Penas: prisão por um a seis mezes e multa de 100\$ a 300\$000.

§ 10. Deixar a mesa eleitoral de receber o voto do eleitor que se apresentar com o respectivo titulo:

Penas: privação do voto activo e passivo por dous a quatro annos e multa de 400\$ a 1:200\$000.

§ 11. Reunir-se a mesa eleitoral ou a junta apuradora fóra do lugar designado para a eleição ou apuração:

Penas: prisão por seis a dezoito mezes e multa de 500\$ a 1:500\$000.

§ 12. Alterarem o presidente e os membros da mesa eleitoral ou junta apuradora o dia e a hora da eleição, ou induzirem, por outro qualquer meio, os eleitores em erro a este respeito:

Penas: privação do direito do voto activo ou passivo por quatro a oito annos e multa de 500\$ a 1:500\$000.

§ 13. Fazer parte ou concorrer para a formação de mesa eleitoral ou de junta apuradora illegitimas:

Penas: privação do voto activo e passivo por quatro a oito annos e multa de 300\$ a 1:000\$000.

§ 14. Deixar de comparecer, sem causa participada, para a formação da mesa eleitoral, conforme determina o § 10 do art. 15:

Penas: privação do voto activo e passivo por dous a quatro annos e multa de 200\$ a 600\$000.

Si por esta falta não se puder formar a mesa:

Penas: privação do voto activo e passivo por quatro a oito annos e multa de 400\$ a 1:200\$000.

§ 15. O presidente da provincia que, por demora na expedição das ordens, der causa a se não concluirem em tempo as eleições:

Penas: suspensão do emprego por seis mezes a um anno.

§ 16. A omissão ou negligencia dos promotores publicos no cumprimento das obrigações que lhes são impostas por esta lei, será punida com suspensão do emprego por um a tres annos e multa de 300\$ a 1:000\$000.

§ 17. As disposições dos arts. 56 e 57 do Codigo Criminal são applicaveis aos multados que não tiverem meios ou não quizerem satisfazer as multas.

Art. 30. No processo e julgamento dos crimes previstos no artigo antecedente, ainda quando commetidos por pessoa que não são empregados publicos, se observarão as disposições do art. 25 § § 1º e 5º da Lei nº 261 de 3 de Dezembro de 1841 e respectivos regulamentos.

§ 1º Nestes processos observar-se-ha o disposto nos arts. 98 e 100 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, quanto ao pagamento de custas e sellos, e não serão retardados pela superveniencia de férias.

As primeiras certidões serão passadas gratuitamente.

§ 2º Aos promotores publicos das respectivas comarcas serão intimadas todas as decisões proferidas pelas autoridades competentes afim de promoverem a responsabilidade dos funcionarios que nella houverem incorrido ou requererem o que fôr de direito.

Art. 31. Serão multados administrativamente quando deixarem de cumprir quaesquer das obrigações que lhes são impostas:

§ 1º Pelo Ministro do Imperio na Côrte e pelo Presidente nas provincias:

I. Os juizes de direito e as Camaras Municipaes, funcconando como apuradores de actas de assembléas eleitoraes: na quantia de 100\$ a 300\$ os primeiros, e de 50\$ a 200\$ cada vereador.

II. Os funcionarios e empregados publicos que deixarem de prestar as informações exigidas para o alistamento dos eleitores: na quantia de 50\$ a 200\$000.

§ 2º Pelos juizes de direito:

I. As mesas eleitoraes: na quantia de 250\$ a 500\$, repartidamente pelos seus membros.

II. Os presidentes das mesas eleitoraes ou seus substitutos, chamados para apuração de actas de assembléas eleitoraes, que não comparecerem sem motivo justificado: na quantia de 50\$ a 200\$ cada um.

III. Os tabelliães incumbidos da transcripção de acta de apuração dos votos: na quantia de 50\$ a 100\$000.

§ 3º Pelas mesas eleitoraes:

I. Os membros destas que não comparecerem, ausentarem-se ou deixarem de assignar a acta sem motivo justificado: na quantia de 50\$ a 100\$000.

II. Os cidadãos convocados para a formação das mesmas mesas que não comparecerem ou que, tendo comparecido, não assignarem a acta: na quantia de 50\$ a 100\$000.

III. Os escrivães de paz ou de subdelegacia de Policia, chamados para qualquer serviço em virtude desta lei: na quantia de 50\$ a 100\$000.

§ 4º Da imposição das multas administrativas cabe recurso na Côrte para o Governo, e nas provincias para o Presidente.

Art. 32. As multas estabelecidas nesta lei farão parte da renda municipal do termo em que residir a pessoa multada, e serão cobradas executivamente.

Disposições Geraes

Art. 33. No caso de empate nas apurações ultimas de votos em qualquer eleição, será preferido o cidadão que fôr mais velho em idade.

Art. 34. As Camaras Municipaes fornecerão os livros necessários para os trabalhos do alistamento dos eleitores e os de talões, devendo estes conter impressos os titulos de eleitor, bem como fornecerão os livros, urnas e mais objectos necessarios para a eleição.

A importancia desses livros e demais objectos será paga pelo Governo, quando as Camaras não puderem, por falta de meios, satisfazer a despesa.

No caso de não serem fornecidos pelas Camaras Municipaes os mencionados livros, supprir-se-ha a falta por outros, que serão numerados e rubricados, com termo de abertura e encerramento, pelos juizes de direito ou juizes municipaes e pelos presidentes das mesas eleitoraes ou juntas apuradoras.

Art. 35. Enquanto não estiver concluido definitivamente o primeiro alistamento geral dos eleitores, conforme se determina nesta lei, não haverá eleições para Deputados á Assembléa Geral, salvo o caso previsto no art. 29 da Constituição, para Senadores, membros das Assembléas Legislativas Provinciaes, vereadores e juizes de paz.

O Governo poderá espaçar até ao ultimo dia util do mez de Dezembro de 1881 a eleição geral dos Deputados para a proxima legislatura.

Art. 36. Em acto distincto ou não das instrucções, que serão expedidas para a execução desta lei, o Governo colligirá todas as disposições das leis vigentes e dos diversos actos do Poder Executivo, relativos a eleições, que estejam em harmonia com a mesma lei e convenha conservar.

Este trabalho será sujeito á approvação do Poder Legislativo no começo da primeira sessão da proxima legislatura; e, depois de approvado, considerar-se-hão revogadas as leis e disposições anteriores relativas a eleições, cessando desde que fôr publicado esse trabalho a attribuição concedida ao Governo no art. 120 da Lei nº 387 de 19 de Agosto de 1846.

Art. 37. Ficam revogados as disposições em contrario.

O Barão Homem de Mello, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 9 de Janeiro de 1881, 60º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão Homem de Mello

Chancellaria – mór do Imperio. – Manoel Pinto de Souza Dantas.

Transitou em 10 de Janeiro de 1881. – José Bento da Cunha Figueiredo Junior. – Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 10 de Janeiro de 1881. – O Director da 1^a Directorias, Manoel Jesuino Ferreira. (Decreto nº 3029, de 9 de janeiro de 1881. Reforma a legislação eleitoral. *Coleção das Leis do Império do Brazil*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 1-29, 1881.)